

DESAFIOS ÉTICOS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

VOLUME II

COORDENAÇÃO
FERNANDA RIBEIRO

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

DESAFIOS ÉTICOS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

VOLUME II

COORDENAÇÃO
FERNANDA RIBEIRO

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Título: ***Desafios éticos na organização do conhecimento. Volume II***
Coordenação: Fernanda Ribeiro (Universidade do Porto, Faculdade de Letras/CITCEM)
Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt
Capa: Design de Marta Sofia Costa (CITCEM); Fotografias de João Marçal (CITCEM)

© 2025 Autores
Edição: CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt
Este trabalho é sujeito a *double-blind peer review*.
Referees: Ana Lúcia Terra, Anabela Prista Saraiva Serrano, Blanca Rodríguez Bravo, Carla Teixeira Lopes, Carlos Guardado da Silva, Críspulo Travieso Rodríguez, Gustavo Saldanha, Isidoro Gil Leiva, Jesús Gascón García, Jesús Tramullas, Jorge Revez, José Antonio Frias Montoya, José Augusto Chaves Guimarães, Laureano Ascensão de Macedo, Liliana Esteves Gomes, Luís Corujo, Maria Beatriz Marques, Maria Cristina Vieira de Freitas, Maria Inês Peixoto Braga, Maria José Veloso da Costa Santos, Maria Manuel Borges, María Olivera Zaldua, Mariana Curado Malta, Milena Carla Lima de Carvalho, Moisés Rockembach, Natália Bolfarini Tognoli, Rosa San Segundo Manuel, Thiago Henrique Bragato Barros, Tomas Saorin, Vânia Lisboa da Silveira Guedes, Viviana Fernández Marcial
Esta é uma obra em Acesso Aberto, disponibilizada *online* (https://ler.letras.up.pt) e licenciada segundo uma licença Creative Commons de Atribuição Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY 4.0).



eISBN: 978-989-9320-00-0
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9320-00-0/des
RIBEIRO, Fernanda, coord., 2025. *Desafios éticos na organização do conhecimento.* Porto: CITCEM. Volume II. 580 pp. eISBN 978-989-9320-00-0.
Porto, dezembro de 2025 (1.ª edição)
Paginação: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

Este trabalho foi elaborado no quadro das atividades do grupo de investigação «Informação, Comunicação e Cultura Digital» e é financiado por Fundos Nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/04059/2025, DOI: https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025.

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia
UID/04059/2025

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

SUMÁRIO

As dimensões do poder de nomear na Organização e Representação do Conhecimento 7
José Augusto Chaves Guimarães, José Augusto Bagatini

3. INCLUSÃO E DIVERSIDADE EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Inclusão e diversidade em Organização do Conhecimento: desafios éticos e fortalecimento do empoderamento feminino 35
Loide Andréa Salache, Ademir Juracy Fanfa Ribas, Cleverson Fernando Salache

Bibliotecas escolares inclusivas: produção e organização da informação para o atendimento e ambiência de pessoas neurodiversas 45
Débora Araújo Machado Teixeira, Mariângela Spotti Lopes Fujita, Marcelo Fernandes Oliveira

Representando o conhecimento arquivístico: os conceitos de garantia e hospitalidade cultural no âmbito do *Modelo Conceitual Records in Contexts* 61
Igor Muniz Pereira, Natália Bolfarini Tognoli

Memoria, respeto y colaboración: colecciones de fanzines en bibliotecas 75
Ingrid Elizabeth Rodríguez Márquez

Textos escolares y estereotipos de género: desafíos para una educación inclusiva en la clase de lenguaje 87
Claudine Glenda Benoit Ríos

Ética algorítmica e interseccionalidade na Organização do Conhecimento com Inteligência Artificial 99
Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi, Marcia Regina da Silva, Camila Carneiro Dias Rigolin, Júlia Fernandes Marcelo

El concepto de sostenibilidad y desarrollo sostenible: un análisis de los términos empleados en las publicaciones de revistas científicas de biblioteconomía y documentación españolas 113
Jose Maestro-Galán

Discapacidad e inclusión educativa: aportes desde la Organización del Conocimiento 127
Patricia Daniela Petroccelli Rodríguez

Avaliação da acessibilidade digital no repositório institucional *Pantheon* da Universidade Federal do Rio de Janeiro: a importância da representação de documentos acessíveis para pessoas com deficiência 137
Ana Paula Lima dos Santos, Elisabete Gonçalves de Souza

Literatura de cordel e suas narrativas para valorização da diversidade e inclusão 151
Sandra Regina Moitinho Lage, Rosane Suely Alvares Lunardelli, Cristiane Ferreira de Moura

Justiça social em Sistemas de Organização do Conhecimento: reflexões a partir do termo «primitive» 169
Fabíola Rubim Silva, Paula Regina Dal'Evedove, Ana Lúcia Terra

Balance de género en las universidades públicas españolas del área de educación 183
Celia Martínez-Córdoba, Adolfo Alonso-Arroyo, Remedios Aguilar-Moya, Inmaculada Chiva-Sanchís, Rut Lucas-Dominguez, Rafael Aleixandre-Benavent

Fluxos da comunicação científica e inclusão de novos saberes: o *pole dance* como objeto emergente na Organização do Conhecimento 193
Gabriela da Silva Conceição, Michely Jabala Mamede Vogel

A Organização do Conhecimento no âmbito político social das redes sociais: *hashtags* e ativismo 203
Camila Araújo Sá, Ana Lúcia Terra

Repertório bibliográfico brasileiro sobre o Transtorno do Espectro Autista: um instrumento de justiça informacional pró-soberania 217
Fernanda do Valle Galvão Debetto, Gustavo Silva Saldanha, Graciane Silva Bruzinga Borges, Mayara Oliveira Silva Gonçalves

4. OS UTILIZADORES E OS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

PMEST or not PMEST? Enhancing relevance with a freely faceted classification 231
Claudio Gnoli, Patrícia de Almeida

Garantia do contexto arquivístico: parâmetro para o desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento Arquivístico 243
Denize Laureano Rocha, Clarissa Schmidt

A customização do *Access to Memory* na Organização do Conhecimento em sistemas de documentação de museus 261
Gabriela de Oliveira Souza, Isabela Correa Macena, Dunia Llanes Padrón, Maria José Vicentini Jorente

A Organização da Informação e do Conhecimento em Pequenas e Médias Empresas: diagnóstico do setor industrial português 275
Eliane Pawlowski de Oliveira Araújo, Sónia Catarina Lopes Estrela, Armando Malheiro da Silva

A Organização e Representação da Informação documental fotográfica: um panorama de acervos arquivísticos públicos de Santa Catarina, Brasil 293
Vanessa Aline Schveitzer Souza, Eva Cristina Leite da Silva

Metodologías para la evaluación de portales de datos abiertos de instituciones públicas españolas 305
David Mercadal-Cuesta, Gema Bueno-De-La-Fuente, Carmen Agustín-Lacruz

Organização do Conhecimento em plataformas de comércio eletrônico no Brasil: análise e reflexão sobre os princípios dos desenvolvedores de estruturas organizativas 321
Patrícia Tiemi Lopes Fujita, Ana Lúcia Terra, Mariângela Spotti Lopes Fujita

Os acervos com documentos fotográficos e a formação de profissionais da Organização do Conhecimento Arquivístico 337
Anna Carla Almeida Mariz

Competencias para la Organización del Conocimiento y la Información en los repositorios institucionales: perspectiva de los profesionales en Brasil, España y Portugal 349
Carmen Agustín-Lacruz, Gema Bueno-De-La-Fuente, David Mercadal-Cuesta, Mariângela Spotti-Lopes-Fujita, Ana Lúcia Terra

A Organização do Conhecimento no âmbito da Arqueologia: arquivos de Arqueologia 367
Matilde Seca

A produção científica portuguesa sobre (Sistemas de) Organização do Conhecimento no âmbito da ISKO 379
Luís Corujo, Jorge Revez, Carlos Guardado da Silva, Laureano S. Ascensão de Macedo

Sistemas de Organização do Conhecimento: uma proposta de avaliação formativa no ensino de classificação 405
Cibele Araújo Camargo Marques Santos, Natali Gaudio de Almeida

Redes de colaboração científica em pesquisas publicadas no livro da ISKO Brasil, 2023: análise cientométrica 419
Larissa Silva Costa, Bianca de Láia Vicentini, Maria José Veloso da Costa Santos, Rosane Abdala Lins, Vania Lisboa da Silveira Guedes

Catálogos *raisonné* como Sistemas de Organização do Conhecimento no domínio da Arte: reflexões preliminares a partir da sua dimensão cultural 437
Igor Alves Coelho, Suellen Oliveira Milani, Carlos Henrique Juvêncio

Organización del Conocimiento con herramientas de *second brain*: tipología y evolución 451
Jesús Tramullas, Ana I. Sánchez-Casabón, Piedad Garrido-Picazo

Garantía académica en sistemas de Organización del Conocimiento 459
Ana Inés Brozia

Organização dos dados de pesquisa em Ciências Sociais e Humanas: uma reflexão sobre assuntos e tipos de conteúdo no *Registry of Research Data Repositories* 465
Isabella Henrique Lima Pereira, Suellen Oliveira Milani

Visualización y métricas para el análisis del ciclo de vida de la indización: estudio de caso de 25 años de *keywords* en el diario *El País* (2000-2024) y prototipo de aplicación *web* 481
Tomás Saorín, Juan-Antonio Pastor-Sánchez, Isidoro Gil-Leiva

Caminhos linguístico-semióticos para a Organização do Conhecimento 503
Alexandre Robson Martines

A dimensão ética do pensamento lógico e categorial em Sistemas de Organização do Conhecimento: relatos de pesquisa sobre a microanálise da terminologia sobre gênero na *Agenda 2030* 519
Gustavo Silva Saldanha, Fernanda do Valle Galvão Debetto, Graciane Silva Bruzinga Borges, Mayara Oliveira Silva Gonçalves

***Dewey Quiz*: gamificação como estratégia pedagógica no ensino e prática da Classificação Decimal de Dewey** 531
Nina Gomes Sobral Barcellos D'almeida, Sofia Frahlich Cavalleiro, Michely Jabala Mamede Vogel

Empowering libraries and toy libraries with ClaG, a classification of plays and games 543
Carlo Bianchini

POSTERS

A representação da literatura infanto-juvenil afrocentrada na Biblioteca Flor de Papel 561
Tatiana de Almeida, Camila de Fátima Leal Rodrigues

La colaboración entre Portugal y España en la investigación sobre adicciones 569
Yiming Liu, Antonio Vidal-Infer, Ramón V. Cirilo-Gimeno, Rafael Aleixandre-Benavent, Rut Lucas-Domínguez

Análisis comparativo de la producción científica en adicciones en Portugal y España (2014-2023): evaluación de impacto, financiación y acceso abierto 575
Yiming Liu, Rut Lucas-Domínguez, Ramón V. Cirilo-Gimeno, Rafael Aleixandre-Benavent, Antonio Vidal-Infer

AS DIMENSÕES DO PODER DE NOMEAR NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO*

JOSÉ AUGUSTO CHAVES GUIMARÃES**
JOSÉ AUGUSTO BAGATINI***

Naming is power (Hope A. Olson).

Resumo: *Considerando que o poder não é algo uno, mas multifacetado e, muitas vezes, se manifesta de formas quase imperceptíveis, busca-se desmistificar a questão do poder na Organização e Representação do Conhecimento (ORC), no intuito de propiciar uma reflexão ética sobre suas manifestações, características e desdobramentos/consequências e evidenciar as manifestações de poder na ORC. Para tanto, parte-se do conceito de poder, a partir de Michel Foucault para discutir como se dá a relação de entre poder e representação, em aspectos relativos à natureza referencial da representação no Tempo e no Espaço (Guimarães 2017), ao poder de nomear (Olson 2002) e às relações de poder nos arquivos (Schwartz e Cook 2002). Isso leva a desdobramentos e impactos desse poder envolvendo aspectos como o epistemicídio (El Hadi, Elbeely e Abdelwahab 2023), a natureza hegemônica da memória (Le Goff 1994). Chega-se, assim a um conjunto de dimensões de poder em ORC, nomeadamente: poder de nomear, poder de evidenciar e de monumentalizar, poder de ocultar, poder de segregar, poder de ordenar, poder de categorizar, poder de preservar, poder de mediar, poder de conceder acesso, e poder de difundir e de socializar. Conclui-se que o conhecimento e a consciência dessas dimensões de poder pelos profissionais envolvidos em atividades de ORC constitui elemento fundamental para evitar eventuais riscos de desvios éticos que possam, entre outros aspectos, levar a impactos sobre direitos e liberdades individuais e sobre a memória coletiva e a identidade nacional.*

Palavras-chave: *Ética; Organização e Representação do Conhecimento; Preconceitos; Poder; Justiça informativa.*

Abstract: *Considering that power is not something unique, but multifaceted and often manifests itself in almost imperceptible ways, we seek to demystify the issue of power in the Knowledge Organization and Representation (KOR), with the aim of providing an ethical reflection on its manifestations, characteristics and developments/consequences and highlighting the manifestations of power in the KOR. To this end, we start from the concept of power, based on Michel Foucault, to discuss how the relationship between power and representation occurs, in aspects related to the referential nature of representation in Time and Space (Guimarães 2017), the power to name (Olson 2002) and power relations in archives (Schwartz and Cook 2002). This leads to developments and impacts of this power involving aspects such as epistemicide (El Hadi, Elbeely e Abdelwahab 2023), the hegemonic nature of memory (Le Goff 1994). Thus, we arrive at a set of dimensions of power in KOR, namely: power to name, power to highlight and monumentalize, power to hide, power to segregate, power to order, power to*

* Os autores agradecem à Capes e ao CNPq (Proc. 304515/2024-8).
** Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP) – Brasil. Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0310-2331.
*** Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP) – Brasil. Universidad Carlos III de Madrid (UC3M) – Espanha. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8830-2075.

categorize, power to preserve, power to mediate, power to grant access, and power to disseminate and socialize. It is concluded that knowledge and awareness of these dimensions of power by professionals involved in KOR activities is a fundamental element to avoid possible risks of ethical deviations that may, among other aspects, lead to impacts on individual rights and freedoms and on collective memory and national identity.

Keywords: *Ethics; Knowledge Organization and Representation; Power; Prejudices; Informative justice.*

INTRODUÇÃO

A abordagem do «poder de nomear» enquanto objeto de uma reflexão de natureza ética pressupõe que se considere, preliminarmente, a perspectiva sociocultural que, notadamente a partir do início do presente século, passou a permear as discussões na área de Organização e Representação do Conhecimento – ORC. Essa perspectiva, fortemente pautada nas ideias de Birger Hjørland (2002a; 2002b; 2004; 2008; 2017), reforça a necessidade de se considerar o contexto em que se efetivam os processos, instrumentos e produtos da ORC como elemento determinante de sua performance e de seus efeitos, especialmente em virtude da diversidade cultural desse contexto. Para tanto, além das variáveis espaço-temporais, importante se torna considerar as idiossincrasias das comunidades envolvidas (do produtor, do «intérprete» e do usuário desse conhecimento).

No universo da International Society for Knowledge Organization – ISKO, especialmente no que se refere às conferências internacionais que ocorrem a cada dois anos, algumas delas merecem especial menção em virtude de seu tema central coadunar-se mais fortemente com a perspectiva sociocultural da organização do conhecimento. Nesse sentido, merecem especial destaque temas como: os desafios e perspectivas da ORC, em busca de uma integração além fronteiras (ISKO, Granada, 2002); cultura e identidade na ORC (ISKO, Montréal, 2008) e «o compromisso da ORC com um planeta sustentável em que o conhecimento é compartilhado para subsidiar uma sociedade conectada» (ISKO, Rio de Janeiro, 2016). A isso se aliam, especialmente no âmbito ibero-americano, temas de conferências nacionais e/ou regionais. No caso da ISKO-Brasil, destacam-se, especialmente: o compromisso com a diversidade cultural (ISKO, Marília, 2015) e a responsabilidade da ORC na promoção de sociedades democráticas e inclusivas (ISKO, Belém do Pará, 2019). No caso do capítulo de ISKO Espanha e Portugal, tem-se a dimensão humana da ORC (ISKO, Barcelona, 2005), a ORC no *Horizonte 2030* (ISKO, Lisboa, 2021), a ORC nos campos documental, patrimonial e social (ISKO, Madrid, 2023) e, honrosamente, neste evento (Porto, 2025), tem-se a discussão dos desafios éticos na ORC.

Para Hope Olson (2002), a perspectiva sociocultural da ORC pressupõe o reconhecimento da diversidade como elemento que lhe é intrínseco, bem como da

natureza sugestiva (e não prescritiva, como já se acreditou anteriormente) dos sistemas de ORC, cujo propósito reside antes em promover uma intercomunicação do que em «normalizar» representações.

Na literatura internacional da área, a perspectiva sociocultural vem sendo tradicionalmente abordada a partir de conceitos como: a garantia e a hospitalidade cultural em sistemas de ORC (Beghtol 2002; Beghtol 2005), a ética transcultural de mediação (García Gutiérrez 2002), a busca pela universalidade da representação sem sacrificar a diversidade e os contextos locais (López-Huertas 2008), a reformulação do conceito de «aboutness» como algo dependente do contexto (Campbell 2000), assim como o reconhecimento das metáforas como veículo de sentido para comunidades específicas (Pinho e Guimarães 2012). Especial destaque merece o trabalho pioneiro de Sanford Berman (1971), ao evidenciar a presença de preconceitos e antipatias em sistemas de ORC, no caso, especificamente no *Library of Congress Subject Headings* em temas relativos a pessoas (raças, nacionalidades, grupos étnicos, religiões, gênero, etc.).

Mas foi notadamente a partir da obra seminal de Hope Olson, intitulada *The Power to Name* (Olson 2002)[1] que a reflexão se deslocou dos vieses presentes na estrutura dos instrumentos para a reflexão ética que deve permear a ação humana quando no desenvolvimento dos processos de ORC. Para tanto, a autora cunhou a expressão «poder de nomear»[2] («power to name»), em que defende que o profissional da informação possui um poder, que lhe foi conferido pela sociedade, por conta de sua formação profissional, para nomear conteúdos documentais criando, assim, substitutos de conhecimento («surrogates of knowledge»), nos quais a sociedade se pautará quando em busca por informações. Para a autora, nomear é uma maneira de estabelecer poder, intencionalmente ou não, e igualmente é uma oportunidade para promover a mudança social.

Desse modo, e tendo por premissa que o poder não é algo uno, mas multifacetado e, muitas vezes. se manifesta de formas quase imperceptíveis, objetiva-se, neste trabalho, desmistificar a questão do poder na ORC, propiciando uma reflexão ética

[1] O livro de Olson (2002) encontra consonância com: a) o livro *The Dismissal of Miss Ruth Brown: civil rights, censorship, and the American library* (Robbins 2000), que descreve a demissão, em 1950, da bibliotecária Ruth W. Brown da Biblioteca Pública de Bartlesville, Oklahoma, em virtude da acusação de haver feito circular «material subversivo» por conta de seu trabalho de promoção de igualdade racial por meio da formação de um grupo afiliado ao *Congresso de Igualdade Racial* dos Estados Unidos; b) o filme *Storm Center* (Estados Unidos, 1956), dirigido por Daniel Taradash e estrelado por Bette Davis, que conta a história de Alicia Hull, bibliotecária em uma pequena cidade da Nova Inglaterra, que se recusa a retirar do acervo um livro considerado comunista pelo conselho municipal, o que causa consequências de sua decisão; e c) o artigo *Archives, records, and power: the making of modern memory* (Schwartz e Cook 2002), que busca descaracterizar o disseminado mito da imparcialidade, neutralidade e objetividade do arquivista para demonstrar que os arquivos são instrumentos de poder, visto controlarem o passado de uma sociedade, por privilegiar algumas narrativas em detrimento de outras, sendo os arquivistas elementos integrantes dessa narrativa, o que lhes confere certo poder sobre memória e identidade. Os autores inclusive destacam que «os arquivos não são meros e passivos depósitos […] mas locais ativos em que o poder social é negociado, contestado e confirmado» (Schwartz e Cook 2002, p. 1).

[2] Segundo a autora, a escolha do termo «nomear» decorre do fato de ele trazer consigo a conotação de controle da representação de assunto e, por decorrência, do acesso (Olson 2002, p. 4).

sobre suas manifestações, características e desdobramentos/consequências. Assim, e decorridas mais de duas décadas da obra seminal de Hope Olson (2002), cumpre-nos refletir sobre os desdobramentos e manifestações que esse «poder de nomear», de natureza complexa e multifacetada, assume, especialmente quando se tem por foco o processo de representação do conhecimento, em arquivos e bibliotecas. Isso, por sua vez, pressupõe que se considerem, em especial, os contextos envolvidos.

1. A QUESTÃO DO CONTEXTO

No âmbito do percurso histórico da literatura internacional da ORC, observa-se, de início, uma tônica de natureza mais ontológica relativamente ao fenômeno do conhecimento e de sua organização, como se pode verificar nas obras de Ingetraut Dahlberg, fundadora da ISKO, pautadas nas concepções aristotélicas e com forte base nas ideias de Ranganathan e, relativamente à dimensão conceitual da ORC como campo de estudos, a ela se referia como uma ciência voltada para a estruturação e o arranjo sistemático das unidades de conhecimento (os conceitos) segundo as características que lhes são inerentes (Dahlberg 1993; Dahlberg 2006). Tal concepção vai ao encontro da denominada teoria do conceito, igualmente concebida por Dahlberg (1978).

Para Dahlberg (1978) o conceito deriva de um conjunto de predicados (características) que ocorrem simultaneamente em uma dada entidade, sendo que tais conceitos estabelecem, entre si, relações de diversas ordens. Para a autora «a categorização formal dos conceitos — objetos, fenômenos, processos, propriedades, relações — tem importância na formação de sistemas e na combinação dos mesmos», de onde decorre a importância intrínseca da ORC (Dahlberg 1978, p. 101).

Se, por um lado, tem-se essa perspectiva mais ontológica da ORC, pautada primordialmente nos conceitos e em sua estrutura, tem-se, notadamente a partir dos anos 90 do século XX, a inclusão de um novo olhar — ressalte-se, não conflitante com o anterior — que passa a considerar os contextos como um elemento que fortemente influencia a configuração e a organização dos conceitos. Tem-se, assim, o olhar epistemológico, que passa a considerar, também, a natureza e os limites do conhecimento e, principalmente, as relações que se estabelecem entre o sujeito cognoscente e o contexto do conhecimento que se organiza.

Fortemente liderada por Birger Hjørland, essa perspectiva, no âmbito da ORC, pauta-se no conceito de domínio — e de sua análise — enquanto um constructo socialmente situado (Hjørland e Albrechtsen 1995; Hjørland 2002a; Smiraglia 2012). Desse modo, aspectos de natureza sociocultural passam a ser considerados no desenvolvimento dos processos, produtos e instrumentos de ORC, tais como os sujeitos, as culturas, os valores, as teorias, bem como as delimitações espaço-temporais envolvidas (Guimarães 2017). Tais aspectos, por sua vez, podem ser sintetizados na noção de contexto

O contexto, como destacam Mota e Kobashi (2019) situa-se no cerne da Pragmática, que tem por objeto o estudo do uso que se faz das expressões linguísticas em um dado contexto, o que leva a alterações de significado em função das situações em que se inserem. Abrangendo tanto uma dimensão física (de natureza espaço-temporal), quanto social (de natureza cultural e linguística), o contexto incorpora elementos inerentes aos atores de um processo comunicativo, tais como crenças, expectativas e valores (Van Dijk 1977; Edmonds 1999).

No caso dos processos de ORC — de natureza comunicativa, por definição — Mota e Kobashi (2019) afirmam que a noção de contexto se desdobra em contexto de criação e contexto de consumo. A isso, pode-se acrescentar um contexto de organização e representação, pois esse processo comunicativo somente se efetiva a partir da interlocução entre os contextos do produtor (autor) e do destinatário (usuário), mediada pelo contexto do profissional da informação.

Desse modo, incorporar a questão do contexto aos processos de ORC permite que se chegue a produtos (substitutos de conhecimento, na concepção de Olson (2002)) mais ricos e precisos, conferindo-lhes mais sentido, a partir de um enriquecimento semântico e pragmático de dados contextuais, o que afetará positivamente o processo de busca e recuperação da informação (Mota e Kobashi 2019).

O reconhecimento do aspecto contextual ocupa a centralidade da denominada abordagem sociocultural da ORC, que busca não apenas compreender e representar os conceitos em si mesmos mas, e principalmente, entender como esses conceitos refletem — e interagem com — os atores envolvidos, em uma dinâmica que evidencia que essa representação se manifesta de forma contínua e helicoidal, na medida em que um conhecimento produzido é representado para propiciar a construção de um novo conhecimento o qual, uma vez materializado e socializado, será novamente tratado para subsidiar a construção de um novo conhecimento, em um movimento contínuo ao longo do tempo (Barité 2001; Guimarães 2008).

Por sua vez, e como já mencionado, esse reconhecimento do aspecto contextual da ORC, pressupõe o reconhecimento dos valores envolvidos, e, especialmente no que se refere ao profissional responsável pela efetivação dos processos ou, ainda, do desenvolvimento e utilização dos instrumentos e da geração dos produtos, uma reflexão — e uma abordagem — de natureza eminentemente ética.

2. A DIMENSÃO ÉTICA DA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

A ética constitui área de estudos no campo da Filosofia que tem por cerne os valores, a conduta e as regras relativamente à vida do homem em sociedade, envolvendo conceitos como: bem, ação correta, dever, obrigação, virtude, liberdade, racionalidade e escolha. Assim, e enquanto uma doutrina dos costumes, ocupa-se dos objetos

morais em todas suas formas, englobando questões como o comportamento moral (sempre permeado pela liberdade de escolha) e os valores morais (Sánchez Vásquez 1975; Martins 1994; Severino 1994; Blackburn 1997; Srour 1998; Ferrater Mora 2001).

Remontando à Antiguidade Clássica, a ética aristotélica centrava seu objeto na busca do homem pela felicidade, felicidade essa que, na ética medieval, era entendida como a busca por Deus. Com o Iluminismo, vem à tona a questão do livre-arbítrio, chegando-se, no século XVIII, à construção, por Kant, do conceito de imperativo categórico como norteador das ações éticas, entendido como a essência da norma moral, em que o bem deve ser buscado em si mesmo. Para tanto, pauta-se na liberdade, razão pela qual a vontade é autônoma, e não como meio para se alcançar alguma outra coisa, e parte da ideia da boa vontade como um bem supremo, que se pauta pela liberdade, razão pela qual a vontade é autônoma[3]. Historicamente, o estudo da ética pode ser dividido em quatro doutrinas: Ética grega (sofistas, Sócrates, Platão, Aristóteles, estoicos e epicuristas); Ética Cristã Medieval (Ética Religiosa, Ética Cristã Filosófica); Ética Moderna (Ética Antropocêntrica no Mundo Moderno, Ética de Kant); e Ética Contemporânea (de Kierkegaard ao Existencialismo, Pragmatismo, Psicanálise e Ética, Marxismo, Neopositivismo e Filosofia Analítica) (Sánchez Vásquez 1975; Weckert e Adeney 2000).

Na Idade Contemporânea, vale dizer, mais especificamente a partir da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, com o desenvolvimento mais nítido da sociedade capitalista, a questão ética passa a atingir mais fortemente os segmentos profissionais (em muitos casos, herdando elementos das corporações de ofício medievais), o que leva à necessidade de se averiguar não apenas as questões técnicas e operacionais relativas às profissões ('como' fazer), mas também os objetivos e a inserção social dessas profissões ('por que' e 'para que' fazer), dando lugar à denominada «ética profissional» que, em última análise, reflete uma dimensão cotidiana da ética, no ambiente do desenvolvimento das relações de trabalho.

A ética profissional, por sua vez, também denominada deontologia[4], passa a assumir duas vertentes, sendo uma de natureza axiológica, relativa ao estudo dos valores inerentes a um dado entorno profissional ou ramo da atividade humana, e outra de natureza normativa, quando esses valores assumem uma dimensão de regras de conduta, materializando-se em códigos de ética profissionais. Ambas as dimensões

[3] Vale destacar que o conceito de moral pressupõe o estudo de valores contextualmente considerados, ou seja, situados no tempo e no espaço, ao passo que a ética constitui uma reflexão mais ampla sobre os valores em si.

[4] A deontologia representa um conjunto de preceitos, de ideias, um elenco de determinações objetivas, instruções operacionais a serem seguidos pelos membros de uma categoria profissional visando garantir a uniformidade na realização de um trabalho e ação do grupo. Trata-se, pois, de uma orientação com o objetivo de (bem) guiar a conduta profissional (princípio ético aplicado à conduta profissional), já que cada categoria profissional é responsável pela elaboração e estabelecimento de suas normas de conduta (Rasche 2005; Souza 2007).

buscam alcançar um 'agir profissional correto e adequado' para com a sociedade em que aquele segmento profissional se insere.

Trazendo a questão para a universo informacional, essa dimensão ética encontra especial ênfase nas questões afetas ao uso da informação, às tecnologias de informação e aos sistemas de informação, e derivam das escolhas e juízos envolvidos, em especial quando se depara com interesses conflitantes. Nesse âmbito, questões como acesso, propriedade, privacidade, segurança e democracia constituem alguns dos dilemas que se colocam aos profissionais da informação e ao público (Smith 1997).

Guimarães (2000), nessa seara, identifica cinco níveis de compromissos éticos dos profissionais da informação, em especial arquivistas e bibliotecários: com a informação propriamente dita (seu conteúdo, sua proveniência e confiabilidade), com o usuário (suas necessidades e expectativas), com o contexto institucional (seus objetivos, sua missão e suas limitações), com a profissão (sua reputação enquanto coletivo) e com o profissional em si mesmo (seus valores, crenças e sua reputação individual)[5].

No âmbito específico da ORC, essa dimensão ética, relativamente aos processos, produtos e instrumentos envolvidos, pressupõe o reconhecimento de alguns riscos — ou perigos — que podem ocorrer, tais como: a) «tendenciosidade» na representação dos conceitos (Berman 1971); b) a negligência do indexador no momento da escolha dos termos de indexação (Dahlberg 1992); c) os danos sofridos pelo autor quando sua obra não chega a ser compilada por uma publicação internacional em virtude de uma indexação inadequada ou insuficiente (o que, no limite, levaria a uma dimensão de responsabilidade civil) e o problema de uma subordinação tendenciosa de conceitos (como por exemplo, nas relações hierárquicas em tesauros e em índices) (Berman 1971; Guimarães 2006); d) a representação a partir de sistemas que refletem um discurso produzido por um universo acadêmico e por um público majoritário, deixando claras as fragilidades de ambas as estruturas em fazerem frente a necessidades informacionais de segmentos mais específicos, que podem tornar-se invisíveis (Silva 2004).

Guimarães (2006, p. 72), categoriza e exemplifica alguns problemas especificamente no âmbito da representação do conhecimento: a) preconceitos (ex.: «Lesbianismo use Desvios sexuais»); b) categorizações dicotômicas (ex.: «Religiões cristãs X Religiões não-cristãs», reforçando um paradigma de preponderância ou de normalidade e revelando uma certa dose de proselitismo); c) linguagens de indexação em uma visão de mundo específica (ex.: sistemas de classificação pautados no paradigma

[5] Como destaca Samek (2008, pp. 59-60): «Os especialistas da informação têm uma responsabilidade moral para com os usuários, em um nível *micro* (os indivíduos), *meso* (as instituições) e *macro* (a sociedade)».

do WASP – *white, protestant and anglo-saxon man*); d) falta de precisão terminológica (ex.: «substituição da expressão igrejas protestantes por igrejas evangélicas»; e) polissemia (ex.: uso indistinto do termo e da notação única para Classificação para sua ocorrência nas áreas de Arquivologia e de Biblioteconomia); e f) desrespeito ao politicamente correto na indexação (ex.: uso do termo «Usuários deficientes» em vez de «Usuários com necessidades especiais»), entre outros.

Tudo isso, como já afirmado, evidencia um poder que se manifesta em atividades de representação do conhecimento, como a indexação, denominando por Olson (2002) como o já mencionado «poder de nomear». Esse poder, por sua vez, não se restringe à atividade do indexador na escolha de termos para fins de representação mas se estende às representações propriamente ditas uma vez que os substitutos de conhecimento («surrogates of knowledge») mencionados pela referida autora trazem, consigo, uma dimensão de poder que lhes é intrínseca.

3. A QUESTÃO DO PODER

O termo Poder vem do latim *potere*: o direito de deliberar, agir e mandar e também, dependendo do contexto, a faculdade de exercer a autoridade, a soberania, ou o império de dada circunstância, ou ainda, a posse do domínio, da influência ou da força. Traçar a origem das reflexões acerca do tema pode ser descrito como algo impossível, uma vez que tal assunto está, como preconizado por Herb (2013), posto à humanidade desde que a mesma começou a refletir sobre si. Todavia, o referido autor chama atenção para a definição de Max Weber (1922), que pode ser utilizada como ponto de partida por investigações que buscam a compreensão do Poder. Weber (1922, p. 16) caracteriza o poder «como cada chance de impor, dentro de uma relação social, a vontade própria mesmo contra relutância, não importando em que essa chance se baseia».

Muitas outras definições sobre o tema podem ser recuperadas, proporcionando, portanto, uma abundância de interpretações que se condicionam ao espaço e ao tempo de seus proponentes. Sobre isso, Byung-Chul Han (2019), em sua obra *O Que é Poder?* (*Was ist Macht?*), sublinha que ainda existe um caos teórico que paira sobre o termo Poder. Para alguns, significa opressão, enquanto, para outros, um elemento construtivo da comunicação; ora é associado à liberdade, ora à coerção; baseia-se na ação conjunta ou, para outros, tem relação com a luta; para um grupo, é marcada a diferença entre poder e violência, enquanto para outro, a violência não é outra coisa senão uma forma intensiva de poder; assim é o poder, ora associado com o direito, ora com o arbítrio.

Em busca de compreender o poder no contexto moderno, Herb (2013, p. 268) aventa indagações como «O que é, então, poder? Sempre algo ameaçador? Depende de repartições públicas? Concede charme e carisma? Mostra-se em instituições? Ou

se esconderia dentro de sistemas e atrás de muros?». Busca então, o autor, respostas nas contribuições de Maquiavel, Hobbes, Arendt e Foucault, destacando o fato de os quatro autores estarem conectados pela tendência de situar o poder para além do bem e do mal, em uma certa apologia do poder, enquanto o que os separa são as bases de suas defesas, bem como as concepções do modo como poder e direito, ser e dever, se relacionam.

Especificamente de sua leitura de Foucault, Herb (2013) destaca que o filósofo francês busca compreender o tema a partir das margens da sociedade, e usa o termo poder para nomear uma situação complexa de uma sociedade e tem sua origem na passagem do século XVIII para o XIX, quando, para Foucault, nasce um novo tipo de poder, junto com o indivíduo moderno. Complementarmente, Brígido (2013, pp. 9-60) destaca que para Foucault, não existe o poder *per se*, mas, sim, relações de poder, que estão distribuídas e agindo em toda a sociedade, em todos os lugares e em todas as pessoas. Desse modo, o poder envolve todos os indivíduos, impedindo que se considerem independentes ou alheios às relações de poder.

Sobre seu próprio trabalho, Foucault (2014, p. 102) pontua que «não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro. […] Trata-se de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, onde se torna capilar». Essa captura se refere especificamente às formas e instituições, em configurações regionais e locais. Isso pressupõe considerar mais especialmente a corporificação desse poder em técnicas que se valem de instrumentos de intervenção material, tais como as instituições educacionais, penais e médicas, entre outras. Esse poder, por sua vez, deve ser analisado como algo que circula e que só funciona e se exerce em cadeia, nunca localizado espacialmente, nunca especificamente detido por alguns e nunca apropriado como riqueza ou bem. Ademais, esse poder não se aplica especificamente a indivíduos mas passa por eles, de tal modo que o indivíduo passa a ser um dos efeitos do poder e, simultaneamente, seu centro de transmissão. Para o referido autor, o poder não se localiza no aparelho de Estado, mas corporifica-se nos mecanismos que funcionam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado — administração pública, exército, polícia, tribunais e prisões por exemplo — a um nível muito mais elementar, quotidiano — qualificados como «subpoderes/micropoderes» (Foucault 2014).

À vista do exposto, cumpre caracterizar unidades de informação — especificamente arquivos e bibliotecas — como mecanismos de poder, sobretudo no espectro caracterizado por Foucault (2014) como «subpoderes/micropoderes», assim como os profissionais da informação enquanto veículos/agentes de poder.

No que diz respeito à relação das unidades de informação com o poder, pode-se dizer que os processos de coleta, processamento, organização e disponibilização de informações em arquivos e bibliotecas estão sujeitos às relações de poder, uma vez

que se estabelece, de maneira explicita ou implícita, qual informação deve passar pelos referidos processos. Tem-se, portanto, o poder na seleção da informação que deve ser coletada, processada, organizada e disponibilizada, ou, ao contrário, tem-se poder na decisão que delimitará qual informação não será coletada, não será processada, não será organizada e não será disponibilizada.

O poder se manifesta também em situações de revisão da informação contida em uma unidade de informação, tal como ocorreu com a bibliotecária Ruth Winifred Brown, demitida no ano de 1950, após 30 anos de serviços prestados como bibliotecária pública de Bartlesville, Oklahoma. A demissão de Ruth, segundo Robbins (2000), ocorre, aparentemente no primeiro momento, por circulação de material subversivo na biblioteca. Entretanto, indica a autora, que Brown foi demitida, na verdade, por ter se tornado ativa na promoção da igualdade racial e ajudado a formar um grupo afiliado ao Congress of Racial Equality (Congresso de Igualdade Racial). Tal exemplo possibilita que se perceba a ação do poder vigente influenciando diretamente o fazer do profissional da informação e também a oferta de uma informação específica em uma unidade de informação. Em outras palavras, pode-se identificar, no caso de Ruth Brown, como o profissional e a própria instituição podem ter sua autonomia cerceada (no enfrentamento e não adoção do pretendido) ou moldada (no caso de aceitar passivamente a relação de poder imposta)[6].

Mais tarde, Hope Olson (2002), em sua obra *The Power to Name*, explora como se estabelecem as relações de poder, intermediadas pelos «substitutos de conhecimento» («surrogates of knowledge»), entre instituição e profissional da informação, por um lado, e «usuário de informação», por outro. Dessa relação, preconiza a autora, podem surgir situações que culminem em danos diretos a indivíduos ou grupos, sobretudo, quando há vieses embutidos nessas representações. Esse problema, segundo Olson (2002), possui dois aspectos principais: o papel dessa representação no reflexo de valores sociais e a falta de neutralidade nesse processo. Cumpre destacar que tais representações vão além da organização semântica e podem afetar, inclusive, a disposição física dos documentos e, por consequência, o acesso, como é ilustrado pela autora quando cita o relato de Judy Grahn sobre a busca por material sobre homossexualidade em uma biblioteca de Washington, D. C., caso em que os livros sobre o tema eram trancados em uma área isolada e somente professores, médicos, psiquiatras e advogados poderiam acessá-los.

No que diz respeito aos arquivos enquanto instituições, Schwartz e Cook (2002) destacam que estes sempre estiveram relacionados ao poder — do estado, da igreja,

[6] Tal fato é retratado na obra de Taradash, diretor do filme ficcional *Storm Center* (*No Despertar da Tormenta*, em português). No filme, mais enfaticamente referindo-se ao clima vigente do período do Macarthismo, a acusação se coloca relativamente a um livro comunista.

da corporação, da família, do público ou do indivíduo — refletindo e estabelecendo relações de poder e atuando como base para a validação de narrativas que dão coesão e significado a indivíduos, grupos e sociedades. Com isso, estão suscetíveis a privilegiar ou marginalizar, a atuarem como ferramentas de hegemonia ou resistência, a constituírem espaço de empoderamento e expressão ou a se configurarem como instrumento de restrição e repressão. Caracterizam-se, portanto, como *locus* de poder do presente para controlar o que o futuro saberá do passado, sempre atuando como intersecção espaço-temporal. Arquivos nunca foram neutros, e desde sua origem excluíram sistematicamente registros de mulheres, por exemplo, e foram agentes voluntários na criação do patriarcado bem como deram suporte a ações contra grupos marginalizados (Schwartz e Cook 2002).

Em coro com o proposto por Olson (2002) sobre os substitutos de conhecimento, Schwartz e Cook (2002) destacam que os documentos de arquivo também se relacionam com o poder, uma vez que visam a impor controle e ordem em transações, eventos, pessoas e sociedades por meio do poder legal, simbólico, estrutural e operacional da comunicação nele gravada.

Pode-se afirmar, portanto, que o documento, enquanto representação, constitui, a materialização de um poder que flui por meio do indivíduo — profissional da informação, enquanto veículo de poder — e também da instituição. Representar é, desse modo, lançar ao campo de batalha semântico uma interpretação de mundo em que, a partir das escolhas, pode-se reafirmar a hegemonia de um paradigma dominante ou entrar em colisão com esse *status quo*.

As unidades e os profissionais da informação passam a ser, então, tanto fruto do poder quanto agentes de poder e, por decorrência, a unidade de informação acaba por constituir-se em um acúmulo de decisões tomadas, com reflexos na sociedade como um todo, seja no próprio indivíduo profissional da informação seja no indivíduo 'usuário' de informação. Tal processo ocorre de maneira complexa e não linear, mas que, em questão de acúmulo, apropriação e reconstrução do conhecimento, pode ser representado a partir do já mencionado helicoide, como sugerido por Guimarães (2008).

Considerando que a ORC centra seus processos e instrumentos na sistematização e expressão de saberes em geral materializados e socializados em documentos, cabe recordar que não há saber neutro visto estar sempre enredado em relações de poder. Desse modo, saber e poder interagem constantemente na medida em que um saber reflete uma estrutura de poder e o exercício de um poder leva a um lugar de formação do saber (Machado 2007; Mostafa e Sabbag 2016, p. 19). Isso, por sua vez, leva a refletir, especificamente no âmbito da ORC, sobre as dimensões que o «poder de nomear» assume, as quais podem se prestar tanto à inclusão quanto à exclusão, como se vê a seguir.

4. DOS PODERES INCLUSIVOS EM ORC

Os poderes inclusivos na ORC são aqueles em cujo exercício o profissional age conscientemente e pautado por compromissos éticos de distintas ordens para promover um acesso o mais diversificado possível à informação, com especial atenção à diversidade cultural e à importância de que também os discursos não dominantes encontrem representação e 'acolhimento' no sistema.

4.1. O poder de mediar

No culture can live if it attempts to be exclusive (Mahatma Gandhi).

Mediação é a busca do ponto de encontro entre o enunciador e o receptor, lugar que se estabelece graças a uma terceira pessoa ou a um conjunto de técnicas, ferramentas, mensagens ou interfaces que acompanham o receptor de modo a facilitar-lhe a compreensão por meio da compreensão de sentidos, podendo levar a uma mudança (de ações, de representações, etc.) de sua parte. Ela vai além da mera transmissão para ser também um lugar onde se reencontram o coletivo e o individual, as diversas instituições e seus públicos, que se apoiam em imaginários coletivos, revelando a relação de um indivíduo com sua cultura (Caune 1999; Liquiète 2010). Nesse contexto, a ORC atua especificamente na construção de 'pontes'[7] que possam propiciar o processo comunicativo entre o autor e o usuário e, como consequência, entre um conhecimento originalmente colocado e o novo conhecimento que será construído a partir de seu acesso e uso.

É importante que essa 'ponte' que se estabelece na mediação, por meio do desenvolvimento dos processos representacionais como a indexação, a classificação, a descrição, ou a condensação documental, entre outros, seja construída de maneira sólida (coerente em ambas as direções) para que reflita o conteúdo da informação produzida pelo autor e que esse conteúdo faça sentido ao(s) usuário(s). Para tanto, o profissional responsável por essa mediação deve estar consciente de seu papel de estabelecer uma comunicação entre universos culturais, permeados, por sua vez, pelos valores, as idiossincrasias, e a linguagem de cada um. A isso, se alia — e não pode ser ignorado — a presença do próprio universo cultural do profissional.

Antônio García Gutiérrez (2002), em um trabalho seminal, refere-se a uma ética transcultural de mediação, referindo-se aos profissionais da informação como «mediadores da exomemória»[8] (Gutiérrez 2002, p. 516) e promotores de uma epis-

[7] Como destaca Liquiète (2010), a mediação associa e concilia duas partes muitas vezes distantes, estabelecendo a comunicação.

[8] Ao explicar o conceito de exomemória, García Gutiérrez (2018, p. 109) assim se manifesta: «Nosso mundo fixa os cimentos de sua identidade cultural, dos discursos políticos, das expectativas de futuro, dos conhecimentos adquiridos e de praticamente toda a sua memória, em inscrições. A acumulação de tais inscrições, sobre as que se incorporam

temografia[9]. Esses profissionais devem operar pautados por uma ética transcultural que forneça um legítimo suporte à construção de memórias externas (exomemórias, para o autor) valendo-se de estruturas transculturalmente aceitáveis, assim como de um conjunto de regras que lhe auxiliem a detectar preconceitos de natureza racial, étnica, de gênero ou de outra ordem (García Gutiérrez 2002, p. 519).

Torna-se necessário, portanto, que se dirija rumo a uma nova infraestrutura social pautada por princípios epistemológicos, éticos e técnicos de ORC em que não haja prevalências de um discurso sobre outro nem de uma cultura sobre outra, e sem privilegiamentos de categorias de usuários, revelando que cada entidade em um sistema seja dotada de sua própria força centrífuga que permita promover uma coerência intrassistêmica (García Gutiérrez 2002, p. 521).

4.2. O poder de evidenciar e de monumentalizar

O documento é monumento (Le Goff).

O poder de evidenciar e de monumentalizar decorre do fato de que os substitutos documentais, ao cristalizarem e se proporem a originalmente perpetuar representações, constituem não apenas documentos (enquanto materialização de uma representação) mas, indo além, constituem monumentos, e essa monumentalidade decorre de uma intencionalidade do autor — no caso, o profissional responsável pela representação — pautada em um contexto situado espaço-temporalmente e permeado por todo um conjunto de valores culturais. Isso conduz a uma inserção nos lugares de memória, garantindo aquilo que Smit e Barreto (2002) denominam como «permanência no tempo» (Le Goff 1994; Rabello 2009).

Como destaca Rabello (2009, p. 100): «O monumento como manifestação (voluntária ou involuntária) do passado torna-se monumento porquanto interessa à memória coletiva para trazer junto dele um 'inconsciente cultural', ou seja, uma intencionalidade inconsciente».

O monumento encontra-se relacionado ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, por meio de uma preservação de registros das sociedades enquanto um legado à memória coletiva. Tem-se, pois, uma construção objetivada, ou seja, para dar conta de uma finalidade específica de tal modo que se pode dizer que a

exponencialmente — e a cada instante — novas inscrições digitais, nós a chamamos "exomemória". O conceito de exomemória recupera um sentido antrópico, ético e político ausente na documentação em seus princípios positivistas.».

[9] A epistemografia é o conjunto de estudos, ferramentas, práticas e resultados relacionados à organização descolonizada do conhecimento em redes globais de intercâmbio. Uma epistemografia é a representação ou mapa conceitual de um único documento, a partir de categorias autonarrativas ou heteronarrativas (sempre que a heteronarração seja descolonizante), como a construção de todo um sistema no qual as estruturas e conteúdos daqueles documentos seriam ligados e articulados para outro sistema de representação que lhes daria visibilidade mundial através de uma língua franca digital (outra ferramenta epistemográfica) (García Gutiérrez 2018, p. 110).

representação nomeada constitui um novo documento e monumentaliza, para fins de ocupar espaço nos lugares de memória, uma concepção, uma visão de mundo.

O documento/monumento é fruto de uma ação selecionada que preserva um dado momento social, ou seja, uma memória social que se retém por meio das representações (Dodebei 2000).

Desse poder de monumentalizar decorre um outro poder — o de evidenciar — quando se tem a oportunidade de, na representação, trazer à tona temáticas muitas vezes abordadas de forma secundária ou mesmo *en passant* mas que, por conta do efetivo conhecimento das necessidades informacionais da comunidade usuária e da informação disponível a respeito em um acervo, o profissional opta por trazer tal representação à tona.

4.3. O poder de categorizar

Qui se ressemble s'assemble (provérbio francês).

Categorizar é agrupar objetos, ideias e ações por critérios de semelhança e, por decorrência, pelo estabelecimento de diferenças, levando à criação de um conhecimento novo[10]. Essa temática remonta à Antiguidade Clássica, quando Aristóteles estabeleceu as categorias substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, estado, ação, paixão para a caracterização de algo. Ademais, na concepção o referido filósofo, uma definição se estrutura a partir da identificação do gênero próximo (critério de semelhança) e da diferença específica. Essa concepção aristotélica foi trazida ao universo dos sistemas de ORC, como as categorias concreto, processo e delimitação geográfica (Kaiser 1911), personalidade, matéria, energia, espaço e tempo (Ranganathan 1933) ou ainda aquelas expressas nas tabelas auxiliares de língua, lugar, tempo, raça, forma, na Classificação Decimal Universal (Dubuc 1965).

Nesse contexto, a *Teoria da Classificação Facetada*, desenvolvida por Ranganathan para a organização de material bibliográfico, a partir da *Colon Classification*, rompeu com uma sistemática de classificação descritiva, pautada na organização tradicional dos assuntos nas diferentes disciplinas, para «mapear uma área de assunto independentemente de como este se encontra estruturado na literatura», permitindo a inclusão de novos assuntos (Campos, Gomes e Oliveira 2013, p. 1). Nessa tônica, a partir de 1952, o *Classification Research Group*, em Londres, desenvolveu a denominada *Classificação Facetada*, expandindo as categorias fundamentais de Ranganathan.

[10] Ocorre que essas semelhanças e diferenças não são absolutas, ontológicas, mas dependem de questões contextuais, que variam no tempo e no espaço. Assim, por exemplo, anteriormente o autismo era comumente categorizado como doença mental, ao lado da esquizofrenia e hoje se tem claro que o autismo se refere a formas a comportamento neurológico, ao lado do TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), por exemplo.

A categorização constitui um processo mental inerente à atividade humana como ponto de partida para o processo cognitivo. Desse modo, as palavras constituem rótulos de representação de um processo de categorização. A categorização é, portanto, fundamental tanto para a interação do homem em sociedade — para que possa se comunicar coerentemente — quanto para o armazenamento e recuperação de conhecimentos, seja em sua memória, seja em unidades de informação. Hoje se tem claro que a categorização, enquanto processo, transcende a dimensão individual para revelar-se em «um processo cultural e social de construção da realidade», a partir das informações oriundas de nosso contexto e da forma como a elas respondemos (Lima 2010, p. 109).

À vista disso, pode-se afirmar que existe, no operador dos processos de ORC, um «poder de categorizar» conteúdos tematicamente, poder este que lhe é conferido pela sociedade em virtude de sua *expertise*. E essa categorização constitui uma lente pela qual o conteúdo informacional será percebido pelo usuário, razão pela qual deve ser metodologicamente construída a partir de critérios de coerência e consistência, evitando, o máximo possível, vieses que possam 'embaçar' essa lente e, por decorrência, prejudicar a 'leitura' pelo usuário[11].

4.4. O poder de ordenar

Mas tudo deve ser feito com decência e ordem (1, Coríntios, 14-40).

De modo geral, o ato de ordenar consiste em dispor elementos de uma forma organizada, ou seja, a partir de critérios coerentes e consistentes. Em outras palavras, ordenar é arrumar, organizar fisicamente algo. A ordenação é uma decorrência de natureza pragmática do processo de categorização, e visa a garantir que a informação tenha «portabilidade no espaço e permanência no tempo» (Smit e Barreto 2002, p. 9). Uma ordenação documental pode ocorrer de diferentes formas, seja por assunto, por autor, por título em sequência cronológica (como no caso dos periódicos), por órgão produtor, ou por espécie/tipo documental. Essa ordenação visa a facilitar o acesso e promover a visibilidade de um conjunto documental.

É importante destacar que a ordenação documental, como também um «poder» conferido ao profissional que realiza os processos de ORC, necessita calcar-se em critérios claros e uniformes, coerentes tanto com o contexto da comunidade usuária

[11] Vignaux (1999) alerta que as categorizações muitas vezes são voltadas unicamente para fins de armazenamento, consistindo em um processo redutor, pois estabelece fronteias. É importante que se considere, no entanto, que «as categorizações, quando aplicadas às coisas, servem a um fim autoritário de armazenamento, que constitui um processo redutor, pois estabelece fronteiras. No entanto, e ainda que consciente dessa limitação, é importante se ter claro o fim pragmático da organização e representação do conhecimento em arquivo e bibliotecas que necessita de instrumentos minimamente consistentes para permitir o processo comunicativo que esse estabelece entre a busca, a organização e a recuperação e uso da informação» (Vignaux 1999).

quanto com o contexto institucional (em especial, como o objetivo da instituição). Assim, a ordenação em uma biblioteca de investigação, por exemplo, dará especial atenção ao critério temático da documentação e aos autores envolvidos, pois é a partir daí que se dão as buscas por parte do usuário (sem prejuízo de outros critérios secundários, como o critério cronológico no caso de obras em diferentes edições), ao passo que em um arquivo essa ordenação decorre da maneira como o profissional percebe e representa o processo de produção documental no contexto da estrutura e funcionamento do órgão produtor.

Johanna Smit (1998), fazendo alusão ao caso dos restaurantes que, como recurso de qualidade e confiabilidade de seus produtos e serviços, exibem a placa «Visite nossa cozinha» em suas salas, alerta para o direito que o usuário tem de estar ciente de como uma da informação foi processada e ordenada (quais os critérios utilizados, qual a lógica predominante), para que possa efetivamente compreender a informação que lhe está sendo apresentada. Desse modo, a clareza, para o usuário, dos critérios utilizados no exercício do «poder de ordenar» traz ainda mais confiabilidade e justificativa ética a tal poder.

4.5. O poder de difundir, de socializar

Considerando que todos os processos de ORC em unidades de informação se prestam primordialmente ao estabelecimento de uma dimensão comunicativa entre produtor e usuário de conhecimento tendo em vista a construção de um novo conhecimento, há de se ter em conta que notadamente os processos da representação, ao criarem substitutos do conhecimento, sedimentam, e evidenciam uma forma de materialização de um conteúdo, materialização essa que, via de regra, se manifesta nos produtos de ORC, tais como os índices e descritores, e se perpetua e acaba por muitas vezes suplantar o próprio documento original, como é o caso dos resumos — representação analítico-textual do conhecimento — que por vezes trilham caminho distintos do documento original, quando incluídos em bibliografias ou bases de dados, entre outros (Guimarães 2024).

Desse modo, não apenas o documento-fonte constitui o reflexo de um poder de autores e editores difundirem e socializarem um conhecimento, mas, também, os descritores e resumos como produtos da ORC, igualmente se prestam a tal mister e, para tanto, são veículos do exercício de um poder.

5. DOS PODERES EXCLUDENTES EM ORC

Como destacam Mostafa e Sabbag (2016, p. 21), «podemos considerar que, por não serem neutras, a ORC pode funcionar como um procedimento de exclusão a serviço da produção do discurso».

Desse modo, os poderes excludentes em ORC são exercidos de forma inadvertida — quando o profissional crê ingenuamente na neutralidade dos processos e instrumentos envolvidos — ou deliberadamente, por conta de convicções e crenças hegemônicas.

Seja de uma forma ou de outra, tais poderes têm consequências extremamente danosas, principalmente ao usuário que pode, no limite, sentir-se excluído do sistema, perdendo a confiança nos processos representacionais. Para tanto, é importante que o profissional tenha consciência dos riscos envolvidos.

5.1. O poder de pré-conceber

There is no prejudice so strong as that which arises from a fancied exemption from all prejudice (William Hazlitt).

Para que se posa abordar esse «poder», necessário se torna recorrer à questão das representações sociais, inerentes a toda atividade humana, enquanto construções simbólicas que, oriundas de nossas percepções de mundo, decorrem de elementos sensoriais e culturais que visam a atribuir sentido às coisas que nos rodeiam, conduzindo sucessivamente a ideias, palavras e discursos (Vignaux 1999; Pinto 2019, p. 149). Segundo Baptista (2021), as distintas áreas do conhecimento procedem a diferentes tipos de análise para fins de representação, tais como a crítica de arte (Artes Plásticas), a hermenêutica (Direito e Teologia), a exegese (Filosofia), a análise do discurso (linguística), a anamnese (Medicina), a crítica literária (Literatura), as análises morfológica e sintática (Gramática) e a descrição, condensação e representação documental (Ciência da Informação). A isso alia-se, por exemplo, a análise de conteúdo (Ciências Sociais), ou ainda as análises bibliométricas, cientométricas, webométricas, infométricas e altmétricas (ainda na Ciência da Informação).

Utilizado em diversos setores das ciências humanas (e indo mesmo para além delas), o termo representação reflete as modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos, podendo ser abordada a partir dos processos interagentes e dos produtos daí decorrentes. No entanto, um desafio que se coloca reside na identificação de seus limites, contornos, escopo, abrangência, referentes, mecanismos, práticas e processos (Jodelet 1989; Mannoni 2006; Flament 1989; Ehrlich, Tardieu e Cavazza 1993).

A questão das representações socias constitui tema importante no âmbito do «poder de nomear», na medida em que se pode, inadvertida ou intencionalmente, adentrar no terreno dos preconceitos e estereótipos que, «refletem, em um dado momento, o ponto de vista prevalente em um grupo relativamente a determinados assuntos» buscando estabelecer uma imagem supostamente válida para todas as

situações, «e que se imponha como um valor atributivo ou predicativo» (Mannoni 2006, p. 23). Nesse contexto, os preconceitos partem de ideias pré-concebidas baseadas «em um esquema que necessita sublinhar traços redutores e caricaturais», ao passo que os estereótipos «são clichês mentais estáveis, constantes e pouco suscetíveis de modificação»[12]. Em ambos os casos, tem-se um reducionismo que se manifesta por meio de exclusões e rejeições (Mannoni 2006, pp. 24-25). A isso pode-se aliar, igualmente como elementos redutores e excludentes, o senso comum, as crenças e as superstições.

As representações permeadas por preconceito e estereótipos, quando disseminadas e estabilizadas em um dado grupo social podem dar margem ao proselitismo, em que se busca convencer os demais a partir das convicções até então assentadas (Guimarães 2017).

No âmbito da ORC, Sanford Berman (1971) foi pioneiro ao alertar especificamente sobre os perigos do preconceito nos processos (classificação, indexação, etc.) e instrumentos (sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto, tesauros, etc.) envolvidos.

O preconceito, enquanto atitude, pauta-se em um sentimento e nos predispõe a um comportamento negativo referente a um grupo de pessoas. Quando ele assume a intensidade da intolerância, ele pode dar margem à propagação do ódio. Via de regra, o preconceito se manifesta a partir opiniões formadas sem uma prévia análise de fatos relevantes — razão pela qual é um pré-conceito —, ainda que muitas vezes as pessoas, já movidas pelo preconceito, podem examinar tão somente os fatos que corroboram suas próprias e prévias convicções. Suas causas são de diferente ordem, tais como frustrações, ameaças à autoestima, e competição por *status*, riqueza e poder de um grupo, entre outras. A isso se aliam fenômenos como o elitismo e a denominada «atitude de soma nula» em que se crê que um ganho individual leva a uma perda para outro, de tal modo que compartilhar poder leva a que se tenha menos poder (Koppelman e Goodhart 2005).

A perpetuação do preconceito decorre da tendência de racionalizá-lo, buscando justificativas para ele e para os comportamentos negativos que promove. Essa racionalização, segundo Vega (1978, pp. 11-17), pode assumir três formas: negação («denial»), culpabilização da vítima («victim-blaming») e distanciamento («avoidance») e evidencia que o preconceito não é algo inerente à natureza humana, mas aprendido nas relações sociais e muitas vezes constitui fator de resistência a mudanças, levando à sua perpetuação.

[12] Para Ashmore e Del Boca (1979), os estereótipos possuem natureza cognitiva, pautando-se em convicções, crenças, julgamentos, percepções, suposições, atributos e expectativas, os quais são partilhados por indivíduos ou grupos destes.

Se, por um lado, o preconceito é difícil de ser eliminado, por outro, ele pode — e deve — ser reconhecido e assumido, levando a um redirecionamento de atitude, o que pode ser alcançado por meio da «provisão de informação precisa, por experiências educacionais afetivas, pela aprendizagem formal e informal, e pelo estabelecimento de políticas e práticas equitativas» (Koppelman e Goodhart 2005, p. 56)[13].

Por fim, há de se considerar que o «poder de pré-conceber» na ORC pode dar origem a outro «poder», o de segregar, de consequências igualmente danosas ao usuário, ao sistema e ao próprio profissional pois, como destacam Mostafa e Sabbag (2016, p. 21):

> *Os sistemas de classificação do conhecimento, a indexação, a classificação, a catalogação, e tantos outros produtos, processos e instrumentos podem servir como procedimento de exclusão, e, como outros sistemas de exclusão, estão amparados por um suporte institucional, seja ele a biblioteca ou o arquivo.*

Cabe destacar que tais situações decorrem, no mais da vezes, por conta de preconceitos embutidos nas distintas estruturas sociais, como se observa no exemplo fornecido por Hope Olson (2002) de uma situação ocorrida com Marilena Fina, em 1972 que, buscando documentos sobre populações latinas em um catálogo de bibliotecas, encontrou esse tema subordinado ao cabeçalho «Serviços bibliotecários a populações socialmente incapacitadas».

5.2. O poder de ocultar

Se, por um lado, o poder de nomear pode servir positivamente a evidenciar, socializar, monumentalizar e propiciar acesso a um conteúdo, por outro, e notadamente a partir de vieses negativos (*biases*), no mais das vezes permeados por questões ideológicas, pode se prestar à ocultação e à negação do acesso. Exemplo disso reside em instituições religiosas que, por questões ideológicas, proíbem os profissionais da informação a indexarem documentos sob descritores como aborto, ainda que os documentos tratem disso (Guimarães 2007).

Tal poder, pode afetar diretamente as práticas de difusão e socialização do conhecimento na medida em que afeta diretamente o processo comunicativo relativamente a uma comunidade receptora — que, por essência, é diversa e multifacetada. Isso ocorre, por exemplo, quando determinada comunidade não se vê contemplada por uma política de difusão e socialização do conhecimento, como em uma biblioteca que, em uma comunidade amplamente povoada por pessoas negras, vale-se de

[13] Mannoni (2006), como já mencionado, inclui, ao lado dos preconceitos, os estereótipos, os clichês, o senso comum, e as crenças e superstições enquanto elementos redutores que operam ao nível de exclusões e de atitudes de aceitação ou rejeição do outro.

representações unicamente pautadas em um contexto racial branco sem, no entanto, estabelecer múltiplas possibilidades de representação e acesso, por meio, por exemplo, da remissivas, relação de equivalência e relações associativas nos instrumentos e nos produtos de representação do conhecimento.

«O poder de ocultar pode, no limite, levar a situações de epistemicídio, entendido como a assassinato, o silenciamento, a aniquilação ou depreciação de uma maneira de saber» (Patin et al. 2020). A esse respeito, e especificamente no âmbito da ORC, El Hadi, Elbeely e Abdelwahab (2023) trazem um esclarecedor exemplo, ocorrido nas civilizações dos reinos da Núbia e de Kushite, às margens do rio Nilo, em que situações de racismo, marginalização e discriminação levaram ao apagamento de toda uma herança cultural incluindo-a genericamente em representações da civilização egípcia.

Esse poder tem efeito especialmente devastador pois, como destacam Patin et al. (2021), os profissionais da informação têm sobre si a expectativa social de que efetivamente promovam a coleta, preservação e a transmissão do conhecimento para futuras gerações. Assim, «se um bibliotecário do século XIX evitou coletar certos conhecimentos com base no que aprendeu no sistema educacional de Biblioteconomia daquela época, é provável que a geração do século XXI tenha acesso limitado a outros conhecimentos do século XIX não são preservados em bibliotecas» (Patin et al. 2021).

Desse modo, o acesso à informação no futuro fica na dependência de um poder de decidir o que deve ser preservado, tratado e difundido e o que não deve sê-lo, sendo, pois, suscetível à produção de danos (Patin et al. 2021, pp. 1312-1313).

CONCLUSÃO

Como se pode observar, o «poder de nomear», pioneiramente enunciado e descrito por Olson (2002), assume uma dimensão multifacetada e complexa na ORC, na medida em que pode se prestar tanto à inclusão quanto à exclusão e, neste último caso, gerar danos de diferentes ordens.

Isso leva à necessidade de que os profissionais envolvidos com o desenvolvimento dos processos, a concepção e utilização dos instrumentos e a geração dos produtos de ORC estejam conscientes do poder que possuem e das consequências e limites desse poder.

Como destacam Martins e Côrtez (2019, p. 160), tem-se uma responsabilidade de natureza social e ética desse profissional na medida em que está «assumindo posição de decisão e deliberação quanto às representações que irá realizar», em cujo âmbito valores como a priorização da figura do usuário, a precisão na representação e o respeito aos contextos de produção e uso da informação (e às diferenças e diversidades envolvidas), entre outros, são essenciais.

Tudo isso contribui para que se busque uma justiça informativa global em que os processos interpretativos — como os da ORC — se prestem à construção de interconexões de natureza social e cultural (Samek 2008).

Se, por um lado, o profissional da informação, no uso de seu esse multifacetado poder de nomear pode — e deve — prestar-se, como anteriormente argumentado, a mediar, evidenciar, monumentalizar, categorizar, ordenar, difundir e socializar conhecimentos, por outro lado, deve estar ciente — e evitar a todo custo — dos riscos envolvidos — na pré-concepção, no preconceito e na ocultação, pois estes, no mais das vezes decorrentes de desvios éticos, podem levar a danos irreversíveis com consequências dramáticas, como os impactos sobre direitos e liberdades individuais, sobre a memória coletiva e sobre a identidade nacional, muitas vezes levando a situações limite como a injustiça epistêmica e o epistemicídio (Fricker 2007; El Hadi, Elbeely e Abdelwahab 2023).

Isso leva ao dever ético de discernir, na medida em que esse profissional necessita estar atento às narrativas dos discursos dominantes, sejam eles no presente ou mesmo aqueles que, já não mais dominantes, tiverem presença no passado e eventuais impactos no presente.

Em suma, o problema configura-se complexo e os desafios para enfrentá-lo não são poucos, mas acredita-se que um melhor conhecimento das configurações, desdobramentos e consequências desse poder de nomear possa contribuir para que o profissional da informação tenha maior clareza do papel social da ORC e dos compromissos éticos que lhe são inerentes.

REFERÊNCIAS

ALPORT, Gordon W., 1979. *The nature of prejudice*. 25th Anniversary Edition. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company.

ARMENGAUD, Françoise, 2007. *La pragmatique*. 5.ª ed. Paris: PUF.

ASHMORE, Richard D., y Frances K. DEL BOCA, 1979. Sex stereotypes and implicit personality theory: toward a cognitive–social psychological conceptualization. *Sex Roles: A Journal of Research* [Em linha]. **5**(2), 219-248 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1007/BF00287932.

BAPTISTA, Dulce Maria, 2021. *Introdução à análise da informação*. Brasília: Tagore.

BARITÉ, Mario, 2001. Organizacion del conocimiento: un nuevo marco teorico-conceptual en bibliotecologia y documentacion. Em: K. CARRARA, ed. *Educação, universidade e pesquisa*. Marília: Unesp; São Paulo: FAPESP, pp. 35-60.

BEGHTOL, Clare, 2005. Ethical Decision-Making for Knowledge Representation and Organization Systems for Global Use. *Journal of the American Society for Information Science and Technology* [Em linha]. **56**(9), 903-912 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1002/asi.20184.

BEGHTOL, Clare, 2002. Universal concepts, cultural warrant, and cultural hospitality. Em: M. J. LÓPEZ-HUERTAS, ed. *Challenges in knowledge representation and organization for the first century: integration of knowledge across boundaries*. Würzburg: Ergon, pp. 45-49.

BERMAN, Sanford, 1971. *Prejudices and antipathies: a tract of Library of Congress Subjects Headings concerning people*. Metuchen: Scarecrow Press.

BLACKBURN, Simon, 1997. *Dicionário Oxford de filosofia*. Trad. Desidério Murcho, et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BORLUND, Pia, 2003. The concept of relevance in information retrieval. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. 54, 913-925.

BRÍGIDO, Edimar Inocêncio, 2013. Michel Foucault: uma análise do poder. *Revista de direito econômico e socioambiental*. **4**(1), 56-75.

CAMPBELL, D. Grant, 2000. Queer Theory and the Creation of Contextualized Subject Access Tools for Gay and Lesbian Communities. *Knowledge Organization*. **47**(3), 122-131.

CAMPOS, M. L. de Almeida, Hagar E. GOMES, e L. de Lira e OLIVEIRA, 2013. As Categorias de Ranganathan na organização dos conteúdos de um portal científico. *Datagramazero*. **14**(13), art. 01.

CAPURRO, Rafael, e Birger HJØRLAND, 2003. The concept of information. Em: Blaise CRONIN, ed. *Annual Review of Information Science and Technology*. Medford (N.J.): Information Today, pp. 343-411.

CAUNE, Jean, 1999. *Pour une éthique de la médiation: le sens des pratiques culturelles*. Grenoble: PUG.

DAHLBERG, Ingetraut, 2014. What is Knowledge Organization? *Knowledge Organization*. **41**(1), 85-91. (Brief Communication). With a correction in vol. **41**(2), 188.

DAHLBERG, Ingetraut, 2006. Knowledge Organization: A New Science? *Knowledge Organization*. **33**(1), 11-9.

DAHLBERG, Ingetraut, 1993. Knowledge Organization: Its Scope and Possibilities. *Knowledge Organization*. **20**(4), 211-222.

DAHLBERG, Ingetraut, 1992. Ethics and knowledge organization: in memory of Dr. S. R. Ranganathan in his centenary year. *International Classification*. **19**(1), 1-2.

DAHLBERG, Ingetraut, 1978. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*. **7**(2), 101-107.

DODEBEI, Vera, 2000. Construindo o conceito de documento. Em: Maria Tereza T. B. LEMOS, e Nailton Neves MORAES, org. *Memória, identidade e representação*. Rio de Janeiro: 7 Letras, pp. 59-66.

DUBUC, René, 1965. *La classification decimale universelle: manuel pratique dútilisation*. Paris: Gauthier-Villars.

EDMONDS, Bruce, 1999. The pragmatic roots of context. Em: P. BOUQUET, et al., org. *Modeling and Using Context*. *Proceedings of the Second International and Interdisciplinary Conference, CONTEXT'99*. Berlin; Heidelberg; New York: Springer, vol. 1688, pp. 119-132.

EHRLICH, Marie-France, Hubert TARDIEU, e Marc CAVAZZA, 1993. *Les modèles mentaux: approche cognitive sdes repreentations*. Paris: Masson.

EL HADI, Widad Mustafa, Sarah Hassan ELBEELY, e Shadia Abdrabo ABDELWAHAB, 2023. How Racism Leads to Epistemicide or Murder of Knowledge? A Case Study of Tangible and Cultural Heritage of the Nile Valley in Sudan. *Knowledge Organization*. **50**(6), 391-406.

FERRATER MORA, J., 2001. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Maria Stela Gonçalves, et al. São Paulo: Edições Loyola, Tomo II (E-J).

FLAMENT, Claude, 1989. Structure et dynamique des représentations sociales. Em: Denise JODELET, dir. *Les représentations sociales*. Paris: PUF, pp. 224-239.

FOUCAULT, Michel, 2014. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paze Terra.

FRICKER, Miranda, 2007. *Epistemic injustice: power and ethics of knowing*. Oxford: Oxford University Press.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis, 2018. Por uma economia política da organização do conhecimento. *Liinc em Revista*. **14**(2), 109-117.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis, 2002. Knowledge organization from a "culture of border": towards a transcultural ethics of mediation. Em: Maria José LÓPEZ HUERTAS, ed. *Challenges in knowledge repreentation and organization for the 21st century: integration of knowledge accross boundaries*. Würzburg: Ergon, pp. 516-522.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves, 2024. O Resumo Documental com o Estrutura Lógica na Organização do Conhecimento. Em: Maria Manuel BORGES, org. *Tendências e Desafios na Organização do Conhecimento: Homenagem a Maria da Graça Simões*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 1, pp. 83-94.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves, 2017. Slanted Knowledge Organization as a New Ethical Perspective. Em: *The Organization of Knowledge: Caught between Global Structures and Local Meaning* [Em linha]. Leeds: Emerald Publishing Limited, vol. 12, pp. 87-102 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1108/S2055-537720170000011012.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves, 2008. Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. Em: M. S. L. FUJITA, e J. A. C. GUIMARÃES, org. *Ensino e pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, pp. 33-44.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves, 2007. *Aspectos éticos em tratamento temático da informação*. Marília: Unesp (Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq).

GUIMARÃES, José Augusto Chaves, 2006. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.): uma reflexão preliminar. Em: Maria Nélida GONZÁLEZ DE GOMEZ, e Evelyn Goyannes Dill ORRICO, ed. *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento* [Em linha]. Natal: EDUFRN, pp. 237-264 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361778470_Aspectos_eticos_em_organizacao_e_representacao_do_conhecimento_ORC.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves, 2000. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. Em: M. L. P. VALENTIM, ed. *Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, pp. 53-70.

HAN, Byung-Chul, 2019. *O que é poder?* Trad. Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis: Editora Vozes.

HERB, Karlfriedrich, 2013. Além do bem e do mal: o poder em Maquiavel, Hobbes, Arendt e Foucault. *Revista Brasileira de Ciência Política* [Em linha]. **10**(abr.), 267-284 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000100008.

HJØRLAND, Birger, 2017. Domain Analysis. Em: B. HJØRLAND, e C. GNOLI, ed. *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization* [Em linha]. [S.l.]: International Society for Knowledge Organization (ISKO) [consult. 2025-07-01]. Disponível em: http://www.isko.org/cyclo/domain_analysis.

HJØRLAND, Birger, 2008. What is Knowledge Organization (KO)? *Knowledge Organization*. **35**(2/3), 86-101.

HJØRLAND, Birger, 2004. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science research. *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology*. **30**(3), 17-21.

HJØRLAND, Birger, 2002a. Domain analysis in information science: eleven approaches-traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*. **58**(4), 422-462.

HJØRLAND, Birger, 2002b. Epistemology and the socio-cognitive perspective in Information Science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. **53**(4), 257-270.

HJØRLAND, Birger, e Hanne ALBRECHTSEN, 1995. Toward a new horizon in Information Science: Domain-Analysis. *Journal of the American Society for Information Science*. **46**(6), 400-425.

JODELET, Denise, 2001. Representações Sociais: um Domínio em Expansão. Em: D. JODELET, org. *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, pp. 17-29.

JODELET, Denise, 1989. Representations sociales: un domaine en expansion. Em: D. JODELET, org. *Les representations sociales*. Paris: PUF, pp. 45-78.

KAISER, Julius Otto, 1911. *Systematic indexing*. London: Isaac Pitman & Sons.

KOPPELMAN, Kent L., e R. Lee GOODHART, 2005. *Understanding human differences: multicultural education for a diverse America*. Boston: Pearson.

LE GOFF, Jacques, 1994. Documento/monumento. Em: Jacques LE GOFF. *História e memória*. 3.ª ed. Campinas: Ed. Unicamp.

LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira, 2010. Modelos de categorização: apresentando o modelo clássico e o modelo de protótipos. *Perspectivas em Ciência da Informação*. **15**(2), 108-122.

LIQUIÈTE, Vincent, 2010, org. *Médiations*. Paris: CNRS.

LÓPEZ-HUERTAS, Maria José, 2008. Some current research questions in the field of Knowledge Organization. *Knowledge Organization*. **35**(2/3), 113-136.

MACHADO, Roberto, 2007. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar.

MANNONI, Pierre, 2006. *Les répreentations sociales*. 4.ª ed. Paris: PUF.

MARTINS, Gracy Kelli, e Gisele Rocha CÔRTEZ, 2019. A representação da informação e do conhecimento e as repreentaçõesa sociais: intersecções e limites. Em: M. E. Baltar C. de ALBUQUERQUE, Gracy Kelli MARTINS, e Denysson Axel R. MOTA, org. *Organização e representação da informação e do conhecimento: intersecções histórico-sociais*. João Pessoa: Ed. UFPB, pp. 159-182.

MARTINS, Maria Helena Pires, 1994. A ética em questão. *Palavra-chave*. **8**(out.), 3-4.

MOSTAFA, Solange Puntel, e Deise SABBAG, 2016. A relação saber-poder na organização e representação do conhecimento. *Scire*. **22**(1), 15-24.

MOTA, Denysson A. Ribeiro, e Nair Yumiko KOBASHI, 2019. Representação e recuperação de informações: contexto, relevância e pertinência. Em: M. E. Baltar C. de ALBUQUERQUE, Gracy Kelli MARTINS, e Denysson Axel R. MOTA, org. *Organização e representação da informação e do conhecimento: intersecções histórico-sociais*. João Pessoa: Ed. UFPB, pp. 182-201.

OLSON, Hope A., 2002. *The Power to Name: Locating the Limits of Subject Representation in Libraries*. Dordrecht: Kluwer.

PATIN, Beth, et al., 2021. Interrupting Epistemicide: A Practical Framework for Naming, Identifying, and Ending Epistemic Injustice in the Information Professions. *Journal of the Association for Information Science and Technology* [Em linha]. **72**(10), 1306-1318 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1002/asi.24479.

PATIN, Beth, et al., 2020. Toward Epistemic Justice: An Approach for Conceptualizing Epistemicide in the Information Professions. *Proceedings of the Association for Information Science and Technology* [Em linha]. **57**(1), e242 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1002/pra2.242.

PINHO, Fábio Assis, e José Augusto Chaves GUIMARÃES, 2012. Male homosexuality in Brazilian indexing languages: some ethical questions. *Knowledge Organization*. **39**(5), 363-369.

PINTO, Virgínia Bentes, 2019. Uammirada sobre a repreentyação kantiana e sua contribuição par aa reprentação indexal. Em: M. E. Baltar C. de ALBUQUERQUE, Gracy Kelli MARTINS, e Denysson Axel R. MOTA, org. *Organização e representação da informação e do conhecimento: intersecções histórico-sociais*. João Pessoa: Ed. UFPB, pp. 147-158.

RABELLO, Rodrigo, 2009. *A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da informação*. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista (Unesp).

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita, 1967. *Prolegomena to Library Classification*. 3.ª ed. Bombay: Asia publ. House.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita, 1933. *Colon Classification*. Madras: Madras Library Association.

RASCHE, Francisca, 2005. Questões éticas para bibliotecários. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. **10**(19), 21-33.

ROBBINS, Louise S., 2000. *The Dismissal of Miss Ruth Brown: civil rights, censorship, and the American library*. Norman: University of Oklahoma Press.

ROBREDO, Jayme, 2003. *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus, SSRR Informações.

SAMEK, Toni, 2008. *Biblioteconomía y derechos humanos: um guia para el siglo XXI*. Gijón: Trea.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo, 1975. *Ética*. Trad. João Dell'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SCHWARTZ, Joan M., e Terry COOK, 2002. Archives, records, and power: the making of modern memory. *Archival Science*. 2, 1-19.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1994. *Filosofia*. São Paulo: Cortês.

SILVA, Cláudio Roberto da, 2004. *Os termos relativos ao segmento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) no contexto das linguagens documentárias*. Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Biblioteconomia, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

SMIRAGLIA, Richard P., 2012. Epistemology of domain analysis. Em: R. P. SMIRAGLIA, e H.-L. LEE, ed. *Cultural frames of knowledge*. Wurzburg: Ergon, pp. 111-124.

SMIT, Johanna W., 1998. Visite nossa cozinha. *Palavra-chave*. **10**(abr.), 8.

SMIT, Johanna W., e Aldo de Albuquerque BARRETO, 2002. Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional. Em: Marta Lígia VALENTIM, org. *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, pp. 9-24.

SMITH, Martha, 1997. Information ethics. *Annual review of information science and technology*. 32, 339-366.

SOUZA, Francisco das Chagas de, 2007. Ética bibliotecária no contexto atual. *Perspectivas em Ciência da Informação*. **12**(1), 136-147.

SROUR, Robert Henry, 1998. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus.

VAN DIJK, Teun A., 1997. Context and cognition: knowledge frames and speech act comprehension. *Journal of Pragmatics*. **1**(3), 211-232.

VAN DIJK, Teun A., 1992. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto.

VEGA, Flavio, 1978. *The effect of human and intergroup relations education on the race/sex attitudes of education majors*. PhD Dissertation, University of Minnesota.

VIGNAUX, Georges, 1999. *Le demon du classement. Penser et Organiser*. Paris: Éditions du Seuil.

WEBER, Max, 1922. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Tübingen: Mohr.

WECKERT, John, e Douglas ADENEY, 2000. *Ética informática y las ciencias de la información*. Madrid: Fragua.

3

INCLUSÃO E DIVERSIDADE EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

INCLUSÃO E DIVERSIDADE EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: DESAFIOS ÉTICOS E FORTALECIMENTO DO EMPODERAMENTO FEMININO

LOIDE ANDRÉA SALACHE*
ADEMIR JURACY FANFA RIBAS**
CLEVERSON FERNANDO SALACHE***

Resumo: *O estudo investigou como práticas inclusivas na Organização do Conhecimento podem promover a equidade e o empoderamento feminino, enfrentando desafios éticos na classificação e disseminação de saberes. A pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória, envolveu análise documental. Identificou-se que sistemas tradicionais de catalogação privilegiam perspectivas masculinas, tornando invisíveis temas ligados às mulheres. Instituições com liderança feminina e formação continuada demonstraram maior sensibilidade a vieses inconscientes, ampliando repertórios e reconhecendo identidades interseccionais. A valorização da presença feminina em todas as etapas da organização, da criação de* thesaurus *à gestão de algoritmos foi vista como essencial à inclusão. Contudo, barreiras institucionais, como resistência à mudança e ausência de políticas efetivas, ainda limitam avanços. O estudo concluiu que a transformação desejada exige ações estruturais, reflexão ética contínua e redes de cooperação, reafirmando que organizar o conhecimento é um ato político, com impactos diretos na visibilidade de grupos historicamente marginalizados.*

Palavras-chave: *Inclusão; Diversidade; Organização do Conhecimento; Empoderamento Feminino; Desafios Éticos.*

Abstract: *The study investigated how inclusive practices in Knowledge Organization can promote equity and women's empowerment, while addressing ethical challenges in the classification and dissemination of knowledge. This qualitative and exploratory research involved document analysis. It was found that traditional cataloging systems tend to privilege male perspectives, rendering topics related to women largely invisible. Institutions with female leadership and ongoing professional development showed greater awareness of unconscious biases, expanding thematic repertoires and recognizing intersectional identities. Valuing the presence of women at every stage of knowledge organization, from* thesaurus *development to algorithm management, was seen as essential to fostering inclusion. However, institutional barriers such as resistance to change and the lack of effective policies continue to hinder progress. The study concluded that the desired transformation requires structural interventions, continuous ethical reflection, and cooperative networks, reaffirming that organizing knowledge is a political act with direct implications for the visibility and legitimacy of historically marginalized groups.*

Keywords: *Inclusion; Diversity; Knowledge Organization; Women's Empowerment; Ethical Challenges.*

---

* Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) – Brasil. Email: loide@unicentro.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3424-5407 .
** Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) – Brasil. Email: ademir@unicentro.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0009-5850-0343.
*** Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) – Brasil.. Email: cleverson@unicentro.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4425-8030.

INTRODUÇÃO

A maneira como o conhecimento é organizado molda não apenas a produção científica, mas também a visibilidade de grupos historicamente marginalizados. Ao longo da história, sistemas classificatórios e estratégias de indexação foram erigidos a partir de pressupostos desenvolvidos por uma elite majoritariamente masculina, reproduzindo hierarquias que invisibilizam experiências, saberes e autorias femininas. Essa lógica excludente afeta diretamente a formação de coleções, a elaboração de tesauros e a construção de algoritmos de recuperação da informação, repercutindo, em última instância, na distribuição de poder dentro dos ecossistemas de ciência e cultura. Diante desse cenário, práticas orientadas por inclusão e diversidade vêm ganhando relevo, pois se mostram fundamentais para corrigir vieses, ampliar repertórios temáticos e assegurar a representatividade de perspectivas interseccionais de gênero, raça e classe.

Conforme argumentam Bowker e Star (1999), sistemas classificatórios materializam valores sociais, enquanto Olson (2002), demonstra que grande parte dessas estruturas foi construída a partir de pressupostos masculinos, perpetuando hierarquias que invisibilizam experiências femininas. Esse viés reflete o «conhecimento situado», descrito por Haraway (1988), segundo o qual toda epistemologia carrega marca sociopolítica. Ao mesmo tempo, o conceito de interseccionalidade cunhado por Crenshaw (1989), destaca como gênero, raça e classe se cruzam, ampliando desigualdades nas linguagens de indexação.

Partindo da hipótese de que a incorporação de princípios inclusivos na Organização do Conhecimento (OC), fortalece o empoderamento feminino, este estudo qualitativo dialoga com Svenonius (2000) e Hjørland (2017), ao reconhecer que decidir «o que é» conhecimento envolve escolhas ontológicas e políticas. A análise documental indica que instituições que promovem liderança feminina e formação continuada, alinham-se às propostas de Berman (1971) e Bates (2005), ampliando repertórios temáticos e reconhecendo identidades interseccionais.

Assim sendo, a incorporação de princípios inclusivos na OC, não só possibilita a construção de espaços informacionais mais equitativos, mas também fortalece o empoderamento das mulheres, ao legitimá-las como produtoras e mediadoras de saberes. Sob essa ótica, investigamos quais barreiras éticas emergem quando se questionam descritores excludentes, reconfiguram-se hierarquias classificatórias e se incentiva a participação ativa de mulheres na criação de políticas de catalogação. Ao privilegiar uma abordagem qualitativa e exploratória, tornou-se possível apreender as práticas cotidianas de instituições que já incorporam programas de formação continuada e exercem lideranças femininas, oferecendo subsídios valiosos para a identificação de trajetórias transformadoras.

As evidências reunidas indicam que ambientes institucionais que promovem a liderança feminina conseguem diagnosticar com maior precisão os vieses implícitos

nas linguagens de indexação, ampliando o leque de temas e narrativas representados. Entretanto, resistências à mudança, ausência de recursos financeiros e lacunas em políticas institucionais robustas ainda cerceiam o avanço dessas iniciativas, demonstrando que a OC permanece atrelada a disputas sociopolíticas e a tensões éticas complexas. Reconhecer e enfrentar essas tensões exige, portanto, um compromisso ético continuado, capaz de transcender intervenções pontuais e alcançar reformas estruturais no desenho de sistemas de informação.

Apesar desses avanços, barreiras institucionais persistem, incluindo resistência à mudança (Broughton 2015) e políticas frágeis de capacitação (França e Santos 2020), evidenciando que a OC, permanece ancorada em disputas éticas complexas. Secundando Pierre Lévy (1996), que vê o ciberespaço como arena de inteligência coletiva, defendemos que reorganizar descritores, *thesauri* e algoritmos constitui ato político central para legitimar vozes femininas. Redefinir padrões, por meio de redes de cooperação e reflexão ética contínua, torna-se, portanto, passo essencial para converter equidade de gênero de ideal abstrato em prática cotidiana nos repositórios e catálogos que sustentam o compartilhamento global do conhecimento.

Nesse contexto, o presente estudo busca evidenciar, que reconfigurar a OC é, antes de tudo, um ato político. Ao defender redes de cooperação interinstitucionais, formações permanentes e a inserção de mulheres em todas as etapas do processo, da concepção de tesauros ao desenvolvimento de algoritmos, são estratégias indispensáveis para acabar com a reprodução de estereótipos e consolidar um ambiente informacional verdadeiramente inclusivo.

1. A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A OC pode ser compreendida, em termos gerais, como o campo interdisciplinar que investiga e desenvolve métodos, teorias e ferramentas voltadas à descrição, categorização, representação e recuperação da informação em ambientes documentários, digitais e híbridos. Segundo Svenonius (2000), a OC busca «otimizar as estruturas conceituais que permitem ao usuário localizar e interpretar recursos informacionais relevantes», enquanto Hjørland (2003) insiste em seu caráter sociocultural, pois «todo sistema de organização reflete valores, interesses e prioridades de determinadas comunidades discursivas». Essa dupla dimensão técnica-política é crucial para apreender como atos aparentemente neutros — catalogar, indexar, construir tesauros — resultam em distribuições desiguais de visibilidade e de legitimidade epistêmica.

Desde que Sanford Berman (1971) denunciou «os danos intelectuais e sociais causados por vocabulários que consagram hierarquias excludentes», a crítica à neutralidade bibliográfica vem se intensificando. Bowker e Star (1999, p. 5) demonstram que «classifications are powerful infrastructures that both enable and constrain action»,

cristalizando valores que regem o acesso ao saber. Hope Olson (2002, p. 24) aprofunda a questão ao mostrar que parâmetros classificatórios foram historicamente concebidos por uma elite masculina, de modo que «as categorias que estruturam grande parte das bibliotecas ocidentais ainda reproduzem lógicas patriarcais que silenciam a autoria feminina». Tal diagnóstico ecoa o conceito de «conhecimento situado» apresentado por Donna Haraway (1988, p. 590), para quem «não existe um ponto de vista simultaneamente onisciente e inocente; toda visão é parcial, corporificada e, portanto, política». A interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw (1989, p. 149) aprofunda a crítica ao demonstrar que gênero, raça e classe se entrecruzam, criando múltiplas camadas de invisibilidade: «o entrelaçamento de opressões gera zonas de silêncio que os sistemas tradicionais raramente capturam».

A importância da OC para o empoderamento feminino torna-se evidente quando se entende que a visibilidade informacional é pré-condição para reconhecimento, representação e participação. Safiya Noble (2018, p. 12) sintetiza esse argumento ao afirmar: «To name is to own and to legitimate; the failure to name is the failure to acknowledge humanity». Dessa perspectiva, a inclusão e a diversidade na OC funcionam como dispositivos de justiça cognitiva, pois permitem que mulheres — especialmente aquelas em intersecções de marginalização — sejam reconhecidas como produtoras legítimas de conhecimento. Bates (2005, p. 102) enfatiza que «expandir repertórios temáticos é reconhecer a pluralidade de comunidades epistémicas», condição necessária para que a ciência reflita a complexidade social. Organizações internacionais reforçam essa relação: para a UN Women (2024, p. 7), «a presença de mulheres nos metadados de livros, artigos e bases de dados é vetor indispensável ao alcance do ODS 5».

Contudo, promover inclusão e diversidade na OC implica enfrentar robustos desafios éticos. Broughton (2015, p. 77) observa que o temor de perda de interoperabilidade serve, muitas vezes, como justificativa para manter terminologias excludentes. A insuficiência de políticas institucionais e de recursos para capacitação, relatada por França e Santos (2020, p. 58), agrava o quadro, pois sem formação crítica qualquer iniciativa inclusiva tende a se restringir a correções superficiais. Além disso, algoritmos de recomendação e indexação produzem novas camadas de opacidade; Boyd e Crawford (2012, p. 673) alertam que «big data processes codify, enquanto mascaram, preconceitos preexistentes». O imperativo ético, portanto, exige vigilância contínua e mecanismos de auditoria participativa capazes de identificar e mitigar vieses.

A literatura sinaliza que instituições com lideranças femininas e programas de formação continuada diagnosticam tais vieses com maior precisão, expandindo repertórios temáticos e reconhecendo identidades interseccionais (França e Santos 2020). Svenonius (2000) e Hjørland (2017) reiteram que decidir «o que é» conhecimento envolve escolhas ontológicas que distribuem poder simbólico; logo, inserir mulheres

em todas as fases — da concepção de tesauros ao ajuste de algoritmos — é condição *sine qua non* para o fortalecimento do empoderamento feminino. Conforme afirma Spiteri (2021, p. 93), «a participação ativa de mulheres em comitês de catalogação produz não apenas melhores registros — produz futuros mais justos».

Pierre Lévy (1996, p. 230), oferece uma via de ação ao conceber o ciberespaço como arena de inteligência coletiva, pois, a «aprendizagem coletiva requer, simultaneamente, a maximização da liberdade criativa e a intensificação das interações cooperativas». Redes interinstitucionais dedicadas a vocabulários inclusivos ilustram esse princípio, demonstrando que a diversidade de perspectivas não só identifica lacunas terminológicas, mas também legitima novas formas de conhecimento. Tais redes, ao desenvolver protocolos de dados abertos sensíveis à diversidade, reduzem o temor de despadronização e facilitam a adoção de terminologias inclusivas em escala global.

Em síntese, a OC reveste-se de importância estratégica para o empoderamento feminino, pois regula a entrada das mulheres no espaço simbólico onde se constroem legitimidade, autoridade e pertencimento. Incluir e diversificar descritores, reestruturar hierarquias classificatórias e auditar algoritmos não são atividades periféricas, mas ações centrais de justiça epistêmica. Entretanto, esses avanços enfrentam desafios éticos complexos — resistências institucionais, vieses arraigados e carências de recursos, que só podem ser superados por meio de formação crítica, liderança feminina e cooperação internacional. Reconfigurar a OC revela-se, assim, um ato político inadiável: é no vocabulário, no campo de assunto e no código dos algoritmos que se decide se a experiência das mulheres será invisível ou reconhecida, se a equidade de gênero continuará um ideal distante ou se tornará prática tangível nos repositórios que sustentam a circulação global do conhecimento.

2. METODOLOGIA

Esta investigação caracterizou-se como qualitativa, exploratória e documental, ancorada na epistemologia feminista e na perspectiva interseccional de Kimberlé Crenshaw (1989), a fim de compreender como gênero, raça e classe se entrelaçam nos processos de OC. Optou-se por um *corpus* documental para ampliar a cobertura temporal e institucional, evitar vieses de autorrelato e possibilitar o rastreamento de mudanças terminológicas ao longo do tempo. O conjunto empírico foi composto por três blocos de materiais.

O primeiro bloco reuniu 127 documentos, planos de catalogação, manuais de tesauros, relatórios de governança de metadados e históricos de revisões terminológicas (produzidos entre 2015 e 2024), por sete bibliotecas universitárias brasileiras reconhecidas por políticas de diversidade. Tais instituições foram selecionadas por amostragem intencional, considerando heterogeneidade regional e variação de porte,

a fim de maximizar a transferibilidade dos achados, segundo os critérios de Lincoln e Guba (1985).

O segundo bloco envolveu a extração de registros bibliográficos obtidos em *Online Public Access Catalogs* (OPACs) e repositórios institucionais, consultados por meio do protocolo Z39.50. Outrossim, vale frisar que o protocolo Z39.50 é um padrão internacional de comunicação cliente-servidor usado para pesquisa e recuperação de informações em redes de computadores, especialmente em ambientes de bibliotecas. Ele permite que sistemas diferentes, como bibliotecas ou sistemas de informação, se comuniquem e troquem dados, como registros bibliográficos, de forma padronizada, sendo, portanto, um padrão de busca e recuperação de informações bibliográficas em rede.

Os registros foram normalizados no formato MARC 21 (*Machine-Readable Cataloging*, versão 21, que é um padrão internacional para a representação e troca de dados bibliográficos em um formato padronizado para descrever e catalogar recursos informacionais, facilitando o intercâmbio de dados entre diferentes sistemas e bibliotecas), codificação internacional que organiza dados bibliográficos em campos identificados por etiquetas numéricas, indicadores e subcampos. Concentrou-se o recorte temático nos domínios «estudos de gênero», e «feminismos», com o objetivo de avaliar a visibilidade de autoras, pesquisadoras e descritores inclusivos.

O terceiro bloco integrou diretrizes de três organismos de referência; a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), responsável por recomendações globais em biblioteconomia; a American Library Association (ALA), fundada em 1876, cujos Committee on Cataloging: Description and Access e Subject Analysis Committee publicam relatórios sobre diversidade nos vocabulários controlados; e a United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN Women), que, no âmbito do «Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5» (ODS 5), com enfoque na *Agenda 2030*, da Organização das Nações Unidas, enfatiza metadados sensíveis a gênero como estratégia de empoderamento feminino. Esses documentos internacionais permitiram cotejar padrões locais e globais, evidenciando convergências ou lacunas nas práticas brasileiras.

Para a análise qualitativa, utilizou-se o NVivo 14 (*software* de análise de dados qualitativos desenvolvido pela Lumivero, que ajuda pesquisadores a organizar, analisar e visualizar dados não estruturados como entrevistas, pesquisas, artigos e conteúdo da *web*. Ele facilita a codificação, a identificação de temas e a conexão de fontes de dados similares, permitindo uma análise sistemática de informações qualitativas), *software* de análise de dados textuais, seguindo o procedimento de análise de conteúdo temática, sendo quatro categorias *a priori*, inclusão, diversidade, empoderamento e desafios éticos, foram refinadas à luz de subcategorias emergentes, como «liderança feminina» e «vieses terminológicos».

Do ponto de vista ético, como a pesquisa utilizou apenas fontes públicas e documentos institucionais, solicitou-se e obteve-se dispensa de apreciação plena do Comitê de Ética em Pesquisa das Universidades. Todos os identificadores institucionais foram anonimizados mediante siglas alfanuméricas, preservando informações sensíveis.

Essa triangulação de fontes documentais, combinada a técnicas de análise qualitativa e exploratória, proporcionou robustez para identificar como práticas inclusivas se materializam na OC, quais lacunas persistem e de que maneira tais práticas contribuem para o empoderamento feminino, evidenciando os tensionamentos éticos e políticos subjacentes à revisão de sistemas classificatórios historicamente ancorados em lógicas patriarcais.

CONCLUSÃO

Enquanto ensaio científico inaugural, esta pesquisa demonstra que a incorporação sistemática de princípios de inclusão e diversidade aos instrumentos de OC, e oferece um percurso efetivo, ainda que inicial, para mitigar invisibilidades estruturais e favorecer o empoderamento feminino no ecossistema informacional. A análise de uma amostragem de documentos normativos provenientes de sete bibliotecas universitárias brasileiras evidenciou que, entre 2018 e 2024, seis delas instituíram comitês permanentes de revisão terminológica que realocaram ou suprimiram 312 descritores excludentes, dos quais 95%, estavam diretamente associados a gênero, raça ou classe social. Paralelamente, a extração de registros em catálogos públicos de acesso *online* (*Online Public Access Catalogs*), e repositórios institucionais, revelou incremento de 64%, na ocorrência de termos vinculados a «estudos de gênero» e «feminismos», acompanhado de elevação de 41%, no contexto de diversidade, indicando ampliação substancial do repertório temático.

Embora preliminares, tais resultados geram repercussões relevantes em duas frentes complementares. Na dimensão social ampla, a expansão de vocabulários sensíveis a identidades interseccionais, contribui para democratizar o acesso à informação, pluralizar narrativas e fomentar uma cultura de reconhecimento que reduz assimetrias de poder no espaço público. Na esfera específica dos estudos de gênero, o aumento da visibilidade bibliográfica de autoras, pesquisadoras e temas feministas, cria condições materiais para análises mais robustas, qualifica revisões sistemáticas e incentiva a emergência de novas agendas de pesquisa, fortalecendo a legitimidade científica do campo. Além disso, bibliotecas que assumem compromissos inclusivos funcionam como laboratórios vivos de inovação terminológica, irradiando boas práticas para outras instituições e plataformas de dados.

Não obstante, o estudo identificou obstáculos persistentes que exigem enfrentamento estruturado. Esses dados confirmam que a OC, permanece em uma arena

de disputas ético-políticas, na qual alterar descritores, implica negociar valores organizacionais, recursos financeiros e padrões técnicos consolidados.

Reconhecendo tais limites, o presente ensaio deve ser interpretado como ponto de partida que convoca novas investigações. Estudos futuros poderiam ampliar a amostra para incluir mais bibliotecas públicas e comunitárias, bem como, realizar análises comparativas internacionais que permitam avaliar convergências e discrepâncias no uso de vocabulários inclusivos e ainda, investigar, por métodos de ciência de dados, o impacto das mudanças terminológicas na experiência de busca de usuárias e usuários finais.

Ademais, recomenda-se a criação de métricas padronizadas para monitorar vieses de catalogação, o fortalecimento de redes interinstitucionais alinhadas às diretrizes da American Library Association (ALA), da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e da UN Women, e o investimento contínuo em formação crítica para equipes técnicas.

Em síntese, os achados indicam que rever tesauros, atualizar linguagens de indexação e promover lideranças femininas não são iniciativas periféricas, mas ações centrais de justiça epistêmica com potencial de repercutir, simultaneamente, na qualidade dos acervos, na igualdade e equidade de gênero, e na vitalidade democrática do espaço informacional. Ao confirmar benefícios tangíveis e delinear caminhos de avanço, esta pesquisa aspira catalisar esforços científicos subsequentes capazes de consolidar, expandir e sofisticar as bases empíricas que sustentam a luta por uma Organização do Conhecimento (OC), mais inclusiva e socialmente transformadora, visando fortalecer o empoderamento feminino e ampliar a pluralidade de perspectivas disponíveis à pesquisa e à sociedade, de forma global, o que legitima novos campos de investigação científica.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2021. *Diversity in Classification and Subject Headings: Final Report of the SAC Subcommittee on Bias in Subject Analysis and Cataloging* [Em linha]. Chicago: American Library Association [consult. 2025-07-09]. Disponível em: https://www.ala.org/.

BARDIN, L., 1977. *L'Analyse de contenu*. Paris: Presses Universitaires de France.

BATES, Marcia J., 2005. Information and Knowledge: an evolutionary framework for information science. *Information Research* [Em linha]. **10**(4) [consult. 2025-07-09]. Disponível em: http://InformationR.net/ir/10-4/paper239.html.

BERMAN, S., 1971. *Prejudices and Antipathies: A Tract on the LC Subject Heads Concerning PEOPLE*. Metuchen: Scarecrow Press.

BOWKER, G. C., e S. L. STAR, 1999. *Sorting Things Out: Classification and Its Consequences*. Cambridge: MIT Press.

BOYD, D., e K. CRAWFORD, 2012. Critical questions for big data: provocations for a cultural, technological, and scholarly phenomenon. *Information, Communication e Society*. **15**(5), 662-679.

BROUGHTON, Vanda, 2015. *Essential Classification*. 2.nd ed. London: Facet Publishing.

CRENSHAW, Kimberlé, 1989. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum* [Em linha]. 1, Article 8 [consult. 2025-07-09]. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8.

FRANÇA, F., e L. SANTOS, 2020. Indexação inclusiva em bibliotecas universitárias: práticas e desafios. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* [Em linha]. 16 [consult. 2025-11-07]. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/issue/view/93.

HARAWAY, D. J., 1988. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*. **14**(3), 575-599.

HJØRLAND, B., 2017. Domain analysis. *Knowledge Organization*. **44**(6), 436-464.

HJØRLAND, B., 2003 Fundamentals of knowledge organization. *Knowledge Organization*. **30**(2), 87-111.

LÉVY, P., 1996. *Cyberculture*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

LINCOLN, Y. S., e E. G. GUBA, 1985. *Naturalistic Inquiry*. Beverly Hills, CA: Sage.

NOBLE, S. U., 2018. *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. New York: NYU Press.

OLSON, H. A., 2002. *The Power to Name: Locating the Limits of Subject Representation in Libraries*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

SPITERI, L. F., 2021. *Incorporating inclusive language in subject headings: Applying a critical feminist perspective*. [S. l.]: Cataloging e Classification Quarterly.

SVENONIUS, E., 2000. *The Intellectual Foundation of Information Organization*. Cambridge, MA: MIT Press.

UN WOMEN, 2024. *Gender equality in information systems: guidelines for inclusive metadata.* New York: UN Women.

BIBLIOTECAS ESCOLARES INCLUSIVAS: PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA O ATENDIMENTO E AMBIÊNCIA DE PESSOAS NEURODIVERSAS

DÉBORA ARAÚJO MACHADO TEIXEIRA*
MARIÂNGELA SPOTTI LOPES FUJITA**
MARCELO FERNANDES OLIVEIRA***

Resumo: *A pesquisa teve como objetivo apresentar aspectos a serem considerados na produção e organização da informação como elementos catalizadores no atendimento e ambiência de pessoas neurodiversas em bibliotecas escolares. Partindo da premissa de que a biblioteca tem um potencial imenso para ser um ambiente inclusivo, se constituiu como salutar repensar os modelos tradicionais de organização da informação, para que estes não venham a ser excludentes; a pesquisa questionou como adaptar esses espaços para garantir o acesso e uso por alunos neurodiversos. As conclusões apontam para a necessidade de estratégias como a reorganização do espaço físico, o uso de sinalização multimodal e a personalização do acesso. A implementação dessas medidas, aliada à capacitação profissional e à colaboração multidisciplinar, é fundamental para transformar a biblioteca em um ambiente verdadeiramente acolhedor e catalisador do potencial de cada aluno, promovendo equidade e inclusão.*

Palavras-chave: *Organização da informação; Biblioteca escolar; Neurodiversidade.*

Abstract: *The research aimed to present aspects to be considered in the production and organization of information as catalytic elements in serving and creating an environment for neurodiverse individuals in school libraries. Starting from the premise that the library has immense potential to be an inclusive environment, it became essential to rethink traditional models of information organization so that they do not become exclusionary. The study questioned how to adapt these spaces to ensure access and use by neurodiverse students. The conclusions point to the need for strategies such as the reorganization of the physical space, the use of multimodal signage, and the personalization of access. The implementation of these measures, combined with professional training and multidisciplinary collaboration, is essential to transform the library into a truly welcoming environment that catalyzes each student's potential, promoting equity and inclusion.*

Keywords: *Information organization; School library; Neurodiversity.*

* Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP) – Brasil. Email: debora.am.teixeira@unesp.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0007-8709-5899.
** Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP) – Brasil. Email: fujita@marilia.unesp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8239-7114.
*** Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP) – Brasil. Email: marcelofernandes@marilia.unesp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0707-9327.

INTRODUÇÃO

As bibliotecas escolares, sendo indissociáveis da escola, desempenham um papel basilar no processo de inclusão, que é coletivo, e de responsabilidade de todos. Para que esses espaços se tornem verdadeiramente acolhedores, facilitadores da aprendizagem, implica que os profissionais, que ali atuam, ajam como sujeitos protagônicos ressignificando seus saberes/fazeres/quereres em prol do respeito ao outro, ao diferente, e ao diverso.

Portanto, é imperativo repensar a produção e a organização da informação, adaptando-as às necessidades específicas de cada indivíduo. A negligência dessa adaptação pode resultar em exclusão, dificultando o acesso e uso da informação e limitando o potencial de desenvolvimento dos alunos neurodiversos.

Neste interim, a perquirição que orientou essa investigação foi: quais os aspectos a serem considerados na produção e organização da informação para o atendimento e ambiência de pessoas neurodiversas em bibliotecas escolares?

Portanto, e oportunamente, temos como objetivo apresentar aspectos a serem considerados na produção e organização da informação como elementos catalizadores no atendimento e ambiência de pessoas neurodiversas em bibliotecas escolares.

A organização da informação, tem princípios de aplicação prática e técnica, que, de modo geral, visam representar informações, organizando-as e tornando o acesso e uso dos recursos informacionais mais rápido e eficiente. Desta forma, ela produz Sistemas de Recuperação da Informação (SRI) que permitem ao usuário localizar um item específico, encontrar itens relacionados e navegar por um conjunto de dados de forma ordenada e hábil. Suas ferramentas são metadados, catálogos, índices, sistemas de classificação de informação, taxonomias, listas de cabeçalho de assuntos e arquiteturas de informação que estruturam itens como: livros, artigos, arquivos, páginas *web*, entre outros, para que possam ser recuperados.

> *A tarefa de organização da informação começa pela representação. Essa representação, uma vez inserida nos mecanismos de bases de dados, assegurara que aquela informação tem uma localização e poderá ser acessada e recuperada onde quer que esteja. A representação, além de organizar, preserva a informação para uso presente e futuro* (Fujita 2019, p. 29).

Para usuários, porém, a complexidade se dá quando os sistemas de organização da informação são produzidos com uma lógica interna que é contraintuitiva para quem está de fora. Tomemos como referência um catálogo de uma biblioteca organizado estritamente pela Classificação Decimal de Dewey (CDD) ou pelo sobrenome do autor (Cutter). Para um usuário que pensa em termos de temas ou gêneros, por exemplo: um livro de aventura na selva — a necessidade de primeiro traduzir seu desejo para

a linguagem formal do sistema, um número de CDD ou o nome certo do autor, irá requerer uma carga cognitiva significativa.

A complexidade não está na informação em si, mas na barreira de acesso criada pela estrutura organizacional. Quando o sistema estabelece que o usuário aprenda a pensar consoante a sua construção, em vez de ser desenvolvido levando em consideração como o usuário pensa, a organização, paradoxalmente, se torna um obstáculo à informação. O acesso ao conhecimento, é uma prática social básica da biblioteca, sobre o assunto Fujita (2019, p. 33) escreve: «a exigência de informação transcende o valor, o lugar e a forma e necessita de acesso. Por isso devemos pensar não só em fornecer a informação, mas possibilitar o acesso simultâneo de todos».

A estrutura do conhecimento também é complexa, heterogênea e multifacetada. Um sistema de classificação, por exemplo, é um modelo simplificado do mundo, repleto de vieses culturais, históricos e epistemológicos, requerendo do usuário abstrações do saber, o que pode tanto limitar sua compreensão quanto, no melhor dos casos, expandi-la ao apresentar novas representações que ele não havia considerado. Vale destacar que abstrações devem ser evitadas para melhor compreensão dos sujeitos neurodivergentes.

Ressaltamos, porém, que este estudo não teve como proposição realizar contestações, ou sugerir alterações sobre os instrumentos de representações da informação. Atentamos, outrossim, como apontado na seção quatro, a uma série de considerações sobre a produção e organização da informação como sugestões de ressignificações de serviços e ambiência em bibliotecas escolares para o atendimento de todos os usuários.

A pesquisa parte do princípio legal do acesso universal aos direitos, com destaque para uma educação de qualidade. Defende-se uma biblioteca que respeite a diversidade, promova a emancipação e reconheça cada indivíduo, com suas especificidades, como sujeito de seu próprio aprendizado.

1. NEURODIVERSIDADE, NEURODIVERSOS E NEURODIVERGENTES: ONDE ENCAIXÁ-LOS EM NOSSAS DISCUSSÕES SOBRE BIBLIOTECAS?

O conceito de neurodiversidade, com seu histórico complexo e multifacetado, emerge da interseção de movimentos sociais — gênero, raça, sexualidade e feminismo (Ortega 2009, p. 68), com avanços científicos, desafiando a visão tradicional sobre as variações neurológicas. Preteritamente, condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) eram enquadradas pelo modelo médico, que as tratava como deficiências ou doenças (Fundación La Fuente 2022, p. 18; Ortega 2009, pp. 74-75) a serem curadas ou corrigidas para se adequarem às normas sociais.

O termo «neurodiversidade» ganhou popularidade no final da década de 1990, creditado à socióloga australiana Judy Singer, embora ativistas autistas como Temple Grandin e Donna Willians já defendessem a aceitação das diferenças autísticas em suas obras.

O movimento pela neurodiversidade propõe uma mudança de paradigma ao reinterpretar condições como o autismo não como doenças ou deficiências, mas como variações neurológicas naturais e vitais para a sociedade, análogas à importância da biodiversidade para os ecossistemas (Singer 1999, p. 64).

A partir dessa premissa, recomenda-se a adoção de termos como diferenças cognitivas ou neuroatípicos para condições como TEA e TDAH, Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC), dispraxia, dislexia, discalculia, transtorno do desenvolvimento da linguagem, síndrome de Tourette, síndrome de Down, depressão crônica, entre outras, visando distanciá-las da conotação patológica de deficiência ou doença, que sugere a necessidade de um tratamento em busca da cura.

Enfatizamos, contudo, que o propósito deste estudo não é validar uma terminologia em detrimento de outra, mas sim contextualizar para o leitor os vocábulos e as discussões pertinentes que serão recorrentemente utilizados neste trabalho.

Neste contexto, nos sentimos mais à vontade para inferir, consoante as apreensões sobre o assunto, que neurodiversidade pode ser compreendida como «pluralismo neurológico e diversidade neurológica» (Blume 1998; Singer 1999). Para muitos autores, toda a humanidade é neurodiversa, pois nenhuma mente funciona igual, o que torna cada ser único. A adoção desta palavra remete para o todo, o plural, ou ao conjunto de indivíduos que reunidos são neurodiversos e formam a neurodiversidade.

Trazemos também a definição expressa pela American Psychological Association (APA) que a faz do seguinte modo: «A neurodiversidade é ampla em sua definição porque não se limita apenas a deficiências ou neurodivergência; inclui neurotipicidade» (American… 2022, tradução nossa).

Por outro lado, quando nos reportamos a neurodivergente, nos referimos a particularidade dentro do todo. Não se trata de um termo médico, mas de uma palavra identitária dentro do movimento da neurodiversidade. Podendo também ser creditada da seguinte maneira: «Quando a neurologia de uma pessoa difere da "maioria" neurológica» (Azevedo et al. 2022), de forma assertiva dizemos que este é um indíviduo neurodivergente, dentro de um determinado grupo de pessoas.

E nesta conjuntura de sujeitos neurodiversificados, como transfazer o ambiente das bibliotecas, de modo a atendê-los/las? De antemão, certamente precisamos reconsiderar uma série de fatores, dentre os quais, a reformulação do saber/fazer/querer dos profissionais que atuam nestas instituições, de sorte a considerarmos a produção e organização da informação, assim como adequar nosso atendimento para

as necessidades, desejos, demanda, uso e requisitos deste público que também são nossos usuários (Cunha, Amaral e Dantas 2015, pp. 3-5).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem em Domicílio (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2022, no Brasil «cerca de 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade do país (ou 8,9% desse grupo etário) tinham algum tipo de deficiência» (Instituto… 2023). Do percentil informado, a pesquisa também demonstrou que pelo menos 25,6% delas haviam concluído o ensino médio, e que 95,1% das crianças com deficiência, de idade entre 6 e 14 anos, estavam matriculadas em escolas.

Os dados não fazem menção sobre as tipologias de deficiência, porém, independente disto, conseguimos através deles figurar a percentagem de pessoas com deficiência matriculadas em escolas, na faixa etária onde se pressupõe que eles cursem os ensinos infantil, fundamental e médio, o que nos revela a importância do cuidado para com a inclusão dessas pessoas em todos os espaços que a escola venha a disponibilizar, incorporando nesta dialogia as bibliotecas escolares.

O texto introdutório das Diretrizes da IFLA para as bibliotecas escolares, reafirma a responsabilidade comum destas instituições em todo mundo, ao inferir que:

> *As bibliotecas escolares em todo o mundo, na sua variedade, partilham um objetivo comum: o reforço do "ensino e aprendizagem para todos". Por essa razão, os profissionais da biblioteca escolar defendem a igualdade de oportunidades para todos.* […]
>
> • *A crença de que as pessoas, comunidades e organizações precisam de acesso universal e equitativo à informação, ideias e produtos da imaginação para o seu bem-estar social, educativo, cultural, democrático e económico* (International… 2015, p. 15).

De modo fundamentado, o aludido texto nos assegura por intermédio de uma legislação densa e fixa para o assunto em questão, o direito inalienável de todas as crianças e jovens «a equidade de acesso, liberdade de informação e privacidade, direitos autorais e de propriedade intelectual e direito das crianças ao conhecimento» (International… 2015, p. 12), pois estes certamente lhe proporcionarão ferramentas para compreender, questionar e transformar a realidade.

A equidade de acesso à informação e ao conhecimento não é um favor, mas uma condição *sine qua non* para que cada indivíduo possa «ler o mundo» (Freire e Macedo 1990, p. 10). A leitura, por sua vez, sendo «um ato social» (Fujita 2004, p. 1) coopera para tornar os sujeitos emancipados, transformando-os em agente de sua própria história, rompendo com o silenciamento advindo das desigualdades socioeconômicas, educacionais ou culturais.

Apoiada pela legislação e tendo como seu principal recurso «um bibliotecário escolar qualificado que colabora com outros professores para criar as melhores experiências de aprendizagem» (International… 2015, p. 16), a biblioteca escolar pode se tornar um território de práxis. Nesse espaço, promove ativamente a curiosidade, a diversidade, as trocas e a construção coletiva de um futuro mais inclusivo e humanizado para seus usuários.

Negligenciar essa implementação é perpetuar uma educação que não apoia a formação de sujeitos protagonistas de sua própria libertação no acesso e uso de espaços de informação.

2. O VELHO, PORÉM NECESSÁRIO, DISCURSO SOBRE DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO

A sociedade historicamente estabelece distinções entre indivíduos, e a deficiência se insere nesse contexto como um marcador social. É determinante, porém, compreender que a deficiência é uma característica da diversidade humana e da humanidade; podendo também ser percebida como consequência dos ciclos da vida do ser humano, como o envelhecimento e todas suas repercussões (Gesser, Nuernberg e Toneli 2012, p. 558).

Apresentando-se tanto na forma congênita como adquirida, a deficiência está relacionada a impedimentos físicos, sensoriais ou intelectuais que, em interação com barreiras sociais, restringem a participação plena dos indivíduos, conforme pode ser apreciado na *Lei Brasileira de Inclusão* (LBI):

> *Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas* (Brasil 2015).

A LBI define a deficiência como o resultado da interação entre impedimentos e barreiras, dissociando-a da ideia de doença. A lei estabelece as seguintes categorias: sensorial (visual e auditiva), física ou motora, múltipla (associação de deficiências) e intelectual (limitações cognitivas manifestadas antes dos 18 anos).

Sobre esta última, é oportuno adicionar algumas considerações, para uma melhor dilatação do assunto proposto neste artigo. O *Decreto n.º 5.296* (Brasil 2004) menciona que a deficiência intelectual é caracterizada por limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, manifestadas antes dos 18 anos. Essas, por sua vez, afetam habilidades cognitivas e sociais essenciais, como comunicação, autonomia, aprendizagem e interação com o meio. No Brasil, a LBI (Brasil 2015) destaca no parágrafo primeiro do art. 2.º, a necessidade de uma avaliação

multidisciplinar para considerar tanto aspectos cognitivos quanto fatores ambientais e sociais, quando se fizer necessário.

Sassaki (2011) compartilha que a *Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual* (2004), aprovada pela OMS e Opas, foi um marco ao substituir o termo «deficiência mental» por «deficiência intelectual». Essa mudança visou eliminar a confusão com transtornos psiquiátricos e combater estigmas. Ao adotar a nova expressão, a OMS diferenciou a condição intelectual de doenças mentais e transtornos psiquiátricos e reforçou concepções estigmatizantes, reforçando que a deficiência intelectual era uma condição a ser apoiada por meio de suporte educacional, social e profissional.

Outrossim, vale ressaltar que ao longo dos anos, a concepção da deficiência passou por diferentes modelos. O modelo metafísico ou religioso relacionava a deficiência a castigo ou a benção. O modelo médico a via como um problema a ser tratado e curado. O modelo social, surgido no século XX, deslocou o foco da deficiência para as barreiras impostas pela sociedade, reconhecendo que a limitação está no ambiente, não no indivíduo. O modelo mais atual, o biopsicossocial, é o recomendado pela legislação brasileira. Este, amplamente utilizado hoje, incorpora uma nova perspectiva ao considerar a deficiência intelectual como um fenômeno relacional entre os modelos médicos. Ou seja, suas implicações variam conforme as oportunidades de desenvolvimento oferecidas pelo ambiente. Quanto mais inclusivo for o meio, em termos de acessibilidade e suporte, menores serão os impactos da deficiência na vida do indivíduo. Dessa forma, políticas públicas e práticas educacionais devem focar na eliminação de barreiras que dificultam o acesso ao conhecimento e ao convívio social.

Ainda sobre a verve do cenário social, a discussão sobre inclusão e acessibilidade se torna não apenas relevante, mas imperativa. Ela não se limita à presença de pessoas com deficiência em diferentes contextos sociais, mas envolve a remoção de barreiras que dificultam sua participação plena, garantindo acesso igualitário a recursos, direitos e oportunidades.

Nesta dialogia, cabe inferir que a existência dessas barreiras reforça a marginalização de pessoas com deficiência. A LBI (Brasil 2015) especifica elas como sendo de diversas naturezas: urbanísticas e arquitetônicas (estruturais), comunicacionais (impedimentos na linguagem e acesso à informação), atitudinais (preconceitos e estereótipos) e tecnológicas (falta de acessibilidade digital). Em seu art. 3.º, inciso 4, a referida lei define barreiras como:

> *IV – barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros* (Brasil 2015).

A eliminação destas, não é apenas um dever legal, mas uma necessidade ética e social. Sobre o fato, a LBI, estabelece que a acessibilidade deve ser garantida em todos os espaços públicos e privados de uso coletivo, visando à participação igualitária. Isso significa que escolas, empresas, espaços culturais, esportivos e até mesmo ambientes digitais devem ser estruturados de forma a permitir a inclusão efetiva de todos.

Para tanto, são necessárias ações como desenvolvimento de tecnologias assistivas e de novas metodologias, reformas estruturais, sensibilização sobre a diversidade, formulação de políticas inclusivas e acessibilidade. Sassaki, incorpora a partir de seus estudos sobre inclusão, a adoção das seguintes dimensões sobre acessibilidade, a saber:

> *arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência)* (Sassaki 2009, p. 16).

Nesta propositura, entendemos que a acessibilidade não é somente um direito das pessoas com deficiência, mas um benefício à disposição de toda a sociedade. Quando os espaços, produtos e serviços são pensados para serem acessíveis desde sua concepção, todos se beneficiam, independentemente de suas necessidades específicas.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa foi desenvolvida sob uma abordagem qualitativa e descritiva, utilizando o método dedutivo para analisar a inter-relação entre temas como biblioteca escolar, inclusão, neurodiversidade e organização da informação. A escolha metodológica visou fornecer uma base sólida e real sobre o assunto.

Uma busca exploratória em bases de dados, utilizando os termos-chave do estudo, revelou uma tendência significativa na literatura: enquanto há vasta produção sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência física ou sensorial, percebe-se uma notável lacuna de pesquisas voltadas ao atendimento de pessoas neurodiversas e com diferenças cognitivas.

Para a coleta de dados, adotou-se a documentação indireta por meio de pesquisa bibliográfica. Analisamos um *corpus* diverso, incluindo artigos científicos, livros, legislação pertinente, trabalhos acadêmicos e portais especializados. A estratégia de busca com os descritores «"biblioteca escolar" AND "neurodiversidade"» no Portal de Periódicos da Capes e no Portal Oasis retornou apenas quatro documentos. No Google Acadêmico, foi recuperado um documento no formato livro; reforçando o

diminuto número estudos específicos sobre o tema em tela. Para complementar a análise, recorremos também a textos fundamentais sobre o perfil do profissional bibliotecário e o papel da biblioteca escolar.

4. RESULTADOS ALCANÇADOS — BIBLIOTECAS ESCOLARES INCLUSIVAS: RESSIGNIFICANDO SERVIÇOS PARA O ATENDIMENTO DE TODOS/TODAS, UMA PROPOSTA INCLUSIVA PARA A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Mantendo as funções tradicionais de guarda de registros, preservação, associados ao paradigma moderno, onde se incluem a organização e representação de informação, bem como o acesso e compartilhamento de informações — a biblioteca, historicamente, também tem sido multifacetada e as atividades desenvolvidas pelo profissional bibliotecário/a, são desempenhadas no contexto da vida social, sejam a serviço de alguém ou de alguma comunidade com objetivos específicos.

> *Desde a antiguidade, as bibliotecas possibilitam a preservação de documentos essenciais do conhecimento humano e o acesso aberto a determinados públicos. Se em séculos passados o conhecimento letrado era restrito a uma pequena elite que zelosamente guardava o acesso a ele, atualmente as bibliotecas dos países democráticos têm objetivos, obrigações e missões mais voltados para a abertura e disseminação do conhecimento ao maior público possível* (Fundación La Fuente 2022, p. 11, tradução nossa).

No quesito educação e aprendizagem, esta instituição e seus profissionais, desempenham um papel importante na formação integral do cidadão, sendo agentes ativos e interativos a serviço da educação formal, fornecendo recursos para estudantes de todos os níveis, desde o ensino fundamental até a universidade.

Terra, Fujita e Lacruz consideram a respeito da biblioteca escolar, que ela é:

> *um componente essencial de qualquer sistema educacional e sua utilização é um elemento central nos processos de ensino e aprendizagem que visam à formação integral de crianças e jovens, de modo a capacitá-los a se tornarem cidadãos participantes da melhoria de sua comunidade* (Terra, Fujita e Lacruz 2016, p. 276, tradução nossa).

Na perspectiva de abranger as discussões sobre inclusão nas bibliotecas, de pessoas neurodiversas, e de propor a ressignificação de saberes, fazeres e quereres do/a bibliotecário/a na produção e organização da informação em bibliotecas escolares para o atendimento de todos, nosso esforço se dará no intuito de apresentar algumas

estratégias que poderão ser eficazes na garantia de igualdade de acessibilidade e na emancipação das pessoas.

A proposta aqui externada representa um esforço ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), apontados na meta quatro, da *Agenda 2030*, que versa sobre a educação de qualidade, em que consiste como objetivo: «Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos» (Barbieri 2020, p. 134).

Precedentemente ao ato de produzir e organizar a informação, é imperativo compreender que para o atendimento de necessidades específicas é requerido a sensibilidade do/a bibliotecário/a escolar na valorização das potencialidades de alunos neurodiversos, assim como é fundamental uma ressignificação das técnicas e práticas que constroem seus saberes e fazeres profissionais.

> *O bibliotecário adequado é aquele que está em constante questionamento; é aquele que procura conhecer sua área de atuação; é aquele que tem consciência de que o usuário é seu fim último;* […] *é aquele que sabe que a informação é imprescindível para a formação do cidadão. O bibliotecário escolar é aquele que reconhece sua profissão como importante e necessária para a sociedade e se reconhece como um agente de transformação social* (Almeida Júnior 2018, p. 77).

O conhecimento genérico, e às vezes superficial, sobre as necessidades informacionais de alunos precisa ceder lugar para a busca de entendimento sobre os diversos perfis neurodivergentes — suas características, desafios comuns e potencialidades. Esta atitude consciente, positiva e adequada coopera para uma desejável transformação da biblioteca de um espaço meramente acessível para um espaço proativamente inclusivo e acolhedor para todos. Isso implica, necessariamente, romper com estereótipos e adotar uma postura de negação ao capacitismo e suas crenças de inferioridade.

A primeira e mais impactante camada de organização informacional é o próprio ambiente físico. Um espaço caótico ou de navegação complexa eleva a ansiedade e a sobrecarga sensorial, dificultando a emancipação de pessoas neurodivergentes.

Em detrimento disto, é essencial que os profissionais reconheçam as diversas barreiras (sensoriais, comunicacionais, sociais e executivas) e compreendam que o domínio de normas técnicas é insuficiente. Para isso, precisam dominar e aplicar os princípios do *Design* Universal para a Aprendizagem (DUA) nos serviços e no ambiente da biblioteca. Adicionalmente, devem incorporar tecnologias assistivas e formatos acessíveis (audiolivros, fontes de alto contraste, sem serifa, *layouts* limpos e alternativas para conteúdo de áudio e vídeo), garantindo também a acessibilidade de *sites* e catálogos digitais.

No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio de normas como a NBR 17725/2025 (que trata de acessibilidade digital) e a adoção de Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo *Web* (WCAG) 2.2, define requisitos e recomendações para otimizar o acesso a ambientes virtuais. Para ilustrar a dimensão do conceito, a instrução normativa *Ancine 165*, em seu artigo 2.º, inciso I, fornece a seguinte definição de acessibilidade:

> *refere-se à condição que devem cumprir os objetos, dispositivos, ambientes, processos, bens, produtos e serviços para serem compreensíveis, utilizáveis e praticáveis por todas as pessoas com segurança, conforto e da forma mais natural e autônoma possível* (Agência… 2022).

O conhecimento sobre recursos específicos, aliado a estratégias de mediação bibliotecária que considerem diferentes estilos de processamento (visual, auditivo, sensorial) na promoção da leitura para pessoas neurodiversas, contribui para toda a comunidade, sejam pessoas com ou sem deficiência.

Capacitações envolvendo a equipe multidisciplinar da escola (coordenadores pedagógicos, secretários, psicólogos, psicopedagogos, professores, auxiliares, agentes de portaria, faxineiros) e as famílias, certamente auxiliarão na compreensão e aplicação eficaz destes recursos e estratégias de fomento a leitura.

> *As bibliotecas do século XXI precisam continuar sendo espaços abertos a todos os membros de suas respectivas comunidades. Estamos em um momento ideal para definir parâmetros para uma nova abordagem inclusiva, onde todas as pessoas, com suas diferentes capacidades e condições, possam coexistir, funcionar e acessar os espaços, documentos, textos e arquivos disponíveis (tanto em papel quanto em formato digital), de forma segura e respeitosa à sua individualidade* (Fundación La Fuente 2022, p. 14, tradução nossa).

Na ressignificação de fazeres, é conveniente promover adaptações no ambiente e nos serviços, de modo a ofertá-los em formato flexível e proativo, para tanto, é vantajoso avaliar a iluminação, disposição de espaços sensoriais, assentos individuais, objetos macios e de montagem (ajudam a reduzir a ansiedade) e os níveis de ruídos — onde a disponibilização de abafadores pode ser bem eficiente.

Na organização do espaço da biblioteca além das dimensões necessárias para a circulação de pessoas com deficiência física ou baixa mobilidade, devem estar previstas uma sinalização visual bem distribuída, com atenção a oferta de equipamentos adequados.

O atendimento inclusivo exige uma linguagem clara e objetiva, seguindo diretrizes como as da NBR 15.599 da ABNT sobre comunicação acessível. Isso se aplica tanto

ao ambiente físico quanto ao digital, e envolve o uso de múltiplos formatos, como instruções visuais (incluindo pictogramas, eficazes para TEA e Síndrome de Down), sonoras, gestuais e táteis. Além disso, uma atitude paciente, que concede mais tempo para o processamento da informação, é fundamental para um acolhimento efetivo.

> *O atendimento ao público é totalmente atrelado a comportamentos e procedimentos, os quais podem trazer vícios ou práticas desaconselháveis quando o que se pretende é garantir uma relação equânime, dialógica e inclusiva entre quem atende e quem é atendido* (Coordenadoria… 2025, p. 5).

O tratamento temático da informação é essencial para garantir que pessoas com deficiência intelectual tenham acesso aos conteúdos organizados de forma compreensível, acessível e relevante para suas necessidades cognitivas e educacionais. Ele envolve a classificação, indexação, descrição e adaptação dos materiais de forma a facilitar a recuperação da informação e promover a autonomia no uso dos acervos.

Portanto, a produção e organização da informação não são neutras. Elas podem ser projetadas para facilitar ou dificultar o acesso, a compreensão e o uso da informação por pessoas neurodiversas. Sistemas rígidos como a CDD, não acolhe a diversidade cognitiva de seus usuários.

Para pessoas neurodivergentes, a lógica abstrata e a sobrecarga de estímulos de sistemas de organização tão complexo, como este, podem se tornar barreiras intransponíveis. Nesse contexto, a reorganização da informação transcende a mera arrumação de prateleiras; trata-se de um redesenho estratégico do espaço e dos processos, fundamentado em princípios de clareza, flexibilidade e previsibilidade, para garantir que o acesso ao conhecimento seja, de fato, universal.

Adicionalmente, uma sinalização multimodal, que integra texto com fontes claras, ícones universais, pictogramas e um sistema de cores consistente, cria múltiplos caminhos para a decodificação do espaço, atendendo a diferentes estilos de processamento e tornando a biblioteca um mapa legível e previsível para todos.

> *Um pictograma é uma representação gráfica simples (um desenho ou símbolo) que representa um espaço, uma ação ou uma atividade. Seu objetivo é facilitar a comunicação com pessoas neurodiversas, especialmente pessoas com TEA e Síndrome de Down, porém, há outros públicos que se beneficiam, como pessoas analfabetas ou que estão aprendendo a ler* (Fundación La Fuente 2022, p. 27, tradução nossa).

De modo estratégico, nas estantes, a exibição frontal dos livros, com suas capas visíveis, oferece um atalho visual muito mais eficaz do que a leitura de lombadas textuais, atraindo o interesse e facilitando a seleção. No ambiente digital, o catálogo

online (OPAC), pode ser creditado como um limitador, requerendo para um melhor uso de todos/as, ser simplificado com uma interface minimalista e uma busca que permita erros dos usuários, com o oferecimento de sugestões e correções automáticas durante a digitação.

Ao tornar os sistemas mais flexivos e visuais, remove-se a necessidade de o usuário dominar uma lógica complexa, permitindo que seu foco permaneça no objetivo final: encontrar a informação que deseja ou necessita.

Enfim, a organização da informação deve abranger os processos e as normas que regem o ambiente da biblioteca. Procedimentos como a realização de empréstimo ou uso dos computadores podem gerar ansiedade significativa quando não são postos de forma clara, com vistas a eliminação de abstrações. A disponibilidade de guias visuais, ou histórias sociais, definidas como: «histórias curtas e individualizadas que podem ser usadas para ajudar pessoas […] na interpretação e na compreensão de situações sociais difíceis, confusas ou novas» (Lazzarini e Elias 2022, p. 349), constituem-se como mecanismos eficientes, podendo tornar as rotinas da biblioteca explícitas e previsíveis, afastando as barreiras cognitivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos neurodiversos nas escolas representa uma luta constante pela efetivação de direitos históricos, e a biblioteca, como espaço central de conhecimento e acolhimento, possui um potencial imenso para ser um ambiente protagonista nesse processo. Para que isso se concretize, é necessária uma transformação que transcende a simples adaptação técnica, exigindo uma mudança cultural profunda. Dar novos significados aos saberes, fazeres e quereres dos profissionais implica um olhar crítico sobre as práticas atuais e um compromisso legítimo com a valorização da diversidade humana.

Nessa perspectiva, a produção e a organização da informação na biblioteca escolar devem ser ativamente repensadas para garantir a inclusão. Isso se materializa na adoção de estratégias multimodais, na adaptação do espaço físico para ser mais acolhedor e menos sobrecarregado sensorialmente, e na personalização do acesso à informação. Tais medidas são ações concretas que promovem não apenas a acessibilidade, mas a equidade e as condições para o sucesso escolar de todos os estudantes, respeitando suas individualidades.

Contudo, a implementação bem-sucedida dessas adaptações depende de dois pilares fundamentais: o investimento contínuo na capacitação dos profissionais da biblioteca e a colaboração estreita com equipes multidisciplinares, como psicólogos e pedagogos. Ao investir nesses pilares, a biblioteca escolar se consolida como um agente fundamental na construção de uma sociedade mais justa e humanizada, garantindo que cada aluno, com sua forma única de ser e aprender, encontre seu espaço de desenvolvimento, emancipação e pertencimento.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA, 2022. *Instrução Normativa n.o 165, de 29 de setembro de 2022*. Brasil: ANCINE.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo F. de, 2018. Bibliotecário escolar: seu perfil e seu fazer. Em: Rovilson J. da S. SILVA, e Sueli BORTOLIN. *Fazeres Cotidianos na Biblioteca Escolar*. 2.ª ed. São Paulo: ABECIN, pp. 67-77.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2023. *Inclusive Language Guide* [Em linha]. 2.nd ed. Washington, DC: APA [consult. 2025-03-28]. Disponível em: https://www.apa.org/about/apa/equity-diversity-inclusion/language-guide.pdf.

AZEVEDO, Flávio, et al., 2022. Navigating academia as neurodivergent researchers: Promoting neurodiversity within open scholarship. *Association for Psychological Science Observer Magazine* [Em linha]. 2022-10-31 [consult. 2025-03-26]. Disponível em: https://www.psychologicalscience.org/observer/gs-navigating-academia-as-neurodivergent-researchers.

BARBIERI, José C., 2020. *Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030*. Petrópolis: Vozes.

BLUME, Harvey, 1998. Neurodiversity: on the neurological underpinnings of geekdom. *The Atlantic* [Em linha]. September 1998 Issue [consult. 2025-02-27]. Disponível em: https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1998/09/neurodiversity/305909/.

BRASIL. Leis, decretos, etc., 2015. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. *Diário Oficial da União Seção 1*. Brasília: Imprensa Nacional, 2015-07-07, (127), p. 2.

BRASIL. Leis, decretos, etc., 2004. Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004. *Diário Oficial da União Seção 1*. Brasília: Imprensa Nacional, 2004-03-12, (232), p. 5.

COORDENADORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS, DIVERSIDADE E EQUIDADE, 2025. *Atendimento inclusivo: módulo 3 – o atendimento*. São Paulo: UNESP.

CUNHA, Murilo B. da, Sueli A. do AMARAL, e Edmundo B. DANTAS, 2015. *Manual de estudo de usuários da informação*. São Paulo: Atlas.

FREIRE, Paulo, e Donaldo P. MACEDO, 1990. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. São Paulo: Paz e Terra.

FUJITA, Mariângela S. L., 2019. *Políticas de organização e representação da informação*. Brasília: CAPES, UAB.

FUJITA, Mariângela S. L., 2004. A Leitura Documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. *DataGramaZero* [Em linha]. **5**(4), artigo 01 [consult. 2025-03-18]. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/6568.

FUNDACIÓN LA FUENTE, 2022. *Lectura para todas y todos: orientaciones para la inclusión de personas neurodiversas en bibliotecas y otros espacios de lectura*. Chile: Fundación Educacional y Cultural La Fuente.

GESSER, Marivete, Adriano H. NUERNBERG, e Maria J. F. TONELI, 2012. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. *Psicologia & Sociedade* [Em linha]. **24**(3), 557-566 [consult. 2025-03-18]. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300009.

GESSER, Marivete, Pamela BLOCK, e Anahi G. De MELLO, 2020. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. Em: M. GESSER, G. BOCK, e P. LOPES, org. *Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social.* Curitiba: CRV, pp. 17-35.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2023. *Pessoas com deficiência têm menor acesso á educação, ao trabalho e à renda* [Em linha]. Agência IBGE notícias [consult. 2025-03-31]. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2015. *Diretrizes da IFLA para bibliotecas escolares*. Netherlands: IFLA.

LAZZARINI Fernanda S., e Nassim C. ELIAS, 2022. História social™ e autismo: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Educação Especial* [Em linha]. 28, 349-364 [consult. 2025-06-11]. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2004. *Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual* [Em linha]. Montreal: OPS/OMS [consult. 2025-03-17]. Disponível em: http://midia.atp.usp.br/plc/plc0604/impressos/plc0604_aula03_ativPres_Decl_Montreal.

ORTEGA, Francisco, 2009. Deficiência, autismo e neurodiversidade. *Ciência & Saúde Coletiva* [Em linha]. **14**(1), 67-77 [consult. 2025-03-17]. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100012.

SASSAKI, Romeu K., 2011. Terminologia sobre a deficiência na era da inclusão. Em: *Acessibilidade na Câmara* [Em linha]. Brasília: Câmara dos Deputados, Palácio do Congresso Nacional [consult. 2025-03-31]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/terminologia-sobre-deficiencia-na-era-da-inclusao.

SASSAKI, Romeu K., 2009. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)* [Em linha]. 12, 10-16 [consult. 2025-03-18]. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/18g-rFjhTv2A11w30TAB9w.

SINGER, Judy, 1999. 'Why can't you be normal for once in your life?' From a 'problem with no name' to the emergence of a new category of difference. Em: M. C. CORKER e S. FRENCH, ed. *Disability, Human Rights, and Society*. Buckingham: Open University Press, pp. 59-67.

TERRA, Ana L., Mariângela, S. L. FUJITA, e Carmen AGUSTIN LACRUZ, 2016. School libraries and indexing policies in Brazil and Portugal. *Knowledge Organization* [Em linha]. **43**(4), 278-285 [consult. 2025-06-16]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303589575_School_Libraries_and_Indexing_Policies_in_Brazil_and_Portugal.

REPRESENTANDO O CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: OS CONCEITOS DE GARANTIA E HOSPITALIDADE CULTURAL NO ÂMBITO DO *MODELO CONCEITUAL RECORDS IN CONTEXTS*

IGOR MUNIZ PEREIRA*
NATÁLIA BOLFARINI TOGNOLI**

Resumo: *Este estudo busca articular os conceitos de garantia e hospitalidade cultural ao* Modelo Conceitual Records in Contexts. *Adota como método para condução da pesquisa a revisão bibliográfica. Inicialmente, apresenta os conceitos de garantia cultural e hospitalidade cultural, a partir de como Clare Beghtol preconiza serem aplicados aos sistemas de organização e representação do conhecimento. Então, parte-se aos sistemas de organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivologia, estabelecendo a prática da descrição como fundamental no processo de elaboração desses sistemas. Traça um panorama histórico da descrição arquivística, desde a primeira definição formal estabelecida no* Glossário *da Society of American Archivists, passando ao estabelecimento das normas de descrição tradicionais, até o* Modelo Conceitual Records in Contexts. *Apresenta o modelo, as entidades que o compõem e possíveis relações que podem ser estabelecidas. Destaca-se suas particularidades e melhorias em relação ao período anterior, sobretudo, a transformação da descrição hierárquica e multinível em multidimensional, que permite representar os múltiplos contextos de produção e uso dos documentos ao longo do tempo. Finalmente, demonstra que os conceitos de garantia e hospitalidade cultural estão contemplados pelo Records in Contexts, tendo em vista que a flexibilidade, expansibilidade e múltiplas relações possíveis de serem estabelecidas contribuem para a representação adequada das comunidades, mediante seus próprios termos e valores.*

Palavras-chave: *Descrição arquivística; Garantia Cultural; Hospitalidade Cultural;* Records in Contexts.

Abstract: *This study aims to articulate the concepts of cultural warrant and cultural hospitality with the* Records in Contexts Conceptual Model. *The research adopts a bibliographic review as its method. It begins by presenting the concepts of cultural warrant and cultural hospitality, based on how Clare Beghtol advocates their application to knowledge organization and representation systems. It then turns to knowledge organization and representation systems in the field of Archival Science, establishing the practice of description as fundamental in the development of these systems. A historical overview of archival description is outlined, starting from the first formal definition established in the* Glossary *of the Society of American Archivists, through the development of traditional descriptive standards, and culminating in the* Records in Contexts Conceptual Model. *The model is presented along with the entities that comprise it and the possible relationships that can be established. Its particularities and improvements over previous models are highlighted — especially the transformation of hierarchical, multilevel description into a multidimensional one, which enables the representation of the multiple contexts of records' creation and use over time. Finally, it demonstrates that the concepts of warrant and cultural hospitality are encompassed by* Records in Contexts, *given that the model's flexibility, expandability, and the multiple possible relationships contribute to the appropriate representation of communities on their own terms and values.*

Keywords: *Archival description; Cultural Warrant; Cultural Hospitality;* Records in Contexts.

---

* Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil. Email: igormp@id.uff.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8147-0853.
** Universidade Federal Fluminense(UFF) – Brasil. Email: nataliatognoli@id.uff.br. ORCID:https://orcid.org/0000-0002-0609-498X.

INTRODUÇÃO

A organização e representação do conhecimento arquivístico compreende duas funções distintas e complementares: a classificação e a descrição. A classificação consiste na identificação das funções e atividades do órgão produtor, permitindo compreender a estrutura institucional e os vínculos existentes entre os documentos. É a partir desse processo que se constrói uma lógica capaz de refletir o contexto de produção documental e orientar sua organização.

Além de organizar os documentos, a classificação desempenha também um papel essencial na representação do conhecimento arquivístico. O plano de classificação, ao estruturar os documentos com base nas atividades do órgão produtor, torna-se uma ferramenta de leitura da própria instituição. Desse modo, a classificação não apenas organiza, mas também traduz e representa as dinâmicas institucionais nos arquivos.

No entanto, quando se considera especificamente o processo de representação — foco central deste trabalho —, a classificação é acompanhada por outra função arquivística que amplia seu alcance: a descrição. Enquanto a classificação organiza os documentos com base no contexto de sua produção, a descrição acrescenta uma camada de informação que permite compreender também o contexto de uso e o conteúdo dos documentos, tendo em vista a promoção do acesso e da recuperação da informação.

Logo, podemos compreender a descrição como uma função nuclear que permeia os sistemas de organização e representação do conhecimento arquivístico, refletindo escolhas e vieses que moldam a forma como documentos e seus contextos culturais são representados, acessados e compreendidos.

Para fins deste trabalho, entende-se «conhecimento arquivístico», conforme definido por Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), como a integração de três facetas indissociáveis: o conceito de fundo, o conhecimento da forma documental e o conhecimento do contexto de produção do documento. Essa definição ressalta a importância de compreender não apenas o conteúdo dos documentos, mas também sua estrutura formal e o ambiente em que foram produzidos, garantindo uma representação precisa e contextualizada das informações arquivísticas.

Nesse cenário, os conceitos de garantia e hospitalidade cultural, segundo proposto por Beghtol (2002 e 2005), devem ser considerados, visando construir sistemas que atendam às necessidades informacionais de grupos sociais e realidades culturais variadas.

Portanto, o presente artigo busca responder às seguintes questões: os conceitos de garantia e hospitalidade cultural estão contemplados pelo *Modelo Conceitual Records in Contexts* (RiC-CM)? De que maneira é possível verificar tal associação?

Para tanto, faz-se uso da revisão bibliográfica. Parte-se da apresentação dos conceitos de garantia e hospitalidade cultural, tomando como base artigos de Beghtol

(2002 e 2005). Então, traça um panorama histórico da prática de descrição arquivística, desde a primeira definição formal estabelecida, passando pela concepção das normas tradicionais, até o desenvolvimento do RiC-CM.

Apresenta o modelo e suas características, destacando as mudanças que proporciona em relação às normas de descrição tradicionais. Em particular, a passagem de uma descrição hierárquica e multinível para uma abordagem multidimensional, que permite representar os documentos e as relações destes com pessoas e instituições envolvidas na sua criação e uso, de maneira mais precisa.

Argumenta-se que o RiC-CM, por sua capacidade de adaptação às diversas realidades culturais, flexibilidade e ênfase na contextualização dos documentos arquivísticos, contempla os conceitos de garantia e hospitalidade cultural. Assim, reforça o papel dos Arquivos como instituições responsáveis por preservar a memória coletiva e por representar as comunidades de usuários em seus próprios termos, ampliando o exercício da cidadania.

Finalmente, conclui que o RiC-CM, por sua capacidade de adaptação às diversas realidades culturais, flexibilidade e ênfase na contextualização dos documentos arquivísticos, contempla os conceitos de garantia e hospitalidade cultural. Assim, reforça o papel dos Arquivos como instituições responsáveis por preservar a memória coletiva e de representação das comunidades de usuários em seus próprios termos, ampliando o exercício da cidadania.

1. OS CONCEITOS DE GARANTIA CULTURAL E HOSPITALIDADE CULTURAL APLICADOS AOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

O conceito de garantia cultural parte, segundo Beghtol (2002) do reconhecimento de que todo sistema de classificação é elaborado conforme os pressupostos e as necessidades de uma cultura específica, que pode estar representada por determinado país, grupo social, linguagem, etc. Portanto, um sistema de organização do conhecimento tende a ser mais útil aos membros que se enquadram na cultura dominante.

Entretanto, na busca por sistemas de uso global, faz-se necessário superar barreiras culturais, geográficas e linguísticas, visando:

> *Incorporar todas as várias fundações sintáticas e semânticas de qualquer e toda cultura mundial, e os criadores de sistemas de organização do conhecimento precisam criar técnicas para recuperação de informação policultural* (Beghtol 2002, p. 45, tradução nossa).

A autora cita o exemplo dos calendários, que são artefatos culturais utilizados para subdividir o tempo, de forma a regular a vida social e legal dos cidadãos. O calendário gregoriano é dominante. Entretanto, diversas sociedades adotam outros sistemas de registro do tempo, como o calendário lunissolar, na China.

Sendo assim, o ideal é que sistemas de organização e representação do conhecimento sejam capazes de converter as datas do calendário gregoriano de forma a incluir sociedades não cristãs, e mesmo outros conceitos de registro do tempo, como o tempo geológico, caso necessário. Portanto, deve haver a garantia de que diversas culturas estarão adequadamente inclusas, considerando seus membros como usuários potenciais dos sistemas

Ampliando o conceito de garantia cultural, reflete-se sobre a hospitalidade cultural, isto é, a possibilidade de sistemas adotarem novos conceitos de forma apropriada, acomodando-os em relações coerentes com outros conceitos, abarcando usuários cujas necessidades informacionais diferem da cultura dominante. Segundo Beghtol:

> *Hospitalidade cultural complementa e estende a ideia de garantia cultural. Postula que fazer provisões para aspectos específicos de diferentes culturas nos sistemas de organização do conhecimento aumentará a adequação e a utilidade desses sistemas de organização do conhecimento em diferentes ambientes para fins de fluxo de informações em todo o mundo. O princípio fundamental da hospitalidade cultural é que os sistemas de organização do conhecimento devem ser permeáveis a diferentes pontos de vista e diferentes atitudes e práticas culturais* (Beghtol 2002, p. 47, tradução nossa).

Além dos conceitos de garantia e hospitalidade cultural, Beghtol (2005) pontua que as decisões éticas que envolvem os sistemas de organização e representação do conhecimento não são neutras, mas formuladas a partir de vieses decorrentes do contexto sócio-histórico e cultural no qual seus desenvolvedores estão inseridos. Faz-se necessário reconhecer esses vieses e as limitações do sistema, buscando mitigá-las, a fim de promover a representação adequada de diferentes perspectivas.

Busca-se então o equilíbrio entre normas de caráter universalizante e as necessidades locais, exigindo uma abordagem que trate tanto da padronização necessária à interoperabilidade dos sistemas, quanto das particularidades regionais e culturais.

Diante desses conceitos, passa-se à análise da construção dos sistemas de organização e representação do conhecimento no domínio arquivístico, com foco na descrição.

2. A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO

A recuperação da informação é tema estudado pela Ciência da Informação desde sua origem. Os usuários recorrem aos sistemas informacionais trazendo consigo necessidades variadas, que devem ser atendidas. Para tanto, conforme destacam Vital, Medeiros e Bräscher (2017, p. 41), «a recuperação requer que a informação seja tratada e estruturada pelos processos conhecidos como Organização e Representação da Informação e do Conhecimento». Entretanto, tais processos ocorrem de formas

específicas, a depender do domínio no qual são aplicados. No caso da Arquivologia, materializam-se de acordo com as práticas da classificação e da descrição arquivística. Para fins deste estudo, nos atentaremos à segunda.

Embora mencionada no *Manual dos Arquivistas Holandeses* (1898), considerado o marco inicial da Arquivologia moderna, não havia, até o fim do século XX, uma definição formal para o conceito de descrição arquivística. Tal definição só viria a ocorrer, segundo Duranti, a partir do *Glossário* da Society of American Archivists (SAA), em 1974. Na obra em questão o conceito é apresentado como «o processo de estabelecer controle intelectual sobre os acervos por meio da elaboração de instrumentos de pesquisa» (Society… 1974, cit. por Duranti 1992, p. 47, tradução nossa).

Alguns anos depois, o Grupo de Trabalho Canadense sobre as Normas de Descrição Arquivística (Canadian Working Group on Archival Descriptive Standards) definiu a descrição como uma função essencial para o processamento dos documentos de arquivo, cujos produtos serão os instrumentos de pesquisa capazes de controlar os fundos e permitir aos usuários encontrarem as informações necessárias.

Observa-se que ambas as definições abordam os instrumentos de pesquisa como produtos do ato de descrever, relegando à função descrição a simplória tarefa de criar substitutos de conhecimento. Somente na década de 1990, Miller cunhou uma definição capaz de dar conta da complexa função descrição, definindo-a enquanto

> *o processo de capturar, cotejar, analisar, controlar, trocar e fornecer acesso à informação sobre: (1) a origem, contexto e proveniência de diferentes conjuntos de documentos, (2) seu arquivamento, (3) sua forma e conteúdo, (4) sua relação com outros documentos e, (5) as maneiras como eles podem ser encontrados e utilizados* (Miller 1990, p. 7).

Durante esse período, além da falta de uma definição apropriada que levasse em conta os elementos da descrição enquanto uma complexa função para representação do conhecimento arquivístico, destaca-se a ausência de normas e padrões concernentes à descrição arquivística por um longo período, resultando em procedimentos idiossincráticos. No ano de 1994 é publicada a primeira versão da *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* – ISAD(G), tendo sido atualizada em 2000, e apresentando uma definição mais robusta e condizente com a função descrição arquivística:

> *A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu* (Conselho… 2000, pp. 14-15).

Portanto, pode-se aferir que a descrição arquivística busca representar o contexto e conteúdo do acervo documental sob custódia das instituições, facilitando sua compreensão, localização e consulta, a partir dos metadados e pontos de acesso.

A ISAD(G) apresenta 23 elementos, dos quais seis são obrigatórios: a) código de referência; b) título; c) produtor; d) data; e) dimensão da unidade de descrição; f) nível de descrição.

A elaboração da ISAD(G) foi o pontapé inicial para a discussão e publicação de outras normas, dentre as quais destacam-se:

- *Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias* — ISAAR(CPF) — utilizada na preparação de registros de autoridade arquivística que fornecem descrições de entidades coletivas, pessoas e famílias relacionadas à produção e manutenção dos documentos de arquivo. Apresenta, como elementos obrigatórios: a) tipo de entidade; b) forma(s) autorizada(s) do nome; c) datas de existência; d) identificador do registro de autoridade.
- *Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico* — ISDIAH — apresenta regras gerais para a normalização de descrições de instituições custodiadoras de acervo arquivístico. São obrigatórios os elementos: a) identificador; b) forma(s) autorizada(s) do nome; c) endereço(s).
- *Norma Internacional para Descrição de Funções* — ISDF — estabelece diretivas para a preparação de descrições de funções de entidades coletivas associadas à produção e manutenção de documentos arquivísticos. Entre os elementos obrigatórios, têm-se os seguintes: a) tipo; b) forma(s) autorizada(s) do nome; c) identificador de descrição da função.

Em comum, as normas mencionadas proporcionam a descrição multinível unidimensional, que estabelece a hierarquização entre as entidades do arquivo, partindo do nível geral, fundo, ao mais específico, item documental.

A padronização das descrições é um marco a ser destacado. Contudo, deve-se atentar às críticas, direcionadas principalmente sobre a ISAD(G). A estrutura linear e a hierarquia rígida ocasionam problemas quando se trata de representar as complexas relações contextuais e funcionais entre documentos, pessoas, instituições, e demais entidades. Além disso, o foco exclusivo no contexto de produção dos documentos pode negligenciar os aspectos de reutilização desses, quando adquirem um valor secundário, para além da atividade que lhes deu origem.

Outro aspecto relevante consiste no desenvolvimento dos sistemas informatizados. Surge a necessidade de um reposicionamento estratégico da profissão do arquivista, ampliando a custódia para além do espaço físico, isto é, as salas nas quais se encontram os documentos. Faz-se necessário discutir sistemas de organização e

representação da informação agora em âmbito digital, o que inclui modelos arquivísticos adequados a esse contexto. Dessa forma, analisa-se o *Modelo Conceitual Records in Contexts* (RiC-CM).

3. PENSAR A ARTICULAÇÃO DO *MODELO CONCEITUAL RECORDS IN CONTEXTS* COM OS CONCEITOS DE GARANTIA E HOSPITALIDADE CULTURAL

Em 2012 o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) institui o Experts Group on Archival Description (EGAD), Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística, com o objetivo de estabelecer um novo padrão internacional de descrição arquivística, capaz de integrar as demais normas já mencionadas.

Atualmente o grupo é constituído por 23 membros, representantes de 15 países. Teve como resultado inicial a publicação *Records in Contexts: a conceptual model for archival description. Consultation Draft v0.1*, em 2016. O projeto sofreu diversas atualizações, culminando na versão 1.0, publicada ao final de 2023, considerada a primeira versão estável do modelo (Conselho… 2023).

Entre as vantagens de se elaborar um modelo conceitual destacam-se as seguintes:

> *Uniformização dos entendimentos, conceitos e as suas inter-relações, facilitando a compreensão de profissionais de diferentes áreas e a interoperabilidade entre os sistemas posteriormente desenvolvidos com base no novo modelo* (Souza e Flores 2020, p. 254).

Uma definição para o que se entende como um modelo conceitual é estabelecida por Bezerra, segundo a qual:

> *Representam formal e simplificadamente a realidade de um dado domínio do conhecimento, funcionando como instrumentos para raciocinar sobre ela de modo a promover representações operacionais. Sua estrutura conceitual, lógica, relacional, bem como seu vocabulário, possibilitam identificar correspondências semânticas entre entidades e relações, e assim tornam possível o alinhamento semântico com modelos de domínios do conhecimento similares, como o de patrimônio cultural e memória* (Bezerra 2019, p. 65).

No caso do RiC-CM, trata-se de um modelo conceitual de alto nível, que busca identificar e descrever intelectualmente os documentos arquivísticos, as pessoas responsáveis por sua criação e uso, bem como as atividades desempenhadas, cujos arquivos tanto permitem sua execução quanto às registram. Adota o modelo entidade-relacionamento (E-R), que implica na organização e representação de dados em termos de

entidades, e relacionamentos entre tais entidades. Na versão atual, há 22 entidades, a partir das quais podem ser estabelecidas dezenas de atributos e relacionamentos.

As entidades constituem os principais objetos de interesse dos arquivistas, incluindo tanto os que atuam no âmbito da gestão dos documentos correntes quanto na preservação e acesso aos de valor permanente. São essenciais para fornecer o contexto intelectual necessário ao gerenciamento, preservação, busca, uso e compreensão do acervo. O conjunto de entidades pode ser visualizado na tabela a seguir:

Tabela 1. Entidades do *Modelo Conceitual Records in Contexts*

RiC Entities Hierarchy			
First Level	**Second Level**	**Third Level**	**Fourth Level**
RiC-E01 Thing	**RiC Record Resource**	RiC-E03 Record Set	
		RiC-E04 Record	
		RiC-E05 Record Part	
	RiC-E06 Instantiation		
	RiC-E07 Agent	RiC-E08 Person	
		RiC-E09 Group	RiC-E10 Family
			RiC-E11 Corporate Body
		RiC-E12 Position	
		RiC-E13 Mechanism	
	RiC-E14 Event	**RiC-E15 Activity**	
	RiC-E16 Rule	RiC-E17 Mandate	
	RiC-E18 Date		
	RiC-E22 Place		

Fonte: Conselho… 2023

As principais entidades do RiC-CM são as seguintes: *Record Resource* (Recurso de Registro), *Instantiation* (Instanciação), *Agent* (Agente), e *Activity* (Atividade). Tais entidades representam, respectivamente: o próprio documento de arquivo ou conjunto documental que está sendo descrito; as diferentes formas que um registro pode assumir, seja material ou digital, abrangendo suas cópias, formatos, versões, bem como demais aspectos técnicos e físicos; pessoas e instituições responsáveis pela criação, manutenção, uso e custódia dos arquivos; atividades desempenhadas que resultam na criação, modificação e uso dos documentos de arquivo.

Por sua vez, os atributos são características das entidades. O conjunto dos atributos de uma entidade somado às relações que a mesma mantém com outras

entidades estabelece sua identidade. Abaixo, tem-se a descrição do atributo *Location* (Localização):

Tabela 2. Descrição do atributo *Location* (Localização)

ID	**RiC-A27**
Name	**Location**
Definition	A delimitation of the physical territory of a *place*.
Domain	Place
Specifications	Used to describe basic human-readable text such as an address, a cadastral reference, or less precise information found in a *record*. Use the *coordinates* attribute (RiC-A11) to capture the geographical *coordinates* of the *place*. Use RiC-CM spatial relations (particulary RiC-RO75i *'has location'*) to capture a relation between *two places*.
Extensibility	May be extended with any number of specific attributes.
Repeatability	Repeatable
Value schema	Free text
Scope	The level of precision may vary according to the context.
Ezamples	25 rue Saint-Denis à Paris [fr] [street in Paris] Montereal [city in Canada]

Fonte: Conselho… 2023

A reunião de todos os atributos que caracterizam determinada entidade pode ser visualizada da seguinte maneira:

Tabela 3. Conjunto de atributos da entidade *Place* (Lugar)

RiC-E22	**Place**
Attriibute ID	**Attribute Name**
RiC-A43	General Description
RiC-A22	Identifier
RiC-A28	Name
RiC-A11	Coordinates
RiC-A21	History
RiC-A27	Location
RiC-A32	Place Type

Fonte: Conselho… 2023

Para compreender e descrever documentos de arquivo deve-se considerar de que maneira foram criados, acumulados e gerenciados ao longo do tempo. Todo registro é produzido em uma determinada época e local, seguindo procedimentos preestabelecidos. Encontra-se imerso em um contexto político, sócio-histórico e cultural específico. As relações no RiC-CM buscam descrever as conexões entre as entidades, fundamentais na análise desse contexto, expressando características significativas da história e gestão dos documentos arquivísticos. Os tipos de relações a serem estabelecidas recaem sobre uma ou mais categorias, conforme estabelecido no modelo:

- Relações de parte-todo, a exemplo de um processo e suas páginas;
- Relações sequenciais, que descrevem uma lógica entre documentos, como quando um documento possui duas ou mais versões;
- Relações de assunto, quando um documento tem relação com determinado assunto ou tópico;
- Relações entre documentos, como a relação entre um registro e sua cópia;
- Relações entre documentos e instâncias, isto é, associa um documento a sua versão digital;
- Relações de proveniência, que descrevem a criação de um documento arquivístico, como a relação entre um documento e a atividade e/ou agente que lhe deu origem;
- Relações entre instâncias, ou seja, entre um documento digital e uma outra versão do mesmo documento, após processo de migração;
- Relações de responsabilidade, que descrevem a autoridade de um agente sobre outras entidades, como um gestor e seus subordinados em determinada organização;
- Relações entre diferentes agentes;
- Relações de evento, quando um determinado acontecimento resulta na criação e/ou modificação de documentos;
- Relações entre entidades e regras, a exemplo do mandato que autoriza o agente a executar determinadas atividades;
- Relações entre entidades e datas, como quando ocorreu determinado evento, a data em que um documento foi criado;
- Relações espaciais, isto é, entre determinada entidade e um local, como o lugar ou jurisdição no qual o agente encontra-se situado.

Um exemplo de relação estabelecida no modelo pode ser visualizado a seguir:

Tabela 4. Relação no modelo *Records in Contexts*

ID	**RiC-R006**	
Name	***has or had subevent***	inverse relation: ***is or was subevent of***
Domain/Range	Event	Event
Cardinality	1 to M	
Definition	Connects an *event* to one or more of a series of *events* that constitute the original, broader, past or ongoing *event*.	
Scope Notes	Since an *activity* is a kind of *event*, this relation can also be used for *activity*.	
Examples	The Spanish Civil War (1936-1939) *has or had subevent* the Bombing of Guernica (1937). [en] A Guerra do Paraguai *has or had subevent* a Batalha Naval do Riachuelo. [pt] A Batalha Naval do Riachuelo *is or was subevent* of a Guerra do Paraguai. [pt]	
Relation types	Whole/part relations Event relations	
Broader relations	RiC-R002 *has or had part* RiC-R057 *is event associated with* RiC-R057i *is associated with event*	
Narrower relations	None	

Fonte: Conselho… 2023

Compreendido o RiC-CM, torna-se possível estabelecer sua articulação aos conceitos de garantia e hospitalidade cultural. A abordagem multidimensional preconizada no modelo permite representar os arquivos com maior precisão, estabelecendo redes de relacionamentos que conectam documentos, funções, agentes e eventos. Assim, descreve-se contextos múltiplos e simultâneos, abarcando questões como a proveniência, autoria, criação e uso dos registros ao longo do tempo.

Tais redes de relacionamentos expandem a descrição para além do conteúdo do próprio documento, incluindo pessoas, organizações, atividades e locais específicos. Dessa maneira, é possível capturar as histórias, práticas e valores culturais dos diversos indivíduos ou grupos associados ao registro.

Ou seja, trata-se de um modelo flexível e expansível, assim como proposto por Beghtol. Em detrimento da imposição de uma estrutura hierárquica rígida, estabelece relações e contextos de acordo com a realidade cultural que envolve os documentos, as comunidades que os produziram, bem como os múltiplos valores e usos que podem assumir.

Assim, acervos de minorias sociais como indígenas e quilombolas, por exemplo, podem ser representados a partir da lógica e ordem estabelecida pela comunidade local, reduzindo o risco de arbitrariedades e alienações que os prejudiquem, atingindo a almejada garantia cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O RiC-CM aprimora a prática de descrição arquivística considerando a realidade contemporânea, marcada pelo advento dos documentos e sistemas em âmbito digital. Permite superar as limitações das normas tradicionais, como estrutura hierárquica rígida. Representa com maior precisão as complexas relações entre documentos, agentes, atividades e demais elementos.

Ao permitir a descrição contextual vinculada às múltiplas entidades e relações, o modelo valoriza a diversidade cultural, promovendo uma representação e recuperação da informação que abrange povos marginalizados, de modo que seus registros sejam compreendidos a partir de suas tradições e valores.

Percebe-se uma adaptabilidade do RiC-CM aos diferentes ambientes culturais, fortalecendo o papel dos Arquivos como lugares de memória coletiva, afirmando uma série de histórias, práticas e saberes que passam a ser preservados nos próprios termos das comunidades específicas.

Finalmente, ao mesmo tempo em que promove o respeito às comunidades culturais, facilita o acesso à informação, sendo interoperável e compatível com tecnologias que permitem ao público geral, aos membros externos a uma determinada comunidade, compreender sua dinâmica de funcionamento e a importância que o acervo documental assume.

Portanto, o modelo mantém a pretensão universal ao acesso enquanto respeita as especificidades culturais e históricas das comunidades. Trata-se de uma alternativa que deve ser aprimorada constantemente, como qualquer sistema, mas já representa um avanço às necessidades do mundo globalizado, culturalmente diverso e cada vez mais tecnológico.

REFERÊNCIAS

BEGHTOL, Clare, 2005. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. *Journal of the American Society for Information Science and Technology* [Em linha]. **56**(9), 903-912 [consult. 2024-10-15]. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.20184.

BEGHTOL, Clare, 2002. Universal concepts, cultural warrant, and cultural hospitality. Em: M. J. LOPEZ-HUERTAS, ed. *Challenges in knowledge organization for 21st century: integration knowledge across boundaries. Proceedings of the seventh international ISKO Conference, 10-13 July 2002, Granada, Spain*. Würzburg: Ergon-Verlag, pp. 45-49.

BEZERRA, Darlene Alves, 2019. *Alinhamento semântico dos modelos conceituais de bibliotecas, museus e arquivos* [Em linha]. Tese de Doutorado, Curso de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Nitéroi [consult. 2024-10-15]. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/13845.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos, 2006. *NOBRADE: Norma brasileira de descrição arquivística* [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [consult. 2024-10-12]. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2009. *ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico* [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [consult. 2024-10-12]. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacos-do-ica.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008. *ISDF: Norma internacional para descrição de funções* [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [consult. 2024-10-12]. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/ISDF.pdf.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004. *ISAAR(CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias* [Em linha]. Trad. de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [consult. 2024-10-12]. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isaar_cpf.pdfl.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* [Em linha]. 2.ª ed. adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pela CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [consult. 2024-10-12]. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-*conteudo*/publicacoes/isad_g_2001.pdf.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Expert Group on Archival Description, 2023. *RIC-CM: Records In Contexts – Conceptual Model Version 1.0* [Em linha]. [S.l.]: International Council on Archives [consult. 2024-10-15]. Disponível em: https://www.ica.org/resource/records-in-contexts-conceptual-model/.

DURANTI, Luciana, 1992. Origin and Development of the Concept of Archival Description. *Archivaria: The Journal of the Association of Canadian Archivists, Montreal* [Em linha]. **1**(35), 47-54 [consult. 2024-10-13]. Disponível em: https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11884.

MILLER, Fredric M., 1990. *Arranging and Describing Archives and Manuscripts*. Chicago: SAA.

MIRANDA, Jair Martins de, 2021. Records in Contexts (RiC): análise da sua aplicação em arquivos, à luz das tecnologias Linked Open Data (LOD). *Acervo* [Em linha]. **4**(3), 1-26 [consult. 2024-10-15]. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1745.

SOUZA, Marcos V. Bittencourt de, e Daniel FLORES, 2020. Possíveis impactos do modelo Records in Contexts para os usuários de arquivos. *Acervo* [Em linha]. **33**(3), 49-67 [consult. 2024-10-15]. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1553.

TOGNOLI, Natália B., Ana C. RODRIGUES, e José A. C. GUIMARÃES, 2019. Definindo o conhecimento arquivístico: estruturas conceituais. *Informação & Informação*. **24**(2), 58-75.

VITAL, Luciane Paula, Graziela Martins de MEDEIROS, e Marisa BRÄSCHER, 2017. Classificação e descrição arquivística como atividades de organização e representação da informação e do conhecimento. *Brazilian Journal of Information Science: research trends* [Em linha], **11**(4) [consult. 2024-10-15]. Disponível em: https://doi.org/10.36311/1981-1640.2017.v11n4.07.p40.

MEMORIA, RESPETO Y COLABORACIÓN: COLECCIONES DE FANZINES EN BIBLIOTECAS

INGRID ELIZABETH RODRÍGUEZ MÁRQUEZ*

Resumen: *Los fanzines son manifestaciones culturales y sociales que, desde mediados del siglo XX, han plasmado movimientos contraculturales y expresiones artísticas disidentes. A diferencia de las publicaciones tradicionales, los fanzines surgen desde lo independiente y lo colectivo, reflejando voces que difícilmente encontraban un espacio para expresarse. Su valor no solo radica en su contenido, sino también en su capacidad de preservar memorias alternas, como el punk, el activismo LGBTTIQ+ o el feminismo.*

A pesar de su auge en la última década y el incremento en su producción, los fanzines enfrentan un riesgo constante: la pérdida material debido a su naturaleza efímera y la invisibilidad a la que están expuestos. Ante esto, es primordial cuidar las producciones nuevas como las de mediados del siglo pasado, garantizando el respeto y la colaboración entre creadores-colectivos y bibliotecas. El objetivo de este texto es proponer algunas estrategias para integrar los fanzines en bibliotecas desde un enfoque ético, colaborativo y descentralizado, evitando la apropiación cultural y priorizando la voz de sus creadores.

Palabras clave: *Fanzines; Organización del conocimiento; Memoria; Colecciones; Colaboración.*

Abstract: *Fanzines are cultural and social manifestations that, since the mid-20th century, have been a reflection of countercultural movements and dissident artistic expressions. Unlike traditional publications, fanzines emerge from the independent and the collective, reflecting voices that would find it difficult to find a space to express themselves. Their value lies not only in their content, but also in their ability to preserve alternative memories, such as punk, LGBTTIQ+ activism or feminism.*

Despite their boom in the last decade and the increase in their production, fanzines face a constant risk: material loss due to their ephemeral nature and the invisibility to which they are exposed. In view of this, it is essential to take care of new productions such as those from the middle of the last century, guaranteeing respect and collaboration between collective creators and libraries. The aim of this text is to propose some strategies to integrate fanzines in libraries from an ethical, collaborative and decentralized approach, avoiding cultural appropriation and prioritizing the voice of their creators.

Keywords: *Fanzines; Organization of knowledge; Memory; Collections; Collaboration.*

INTRODUCCIÓN

Los fanzines son una forma de expresión que representan movimientos sociales, artísticos y culturales. Su preservación es transcendental, ya que documentan cambios sociales, sexuales, culturales, económicos y artísticos de cada época. Para lograr la adecuada preservación de estos documentos es indispensable incluirlos en espacios como las bibliotecas, donde puedan ser revalorizados desde su importancia artística e

* Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) – México. Email: ingridrodriguezmarquez@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5378-3895.

histórica. Además, se deben promover modelos de preservación y generar directrices éticas para que se respete su autonomía, evitando prácticas como el extractivismo o la apropiación cultural.

Este trabajo es tan solo un acercamiento de los planteamientos que una biblioteca podría seguir para el desarrollo de colecciones con fanzines. Para ello, se realiza una revisión de colecciones existentes, analiza textos históricos sobre su creación y producción, y explora conceptos teóricos relevantes. Finalmente, se proponen algunos lineamientos para el desarrollo de colecciones de fanzines en bibliotecas, con el fin de garantizar su preservación y acceso respetuoso.

1. CONTEXTO HISTÓRICO Y VALOR CULTURAL DE LOS FANZINES

1.1. Breve contexto histórico

La historia del fanzine es extensa, su nombre proviene del inglés *fan* (admirador) y *zine/magazine* (revista), acuñado por aficionados o fans de la ciencia ficción a principios del siglo XX en Estados Unidos. Uno de los primeros fanzines es *The Comet* (1930) creado por Raymond A. Palmer, cuyo contenido se basaba en debates acerca del género y opiniones a través de cartas de los lectores.

En las décadas de 1940 y 1950, los fanzines alcanzaron su auge, expandiéndose más allá de la ciencia ficción y tocando temas de la cultura popular. En los años 1960, el fanzine contemporáneo, más

> *parecido al que conocemos ahora, emergió como medio de expresión contracultural, influenciado por la rebelión política y cultural de las juventudes y como una forma de protesta. La accesibilidad de impresiones offset permitió que más personas crearan fanzines sobre temas cada vez más diversos, desde arte hasta política* (Martínez 2011, pp. 41-42).

En los 1970, la fotocopiadora facilitó la producción DIY *(Do It Yourself*), democratizando aún más la creación de fanzines. Fanzines como *Punk* (1976), creado por John Holmstrom, combinó música y cómics, mientras que *Sniffin' Glue* de Mark Perry destacó por su estética cruda y amateur, influyendo en futuras generaciones. Estos fanzines promovieron la identidad punk, la crítica social y la creación de redes alternativas.

En los 1980, la fotocopiadora se popularizó, ampliando la difusión de fanzines. Para los 1990, el Internet los transformó con los *ezines*, es decir fanzines en formato digital, reduciendo costos y aumentando su alcance global (Martínez 2011, p. 49).

En cuanto a la escena mexicana, la historia del fanzine es larga, pero su efervescencia se da entre la década de los 1970 y 1980, y está vinculada al punk y a

los grupos contraculturales. Estos fanzines reflejaban el descontento político y social y también tocaban temas como la música, el arte, la diversidad sexual y el activismo.

En los 1990 ganaron fuerza y popularidad, sobre todo en círculos alternativos de jóvenes interesados en el punk, el activismo político y la escena musical alternativa, pero con el Internet en los 2000, muchos migraron a formatos digitales. A pesar de ello, persistió la producción impresa, valorando su estética tangible (Jiménez 2020).

Actualmente, los fanzines mexicanos siguen abordando temas como el feminismo, género, derechos humanos, además de la exploración de diversas técnicas y diversidad gráfica y artística. Su evolución muestra adaptación a cambios tecnológicos y su papel como medio de resistencia y expresión alternativa.

Teniendo en cuenta un poco de su historia podemos preguntarnos concretamente ¿qué es un fanzine?

1.2. ¿Qué es un fanzine?

Definir un fanzine es complejo debido a su diversidad, sus características son infinitas. Podemos encontrar fanzines pequeños, dibujados a mano, fotocopiados a color o en blanco y negro, impresos en hojas de color, con elementos extras como *stickers* o pines, también existen tirajes de un solo fanzine.

De acuerdo con Andrea Galaxina:

> *a medida que la tecnología ha ido avanzando el concepto de lo que es un fanzine se ha ido ampliando y por tanto definir con exactitud una sola tipología de fanzine es prácticamente imposible. El fanzine clásico sería aquella publicación fotocopiada, doblada y grapada, pero a partir de ahí, las opciones son infinita* (Galaxina 2017, p. 8).

Por otro lado, en uno de mis libros favoritos acerca de la relación entre el punk, el *undergroud* y los fanzines, titulado *Notes from the Underground*, Stephen Duncombe habla de la dificultad para describir un fanzine y menciona que cuando le preguntan qué es un fanzine su «impulso inicial, y probablemente correcto, es entregar una pila de fanzines y dejar que la persona que hace la pregunta decida, porque así es como me los presentaron» (Duncombe 2008, p. 6, traducción propia). Más adelante, Duncombe se atreve a dar una pequeña definición «Sencillamente, los fanzines son publicaciones dedicadas a discutir el lado oculto y matices de un género cultural. Dentro de los fanzines hay distintas subcategorías: deportes, música, ciencia ficción, etc.» (Duncombe 2008, p. 16, traducción propia).

Un fanzine puede presentarse ante nosotros en formato físico o digital. Su contenido es una expresión de vivencias, sentimientos o ideas de un individuo o una comunidad. Las posibilidades materiales de los fanzines físicos no tienen ataduras:

un fanzine puede crearse en papel, cartulina, periódico, cartón, etc., lo que sea más asequible para el creador o creadores en ese momento. Un fanzine puede ser único o tener un tiraje extenso, puede reproducirse a través de fotocopias o en una imprenta, incluso puede dibujarse a mano y jamás volverse a reproducir. El ideal de un fanzine es que se pueda compartir libremente, que no tenga derechos de autor y que pueda reproducirse y compartirse, un fanzine no tiene precio. Un fanzine es libre, colaborativo y busca saciar las necesidades más profundas del creador y mostrar un poco de su mundo.

> *La palabra "fanzine" no es una marca, no es una palabra que se pueda utilizar para enmarcar un producto dentro de los demás consumibles. Un fanzine es una necesidad, la necesidad de expresarse y por lo tanto no debe haber lugar para el negocio ni el marketing ni la publicidad* (Rodellar 2013).

1.3. Valor cultural

Los fanzines a través del tiempo evolucionaron hasta dejar huella en la cultura. Pasaron de ser publicaciones de fanáticos de ciencia ficción y música, a ser artefactos culturales que si bien, también pueden hablar de ciencia ficción y música, encapsulan identidades, resistencias y luchas marginadas e invisibilizadas por los medios tradicionales. Por ello, el valor cultural de los fanzines radica en amplificar voces sistemáticamente silenciadas, documentar historias y procesos históricos desde diversas perspectivas, casi siempre no oficiales, además, buscan tejer redes y formar comunidad entre grupos e individuos que se encuentran fuera de las estructuras de poder y hegemonía.

Aunado a lo anterior, es fundamental conservar la esencia *Do It Yourself* de los fanzines, ya que garantiza la libertad creativa fuera de los marcos académicos y editoriales convencionales, reforzando su independencia, y permitiendo abordar y explorar temáticas alternativas.

> *Más allá del debate sobre los juicios de valor en relación a la autenticidad de las prácticas "hazlo tú mismo", es un hecho que estas publicaciones nos hablan de los sujetos que están detrás de ellas. Personas que están generando su propia cultura con la intención de subvertir la cultura hegemónica para criticarla y ofrecer alternativas, en vez de consumir lo que se ha prefabricado* (Estrada Silva y Arriaga Celis 2015, p. 152).

2. PROBLEMÁTICAS ACTUALES DE LOS FANZINES

A pesar de que los fanzines nunca se han ido, y que en la actualidad no necesariamente todos los fanzines publicados son una manifestación contestataria, sí podemos observar que en los últimos años han tenido un *boom* entre las nuevas generaciones.

Desde mi punto de vista, esto se puede deber a su lógica DIY y a las movilizaciones políticas y sociales que se incrementaron mundialmente en las últimas décadas. Un ejemplo de esto, son las movilizaciones y marchas feministas de esta nueva ola, las cuales estallaron mundialmente en los últimos 10 años por la necesidad de denunciar violencias y experiencias que institucionalmente se han invisibilizado.

También, este interés por los fanzines se ha visto reflejado en otros sectores como el museístico. Ejemplo de ello es la colección de fanzines creada en el Museo del Chopo, de la cual se desprende un catálogo que recopila varias imágenes de fanzines y dentro del cual también hay un texto donde se menciona la problemática acerca de la recopilación de estos materiales en espacios institucionales. Al respecto Estrada Silva y Arriaga Celis nos mencionan que:

> *representa una contradicción intrínseca el exhibir y por lo tanto legitimar cierto tipo de producción cultural que desde su origen pretende resistir los espacios de autoridad y normalización. A pesar de las problemáticas que pueden surgir de introducir a un museo productos contraculturales, este tipo de cooptación ha venido sucediendo desde el momento en que estas prácticas emergen: parecen ser desplazamientos inherentes a la relación entre cultura y contracultura. Nos basamos en la idea de que la finalidad de cualquier fanzine o revista es dar a conocer determinados contenidos, generalmente ocultos o de difícil acceso, por lo tanto, se asume que la mayoría de la gente que autoedita su trabajo, lo hace porque quiere darlo a conocer. El hecho de que un museo universitario esté facilitando, difundiendo y preservando estos materiales para que en un futuro cualquier interesado los pueda consultar, logra en cierta medida responder a estas inconsistencias* (Estrada Silva y Arriaga Celis 2015, p. 152).

Incluso, las instituciones han buscado la manera de crear sus propios fanzines, aunque eso sí, muchos de ellos se aceran más a las prácticas y estructuras de las revistas que a las de los fanzines.

Ante este *boom* fanzinero surgen muchas preguntas y problemáticas. Para propósitos de este trabajo dividiré dichas problemáticas en tres puntos:

- Pérdida del material: Se refiere, en primer lugar, a la degradación física de los fanzines. Como se mencionó anteriormente, la mayoría de los fanzines están hechos en papel común, es decir, este tipo de papel tiene un alto contenido de ácido, además, muchos fanzines son fotocopias, por lo que cuentan con tintas que se decoloran fácilmente y permiten la degradación del contenido del fanzine por las inclemencias de factores químicos y físicos. En segundo lugar, otro problema dentro de esta categoría es la pérdida de fanzines por

falta de espacio o cambios generacionales, es decir, que los fanzines se tiren a la basura por falta de conocimiento o espacio.

- Invisibilidad institucional: Muchas instituciones no toman en cuenta la posibilidad de tener fanzines dentro de sus colecciones. Esto casi siempre es originado por la falta de recursos institucionales, ya que tener una colección de fanzines requiere presupuesto para su conservación y preservación, para personal que debe encargarse de su gestión con las personas o colectivos que los contienen y presupuesto para su correcta catalogación y mantenimiento.
- Apropiación cultural: Finalmente, uno de los principales problemas con el que se enfrentan los fanzines actualmente es la apropiación de estos sin consentimiento de los propietarios. Es decir, se desvincula a los fanzines de los individuos o colectivos que los han contenido y hacen uso de ellos física o digitalmente sin ningún tipo de responsabilidad. Esto provoca que se reste contexto y que finalmente se vulnere el propósito original del fanzine. Es decir, se pierde el aspecto político y contestatario de los fanzines.

Tomando en cuenta estas problemáticas alrededor de los fanzines, y enfocándome sobre todo en el último punto de estas, propongo algunas estrategias para poder integrar fanzines en colecciones de bibliotecas.

3. BIBLIOTECAS Y SUS ESTRATEGIAS PARA CONTENER FANZINES

Para contener fanzines en bibliotecas es necesario conocerlos y revalorizarlos, es decir, para que formen parte de colecciones bibliotecarias deben entenderse como materiales que muestran parte de la historia de la escena social y cultural no oficial y verlos como producciones que no pueden solo contenerse y quedarse pasivas, deben tener trabajo colaborativo y movimiento entre los usuarios. También, es necesario conocer el contexto de estas producciones y hacer partícipe a las comunidades.

Un ejemplo de lo anterior, son algunas de las bibliotecas que han comenzado a crear colecciones de fanzines en las últimas décadas, para este trabajo solo hablaré de dos. La primera, es *La Voz que Corre*, una fanzinoteca perteneciente al Centro de Investigaciones y Estudios de Género (CIEG) que a su vez se encuentra dentro de la Biblioteca Rosario Castellanos del mismo CIEG/UNAM. Esta fanzinoteca:

> *es un espacio académico, activista, artístico y pedagógico destinado a la consulta, producción e investigación de archivos y documentos autogestivos, como fanzines, manifiestos, afiches y stickers, derivados de las protestas de activistas feministas y poblaciones disidentes* (Centro… [2022-2025]).

Por otro lado, en las bibliotecas públicas de Estados Unidos ya existen proyectos para contener fanzines dentro de los catálogos.

> *Ya hay unas dos docenas de bibliotecas públicas con secciones de fanzines en todo el país, tanto en zonas rurales y urbanas, como Nueva York, San Diego, San Francisco, Las Vegas, Denver, Austin, Los Ángeles, Portland, Minneapolis, Baltimore, San Luis, Jacksonville y Cleveland* (Schiewe 2019, traducción propia).

> *Incluso, desde el 2009 se llevan a cabo las Zine Librarians (Un)Conferences, las cuales son organizadas por el Zine Librarians Interest Group un colectivo de personas interesadas en todos los aspectos de las bibliotecas de fanzines. El grupo es muy informal y la mayor parte de la actividad tiene lugar en la lista de correo electrónico de bibliotecarios de fanzines. No se requieren credenciales para formar parte de la acción* (Zine Libraries Interest Group, [sin fecha]a, traducción propia).

Por otra parte, este mismo grupo creó *ZineLibraries.info* en 2007 para

> *compartir recursos sobre colecciones, programación, preservación y promoción de colecciones de fanzines más allá de la lista de correo electrónico. Queremos que ZineLibraries.info exista como un lugar donde los bibliotecarios de fanzines de todo tipo puedan compartir información, documentación, consejos y noticias pertinentes a las bibliotecas de fanzines de todo el mundo* (Zine Libraries Interest Group, [sin fecha]a, traducción propia).

A su vez, este colectivo también creó el *Zine Union Catalog* (ZineCat):

> *Un catálogo colectivo es un recurso en el que las bibliotecas pueden compartir información sobre catalogación y existencias. El Zine Union Catalog (ZineCat) permite a los investigadores descubrir los fondos de fanzines buscando en un único catálogo, y ayuda a los bibliotecarios a copiar los registros del catálogo para facilitar el préstamo entre bibliotecas. ZineCat está al servicio de educadores, investigadores, bibliotecarios, archiveros y cualquier persona interesada en los fanzines.* […] *ZineCat fue creado por un grupo de bibliotecarios, catalogadores, metadatos, archiveros y desarrolladores de fanzines que querían compartir un catálogo de fanzines de bibliotecas con esquemas de metadatos y vocabularios controlados (o no tan controlados) dispares* (Zine Libraries Interest Group, [sin fecha]b, traducción propia).

Es importante conocer el Zine Librarians Interest Group porque es un grupo de bibliotecarios pionero en la preservación, catalogación, investigación, difusión y participación comunitaria entre bibliotecarios y comunidades fanzineras. Gracias a esto crearon un código de ética para bibliotecarios fanzineros[1] cuyas directrices son: adquisición y desarrollo de la colección, organización, acceso, preservación y uso (Berthoud et al. 2015).

Dicho lo anterior, podemos tener tan solo una pequeña idea de las colecciones de fanzines ya existentes en bibliotecas, pero para la propuesta que se realizará en este trabajo es necesario repasar aspectos éticos en la conformación de colecciones y repasar algunos términos como apropiación y extractivismo antes de la propuesta concreta.

4. PROPUESTA DE FANZINES EN LAS BIBLIOTECAS

Antes de desarrollar las propuestas es importante dejar claros los siguientes conceptos que deben ser base en el manejo de los fanzines en cualquier lugar que planee contenerlos en sus colecciones: apropiación cultural y extractivismo cultural.

El extractivismo cultural es una forma de extractivismo que se define como la descontextualización y explotación de conocimientos, tradiciones, símbolos o expresiones artísticas de un pueblo o comunidad marginada u oprimida, con el fin de mercantilizar o destruir su identidad colectiva. Es decir, a diferencia de la apropiación cultural, el extractivismo cultural busca apropiarse de los conocimientos para ser consumidos como productos de uso externo sin el consentimiento de los pueblos o comunidades.

Por su parte, «la apropiación cultural es un término que se refiere a la relación asimétrica de culturas y sociedades, donde la cultura-sociedad dominante trata y justifica sus relaciones con las minorizadas […] para utilizar su conocimiento, forma de vida, arte» (Vasquez y Cojtí 2020).

Es decir,

> *personas, grupos, colectivos, programas, proyectos, etc., toman elementos culturales, los mercantilizan, los politizan, los comercializan y los usan con fines específicos individuales dejando de lado los problemas reales de las comunidades y desconociendo completamente las luchas que históricamente han dado las comunidades* (Neuta 2024).

La apropiación cultural genera dinámicas de poder desiguales, ya que suelen adoptarse elementos culturales de un grupo oprimido de manera superficial,

[1] En inglés titulado: *Zine Librarians Code of Ethics Zine*.

irrespetuosa y fuera de su contexto original. No siempre la apropiación cultural tiene fines económicos directos, pero refuerza dinámicas de poder.

Ambos conceptos son importantes para el manejo de fanzines en colecciones bibliotecarios porque se puede caer fácilmente en la descontextualización y eliminación de contextos históricos y comunitarios, se pueden mercantilizar elementos de las comunidades fanzineras, y, sobre todo, se pueden perpetuar relaciones de poder desiguales e invisibilizar luchas y expresiones artísticas detrás de la creación y contenido de fanzines.

No debe olvidarse que el sentido fundacional de muchas prácticas fanzineras viene desde un sentido contestatario.

4.1. Propuesta para contener fanzines en bibliotecas

A continuación, se proponen algunas prácticas básicas para contener fanzines en bibliotecas y con ellas tener una colaboración activa y respetuosa con colectivos o personas que tengan en sus manos fanzines para que estos materiales puedan ser consultados por usuarios.

1) Colaboración entre creadores/colectivos y bibliotecas. Bibliotecas como mediadoras, no como dueñas. Los creadores/colectivos pueden retirar los fanzines cuando quieran.
   Las bibliotecas deben funcionar como puentes, no como instituciones que se apropien de los materiales, para ello se debe llegar a acuerdos claros.
2) Digitalización de fanzines sin modificar materiales.
   Fotografiar o escanear fanzines sin editar su contenido. Debe conservarse su orden de procedencia y sus rasgos originales como tachones, anotaciones, etc.
   Priorizar formatos gratuitos y en alta resolución para preservar detalles.
3) Los metadatos son tan importantes como los objetos.
   Es importante catalogar los fanzines con la mayor información posible y buscar estándares que puedan ser flexibles. Buscar el apoyo de creadores/colectivos para contener la mayor información posible en los metadatos.
4) Fondos especiales de fanzines, con su propio presupuesto.
   Partidas presupuestales específicas para conservar y difundir colecciones de fanzines, sin competir con los recursos de colecciones tradicionales en las bibliotecas.
5) Mesas de trabajo colectivas con comunidades fanzineras y bibliotecarios.
   Reuniones y espacios de trabajo con creadores/colectivos fanzineros para decidir en conjunto el camino para la difusión de fanzines, para su catalogación, etc.

6) *Software* libre para compartir metadatos, crear comunidad y continuar con la escencia fanzinera del *DIY*.
7) Talleres para dar a conocer las colecciones de fanzines.
   Su propósito será conocer más acerca del trasfondo del contenido de los fanzines, sus historias, contextos, arte, etc.
8) Conservación física adecuada.
   Buscar la mejor manera de conservar los fanzines, de preferencia con cajas, guardas o carpetas libres de ácido y en espacios con luz y clima controlados.
9) Los fanzines deben tocarse, sentirse, olerse, observarse, pasarse de mano en mano.
   Se busca una correcta conservación física, pero también se busca que no se desvincule del mano a mano, de poder sentir un fanzine. Para ello, son necesarios cambios en las prácticas bibliotecarias/conservación/preservación.
10) Permanencia de los fanzines con sus elementos extras como *stickers*, pines, *cds*, figuras, etc.
    Los objetos anexos de un fanzine forman parte de la narrativa del mismo.

CONCLUSIONES

Este trabajo es tan solo un acercamiento de las políticas y planteamientos que una biblioteca puede seguir para el desarrollo de colecciones con fanzines.

Es importante tomar en cuenta que para trabajar con fanzines es necesario repensarlos como objetos con un grado importante de vulnerabilidad y con escaso reconocimiento, incluirlos en bibliotecas exige romper con algunas prácticas bibliotecarias.

Contener fanzines en bibliotecas no debe verse como un rescate, debe verse como un trabajo cooperativo y como la creación de nuevas perspectivas en donde el respeto a la autonomía y las opiniones sean un eje rector, para que los usuarios puedan tener acceso a otro tipo de conocimiento y creación.

Se espera que los fanzines en las bibliotecas sean objetos vivos, herramientas para activar diálogos, además de redes de colaboración entre creadores, investigadores y usuarios.

REFERENCIAS

ALMARZA FRANCO, Yamely, y Johann PIRELA MORILLO, 2016. Mediación tecnológica y apropiación del patrimonio cultural en estudiantes de Bibliotecología y Archivología. *Códices*. **12**(1), 55-72.

BERTHOUD, Heidy, et al., 2015. *Zine librarians code of ethics Zine* [En línea]. Durham, NC: Zine Libraries Interest Group [consult. 2025-06-12]. Disponible en: https://www.zinelibraries.info/wp-content/uploads/2015/11/EthicsZine-rev-20151105.pdf.

BRETT, Jeremy, 2022. Zine Preservation. En: *Zines in Libraries: Selecting, Purchasing, and Processing*. Chicago: ALA Editions, pp. 127-135.

CENTRO DE INVESTIGACIONES Y ESTUDIOS DE GÉNERO, [2022-2025]. *Fanzinoteca "La Voz que corre"* [Em linha]. Ciudad de México: UNAM/CIEG [consult. 2025-06-12]. Disponible en: https://cieg.unam.mx/fanzinoteca.php.

DUNCOMBE, Stephen, 2008. *Notes From Underground: Zines and the Politics of Alternative Culture*. Bloomington: Microcosm Publishing.

ESTRADA SILVA, Inés, y Enrique ARRIAGA CELIS, 2015. *Fanzinologia mexicana 1985-2015*. México: UNAM.

GALAXINA, Andrea, 2017. *Haz un fanzine, empieza una revolución. Guia personal y transferible para hacer fanzines*. España: Bombas para Desayunar.

GUDYNAS, Eduardo, 2018. Extractivismos: el concepto, sus expresiones y sus múltiples violencias. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*. 143, 61-70.

JIMÉNEZ, Juan Alberto Martín del Campo, 2020. El fanzine como fenómeno cultural en la Ciudad de México. *Caleidoscopio – Revista Semestral de Ciencias Sociales y Humanidades*. 42, 107-124.

KEHOE, Lauren, 2021. The Zine Union Catalog. En: *Zines in Libraries: Selecting, Purchasing, and Processing*. Chicago: Lauren Kehoe, pp. 101-117.

LAUREN, DeVoe, y Sara DUF, 2022. *Zines in Libraries: Selecting, Purchasing, and Processing*. Chicago: ALA Editions.

MARTÍNEZ, Aída Analco, 2011. *Desde abajo ¡Y a contracorriente! El fanzine y los imaginarios juveniles urbanos*. Ciudad de México: Instituto Nacional de Antropología e Historia.

MILLÁN, Moira, 2020. El extractivismo cultural es la sustracción de un saber o arte ancestral para destruirlo. *Revista Resistencias* [En línea]. 2020-02-24 [consult. 2025-06-08]. Disponible en: https://revistaresistencias.wixsite.com/resistencias/post/el-extractivismo-cultural-es-la-sustracci%C3%B3n-de-un-saber-o-arte-ancestral-para-destruirlo.

NEUTA, Mario, 2024. ¿Qué es el extractivismo cultural y por qué afecta directamente a los pueblos indígenas?. *In-Usual* [En línea]. 2024-07-22 [consult. 2025-06-08]. Disponible en: https://www.revistainusual.com/opinion/que-es-el-extractivismo-cultural-y-por-que-afecta-directamente-a-los-pueblos-indigenas.

RODELLAR, Pol, 2013. Voy a contaros qué es un fanzine de verdad. *Vice Media* [En línea]. 2013-11-27 [consult. 2025-06-08]. Disponible en: https://www.vice.com/es/article/vdk4v8/voy-a-contaros-que-es-un-fanzine-de-verdad.

SCHIEWE, Jessie, 2019. Zines Are Popping Up in Public Libraries Across the U.S. *Ok whatever* [En línea]. 2019-03-04 [consult. 2025-06-18]. Disponible en: https://www.okwhatever.org/topics/things/zines-in-public-libraries.

VASQUEZ, Sócrates, y Avexnim COJTÍ, 2020. Apropiación cultural, otra forma de extractivismo en las comunidades Indígenas. *Cultural Survival* [En línea]. 2010-12-07 [consult. 2025-06-08]. Disponible en: https://www.culturalsurvival.org/news/apropiacion-cultural-otra-forma-de-extractivismo-en-las-comunidades-indigenas.

ZINE LIBRARIES INTEREST GROUP, [sin fecha]a. *About the zine librarians interest group* [En línea]. [Consult. 2025-06-10]. Disponible en: https://www.zinelibraries.info/about/.

ZINE LIBRARIES INTEREST GROUP, [sin fecha]b. *Zine union catalog (ZineCat)* [En línea]. [consult. 2025-06-12]. Disponible en: https://www.zinelibraries.info/zine-union-catalog/; https://zinecat.org/index.php.

TEXTOS ESCOLARES Y ESTEREOTIPOS DE GÉNERO: DESAFÍOS PARA UNA EDUCACIÓN INCLUSIVA EN LA CLASE DE LENGUAJE

CLAUDINE GLENDA BENOIT RÍOS*

Resumen: *Este estudio analiza críticamente la representación de género presente en textos escolares de lenguaje utilizados en el segundo ciclo de educación básica en Chile. Con un enfoque cualitativo y mediante el análisis del discurso y la semiótica, se examina un corpus seleccionado de manuales distribuidos oficialmente por el Ministerio de Educación. Los hallazgos muestran la permanencia de estereotipos de género: las figuras femeninas aparecen vinculadas a roles domésticos y pasivos, en tanto los personajes masculinos se ligan al poder, liderazgo y racionalidad. En su conjunto, se evidencia la necesidad de una lectura crítica del material pedagógico y de una formación docente que integre la perspectiva de género como condición fundamental para una enseñanza del lenguaje más inclusiva y equitativa.*

Palabras clave: *Estereotipos de género; Inclusión educativa; Perspectiva de género; Textos escolares.*

Abstract: *This study critically analyses the representation of gender in language textbooks used in the second cycle of basic education in Chile. Using a qualitative approach and utilizing discourse and semiotic analysis, it examines a selected corpus of textbooks officially distributed by the Ministry of Education. The findings show the persistence of gender stereotypes: female figures appear linked to domestic and passive roles, while male characters are associated with power, leadership, and rationality. Overall, it highlights the need for a critical reading of teaching materials and for teacher training that integrates a gender perspective as a fundamental condition for more inclusive and equitable language teaching.*

Keywords: *Gender stereotypes; Educational inclusion; Gender perspective; School textbooks.*

INTRODUCCIÓN

La enseñanza del lenguaje con perspectiva de género se ha instalado como una necesidad urgente para promover la equidad e inclusión educativa. Esto cobra particular relevancia cuando se analizan los alcances del lenguaje a partir de los primeros años de escolarización, ya que esta facultad no solo media la adquisición de competencias comunicativas, sino, de manera especial, la formación de la identidad y de la subjetividad. Con el fin de reforzar dichas competencias, el profesorado emplea

* Universidad Católica de Santísima Concepción, Faculdad de Educación, Departamento de Didáctica – Chile. Email: cbenoit@ucsc.cl. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1791-2212.

diversos recursos; uno de los más relevantes corresponde a los textos escolares, que desempeñan un rol central en el proceso formativo, pues operan como herramientas pedagógicas y, asimismo, como artefactos culturales que reproducen o cuestionan las representaciones sociales. Investigaciones como las de Ajagan y Muñoz (2018) y de Olivares-Aising et al. (2022) coinciden en que los textos podrían influir en la consolidación de estereotipos o en su transformación. Por tanto, un análisis crítico con perspectiva de género constituye un factor esencial para avanzar hacia una educación más inclusiva.

El currículum chileno, a través de las bases curriculares de *Lenguaje y Comunicación*, promueve el desarrollo de habilidades lingüísticas desde un enfoque comunicativo; en este contexto, la lectura, la escritura y la oralidad emergen como ejes estructurantes (Chile 2015a; Chile 2015b). No obstante, a pesar de esta declaración, se han revelado tensiones entre los propósitos establecidos por el currículum y su implementación efectiva (Cisternas, Henríquez y Osorio 2017; Lizasoain y Toledo 2020). Estas tensiones se evidencian, entre otros aspectos, en la escasa problematización del currículum oculto, donde se perpetúan imaginarios sociales, roles de género tradicionales y discursos androcéntricos naturalizados (Bejarano, Martínez y Blanco 2019). Por ello, se releva la importancia de una revisión crítica de los textos escolares, los cuales pueden reforzar o desafiar dichas construcciones en los procesos de enseñanza.

En tanto dispositivos pedagógicos diseñados en contextos específicos y con propósitos definidos, los textos escolares deben ser comprendidos como géneros discursivos con una alta carga ideológica. Desde el análisis del discurso, estos recursos no solo permiten el abordaje de contenidos, sino que también difunden significados culturales, visiones de mundo y legitiman saberes y relaciones de poder (Narvaja de Arnoux 2021; Marins-Costa y Freitas 2022). Bajo este prisma, resulta crucial el estudio de la representación de género en los textos para visibilizar los modos de exclusión simbólica que funcionan de manera subyacente; entre ellos, omisiones, silencios, estereotipos o desigualdad en los roles (López-Safi 2015; Urbiola, Cázares y Vázquez 2023).

Según Mora (2012), el libro de texto, además de instrumento pedagógico, debe asumirse como herramienta política e ideológica, capaz de influir en la construcción de la identidad del estudiantado. En ocasiones, estos documentos revelan la persistencia de visiones de género estereotipadas; por ejemplo, las figuras femeninas tienden a ser asociadas con espacios privados o emocionales, mientras que los personajes masculinos se vinculan con roles de poder, autoridad o saber (Álvarez 2021). Otros estudios advierten la poca baja presencia de mujeres en contextos científicos o de toma de decisiones, lo que perpetúa modelos restrictivos de participación social (Pichún, Saldaña y Piñeiro 2022; Álvarez 2022; Murray 2021).

Finalmente, los desafíos para una educación inclusiva pueden ser abordados desde la formación inicial del profesorado; en este sentido, es vital el desarrollo de herramientas conceptuales y metodológicas para identificar, interpelar y transformar los discursos en la clase de lenguaje. Siguiendo a Concha-López et al. (2022), la perspectiva de género ha generado cambios importantes en las políticas educativas y en las prácticas docentes; sin embargo, aún hay desafíos pendientes asociados a su implementación sistemática. El compromiso con una enseñanza del lenguaje inclusiva exige no solo revisar los contenidos curriculares, sino también repensar las prácticas docentes y los materiales que las sustentan. En este escenario, el texto escolar deviene un espacio propicio para cuestionar los discursos normativos y para promover, junto al estudiantado, una educación inclusiva y equitativa.

METODOLOGÍA

La presente investigación adoptó un enfoque cualitativo, de carácter descriptivo e interpretativo, centrado en el análisis crítico de textos escolares de lenguaje (Kuckartz 2019). El corpus estuvo compuesto por textos escolares de segundo ciclo de educación básica (de quinto a octavo año), seleccionados intencionalmente desde diferentes editoriales, con el fin de recoger una diversidad de enfoques y representaciones. Para garantizar una mirada plural de los contenidos, se escogieron textos escolares publicados entre 2016 y 2023, distribuidos oficialmente por el Ministerio de Educación de Chile. Los documentos, que fueron elaborados por equipos estables de autoría, tratan distintos géneros discursivos y ejes del lenguaje.

El abordaje metodológico combinó el análisis del discurso y la semiótica, con especial énfasis en las imágenes existentes, lo que hizo posible profundizar en torno a los sentidos explícitos e implícitos que configuran la representación simbólica de las mujeres en el material educativo. El análisis del discurso constituye un marco crítico para analizar, en los textos escolares, los elementos lingüísticos, narrativos y estructurales que forjan visiones de mundo y relaciones de poder (Narvaja de Arnoux 2021). Por su parte, la semiótica permite examinar críticamente las imágenes presentes en los textos, desentrañando sus componentes icónicos, simbólicos y culturales desde una perspectiva de género (Álvarez 2022). La recolección y el análisis de la información se centraron en una lectura crítica de los textos escolares, lo que permitió identificar patrones discursivos y visuales, y organizarlos en categorías emergentes.

Tabla 1. Matriz de análisis

Categorías	Subcategorías	Descripción
1. Representaciones tradicionales de género en los textos escolares	1.1. Roles femeninos asociados a la pasividad, cuidado familiar y lo doméstico	Los textos tienden a presentar a las mujeres en funciones vinculadas al cuidado, las emociones y el hogar, perpetuando visiones limitadas sobre su papel en la sociedad.
	1.2. Roles masculinos asociados al poder, racionalidad y fuerza	Los textos tienden a presentar a hombres/personajes masculinos en posiciones de liderazgo, vinculados al pensamiento lógico, acción o fuerza, reforzando jerarquías simbólicas entre los géneros.
2. Invisibilización de las mujeres en ámbitos de mayor valoración social	2.1. Poca presencia/ausencia de figuras femeninas en contextos científicos y tecnológicos	En los textos, se evidencia una escasa representación de las figuras femeninas en áreas como la ciencia, la tecnología o la política, lo que limita los referentes disponibles para el estudiantado.
	2.2. Silencios y omisiones como forma de exclusión simbólica	El silencio, ocultamiento o nula mención de mujeres en ciertos ámbitos reproduce una narrativa sesgada del conocimiento. la historia y la literatura.

Fuente: Elaboración propia

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Los principales hallazgos de esta investigación evidencian la persistencia de representaciones tradicionales de género en los textos analizados (Darraz, Vargas y Mardones 2018). En este sentido, las figuras femeninas se asocian mayoritariamente a roles domésticos, pasivos o emocionales, mientras que las figuras masculinas tienden a ocupar posiciones de poder, racionalidad o liderazgo. Asimismo, en algunos géneros discursivos, se evidenció una escasa presencia de mujeres en contextos científicos, tecnológicos o de toma de decisiones. Esto está en concordancia con las formas de exclusión simbólica, plasmadas en las omisiones, silencios o poca presencia de referentes femeninos en ciertos ámbitos sociales. Los resultados confirman que los textos escolares analizados muestran limitaciones en la representación de género, lo que plantea desafíos para una organización del conocimiento inclusiva y heterogénea (Murray 2021). Desde la formación docente, se hace patente la necesidad de una revisión crítica de estos materiales, con miras a la instauración de prácticas que cuestionen el currículum oculto y promuevan la equidad.

1. Representaciones tradicionales de género en los textos escolares

La revisión y análisis a los textos escolares documenta representaciones tradicionales de género, que acentúan la dicotomía existente entre lo masculino y lo femenino. Desde esta perspectiva, las mujeres aparecen en varios pasajes desempeñando roles secundarios, mientras que los hombres destacan por su protagonismo y ocupar espacios de autoridad, lo que naturaliza jerarquías simbólicas. Tal como refieren

Bejarano, Martínez y Blanco (2019), el currículum oculto actúa como un dispositivo de reproducción de ideologías androcéntricas, al normalizar los discursos que subordinan a las mujeres. De esta forma, se limitan las posibilidades de identificación del estudiantado con modelos diversos.

1.1. Roles femeninos asociados a la pasividad y lo doméstico

El análisis mostró una alta frecuencia de figuras femeninas situadas en espacios privados y en actividades ligadas al cuidado, la emocionalidad o las labores domésticas. A continuación, se exhiben algunas evidencias presentes en textos de variados niveles educativos.



Fig. 1. Evidencia 1
Fuente: Berríos et al. 2021, p. 84

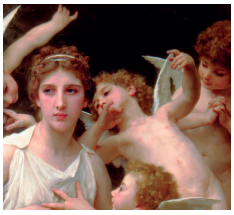


Fig. 2. Evidencia 2
Fuente: Dueñas, Godoy y Zubicueta 2023, p. 5



Fig. 3. Evidencia 3
Fuente: Godoy y Loyola 2020, p. 23

Las imágenes precedentes refuerzan representaciones tradicionales del rol femenino, una visión pasiva y emocional que sitúa a las mujeres en contextos vinculados al ámbito doméstico y al cuidado. En la primera, se observa una figura de mediadora afectiva y transmisora de cultura en el hogar. En la segunda, se reproduce el imaginario de la mujer como cuidadora natural. De modo similar, la tercera imagen acentúa el vínculo entre lo femenino y la maternidad, invisibilizando al hombre en este papel. Estas escenas, aunque aparentemente neutras, transmiten modelos de género reiterativos que naturalizan ciertos roles para las mujeres, limitando su aparición a funciones reproductivas o afectivas. Mediante este tipo de imágenes, los textos refuerzan imaginarios en que las niñas son sujetos pasivos, lo que moldea su identidad desde una lógica restrictiva (López de Lerida 2021).

1.2. Roles masculinos asociados al poder y la racionalidad

En los relatos e imágenes presentes en los textos escolares, se observa un predominio de personajes masculinos como sujetos activos, racionales y con poder de decisión. Esta construcción simbólica está en línea de lo planteado por Marins-Costa y Freitas (2022), quienes indican que los géneros discursivos revelan las estructuras sociales de poder y replican las visiones predominantes. En general, los textos tienden a mostrar a hombres como científicos, líderes o exploradores, lo que potencia una visión

jerárquica del género y restringe la representación de diversas masculinidades. En otras palabras, un nexo reiterado de lo masculino con el saber científico, la autoridad y la fuerza da centralidad al varón dentro del relato escolar y, además, legitima una jerarquía simbólica de género. A continuación, se presentan dos ejemplos que ilustran una construcción visual del sujeto masculino como figura de control, conocimiento, dominio o fuerza.



Fig. 4. Evidencia 4
Fuente: Berríos et al. 2021, p. 13

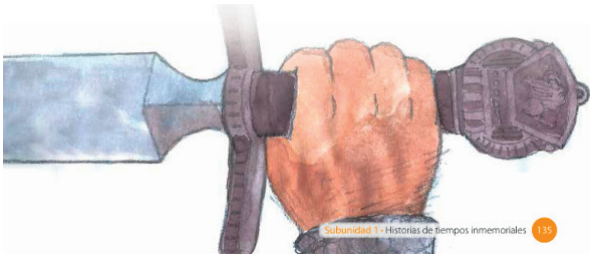


Fig. 5. Evidencia 5
Fuente: Godoy y Loyola 2020, p. 135

La evidencia 4 refuerza la asociación entre masculinidad y saber científico, presentando a una figura masculina en un contexto de autoridad intelectual. En tanto, la evidencia 5 alude simbólicamente al poder, la acción y la fuerza. Ambas construcciones visuales consolidan un imaginario que posiciona a los varones como líderes, racionales y activos, lo que está en sintonía con lo referido por Marins-Costa y Freitas (2022), quienes señalan que los géneros discursivos reflejan y perpetúan las dinámicas sociales de poder, reproduciendo valores dominantes. Situación similar se observa en las dos imágenes siguientes, donde se validan estereotipos de género frente a la misma representación del libro/leer.

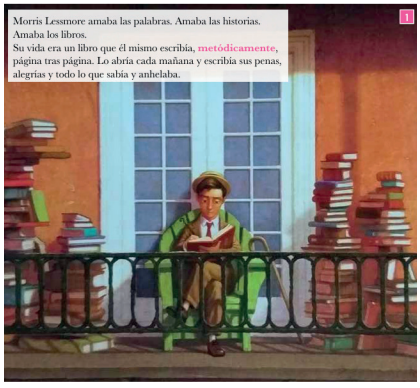


Fig. 6. Evidencia 6
Fuente: Berríos et al. 2021, p. 7



Fig. 7. Evidencia 7
Fuente: Berríos et al. 2021, p. 11

En el primer caso, se interpreta lo masculino desde el saber racional y el intelecto, mientras que en el segundo caso se perfila lo femenino desde una dimensión emocional, en una relación más frágil y etérea con el conocimiento.

2. Invisibilización de las mujeres en ámbitos de alta valoración social

Los hallazgos dan cuenta de una ausencia de figuras femeninas en contextos de alta valoración social, como la ciencia, la tecnología o la historia. Dicha omisión opera como una forma de exclusión simbólica que constriñe el acceso de las niñas a referentes inspiradores y a campos tradicionalmente masculinizados. Tal como sostiene Álvarez (2021), los textos escolares no solo informan, sino que también configuran marcos de significación desde los cuales el estudiantado comprende el mundo.

2.1. Ausencia de figuras femeninas en contextos científicos y tecnológicos

Una de las principales constataciones en los textos fue la escasa o nula presencia de mujeres en representaciones de disciplinas científicas y tecnológicas. A pesar del avance en políticas de inclusión, los textos siguen mostrando una visión restringida de estos campos como espacios masculinos y, cuando hay presencia femenina, no es directamente atribuible a la toma de decisiones. Por ejemplo, las evidencias 8 y 9 se conectan con temáticas medioambientales. En la primera imagen se nombra a «Roberto Astete» como autoridad científica con un predicado; en cambio, en la segunda imagen solo se alude al término «limpieza», con mujeres no nombradas ni acciones asociadas.

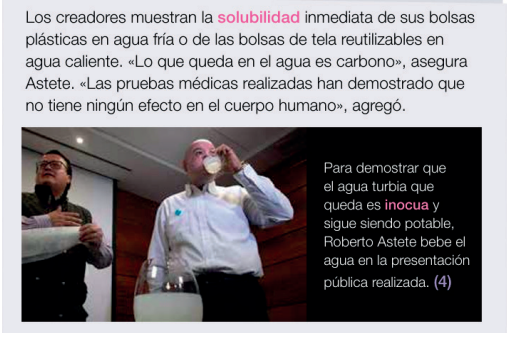


Fig. 8. Evidencia 8
Fuente: Berríos et al. 2021, p. 50



Fig. 9. Evidencia 9
Fuente: Berríos et al. 2021, p. 53

De alguna forma, lo anterior se contradice con los lineamientos del currículum, que, según Concha-López et al. (2022), se ha comprometido con una educación no sexista y un rol esencial tanto para mujeres como para hombres. No obstante, como se observa en el análisis, este compromiso no se evidencia explícitamente en los materiales escolares oficiales.

2.2. Silencios y omisiones como forma de exclusión simbólica

Además de las imágenes presentadas, la exclusión de las mujeres se manifiesta también en los silencios del discurso, que se constata en biografías históricas sin presencia femenina y, asimismo, en biografías masculinas con disposición gráfica de preponderancia o ejercicios didácticos donde las mujeres no tienen protagonismo discursivo. La siguiente imagen evidencia formas sutiles de exclusión simbólica mediante silencios y omisiones.



Fig. 10
Evidencia 10
Fuente: Dueñas, Godoy y Zubicueta 2023, p. 50

En la evidencia 10, la centralidad otorgada a dos autores varones (Chéjov y Simon) en una presentación casi a plana completa, con fotografías y datos biográficos, refuerza la idea de que la producción cultural relevante es eminentemente masculina.



Fig. 11
Evidencia 11
Fuente: Berríos et al. 2021, p. 86

En la evidencia 11, una imagen de expedición con predominio masculino sugiere que la acción, la exploración y el protagonismo histórico recaen sobre los hombres, invisibilizando la presencia femenina. Esto requiere especial atención,

ya que los textos escolares actúan como transmisores de un currículum oculto que legitima desigualdades o falta de equidad (Bejarano, Martínez y Blanco 2019). Según Narvaja de Arnoux (2021), estas formas de omisión configuran un discurso hegemónico que legitima ciertas presencias y oculta otras, reforzando relaciones de poder naturalizadas. Finalmente, a pesar de las orientaciones del currículum nacional, los textos escolares distribuidos por el Estado continúan replicando estereotipos de género, lo que demuestra una desconexión entre los principios del marco curricular y su implementación efectiva (Cisternas, Henríquez y Osorio 2017).

CONCLUSIONES

Los resultados de esta investigación revelan que los textos escolares de lenguaje de educación básica reproducen representaciones tradicionales de género, lo que impulsa la mantención de imaginarios sociales que limitan la inclusión y la pluralidad. Tanto en los discursos escritos como en los recursos visuales empleados, perviven roles femeninos vinculados a la pasividad y lo doméstico, y, asimismo, una ausencia de mujeres en contextos científicos o de poder. Esto evidencia una construcción simbólica androcéntrica marcada por jerarquías de género. Mediante los materiales distribuidos oficialmente, se perpetúa el currículum oculto, lo que contradice los principios de equidad declarados en el currículum nacional y limita el desarrollo de una educación auténticamente inclusiva.

Frente a este escenario, se vuelve indispensable que la formación docente incorpore una perspectiva crítica sobre los materiales escolares. Ello implica la capacidad de usar los textos como herramientas pedagógicas y también analizarlos desde una perspectiva reflexiva que posibilite la identificación de estereotipos y exclusiones. Desde la didáctica del lenguaje, es prioridad avanzar hacia prácticas pedagógicas inclusivas que cuestionen las jerarquías y estructuras simbólicas naturalizadas; solo así será posible que la enseñanza del lenguaje y la escuela devengan espacios de diálogo y de cambio social, capaces de promover igualdad, respeto y reconocimiento a la diversidad.

REFERENCIAS

AJAGAN, L., y C. MUÑOZ, 2018. Siete tesis en torno al texto escolar como artefacto cultural. *Revista Brasileira de Educação* [En línea]. 23, e230070 [consult. 2025-06-01]. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230070.

ÁLVAREZ, H., 2022. Los libros de texto y sus discursos: representaciones de las mujeres en la historia escolar chilena (13.000 a. C.-1810*). História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography* [En línea]. **15**(38), 97-136 [consult. 2025-06-01]. DOI: https://doi.org/10.15848/hh.v15i38.1817.

ÁLVAREZ, H., 2021. Representaciones discursivas de las mujeres en la historia escolar chilena (1810-2017). *Revista Brasileira de Educação* [En línea]. 26, 1-25 [consult. 2025-06-01]. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260039.

BEJARANO, M., I. MARTÍNEZ, y M. BLANCO, 2019. Coeducar hoy. Reflexiones desde las pedagogías feministas para la despatriarcalización del currículum. *Tendencias Pedagógicas* [En línea]. 34, 37-50 [consult. 2025-06-01]. DOI: https://doi.org/10.15366/tp2019.34.004.

BERRÍOS, R., et al., 2021. *Texto del estudiante de Lenguaje y Comunicación. 5° básico.* Santiago de Chile: Universidad San Sebastián.

CHILE. Ministerio de Educación, 2015a. *Bases curriculares primero a sexto básico* [En línea]. Chile: MINEDUC [consult. 2025-06-01]. Disponible en: https://www.curriculumnacional.cl/614/articles-22394_bases.pdf.

CHILE. Ministerio de Educación, 2015b. *Bases curriculares séptimo básico a segundo medio* [En línea]. Chile: MINEDUC [consult. 2025-06-01]. Disponible en: https://www.curriculumnacional.cl/614/articles-37136_bases.pdf.

CISTERNAS, I., M. HENRÍQUEZ, y J. OSORIO, 2017. Énfasis y limitaciones de la enseñanza de la comunicación oral: un análisis del currículum chileno, a partir del modelo teórico declarado. *Revista Española de Pedagogía* [En línea]. **75**(267), 323-336 [consult. 2025-06-01]. DOI: https://doi.org/10.22550/REP75-2-2017-9.

CONCHA-LÓPEZ, R., et al. 2022. Percepciones del profesorado chileno de educación física hacia la perspectiva de género. *Retos* [En línea]. 45, 786-795 [consult. 2025-06-01]. DOI: https://doi.org/10.47197/retos.v45i0.91022.

CONTRERAS, N., et al., 2023. *Texto del estudiante de Lenguaje y Comunicación. 7° básico.* Santiago de Chile: Santillana.

DARRAZ, M., E. VARGAS, y O. MARDONES, 2018. Representación androcéntrica del trabajo en el discurso de textos escolares chilenos. *Cadernos de Pesquisa* [En línea]. **48**(169), 974-1000 [consult. 2025-06-01]. DOI: https://doi.org/10.1590/198053145264.

DUEÑAS, C., M. GODOY, y J. ZUBICUETA, 2023. *Texto del estudiante de Lenguaje y Comunicación. 8° básico.* Santiago de Chile: Santillana.

GODOY, M., y F. LOYOLA, 2020. *Texto del estudiante de Lenguaje y Comunicación. 6° básico.* Santiago de Chile: Santillana.

KUCKARTZ, U., 2019. Qualitative text analysis: A systematic approach. En: G. KAISER, y N. PRESMEG, ed. *Compendium for early career researchers in Mathematics Education*. Cham: Springer, pp. 181-198.

LIZASOAIN, A., y G. TOLEDO, 2020. Evaluación de la producción escrita de estudiantes secundarios haitianos por parte de profesores de Lengua y Literatura en Chile. *Estudios Filológicos* [En línea]. 66, 185-205 [consult. 2025-06-01]. DOI: https://dx.doi.org/10.4067/S0071-17132020000200185.

LÓPEZ DE LERIDA, J., 2021. Representaciones de género en los planes de lectura complementaria de cuarto básico en Chile. *Perspectiva Educacional* [En línea], **60**(2), 3-27 [consult. 2025-06-01]. DOI: https://dx.doi.org/10.4151/07189729-vol.60-iss.2-art.1149.

LÓPEZ-SAFI, S. 2015. La violencia simbólica en la construcción social del Género. *ACADEMO. Revista de Investigación en Ciencias Sociales y Humanidades* [En línea]. **2**(2), 1-20 [consult. 2025-06-01]. Disponible en: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5762995.

MARINS-COSTA, E., y L. FREITAS, 2022. Género discursivo como eje de propuestas didácticas para las clases de lenguas. *Entrepalavras* [En línea]. **12**(1), 19-41 [consult. 2025-06-01]. DOI: http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-12385.

MARÍN, O., 2020. La representación de las mujeres prehistóricas en los textos escolares de Historia, Geografía y Ciencias Sociales en Chile (2010-2018). *Estudios Pedagógicos* [En línea]. **46**(1), 7-31 [consult. 2025-06-01]. DOI: https://doi.org/10.4067/S0718-07052020000100007.

MORA, D., 2012. Concepción y características de los libros de texto y otros materiales para el aprendizaje y la enseñanza. Primera parte. *Revista Integra Educativa* [En línea]. **5**(1), 13-57 [consult.

2025-06-01]. Disponible en: http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1997-40432012000100002&lng=es&tlng=es.

MURRAY, J. I., 2021. Educar en la igualdad y la diversidad a través de la literatura infantil y juvenil. Microestudio sobre las categorías de género, etnia y edad en tres obras norteamericanas. *History of Education & Children's Literature*. **16**(1), 349-370.

NARVAJA DE ARNOUX, E., 2021. Análisis del discurso en América Latina: objetos, perspectivas y debates. *Revista Signos* [En línea]. **54**(107), 711-735 [consult. 2025-06-01]. DOI: https://dx.doi.org/10.4067/S0718-09342021000300711.

OLIVARES-AISING, D., et al., 2022. Narrativas de mujeres de mediana edad: reflexiones sobre los estereotipos de género en la construcción del cuerpo y elecciones ocupacionales. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional* [En línea]. 30, e3277 [consult. 2025-06-01]. DOI: https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO250432773.

PICHÚN, M., L. SALDAÑA, y J. PIÑEIRO, 2022. Representaciones de género, etnia y familia en textos escolares públicos de Matemáticas en Chile. *Perspectiva Educacional* [En línea]. **61**(3), 125-149 [consult. 2025-06-01]. DOI: https://doi.org/10.4151/07189729-Vol.61-Iss.3-Art.1310.

URBIOLA, A., I. CÁZARES, y Á. VÁZQUEZ, 2023. Performatividad y roles de género en estudiantes universitarios: ¿Reconfiguración, cambio o simulación?. *Nova Scientia* [En línea]. **15**(31), 1-13 [consult. 2025-06-01]. DOI: https://doi.org/10.21640/ns.v15i31.3191.

ÉTICA ALGORÍTMICA E INTERSECCIONALIDADE NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

MARIA CRISTINA PIUMBATO INNOCENTINI HAYASHI*
MARCIA REGINA DA SILVA**
CAMILA CARNEIRO DIAS RIGOLIN***
JÚLIA FERNANDES MARCELO****

Resumo: *Objetivo: Analisar criticamente como os vieses algorítmicos na Organização do Conhecimento impactam a representação de identidades interseccionais. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa teórico-conceitual baseada na revisão crítica da literatura nas áreas de Inteligência Artificial, Organização do Conhecimento e interseccionalidade. Resultados: Evidenciam-se desafios éticos e epistemológicos associados à mediação algorítmica, como a invisibilização de identidades múltiplas, a reprodução de estereótipos e a manutenção de desigualdades estruturais na representação da informação. Conclusão: A interseccionalidade configura-se como um referencial teórico para repensar os sistemas classificatórios e promover infraestruturas informacionais mais justas, inclusivas e sensíveis à diversidade social.*

Palavras-chave: *Inteligência Artificial; Organização do Conhecimento; Interseccionalidade.*

Abstract: *Objective: To critically analyze how algorithmic biases in Knowledge Organization impact the representation of intersectional identities. Methodology: This is a theoretical-conceptual study based on a critical literature review in the fields of Artificial Intelligence, Knowledge Organization, and intersectionality. Results: Ethical and epistemological challenges associated with algorithmic mediation are identified, such as the invisibilization of multiple identities, the reproduction of stereotypes, and the reinforcement of structural inequalities in information representation. Conclusion: Intersectionality emerges as a critical theoretical framework to rethink classification systems and promote fairer, more inclusive, and socially responsive informational infrastructures.*

Keywords: *Artificial Intelligence; Knowledge Organization; Intersectionality.*

INTRODUÇÃO

A crescente incorporação da Inteligência Artificial (IA) generativa no campo científico tem mobilizado a comunidade acadêmica, tanto no aprimoramento de processos

* Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) – Brasil. Email: dmch@ufscar.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1250-3767.
** Universidade de São Paulo (USP) – Brasil. Email: marciaregina@usp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5852-1026.
*** Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) – Brasil. Email: diasrigolin@ufscar.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9400-2837.
**** Universidade do Porto / CITCEM (UID/04059/2025; DOI: https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025) – Portugal. Email: juliafmarcelo@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0003-9865-508X.

quanto na identificação de vieses persistentes, ampliando o debate sobre questões éticas fundamentais que exigem investigação crítica. A expectativa em torno dos benefícios da IA, aliada aos riscos que comporta, intensifica essa discussão, especialmente no campo da Organização do Conhecimento. Sistemas de classificação, indexação e recuperação da informação, tradicionalmente concebidos a partir de epistemologias ocidentais, encontram-se agora mediados por tecnologias algorítmicas que, longe de serem neutras, reproduzem padrões socioculturais excludentes.

Apesar do entusiasmo com seu potencial transformador, a IA tem evidenciado vulnerabilidades críticas relacionadas a vieses algorítmicos que afetam tanto a representação quanto a circulação do conhecimento. Mesmo antes da ascensão da IA, autores como Berman (1993) e Olson (2002) já denunciavam como estruturas classificatórias na Organização do Conhecimento podiam reforçar estereótipos e invisibilizar grupos historicamente marginalizados. Hoje, essas preocupações ganham nova dimensão à medida que algoritmos sofisticados automatizam decisões classificatórias, projetando antigas desigualdades em novos sistemas digitais.

Por exemplo, Burrell (2016) alerta que a opacidade dos algoritmos, seja por segredo comercial, complexidade técnica ou iliteracia digital, cria barreiras à transparência e à contestação social. Nesse cenário, mesmo infraestruturas classificatórias sofisticadas podem cristalizar assimetrias de poder, projetando antigas desigualdades em novos sistemas digitais.

Nesse debate, Noble (2018) contribui decisivamente ao cunhar o conceito de «opressão algorítmica», demonstrando como sistemas de busca e plataformas digitais podem reproduzir estereótipos raciais, de gênero e de classe, operando como mecanismos de exclusão. Esses aportes teóricos são fundamentais para compreender que sistemas algorítmicos, aparentemente neutros, não apenas representam a realidade, mas também a constroem, perpetuando exclusões históricas e invisibilizando saberes minoritários.

É nesse terreno que a interseccionalidade, ao evidenciar as múltiplas dimensões identitárias, aprofunda a crítica, mostrando como sistemas classificatórios e algoritmos podem perpetuar não só desigualdades isoladas, mas também exclusões mais complexas.

No campo dos estudos críticos sobre identidade, poder e desigualdade social, a interseccionalidade, proposta inicialmente por Crenshaw (1989; 1991), vem sendo consolidada como constructo teórico-analítico para compreender como as categorias de identidade interagem nos múltiplos sistemas de opressão. Patricia Hill Collins (1990) amplia esse quadro conceitual ao argumentar que a interseccionalidade não se limita à sobreposição de identidades, gênero, raça, classe, nacionalidade, entre outras, mas envolve a análise das estruturas de poder que moldam as experiências sociais e epistemológicas. Fricker (2007), por sua vez, introduz o conceito de injustiça

epistêmica, definindo-o como as situações em que indivíduos ou grupos são injustamente prejudicados em seu *status* de sujeitos de conhecimento, seja pela ausência de categorias conceituais que permitam nomear determinadas experiências (injustiça hermenêutica), seja pela desvalorização do testemunho de sujeitos marginalizados (injustiça testemunhal).

Incorporar perspectivas interseccionais no desenvolvimento e na aplicação da Inteligência Artificial constitui, portanto, uma exigência ética e epistemológica para tornar os processos de organização do conhecimento mais inclusivos e socialmente responsáveis. Isso implica reconhecer que a IA não apenas descreve realidades, mas também as produz, exigindo o abandono de uma visão instrumental que a considere uma tecnologia neutra.

Diante desse contexto, pergunta-se: de que forma os vieses algorítmicos presentes nos sistemas de Organização do Conhecimento afetam a representação de identidades interseccionais, e quais desafios éticos e epistemológicos emergem dessa interação?

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar criticamente como as discussões sobre ética algorítmica e interseccionalidade vêm sendo articuladas no campo da Organização do Conhecimento, identificando avanços, lacunas e desafios que se colocam para a construção de sistemas mais justos e inclusivos. Trata-se de um estudo de caráter teórico-reflexivo, fundamentado em revisão crítica da literatura, que busca integrar perspectivas clássicas e contemporâneas para compreender o impacto da Inteligência Artificial sobre os processos de classificação e representação do conhecimento. Com isso, espera-se oferecer subsídios para o desenvolvimento de práticas e infraestruturas informacionais digitais sensíveis às múltiplas dimensões identitárias e comprometidas com a justiça epistêmica.

As próximas seções apresentam o referencial teórico, descrevem os procedimentos metodológicos, expõem os resultados da análise realizada e finalizam com as conclusões e perspectivas futuras.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço teórico deste estudo articula discussões clássicas e contemporâneas sobre interseccionalidade, injustiça epistêmica e Inteligência Artificial no contexto da Organização do Conhecimento.

1.1. Interseccionalidade e injustiça epistêmica na Organização do Conhecimento

As discussões sobre interseccionalidade (Crenshaw 1989; Crenshaw 1991; Collins 1990) e injustiça epistêmica (Fricker 2007) constituem a base crítica que orienta este estudo, pois oferecem instrumentos teóricos para analisar como sistemas de organização do conhecimento podem reproduzir exclusões e desigualdades sociais

(Berman 1993; Olson 2002). Essas perspectivas permitem compreender que infraestruturas classificatórias e algoritmos, longe de serem neutros, incorporam hierarquias de poder, afetando a visibilidade, a representação e o reconhecimento de identidades múltiplas e saberes marginalizados.

No campo da Organização do Conhecimento, tais abordagens, em diálogo com reflexões sobre a construção social das classificações (Bowker e Star 2000) e com críticas contemporâneas à opressão algorítmica (Noble 2018), fundamentam a reflexão sobre as tensões entre neutralidade técnica e valores sociais, evidenciando a necessidade de práticas informacionais comprometidas com a justiça epistêmica.

1.2. Ética na Inteligência Artificial

As discussões contemporâneas sobre IA evidenciam que dados e algoritmos não são neutros, mas carregam pressupostos culturais, políticos e epistemológicos (Gitelman, ed., 2013). Essa percepção tem motivado organismos internacionais, como a European Commission (2019), a UNESCO (2021) e a IFLA (2025), a estabelecer diretrizes éticas para orientar o desenvolvimento e uso da IA destacando princípios como justiça, inclusão, transparência, diversidade e respeito à dignidade humana.

No campo informacional, cresce a preocupação com o modo como algoritmos podem reproduzir ou intensificar desigualdades sociais, sobretudo quando baseados em dados enviesados ou em processos opacos que dificultam auditoria e contestação pública. Estudos como os de Noble (2018) revelam que algoritmos podem operar como mecanismos de exclusão, reproduzindo estereótipos raciais, de gênero ou de classe, fenômeno que a autora denomina «opressão algorítmica». Para além de aspectos técnicos, tais reflexões destacam que a IA não apenas organiza informações, mas também influencia quais saberes se tornam visíveis ou invisíveis.

Nesse contexto, pesquisadores têm defendido que incorporar princípios éticos e perspectivas interseccionais ao longo de todas as etapas dos sistemas baseados em IA, desde a seleção de dados até a auditoria, é fundamental para construir infraestruturas digitais mais justas e inclusivas. Essa perspectiva, designada por alguns como «Inteligência Artificial Interseccional» (Simó-Soler 2024), busca não apenas evitar danos, mas também promover reparação de desigualdades históricas.

Em síntese, a ética na IA ultrapassa o plano técnico e envolve decisões profundamente ligadas à justiça social e à equidade epistêmica, exigindo abordagens críticas e multidisciplinares na Organização do Conhecimento.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa possui caráter teórico-reflexivo e foi conduzida a partir de uma revisão crítica da literatura (Grant e Booth 2009). A fonte de dados utilizada foi

exclusivamente o Google Acadêmico, selecionado por sua abrangência em relação a documentos acadêmicos e institucionais em múltiplos idiomas e áreas de conhecimento. Essa escolha buscou contemplar a diversidade de perspectivas teóricas presentes em áreas como Ciência da Informação, Ciência da Computação, Filosofia, Estudos Sociais da Ciência e Estudos de Gênero, garantindo maior amplitude ao levantamento bibliográfico.

As buscas foram realizadas entre janeiro e março de 2025, sem delimitação temporal inicial, utilizando as expressões «organização do conhecimento», «interseccionalidade», «ética» e «algoritmos», nos idiomas inglês, português e espanhol, combinadas entre si. Foram incluídas publicações nesses idiomas, abrangendo artigos, livros e documentos institucionais que abordassem o tema pesquisado. O levantamento foi encerrado no momento em que a recuperação de novos documentos deixou de acrescentar contribuições inéditas ao tema, passando a repetir referências e argumentos já identificados, o que caracterizou o ponto de saturação do *corpus*.

O *corpus* final foi composto por 32 documentos, publicados entre 1989 e 2025, distribuídos em oito livros — incluindo obras clássicas como Berman (1993) e Olson (2002) sobre Organização do Conhecimento e Fricker (2007) que aborda a injustiça epistêmica — três diretrizes destinadas a orientar a governança ética da IA, elaboradas pela UNESCO (2021), European Commission (2019) e IFLA (2025), além de 21 artigos publicados no mesmo período, entre os quais se destacam os estudos de Crenshaw (1989; 1991) e Collins (1990), que são referências obrigatórias no campo da interseccionalidade.

Foram excluídos trabalhos exclusivamente técnicos, sem discussão teórica ou crítica, bem como documentos que não abordassem explicitamente o impacto da IA na Organização do Conhecimento ou as dimensões interseccionais. O registro dos dados foi realizado em planilha eletrônica, para organizar as referências e sistematizar a análise.

A leitura dos materiais selecionados foi conduzida de forma analítica e interpretativa, buscando articular conceitos, identificar tensões e mapear possibilidades emergentes das interseções entre os campos estudados. O processo analítico seguiu três etapas principais: leitura integral dos textos selecionados; identificação e anotação de conceitos centrais, abordagens metodológicas e possíveis vínculos com a questão de pesquisa; e posterior agrupamento das obras nos eixos analíticos definidos. Esse procedimento inspirou-se em orientações metodológicas sobre revisões críticas, como sugerido por Booth, Sutton e Papaioannou (2016), enfatizando a interpretação crítica e a contextualização dos achados.

Com base nessa leitura, a análise e interpretação dos resultados foram organizadas em quatro eixos analíticos que orientaram a análise e a discussão dos resultados:

1) Suposta neutralidade técnica e ética da Organização do Conhecimento, no contexto da IA – agrupa documentos que problematizam a ideia de neutralidade técnica e ética na Organização do Conhecimento, discutindo como sistemas classificatórios tradicionais e infraestruturas digitais, inclusive aquelas baseadas em Inteligência Artificial, incorporam valores sociais, culturais e políticos. Os textos analisados evidenciam que dados e classificações nunca são inteiramente «neutros» ou «naturais», mas sim construções culturais que carregam visões de mundo específicas. As discussões abordam desde os fundamentos epistemológicos da neutralidade até a opacidade dos sistemas algorítmicos, suas limitações epistemológicas e implicações éticas, destacando como essas questões impactam a produção, a representação e a circulação do conhecimento.
2) Assimetrias de poder e exclusões na Organização do Conhecimento – reúne documentos que investigam as assimetrias de poder e as desigualdades presentes nos sistemas de organização do conhecimento, destacando como classificações, linguagens documentárias e demais estruturas informacionais podem refletir valores culturais hegemônicos, exprimir preconceitos ou marginalizar epistemologias dissidentes. Os textos agrupados aqui analisam, sob diferentes perspectivas teóricas, os mecanismos pelos quais a Organização do Conhecimento contribui para a exclusão, a invisibilização ou a distorção de grupos sociais, saberes e experiências historicamente marginalizados. Embora alguns desses estudos dialoguem tangencialmente com o avanço das tecnologias digitais, o foco central permanece nos fundamentos teóricos, sociais e culturais da Organização do Conhecimento, independentemente da presença de Inteligência Artificial. Trata-se, portanto, de um eixo que evidencia o caráter político e ético subjacente à construção de sistemas classificatórios e à representação do saber.
3) Impactos da Inteligência Artificial na Organização do Conhecimento – congrega documentos que analisam os impactos da Inteligência Artificial sobre as práticas, estruturas e valores da Organização do Conhecimento. Os textos aqui reunidos abordam tanto aspectos técnicos, como algoritmos de classificação, indexação e recomendação, quanto implicações éticas e sociais decorrentes do uso de IA na mediação e organização do conhecimento. As discussões incluem preocupações sobre vieses algorítmicos, transparência, auditabilidade, *accountability* e efeitos potencialmente excludentes na representação do conhecimento. Também estão presentes

reflexões sobre políticas institucionais, diretrizes internacionais e desafios enfrentados por profissionais da informação diante das transformações provocadas pela IA. Este eixo, portanto, evidencia como a IA está cada vez mais integrada aos processos de organização e circulação do conhecimento, exigindo uma abordagem crítica e multidisciplinar para compreender seus efeitos na justiça epistêmica e na equidade social.

4) Interseccionalidade como referencial crítico na Organização do Conhecimento, na interface com a IA – contempla documentos que desenvolvem a interseccionalidade como constructo teórico-crítico aplicado à Organização do Conhecimento, investigando como múltiplas dimensões identitárias — tais como gênero, raça, classe, nacionalidade, orientação sexual e deficiência — interagem para moldar experiências específicas de opressão, invisibilidade ou distorção na representação do saber. Os textos aqui incluídos articulam essas reflexões ao campo clássico da Organização do Conhecimento e à interface com a IA, destacando como infraestruturas algorítmicas podem reproduzir ou intensificar injustiças epistêmicas. Também abarca estudos que denunciam práticas discriminatórias nos sistemas classificatórios e que propõem alternativas metodológicas ou tecnológicas para a construção de sistemas de organização do conhecimento mais inclusivos e sensíveis às complexidades das identidades sociais. Esses estudos consolidam a perspectiva ética e política que fundamenta a análise crítica desenvolvida no presente estudo, reforçando a necessidade de transformar as práticas em espaços de justiça social e equidade epistemológica.

Cabe destacar que a distribuição dos documentos pelos quatro eixos analíticos foi orientada pelos focos temáticos identificados durante a leitura crítica. Entretanto, essa classificação não é estanque: muitas obras poderiam se situar em mais de um eixo, dadas as inter-relações entre os temas abordados. Essa flexibilidade é inerente à natureza interdisciplinar do objeto de estudo e evidencia a subjetividade presente na análise teórica. Além disso, a alocação dos documentos nos eixos também considerou o objetivo do presente trabalho de construir um recorte analítico coerente com a questão de pesquisa. Isso significa que alguns textos foram posicionados em determinado eixo por contribuírem de maneira mais decisiva para o recorte proposto, ainda que apresentem diálogos com outros temas.

A Tabela 1 apresenta o *corpus* da pesquisa e os eixos de análise estabelecidos após a leitura crítica dos documentos, indicando, para cada referência, o tipo documental (artigo, livro ou diretriz).

Tabela 1. *Corpus* da pesquisa e eixos analíticos

Eixo analítico	Autores/Fonte	Tipologia documental
1) Suposta neutralidade técnica e ética da OC, no contexto da IA	Bowker e Star (2000); Gitelman, ed. (2013); Burrell (2016); Dourish (2016); Hjørland (2016); Greenberg et al. (2021); Brito (2023)	Livros / Artigos
2) Assimetrias de poder e exclusões na OC	Berman (1993); Olson (2002); Guimarães, Milani e Pinho (2008); Fox (2016); Moreira e Martínez-Ávila (2018); Chou e Pho (2018); Sánchez-Tarragó e Silva (2022); Allard, Oliphant e Chambers (2023); Cifor e Rawson (2023); Martínez-Ávila e Fox (2025)	Livros / Artigos
3) Impactos da IA na OC	European Commission (2019); UNESCO (2021); IFLA (2025); Bagatini e Guimarães (2023); El Hadi et al. (2023); San Segundo, Martínez-Ávila e Frías Montoya (2023); Rosa et al. (2024)	Diretrizes/ Artigos
4) Interseccionalidade como referencial crítico na OC, na interface com a IA	Crenshaw (1989); Collins (1990); Crenshaw (1991); Fricker (2007); Noble (2018); Simó-Soler (2024); Moura (2024); Ulnicane (2024)	Livros / Artigos

Fonte: Elaborado pelas autoras

A análise do *corpus* da pesquisa, exposta na Tabela 1, foi conduzida de forma qualitativa, buscando compreender tanto a articulação dos conceitos, quanto as tensões e possibilidades que emergem da interseção entre os campos abordados. Essa abordagem permitiu identificar como diferentes perspectivas teóricas, apresentadas na seção 1, se articulam para fundamentar a análise desenvolvida a seguir, organizada conforme os quatro eixos analíticos definidos.

Cabe ressaltar que nem todos os autores incluídos na Tabela 1 serão objeto de análise detalhada na seção seguinte. Alguns textos já foram discutidos na Introdução e no Referencial Teórico, de modo que a seção 3 se concentra principalmente nas contribuições analíticas e críticas necessárias ao desenvolvimento dos eixos propostos, evitando repetições e buscando manter o texto dentro dos limites de extensão estabelecidos

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados da análise, articulando-os aos objetivos da pesquisa. Parte dos autores e obras aqui mencionados já foi discutida na Introdução e no Referencial Teórico; nesta etapa, retomam-se tais referências apenas quando essenciais à interpretação dos dados, buscando evitar repetições e manter o texto conciso.

3.1. Suposta neutralidade técnica e ética na Organização do Conhecimento e na Inteligência Artificial

A análise evidenciou consenso na literatura quanto à falácia da neutralidade técnica nos sistemas de organização do conhecimento e na IA. Classificações e infraestruturas digitais, longe de neutras, refletem visões de mundo e interesses específicos, influenciando o que se torna visível ou invisível nos sistemas informacionais.

Estudos têm reforçado que dados jamais são «brutos», mas resultado de escolhas políticas, culturais e epistemológicas, o que se agrava no contexto da IA, onde algoritmos de *machine learning*, muitas vezes, operam de modo opaco e difícil de auditar (Gitelman, ed., 2013; Burrell 2016). Essa opacidade decorre tanto de segredos corporativos quanto da complexidade técnica, limitando o controle social e reforçando desigualdades na produção e circulação do conhecimento.

A crítica à neutralidade técnica também permeia o campo informacional. Pesquisas apontam que algoritmos não são apenas ferramentas técnicas, mas artefatos culturais impregnados de valores e expectativas sociais (Dourish 2016). Reflexões semelhantes aparecem em discussões sobre a suposta neutralidade «ateórica» das classificações, demonstrando que toda organização do conhecimento está permeada por pressupostos epistemológicos e ideológicos (Hjørland 2016). Além disso, análises recentes alertam que classificações aparentemente neutras podem ocultar compromissos políticos e éticos, evidenciando como infraestruturas técnicas participam da produção social da realidade (Brito 2023).

Outros estudos destacam que vocabulários controlados, se não forem cuidadosamente elaborados, podem cristalizar vieses preexistentes, mesmo em iniciativas interdisciplinares voltadas à IA (Greenberg et al. 2021). Assim, a Organização do Conhecimento enfrenta o desafio de lidar com sistemas algorítmicos que, embora tecnologicamente sofisticados, carregam implicações éticas e epistemológicas profundas.

3.2. Assimetrias de poder e exclusões na Organização do Conhecimento

A análise da literatura sobre poder e desigualdades na Organização do Conhecimento revelou que esse campo, historicamente, reflete hierarquias sociais, culturais e epistemológicas, contribuindo para a marginalização de saberes e identidades minoritárias. Embora a crítica tenha origem em estruturas classificatórias tradicionais, os sistemas digitais contemporâneos apresentam formas mais sutis, porém igualmente eficazes, de exclusão.

Pesquisadores observam que classificações documentárias, ao não contemplarem a diversidade cultural e o *warrant* cultural, podem resultar na invisibilização de saberes transculturais (Guimarães, Milani e Pinho 2008). Outros apontam que a interseccionalidade desafia a lógica classificatória tradicional, pois categorias rígidas

e mutuamente excludentes não conseguem representar adequadamente múltiplas identidades, gerando omissões ou distorções que impactam a justiça epistêmica (Fox 2016). Há ainda análises sobre como relações conceituais mal definidas nos sistemas classificatórios perpetuam exclusões simbólicas (Moreira e Martínez-Ávila 2018) e sobre desigualdades persistentes na representação de grupos racializados, indígenas, LGBTQIA+ e mulheres, especialmente no contexto brasileiro (Sánchez-Tarragó e Silva 2022).

Outros estudos ressaltam que, apesar do discurso institucional de neutralidade, bibliotecas e arquivos frequentemente perpetuam microagressões e exclusões simbólicas, sobretudo contra mulheres negras e grupos marginalizados (Chou e Pho 2018). Há também a percepção de que teorias feministas e interseccionais permanecem restritas ao debate acadêmico, sem impacto estrutural consistente na prática da Organização do Conhecimento (Allard, Oliphant e Chambers 2023).

Exemplos práticos dessa tensão surgem na análise do *Homosaurus*, vocabulário controlado voltado à representação queer e trans, que, embora potencialmente inclusivo, enfrenta o dilema de cristalizar identidades complexas em categorias fixas, revelando o risco de reduzir diversidades fluidas a nomenclaturas estáticas (Cifor e Rawson 2023).

Em síntese, as assimetrias de poder na Organização do Conhecimento persistem tanto nas infraestruturas tradicionais quanto nos sistemas digitais, evidenciando que práticas classificatórias, mesmo tecnicamente avançadas, continuam permeadas por escolhas políticas e epistemológicas que impactam a visibilidade e o reconhecimento de saberes marginalizados.

3.3. Impactos da Inteligência Artificial na Organização do Conhecimento

Os resultados da análise indicam que a introdução da IA na Organização do Conhecimento está transformando não apenas processos técnicos, mas também valores éticos e estruturas de poder no campo informacional. Há crescente preocupação de que algoritmos projetados para eficiência possam reproduzir ou intensificar desigualdades sociais.

Pesquisas apontam que dados pessoais, quando utilizados como facetas classificatórias, geram vieses relacionados a gênero, raça, orientação sexual ou classe social, com impactos que ultrapassam o plano técnico e afetam a estruturação do conhecimento (Bagatini e Guimarães 2023). Outros estudos alertam que a ausência de explicabilidade nos sistemas algorítmicos compromete a justiça epistêmica, pois impede a contestação de decisões automatizadas que impactam grupos marginalizados (San Segundo, Martínez-Ávila e Frías Montoya 2023).

No campo da IA generativa, há preocupações de que modelos de geração de imagens, baseados em dados enviesados, silenciem ou distorçam identidades que

escapam aos padrões eurocêntricos, criando novas formas de invisibilidade (Rosa et al. 2024). Embora documentos internacionais, como os da European Commission (2019), UNESCO (2021) e IFLA (2025), representem avanços éticos relevantes, persistem lacunas na transformação desses princípios em mecanismos operacionais. Pesquisas sublinham que é preciso superar declarações de boas intenções e enfrentar a complexidade técnica e social que caracteriza a IA contemporânea (El Hadi et al. 2023).

Em síntese, a IA, mais do que automatizar processos, redefine as dinâmicas de poder na produção e circulação do conhecimento, exigindo não apenas soluções técnicas, mas também transformações epistemológicas e políticas que integrem princípios éticos e perspectivas críticas.

3.4. Interseccionalidade como referencial teórico-crítico na interface entre Organização do Conhecimento e Inteligência Artificial

A análise evidencia que a interseccionalidade se consolidou como um referencial crítico indispensável para compreender como sistemas classificatórios e algoritmos interagem com múltiplas dimensões identitárias. Esse enfoque permite identificar que vieses algorítmicos não se limitam à ausência de representação, mas incluem distorções na forma como determinados grupos são retratados, sobretudo aqueles que combinam categorias como gênero, raça, classe, orientação sexual e deficiência.

Estudos recentes destacam que abordagens interseccionais são essenciais para entender as dinâmicas de exclusão produzidas pela IA indo além das métricas tradicionais de acurácia ou performance (Ulnicane 2024). Nesse contexto, o conceito de «Inteligência Artificial Interseccional» defende a integração de perspectivas críticas em todas as etapas de desenvolvimento dos sistemas algorítmicos, da coleta de dados à auditoria, como caminho para evitar que infraestruturas digitais perpetuem desigualdades históricas (Simó-Soler 2024).

Essa perspectiva é ampliada por propostas concretas, como a de Moura (2024), que apresenta instrumentos para operacionalizar a interseccionalidade e a decolonialidade na Organização do Conhecimento digital, exemplificados pelo *COEXISTENCE – Thesaurus of Intersectionality and Decolonial Issues*. Essas iniciativas revelam que, além de criticar sistemas excludentes, é necessário construir infraestruturas classificatórias capazes de dar visibilidade e reconhecimento a saberes historicamente marginalizados.

A noção de injustiça epistêmica conecta-se diretamente a esse debate, demonstrando que sistemas classificatórios e algoritmos, mesmo sob aparência de neutralidade, podem silenciar vozes ou distorcer experiências de grupos marginalizados. Integrar princípios interseccionais às tecnologias algorítmicas emerge, assim, como condição fundamental para práticas informacionais orientadas pela justiça epistêmica.

CONCLUSÕES

A incorporação crescente da IA nos processos de organização do conhecimento tem aprofundado debates sobre ética, neutralidade e representatividade, evidenciando que tecnologias classificatórias não são apenas ferramentas técnicas, mas também dispositivos carregados de valores sociais, culturais e políticos. A interseccionalidade desponta como um referencial teórico-crítico indispensável para compreender como diferentes categorias — como gênero, raça, classe e sexualidade —interagem, gerando formas específicas de exclusão e invisibilidade nos sistemas de representação do saber.

A análise desenvolvida neste estudo demonstrou que, embora existam avanços importantes na formulação de diretrizes éticas e na discussão sobre vieses algorítmicos, ainda há lacunas significativas quanto à integração de perspectivas interseccionais nos sistemas de organização do conhecimento. O *corpus* analisado revela a persistência de estruturas classificatórias excludentes ao lado de iniciativas promissoras que buscam tensionar essas estruturas em direção a práticas mais justas e inclusivas.

Os resultados organizados ao longo dos quatro eixos analíticos — neutralidade técnica e ética, assimetrias de poder, impactos da IA na Organização do Conhecimento, e interseccionalidade como referencial crítico — evidenciam que essas dimensões estão profundamente interligadas e devem ser abordadas de forma integrada para promover mudanças significativas nas práticas classificatórias e tecnológicas.

Nesse contexto, persiste o desafio de superar abordagens superficiais que tratam a diversidade como um mero ajuste técnico, sem enfrentar as dimensões políticas e epistemológicas que moldam as tecnologias e os sistemas classificatórios. Tais transformações exigem também incorporar a noção de injustiça epistêmica, reconhecendo como sistemas classificatórios podem silenciar ou distorcer experiências de grupos historicamente marginalizados. É fundamental avançar em pesquisas que não apenas apontem os riscos dos vieses algorítmicos, mas também proponham metodologias concretas para construir infraestruturas digitais que representem, de forma mais equitativa, a pluralidade de saberes e experiências.

Este estudo, de caráter teórico-reflexivo, limitou-se a uma análise documental e conceitual, não abrangendo investigações empíricas que possam comprovar, na prática, os impactos identificados. Contudo, investigações futuras poderão explorar estudos de caso, auditorias algorítmicas ou metodologias participativas que envolvam comunidades afetadas pelos vieses e exclusões presentes em sistemas de organização do conhecimento mediados por IA.

Promover processos de organização do conhecimento mais inclusivos e éticos é essencial para reduzir injustiças epistêmicas e ampliar a representação do conhecimento. As reflexões aqui apresentadas sinalizam a necessidade de discussões mais amplas na área, destacando que a equidade exige transformações

epistemológicas que vão além da mera superação de vieses algorítmicos, orientando a construção de sistemas mais justos e alinhados à diversidade de saberes existentes na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALLARD, D., T. OLIPHANT, e T. CHAMBERS, 2023. FemiLISm now!: Identifying and exploring feminist theories and methods in CAIS/ACSI and ASIS&T conference proceedings, 1993-2021. *The Canadian Journal of Information and Library Science*. **46**(1), 1-23.

BAGATINI, José A., e José Augusto C. G. GUIMARÃES, 2013. Algorithmic discriminations and their ethical impacts on knowledge organization: a thematic domain-analysis. *Knowledge Organization* [En linha]. **50**(5), 336-351 [consult. 2025-07-03]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2023-5-336.

BERMAN, S., 1993. *Prejudices and antipathies: a tract on the LC subject heads concerning people*. Metuchen, NJ: Scarecrow Press.

BOOTH, A., A. SUTTON, e D. PAPAIOANNOU, 2016. *Systematic approaches to a successful literature review*. London: Sage.

BOWKER, G. C., e S. L. STAR, 2000. *Sorting things out: classification and its consequences*. Massachusetts: MIT.

BRITO, Marcilio de, 2023. Social Affects Engineering and Ethics. *Knowledge Organization* [En linha]. **50**(5), 359-368 [consult. 2025-07-03]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2023-5-359.

BURRELL, J., 2016. How the machine 'thinks': understanding opacity in machine learning algorithms. *Big Data and Society*. **3**(1), 1-12.

CHOU, R. L., e A. PHO, 2018. *Pushing the margins: women of color and intersectionality in LIS*. Sacramento: Library Juice Press.

CIFOR, M., e K. J. RAWSON, 2023. Mediating queer and trans pasts: the Homosaurus as queer information activism. *Information, Communication & Society*. **26**(11), 2168-2185.

COLLINS, Patrícia H., 1990. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York; London: Routledge.

CRENSHAW, Kimberle, 1991. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*. **43**(6), 1241-1299.

CRENSHAW, Kimberle, 1989. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*. **1989**(1), Article 8, 139-167.

DOURISH, Paul, 2016. Algorithms and their others: algorithmic culture in context. *Big Data & Society*. **3**(2), 1-11.

EL HADI, Widad Mustafa, et al., 2023. An introduction of the special issue on ethics of information & knowledge organization. *Knowledge Organization*. **50**(6), 385-390.

EUROPEAN COMMISSION, 2019. *Ethics guidelines for trustworthy AI*. Brussels: European Commission.

FOX, Melodie J., 2016. "Priorities of arrangement" or a "hierarchy of oppressions?". *Knowledge Organization*. **43**(5), 373-383.

FRICKER, Miranda, 2007. *Epistemic injustice: power and the ethics of knowing*. Oxford: Oxford University Press.

GITELMAN, Lisa, ed., 2013. *Raw data is an oxymoron*. Cambridge, MA: MIT Press.

GRANT, Maria J., e Andrew BOOTH, 2009. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. *Health Information and Libraries Journal* [Em linha]. **26**(2), 91-108 [consult. 2025-07-03]. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x.

GREENBERG, Jane, et al., 2021. Knowledge Organization Systems: a network for AI with helping interdisciplinary vocabulary engineering. *Cataloging & Classification Quarterly* [Em linha]. **59**(8), 720-739 [consult. 2025-07-03]. DOI: https://doi.org/10.1080/01639374.2021.1995918.

GUIMARÃES, José Augusto C., Suellen O. MILANI, e Fabio A. PINHO, 2008. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. **13**(25), 124-135.

HJØRLAND, B., 2016. The paradox of atheoretical classification. *Knowledge Organization*. **43**(5), 313-323.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2025. *Entry point to libraries and AI* [Em linha]. The Hague: IFLA [consult. 2025-07-08]. Disponível em: https://repository.ifla.org/items/f197f327-dc49-4743-bb57-0a373505da8b.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D., e M. J. FOX, 2025. Intersectionality in knowledge organization revisited. *Informatio*. **30**(1), e201.

MOREIRA, W., e D. MARTÍNEZ-ÁVILA, 2018. Concept relationships in knowledge organization systems: elements for analysis and common research among fields. *Cataloging & Classification Quarterly* [Em linha]. **56**(1), 19-39 [consult. 2025-07-08]. DOI: https://doi.org/10.1080/01639374.2017.1357157.

MOURA, M. A., 2024. Information and code biases: social differentiation, intersectionality and decoloniality in knowledge organization systems. *Knowledge Organization*. **51**(7), 514-520.

NOBLE, S. U., 2018. *Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism*. New York: New York University Press.

OLSON, H. A., 2002. *The power to name: locating the limits of subject representation in libraries*. Dordrecht: Springer.

ROSA, Pedro C., et al., 2024. Datafication, artificial intelligence and images: the dominant paradigm in the representation of knowledge in images. *Knowledge Organization*. **51**(2), 117-126.

SAN SEGUNDO, Rosa, Daniel MARTÍNEZ-ÁVILA, e José A. FRÍAS MONTOYA, 2023. Ethical issues in control by algorithms: the user is the content. *Knowledge Organization*. **50**(5), 352-358.

SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy, e Maria Clara Tavares da SILVA, 2022. O domínio da ética na organização do conhecimento: um mapeamento da produção científica brasileira. *Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação* [Em linha]. **8**(2), 86-114 [consult. 2025-07-31]. Disponível em: https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/issue/view/43.

SIMÓ-SOLER, Elisa, 2024. Hacia una inteligencia artificial interseccional para el tratamiento de información. *Investigaciones Feministas*. **15**(1), 137-144.

ULNICANE, Inga, 2024. Intersectionality in artificial intelligence: framing concerns and recommendations for action. *Social Inclusion* [Em linha]. 12 [consult. 2025-07-31]. DOI: https://doi.org/10.17645/si.7543.

UNESCO, 2021. *Recommendation on the ethics of artificial intelligence* [Em linha]. Paris: UNESCO [consult. 2025-07-08]. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137.

EL CONCEPTO DE SOSTENIBILIDAD Y DESARROLLO SOSTENIBLE: UN ANÁLISIS DE LOS TÉRMINOS EMPLEADOS EN LAS PUBLICACIONES DE REVISTAS CIENTÍFICAS DE BIBLIOTECONOMÍA Y DOCUMENTACIÓN ESPAÑOLAS

JOSE MAESTRO-GALÁN*

Resumen: *Este estudio analiza el uso de los términos «sostenibilidad» y «desarrollo sostenible» en publicaciones de revistas de Biblioteconomía y Ciencias de la Información indexadas en Scopus. A través una revisión sistematizada de nueve artículos, se examinan las definiciones empleadas, si plantean diferencias entre los términos empleados y las palabras clave de autor de cada uno de ellos. Los resultados revelan que la mayoría de los trabajos no definen explícitamente ambos conceptos y solo uno de ellos señala diferencias entre desarrollo sostenible y sostenibilidad. Las palabras clave más frecuentes son «Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS)» y «Agenda 2030», por encima de otros términos relacionados con la sostenibilidad. Se concluye que existe ambigüedad terminológica y un enfoque predominante en el marco institucional del desarrollo sostenible, con escasa atención a alternativas como el decrecimiento.*

Palabras clave: *Sostenibilidad; Desarrollo Sostenible; Decrecimiento; Biblioteconomía y Ciencias de la Información; Análisis terminológico.*

Abstract: *This study analyses the use of the terms «sustainability» and «sustainable development» in publications of Library and Information Science journals indexed in Scopus. Through a systematised review of nine articles, we examine the definitions used, whether there are differences between the terms used and the author keywords of each of them. The results reveal that most of the papers do not explicitly define both concepts and only one of them points out differences between sustainable development and sustainability. The most frequent keywords are «Sustainable Development Goals (SDGs)» and «Agenda 2030», above other terms related to sustainability. This study concludes that there is terminological ambiguity and a predominant focus on the institutional framework of sustainable development, with little attention to alternatives such as degrowth.*

Keywords: *Sustainability; Sustainable Development; Degrowth; Library and Information Science; Terminology analysis.*

* Universidad de Salamanca, Departamento de Biblioteconomia y Documentacion – España. Email: mgalan@usal.es. ORCID: https://orcid.org/0009-0006-3750-9929.

INTRODUCCIÓN

La crisis socioambiental consecuencia de la presión sobre el planeta que ejerce el modelo de producción y consumo ha planteado retos que debemos superar con urgencia si pretendemos que el planeta continue siendo habitable para nuestra especie. La teoría de los límites planetarios establece un marco seguro en los que podemos operar para poder desarrollarnos y prosperar. Sin embargo, también marca una serie de límites para la acción humana sobre un total de nueve procesos críticos para la Tierra — que están severamente afectados por perturbaciones antropogénicas — que, de sobrepasarlos, podría poner en peligro la continuidad de la vida humana. Estos límites se han marcado por debajo del umbral biofísico, de forma que no solo permitan respetar la incertidumbre respecto a las variables de control, sino que ante signos tempranos de alarma, las sociedades puedan reaccionar (Steffen et al. 2015, p. 1)

A pesar de que estos límites comenzaron a fijarse con el trabajo de (Rockström et al. 2009), actualmente se han sobrepasado gravemente seis de los nueve límites planetarios: integridad de la biodiversidad, liberación de entidades químicas nuevas, ciclos biogeoquímicos (fósforo y nitrógeno), cambio climático, cambios en los usos del suelo y disponibilidad de agua dulce. Además, la acidificación de los océanos está cerca de exceder el límite marcado por el Instituto de Resiliencia de Estocolmo (Richardson et al. 2023).

Es en este contexto ambiental, en el que debemos trabajar para adecuarnos a los límites biofísicos y no sobrepasar la carga que el planeta puede soportar. A nivel institucional, el plan que actualmente marca en gran medida el curso político sobre sostenibilidad es la *Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible* que adoptó la Asamblea de Naciones Unidas el 25 de septiembre de 2015 (ONU 2015). Esta Agenda define el desarrollo sostenible como el aquel que permite satisfacer las necesidades actuales sin comprometer la capacidad de las futuras generaciones y debe aunar tres elementos básicos: crecimiento económico, inclusión social y protección del medioambiente (ONU [2023]a). No obstante, el primer elemento clave — el crecimiento económico — en conjunción con la protección del medioambiente, constituye una contradicción en sí mismo. Esto se debe a que, aunque teóricamente sí podría ser posible una desvinculación del *input* material y energético del *output* económico, desde la economía ecologista se expone que en la práctica es poco probable. De hecho, habitualmente ocurre lo contrario, al aumentar la eficiencia en el uso de recursos, menores costes y en última instancia, aumenta la producción y el consumo. Este efecto se conoce como la paradoja de Jevons. Al final, una economía capitalista crece mediante la explotación de más recursos, con más trabajadores y con cada vez una mayor intensidad (Kallis et al. 2018).

Esta contradicción es, para (Mitlin 1992), la razón principal de que el concepto de desarrollo sostenible haya sido controvertido, aunque exista divergencia entre

las perspectivas de diferentes autores (Ruggerio 2021). En definitiva, el desarrollo sostenible, entendido desde el prisma del crecimiento económico, no es compatible con la sostenibilidad cuando se espera un crecimiento infinito en un planeta finito (Beckerman 1992; Spaiser et al. 2017).

Pese a este hecho y de los beneficios que ha podido traer la *Agenda 2030* (Tariq, Shahzad y Sulehri 2025), se ha aceptado el concepto de desarrollo sostenible como elemento transversal que debe estar imbricado en los planes estratégicos y operativos a nivel institucional, incluyéndose en organismos culturales y/o unidades de información (GLAM: Galleries, Libraries, Archives, and Museums). En este caso, podemos plantearnos si asumir el desarrollo sostenible sin una crítica explícita por parte de los profesionales de la información, especialmente en instituciones culturales públicas como las bibliotecas, museos o archivos, no supone ignorar la responsabilidad social de estos centros.

A partir de este cuestionamiento, este trabajo surge con la intención de analizar el concepto de sostenibilidad y/o desarrollo sostenible con el que se ha trabajado en el entorno bibliotecario. En consecuencia, como objetivo general se pretende estudiar el empleo de los términos «sostenibilidad» y «desarrollo sostenible» en las investigaciones publicadas sobre bibliotecas y Ciencias de la Información en revistas españolas indexadas en Scopus. Asimismo, se han propuesto los siguientes objetivos específicos:

- OE(1). Conocer las interpretaciones más habituales de «sostenibilidad» y «desarrollo sostenible» que se emplean en los artículos publicados en el área de Biblioteconomía y Documentación (LIS) en las revistas españolas.
- OE(2). Señalar si se especifican diferencias entre el uso de ambos términos en los artículos publicados en las revistas seleccionadas.
- OE(3). Analizar las palabras clave relacionadas con la sostenibilidad, el desarrollo sostenible y el decrecimiento que se utilizan en la descripción de los artículos publicadas en las revistas seleccionadas.

1. METODOLOGÍA

Este trabajo se ha llevado a cabo en dos fases. La primera parte consta de una revisión sobre la literatura científica publicada en de aquellas publicaciones que tratan la sostenibilidad en el contexto de la Biblioteconomía y Ciencias de la Información y, posteriormente, un análisis conceptual del uso de los términos «sostenibilidad» y «desarrollo sostenible».

La revisión bibliográfica se ha llevado a cabo de una manera sistematizada, siguiendo la estructura de *PRISMA 2020* para la correcta realización de revisiones sistemáticas (Page et al. 2021). En primer lugar, se establecieron los términos de la ecuación de búsqueda en la base de datos de Scopus limitándolos a "sustainability",

"sustainable development" y "degrowth" para abarcar cualquier publicación sobre sostenibilidad, desarrollo sostenible y decrecimiento.

Después de refinar esta búsqueda por la fuente — las revistas portuguesas y españolas del ámbito de la Biblioteconomía y Ciencias de la Información (LIS) indexadas en Scopus — la búsqueda resultó en 120 registros. La ecuación que permite replicar la búsqueda es la siguiente:

> SUBJAREA (soci) AND ("sustainability" OR "sustainable development" OR "degrowth") AND "librar*" AND (LIMIT-TO (SRCTYPE , "j")) AND (LIMIT-TO (DOCTYPE , "ar") OR LIMIT-TO (DOCTYPE , "re")) AND (LIMIT-TO (EXACTSRCTITLE , "Anales De Documentacion") OR LIMIT-TO (EXACTSRCTITLE , "Bid") OR LIMIT-TO (EXACTSRCTITLE , "Ibersid") OR LIMIT-TO (EXACTSRCTITLE , "Profesional De La Informacion") OR LIMIT-TO (EXACTSRCTITLE , "Revista Espanola De Documentacion Cientifica") OR LIMIT-TO (EXACTSRCTITLE , "Revista General De Informacion Y Documentacion") OR LIMIT-TO (EXACTSRCTITLE , "Scire"))

Las revistas seleccionadas del ámbito de Biblioteconomía y Documentación españolas fueron:

- *El Profesional de la Información*: 63 artículos.
- *Revista Española de Documentación Científica*: 13 artículos.
- *Revista General de Información y Documentación*: 11 artículos.
- *Ibersid*: 12 artículos.
- *BiD*: 14 artículos
- *Anales de Documentación* (descontinuada en Scopus desde 2020): 4 artículos.
- *Scire*: 3 artículos

La única revista portuguesa del ámbito LIS indexada en Scopus es el *Boletín do Arquivo da Universidade de Coimbra* y no obtuvo ningún resultado tras la búsqueda, por lo que el estudio se centra en las publicaciones en revistas españolas.

Posteriormente se eliminaron todos los artículos cuyo contenido no estaba relacionado con ningún tema asociado a la sostenibilidad, desarrollo sostenible o decrecimiento. El total de artículos restantes sobre los que se llevó a cabo el análisis fue de nueve. En este proceso de revisión, de acuerdo con el objetivo principal propuesto de analizar el uso de los términos «sostenibilidad» y «desarrollo sostenible», no ha resultado necesario realizar un segundo cribado en el que se apliquen criterios de inclusión y exclusión.

A partir de estos nueve trabajos, se ha procedido al análisis terminológico y de palabras clave, este último mediante el *software* libre *VosViewer*.

2. RESULTADOS

A continuación, se presentan los resultados en función de los objetivos específicos marcados al inicio de la investigación.

OE1: ¿Cuáles son las definiciones más habituales que emplean de desarrollo sostenible y sostenibilidad?

Sobre los conceptos de «desarrollo sostenible» y «sostenibilidad» a los que se alude las publicaciones analizadas, la mayoría no explicita ninguna definición. En el caso del concepto de sostenibilidad, solo el trabajo de Herrera-Morillas, Castillo-Díaz y Pérez-Pulido (2014) y Sánchez et al. (2014) ofrecen una definición sobre la sostenibilidad o, en su defecto, sobre sostenibilidad bibliotecaria. Herrera-Morillas, Castillo-Díaz y Pérez-Pulido (2014) recuperan en su marco teórico la definición de sostenibilidad de Nolin (2010) para exponer la relación entre desarrollo sostenible e información:

> *define sostenibilidad como el conjunto de estrategias de protección ambiental, igualdad social y desarrollo económico en la idea de que es posible combinar el crecimiento con estos tres pilares que la sostienen.*

Estos tres pilares aluden a la triple dimensión de la sostenibilidad, siendo estas la sostenibilidad ambiental, social y económica; sin embargo, también tienen en cuenta la dimensión cultural de la sostenibilidad expuesta en las diferentes comisiones de medio ambiente y desarrollo de la Organización de las Naciones Unidas.

Por su parte, Sánchez et al. (2014) hacen referencia a la definición de sostenibilidad en el contexto de las bibliotecas digitales de Chowdhury (2014), que señala que la sostenibilidad bibliotecaria es aquella orientada a:

> *asegurar un acceso más económico, fácil y mejor a la información (sostenibilidad económica), más equitativo (sostenibilidad social) y con un impacto ambiental reducido (sostenibilidad ambiental).*

En relación con el concepto de desarrollo sostenible, solo en los trabajos de Santos Martínez-Ávila y Gomes de Mello (2022) y Noh (2021) se expone la definición que emplean de desarrollo sostenible. La ambigüedad para este término es menor, ya que está desarrollado a partir de la propia definición de la *Agenda 2030* de las Naciones Unidas:

> *El desarrollo sostenible se ha definido como el desarrollo capaz de satisfacer las necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las futuras generaciones para satisfacer sus propias necesidades.*

> *Para alcanzar el desarrollo sostenible, es fundamental armonizar tres elementos básicos: el crecimiento económico, la inclusión social y la protección del medio ambiente. Estos elementos están interrelacionados y son todos esenciales para el bienestar de las personas y las sociedades* (ONU [2023]b).

La mayor parte de las publicaciones analizadas emplean este enfoque de manera implícita, ya sea en torno a las palabras clave utilizadas para llevar a cabo la investigación (Vállez, Rey-Martín y Guallar 2023) o de la incorporación de Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) concretos (Montesi, Álvarez Bornstein y Bautista-Puig 2024).

Tabla 1. Resumen de la aparición de definiciones y diferencias de desarrollo sostenible (DS) y sostenibilidad

Autores	Año	Revista	Definen sostenibilidad	Definen DS	Plantean diferencias
Sánchez et al.	2014	*Anales de Documentación*	Sí (para bib. Dig. Chowdhury (2012))	No	No
Herrera-Morillas, Castillo-Díaz y Pérez-Pulido	2014	*Profesional de la Información*	Sí (Nolin, 2010)	No	No
Noh	2021	*Profesional de la Información*	No	Sí (según la ONU)	No
Santos, Martínez-Ávila y Gomes de Mello	2022	*Ibersid*	No	Sí (según la ONU)	No
Vállez, Rey-Martín y Guallar	2023	*Ibersid*	No	No	No
Palacios-Chavarro, Marroquín-Ciendúa y Palacios-Chavarro	2024	*Profesional de la Información*	No	No	No
Montesi, Álvarez Bornstein y Bautista-Puig	2024	*Ibersid*	No	No	Sí
Ding y Xi	2024	*Profesional de la Información*	No	No	No
Dametto y Bonet-Marti	2024	*Profesional de la Información*	No	No	No

Fuente: Elaboración propria

OE2: ¿Los artículos consideran diferentes los conceptos de desarrollo sostenible y sostenibilidad o por el contrario hay confusión entre estos términos?

Con respecto a si en las investigaciones analizadas se exponen diferencias entre los términos «sostenibilidad» y «desarrollo sostenible» solo en el artículo de Montesi, Álvarez Bornstein y Bautista-Puig (2024), aunque relacionados, se aprecian ciertas distinciones. En dicho trabajo se plantea un proyecto docente que tiene como fin ofrecer iniciativas para la incorporación de los Objetivos para el Desarrollo Sostenible

(ODS) en la enseñanza del Grado en Información y Documentación. Con el objetivo de evaluar el resultado de su proyecto de innovación docente, establecen una serie de objetivos específicos en los que separan conocimientos, percepciones y metodología de estudio tanto de la sostenibilidad como de los ODS. Por ejemplo, se preguntan «¿cuáles son los conocimientos y actitudes del alumnado del Grado en I&D de la UCM con respecto a los ODS y sostenibilidad?» (Montesi, Álvarez Bornstein y Bautista-Puig 2024, p. 41). Esta conjunción de sostenibilidad y ODS es continua a lo largo del texto, lo que implica que los autores no consideran estos conceptos como sinónimos.

Igualmente, resulta relevante analizar el instrumento de diagnóstico que han empleado debido a las diferencias entre sostenibilidad y desarrollo sostenible que formula. Este instrumento está conformado por un cuestionario estructurado en tres partes: a) un diagnóstico de alfabetización en sostenibilidad; b) actitudes y opiniones sobre las actuaciones de las bibliotecas para la consecución de los ODS y c) preguntas de carácter demográfico. De nuevo, separan claramente los conocimientos relacionados con los ODS de aquellos relativos a la sostenibilidad. Además, en la evaluación del alumnado sobre los ODS se pregunta si sostenibilidad y desarrollo sostenible son sinónimos, si el desarrollo económico y la protección del medio son mutuamente excluyentes y si medioambiente, sociedad y economía son independientes uno del otro. A pesar de evaluar estos aspectos de la sostenibilidad con respecto a los ODS, no se indica en su artículo cuál es la respuesta que han dado como correcta. Por lo tanto, en este trabajo sí que aparece una diferencia entre estos dos conceptos y no se emplean como sinónimos o términos equivalentes, pero la falta de contexto teórico y definiciones explícitas puede dar lugar a ambigüedad.

Si bien el resto de los artículos analizados no contienen diferencias entre estos términos, algunos sí reflejan problemas derivados del crecimiento económico como el trabajo de Palacios-Chavarro, Marroquín-Ciendúa y Palacios-Chavarro (2024) que, si bien subraya el papel de los ODS en el fomento de la priorización de los problemas ambientales y sociales en varios países, indican que sirven para afianzar el discurso sobre la sostenibilidad y, con este, la pobreza, la desigualdad, el agotamiento de recursos, la biodiversidad y la contaminación. Esta relación puede resultar confusa a la hora de comunicar de forma clara el rol del desarrollo sostenible, pero no deja de lado algunos de los retos actuales que se deben afrontar para conseguir sociedades sostenibles.

Algo similar ocurre con la investigación de Vállez, Rey-Martín y Guallar (2023) en la que de nuevo aparece un uso confuso del término sostenibilidad en su marco teórico cuando indican al tratar las dificultades de la implementación de los ODS en las universidades españolas que la literatura científica recomienda «crear estructuras formarles que ayuden a sus *stakeholders* a adquirir un mayor compromiso con los conceptos relacionados con la sostenibilidad» (Vállez, Rey-Martín y Guallar 2023, p. 94). Esta misma contradicción en el uso del término sostenibilidad cuando se

discuten diferentes aspectos del desarrollo sostenible o de los ODS también se da en el artículo de Noh (2021) que subraya las estrategias de apoyo que marca la IFLA para transitar a un modelo de sociedades sostenibles mediante la vinculación de los diecisiete ODS de la *Agenda 2030* con las actividades bibliotecarias o cuando recalca que como el objetivo de los ODS es la sostenibilidad, por tanto, el trabajo que se desarrolla desde las bibliotecas verdes o *green libraries* está profundamente relacionado con los objetivos de la *Agenda 2030* (Noh 2021, p. 13). Debido a que no hay definición alguna de sostenibilidad ni desarrollo sostenible, el artículo de Noh (2021) expresa una relación de equivalencia entre estos conceptos.

En base a lo que se ha expuesto, podemos concluir que el único trabajo que distingue entre los conceptos de sostenibilidad y desarrollo sostenible es el proyecto docente de Montesi, Álvarez Bornstein y Bautista-Puig (2024), mientras que por el contrario, otras investigaciones como las de (Noh 2021; Palacios-Chavarro, Marroquín-Ciendúa y Palacios-Chavarro 2024; Vállez, Rey-Martín y Guallar 2023) ofrecen interpretaciones equívocas de la relación entre sostenibilidad, desarrollo sostenible y ODS.

OE3: ¿De qué forma las palabras clave de autor representan el contenido sobre sostenibilidad y desarrollo sostenible?

Por último, respecto a las palabras clave que emplearon los autores para definir el contenido de estos artículos, un total de 46 palabras se extrajeron del contenido de palabras clave de autor. Después de agrupar las palabras clave mediante un tesauro de *VOSviewer*, eliminar aquellas relativas a nombres de países y otras regiones y relacionarlas en función del concepto al que se refieren, los términos más repetidos fueron en orden: Objetivos para el Desarrollo Sostenible (ODS), *Agenda 2030*, sostenibilidad, Instagram, activismo ambiental y bibliotecas universitarias.

Tabla 2. Frecuencias y palabras clave de autor asociadas a los conceptos más habituales para representar el contenido de las investigaciones analizadas

Concepto	Palabras clave	Frecuencia
Objetivos para el Desarrollo Sostenible (ODS)	SDGs; Sustainable Development Goals (SDGs); Sustainable Development Goals; UN SDGs	4
Agenda 2030	Agenda 2030; UN Agenda	3
Sostenibilidad	Sustainability	3
Activismo ambiental	Environmental activism; Environmental advocacy	2
Bibliotecas universitarias	Academic libraries	2
Activismo digital	Digital activism	2
Instagram	Instagram	2

Fuente: Elaboración propria

Acerca de cómo se relacionan las palabras clave de los trabajos analizados, del total de palabras claves de autor extraídas, sólo 23 estaban interrelacionadas. La Figura 1 representa el mapa de interacciones entre estas palabras clave y los cinco grupos o *clusters* que se han creado mediante *VOSviewer*. Estos cinco grupos son los siguientes:

- *Cluster* 1 (sostenibilidad y huella ecológica): *academic libraries, carbon footprint, ecological footprint, green library, opening hours, social responsibility, sustainability.*
- *Cluster* 2 (Agenda 2030 y ODS): Agenda 2030*; Human Rights; Iberoamerica; Sustainable Development Goals.*
- *Cluster* 3 (IFLA y bibliotecas): IFLA; *librarian's perception; library support strategies; public libraries.*
- *Cluster* 4 (LIS y enseñanza): *Information and Library Science; social attitudes; sustainability literacy; undergraduate students.*
- *Cluster* 5 (gestion estratégica): *scientific production; strategic plans; universities; web visibility.*

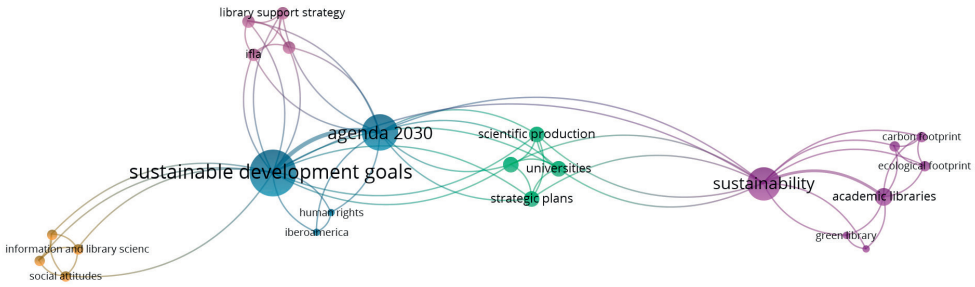


Fig. 1. Representación de *VOSviewer* del mapa de relaciones de palabras clave de autor
Fuente: Elaboración propria

El *cluster* 2, tal y como se representa en la Figura 1 de color naranja, es el que más relaciones presenta con otras palabras clave. Sus relaciones y la frecuencia de aparición indican una mayor relevancia de esta temática sobre la propia sostenibilidad. Existe, por lo tanto, el uso predominante de términos como «desarrollo sostenible» o «Agenda 2030» para las aproximaciones que se han realizados sobre la sostenibilidad en las revistas españolas de Biblioteconomía y Documentación indexadas en Scopus. Al mismo tiempo, se observa una mayor preocupación en torno a los planes estratégicos para la aplicación de los ODS y predominan las investigaciones en el ámbito de las bibliotecas universitarias.

En cambio, el *cluster* 1 que agrupa el término sostenibilidad se encuentra establece más relaciones directas con términos relativos al impacto ambiental y con las *green libraries*. Solo el término «Agenda 2030» aparece asociado al término sostenibilidad. También resulta interesante que aquellas publicaciones que emplean las palabras clave

relacionadas con la IFLA, sus directrices y planes estratégicos y bibliotecas públicas (*cluster* 3) no estén vinculadas directamente con las palabras clave del *cluster* 1 relativo a sostenibilidad, pero sí con las palabras clave del *cluster* 2 — ODS. Lo mismo ocurre con los artículos sobre la propia disciplina (*cluster* 4).

En definitiva, el análisis de las palabras clave de autor de las publicaciones que se han analizado muestra un mayor interés por el empleo de términos relacionados con el desarrollo sostenible — representados en el *cluster* 2 por los ODS y la *Agenda 2030* principalmente — sobre el concepto de sostenibilidad, aunque este sea el único que se vincula a palabras clave que sí designan problemáticas ambientales.

CONCLUSIONES

Existen discrepancias entre las perspectivas empleadas sobre sostenibilidad y desarrollo sostenible en los artículos analizados. Si bien, la mayoría no definen de forma explícita estos conceptos, aquellos artículos en los que se incluye el término desarrollo sostenible hacen alusión a la definición propuesta por la *Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible*, en la que se tiene en cuenta el crecimiento económico como pilar esencial. Esta premisa de crecimiento económico se traduce concretamente en la meta 8.1:

> *Mantener el crecimiento económico per cápita de conformidad con las circunstancias nacionales y, en particular, un crecimiento del producto interno bruto de al menos el 7% anual en los países menos adelantados* (ONU 2015).

En cuanto al empleo del término sostenible y sostenibilidad, no existe la misma homogeneidad con respecto al desarrollo sostenible, pero hay aproximaciones que sí que dan lugar a una equivalencia en torno a la necesidad del crecimiento económico para hablar de sostenibilidad como la definición de Nolin (2010) que se expone en el trabajo de Herrera-Morillas, Castillo-Díaz y Pérez-Pulido (2014). Por otra parte, en los trabajos analizados surgen conceptos que contextualizan la sostenibilidad en el entorno de las bibliotecas digitales (Chowdhury 2014) y respecto a la comunicación sostenible (Palacios-Chavarro, Marroquín-Ciendúa y Palacios-Chavarro 2024).

En relación con las existencia de diferencias entre los conceptos de sostenibilidad y desarrollo sostenible, solo en el trabajo de Montesi, Álvarez Bornstein y Bautista-Puig (2024) se evalúa de forma separada cada uno de ellos. Es especialmente relevante este ejemplo puesto que en su metodología también estudia las actitudes de los estudiantes tanto hacia los ODS como hacia la propia sostenibilidad; sin embargo, se necesita más contexto para conocer cuáles han sido las conclusiones del trabajo con los estudiantes del Grado en Información y Documentación tras haber recibido la formación en sostenibilidad.

Por último, de nuevo, la frecuencia de palabras clave de autor relacionadas con el desarrollo sostenible, la *Agenda 2030* y los ODS señala que se trabaja más en esta perspectiva que sobre la sostenibilidad en general u otras alternativas al desarrollo sostenible como el movimiento decrecentista. Tampoco se ha recuperado ningún trabajo en el que utilice «decrecimiento» como palabra clave para representar el contenido del texto.

Este trabajo refleja la falta de claridad en el empleo de los términos analizados y una predilección por las investigaciones sobre la aplicación directa del desarrollo sostenible. Si bien definir el término sostenibilidad puede dar lugar a marcos de estudio incluso antagonistas como indica Ruggerio (2021) respecto a la idea de «sostenibilidad fuerte» y «sostenibilidad débil», parece necesario generar un debate en el campo de la Biblioteconomía y Ciencias de la Información para fomentar líneas de trabajo comunes que tengan en cuenta la responsabilidad social bibliotecaria y aseguren el acceso a información sobre sostenibilidad ambiental y social basada en la evidencia científica. Además, puede resultar interesante que estudiar alternativas al desarrollo sostenible y cómo implementar estas alternativas a nuestras unidades de información. En todo caso, en función de la escasez de artículos que se han conseguido seleccionar, la intersección entre nuestro campo y la sostenibilidad en las revistas españolas no ha recibido suficiente atención y debe ser más estudiada.

REFERENCIAS

BECKERMAN, Wilfred, 1992. Economic growth and the environment: Whose growth? whose environment? *World Development* [En línea]. **20**(4), 481-496. ISSN 0305-750X [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1016/0305-750X(92)90038-W.

CHOWDHURY, Gobinda, 2014. Sustainability of digital libraries: a conceptual model and a research framework. *International Journal on Digital Libraries* [En línea]. **14**(3-4), 181-195. ISSN 1432-5012 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1007/s00799-014-0116-0.

DAMETTO, Cibele, y Jordi BONET-MARTI, 2024. Netnography of Women´s Cyberactivism Against Environmental Denialism on Instagram. *Profesional de la Información* [En línea], **33**(1). ISSN 13866710 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.3145/epi.2024.0011

DING, Rui y Tau XI, 2024. Information Behavior and Digital Activism: A netnographic Analysis of Women's Environmental Advocacy Networks on DOUYIN. *Profesional de la Información* [En línea]. **33**(3). ISSN 13866710 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.3145/epi.2024.0316.

HERRERA-MORILLAS, José-Luis, Ana CASTILLO-DÍAZ, y Margarita PÉREZ-PULIDO, 2014. Responsabilidad social y sostenibilidad en las bibliotecas universitarias españolas. *Profesional de la Información* [En línea]. **23**(2), 134-143. ISSN 13866710 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.3145/epi.2014.mar.05.

KALLIS, G., et al., 2018. Research On Degrowth. *Annual Review of Environment and Resources*. 43, 291-316.

MATHIASSON, Mia H., y Henrik JOCHUMSEN, 2022. Libraries, sustainability and sustainable development: a review of the research literature. *Journal of Documentation* [En línea]. **78**(6), 1278-1304. ISSN 0022-0418 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1108/JD-11-2021-0226.

MITLIN, Diana, 1992. Sustainable Development: a Guide to the Literature. *Environment & Urbanization* [En línea]. **4**(1), 111-124. ISSN 0956-2478 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1177/095624789200400112.

MONTESI, Michela, Belén ÁLVAREZ BORNSTEIN, y Núria BAUTISTA-PUIG, 2024. Integration of the Sustainable Development Goals (SDGs) in Information and Documentation teaching. *Ibersid* [En línea]. **18**(2), 39-47. ISSN 18880967 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.54886/ibersid.v18i2.4981.

NOH, Younghee, 2021. Study on the perception of south korean librarians of the un sustainable development goals (Sdgs) and the strategy to support libraries. *Profesional de la Información* [En línea]. **30**(4). ISSN 13866710 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.3145/epi.2021.jul.04.

NOLIN, Jan, 2010. Sustainable information and information science. *Information Research* [En línea]. **15**(2), paper 431. ISSN 1368-1613 [consult. 2025-07-01]. Disponible en: http://InformationR.net/ir/15-2/paper431.html.

ONU, [2023]a. *La Agenda para el Desarrollo Sostenible. Objetivos de Desarrollo Sostenible* [En línea]. ONU [consult. 2025-04-09]. Disponible en: https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/development-agenda/.

ONU, [2023]b. *La Agenda para el Desarrollo Sostenible. ¿Qué es el Desarrollo Sostenible?* [En línea]. ONU [consult. 2025-04-09]. Disponible en: https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/development-agenda/.

ONU, 2015. *Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible* [En línea]. ONU, Asambela General, A/RES/70/1 [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://unctad.org/system/files/official-document/ares70d1_es.pdf.

PAGE, Matthew J., et al., 2021. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ* [En línea]. **372**(71) [consult. 2025-04-09]. DOI: https://doi.org/10.1136/bmj.n71.

PALACIOS-CHAVARRO, Janneth-Arley, Fernando MARROQUÍN-CIENDÚA y Sara PALACIOS-CHAVARRO, 2024. Instagram as a Scenario for Polarity and Subjectivity Analysis in Comments Regarding Environmental Content: CNNClimate Case. *Profesional de la Información* [En línea]. **33**(3). ISSN 13866710 [consult. 2025-04-09]. DOI: https://doi.org/10.3145/epi.2024.0315.

RICHARDSON, Katherine, et al., 2023. Earth beyond six of nine planetary boundaries. *Science Advances* [en línea]. **9**(37). ISSN 2375-2548 [consult. 2025-07-08]. DOI: https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.adh2458.

ROCKSTRÖM, Johan, et al., 2009. Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. *Ecology and Society* [En línea]. **14**(2). ISSN 1708-3087 [consult. 2025-07-09]. Disponible en: https://www.jstor.org/stable/26268316.

RUGGERIO, Carlos A., 2021. Sustainability and sustainable development: A review of principles and definitions. *Science of The Total Environment* [En línea]. 786, 147481. ISSN 0048-9697 [consult. 2025-07-09]. DOI: https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2021.147481.

SÁNCHEZ, Rut Abraín, et al., 2014. Aportaciones al estudio de la sostenibilidad bibliotecaria: las emisiones de CO2 del servicio de apertura de fin de semana de la biblioteca de la Universidad de Vigo. *Anales de Documentación* [En línea]. **17**(1). ISSN 15752437 [consult. 2025-07-09]. DOI: https://doi.org/10.6018/analesdoc.17.1.183881.

SANTOS, João C. Gardini, Daniel MARTÍNEZ-ÁVILA, y Mariana Rodrigues GOMES DE MELLO, 2022. Agenda 2030 y derechos humanos: análisis de la literatura iberoamericana publicada en ciencia de la información. *Ibersid: revista de sistemas de información y documentación* [En línea]. **16**(2), 33-43. ISSN 18880967 [consult. 2025-07-09]. DOI: https://doi.org/10.54886/ibersid.v16i2.4811.

SPAISER, Viktoria, et al., 2017. The sustainable development oxymoron: quantifying and modelling the incompatibility of sustainable development goals. *International Journal of Sustainable Development*

& World Ecology [En línea]. **24**(6), 457-470. ISSN 1350-4509 [consult. 2025-07-09]. DOI: https://doi.org/10.1080/13504509.2016.1235624.

STEFFEN, Will, et al., 2015. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. *Science* [En línea]. **347**(6223), 1259855 [consult. 2025-07-09]. DOI: https://www.science.org/doi/10.1126/science.1259855.

SUTER, Manuel, et al., 2025. Green growth beliefs: Investigating factors associated with expert opinions on green growth. *PLOS Climate* [En línea]. **4**(4), e0000597. ISSN 2767-3200 [consult. 2025-07-09]. DOI: https://doi.org/10.1371/journal.pclm.0000597.

TARIQ, Muhammad, Khurram SHAHZAD, y Imran Ghaffar SULEHRI, 2025. Factors Influencing the Adoption of Green Libraries for Environmental Sustainability: A Systematic Literature Review. *Libri* [En línea]. **75**(1), 1-18. ISSN 0024-2667, 1865-8423 [consult. 2025-07-09]. DOI: https://doi.org/10.1515/libri-2024-0089.

VÁLLEZ, Mari, Carina REY-MARTÍN, y Javier GUALLAR, 2023. Las Universidades españolas ante la Agenda 2030: estrategia, visibilidad web y producción científica. *Ibersid: revista de sistemas de información y documentación* [En línea]. **17**(2), 93-102. ISSN 18880967 [consult. 2025-07-09]. DOI: https://doi.org/10.54886/ibersid.v17i2.4880.

DISCAPACIDAD E INCLUSIÓN EDUCATIVA: APORTES DESDE LA ORGANIZACIÓN DEL CONOCIMIENTO

PATRICIA DANIELA PETROCCELLI RODRÍGUEZ*

Resumen: *En este trabajo se concibe la inclusión como un concepto dinámico que evoluciona a partir de la interacción entre personas con discapacidad y las barreras que el entorno impone, limitando su participación plena en la sociedad. Por ende, se entiende que es esencial promover la inclusión educativa, haciendo uso de los conocimientos y herramientas de la Organización del Conocimiento. Esto conlleva a garantizar una accesibilidad integral, que abarque no solo los aspectos físicos, sino también la documentación, los servicios y, de manera crucial, el trato y las actitudes del personal. En consecuencia, la Organización del Conocimiento se puede considerar como un componente más a considerar, para optimizar la calidad de la inclusión educativa.*

Palabras clave: *Discapacidad; Inclusión Educativa; Organización del Conocimiento; Bibliotecas.*

Abstract: *This paper conceives inclusion as a dynamic concept that evolves from the interaction between people with disabilities and the barriers imposed by the environment, limiting their full participation in society. Therefore, it is essential to promote educational inclusion by leveraging the knowledge and tools of Knowledge Organization. This entails ensuring comprehensive accessibility, encompassing not only physical aspects but also documentation, services, and, crucially, the treatment and attitudes of staff. Consequently, Knowledge Organization can be considered as another component to optimize the quality of educational inclusion.*

Keywords: *Disability; Educational Inclusion; Knowledge Organization; Libraries.*

A MODO DE INTRODUCCIÓN

En este trabajo se abordan los conceptos de discapacidad e inclusión, desde el área de la Organización del Conocimiento, explorando cómo se manifiestan en el ámbito educativo. Con ello se pretende realizar un aporte desde la Organización del Conocimiento para que cada institución educativa le pueda brindar a sus estudiantes, las herramientas necesarias para que desarrollen su máximo potencial en un contexto adecuado.

Las bibliotecas, tienen notoria relevancia como centros de recursos y espacios de encuentro, por lo que bien pueden asumir un rol preponderante en la promoción de la inclusión educativa. Lugar, donde además de los servicios tradicionales, se

* Universidad de la República, Facultad de Información y Comunicación – Uruguay. Email: patricia.petroccelli@fic.edu.uy. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8194-0632.

pueden ofrecer materiales adaptados, actividades inclusivas, y convertirse en punto de referencia para estudiantes, docentes y familias de las personas con discapacidad.

En instituciones de enseñanza como escuelas, colegios, universidades, centros de lengua, entre muchos otros establecimientos, las bibliotecas funcionan como un servicio de apoyo a la docencia. En ese contexto, los aportes desde la Organización del conocimiento pueden brindar elementos a tener en consideración como herramientas de consulta, pautas, guías y material de apoyo para brindar un ecosistema educativo inclusivo, donde cada persona tenga la oportunidad de aprender y crecer, independiente de su condición física, cognitiva, socioeconómica, cultural, sexual o étnica.

1. OBJETIVO

El objetivo de esta investigación es analizar, desde la Organización del Conocimiento, qué herramientas de apoyo se pueden brindar para crear un ecosistema educativo inclusivo, donde cada persona tenga la oportunidad de aprender y crecer, independientemente de su situación de discapacidad.

2. METODOLOGÍA

Para lograr el objetivo de esta investigación, se consideró inicialmente necesario realizar una revisión bibliográfica sistemática sobre los temas en cuestión, a saber: discapacidad, inclusión educativa y organización del conocimiento.

La búsqueda de material bibliográfico sobre estos temas y su combinación se realizó en ResearchGate, Google Académico y el portal Timbó FOCO.

La bibliografía obtenida de la combinación de temas fue muy limitada, y cada tema individual proporcionó una gran cantidad de documentos. Ante esta situación, se entendió que la manera de proceder para obtener mejores resultados sería realizar una investigación documental, entendiéndose como:

> *Un conjunto de métodos y técnicas para investigar, procesar y almacenar la información contenida en documentos, en primer lugar, y la presentación sistemática, coherente y suficientemente argumentada de nueva información en un documento científico, en segundo lugar* (Tancara 1993, p. 91).

Acorde con lo planteado, Cea D'Ancona (1996) hace referencia a las fuentes de información secundarias, lo cual se aplica en este caso ya que la investigación «se limita al análisis de datos recopilados por otros investigadores, con anterioridad a la investigación».

En consecuencia, se decidió abordar la Organización del Conocimiento desde una perspectiva más amplia, siempre en el contexto de la discapacidad y la inclusión educativa.

Una vez seleccionados los documentos considerados relevantes y representativos, se analizó la información y se desarrollaron los aspectos más relevantes.

3. ENTENDIENDO LOS CONCEPTOS: DISCAPACIDAD E INCLUSIÓN EDUCATIVA

3.1. Discapacidad

La discapacidad, tal como la define la *Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad* (ONU 2006), no es una condición inherente a la persona, sino el resultado de la interacción entre las deficiencias individuales y las barreras que el entorno impone. Estas barreras pueden ser de diversa índole: físicas, actitudinales, pedagógicas, entre otras.

> *La discapacidad es un concepto que evoluciona y que resulta de la interacción entre las personas con deficiencias y las barreras debidas a la actitud y al entorno que evitan su participación plena y efectiva en la sociedad, en igualdad de condiciones con las demás* (ONU 2006).

Desde el área de la terminología la forma más adecuada al referirse a personas con discapacidad se propone el uso de «persona con discapacidad», enfatizando su calidad de persona y sujeto de derecho o «persona en situación de discapacidad», que busca visibilizar las barreras sociales que generan desventaja y desigualdad para estas personas.

Haciendo uso de esa terminología, se busca eliminar términos peyorativos, resaltando su dignidad y derechos, y se invita a reflexionar sobre cómo la sociedad construye situaciones de discapacidad a través de barreras físicas, sociales y actitudinales.

3.1.1. Algunos porcentajes y datos a considerar

La Organización Mundial de la Salud brinda información cuantitativa sobre Discapacidad. En su página *web*, dice:

> *Según el Informe Mundial sobre la Discapacidad, alrededor del 15% de la población vive con algún tipo de discapacidad. Las mujeres tienen más probabilidades de sufrir discapacidad que los hombres y las personas mayores más que los jóvenes* (Organización… 2025).

A su vez, en otro informe se había mencionado que, de 52 países, 17 están aplicando planes nacionales de discapacidad y rehabilitación, y 25 tienen una legislación específica sobre la discapacidad. Sin embargo, 341 países han ratificado la

Convención de las Naciones Unidas sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. La diferencia numérica es contundente, demostrando que aún queda mucho por hacer (Organización… 2014).

3.2. Inclusión educativa

La inclusión educativa implica crear un ambiente donde todos los estudiantes puedan participar y aprender en igualdad de condiciones, como dice Sánchez (2025), «esto no significa que todos hagan lo mismo, sino que cada estudiante llegue a su máximo potencial dentro de sus capacidades».

> *La educación inclusiva puede ser concebida como un proceso que permite abordar y responder a la diversidad de las necesidades de todos los educandos a través de una mayor participación en el aprendizaje, las actividades culturales y comunitarias y reducir la exclusión dentro y fuera del sistema educativo.* […] *El objetivo de la inclusión es brindar respuestas apropiadas al amplio espectro de necesidades de aprendizaje* (UNESCO 2005, p. 14).

En base a estas definiciones se puede decir que, la inclusión educativa busca responder a la diversidad de necesidades de todos los estudiantes, promoviendo la participación en el aprendizaje y reduciendo la exclusión. Por ende, surge la necesidad de contar con políticas inclusivas, con protocolos, adaptaciones en los salones, en los materiales de estudio y recreación, de capacitación a los docentes y personal administrativo o profesional de la institución.

4. ACCESIBILIDAD INTEGRAL EN BIBLIOTECAS

En un lugar pensado y creado para brindar servicios a sus usuarios, como es la biblioteca, es necesario que el personal tenga conocimiento y sea consciente de las necesidades específicas de las personas en situación de discapacidad. Para que el trato sea igualitario a todos los usuarios, es imprescindible pensar en la inclusión de personas con discapacidad. Es necesario integrar a la persona, y adaptar los servicios según cada situación.

Una forma de acercar al profesional al tema de la inclusión y la discapacidad es a través del aprendizaje, es decir, capacitarse para entender cómo integrar personas con discapacidad en su biblioteca. A través de clases de formación sobre los distintos tipos de discapacidad, el personal de la biblioteca puede adquirir los conocimientos necesarios que plantea Sánchez (2025), donde se enseña cómo trabajar en cada caso según la discapacidad que tenga la persona.

Sin embargo, este tema se viene tratando desde hace mucho tiempo, el Ministerio de Educación, Política Social y Deporte del Gobierno de España publicó en el 2008

un documento titulado: *Bibliotecas accesibles para todos: pautas para acercar las bibliotecas a las personas con discapacidad y a las personas mayores*. Luego en el 2011 publicó la segunda edición y es tal vez el documento más completo sobre el tema. En el mismo se aborda el tema de la accesibilidad en las bibliotecas, según el tipo de discapacidad (España 2011).

En el caso de personas con discapacidad intelectual menciona que se puede realizar un taller ocupacional para facilitar el acceso y uso de los servicios bibliotecarios. Esto implica un proceso gradual que se inicia con actividades sencillas de búsqueda y uso de material bibliográfico en distintos formatos, observando la evolución y adaptación en cada caso, hasta que la persona logre su autonomía.

Para personas ciegas, se debe colocar señalética en braille y/o audible, contar con lectores de pantalla y aplicaciones que faciliten la búsqueda y recuperación de información. El material debe ser adaptado muchas veces a un formato legible por máquina, y/o disponer de libros sonoros y en braille.

Para personas con baja visión o distintas patologías vinculadas a la discapacidad visual, además de adaptar la señalización, iluminación y lectores de pantalla, se debe contar con equipamiento o *software* de ampliación de caracteres y material en formatos alternativos.

En el servicio de atención a personas sordas es necesario contar o adaptar materiales audibles o audiovisuales, con la transliteración del contenido sonoro, y contar con el apoyo de un intérprete de lengua de signos ya sea presencial o virtual.

Además, hay que tener en cuenta las barreras edilicias (acceso al edificio, salas, estanterías) y los prejuicios y dificultades en la interacción entre el personal y los usuarios, por eso es necesario la capacitación de todos los actores implicados

En resumen, el texto destaca la importancia de la accesibilidad en bibliotecas desde una perspectiva integral, que abarca tanto a usuarios como a profesionales. Se presentan ejemplos concretos de buenas prácticas y se ofrecen recomendaciones para mejorar la inclusión de personas con discapacidad en estos espacios.

Existen otras guías y documentación que hacen recomendaciones generales sobre los servicios que debe brindar una biblioteca para que sea accesible y artículos como el de Domingo Pàmies, Rey Martín y Rodríguez Parada (2021) que brinda un completo listado de servicios que brindan las bibliotecas de las universidades públicas catalanas. Sin embargo, en una entrevista a una estudiante de posgrado ciega (García Caballos, 2023), aparecen algunas limitantes de acceso e inclusión educativa al incorporarse en una Universidad, pese a que el personal de biblioteca se ha capacitado no recibió el apoyo necesario por no acercarse a la persona directamente y preguntar cuáles eran sus necesidades.

En Chile, un documento elaborado por CABID – Comisión Asesora Permanente de Bibliotecas y Documentación (2024), también trata el tema de la accesibilidad en

las bibliotecas, haciendo énfasis en la incorporación de títulos en formatos accesibles en la colección, «talleres de competencias informacionales y digitales en lengua de señas, escritos accesibles» (Comisión… 2024, p. 35), la existencia de un repositorio inclusivo, y sitio web accesible.

En la Universidad Nacional de La Plata, Argentina, Corda y Ferrante (2014, p. 1), comentan sobre las barreras que enfrentan los usuarios y las soluciones implementadas. En el mismo, se presentan los resultados de una encuesta realizada sobre la biblioteca, información, espacio, productos y servicios accesibles, así como las acciones tomadas desde las bibliotecas.

Unos años después, Martín et al. (2022) publican un artículo sobre los servicios que brindan en la Universidad Católica de Córdoba, Argentina, en el que ya se habla de políticas de accesibilidad aplicadas a la *web*, comunicación y folletería accesible, formación de los bibliotecarios, campañas de concientización, el voluntariado de digitalización y edición de textos, etcétera.

No obstante, la inquietud de crear bibliotecas inclusivas y/o accesibles, también se refleja en otro tipo de bibliotecas, es el caso de las bibliotecas escolares. A modo de ejemplo, en una escuela primaria de Buenos Aires (Otormín Gualdesi 2024), se entiende necesario adaptar un sistema de clasificación para esa institución y es recién ahí cuando en la bibliografía revisada aparece la importancia de los sistemas de organización del conocimiento, como herramientas propias de la Organización del Conocimiento que pueden contribuir a la mejora de los servicios ofrecidos.

5. APORTES DESDE LA ORGANIZACIÓN DEL CONOCIMIENTO PARA LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

Entre la literatura revisada, se pueden apreciar aquellos documentos que hacen referencia a las bibliotecas en general, los cuales son muy cautelosos al momento de entrar en detalles sobre el procesamiento de la información. Sin embargo, en el documento creado por el Ministerio de Educación, Política Social y Deporte del Gobierno de España, si bien no habla específicamente de Organización del Conocimiento, menciona «una información accesible, que evite la tecnificación excesiva, sobre los modelos de descripción y catalogación del fondo redundará en beneficio de todos los usuarios de la biblioteca» (España 2011).

Esto se debe a que son pautas generales y luego cada biblioteca aplica las herramientas que entienda necesarias para el desarrollo de las tareas internas y puesta a disposición del material. Aquí es cuando la Organización del Conocimiento desde una mirada interdisciplinaria, puede contribuir con aportes tanto para los usuarios, como los profesionales que desarrollan su tarea en estas bibliotecas. Es en este marco que se debe promover la reflexión y el debate sobre la inclusión educativa desde la Organización del Conocimiento, las herramientas necesarias para la clasificación

temática, el uso de terminología adecuada, cómo comunicar información sobre la colección y cómo dirigirse a la persona con discapacidad para conocer sus necesidades concretas.

La adaptación de los materiales, su catalogación, clasificación, indización y condensación dependerá de la colección que tenga la biblioteca, sus políticas institucionales, el tipo de usuario frecuente y las necesidades que tengan las personas con discapacidad que acceden a ella. Es aquí cuando la Organización del Conocimiento puede generar nuevo conocimiento y herramientas, adaptándose a un contexto determinado.

Pensar en desarrollar sistemas de organización del conocimiento o establecer pautas en base a los principios de clasificación y recuperación de la información para todo tipo de público y contexto, es lo que lleva a dejar lagunas en la redacción de cualquier protocolo, guía o pautas que se puedan publicar.

Cada biblioteca utilizará el sistema de organización del conocimiento (Clasificación Decimal Universal – CDU, Clasificación Decimal Dewey – CDD, Library of Congress Classification – LCC, Listas de encabezamientos de materias, Tesauros, Listas de descriptores, Anillos de sinónimos, etcétera) que mejor se adapte al contexto en el que se encuentre inmersa esa biblioteca, al tipo de dificultad que puedan tener las persona con discapacidad que allí frecuentan, y a su vez tiene que acompañar los objetivos de la institución a la que pertenece.

En este marco, es que la Organización del Conocimiento puede brindar o sugerir la utilización de determinados sistemas que pueden ser adaptados para acompañar la política institucional de accesibilidad a la información contenida en los documentos, contribuyendo así a la inclusión educativa. A su vez, el buen desarrollo de un sistema que permita conocer qué información hay en la biblioteca, y el poder acceder de manera sencilla por parte de las personas con discapacidad, es una forma de marcar presencia de que en ese lugar existen políticas de inclusión educativa que se ven reflejadas en el servicio.

Cuando se desarrolla un sistema de organización del conocimiento también debe de seguir las pautas conocidas como de accesibilidad, a modo de ejemplo, si se está ante el desarrollo de un tesauro online, debe cumplir con los parámetros ya estipulados para el entorno web, la posibilidad de ser correctamente leído por un lector de pantalla, que su navegabilidad sea intuitiva, incluso su redacción se abstenga de tener signos y símbolos ilegibles por el lector de pantalla o la inteligencia artificial.

En aquellos documentos que contengan imágenes, estas deben de estar descritas en texto alternativo para facilitar su lectura, identificación y recuperación a quien consulta esa herramienta de trabajo.

Al hablar de discapacidad e inclusión educativa, por lo general se piensa en el usuario final, dando por obvio que todos los profesionales de la institución que están

a cargo de la biblioteca no son personas con discapacidad. Sin embargo, pueden los profesionales también ser personas con algún tipo de discapacidad ya sea de nacimiento o adquirida. Entonces, al tratar estos temas tan sensibles, hay que pensar en ambas partes.

Los sistemas de organización del conocimiento deberían ser accesibles e incluirlos en la formación académica, para que realmente se pueda hablar de inclusión educativa.

En este sentido la capacitación de los profesionales implica pensar la accesibilidad e inclusión educativa desde una visión más amplia, donde el profesional con discapacidad no se sienta excluido, sino que forme parte del equipo y pueda hacer aportes desde su perspectiva. Esto bien podría ser otro tema para desarrollar.

6. RESULTADOS

A modo de resultados de esta investigación, se desprende que desde la Organización del Conocimiento se puede promover la reflexión y el debate sobre discapacidad e inclusión educativa.

La Organización del Conocimiento puede asumir un papel importante al momento de generar nuevo conocimiento y herramientas, para que las bibliotecas sean inclusivas en lo práctico y que esto se refleje en el contexto.

Desde la Organización del Conocimiento se puede brindar asesoramiento y apoyo técnico para la mejora de los servicios que reciben a personas con discapacidad.

Con clasificar e indizar haciendo uso de sistemas de organización del conocimiento actualizados, no alcanza. Como profesionales debemos pensar más allá de lo cotidiano, la teoría hay que llevarla a la práctica. Mucho de lo que se enseña en los cursos de capacitación para trabajar con personas en situación de discapacidad, se puede y debe aplicar a las distintas circunstancias y realidades de la vida profesional.

Desde las bibliotecas se puede contribuir en la adaptación de los documentos existentes en la colección a través de diferentes canales y formatos inclusivos.

Es inminente la necesidad de explorar, conocer, hacer uso y aplicar nuevas tecnologías al momento de la elaboración de guías, manuales y programas de formación de usuarios, haciendo uso de un lenguaje adecuado y con materiales adaptados a los distintos tipos de discapacidad.

CONCLUSIONES

En base a la investigación realizada, es de destacar, que la necesidad de adaptación de las bibliotecas para brindar servicio a todos los usuarios por igual hoy presenta desafíos.

La discapacidad e inclusión educativa deberían de estar presentes como temas centrales en los centros educativos, en los servicios que se brindan y sobre todo en las políticas institucionales.

Las personas con discapacidad tienen derecho a la educación y a ser tratado en igualdad de condiciones al momento de acceder a la información y trabajar con documentación que debe estar en el formato adecuado según cada situación.

Desde la Organización del Conocimiento es necesario invitar a los profesionales a la reflexión sobre los desafíos que se generan, las barreras sobre las cuales hay que trabajar para su eliminación y la preparación que debe tener el personal para acompañar ese proceso.

Todas las personas pueden tener algún tipo de discapacidad en algún momento de su vida, de ahí la importancia de entender la necesidad de un trato respetuoso, en un entorno inclusivo que pueden ser generados por las bibliotecas.

Es necesario sensibilizar a la comunidad bibliotecaria respecto a la importancia de la inclusión educativa y la necesidad de su capacitación, así como conocer y hacer difusión sobre los aportes que puede realizar la Organización del Conocimiento como área interdisciplinaria en estos contextos.

REFERENCIAS

CEA D'ANCONA, M., 1996. *Metodología cuantitativa. Estrategias y técnicas de investigación social*. Madrid: Síntesis.

COMISIÓN ASESORA PERMANENTE DE BIBLIOTECAS Y DOCUMENTACIÓN, 2024. *Guía para bibliotecas universitarias chilenas: principios fundamentales* [En línea]. Santiago, Chile: Consejo de Rectoras y Rectores de Universidades Chilenas, Comisión Permanente Asesora de Bibliotecas y Documentación [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://cabid.cl/wp-content/uploads/2025/03/Guia_para_bibliotecas_universitarias_chilenas.2024.pdf?fbclid=IwY2xjawJhzUZleHRuA2FlbQIxMAABHmPbLY_U-_y2UwSKCr3rzjF2vY12fTkZEw9sI84N9lEZD9us2KPYj9Hkfm4z_aem_B_3czMm7iuIGviqB5jvwgA.

CORDA, María C., y Mariana FERRANTE, 2014. Servicios bibliotecarios accesibles para personas con discapacidad visual en la Universidad Nacional de La Plata, Argentina. *e-Ciencias de la Información* [En línea]. **4**(1), 1-21 [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7218/pr.7218.pdf.

DOMINGO PÀMIES, David, Carina REY MARTÍN, y Concepción RODRÍGUEZ PARADA, 2021. Servicios accesibles a todos los usuarios en las bibliotecas universitarias españolas: estado de la cuestión. *Investigación bibliotecológica* [En línea]. **35**(89), 33-50 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2021.89.58426.

ESPAÑA. Ministerio de Educación, Política Social y Deporte, 2011. *Bibliotecas accesibles para todos: pautas para acercar las bibliotecas a las personas con discapacidad y a las personas mayores* [En línea]. 2.ª ed. Madrid: Ministerio de Educación, Política Social y Deporte [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://www.cultura.gob.es/dam/jcr:e1570b86-5609-42d8-9e4f-e760fd773392/bibliotecas-accesibles-para-todos.pdf.

GARCÍA CABALLOS, Natalia, 2023. Discapacidad visual y bibliotecas universitarias: aprendizaje de una experiencia. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios* [En línea]. **126**(jul-dic.), 116-121 [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://aab.es/wp-content/uploads/2023/12/126-BAAB-116-121.pdf.

MARTÍN, Sandra Gisela, et al., 2022. Biblioteca accesible. Servicios y experiencias del Sistema de Bibliotecas de la Universidad Católica de Córdoba. *Información, cultura y sociedad* [En línea]. **47**(dic.), 125-137 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.34096/ics.i47.12033.

ONU, 2006. *Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad* [En línea]. Sexagésimo primer período de sesiones de la Asamblea General mediante la resolución A/RES/61/106 [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://www.ohchr.org/es/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-persons-disabilities.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Organización Panamericana de la Salud, 2025. *Discapacidad* [En línea]. OMS, PAHO. [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://www.paho.org/es/temas/discapacidad.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Organización Panamericana de la Salud, 2014. *CE154/14 – Plan de Acción sobre Discapacidades y Rehabilitación* [En línea]. Washington, D.C: PAHO [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://iris.paho.org/handle/10665.2/4624.

OTORMÍN GUALDESI, Tatiana, 2024. Accesibilidad a las colecciones en una biblioteca escolar de nivel primario: uso adaptado del sistema de clasificación decimal Dewey en conjunto con la imagen y el color. En: *VII Jornadas de Intercambio y Reflexión acerca de la Investigación en Bibliotecología* [En línea]. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/180582.

SÁNCHEZ FUENTES, Sergio, 2025. *Aplicando el Diseño Universal para el Aprendizaje bajo el prisma de la educación inclusiva* [En línea]. Udelar: Facultad de Psicología [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=DBXG7omO9J0.

TANCARA, Constantino, 1993. La investigación documental. *Temas Sociales* [En línea]. 17, 91-106 [consult. 2025-07-01]. Disponible en: http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0040-29151993000100008.

UNESCO, 2005. *Guidelines for inclusion: ensuring access to education for all* [En línea]. Paris: UNESCO [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000140224.

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DIGITAL NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL *PANTHEON* DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS ACESSÍVEIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ANA PAULA LIMA DOS SANTOS*
ELISABETE GONÇALVES DE SOUZA**

Resumo: *Objetivo: Analisar aspectos de acessibilidade em ambientes digitais aplicados à organização da informação, buscando identificar se os critérios estabelecidos pelos padrões World Wide Web Consortium (W3C) estão sendo observados no repositório Institucional* Pantheon *da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como se os documentos depositados são acessíveis. Metodologia: Trata-se de pesquisa exploratória e aplicada, cujos procedimentos envolveram: análise da página do* Pantheon *para avaliar os recursos de acessibilidade disponíveis, aplicação do* Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios *e realização de teste com 10 documentos para verificar se são acessíveis. Resultados: Apresenta os repositórios como ferramentas de metainformação cujas funcionalidades estão em constante aprimoramento para promover a igualdade de acesso, tanto à informação quanto aos recursos multimídia disponíveis. Conclusão: Conclui com recomendações com vista à observância das normativas legais, aplicação dos princípios W3C, e inclusão de recursos de Tecnologias Assistivas que otimizem a acessibilidade, como aumento e diminuição de fontes, entre outros.*

Palavras-chave: *Acessibilidade digital; Repositório institucional; Pessoas com deficiência; Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

Abstract: *Objective: Analyze accessibility aspects in digital environments applied to information organization, aiming to identify whether the criteria established by the World Wide Web Consortium (W3C) standards are being observed in the* Pantheon *institutional repository of the Federal University of Rio de Janeiro, as well as whether the deposited documents are accessible. Methodology: This is an exploratory and applied research study, whose procedures involved: analyzing the* Pantheon *page to assess the available accessibility features, applying the* Accessibility Evaluator and Simulator for Websites*, and conducting a test with 10 documents to verify their accessibility. Results: It presents repositories as metainformation tools whose functionalities are constantly being improved to promote equal access to both information and available multimedia resources. Conclusion: The study concludes with recommendations for compliance with legal regulations, the application of W3C principles, and the inclusion of Assistive Technology resources to enhance accessibility, such as text size adjustments, among others.*

Keywords: *Digital accessibility; Institutional repository; People with disabilities; Federal University of Rio de Janeiro.*

---

* Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil. Email: ap_lima@id.uff.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5238-4454.
** Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil. Email: elisabetegs@id.uff.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9707-6017.

INTRODUÇÃO

Este trabalho relata os resultados de pesquisa de doutorado defendida em 2024 no programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, com temática voltada para acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no âmbito das bibliotecas universitárias de instituições federais de ensino superior localizadas no estado do Rio de Janeiro (Santos 2024). Como recorte para apresentação neste congresso escolhemos as análises referentes à avaliação do repositório institucional *Pantheon*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015-2025).

A acessibilidade digital tem se consolidado como um tema central nas discussões sobre inclusão e democratização da informação, especialmente em ambientes institucionais que armazenam e disseminam conhecimento. Nesse contexto, os repositórios institucionais desempenham um papel de grande relevância ao reunir e disponibilizar documentos acadêmicos e científicos para a sociedade. No entanto, para que esse acesso seja verdadeiramente universal, é necessário que esses ambientes atendam aos critérios de acessibilidade estabelecidos por normativas internacionais, como as diretrizes do W3C – World Wide Web Consortium (2025), e por legislações nacionais, como a *Lei Brasileira de Inclusão* (Brasil 2015).

A disponibilidade de documentos acessíveis nos repositórios institucionais garante que as produções acadêmicas e técnico-científicas de uma universidade sejam preservadas e possam ser referenciadas no futuro. Isso é essencial para a continuidade e o desenvolvimento da pesquisa, garantindo que o progresso científico seja construído sobre uma base sólida do conhecimento acumulado. Dito isto, indaga-se: o repositório *Pantheon* desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015-2025) atende os princípios de acessibilidade digital baseado nos critérios W3C. Os documentos depositados são acessíveis?

Este estudo pretende analisar a acessibilidade do repositório institucional *Pantheon*, da UFRJ, a fim de verificar se os recursos disponíveis garantem a igualdade de acesso às informações para pessoas com deficiência, tendo como objeto de análise 10 documentos da coleção de monografias (Anexo).

A pesquisa adota uma abordagem exploratória e aplicada, envolvendo a análise da interface do repositório, o uso de ferramentas avaliativas de acessibilidade e a verificação da acessibilidade de documentos depositados. Os procedimentos envolveram levantamento bibliográfico e revisão de literatura do tipo narrativa para contextualizar a abordagem. Para avaliar as funcionalidades do repositório utilizou-se o *Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios* (ASES), desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realizar a avaliação de acessibilidade de *sites* (Brasil 2014; Brasil 2023).

O ASES é um sistema gratuito disponível para *desktop* nos sistemas operacionais *Windows* e *Linux*, bem como em versão *web*, destacando-se por sua abrangência, pois

permite avaliar todas as páginas de um *site* de uma só vez, o que é particularmente relevante para pesquisas sobre acessibilidade na *web* no contexto brasileiro (Farias et al. 2016). Consoante os autores, o ASES oferece a vantagem de ser um sistema brasileiro que permite a avaliação tanto com base no modelo internacional WCAG [*Web Content Accessibility Guidelines*] quanto no modelo nacional eMAG [*Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico*], sendo por isso escolhido como a ferramenta a ser aplicada na avaliação do *Pantheon*.

Para realizar a avaliação é preciso fornecer a *Uniform Resource Locator* (URL) do *site* do repositório e clicar em «Executar». Ao fim, se obtém um relatório com porcentagens, sendo consideradas ruim as menores que 70%; regular acima de 70% até 84%; bom de 85 até 95% e maior ou igual a 95% excelente, indicando, assim, o nível de acessibilidade.

A validação automática de acessibilidade do *Pantheon* foi feita em outubro de 2023, sendo realizadas verificações no código *HyperText Markup Language* (HTML) e *Cascading Style Sheets* (CSS), tomando como parâmetro os padrões da W3C e observado seus respectivos princípios e diretrizes para fins de recuperação, acesso e usos da informação pelas pessoas com deficiência.

É importante salientar que o ASES não analisa o conteúdo das páginas, concentrando-se exclusivamente nas funcionalidades disponibilizadas, o que exigiu uma avaliação por amostragem. Para inspecionar se os documentos depositados no *Pantheon* são acessíveis foi realizado teste com 10 obras (Anexo), versando sobre acessibilidade, publicadas entre 2017 e 2023. Nesta etapa, utilizamos o *Guia de Produção de Conteúdos Digitais Acessíveis* (Francisco e Sousa 2019).

Ao abordar a acessibilidade digital como uma preocupação crescente de governos e instituições, o estudo ressalta a necessidade de adequação dos repositórios institucionais às normas vigentes, garantindo que qualquer pessoa, independentemente de suas habilidades físicas ou cognitivas, possa acessar e interagir com os recursos disponíveis. Por fim, são apresentadas recomendações para aprimorar a acessibilidade no repositório Pantheon, enfatizando a importância da adoção de boas práticas e da implementação de tecnologias assistivas e inclusivas.

1. OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS E A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ACESSÍVEL

Os repositórios institucionais (RI) são sistemas dedicados ao armazenamento e à gestão de coleções eletrônicas produzidas no âmbito das instituições. Seu objetivo é a preservação e a disponibilização de recursos, abrangendo documentos, imagens, vídeos e áudios. No contexto das universidades, os RI ampliam a visibilidade dos resultados das atividades de ensino, pesquisa e extensão, tornando-as disponíveis para toda sociedade.

Nesse aspecto, a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (LBI) é um elemento fundamental nas discussões sobre a acessibilidade a documentos em meio digital, como ocorre com os repositórios. Conforme o art. 68º da LBI, são considerados arquivos acessíveis aqueles que possam ser «reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille», cabendo ao Estado garantir a acessibilidade em todos os serviços e produtos de comunicação, incluindo o acesso a informações disponíveis em meios digitais (Brasil 2015).

Em conformidade com a LBI, os RI ao adotarem práticas se acessibilidade não o apenas cumprem as exigências legais, mas também desempenham um papel essencial na promoção da diversidade na comunidade acadêmica, garantindo que todos os grupos sociais tenham igualdade de acesso à informação. Isso implica disponibilizar descrições de imagens para pessoas com deficiência visual, legendas para vídeos para pessoas com deficiência auditiva, além de garantir que os documentos sejam compatíveis com Tecnologias Assistivas, conceito relativamente recente que se refere a um amplo conjunto de recursos e serviços destinados a melhorar ou ampliar as habilidades funcionais de indivíduos com deficiência, visando promover a independência e a inclusão em suas vidas (Bersch 2017).

A implementação de Tecnologias Assistivas e recursos de acessibilidade em *sites* e repositórios institucionais é essencial para promover a inclusão e a igualdade de acesso ao conhecimento. A Inteligência Artificial (IA) desempenha um papel fundamental nesse contexto, permitindo a criação de soluções inovadoras que atendem às necessidades de pessoas com diferentes habilidades e limitações (Sabzalieva e Valentini 2023).

Com o uso da IA é possível desenvolver recursos como reconhecimento de voz, tradução automática, expressão facial nos avatares tradutores de Libras, descrição de imagens e outras ferramentas que tornam o conteúdo acessível a uma ampla gama de usuários. Essas tecnologias não apenas facilitam o acesso ao conhecimento para pessoas com deficiências visuais, auditivas ou motoras, mas também beneficiam aqueles com dificuldades de leitura, dislexia ou outras condições que possam afetar sua interação com o conteúdo digital. Além disso, ao tornar os documentos acessíveis a todos os usuários, os repositórios digitais contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Em uma sociedade onde o acesso à informação desempenha um papel relevante no desenvolvimento pessoal e profissional, a IA na implementação de Tecnologias Assistivas e recursos de acessibilidade desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades e na eliminação de barreiras para o pleno exercício da cidadania. Assim, ao investir em soluções baseadas em IA para

tornar seus *sites* e repositórios mais acessíveis, as instituições não apenas cumprem com suas responsabilidades legais, mas também contribuem para um mundo mais inclusivo e equitativo.

Conforme discutido por Santos e Souza (2024) os avanços das tecnologias *web* vêm aprimorando os repositórios e catálogos *online*, permitindo a criação de ferramentas bibliográficas com dados interligados de acesso aberto, promovendo o enriquecimento semântico desses sistemas infodocumentários. Pesquisas usando IA, por exemplo, ajudam os profissionais a encontrarem documentos em acesso aberto e os incluírem em suas bases de dados. Trata-se de inovações na infraestrutura de informações, «em que sistemas tecnológicos complexos, como a inteligência artificial, a robótica e a telemática, são deslocados para as novas tecnologias digitais e seus dispositivos» (González de Gómez 2012, p. 48). Esses recursos aliados às tecnologias assistivas podem ser agregados aos sistemas de informação, ampliando a oferta de serviços bibliográficos para pessoas com deficiência,

As ações de acessibilidade digital aprimoradas pelo desenvolvimento das tecnologias *web* são fundamentais nos processos de representação da informação e do conhecimento, pois garantem que o conteúdo dos registros informacionais seja acessível a todos, independentemente de suas habilidades físicas, sensoriais ou cognitivas. A forma como a informação é organizada, descrita e disponibilizada influencia diretamente sua acessibilidade, pois um conteúdo bem representado permite que diferentes usuários possam interagir com ele de maneira eficaz. Nesse sentido, os conteúdos acessíveis são aqueles que atendem a padrões de usabilidade e inclusão, oferecendo alternativas para diferentes formas de interação. Isso inclui textos descritivos para imagens, legendas e transcrições para vídeos e áudios, compatibilidade com leitores de tela e opções de ajuste de contraste e tamanho de fonte. Além disso, metadados bem estruturados e padronizados facilitam a localização de materiais acessíveis em repositórios institucionais, bibliotecas digitais e outros sistemas de informação.

De acordo com Almeida Júnior (2009) toda ação de mediação vai envolver a interferência do profissional da informação «direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional» (Almeida Júnior 2009, p. 92). Nesse sentido, conforme ressaltam Santos e Souza (2024) as ações de acessibilidade digital aprimoram os processos de mediação sob dois aspectos: o implícito e o explícito, refletindo no bom e eficaz atendimento ao usuário, tanto de forma presencial como remota.

No campo das bibliotecas universitárias, desde 2004, quando foi promulgada a *Lei n.° 10.861* (Brasil 2004) que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estas unidades de informação vêm sendo avaliadas, em termos de

infraestruturas físicas e tecnológicas, incluindo seus recursos informacionais. O *Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação*, no «Eixo 3 – Políticas acadêmicas» (Instituto… 2017), destaca o oferecimento de tecnologias assistivas, ações de sensibilização, cultura organizacional inclusiva com informações em formato acessível e isso não se trata apenas da biblioteca, mas de todos os serviços e produtos gerados pelas IES (Instituições de Ensino Superior), incluindo os catálogos *online* e outras fontes bibliográficas, como os repositórios institucionais.

Considerando essas questões atemo-nos na seção seguinte a apresentar um dos repositórios institucionais avaliados em nossa pesquisa: o *Pantheon*. Para este trabalho refizemos o levantamento realizado em março de 2024, de modo a verificar se o repositório sofreu alguma modificação em sua política, assim como averiguar a quantidade de item que vem sendo gerenciado em suas coleções, e os recursos de acessibilidade disponíveis para pessoa com deficiência.

1.1. Conhecendo o *Pantheon* e seus recursos de acessibilidade digital

O *Repositório Institucional Pantheon* (RIP) foi criado em 2015 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e tem o objetivo de divulgar a produção acadêmica digital de todas as áreas do conhecimento da universidade (Fig. 1). O RIP tem gestão compartilhada, cabendo ao Sistema de Bibliotecas e Informação (SIBI) desenvolvimento e alimentação para a guarda e preservação da produção científico-acadêmica de todas as Universidades, e à Superintendência de Tecnologia de Informação e Comunicação (SuperTIC) sua implantação, hospedagem e manutenção (Universidade Federal… 2015).

Até a data deste levantamento (2025-03-27), o RIP conta com mais de 24.761 itens distribuídos por vinte quatro coleções identificadas pelo tipo de documento, sendo a maior a de Trabalho de Conclusão de Graduação, seguidas das coleções de dissertações, relatórios e teses. Quanto às políticas de submissão, é responsabilidade do autor do trabalho fornecer à biblioteca que atende à sua unidade: o arquivo final aprovado para publicação, formatado conforme o conteúdo para preservação, juntamente com o termo de autorização adequado para a publicação na Internet. Nas interfaces de pesquisa observou-se a presença de recursos de acessibilidade. Aplicando a avaliação convencional e o avaliador ASES, pode-se aferir o grau de acessibilidade destes recursos, cujos resultados descrevemos a seguir.

1.2. Análises e resultados

O repositório institucional *Pantheon* está hospedado em uma página segura, conforme as recomendações de segurança da *web* (ambiente seguro para transmissão e sigilo de dados). Conforme a Figura 1, o repositório apresenta símbolo de Libras em destaque.

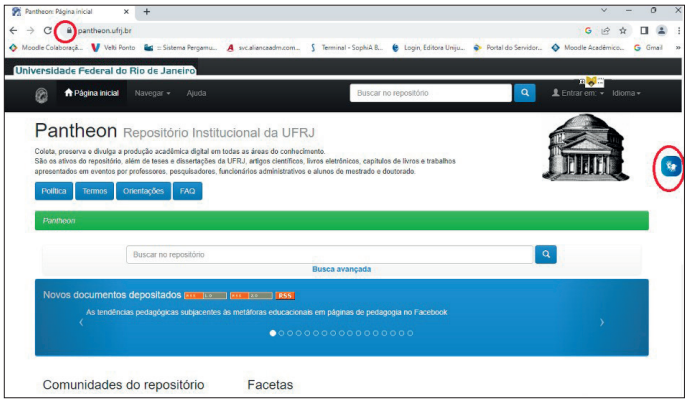


Fig. 1
Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Fonte: *Pantheon* (Universidade Federal… 2015-2025)

Durante a avaliação convencional do repositório, observamos que a navegação no *Pantheon* é eficiente, permitindo a recuperação de documentos por meio de metadados como: data do documento, nome do curso, autor, assunto, tipo de documento, orientador, assunto CNPQ, idioma, membros da banca, unidade produtora e tipo de acesso. No entanto, sentiu-se falta do filtro «documento acessível» ou outro índice que indicasse acessibilidade. A seguir elencamos alguns recursos gratuitos relevantes para pessoas com deficiência (Tabela 1).

Tabela 1. Acessibilidade digital em *sites* e repositório

Recurso	Vantagens proporcionadas	Disponibilidade
	Indica que o *site* é acessível	Recurso gratuito
#pracegover	Texto alternativo para pessoas com deficiência visual	Recurso gratuito
CONTRASTE	Aumento e diminuição de contraste	Recurso gratuito
Conversor Texto em Voz	Conversor de fala para texto	Recurso gratuito

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025

A avaliação dada pelo ASES apontou 76,46%, uma casa acima do indicador mínimo considerado pelo avaliador automático. Foram identificadas as seguintes inconsistências nos itens: a) linguagem de marcação: falta de organização do código HTML de forma lógica e semântica, uso correto dos níveis de cabeçalhos e âncoras para ir direto a um bloco de conteúdo; b) comportamento: falta de recursos acessíveis como aumento de fontes e contrastes para pessoas com deficiência visual;

c) conteúdo e informação: falta de identificação do idioma principal da página, descrição dos *links* de forma sucinta e clara, textos alternativos para imagens do sítio para pessoas com deficiência visual e associação de células de dados às células dos cabeçalhos; d) linguagem de formulário: falta associar as etiquetas aos seus campos. A seguir (Fig. 2) um resumo da avaliação feita pelo ASES:



Fig. 2
Avaliação de acessibilidade do *Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro*
Fonte: Brasil 2023

Para garantir o acesso à informação por parte das pessoas com deficiência em repositórios, é fundamental que a acessibilidade não se limite apenas ao HTML. Embora seja determinante para permitir que as pessoas cheguem até o conteúdo em PDF, a acessibilidade do próprio PDF também desempenha um papel essencial e determinante, pois sem o acesso ao conteúdo do documento não há acesso à informação.

Na análise de 10 documentos da coleção de monografias (Anexo), versando sobre a temática acessibilidade, priorizando os mais recentes, obteve-se os seguintes resultados: uma variedade de documentos relacionados ao tema, mas que não eram acessíveis, o que é indesejável considerando o assunto proposto. Conforme recomenda o *Guia de Documentos Acessíveis* (Francisco e Sousa 2019), sumários automatizados, fontes adequadas e figuras com descrições são úteis para todos os usuários, independentemente de suas necessidades de acessibilidade. No caso de pessoas com deficiência visual as descrições de figuras são essenciais para permitir que compreendam o conteúdo das imagens, sendo um dos erros apontados pelo ASES na seção «conteúdo e informação» (Fig. 2).

Compreendemos que, para cultivar uma consciência inclusiva de justiça social, é fundamental realizar uma abordagem enfática de conscientização não apenas em relação à acessibilidade do sistema, mas também ao conteúdo, visto que esses aspectos estão intrinsecamente ligados. Como vimos, o *Instrumento de Avaliação Institucional externa* (Instituto… 2017), traz indicadores de que as comissões de avaliação de cursos das IES devem observar como: a orientação para o desenvolvimento de uma cultura organizacional inclusiva, com informações em formato acessível, etc.

Documentos como LBI, ressaltam a importância de as instituições criarem um conjunto de «dispositivos destinados a assegurar e a promover, em igualdade de

condições com as demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania» (Brasil 2015, p. 1). No campo das práticas bibliotecárias ter ferramentas bibliográficas, como catálogos e repositórios com interfaces mediadas por tecnologias assistivas e a inclusão de documentos em formato acessível deveria ser uma prioridade, tendo em vista as recomendações legais e as orientações de entidades do campo educacional, como o INEP. No entanto, na leitura da política do repositório não encontramos nenhuma menção a acessibilidade, ou mesmo a orientações de criação de documentos acessíveis para o depósito no repositório (Universidade Federal… 2015).

Assim, advogamos a construção de políticas voltadas para a padronização de formatos acessíveis dos documentos depositados nos repositórios, pois além do desenvolvimento de pesquisas em acessibilidade e inclusão, a acessibilidade dos documentos também deve ser objeto de interesse e atenção. É uma perspectiva holística da acessibilidade, considerando tanto os aspectos tecnológicos quanto dos conteúdos para garantir um ambiente inclusivo e acessível nas bibliotecas.

CONCLUSÃO

Os repositórios institucionais são ferramentas de metainformação orientadas por política institucional visando organizar, preservar e difundir o conhecimento técnico-científico, o que significa que devem ter como prioridade a acessibilidade e o acesso aos documentos para todos os usuários.

A análise da acessibilidade aplicando o ASES revelou que o *Pantheon* é uma ferramenta razoavelmente acessível, obtendo em acessibilidade o percentual de 76,46% (Fig. 2). Conforme apontado, as inconsistências relativas à linguagem de marcação, comportamento, conteúdo/informação e linguagem de formulário precisam ser resolvidas. É imperativo que se estabeleçam padrões elevados de acessibilidade, bem como uma rigorosa responsabilização dos desenvolvedores de *websites* e repositórios. A acessibilidade digital à ferramenta, às suas interfaces de busca, e aos conteúdos, deve ser encarada com a devida seriedade e prioridade, principalmente pelo fato de dispormos de recursos gratuitos (Fig. 1) que podem melhorar as funcionalidades dos *sites* e repositórios, além do acesso a documentos acessíveis disponíveis em acesso aberto, que podem ser enlaçados por meio das tecnologias LOD [*linked open data*].

Entendemos que a IA pode consideravelmente contribuir para essas questões. Como destacou González de Gómez (2012), as infraestruturas de informações ao ser deslocada de sistemas tecnológicos complexos para novas tecnologias digitais e seus dispositivos, como a IA, podem integrar projetos de desenvolvimento *web*, em que os criadores de *sites* podem ajudar a garantir que pessoas com uma variedade de habilidades e necessidades possam acessar e interagir com o conteúdo *online* de maneira eficaz.

A acessibilidade relacionada ao HTML é, sem dúvida, um aspecto fundamental para garantir que o conteúdo seja apresentado de maneira acessível a todas as pessoas, independentemente de suas necessidades específicas. No entanto, a verdadeira inclusão digital vai além de cumprir apenas os requisitos técnicos. A acessibilidade de conteúdo significa tornar o próprio material, como texto, imagens, vídeos e documentos, compreensível e utilizável para todos os usuários, independentemente de suas habilidades ou deficiências.

Dado isto, finalizamos com algumas recomendações: os gestores do *Pantheon* devem se mobilizar para resolver as inobservâncias dos padrões W3C, diagnosticadas nessa investigação (Fig. 1), como a falta de recursos acessíveis, item obrigatório em *sites* do serviço público para a promoção da inclusão da pessoa com deficiência. Quanto aos documentos depositados na coleção de teses e dissertações, identificou-se a necessidade de um esforço urgente para melhorar a acessibilidade de modo a promover a igualdade de acesso à informação para todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas ou sensoriais, uma vez que nenhum documento accessível foi encontrado. Recomenda-se que o documento de Francisco e Sousa (2019) sobre a criação de documentos acessíveis, ou outro semelhante, seja disponibilizado no repositório para que os usuários depositantes saibam como criá-los e que se intensifique uma campanha de acessibilidade aos documentos digitais no âmbito da Universidade.

Como perspectivas futuras pretendemos continuar a investigação aumentando o escopo da pesquisa, bem como ampliando a investigação das temáticas abordadas.

É sabido que nem todos os repositórios das universidades brasileiras são acessíveis, avaliar boas práticas é uma forma de padronizar estes serviços. No entanto, é importante destacar que é fundamental que o repositório seja acessível de forma integral. Ou seja, além da política de gestão de dados e metadados, da incorporação de novas funcionalidades às Tecnologias Assistivas, também é de suma importância a acessibilidade dos documentos, como uso de fontes e tamanhos adequados, sumários automatizados, figuras e imagens legíveis e com audiodescrição, entre outros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de, 2009. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação* [Em linha]. **2**(1), p. 89-103 [consult. 2025-03-27]. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119300.

BERSCH, Rita, 2017. *Introdução à Tecnologia Assistiva* [Em linha]. Porto Alegre, RS: Assistiva, Tecnologia da educação [consult. 2025-03-27]. Disponível em: https://iparadigma.org.br/wp-content/uploads/Introducao-a-Tecnologia-Assistiva-1.pdf.

BRASIL. Governo Federal, 2023. *Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (ASES)* [Em linha]. Brasília, DF: Governo Federal [consult. 2025-03-10]. Disponível: https://asesweb.governoeletronico.gov.br/.

BRASIL. Leis, decretos, etc., 2015. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. *Diário Oficial da União Seção 1*. Brasília: Imprensa Nacional, 2015-07-07, (127), p. 2.

BRASIL. Leis, decretos, etc., 2004. Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Diário Oficial da União Seção 1*. Brasília: Imprensa Nacional, 2004-04-15, (72), p. 3.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2014. *eMAG Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico* [Em linha]. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão [consult. 2025-02-10]. Disponível: http://emag.governoeletronico.gov.br/.

FARIAS, Álisson de Lima, et al., 2016. Avaliação de acessibilidade nos ambientes virtuais de aprendizagem utilizando o método automático de avaliação. Em: *II CINTEDI: Congresso Internacional de Edicação Inclusiva. Anais*. Campina Grande: Realize Editora.

FRANCISCO, Manuela, e Norberto SOUSA, 2019. *Guia de produção de conteúdos digitais acessíveis* [Em linha]. 4.ª ed. Portugal: Politécnico de Leiria, Projeto EU4ALL [consult. 2025-03-23]. Disponível em: https://iconline.ipleiria.pt/entities/publication/403657cd-00a4-403f-8e95-8c6a24d0f7c3.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida, 2012. Regime de Informação: construção de um conceito. *Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa* [Em linha]. **22**(3), pp. 43-60 [consult. 2025-03-06]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345035473_REGIME_DE_INFORMACAO_construcao_de_um_conceito1.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS, 2017. *Instrumento de Avaliação institucional externa: presencial e a distância* [Em linha]. Brasília, DF: INEP [consult. 2025-03-28]. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_credenciamento.pdf.

SABZALIEVA, Emma, e Arianna VALENTINI, 2023. *ChatGPT e Inteligencia Artificial en la educación superior: Guía de início rápido* [Em linha]. Paris: UNESCO (Educación 2030) [consult. 2025-03-07]. Disponível em: https://www.consorciosthem.com/artigos/chatgpt-e-inteligencia-artificial-na-educacao-superior-guia-de-inicio-rapido.

SANTOS, Ana Paula Lima dos, 2024. *Inclusão, acessibilidade comunicacional e informacional às pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias: discussão à luz do conceito de regime de informação*. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SANTOS, Ana P. Lima dos, e Elisabete Gonçalves de SOUZA, 2024. Avaliação da acessibilidade digital no repositório institucional Hórus: uma análise sobre o acesso universal à informação acadêmica. Em: *ENANCIB. XXIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Vitória: PPGCI/UFES.

SILVA, Cláudia Ferreira da, e Carolina SACRAMENTO, 2016. *Orientações para criação de documentos acessíveis no Microsoft Word* [Em linha]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Núcleo de Acessibilidade e Usabilidade [consult. 2025-03-03]. Disponível em: http://nau.uniriotec.br/images/pdf/guia/v2-guiaWord.pdf.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2015-2025. *Pantheon Repositório Institucional da UFRJ* [Em linha]. Rio de Janeiro: UFRJ [consult. 2025-03-16]. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2015. *Resolução n. 01/2015. Regulamenta a Política de Informação do Repositório Institucional Pantheon da Universidade Federal do Rio de Janeiro* [Em linha]. Rio de Janeiro: UFRJ [consult. 2025-03-16]. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/terms/politics.jsp.

WEB OF WORLD WIDE WEB CONSORTIUM, 2025. *Web Platform Design Principles* [Em linha]. [Consult. 2025-03-12]. Disponível em: https://www.w3.org/TR/design-principles/.

Anexo. Análise da acessibilidade dos documentos depositados no *Pantheon* (Universidade Federal… 2015-2025)

Documento/título	Tipo/programa	Data de publicação	Análise	Observações
Leis de acessibilidade e o surdo: um estudo sobre legislações vigentes frente às novas tecnologias e o direito do surdo ao efetivo e amplo atendimento	Trabalho de Conclusão de Curso Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Faculdade Nacional de Direito	2023	Inacessível	Não tinha fontes e tamanhos adequados e não estava em um formato acessível. Sumário e listas de quadros não estavam automatizados e figuras sem audiodescrições.
A trajetória das audiodescrições produzidas na oficina de material adaptado	Trabalho de Conclusão de Curso Faculdade de Letras	2023	Inacessível	Apresentava um erro "Erro! Indicador não definido" no sumário e imgens sem audiodescrições.
Acessix: um checklist de conformidade de acessibilidade para profissionais de UX/UI design	Trabalho de Conclusão de Curso Escola de Belas Artes	2023	Inacessível	Não tinha fontes e tamanhos adequados e não estava em um formato acessível. Sumário e listas de quadros não estavam automatizados e figuras sem audiodescrições.
Diretrizes para elaboração de uma política para o serviço de referência: uma proposta para bibliotecas universitárias	Dissertação Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	2022	Parcialmente acessível	Possui fontes apropriadas, sumário, listas de figuras e tabelas automatizadas. Apresenta figuras em boas qualidades, porém sem audiodescrição.
Análise neuroeducativa dos recursos tecnológicos para disléxicos adultos de vida acadêmica ativa	Dissertação Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social	2021	Parcialmente acessível	Fontes e tamanhos adequados. Sumário, lista de quadros e figuras não eram automatizadas. Imagens sem descrições.
Inversão da forma de onda completa de fontes superficiais	Tese Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia	2020	Parcialmente acessível	Possui fontes apropriadas, sumário, listas de figuras e tabelas automatizadas. Apresenta figuras em boas qualidades, porém sem audiodescrição.
Análise da influência da acessibilidade na relevância dos resultados de ferramentas de busca na web percebida por pessoas com deficiência visual	Dissertação Programa de Pós Graduação em Informática	2019	Inacessível	Fontes e tamanhos inadequados. Sumário, lista de quadros e figuras não automatizadas. Imagens com baixa qualidade e sem audiodescrições.

(*continua na página seguinte*)

Documento/título	Tipo/programa	Data de publicação	Análise	Observações
Desigualdades na acessibilidade ao mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro	Dissertação Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes	2019	Parcialmente acessível	Fontes e tamanhos adequados. Sumário, lista de quadros e figuras automatizadas. Imagens de boa qualidade, mas sem audiodescrições.
Comportamento do desempenho das regiões administrativas do Rio de Janeiro em função da acessibilidade	Dissertação Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes	2019	Parcialmente acessível	Apresentava sumário e listas de quadros e figuras automatizadas, imagens sem audiodescrições. Fontes e tamanhos adequados.
Leitor de produtos para deficientes visuais	Trabalho de Conclusão de Curso Escola de Belas Artes	2017	Parcialmente Acessível	Fontes e tamanhos adequados. Sumário, lista de quadros e figuras não automatizadas. Imagens com boa qualidade e sem audiodescrições.

LITERATURA DE CORDEL E SUAS NARRATIVAS PARA VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO

SANDRA REGINA MOITINHO LAGE*
ROSANE SUELY ALVARES LUNARDELLI**
CRISTIANE FERREIRA DE MOURA***

Resumo: *Introdução: a literatura de cordel é um gênero literário popular que por meio de suas rimas, métricas, versos e, por vezes, com xilogravuras, diverte e informa o leitor. Objetivo: identificar em folhetos cordelísticos, a partir de seus títulos e narrativas, temáticas relacionadas à diversidade e à inclusão social. Métodos: pesquisa bibliográfica, qualitativa, descritiva, sem restrição temporal, de folhetos de cordel de Manoel Monteiro (1937-2014). O levantamento documental foi realizado com 160 folhetos de cordel. Resultados, conteúdos abordados: Saúde mental; Idoso; Minorias;* Bullying. *Os folhetos apresentam narrativas contemporâneas, com poder educativo e conscientizador. Conclusão: almeja-se que esta pesquisa possa contribuir para a área da Ciência da Informação, intensificar as parcerias interdisciplinares e solidificar os estudos na subárea da Organização e da Representação da Informação e do Conhecimento em uma perspectiva equitativa, justa e inclusiva.*

Palavras-chave: *Organização do Conhecimento; Representação Temática da Informação; Literatura de Cordel; Diversidade; Inclusão social.*

Abstract: *Introduction:* Cordel *literature is a popular literary genre that entertains and informs readers through its rhymes, metrics, verses and, sometimes, woodcuts. Objective: to identify themes related to diversity and social inclusion in* cordel *pamphlets, based on their titles and narratives. Methods: bibliographical, qualitative, descriptive research, with no time restrictions,* cordel *pamphlets by Manoel Monteiro (1937-2014). The documentary survey included 160* cordel *pamphlets. Results, contents covered: Mental health; Elderly; Minorities; Bullying. The pamphlets present contemporary narratives with educational and awareness-raising power. Conclusion: The aim of this research is to contribute to the field of Information Science, intensify interdisciplinary partnerships and solidify studies in the sub-area of Organization and Representation of Information and Knowledge from an equitable, fair and inclusive perspective.*

Keywords: *Knowledge Organization; Thematic Representation of Information;* Cordel *Literature; Diversity; Social inclusion.*

* Pós-Graduanda em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Brasil. Email: slage@uel.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4769-2975.
** Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Ciência da Informação (UEL) – Brasil. Email: lunardelli@uel.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5405-072X.
*** Mestranda em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Brasil. Email: moura.crisf001@uel.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0006-7082-3813.

INTRODUÇÃO

A leitura literária ocupa um papel transformador na sociedade. Vincula-se à reflexão, à imaginação, à criatividade e ao processo informacional, influenciando pensamentos, sentimentos e os relacionamentos. Mais especificamente, a literatura de cordel, gênero literário popular e patrimônio cultural imaterial brasileiro, por meio de rimas, métricas e versos jocosos, sensibiliza, diverte e informa o leitor. No cordel diversos temas são encontrados, possibilitando interações sociais, históricas, intelectuais e emocionais. Dentre a infinidade de temáticas que a literatura de cordel oferece, estão as narrativas pertinentes ao reconhecimento da singularidade e da valorização das diferenças, evidenciando questões e fatos do cotidiano, que compõem uma sociedade globalizada e multifacetada, tais como: etnia, idade, classe social, entre outros. Atualmente, os folhetos de cordel integram coleções de bibliotecas escolares, universitárias e de bibliotecas especializadas. Nesse sentido, ressalta-se a importância da organização desses acervos, com a extração de palavras e expressões que possam representar o principal assunto ou o conteúdo dos folhetos para que possam, no momento oportuno, serem acessados ou recuperados. Diante do exposto, definiu-se como problema deste estudo: Como estão representados, em folhetos de cordel, os conteúdos relacionados à promoção do respeito e da inclusão, independente de suas diferenças? Em decorrência, propôs-se como objetivo, identificar em folhetos cordelísticos, a partir de seus títulos e narrativas, temáticas relacionadas à diversidade e à inclusão social. O estudo justifica-se, pois, ao contribuir para a formação do leitor, a literatura cria condições para o desenvolvimento intelectual, bem como, oportuniza a emancipação, em todos os sentidos e, portanto, humaniza seus leitores. A literatura de cordel, uma vez organizada, expressa significados de culturas e contextos sociais específicos, possibilitando sua disseminação, desde que seu conteúdo esteja representado, tematicamente, de forma alinhada aos processos de busca dos usuários — para quem a informação, respeitosamente, deve ser tratada e veiculada. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e descritiva. Sem restrição temporal, optou-se pela delimitação autoral de obras de Manoel Monteiro (1937-2014). A escolha do cordelista deve-se a sua representatividade no cordel brasileiro, na produção de temas que abarcam a responsabilidade ética, social e informacional. De posse de 160 folhetos de cordel, o levantamento documental foi realizado. Para tanto, quatro folhetos foram utilizados para o estudo, intitulados: *Novos tempos para o doente mental: "Cuidar sim – Excluir não"*; *O Brasil do idoso – um país de cabelos brancos*; *A revolta dos pretos – das putas, dos gays, dos pobres*; *Brincar de bullying? É… besteira!*. Os resultados encontrados nos folhetos de cordel analisados, são de conteúdos muito abordados na contemporaneidade, a saber: 1) Saúde mental: a forma como o indivíduo reage às exigências da vida e sociedade e como se harmoniza aos seus desejos, capacidades

e emoções; 2) Idoso: a sobrevivência do idoso e o processo de envelhecimento na sociedade; 3) Minorias: os grupos sociais, historicamente excluídos do processo da garantia dos direitos básicos; 4) *Bullying*: o ato de ridicularizar, discriminar e disseminar infâmias ou brincadeiras de mal gosto. Os resultados indicam que os folhetos de cordel, narram situações cotidianas voltadas para o ser humano. Encontram-se nas narrativas do escopo «diversidades», as concepções de valor, ética e de inclusão social. Destacam-se conteúdos alusivos às causas sociais, respeito às diferenças, igualdade de direitos e a equidade em busca de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos tenham a proteção dos direitos fundamentais, as mesmas oportunidades e entendam suas responsabilidades, seus direitos e deveres. Consequentemente, os folhetos de cordel apresentam narrativas com poder educativo e conscientizador. No que tange à recuperação desses materiais, destaca-se a função da Organização do Conhecimento e seus enfoques, no âmbito da Ciência da Informação, atuando e ampliando sua prática e fortalecendo a responsabilidade social da área. Conclui-se que a literatura faz da palavra o seu principal objeto informativo, transpondo seu leitor para um universo em que se torna possível, obter informação e usufruir do conhecimento que porventura foi, ou será, adquirido. A literatura de cordel constitui um dos principais documentos relacionados às raízes culturais do Brasil. Atua como instrumento de mediação de assuntos do interesse do povo, ou seja, dentro da cultura popular com a responsabilidade de promover o compartilhamento informacional, ao contemplar variadas culturas. Com o intuito de disseminar os folhetos de cordel, torna-se relevante fomentar estudos que evidenciem os aportes teóricos e metodológicos da Ciência da Informação, a relevância da Representação da Informação registrada e seu fazer ético, inclusivo. Importante identificar o conteúdo temático da obra: seja por intermédio da extração de frases, palavras ou expressões, que façam sentido e respeitem a multiplicidade humana em todas suas formas. Almeja-se que esta pesquisa, além de contribuir para a área da Ciência da Informação, possa intensificar as parcerias interdisciplinares e solidificar os estudos na subárea da Organização e da Representação da Informação e do Conhecimento em uma perspectiva inclusiva.

1. A REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO

A representação no contexto da Ciência da Informação, se «amplia como campo que abrange estudos teóricos e aplicados que objetivam tornar o uso e a apropriação do conhecimento produzido, considerando questões éticas e socioculturais», tendo como meta disponibilizar à sociedade os registros informacionais, processos, produtos e instrumentos (Santos 2020, p. 46). Na Representação da Informação, mencionam Fujita, Rubi e Boccato (2009) que a Representação Temática é um processo organizacional e intelectual, que por intermédio da análise de assunto, «tem

o objetivo de propiciar o entendimento do conteúdo, para produzir a informação documentária que será disponibilizada» (Sousa 2013, p. 139). A autora explica que a Representação Temática contribui para que o assunto dos documentos seja identificado de forma condizente e determina critérios para a recuperação informacional. Por outra perspectiva, Rabelo e Pinto (2019, p. 67) afirmam que a Representação Temática «tem como objetivo extrair ou associar os assuntos que melhor representam os conteúdos ou as temáticas registradas nos documentos, de modo a identificá-los de forma particular em meio a outros documentos». Torna-se imprescindível, para concretizar a Representação Temática, a participação, a conjunção de três aspectos: o autor do documento a ser analisado; o profissional da informação que organiza e representa os assuntos no documento; e o usuário, consumidor da informação registrada.

2. A LITERATURA DE CORDEL

Ao contribuir para a formação do leitor, a literatura o humaniza e cria condições para seu desenvolvimento intelectual. Além de relacionar «fatos eminentemente associativos; obras e atitudes que exprimem certas relações dos homens entre si, e que, tomadas em conjunto, representam uma socialização» (Candido 2006, p. 147). Os textos do gênero literário representam a realidade em perspectivas sociais, culturais, históricas, religiosas, assim como políticas. A representação cultural e social está presente na literatura popular a partir de uma variedade de informações. Neste sentido, a literatura popular em verso, a Literatura de Cordel de forma lúdica e acessível financeiramente, contribui para informar e conscientizar o público leitor. Como descrevem Gaudêncio e Albuquerque (2017, p. 136): «Os textos produzidos nos folhetos conseguem descrever realidades». Para tanto, Melo (2010, p. 93) conceitua «o cordel, uma tradição que se refaz» e ao se materializar em uma nova formulação, compreende-se a «inserção do cordel no mundo contemporâneo, as práticas sociais relacionadas a essa poética». Pode-se entender que: «A potência do cordel reside na capacidade de estar relacionado com informações e práticas culturais de seu tempo» (Melo 2010, p.100). Ao parafrasear Melo (2010), a capacidade e a potência do cordel residem na preservação de sua cultura, ao romper e manter tradições, e sobretudo, em informar. Uma potência que inquieta, encanta e representa.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Para identificar em folhetos cordelísticos, títulos e narrativas de temáticas relacionadas à diversidade e à inclusão social, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, descritiva, sem restrição temporal de cordéis de Manoel Monteiro da Silva (1937-2014). Considerado um dos mais significativos cordelistas do Brasil,

Manoel Monteiro era natural de Bezerros (PE, Brasil), radicado em Campina Grande (PB, Brasil) e teve a Literatura de Cordel como um dos meios de sobrevivência. Profissional das letras, de temas diversos, com surpreendente objetividade, trouxe em seus escritos forte perspectiva social de temas que abarcam a ética e a informação (Nogueira 2014). Ressaltava o poeta, que a responsabilidade, o desvelo e a autocrítica são atribuições indispensáveis ao escrever um cordel. Entre as obras de Manoel Monteiro existem narrativas que expõem «conflitos cuja origem está nas desigualdades, nas explorações, nas concentrações da riqueza, nas agressões e nos preconceitos entre indivíduos e grupos» (Lage 2023, p. 153). O levantamento documental foi realizado de posse de 160 folhetos do cordelista. Por certo, outros cordéis poderiam ser selecionados. No entanto, optou-se pela investigação de 4 obras, de conteúdos sociais considerados necessários e oportunos, diante das características e diferenças existentes entre os seres humanos.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para responder ao questionamento e objetivo do estudo, serão apresentados os 4 folhetos de cordel do poeta Manoel Monteiro, cujas narrativas relacionam-se ao respeito, à diversidade e à inclusão social. Além das temáticas, identificam-se os títulos, ano de publicação, palavras e expressões representativas extraídas dos cordéis e algumas estrofes (não sequenciais) pertinentes a cada folheto. Assim como, citações de bases teóricas sustentando às narrativas cordelísticas.

4.1. Saúde mental

Tabela 1. Representação temática: saúde mental

Título do folheto	Palavras e expressões representativas
Novos tempos para o doente mental: "Cuidar sim – Excluir não" (Monteiro 2004).	Ansiedade; distúrbios mentais; emocional; humanizar; isolamento; letargia; psicológicos; psiquiátrico; terapia; trauma.

Fonte: Elaborado pelas autoras

A saúde mental, um direito humano relaciona-se à forma como o indivíduo reage às exigências da vida e ao modo como se harmoniza aos seus desejos, ambições, ideias e emoções. Manoel Monteiro cita em seus versos:

> *A mente humana tem asas*
> *E anseios de voar*
> (Monteiro 2004).

A valorização da humanização da saúde mental é objeto de atenção por parte de profissionais de saúde e equipes multidisciplinares, com o objetivo de promover o acolhimento e a reinserção social (Brasil 2022).

Trocou-se as grades do hospício
Por um gesto inovador
Aonde os familiares
Fossem ajudar ao Doutor
(Monteiro 2004).

Situações cotidianas podem levar uma pessoa a transtornos mentais e problemas de bem-estar, tais como: condições de trabalho, exclusão social, dificuldades financeiras, falta de segurança, conflitos familiares, entre outros. Manoel Monteiro afirma:

Hoje os especialistas
Já têm plena consciência
Que os distúrbios mentais
Poderão ser consequência
Do estresse progressivo
Do pavor da violência

Do corre-corre diário
Sem tempo de refazer
As energias perdidas
E assim, sem perceber,
(Monteiro 2004).

Alguns hábitos saudáveis que ajudam a manter a saúde mental, tais como: um tratamento médico e terapêutico adequado, manter o físico e o intelectual ativos, boa alimentação, entre outras estratégias salubres.

4.2. Idoso

Tabela 2. Representação temática: idoso

Título do folheto	Palavras e expressões representativas
O Brasil Idoso – um país de cabelos brancos (Monteiro 2005).	Ancião; asilo; envelhecer; exclusão; idade; medicina; memória; ostracismo; reclusão; velhos.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Ao considerar que: «Envelhecer é um processo natural que caracteriza uma etapa da vida do homem e dá-se por mudanças físicas, psicológicas e sociais que acometem de forma particular» (Mendes et al. 2005, p. 423). No entanto, o poeta Manoel Monteiro (2005) elucida que: «O elixir da eterna juventude é manter o corpo e a mente em movimento». A Organização Mundial de Saúde (2005) observa que uma pessoa idosa em países em desenvolvimento tem mais de 60 anos e em países desenvolvidos mais de 65 anos. Nesse cenário, a população mundial com mais de 60 anos passará para dois bilhões até 2050 (Organização… 2022b). Monteiro pontua:

Ontem se vivia de 45 à 50
Mas a medicina foi
Progredindo e se comenta
Que evado vida ativa
Tem-se uma expectativa
De vida perto de 80
(Monteiro 2005)

A qualidade de vida e o envelhecimento saudável dependem de uma visão mais ampla e precisa a respeito dos fatores que influenciam o cotidiano do idoso (Mendes et al. 2005). Participa-se que, independentemente de casos de doença, os idosos precisam de ajuda, assistência e de familiares. O convívio com a família, e «em sociedade permite a troca de carinho, experiências, idéias, sentimentos, conhecimentos, […] de afeto» (Mendes et al. 2005, p. 416). Nesse contexto, o poeta elucida:

Antigamente um idoso
Era a voz da experiência
Que havia acumulado
Durante toda existência […]

A idade traz consigo
Certas modificações:
Neve pra os cabelos raros,
Rugas pintam nas feições,
A voz sumida e tremente
Deixa a alma do "valente"
Suscetível às emoções…
(Monteiro 2005)

Importante que o idoso esteja «envolvido em atividades ou ocupações que lhe proporcionem prazer e felicidade» (Mendes et al. 2005, p. 426), para que possa se sentir útil:

Quanto menos dependermos
Mais felizes viveremos
Nosso patrimônio é
O amor próprio que temos
(Monteiro 2005)

Políticas públicas devem garantir os direitos à habitação, renda e alimentação e «desenvolver ações voltadas às necessidades específicas da população idosa» (Veras e Caldas 2004, p. 427).

4.3. Minorias

Tabela 3. Representação temática: minorias

Título do folheto	Palavras e expressões representativas
A Revolta dos pretos – das putas, dos gays, dos pobres (Monteiro 2011).	Desigualdade; desumanos; equitativos; discriminação; excluídos; lupanares; miscigenado; miséria; preconceito; sincretismo.

Fonte: Elaborado pelas autoras

O princípio da isonomia significa que todos são iguais perante a Lei, sem qualquer distinção «garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade» (Brasil 1988, art.º 5º). Assim, o poeta narra:

Minorias! Vão em frente!
Façam mais do que foi feito
Sabendo que seu Direito
Vencer a desigualdade,
Se quisermos, poderemos,
(Monteiro 2011)

Grupos ou pessoas enfrentam determinados obstáculos por fatores biológicos, étnicos, identidade de gênero, religiosos, raciais, culturais, orientação sexual e estigma social. Com a discriminação incorporada, as manifestações assumem formas, as quais geram espaços de poder e exclusão de segmentos e comunidades e «expõem pessoas a constrangimentos, atingidas em sua dignidade humana» (Cordeiro e Ferreira 2009, p. 357).

Mercantilistas do amor
Meninas que são meninos
Homens que são femininos
E os escravos da cor, sejam do jeito que for
Têm, Dever e tem Direito
(Monteiro 2011)

Munanga (2015) descreve que o Brasil é um país das diversidades étnicas e culturais de indígenas, colonizadores portugueses, africanos escravizados, imigrantes asiáticos e europeus que formam as raízes culturais. Segundo Munanga (2006, p. 53) o problema não está na raça, mas «está no racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente». Nesse contexto, Manoel Monteiro versa:

Moreno, zambo, mestiço,
Gazo, ruzagá, mulato,
BRANCO, preto e correlato
O Brasil é feito disso, […]
Todo esse sincretismo […]
Quem é tão miscigenado
Não pode ter elitismo.
(Monteiro 2011).

Manoel Monteiro (2011) chama a atenção com relação aos desníveis nas condições econômicas e sociais de grupos minoritários. O reconhecimento e a garantia de direitos têm emergido sobretudo, para questões da diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade:

Preto e pobre é sem Direito
À habeas-corpus, sursi
E ver pesar sobre si
A "culpa" de ser suspeito, […]
O salário que se paga […]
Mesmo ele sendo melhor
Na ocupação da vaga,
A competência se apaga
Pela discriminação,
(Monteiro 2011).

Tal fato constata-se pela «ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade» (Carmo e Guizardi 2018, p. 2). Manoel Monteiro observa:

> *A própria vida condena*
> *Pobre e preto o tempo inteiro*
> *Porque viver sem dinheiro*
> *Não é sentença pequena,*
> *Quando preso cumpre a pena* […]
> *Com ou sem atenuante*
> (Monteiro 2011).

Existe o «preconceito e a estigmatização contra pessoas com afiliação amorosa por pessoas do mesmo sexo, se evidencia nos olhares, nos gestos, nas palavras» (Santos e Bernardes 2008, p. 289). Neste contexto, «impactam de diferentes formas o cotidiano dessa comunidade», por vezes são divulgadas cenas de violência e assassinatos (Faria, Gomes e Modena 2025, p. 2). Destaca Monteiro:

> *Enquanto houver preconceito*
> *Imposições e motivos*
> *Reclamaremos altivos*
> *O nosso pleno DIREITO*
> (Monteiro 2011).

Ressalta-se que as informações identificadas nas obras investigadas precisam, constantemente, serem apontadas e noticiadas. Assim como de outras narrativas cotidianas, tais como: a violência doméstica, o desemprego, outras narrativas que trazem nocivos impactos à sociedade.

4.4. *Bullying*

Tabela 4. Representação temática: *bullying*

Título do folheto	Palavras e expressões representativas
Brincar de bullying? É… besteira! (Monteiro 2013).	Agressor; brincadeira; convivência; desrespeito; infâmias; julgado; loquaz; maledicências; obtuso; saúde.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Vamos comentar um tema
Que anda em plena evidência
E pelo mal que tem feito
Deixa como consequência
Feridas comprobatórias
De falhas na convivência.
(Monteiro 2013).

Chaves e Souza (2018) explicam que o termo *bullying*, de origem inglesa, não possui uma tradução precisa para o português. Conforme os autores, o conceito é empregado no contexto científico com o objetivo de identificar e classificar o fenômeno, o qual, está associado a ações de intimidar ou agir com crueldade. Chaves e Souza esclarecem que o *bullying* é um «fenômeno composto de violência física e psicológica realizadas intencionalmente contra um indivíduo específico considerado frágil e inferior pelo agressor» (Chaves e Souza 2018, p. 1). Malta et al. (2019, p. 1360) assinalam que o *bullying* inclui «xingamentos, agressões físicas, ameaças, roubo, abuso verbal, bem como expressões e gestos de humilhação, dentre outros». Apresenta-se potencialmente relacionado à negação e à não aceitação do outro e acarreta consequências negativas de curto e longo prazo, para todos os envolvidos (Chaves e Souza 2018). O poeta em 2013, narrava a respeito do *bullying*:

Bulir, mexer, chatear,
Mangação ou zombaria,
Criticar por criticar,
Encontrar "defeitos" noutro
Por isso o discriminar
(Monteiro 2013).

Segundo Fujita e Ruffa (2019, p. 402) o *bullying* «sempre existiu em diversos setores da sociedade: nos trotes praticados nas universidades, na população carcerária, no esporte, dentre outros». Malta et al. (2019) destacam que o *bullying* é um problema global e estudos têm apontado consequências, tais como: dificuldades nas atividades escolares, distúrbios mentais, suicídios e homicídios, como principais causas de morte entre crianças e adolescentes. Salienta-se que o *bullying*, em geral, ocorre em escolas (Mello et al. 2017). Manoel Monteiro cita:

Na ESCOLA e na FAMÍLIA
O drama se desenrola,
Se a escola não dá jeito
E a família não controla
A "responsa" continua
Da FAMÍLIA e da ESCOLA
(Monteiro 2013)

O aumento nas taxas de prevalência desse tipo de violência (na escola) indica que ela está se tornando mais sistemática entre crianças e adolescentes (Organização… 2022a). Importante refletir a respeito da efetividade das políticas públicas voltadas ao enfrentamento e à prevenção da violência escolar entre adolescentes (Beserra et al. 2019). No entanto, se faz necessário um olhar da família, assim como de educadores e pares. Ao encontro dessa observação Monteiro enfatiza:

Um aluno que gostava
Da escola e, de repente,
Não quer mais voltar a aula
Sem explicação convincente […]
Dizer aos seus o que sente.

Qualquer professor atento
Verá logo a diferença
De alguém que era expansivo […]
E depois se isolou como
Portasse alguma doença

Ou então alguém que era
Calmo alegre e brincalhão,
De repente transformou-se
De cordeiro num leão
Saindo a troco de nada
Com quatro pedras na mão.
(Monteiro 2013).

Fujita e Ruffa (2019, p. 402) elucidam que o «Bullying e *cyberbullying*, não obstante atuarem em meios distintos, guardam identidades principalmente na questão da intolerância». Manoel Monteiro, observa a respeito:

Difamar pela INTERNET
Além de ser coisa feia
Quem o fizer se prepare […]
Pagando multa pesada
E indo até pra cadeia

Nas mídias sociais quando
Infâmias são divulgadas
E se essas infâmias são
Por outros compartilhadas
(Monteiro 2013).

O *cyberbullying* caracteriza-se como o uso e abuso da Internet e pelos problemas decorrentes sucedidos no espaço virtual (Vieira et al. 2020), «com divulgação de imagens, vídeos ou mensagens ofensivas sobre um indivíduo ou um grupo» (Malta et al. 2024, p. 2). Monteiro, narra a respeito do tema*:*

Liberdade, liberdade,
Palavra bela, acredite,
Porém, como tudo o mais
Também tem o seu limite,
De abusar da liberdade
Jamais aceite o convite.

Se o BULLYNG chamá-lo a festa
Responde: Estou ocupado,
Ao CYBERbullying diga:
Não posso, muito obrigado;
(Monteiro 2013).

O *bullying* é uma questão complexa e um desafio no campo das políticas públicas. Demanda de atuação intersetorial de profissionais de saúde e comunidade em geral.

4.5. A representação temática nos folhetos de cordel

Nos folhetos de cordel, identificam-se nos títulos e nas narrativas, temáticas relacionadas à diversidade e à inclusão social. Ao recorrer a Cintra et al. (1994), percebe-se a interrelação entre os componentes linguísticos presentes nos títulos e nas narrativas. A conexão entre a interrelação evidencia-se nos folhetos de cordel, pois as palavras e expressões identificadas nos cordéis estabelecem elos, tais

como: *Novos tempos para o doente mental: "Cuidar sim – Excluir não"* – ansiedade e humanizar, psiquiátrico e terapia; *O Brasil Idoso – um país de cabelos brancos* – ancião e envelhecer; idade e velhos; *A Revolta dos pretos – das putas, dos gays, dos pobres* – discriminação e excluídos, preconceito e sincretismo; *Brincar de bullying? É… besteira!* – agressor e brincadeira, convivência e desrespeito. Se, por um lado, os «referentes textuais» são compostos por palavras, frases e outras partes do texto. Por outro, os «referentes situacionais» são caracterizados pelo contexto no qual o texto, discurso ou narrativa são produzidos. Nessa perspectiva a linguagem popular, simples, direta e acessível que compõe a Literatura de Cordel «é a linguagem dos usuários» (Cintra et al. 1994, p. 31), facilitando a comunicação e o acesso à informação. O cordel, «em sua dimensão poética, literária, imagética e criativa» (Melo 2010, p. 100), é expressão cultural única e diversificada. Um ponto de interseção de informação e conhecimento que chega às pessoas por meio de suas regras fundamentais: a métrica, as rimas, a oração e, por vezes, com a xilogravura. Sendo assim, percebe-se que no âmbito da construção das narrativas dos folhetos de cordel, o processo de aquisição de linguagem se materializa por meio da organização e da representação das palavras em estruturas frasais, seguindo regras preestabelecidas. A linguagem e suas conexões, estabelece uma estrutura e uma realidade organizada. No entanto, cada palavra ou expressão tem um significado específico e pode ser entendida de formas variadas, dependendo dos contextos ou da significação nas narrativas. Dessa forma, se concretiza um dos encantos da Literatura de Cordel; na riqueza das palavras e expressões que fazem conexões e se completam em narrativas reais, circunstanciais, simbólicas ou imaginárias. Uma literatura popular transmitida, predominantemente pela palavra, o Cordel é informação socializada, de conteúdos contemporâneos e cotidianos voltados para o ser humano, tais como a Saúde mental: o indivíduo e as exigências da vida e da sociedade; o Idoso: sobrevivência e o processo de envelhecimento; as Minorias: os grupos sociais, excluídos do processo da garantia dos direitos básicos; o *Bullying*: ao ato de ridicularizar, discriminar e disseminar infâmias ou brincadeiras. Os folhetos de cordel apresentam narrativas com poder educativo e conscientizador, de conteúdos relacionados às causas sociais, ao respeito às diferenças, à igualdade de direitos e à equidade, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Destaca-se, ainda, a função da Organização do Conhecimento e seus enfoques, no âmbito da Ciência da Informação, atuando e ampliando sua prática e fortalecendo a responsabilidade social da área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Literatura de Cordel, destaca-se como instrumento de informação, questão que abrange a área da Ciência da Informação. Nos folhetos de cordel encontram-se representados conteúdos pertinentes à promoção do respeito e da inclusão. São identificados, além de narrativas sociais, materiais informativos contemporâneos e necessários relacionados à diversidade e à inclusão social. O cordel, de acordo com essa perspectiva, permite aos usuários e leitores a interpretação, compreensão e, com certa autonomia, incorporar os assuntos e conteúdos presentes nas estrofes. O conteúdo dos folhetos de cordel, produzidos pelo poeta Manoel Monteiro, apresenta proposições de caráter social que ainda não foram resolvidas. De maneira clara, com um toque de humor e traços sagazes, os temas são apresentados com base em informações confiáveis, transformando esses folhetos em verdadeiros canais de comunicação. De acordo com esse cenário, o cordel necessita ser acessado, recuperado e disseminado, seguindo como digno representante do helicoide informacional da literatura popular. Evidencia-se a Representação Temática da Informação como mediadora entre a obra e o leitor, no processo de organização dos fenômenos informacionais, disponibilizando a informação. A isto, somam-se as investigações e provocações despertadas no grupo de pesquisa *Ciência da Informação e Literatura no bem-estar e na qualidade de vida da população brasileira*, do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que conduziram o estudo aqui apresentado. Espera-se que o estudo proporcione o esteio necessário para novas pesquisas, onde também se encontre as relações de linguagem, significação e recuperação das informações.

REFERÊNCIAS

BESERRA, Maria Aparecida, et al., 2019. Prevalência de violência na escola e uso de álcool e outras drogas entre adolescentes. *Revista Latino-Americana de Enfermagem* [Em linha]. **84**(2), 1-13 [consult. 2025-06-10]. ISSN 1518-8345. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlae/a/8BbRwrV76dyDKFF5qR6ZkTQ/?format=pdf&lang=pt.

BRASIL. Leis, decretos, etc. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União Seção 1* [Em linha]. Brasília: Imprensa Nacional, 1988-10-05, (191-A), p. 1 [consult. 2025-06-10]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Ministério da Saúde, 2022. *Saúde de A a Z. Ministério da Saúde* [Em linha] [consult. 2025-06-10]. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z.

CANDIDO, Antônio, 2006. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul. ISBN 8588777150.

CARMO, Michelly Eustáquia, e Francini Lube GUIZARDI, 2018. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública* [Em linha]. **34**(3), 1-14 [consult. 2025-06-10]. ISSN 1678-4464. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00101417.

CHAVES, Denise R. Lobato, e Mauricio Rodrigues de SOUZA, 2018. Bullying e preconceito: a atualidade da barbárie. *Revista Brasileira de Educação* [Em linha]. 23, e230019, 1-17 [consult. 2025-06-10]. ISSN 1809-449X. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230019.

CINTRA, Ana M. Marques, et al., 1994. *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis, Associação Paulista de Bibliotecários.

CORDEIRO, Rosa Cândida, e Silvia Lúcia FERREIRA, 2009. Discriminação racial e de gênero em discursos de mulheres negras com anemia falciforme. *Escola Anna Nery* [Em linha]. **13**(2), 352-358 [consult. 2025-06-10]. ISSN 2177-9465. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-81452009000200016.

FUJITA, Jorge Shiguemitsu, e Vanessa RUFFA, 2019. Cyberbullying: família, escola e tecnologia como stakeholders. *Estudos Avançados* [Em linha]. **33**(97), 401-412 [consult. 2025-06-10]. ISSN 1806-9592. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/pSp8hgXLcG786hZpVGNqPNH/.

FUJITA, Mariângela S. Lopes, Marilena Polsinelli RUBI, e Vera R. Casari BOCCATO, 2009. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação* [Em linha]. **10**(2), 1-16 [consult. 2025-06-10]. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/6489.

GAUDÊNCIO, Sale Mario, e Maria Elizabeth B. C. de ALBUQUERQUE, 2017. Representação semântico discursiva de cibercordéis. *Em questão* [Em linha]. **23**(1), 129-153 [consult. 2025-06-10]. ISSN 1808-5245. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6134798.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves, 2009. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. *Ibersid* [Em linha]. 3, 105-117 [consult. 2025-06-10]. ISSN(e) 2174-081X. Disponível em: https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3730.

LAGE, Sandra Regina Moitinho, 2023. *Representação Temática da Informação no contexto da saúde em folhetos de cordel de Manoel Monteiro* [Em linha]. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Londrina [consult. 2025-06-10]. Disponível em: https://repositorio.uel.br/handle/123456789/265.

MALTA, Deborah Carvalho, et al., 2024. Cyberbullying entre escolares brasileiros: dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2019. *Ciência & Saúde Coletiva* [Em linha]. **29**(9) [consult. 2025-01-10]. ISSN 1678-4561. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232024299.19572023.

MALTA, Deborah Carvalho, et al., 2019. Prevalência de bullying e fatores associados em escolares brasileiros, 2015. *Ciência & Saúde Coletiva* [Em linha]. **24**(4), 1359-1368 [consult. 2025-06-10]. ISSN 1678-4561. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.15492017.

MELLO, Flávia Carvalho Malta, et al., 2017. A prática de bullying entre escolares brasileiros e fatores associados, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015. *Ciência & Saúde Coletiva* [Em linha]. **22**(9), 2939-2948 [consult. 2025-06-10]. ISSN 1678-4561. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.12762017.

MELO, Rosilene Alves, 2010. Artes de cordel: linguagem, poética e estética no contemporâneo. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* [Em linha]. 35, 93-102 [consult. 2025-06-10]. ISSN 2316-4018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/elbc/a/FvJHSrnnXYPr9XdhLyqJwBp/?format=pdf&lang=pt.

MENDES, Márcia R. S. S. Barbosa, et al., 2005. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. *Acta Paulista de Enfermagem* [Em linha]. **18**(4), 422-426 [consult. 2025-06-10]. ISSN 1982-0194. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-21002005000400011.

MONTEIRO, Manoel. 2013. *Brincar de bullying? É… besteira!*. Campina Grande: Cordelaria Poeta Manoel Monteiro: Impresso CampGraf.

MONTEIRO, Manoel, 2011. *A Revolta dos pretos – das putas, dos gays, dos pobres*. 4.ª ed. Campina Grande: Cordelaria Poeta Manoel Monteiro: Impresso CampGraf.

MONTEIRO, Manoel, 2005. *O Brasil Idoso – um país de cabelos brancos*. Campina Grande: Cordelaria Poeta Manoel Monteiro: Gráfica Martins.

MONTEIRO, Manoel, 2004. *Novos tempos para o doente mental: "Cuidar sim – Excluir não"*. 2.ª ed. Campina Grande: Cordelaria Poeta Manoel Monteiro.

MUNANGA, Kabengele, 2015. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* [Em linha]. 62, 20-31 [consult. 2025-06-10]. ISSN 2316-901X. Disponível em: https://revistas.usp.br/rieb/article/view/107184/105723.

MUNANGA, Kabengele, 2006. Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *Revista USP* [Em linha]. 68, 46-57 [consult. 2025-06-10]. ISSN 2316-9036. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i68p46-57.

NOGUEIRA, Carlos, 2014. A literatura de cordel de Manoel Monteiro. *Symposium: A Quarterly Journal in Modern Literatures* [Em linha]. **68**(1), 37-50 [consult. 2025-06-10]. ISSN 0039-7709. DOI: https://doi.org/10.1080/00397709.2014.876859.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2022a. *Adolescent health* [Em linha]. OMS [consult. 2025-06-10]. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/adolescent-health#tab=tab_1.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2022b. *Ageing.* [Em linha]. OMS [consult. 2025-06-10]. Disponível em: https://www.who.int/health-topics.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2005. *Envelhecimento Ativo: Uma política de Saúde* [Em linha]. Brasil: OMS [consult. 2025-06-10]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf.

PAIVA, Andréia Del Conte de, 2023. *A representação temática da literatura de cordel à luz da teoria dos campos lexicais* [Em linha]. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Londrina [consult. 2025-06-10]. Disponível em: https://repositorio.uel.br/items/5bc0318c-50d0-4690-8cf3-ae751dada215.

RABELO, Camila R. Oliveira, e Virginia Bentes PINTO, 2019. Tendências nos estudos de representação temática da informação: uma revisão integrativa dos artigos científicos indexados na BRAPCI. *Em Questão* [Em linha]. **25**(2), 66-88 [consult. 2025-06-10]. E-ISSN 1808-5245. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/114177.

SANTOS, Jane Paim dos, e Nara M. G. BERNARDES, 2008. Percepção social da homossexualidade na perspectiva de gays e de lésbicas. Em: Andréa V. ZANELLA, et al., org. *Psicologia e práticas sociais* [Em linha]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, pp. 289-296 [consult. 2025-06-10]. ISBN: 978-85-99662-87-8. Disponível em: https://books.scielo.org/id/886qz/pdf/zanella-9788599662878-27.pdf.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos, 2020. Indexação de xilogravuras à luz da Semântica Discursiva. *Informação & Sociedade*: *Estudos* [Em linha]. **30**(2), 1-49 [consult. 2025-06-10]. ISSN 1809-4783. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n2.52062.

SOUSA, Brisa Pozzi de, 2013. Representação temática da informação documentária e sua contextualização em biblioteca. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* [Em linha]. **9**(2), 132-146 [consult. 2025-06-10]. ISSN 1980-6949. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2659.

VERAS, Renato Peixoto, e Célia Pereira CALDAS, 2004. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. *Ciência & Saúde Coletiva* [Em linha]. **9**(2), 423-432 [consult. 2025-06-10]. ISSN 1678-4561. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232004000200018.

VIEIRA, Flávio Henrique Marçal, et al., 2020. Impactos do bullying na saúde mental do adolescente. *Ciência et práxis* [Em linha]. **13**(25), 91-104 [consult. 2025-06-10]. ISSN 1984-5782. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/view/4354.

JUSTIÇA SOCIAL EM SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: REFLEXÕES A PARTIR DO TERMO «PRIMITIVE»

FABÍOLA RUBIM SILVA*
PAULA REGINA DAL'EVEDOVE**
ANA LÚCIA TERRA***

Resumo: *Busca-se identificar desvios e preconceitos em sistemas de organização do conhecimento utilizados no Brasil, com ênfase no termo «primitive», presente em vocabulários controlados, listas de cabeçalhos de assunto e tesauros. Também se discute as percepções desse termo na literatura especializada em Biblioteconomia e Ciência da Informação. A abordagem qualitativa e exploratória apoia-se em análises documentais, incluindo relatórios do Subject Analysis Committee da American Library Association e estudos da área. Foram examinados sistemas como a Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional, o Vocabulário Controlado da USP e o Vocabulário Controlado Básico da Rede Virtual de Bibliotecas. Os resultados apontam o uso persistente do termo «primitive», apesar das críticas à sua imprecisão e conotação negativa. Conclui-se que revisões periódicas são fundamentais para assegurar uma representação justa das comunidades, promovendo sociedades democráticas e inclusivas, e recomenda-se a institucionalização de mecanismos transparentes para essas revisões.*

Palavras-chave: *Sistemas de organização do conhecimento; Vocabulários controlados; Listas de cabeçalhos de assunto; Tesauros; Justiça social.*

Abstract: *The aim is to identify biases and prejudices in knowledge organization systems used in Brazil, with an emphasis on the term «primitive», present in controlled vocabularies, subject heading lists, and thesauri. The perceptions of this term in the specialized literature on Library Science and Information Science are also discussed. The qualitative and exploratory approach is supported by documentary analysis, including reports from the Subject Analysis Committee of the American Library Association and field studies. Systems such as the Subject Terminology of the National Library, the Controlled Vocabulary of the University of São Paulo, and the Basic Controlled Vocabulary of the Virtual Library Network were examined. The results indicate the persistent use of the term «primitive», despite criticism of its imprecision and negative connotations. The conclusion is that periodic reviews are essential to ensure fair representation of communities, promoting democratic and inclusive societies, and the institutionalization of transparent mechanisms for these reviews is recommended.*

Keywords: *Knowledge organization systems; Controlled vocabularies; Subject headings lists; Thesaurus; Social justice.*

* Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – Brasil. Email: fabiola.rubim@ufjf.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8786-7819.
** Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Brasil. Email: dalevedove@ufscar.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1521-2201.
*** Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras / CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares – Portugal. Email: anaterra@fl.uc.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1292-2849.

INTRODUÇÃO

O acesso e a recuperação do conhecimento e da informação são desafios que a Organização do Conhecimento (OC) busca solucionar por meio de seus processos, produtos e instrumentos de representação documental. Nesse contexto, instrumentos para o controle vocabular do tipo listas de cabeçalhos de assunto e tesauros, que compõem os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), são cruciais para a representação temática de documentos e recursos de informação. Entretanto, esses instrumentos podem conter representações tendenciosas e desvios, limitando a diversidade de perspectivas, tornando determinados recursos invisíveis no catálogo da biblioteca e perpetuando preconceitos sobre grupos e vozes historicamente marginalizados.

A OC, enquanto campo acadêmico e de pesquisa, lida com o tratamento, a descrição e a organização dos recursos informacionais e a representação dos assuntos e conceitos relacionados a esses recursos. Os processos de organização do conhecimento e os SOC são os dois principais aspectos da OC (Hjørland 2016, p. 475). Os processos de organização do conhecimento incluem a catalogação, análise de assunto, indexação e classificação, enquanto os SOC são os instrumentos que viabilizam a realização desses processos. As representações nos SOC possuem poder de inclusão ou exclusão de conceitos e relações semânticas, o que pode trazer implicações sociais negativas quando envolve pessoas, grupos sociais, acontecimentos e identidades.

A pesquisa científica em OC tem se dedicado às problemáticas e implicações culturais, políticas e sociais de seus processos, produtos e instrumentos, buscando justiça social como uma das reorientações do campo (Watson 2021). Trabalhar pela justiça social requer mudança de práticas e de instituições opressivas e discriminatórias que continuamente adotam estruturas de injustiça, incluindo SOC, como listas de cabeçalhos de assunto e tesauros (Furner 2018).

Em atenção às preocupações com a forma de representar vozes diversas de maneira equitativa, apresenta-se uma pesquisa que investiga os desvios e os preconceitos em SOC brasileiros em relação ao termo «primitive». Especificamente, o foco recai nos vocabulários controlados, listas de cabeçalhos de assunto e tesauros. Para alcançar esse objetivo, realizamos uma revisão de literatura na Biblioteconomia e Ciência da Informação sobre o termo «primitive», o que viabilizou identificar a presença desse termo e suas variações nos principais SOC adotados para a representação temática da informação no Brasil.

A pesquisa sobre desvios e preconceitos em SOC fundamenta-se na *Agenda 2030* das Nações Unidas e nas diretrizes da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). Segundo a IFLA (2016), as bibliotecas possuem um papel crucial na redução de desigualdades, ao proporcionarem acesso equitativo à informação para todos, inclusive grupos historicamente marginalizados. Logo, é imprescindível garantir uma representação socialmente justa e equitativa desses grupos nos SOC

para que a informação seja recuperada de maneira eficiente e com uma linguagem precisa, apropriada e respeitosa com as comunidades representadas e/ou atendidas.

A linguagem exposta e acessível em catálogos de bibliotecas e sistemas de recuperação da informação tem grande visibilidade e impacto na experiência do usuário, justificando a ênfase desta pesquisa nos SOC escolhidos. A visibilidade desses instrumentos públicos de OC reforça a importância de uma análise crítica sobre sua elaboração e uso. É partindo de um legado de identificação de opressões e de exclusão social em SOC, peticionamento por mudanças e busca ativa de mitigação dos desvios e preconceitos, que o presente trabalho se fundamenta.

1. JUSTIÇA SOCIAL E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

No que concerne à conceituação da OC orientada para a justiça social, Lucas Corrêa e Natália Tognoli (2022) observaram, ao analisar um conjunto de artigos internacionais que abordam a justiça social em conjunto com a Organização do Conhecimento, que o conceito da justiça social é pouco tratado no campo, sendo um termo em disputa por diferentes autores que adotam diferentes abordagens e definições. A partir da literatura analisada, os autores concluem que a justiça social está ligada à inclusão de grupos excluídos e marginalizados através da ampliação da participação nos processos e sistemas de organização do conhecimento com a intenção de diminuir desvios e preconceitos; e que há um consenso ao diagnosticar o fracasso dos SOC hegemônicos em produzir justiça social (Corrêa e Tognoli 2022).

Dessa forma, é possível relacionar o movimento desencadeado pela bibliotecária negra Dorothy Porter e por Sanford Berman como precursores na busca por SOC socialmente justos através da constatação de seus desvios e busca por reformá-los. Na década de 1930, Dorothy Porter denunciou a abordagem etnocêntrica, preconceituosa e limitante da Classificação Decimal de Dewey (CDD) para a catalogação da literatura e história negra na coleção em que trabalhava e estabeleceu uma classificação própria, auxiliando bibliotecas que possuíam recursos informacionais sobre a história negra a utilizarem a classificação (Silva et al. 2021).

Já em 1971, com a publicação do livro *Prejudices and Antipathies: a Tract on the LC Subject Heads Concerning People*, Berman (1993 [1971])[1] lista a presença de desvios no *Library of Congress Subject Headings* (LCSH) e propõe soluções. Para pressionar pela incorporação e mudança dos termos, o autor convocou profissionais e bibliotecários a encaminharem abaixo-assinados, peticionando à LC a implementação de mudanças nos desvios identificados no LCSH. Desde a publicação do livro e a atuação de Berman, muitas das sugestões de inclusão e modificação foram

[1] A edição original do livro ocorreu em 1971, mas a consulta foi feita na reedição de 1993, uma vez que é a única versão disponível gratuitamente no *site* mantido pelo autor.

implementadas, mas outros cabeçalhos ainda permanecem sem alteração, conforme constatou Steven Knowlton (2005) após três décadas, quando 36% dos cabeçalhos permaneciam inalterados.

No que diz respeito às práticas da justiça social relacionadas à OC, Brian Watson (2021) identifica um conjunto de cinco recomendações recorrentes na literatura dedicada à questão, sendo elas: 1) o uso de vocabulários ou classificações múltiplas ou alternativas, quando disponíveis; 2) a prática de «competência cultural» ao considerar identidades ou grupos históricos; 3) o uso de «alcance ético» ao lidar com identidades, itens ou grupos ainda vivos; 4) práticas de «alteração», «subversão», «extensão» ou «substituição» da classificação ou catalogação dominante em nível local; 5) consulta com os sujeitos descritos. A recomendação de alteração dos SOC encontra respaldo em Jonathan Furner (2018), que reforça que trabalhar para a justiça social requer a reforma de práticas e instituições opressivas e discriminatórias, incluindo os SOC, como vocabulários controlados, listas de cabeçalhos de assunto e tesauros. Agir em prol da justiça social também é tratado como um dever ético por Crystal Vaughan (2018), que enfatiza fazer parte desse escopo pensando criticamente sobre a linguagem adotada em SOC.

Essa abordagem crítica aos SOC, desencadeada por Porter e Berman há quase 100 anos, chega ao presente como o entendimento de que buscar a justiça social nos processos e sistemas de OC é um dever ético e pode ser realizada através das práticas e recomendações, como, por exemplo, aquelas identificadas por Watson (2021). Para Adler (2016), enquadrar conscientemente a teoria e a prática de organização e representação da informação e do conhecimento como uma forma de ativismo pela justiça social, significa procurar ativamente formas de remediar as desigualdades no acesso e na produção de conhecimento, através de termos utilizados sob o disfarce de um ponto de vista neutro e objetivo.

Esse ativismo pela justiça social, ao qual se refere Adler (2016) e que já havia sido iniciado por Berman (1993 [1971]), permanece com alguns casos reportados na literatura recente. Watson (2020) narra o movimento para inclusão dos cabeçalhos de assunto *asexuality* e *asexual people* nos LCSH. Steven Holloway (2018), ao abordar a representação do Oriente Médio nos LCSH, propõe o peticionamento da Library of Congress (LC) para revisar os cabeçalhos geográficos sobre as Colinas de Golã, a Faixa de Gaza, Cisjordânia, Palestina e Jerusalém. Igualmente, é relevante mencionar o movimento com grande repercussão para que a LC descontinuasse o cabeçalho *Illegal aliens* (Lacey 2018).

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada na análise documental e bibliográfica, com o objetivo de investigar e discutir os desvios e

preconceitos em vocabulários controlados, listas de cabeçalhos de assunto e tesauros relacionados ao termo «primitive». O foco está nas discussões presentes na literatura científica e análise dos principais SOC utilizados no Brasil.

A pesquisa analisou as discussões na literatura científica sobre o termo «primitive» a partir do relatório do Subject Analysis Committee (SAC) da American Library Association (ALA) publicado em 1984 e Berman (1993 [1971]). A revisão dessas publicações permitiu identificar um conjunto de preocupações e debates relacionados aos desvios e preconceitos presentes no termo analisado.

Com base nas discussões identificadas na literatura, examinou-se a presença ou a ausência do termo «primitive» nos principais vocabulários controlados, listas de cabeçalhos de assunto e tesauros utilizados no Brasil. Os SOC analisados incluem a Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional do Brasil (BNB), o Vocabulário Controlado Básico (VCB) da Rede Virtual de Bibliotecas e o Vocabulário Controlado da Universidade de São Paulo (VocaUSP). Os sistemas foram escolhidos pois são apontados por Mariângela Fujita et al. (2019) como os mais utilizados em bibliotecas universitárias do Sudeste do Brasil, o que destaca sua relevância e influência nas práticas relacionadas a OC do país. A coleta de dados foi realizada entre os dias 19 e 22 de fevereiro de 2024.

A Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional do Brasil[2] é a referência para a catalogação de obras da própria Biblioteca Nacional, mas também é consultada por profissionais de diversas instituições, conforme evidenciou Fujita et al. (2019) ao apontá-lo como o SOC mais utilizado em bibliotecas universitárias do Sudeste do Brasil. Na Terminologia da BNB os assuntos são apresentados em lista multidisciplinar estruturada em forma de tesauro. Para cada assunto são apresentados os termos gerais (TG), os termos específicos (TE) e os termos relacionados (TR). Segundo Grings (2016), a BNB iniciou o desenvolvimento de seu próprio SOC em 1982, baseado no LCSH.

O VCB[3] é adotado na Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), com o objetivo de manter a uniformidade da indexação e da recuperação da informação dos documentos bibliográficos de seu catálogo coletivo. A Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI) é uma rede cooperativa de bibliotecas, coordenada pela Biblioteca do Senado Federal do Brasil, que agrega recursos bibliográficos, materiais e humanos de doze bibliotecas da Administração Pública Federal e do governo do Distrito Federal, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário brasileiros. O SOC foi desenvolvido na década de

[2] A Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional do Brasil pode ser consultada em: https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/busca/autoridades [consult. 2024-02-22].
[3] O Vocabulário Controlado Básico pode ser consultado em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/532112 e uma versão também foi criada com a utilização do *software TemaTres*: https://vocabularyserver.com/vcb/index.php [consult. 2024-02-22].

1980 com ênfase no Direito, refletindo as áreas de atuação das bibliotecas participantes da rede (Brasil 2017). O VCB está estruturado como um tesauro e a maioria dos descritores apresenta relações hierárquicas, associativas, partitivas e/ou de equivalências terminológicas.

O VocaUSP[4] é uma lista de assuntos utilizada para a indexação de recursos de informação no Banco de Dados Bibliográficos da USP – DEDALUS. O Vocabulário abrange as áreas do conhecimento existentes no contexto da Universidade de São Paulo, relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão que desenvolve. Implementado em outubro de 2001, conforme Lima et al. (2006), o VocaUSP inclui atualmente cerca de 47 mil termos, sendo constituído por termos autorizados para a indexação e termos não autorizados, que operam como remissivas de sinonímia (Agência… 2023).

3. RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentadas as discussões encontradas na literatura e na prática bibliotecária sobre o termo «primitive». Em seguida, o termo será analisado nos SOC mencionados.

3.1. Discussões sobre o termo «primitive»

Conforme já mencionado, em 1971 Sanford Berman apresentou em seu livro *Prejudices and antipathies* (Berman 1993 [1971]) uma lista de desvios em centenas de cabeçalhos de assunto da LC, o LCSH, com o objetivo de substituí-los ou cancelá-los. Berman (1993 [1971]) argumenta que o LCSH reflete uma visão de mundo eurocêntrica, norte-americana e dominada por indivíduos brancos e cristãos. Essa visão de mundo embutida no LCSH impõe representações tendenciosas aos cabeçalhos, aos sistemas de recuperação da informação que o utilizam e à comunidade usuária.

Para combater essa situação, Berman (1993 [1971]) identifica desvios em cabeçalhos de assuntos relacionados aos temas mulher, *gay*, lésbica, movimento sindical, pobreza, fome, falta de moradia, política social, holocausto, nazismo, entre outros. Em um dos capítulos do livro, apresenta importantes e necessárias críticas ao chauvinismo de cabeçalhos de assunto como «Society, primitive» e suas variações, como «Art, primitive» e «Religion, primitive». Na visão do autor, o termo «primitive» é impreciso e carregado de noções de inferioridade, infantilidade, barbárie e simplicidade. Além disso, o termo remete erroneamente a um período passado, embora algo considerado «primitive» possa ser contemporâneo (Berman 1993 [1971]).

Para complementar essa discussão, é importante considerar o conceito de primitivo:

[4] O VocaUSP pode ser consultado em: https://vocabulario.abcd.usp.br/pt-br/index.php [consult. 2024-02-22].

> ***primitivo*** *adj. (sXV)* ***1*** *o que é o primeiro a existir; que coincide com a origem de algo; inicial, primevo, original* […] ***2*** *contemporâneo dos primeiros tempos de uma civilização; antigo, ancestral, remoto* […] ***3*** *diz-se de organismo pouco diferenciado de seus ancestrais originais* ***4*** *que não evoluiu, não se aperfeiçoou; antiquado, arcaico, atrasado* […] ***5*** *fig. sem técnica ou arte; rude, tosco, rudimentar* […] ***6*** *sem instrução ou refinamento; bronco, ignorante, obtuso, desajeitado* […] ***7*** *fig. Impulsivo, bárbaro, brutal, instintivo* (Houaiss e Villar 2009, p. 1551).

Ao complementar as considerações de Berman (1993 [1971]) sobre a imprecisão e a carga negativa do termo «primitive», o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* fornece uma visão abrangente desse conceito (Houaiss e Villar 2009). O adjetivo «primitivo», cujo primeiro registro conhecido ou estimado da palavra remonta ao século XV, refere-se tanto ao que é original e inicial, como ao que é pouco diferenciado de seus ancestrais originais, além de sugerir ideias de atraso, falta de evolução e rusticidade, implicando uma inferioridade em relação a formas mais desenvolvidas ou refinadas. Além disso, o termo pode implicar uma falta de técnica, arte ou refinamento, assim como uma natureza bárbara ou brutal. Essas acepções negativas corroboram com as críticas de Berman (1993 [1971]) em relação ao uso do termo «primitive» em SOC, e reforçam a necessidade de revisão e atualização desses termos nesses instrumentos, a fim de evitar que reforcem estereótipos e preconceitos e que sejam comprometidos com representações inclusivas e culturalmente diversas.

Para solucionar os desvios identificados nos cabeçalhos, Berman (1993 [1971]) sugere a utilização dos adjetivos «Folk» e «Traditional» no lugar de «primitive».

Como resultado das críticas de Berman (1993 [1971]), em 1981 foi criado um Subcomitê Ad-hoc do Subject Analysis Committee da American Library Association (ALA) para discutir os conceitos denotados pelo termo «primitive» (American… 1984). O objetivo declarado pelo subcomitê era estudar e recomendar às instâncias competentes mudanças no acesso temático aos conceitos rotulados como «primitive», com ênfase no LCSH; determinar quais usos atuais do termo são apropriados, se houver; e recomendar um método alternativo de análise nos casos em que o uso atual de «primitive» é considerado inadequado (American… 1984).

Em consonância com o posicionamento de Berman (1993 [1971]), o relatório final do subcomitê, publicado em 1984, não considerou o termo «primitive» aceitável, pelo menos no que diz respeito aos costumes e atividades indígenas (American… 1984). Assim, o subcomitê recomendou a redução do uso do termo «primitive» no LCSH, devido à conotação pejorativa de inferioridade que atribui aos povos indígenas e grupos étnicos. O comitê realizou recomendações específicas para cada um dos 45 cabeçalhos encontrados na LC à época. A maioria das alternativas sugeridas para substituição dos cabeçalhos com o termo «primitive» inclui o uso de termos

como «tradicional» e «prehistoric» e a utilização de subdivisões sob os nomes de áreas geográficas e grupos étnicos específicos.

Entre os exemplos, destaca-se a recomendação pelo cancelamento de «Agriculture, Primitive» e o estabelecimento de dois novos cabeçalhos: «Agriculture», «Prehistoric» e «Agriculture, Traditional». Também foi recomendado o cancelamento do termo «Architecture, Primitive». Sobre a sugestão de cancelamento do termo «Medicine, Primitive», estabelecido em 1905, o relatório considerou que havia no LCSH cabeçalhos que indexariam os recursos vinculados a esse cabeçalho com mais especificidade, como antropologia médica e a possibilidade de medicina ser uma subdivisão sob o cabeçalho de tribos indígenas individuais. O comitê sugeriu ainda a adição do cabeçalho «Medicine, Traditional», com uma referência a «Ethnomedicine» (American… 1984).

O relatório também sugeriu que a área geográfica deveria ser enfatizada, em vez de características avaliativas, como o adjetivo «primitive», ao classificar materiais sobre pessoas (American… 1984).

No que tange à prática bibliotecária, foi identificado o *Cataloging Lab*[5], uma iniciativa de *crowdsourcing* da comunidade bibliotecária estadunidense que compila cabeçalhos de assuntos da Library of Congress problemáticos. Através de uma plataforma *wiki*, os bibliotecários podem sugerir adições e alterações nos cabeçalhos adotados no LCSH e reunir esforços para gerar propostas robustas no peticionamento de mudanças no LCSH, conforme sugerido por Berman (1993 [1971]). Atualmente, na lista de cabeçalhos problemáticos disponível no *Cataloging Lab*, há 95 cabeçalhos, entre eles «Primitive art».

O *Cataloging Lab* aponta que o cabeçalho atual da LC ainda é «Primitive art», sugerindo as opções «Tribal art» ou «Indigenous art» como alternativas mais adequadas. O comentário disponível na plataforma faz referência ao *The Art & Architecture Thesaurus* (AAT) do Getty Research Institute, onde informa que

> ***primitive art***: *uma designação ultrapassada anteriormente utilizada para a arte de certas pessoas consideradas fora das esferas de influência de outros grupos culturais politicamente dominantes; foi usado especialmente em relação a comunidades na África subsaariana, ilhas do Pacífico e grupos tribais indígenas nas Américas. Em vez disso, use "arte indígena", "arte tribal" ou o nome mais específico conhecido para a cultura de origem* (Getty Research Institute 2017).

[5] A lista com os cabeçalhos problemáticos apontados pelo *Cataloging Lab* pode ser acessada em https://cataloginglab.org/problem-lcsh/ [consult. 2024-02-22].

Em suma, as discussões sobre o termo «primitive» apontam críticas quanto à sua imprecisão e carga negativa, associadas à noção de inferioridade que o termo denota, sendo considerado um termo pejorativo e ultrapassado. Para resolver esses problemas, foram identificadas sugestões, incluindo a substituição do termo por adjetivos como «Folk» e «Traditional». Entende-se como relevante as sugestões do uso de subdivisões geográficas e étnicas específicas ou o nome mais específico conhecido para a cultura de origem, como alternativas. Também foi identificada a sugestão da adoção de termos como «Tribal art» ou «Indigenous art».

3.2. O termo «primitive» em SOC brasileiros

A Terminologia de Assuntos da BNB possui mais de uma dezena[6] de cabeçalhos que utilizam «primitivo(a)» como, por exemplo, «Agricultura primitiva», «Arquitetura primitiva», «Arte primitiva», «Direito primitivo», «Escultura primitiva», «Indústria primitiva», «Pintura primitiva», «Religião primitiva», «Sociedades primitivas» e, inclusive, «Medicina primitiva». A nota de escopo para o termo «Sociedades primitivas» destaca que o termo deve ser «Usado para obras que tratam de povos sem escrita, sem industrialização como representantes de um período primitivo da evolução social baseado nas teorias de evolução cultural no século XIX». Além disso, foram confrontados os cabeçalhos da BNB com o termo tradicional, levando em consideração a recomendação de Berman (1993 [1971]) e do subcomitê (American… 1984). Foi possível localizar apenas o termo «Conhecimento tradicional» associado como termo autorizado.

O termo «Medicina Primitiva» é um exemplo significativo para ser cotejado com as recomendações da literatura sobre o tema. Primeiramente, o termo «Medicina Primitiva», autorizado pela Terminologia da BNB, lista os termos «Etnomedicina» e «Medicina tradicional» como não autorizados, em contraposição às recomendações do relatório do subcomitê. Em segundo lugar, cabe ressaltar que o termo «Medicina Primitiva» carece de garantia literária das próprias obras que indexa. Ao realizar uma pesquisa no acervo da BNB com os títulos indexados sob o termo[7], descobriu-se que, pelo menos, os títulos informados pelos autores não utilizam o termo primitivo(a). As menções à medicina nos títulos recuperados utilizam termos como «medicina popular», «medicina tradicional chinesa», «técnica médica tradicional», «medicina campeira», «medicina indígena», «medicina rústica», «medicina caseira» e «etnomedicina».

Os resultados obtidos a partir do VocaUSP apontaram que há menos termos que utilizam a palavra «primitivo(a)». A busca recuperou apenas quatro termos, sendo

[6] As consultas aos SOC analisados nesta pesquisa foram realizadas entre 2024-02-19 e 2024-02-22.
[7] A busca pelos termos indexados sob o termo «Medicina primitiva» utilizou como filtro obras em português, com 22 resultados.

eles: «Arquitetura primitiva», «Arte primitiva», «Religiões primitivas» e «Sociedades primitivas». Observou-se ainda que o SOC da USP optou por utilizar o termo «Medicina tradicional», em consonância com a linguagem sugerida por Berman (1993 [1971]) e pelo subcomitê (American… 1984). Entretanto, é importante ressaltar que os termos identificados refletem a atribuição de inferioridade a determinados grupos étnicos não apenas em sua linguagem, mas também em sua estrutura hierárquica. Por exemplo, o termo «Arte primitiva» possui os termos específicos «Arte pré-colombiana», «Arte africana», «Arte aborígene» e «Arte indígena», enquanto o termo «Religiões primitivas» possui os termos específicos «Feitiçaria», «Magia», «Religião Indígena» e «Xamanismo». É importante destacar que a linguagem e estrutura deste SOC reforçam estereótipos e preconceitos que perpetuam uma narrativa hegemônica de inferiorização daquilo que é africano, indígena e aborígene.

A pesquisa pelo termo primitivo(a) no VCB resultou na recuperação de alguns termos, como: «Arte primitiva», «Cultura primitiva», «Direito primitivo», «Indústria primitiva», «Navegação primitiva», «Religião primitiva» e «Sociedade primitiva». Também foi identificado o termo «Medicina primitiva» como uma referência não autorizada sob o autorizado «Medicina popular». Da mesma forma, foi encontrada uma referência não autorizada de «Economia primitiva» sob o termo autorizado «Antropologia econômica». Assim como na USP, no VCB, o termo «Arte primitiva» tem como termos específicos «Arte indígena», «Arte pré-colombiana» e «Arte pré-histórica».

As críticas de Ricardo Biscalchin e Walter Moreira (2020) ressaltam como representações inadequadas nos SOC podem corroer a credibilidade dos sistemas, enquanto Jo Bates e Jennifer Rowley (2011) apontam que a linguagem dos SOC, ao refletir processos hegemônicos, ameaça a sua aceitação pelos usuários.

A partir do contexto das comunidades indígenas americanas, Devon Murphy (2020) alerta que termos estereotipados ou desatualizados podem perpetuar discriminação e dificultar o acesso a informações relevantes. Da mesma forma, ao tratar da comunidade LGBTQIA+, Bethany McAuliffe (2021) destaca que a presença de terminologia ofensiva ou desatualizada pode resultar em duas situações negativas: os usuários podem aceitar essas terminologias como verdadeiras, reforçando estereótipos; ou, ao se depararem com essa linguagem inadequada, podem se sentir alheios ou rejeitados, o que eventualmente pode levar ao seu afastamento dos espaços de biblioteca (McAuliffe 2021, p. 218).

Em síntese, os resultados da pesquisa revelam que os três SOC analisados ainda empregam diversos termos contendo a palavra «primitivo(a)», mesmo após décadas de discussões na literatura especializada sobre a imprecisão e inferioridade que o termo denota, o que evidencia uma lentidão na promoção de mudanças para mitigar desvios e preconceitos. Fica patente a necessidade de ações mais céleres em relação

aos termos desatualizados e que possuem conotações negativas ou ofensivas, bem como de uma postura proativa das instituições e pessoas bibliotecárias que atuam nesses espaços para garantir que os sistemas sejam precisos, atuais e socialmente inclusivos. Além disso, a pesquisa ressalta um descompasso entre as discussões presentes na literatura e a efetiva implementação de mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada investigou os desvios e preconceitos em vocabulários controlados, listas de cabeçalhos de assunto e tesauros utilizados no Brasil, com especial atenção ao termo «primitive». Os resultados demonstraram a utilização do termo «primitive» e suas variações, evidenciando a lentidão dos principais SOC brasileiros em promover mudanças. Esse uso persistente compromete a eficiência e reputação dos sistemas como ferramentas de recuperação de informações. Steven Shubert (1992) alerta que tal defasagem pode fazer dos SOC «museus de linguagem», depósitos de terminologia obsoleta e tendenciosa, em vez de recursos atualizados para recuperação de informações.

Além da prevalência do termo, os resultados também demonstraram uma lacuna entre as discussões teóricas sobre justiça social e a prática atual nos SOC. É importante ressaltar que a manutenção de uma linguagem imprecisa, preconceituosa e desatualizada nos vocabulários controlados, cabeçalhos de assunto e tesauros podem ter consequências significativas, minando a credibilidade e a legitimidade dos sistemas que utilizam os SOC.

Diante desses achados, é vital que os SOC se comprometam com revisões constantes de forma a garantir uma representação precisa e socialmente justa de todas as comunidades. É preciso evitar a perpetuação de estereótipos e preconceitos, tornando os SOC ferramentas eficazes e respeitosas de recuperação da informação. A fim de avançar neste ponto, recomenda-se a implementação de mecanismos institucionalizados para solicitar e monitorar a revisão de termos, além de tornar públicas as mudanças realizadas e suas justificativas. Acredita-se que essa transparência e prestação de contas podem melhorar a confiança da sociedade nas instituições, demonstrando o compromisso em promover inclusão e diversidade nos SOC.

REFERÊNCIAS

ADLER, M., 2016. The case for taxonomic reparations. *Knowledge Organization*. **43**(8), 630-640.

AGÊNCIA DE BIBLIOTECAS E COLEÇÕES DIGITAIS, 2023. *Produtos: Vocabulário Controlado USP* [Em linha]. São Paulo: Universidade de São Paulo [consult. 2025-07-10]. Disponível em: https://www.abcd.usp.br/portfolio/produtos/vocabulario-controlado-usp/.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Subject Analysis Committee. Ad-Hoc Subcommittee, 1984. Report of the Sac Ad-Hoc Subcommittee on Concepts denoted by the Term "Primitive". *Technical Services Quarterly*. **2**(1-2), 121-153.

BATES, J., e J. ROWLEY, 2011. Social reproduction and exclusion in subject indexing: A comparison of public library OPACs and Library Thing folksonomy. *Journal of Documentation*. **67**(3), 431-448.

BERMAN, S., 1993 [1971]. *Prejudices and antipathies: A tract on LC subject heads concerning people*. Reedition. Jefferson, NC: McFarland.

BISCALCHIN, R., e W. MOREIRA, 2020. Construção de vocabulários multilíngues: Perspectivas culturais. *Perspectivas em Ciência da Informação*. **25**(4), 47-67.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal, 2017. *Vocabulário controlado básico* [Em linha]. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Gestão de Informação e Documentação, Coordenação de Biblioteca, Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas [consult. 2025-03-22]. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/532112.

CORRÊA, L. A. S., e N. B. TOGNOLI, 2022. A justiça social na organização do conhecimento. Em: T. H. BRAGATO BARROS, e R. C. F. LAIPELT, org. *Organização e representação do conhecimento em múltiplas abordagens*. Curitiba: Pimenta Cultural.

FUJITA, M. S. L., et al., 2019. Linguagens de indexação em bibliotecas universitárias: estudo analítico. *Informação & Informação* [Em linha]. **24**(1), 190-225 [consult. 2025-02-17]. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31771.

FURNER, J., 2018. Truth, relevance, and justice: Towards a veritistic turn for KO. Em: F. RIBEIRO, e M. E. CERVEIRA, ed. *Challenges and opportunities for Knowledge Organization in the digital age: Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 468-474.

GETTY RESEARCH INSTITUTE, 2017. *Art & Architecture Thesaurus* [Em linha]. Los Angeles: Getty Research Institute [consult. 2024-07-15]. Disponível em: https://www.getty.edu/vow/AATFullDisplay?find=primitive+art&logic=AND&note=&english=N&prev_page=1&subjectid=300056500.

GRINGS, L., 2016. Controle de autoridades na Biblioteca Nacional do Brasil: breve histórico e práticas atuais. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* [Em linha]. **11**(2), 139-154 [consult. 2024-07-10]. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/433.

HJØRLAND, B., 2016. Knowledge Organization (KO)? *Knowledge Organization*. **43**(6), 475-484.

HOLLOWAY, S. W., 2018. LCSH in the Southern Levant. *Cataloging & Classification Quarterly*. **56**(7), 571-591.

HOUAISS, A. e M. de S. VILLAR, 2009. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS, 2016. *Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas* [Em linha] [consult. 2024-07-10]. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/590.

KNOWLTON, S. A., 2005. Three decades since Prejudices and Antipathies: A study of changes in the Library of Congress Subject Headings. *Cataloging & Classification Quarterly*. **40**(2), 123-145.

LACEY, E., 2018. Aliens in the library: The classification of migration. *Knowledge Organization*. **45**(5), 358-379.

LIMA, V. M., et al., 2006. Estudos para implantação de ferramenta de apoio à gestão de linguagens documentárias: vocabulário controlado da USP. *Transinformação* [Em linha]. **18**(1) [consult. 2024-07-10]. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6318.

MCAULIFFE, B., 2021. Queer identities, queer content and library classification: Is "queering the catalogue" the answer?. *Journal of the Australian Library & Information Association*. **70**(2), 213-219.

MURPHY, D., 2020. Knowledge organization systems and information ethics for visual resources. *Visual Resources Association Bulletin*. **47**(2), 1-13.

SILVA, F. C. G. da, et. al., 2021. Dorothy Porter Wesley e a organização do conhecimento na Coleção Especial Moorland-Spingarn Research Center. *Liinc em Revista* [Em linha]. **17**(2), 1-23 [consult. 2024-07-10]. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5780.

SHUBERT, S. B., 1992. Critical views of LCSH – ten years later: A bibliographic essay. *Cataloging & Classification Quarterly*. **15**(2), 37-98.

VAUGHAN, C., 2018. The language of cataloguing: Deconstructing and decolonizing systems of organization in libraries. *Dalhousie Journal of Interdisciplinary Management*. 14, 3-15.

WATSON, B. M., 2021. Advancing equitable cataloging. Em: *Proceedings of the 8th North American Symposium on Knowledge Organization* [Em linha]. Seattle: University of Washington [consult. 2024-07-10]. Disponível em: https://journals.lib.washington.edu/index.php/nasko/article/view/15887.

WATSON, B. M., 2020. "There was sex but no sexuality": Critical cataloging and the classification of asexuality in LCSH. *Cataloging & Classification Quarterly*. **58**(6), 547-565.

BALANCE DE GÉNERO EN LAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS ESPAÑOLAS DEL ÁREA DE EDUCACIÓN*

CELIA MARTÍNEZ-CÓRDOBA**
ADOLFO ALONSO-ARROYO***
REMEDIOS AGUILAR-MOYA****
INMACULADA CHIVA-SANCHÍS*****
RUT LUCAS-DOMINGUEZ******
RAFAEL ALEIXANDRE-BENAVENT*******

Resumen: *Este estudio examina la distribución del profesorado universitario desde una perspectiva de género en el área de Educación en 39 universidades públicas españolas. A partir de un directorio nacional construido mediante la recopilación sistemática de datos institucionales (n = 7038), se analizaron los perfiles académicos (categoría profesional y área departamental) clasificados por género. Los resultados evidencian una feminización generalizada del área, pero también una segregación vertical persistente: la proporción de mujeres disminuye progresivamente en las categorías académicas superiores, especialmente en las cátedras universitarias. Además, se observa una mayor representación masculina en departamentos con orientación técnico-cuantitativa, reproduciendo patrones similares a los identificados en disciplinas STEM. Estos hallazgos cuestionan la suposición de que la feminización numérica implica equidad real y sugieren la necesidad de estrategias institucionales más eficaces para garantizar el acceso equitativo a la promoción académica.*

Palabras clave: *Universidades públicas; Directorio; Género; Ciencias de la educación; Perfil académico.*

Abstract: *This study examines the distribution of university teaching staff from a gender perspective in the area of Education in 39 Spanish public universities. Based on a national directory constructed*

---

* Financiación: Ministerio de Ciencia e Innovación del Gobierno de España. Agencia Estatal de Investigación. Proyectos de Transición Ecológica y Digital 2021. Plan de Recuperación, Transformación y Resiliencia – Financiado por la Unión Europea-NextGenerationEU. TED2021-131057B-I00.

** Universitat de València, Departamento de Métodos de Investigación y Diagnóstico en Educación / Grupo de Investigación Uisys, Unidad de Información Social y Sanitaria – España. Email: celia.martinez-cordoba@uv.es. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-7753-9094.

*** Universitat de València, Departamento de Historia de la Ciencia y Documentación / Grupo de Investigación Uisys, Unidad de Información Social y Sanitaria – España. Email: adolfo.alonso@uv.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5084-2818.

**** Universidad Católica de València, Departamento de Didáctica General, Teoría de la Educación e Innovación Tecnológica – España. Email: remedios.aguilar@uv.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6035-3460.

***** Universitat de València, Departamento de Métodos de Investigación y Diagnóstico en Educación – España. Email: inmaculada.chiva@uv.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7145-2309.

****** Universitat de València, Departamento de Historia de la Ciencia y Documentación / Grupo de Investigación Uisys, Unidad de Información Social y Sanitaria – España. Email: rut.lucas@uv.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4697-7832.

******* Universitat de València / Grupo de Investigación Uisys, Unidad de Información Social y Sanitaria; Universitat Politècnica de València / INGENIO (CSIC) – España. Email: rafael.aleixandre@uv.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6678-8844.

through the systematic collection of institutional data (n = 7038), the academic profiles (professional category and departmental area) classified by gender were analysed. The results show a generalised feminisation of the area, but also a persistent vertical segregation: the proportion of women progressively decreases in higher academic categories, especially in university chairs. Moreover, a higher male representation is observed in departments with a technical-quantitative orientation, reproducing patterns similar to those identified in STEM disciplines. These findings question the assumption that numerical feminisation implies real equity and suggest the need for more effective institutional strategies to guarantee equal access to academic promotion.

Keywords: *Public universities; Board of directors; Gender; Educational sciences; Academic profile.*

INTRODUCCIÓN Y OBJETIVOS

En la última década, la equidad de género en el ámbito universitario ha sido objeto de numerosas iniciativas y estudios dirigidos a identificar y superar las barreras que dificultan el acceso de las mujeres a puestos de mayor reconocimiento académico. A nivel global, el porcentaje de mujeres dedicadas a la investigación alcanzó el 31,7% en 2021, frente al 30% registrado en 2017, lo que evidencia un avance modesto pero sostenido en la inclusión femenina en investigación y desarrollo (I+D). Sin embargo, la disponibilidad de datos continúa siendo limitada, ya que solo 130 países de 195 han reportado información sobre la proporción de mujeres investigadoras en sus sistemas científicos durante la última década (UNESCO 2024).

En el contexto español, la desigualdad de género se refleja de forma clara en la estructura del profesorado universitario. Aunque las mujeres representan la mayoría del estudiantado en las etapas formativas iniciales — grado y máster —, esta proporción disminuye progresivamente a medida que se asciende en la jerarquía académica. En 2023, solo el 26,3% del profesorado catedrático en universidades públicas era mujer, mientras que en la categoría de titulares la cifra ascendía al 42,6%. El porcentaje más alto de representación femenina se encuentra entre el profesorado contratado doctor, con un 49,7%. Esta evolución descendente es interpretada como un reflejo del fenómeno conocido como «oleoducto con fugas», según el cual las mujeres ingresan al sistema académico en proporciones igualitarias, pero ven dificultada su progresión profesional en las etapas posteriores (Conferencia… 2023; España 2025).

Este patrón se reproduce también en las disciplinas STEM (Ciencia, Tecnología, Ingeniería y Matemáticas), donde la presencia femenina es particularmente baja: en Ingeniería y Arquitectura, las mujeres apenas representan entre el 28% y el 31% del alumnado en los niveles de grado, máster y doctorado. Según las tendencias actuales, la paridad de género en estas áreas no se alcanzaría hasta dentro de cinco décadas (España 2025).

Por otro lado, los informes institucionales revelan una brecha persistente entre universidades españolas. Mientras algunas han avanzado significativamente en la representación femenina dentro de su cuerpo docente, otras mantienen niveles considerablemente bajos. La estabilidad de estas diferencias a lo largo del tiempo sugiere

la existencia de dinámicas estructurales que perpetúan los patrones de desigualdad (Conferencia… 2023). Además, los estudios muestran una marcada disparidad en la percepción de las políticas de igualdad según el género: las mujeres consideran con mayor frecuencia que estas medidas no abordan eficazmente las barreras reales a su avance profesional, mientras que los hombres tienden a tener una valoración más positiva y homogénea. Esta disonancia evidencia la necesidad de integrar de forma más efectiva la perspectiva de género en la planificación institucional y en los procesos de evaluación del personal académico (Conferencia… 2023; España 2025).

En este contexto, el objetivo del presente estudio es analizar la distribución del profesorado universitario desde una perspectiva de género en las universidades públicas españolas en el área de Educación. Dada la particular composición de género en esta disciplina, altamente feminizada, el análisis permite examinar si dicha feminización se traduce también en una distribución equitativa en todas las categorías profesionales o si, por el contrario, se reproduce el patrón de segmentación y techo de cristal observado en otras ramas del conocimiento, especialmente en comparación con las dinámicas estructurales propias de las STEM.

Metodología

El presente estudio parte de la elaboración de un directorio nacional cuyo objetivo es recoger información detallada y actualizada sobre el profesorado universitario en el área de Educación en las universidades públicas españolas. La construcción del directorio se llevó a cabo entre los meses de septiembre y diciembre de 2023 y se basó en un proceso sistemático de recopilación de datos públicos disponibles en las páginas *web* oficiales de las universidades.

En principio se planteó el estudio con 50 universidades públicas españolas. No obstante, el estudio final es de 39 universidades debido a que no todas tienen facultad de educación, sus directorios no están divididos por áreas o estaban inoperativos en el periodo de obtención de datos.

Así, se identificaron un total de 7038 académicos/as pertenecientes a 39 universidades públicas españolas con facultades de educación. Para cada docente, se recogió información relativa a su nombre completo, género (inferido a partir del nombre y, en los casos dudosos, contrastado con información institucional), categoría profesional (ayudante doctor, contratado doctor, titular, catedrático, asociado, etc.) y vinculación con el departamento o área de conocimiento. Los criterios de inclusión se limitaron a personal docente e investigador adscrito a áreas de conocimiento vinculadas directamente al ámbito de la Educación.

Los datos se recopilaron en un archivo Excel agrupando por universidades y categorizando por departamentos y cargos. En la mayoría de los casos, todos los datos se obtenían desde el propio directorio. El género del personal investigador considerado

en directorio ha sido inferido a partir de los nombres que aparecen en las páginas web institucionales de sus respectivas universidades. En aquellos casos en los que la información no estaba estandarizada o era incompleta, se realizó una búsqueda manual para identificar los cargos y correos electrónicos de los docentes e investigadores/a. Sin embargo, en algunos casos no se pudieron cumplimentar las categorías profesionales, por no encontrar la información precisa. Así, de 7038 profesionales registrados en el directorio, se han podido completar los perfiles académicos de 6507.

Posteriormente, los datos fueron tratados y sistematizados en una base de datos estructurada que permitió realizar análisis comparativos por género, universidad, áreas específicas de conocimiento y por cargos académicos desempeñados.

RESULTADOS

En cuanto a la distribución del profesorado por universidad, en la Figura 1 se observa que el área de Educación presenta un predominio femenino en la mayoría de los centros analizados. En 30 de las 39 universidades públicas incluidas en el estudio (76,9%), el porcentaje de mujeres supera al de hombres. Solo en 7 universidades (17,9%) los hombres están más representados, mientras que en la Universidad Autónoma de Madrid y la Universidad de Murcia, se alcanza una situación de paridad exacta (50% mujeres y 50% hombres). Cabe señalar que un grupo de 6 instituciones formado por la Universidad de Alicante (48,67%), la Universidad de Granada (48,74%), la Universidad de Cádiz (47,5%), la Universidad de Huelva (47,83%), la Universitat de València (47,67%) y la Universidad de Almería (47,52%) se sitúan en un rango

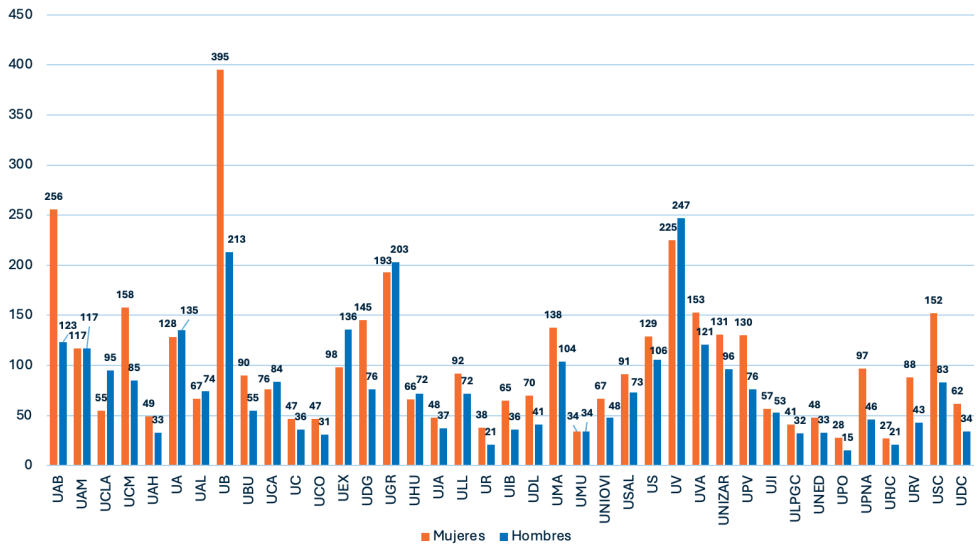


Fig. 1. Distribución de género por universidad

Fuente: Elaboración propia

cercano a la paridad, con proporciones de mujeres entre el 48% y el 52%. Entre las universidades con mayor proporción femenina destacan la Universitat Autònoma de Barcelona (67,55%), la Universidad Pública de Navarra (67,83%) y la Universitat Rovira i Virgili (67,18%). En el extremo opuesto, la Universidad de Castilla – La Mancha presenta la mayor sobrerrepresentación masculina, con solo un 36,67% de mujeres.

Respecto a la distribución de género por cargo académico (Fig. 2), las mujeres tienen mayor representación en las etapas iniciales y menos consolidadas de la carrera académica, como becarias de investigación (76,92%), contratadas posdoctorales (66,67%), contratadas predoctorales (64,63%) y en los cargos de ayudante doctora (63,84%). También superan el 60% en categorías como profesorado investigador (61,75%), profesorado asociado (55,74%) y profesorado sustituto (62,57%), así como en ciertas figuras intermedias, como profesoras contratadas doctoras (59%) o titulares de universidad (58,14%).

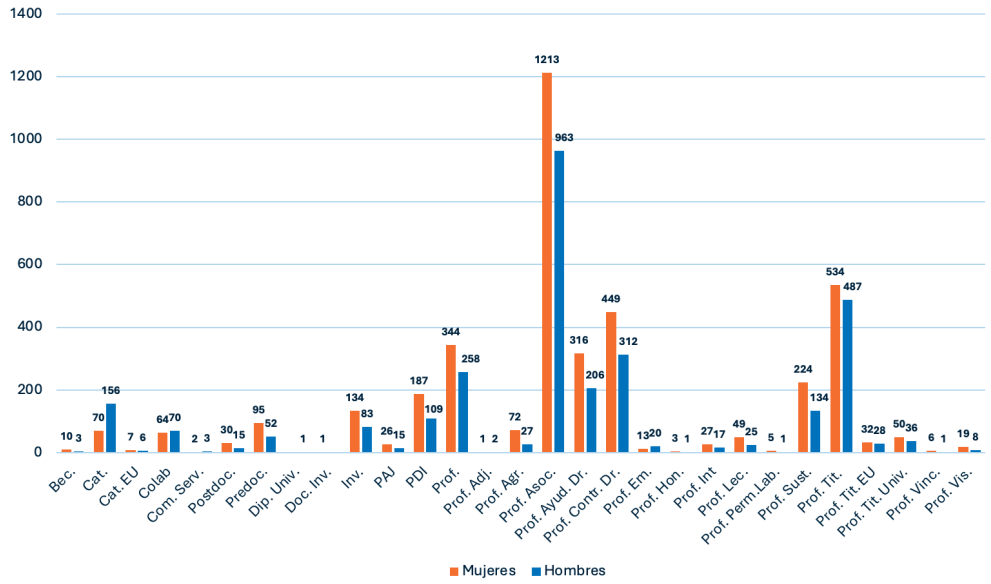


Fig. 2. Distribución de género por cargo
Fuente: Elaboración propia[1]

[1] Las abreviaciones empleadas en la Figura 2 corresponden a los siguientes cargos. Bec.: Becario/a; Cat.: Catedrático/a; Cat. EU: Catedrático/a de Escuela Universitaria; Colab.: Colaborador/a; Com. Serv.: Comisión de Servicios; Postdoc.: Contrato Posdoctoral; Predoc.: Contrato Predoctoral; Dip. Univ.: Diplomado/a Universitario; Doc. Inv.: Docente Invitado/a; Inv.: Investigador/a; PAJ: Personal Académico Jubilado; PDI: Personal Docente Investigador; Prof.: Profesor/a; Prof. Adj.: Profesor/a Adjunto/a; Prof. Agr.: Profesor/a Agregado/a; Prof. Asoc.: Profesor/a Asociado/a; Prof. Ayud.: Profesor/a Ayudante; Prof. Ayud. Dr.: Profesor/a Ayudante Doctor/a; Prof. Cont Dr.: Profesor/a Contratado/a Doctor/a; Prof. Em.: Profesor/a Emérito/a; Prof. Hon.: Profesor/a Honorario/a; Prof. Int.: Profesor/a Interino/a; Prof. Lec.: Profesor/a Lector/a; Prof. Perm. Lab.: Profesor/a Permanente Laboral; Prof. Sust.: Profesor/a Sustituto/a; Prof. Tit.: Profesor/a Titular; Prof. Tit. EU: Profesor/a Titular de Escuela Universitaria; Prof. Tit. Univ.: Profesor/a Titular de Universidad; Prof. Vinc.: Profesor/a Vinculado/a.

En contraste, la representación femenina se reduce en las posiciones de mayor trayectoria, como las cátedras universitarias, donde solo el 30,97% son mujeres. Este patrón se repite en el profesorado emérito (39,39%).

La distribución por áreas departamentales dentro del área de Educación muestra una tendencia general a la sobrerrepresentación femenina, con excepciones puntuales (Fig. 3). Las proporciones más elevadas de mujeres se encuentran en los departamentos de Psicología Social, Evolutiva y de la Educación (68,63%), Métodos de Investigación y Diagnóstico en Educación (64,4%) y Teoría de la Educación, Educación Comparada e Historia de la Educación (61,67%). También presentan mayoría femenina los departamentos de Ciencias de la Educación (58,2%), Didáctica de la Lengua y Literatura, Ciencias Sociales, Matemáticas y Ciencias Experimentales (57,3%) y Didáctica, Organización Escolar e Investigación (56,61%). La única área con mayoría masculina es la de Didáctica de la Educación Física, Artística y Musical, donde los hombres representan el 57,76% del total.

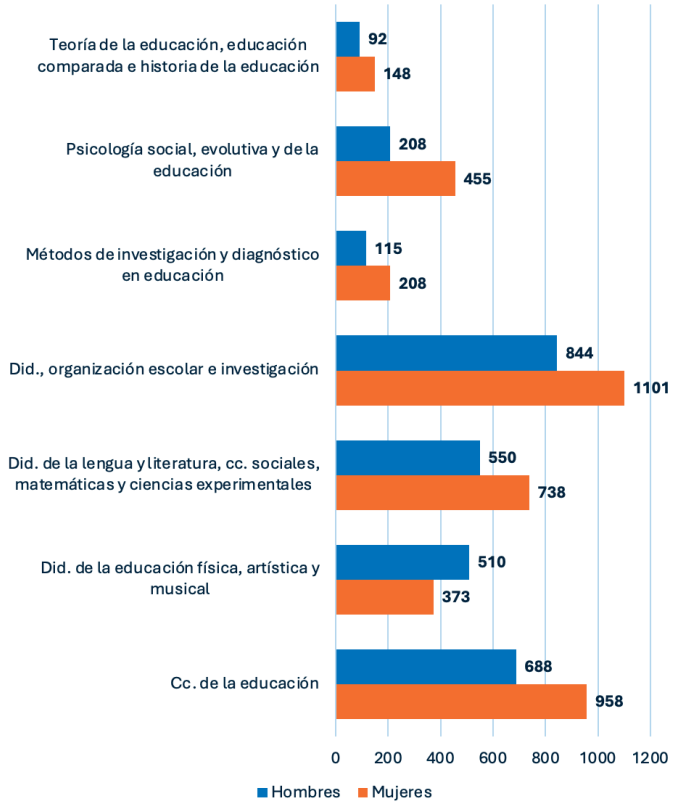


Fig. 3
Distribución de género por departamento
Fuente: Elaboración propia

No obstante, sin agrupar los departamentos de las universidades en categorías más generales, los departamentos de educación física, ciencias sociales, matemáticas y experimentales también tienen mayor representación masculina, estudiados de manera individual. Las universidades con mayor proporción de mujeres tienden a tener departamentos centrados en la didáctica, la psicología evolutiva y la pedagogía. En las Tablas 1 y 2 aparecen los departamentos con mayor distribución por cada género, masculino y femenino, respectivamente, sin agrupar.

Tabla 1. Los 20 departamentos con mayor representación masculina

Universidad	Departamento	% Mujeres	% Hombres
Universidad Autónoma de Madrid	Educación física, deporte y motricidad humana	18,18	81,82
Universidad de Murcia	Didáctica de las ciencias matemáticas y sociales	20	80
Universidad de Oviedo	Didáctica de la Expresión Corporal	22,22	77,78
Universidad de Oviedo	Didáctica de las Ciencias Sociales	22,22	77,78
Universidad de Valencia	Filosofía	22,22	77,78
Universidad de Granada	Departamento de Didáctica de la Expresión Musical, Plástica y Corporal	27,27	72,73
Universidad Autónoma de Madrid	Educación física, deporte y motricidad humana	28,57	71,43
Universidad de Sevilla	Educación física y deportes	29,79	70,21
Universidad de Murcia	Didáctica de la lengua y la literatura	30	70
Universidad de Extremadura	Didáctica de las ciencias sociales, lengua y literatura	30,23	69,77
Universidad de Extremadura	Didáctica de la expresión musical, plástica y corporal	31,31	68,69
Universidad Castilla – La Mancha	Didáctica de la educación física, artística y música	31,58	68,42
Universidad de Salamanca	Didáctica de la expresión musical, plástica y corporal	34,48	65,52
Universidad de Zaragoza	Expresión musical, plástica y corporal	35	65
Universidad Jaume I	Educación y didácticas específicas	35,19	64,81
Universidad de Huelva	Didácticas integradas	36,21	63,79
Universidad de Cádiz	Didáctica de la educación física, plástica y visual	36,51	63,49
Universidad de Valencia	Didáctica de la matemática	37,5	62,5
Universidad de Valencia	Didáctica de la educación física, artística y música	39,06	60,94
Universidad de Granada	Didáctica de las ciencias sociales	39,13	60,87

Fuente: Elaboración propia

Tabla 2. Los 20 departamentos con mayor representación femenina

Universidad	Departamento	% Mujeres	% Hombres
Universidad de Valladolid	Didáctica de la lengua y la literatura	86,21	13,79
Universidad de Oviedo	Didáctica de la Expresión Plástica	85,71	14,29
Universidad de Oviedo	Teoría e Historia de la Educación	85	15
Universidad de Granada	Psicología evolutiva y de la educación	81,25	18,75
Universidad de Girona	Didácticas específicas	80,43	19,57
Universidad de Extremadura	Teoría e historia de la educación	77,78	22,22
Universidad de Córdoba	Educación	76,67	23,33
Universidad de Málaga	Psicología evolutiva y de la educación	76,6	23,4
Universidad Autónoma de Madrid	Educación artística, plástica y visual	75	25
Universidad Autónoma de Madrid	Filologías y su didáctica	75	25
Universidad de Murcia	Métodos de investigación y diagnóstico en educación	75	25
Universidad Complutense de Madrid	Investigación y psicología en educación	74,76	25,24
Universidad Santiago de Compostela	Psicología evolutiva y de la educación	74,29	25,71
Universidad autónoma de Barcelona	Didáctica de la lengua y de las ciencias sociales	74,26	25,74
Universidad del País Vasco	Psicología evolutiva y de la educación	74	26
Universidad de Barcelona	Métodos de investigación y diagnóstico en educación	73,21	26,79
Universidad Santiago de Compostela	Pedagogía y didáctica	71,17	28,83
Universidad Autónoma de Barcelona	Didáctica de la expresión musical, plástica y corporal	71,15	28,85
Universidad de Murcia	Teoría e historia de la educación	70	30
Universidad de Valencia	Teoría de la Educación	70	30

Fuente: Elaboración propia

CONCLUSIONES

Este estudio indica que, aunque el área de Educación muestra una clara feminización en términos de profesorado en general, dicha mayoría no se refleja en los niveles superiores de la jerarquía académica, lo que sugiere que la presencia cuantitativa no garantiza acceso a posiciones de liderazgo institucional, reproduciendo el patrón del

«oleoducto con fugas» descrito. Además, se observa que los departamentos con mayor predominio masculino coinciden con disciplinas que incorporan componentes técnicos o cuantitativos — como la didáctica de la educación física, las matemáticas o las ciencias experimentales —, lo que pone de manifiesto la reproducción de patrones observados en las disciplinas STEM.

En su conjunto, estos resultados confirman que, incluso en un área tan feminizada como la Educación, persisten dinámicas de segmento funcional y escalamiento profesional que evocan el efecto del «techo de cristal» y del sesgo técnico característico de las STEM, evidenciando que la feminización en número no asegura una equidad real en los puestos superiores. Para avanzar hacia una representación más equitativa en los puestos de mayor responsabilidad, es fundamental garantizar la equidad en todas las etapas de la carrera académica, incluyendo el acceso, la estabilización y la promoción.

REFERENCIAS

CONFERENCIA DE RECTORES Y RECTORAS DE LAS UNIVERSIDADES ESPAÑOLAS, 2023. *La universidad española en cifras* [En línea]. Madrid: CRUE [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://www.crue.org/publicacion/espanola-en-cifras/.

ESPAÑA. Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades, 2025. *Científicas en cifras 2025* [En línea]. Madrid: Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://www.ciencia.gob.es/Secc-Servicios/Igualdad/CientificasCifras.html.

UNESCO, 2024. *La brecha de género en la ciencia: estado y tendencias* [En línea]. París: UNESCO [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388805_spa.

FLUXOS DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E INCLUSÃO DE NOVOS SABERES: O *POLE DANCE* COMO OBJETO EMERGENTE NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

GABRIELA DA SILVA CONCEIÇÃO*
MICHELY JABALA MAMEDE VOGEL**

Resumo: *Esta comunicação analisa os fluxos da comunicação científica à luz dos debates sobre inclusão e diversidade na Organização do Conhecimento, utilizando o* pole dance *como objeto emergente. A pesquisa qualitativa, baseada em análise documental e bibliográfica, discute como as práticas, critérios e canais tradicionais da ciência influenciam a legitimação de saberes considerados periféricos. Apesar dos estigmas históricos associados ao* pole dance*, observa-se sua crescente inserção interdisciplinar e visibilidade ampliada por tecnologias digitais. Contudo, persistem barreiras estruturais à inclusão epistêmica. O estudo evidencia que a Ciência da Informação desempenha um papel estratégico na promoção de uma ciência mais plural e democrática, ao problematizar os critérios simbólicos que definem o que é ciência, quem pode produzi-la e quais temas são legitimados. A reflexão aponta para a urgência de reconfigurar os modelos de comunicação científica e valorizar a diversidade epistemológica no contexto contemporâneo.*

Palavras-chave: *Fluxos da Comunicação Científica; Temas Emergentes;* Pole Dance.

Abstract: *This communication analyzes the flows of scientific communication in light of debates on inclusion and diversity within Knowledge Organization, using pole dance as an emerging research object. Based on qualitative documental and bibliographic analysis, it discusses how traditional scientific practices, criteria, and channels influence the legitimization of peripheral knowledge. Despite historical stigmas associated with pole dance, its interdisciplinary insertion and visibility, enhanced by digital technologies, are growing. However, structural barriers to epistemic inclusion persist. The study highlights the strategic role of Information Science in promoting a more plural and democratic science by questioning symbolic criteria that define what science is, who can produce it, and which topics are legitimized. The reflection points to the urgency of reconfiguring scientific communication models and valuing epistemological diversity in contemporary contexts.*

Keywords: *Scientific Communication Flows; Emerging Topics; Pole Dance.*

* Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil. Email: gconceicao@id.uff.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0003-8236-3963.
** Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil. Email: michelyvogel@id.uff.br. ORCID:https://orcid.org/0000-0002-0311-3161.

INTRODUÇÃO

A compreensão do fenômeno da comunicação científica não pode prescindir da análise de seus contextos históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos, que moldam não apenas os processos de produção do conhecimento, mas também as linguagens, os formatos e os critérios de legitimação adotados no meio acadêmico. A ciência, longe de ser uma atividade isolada, ocorre em um ambiente permeado por tensões de poder e relações simbólicas que influenciam quais saberes são privilegiados e quais permanecem marginalizados.

Neste cenário, a circulação e o reconhecimento do conhecimento científico não são neutros; são permeados por assimetrias históricas que favorecem determinadas formas de conhecimento, sujeitos, instituições e abordagens metodológicas, enquanto invisibilizam outras. Essas desigualdades epistemológicas se manifestam por meio de estruturas hierárquicas consolidadas que delimitam os espaços legítimos de produção e disseminação do conhecimento. Assim, o desafio da inclusão epistêmica exige uma análise crítica dessas estruturas e a identificação dos mecanismos que sustentam ou promovem a exclusão.

Como objeto de estudo, escolheu-se o *pole dance*, prática corporal e cultural que vem ganhando destaque no campo acadêmico como tema emergente. O *pole dance* é utilizado como lente analítica para problematizar os mecanismos informacionais e institucionais que determinam o que é reconhecido como conhecimento válido, publicado e legitimado, desvelando as disputas simbólicas presentes na comunicação científica. Historicamente, o *pole dance* tem sido associado a estigmas e preconceitos, principalmente relacionados ao entretenimento adulto e à sexualização do corpo feminino, o que contribuiu para sua marginalização no meio acadêmico. No entanto, observou-se uma crescente ressignificação dessa prática e um interesse interdisciplinar crescente, envolvendo áreas como Educação Física, Psicologia, Sociologia, Antropologia, Nutrição, e Ciência da Informação, entre outras (Conceição 2022).

A questão-problema desta pesquisa consiste em compreender como os fluxos da comunicação científica influenciam a inclusão ou a marginalização de saberes considerados não hegemônicos, revelando as tensões entre tradição e inovação no campo científico. Busca-se investigar de que maneira a estrutura da comunicação acadêmica contribui — ou deixa de contribuir — para a inserção de temas periféricos, alternativos ou historicamente marginalizados, tomando como estudo de caso o processo de consolidação do *pole dance* como objeto emergente de interesse científico.

O objetivo geral da pesquisa é analisar como a comunicação acadêmica, em sua estrutura e dinâmica, favorece ou limita a legitimação de temas considerados periféricos, utilizando o *pole dance* como exemplo de prática cultural em processo de reconhecimento institucional no campo científico.

Os objetivos específicos são:

- Discutir a relevância da literatura cinzenta no contexto da comunicação científica de temas emergentes;
- Caracterizar o percurso de temas emergentes nos fluxos de comunicação científica;
- Identificar e analisar a produção científica sobre *pole dance*, com foco na identificação dos canais utilizados, sua distribuição temporal e geográfica, o gênero dos autores e as áreas do conhecimento envolvidas.

A investigação propõe, ainda, refletir sobre o papel das tecnologias digitais nesse contexto e sobre os potenciais de transformação que elas oferecem ao sistema tradicional de comunicação científica.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta os principais aspectos conceituais e históricos da comunicação científica, com ênfase em seus fundamentos, canais, fluxos e modelos contemporâneos, a fim de compreender os mecanismos de legitimação do conhecimento e as transformações recentes nesse campo. Em seguida, discute-se o papel estratégico da literatura cinzenta na circulação de saberes emergentes, especialmente relevante para objetos de estudo que ainda não possuem espaços consolidados nos canais formais de publicação. Por fim, aborda-se a Organização do Conhecimento como subárea central da Ciência da Informação, responsável por problematizar os critérios que definem o que é reconhecido como ciência, quem pode produzi-la e quais temas são considerados legítimos, revelando as dinâmicas de poder e exclusão simbólica presentes no campo científico.

1.1. Comunicação científica: fundamentos, fluxos e canais

A comunicação científica é um pilar fundamental para o progresso e a disseminação do conhecimento, abrangendo desde a geração até o consumo da informação. Ela garante a validação e legitimação de novas pesquisas, principalmente por meio do rigoroso processo de revisão por pares nos canais formais (Targino 2000). Originalmente, os periódicos científicos, onde os artigos são publicados, surgiram para compartilhar resultados de pesquisa com um número crescente de cientistas, transformando a ciência de uma atividade privada para uma prática social.

Historicamente, os periódicos científicos surgiram no século XVII com o intuito de compartilhar os resultados de pesquisa entre uma comunidade científica em expansão. A *Philosophical Transactions*, da Royal Society, é um marco desse processo, ao estabelecer um modelo que transformou a ciência de uma atividade privada e elitizada em uma prática institucionalizada e socialmente acessível. Desde então,

a publicação de artigos consolidou-se como a principal 'moeda' do meio acadêmico, associada à trajetória profissional dos pesquisadores e à sua busca por autoridade, prestígio e influência no campo científico (Weitzel 2006).

Os fluxos da comunicação científica descrevem a circulação contínua e dinâmica do conhecimento entre os pesquisadores e, em sentido ampliado, entre ciência e sociedade. Esses fluxos são moldados por fatores históricos, culturais e institucionais, como a laicização do saber, o desenvolvimento do método científico, o surgimento de sociedades científicas — como a Royal Society e a Académie Royale des Sciences — e a consolidação de dispositivos simbólicos que regulam a produção do conhecimento (Weitzel 2006).

A estrutura da comunicação científica compreende canais formais e informais. Os canais informais — como discussões preliminares, trocas interpessoais e reuniões acadêmicas — têm papel importante nas fases iniciais das pesquisas, permitindo sondagens conceituais e metodológicas. Já os canais formais envolvem suportes estruturados e institucionalizados, como livros, artigos de periódicos, teses, dissertações e relatórios técnicos, sendo os principais meios de divulgação, avaliação e legitimação dos resultados científicos (Targino 2000).

Apesar da centralidade do artigo científico como formato consagrado de comunicação e validação do conhecimento, o modelo tradicional enfrenta críticas. Sua morosidade, o incentivo à busca por resultados «impactantes» (ou *hype*), a dificuldade de correção de erros e o viés de publicação — que privilegia resultados positivos — são apontados como entraves à transparência e à integridade da ciência. A pressão por produtividade pode levar à distorção de dados ou até mesmo à fraude. Além disso, os altos custos de publicação e acesso, especialmente em periódicos de prestígio, criam barreiras econômicas que dificultam a circulação equitativa da informação (Ritchie 2022).

Nesse sentido, autores como Frohmann (2000) argumentam que os periódicos científicos não operam apenas como instrumentos de produção de novo conhecimento, mas sobretudo como mecanismos de estabilização simbólica e controle social das redes científicas estabelecidas, desafiando a ideia de neutralidade e universalidade do discurso científico.

O advento da Internet e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) provocou transformações profundas nesse cenário (Santos-d'Amorim 2021). O crescimento de periódicos eletrônicos (*e-journals*), servidores de preprints, redes sociais acadêmicas e plataformas de ciência aberta contribuiu para remodelar os fluxos da comunicação científica. Modelos teóricos como o «Modernizado» e «Collaboratory», propostos por Hurd (1996), e o «Modelo para 2020» (Hurd 2000), destacam essa mudança estrutural ao incorporar elementos eletrônicos, colaborativos e dinâmicos nos processos de produção e disseminação do conhecimento.

Atualmente, as etapas de geração e circulação de informação científica frequentemente ocorrem de forma simultânea, aceleradas por plataformas digitais que promovem o *feedback* contínuo, a colaboração aberta e o acesso ampliado. A pandemia de Covid-19 evidenciou esse processo, ao demonstrar como preprints e outras ferramentas digitais viabilizaram uma circulação ágil de descobertas científicas em tempo real, mesmo com o contínuo papel da revisão por pares na garantia da qualidade.

1.2. A literatura cinzenta e os temas emergentes

No ecossistema contemporâneo da comunicação científica, marcado por dinâmicas digitais, colaboração em rede e pluralidade de formatos, a literatura cinzenta emerge como uma fonte fundamental para a circulação de ideias ainda em processo de consolidação. Constituem-se como literatura cinzenta os materiais que, embora produzidos em ambientes acadêmicos e institucionais, não são publicados por meios comerciais tradicionais nem submetidos, em geral, à revisão por pares externa. Incluem-se nesse escopo as teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, anais de eventos científicos, relatórios técnicos e documentos institucionais (Cunha e Cavalcanti 2008).

Apesar de muitas vezes marginalizada no sistema formal de avaliação científica, a literatura cinzenta possui alto valor informacional, sobretudo por seu caráter de originalidade, detalhamento metodológico e atualização temática. Esses documentos frequentemente representam a vanguarda da produção acadêmica, pois abordam objetos de estudo emergentes, ainda não plenamente legitimados nos canais tradicionais de publicação (Botelho e Oliveira 2015).

No contexto dos temas emergentes, a literatura cinzenta cumpre função estratégica. Tais temas são definidos como áreas de pesquisa que ganham visibilidade e relevância em resposta a transformações sociais, tecnológicas, culturais ou ambientais, mas que ainda carecem de redes consolidadas de pesquisadores, periódicos especializados e reconhecimento institucional formal. Justamente por essa ausência de estruturas estabilizadas, os estudos iniciais sobre tais temas encontram, na literatura cinzenta, um espaço para amadurecimento teórico, experimentação metodológica e circulação de resultados preliminares (Kuhn 1970).

O caráter emergente de um tema não é determinado apenas por sua novidade, mas pela sua capacidade de tensionar os paradigmas estabelecidos, demandando abordagens interdisciplinares, revisão de conceitos e abertura a novos arranjos epistêmicos. Nesse processo, a visibilidade da produção científica depende não apenas da originalidade dos achados, mas também da sua inserção nos fluxos comunicacionais dominantes. E é justamente aí que a literatura cinzenta enfrenta desafios: por não integrar os circuitos comerciais e formais da publicação acadêmica, esses materiais

muitas vezes carecem de mecanismos eficazes de indexação, padronização de metadados e interoperabilidade entre repositórios (Botelho e Oliveira 2015).

Ainda assim, repositórios institucionais, bibliotecas digitais e iniciativas de acesso aberto vêm fortalecendo a presença e a acessibilidade da literatura cinzenta. Plataformas como a *Oasisbr*, a *BDTD* e os repositórios internacionais desempenham papel relevante nesse cenário, ampliando a visibilidade de produções oriundas de programas de pós-graduação e instituições científicas diversas. Tais espaços se tornam, portanto, fundamentais para a consolidação de temas que ainda não conquistaram legitimidade plena no campo acadêmico tradicional (Botelho e Oliveira 2015).

É nesse cenário que se insere o estudo do *pole dance* como prática emergente. Em um campo ainda marcado por resistências simbólicas, a literatura cinzenta tem funcionado como meio privilegiado para o registro, análise e difusão das primeiras tentativas de apropriação científica do tema. Trabalhos acadêmicos desenvolvidos em programas de pós-graduação, comunicações apresentadas em eventos interdisciplinares e produções de caráter exploratório têm pavimentado o caminho para sua institucionalização como objeto legítimo de pesquisa (Ziman 1979; Meadows 1999).

Assim, a literatura cinzenta não apenas complementa a produção acadêmica formal, mas contribui ativamente para a diversificação epistemológica e para a ampliação dos horizontes temáticos da ciência. Ao acolher os primeiros esforços investigativos sobre temas emergentes, ela oferece uma plataforma essencial para sua posterior consolidação nos circuitos formais da comunicação científica.

1.3. A Organização do Conhecimento e a legitimação dos saberes

A Organização do Conhecimento, subcampo da Ciência da Informação, ocupa posição estratégica na análise dos critérios que definem a ciência e seus objetos. Sob a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu, o campo científico é um espaço de disputa por autoridade e poder simbólico, no qual agentes competem pela posse de capital científico e simbólico — elementos que conferem prestígio, inserção institucional e legitimidade (Bourdieu 1983).

A legitimação dos saberes passa, assim, por processos simbólicos complexos que envolvem práticas sociais, culturais e institucionais. A emergência de novos saberes e temas, como o *pole dance*, questiona essas estruturas e desafia os critérios tradicionais, abrindo espaço para a reconfiguração dos paradigmas de validação e para a ampliação da pluralidade epistemológica (Frohmann 2000).

Ao integrar esses temas ao meio acadêmico, a Organização do Conhecimento contribui para a construção de uma ciência mais inclusiva, plural e representativa das diversidades sociais e culturais que compõem a contemporaneidade, promovendo debates críticos sobre o papel da ciência e os mecanismos de exclusão e inclusão.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem quali-quantitativa, integrando métodos qualitativos e quantitativos para alcançar uma compreensão ampla e multifacetada dos fluxos da comunicação científica e da emergência de temas periféricos, como o *pole dance*. Trata-se de uma investigação de natureza básica, exploratória e descritiva, voltada à produção de conhecimento teórico nas áreas de ciência, tecnologia e comunicação, sem aplicação prática imediata.

Os procedimentos metodológicos estão organizados conforme os objetivos específicos definidos. Para o primeiro objetivo, que consiste em discutir a relevância da literatura cinzenta no contexto da comunicação científica de temas emergentes, realizou-se pesquisa bibliográfica em fontes especializadas. A fundamentação teórica baseou-se em autores como Meadows (1999), Mueller (2006), Targino (2000), Garvey (1979), Sugimoto e Larivière (2017) e Fernandes e Vilan Filho (2021), permitindo compreender o papel da literatura cinzenta na legitimação inicial de saberes ainda não consolidados no campo científico formal.

No segundo objetivo, que visa caracterizar o percurso de temas emergentes nos fluxos da comunicação científica, foram empregadas pesquisa bibliográfica e análise teórico-conceitual. A partir da literatura especializada, discutiram-se os mecanismos de circulação, as barreiras à legitimação, o papel das instituições e a dinâmica entre canais formais e informais, incluindo a análise de trajetórias temáticas na Ciência da Informação e áreas correlatas.

Para o terceiro objetivo, que busca identificar e analisar a produção científica sobre *pole dance*, foram aplicadas as técnicas de levantamento bibliográfico e análise bibliométrica. A coleta de dados ocorreu na Plataforma Lattes, atualizando e ampliando o mapeamento realizado por Conceição (2022), por meio da busca pelo termo "pole dance" com filtragem por nacionalidade brasileira. A análise contemplou perfis diversos (doutores, mestres, graduados, estudantes, técnicos) e organizou os dados em planilha do Microsoft Excel, com variáveis como título, autor, URL, ano, instituição, estado, orientador, curso/área e grau/categoria Lattes.

No quarto objetivo, que propõe refletir sobre o papel das tecnologias digitais e seus potenciais transformadores na comunicação científica, adotou-se uma abordagem analítico-reflexiva baseada em autores contemporâneos que discutem ciência aberta, preprints, redes sociais acadêmicas e os impactos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Essa análise foi articulada aos dados coletados, evidenciando desafios e possibilidades das TICs para a democratização do conhecimento científico.

A seguir, apresentamos a análise dos resultados obtidos na pesquisa. Nesta seção, os dados coletados serão discutidos à luz dos objetivos propostos, buscando compreender como se dão os fluxos da comunicação científica e a legitimação de temas emergentes, com foco no *pole dance*.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A discussão evidencia que, embora tenha ocorrido uma transformação significativa nos modelos tradicionais de comunicação científica — com o surgimento de periódicos eletrônicos (*e-journals*), servidores de preprints que permitem a rápida disponibilização de resultados, fluxos contínuos de publicação que quebram barreiras temporais rígidas, redes sociais acadêmicas que facilitam o diálogo e a colaboração, e iniciativas de ciência aberta que democratizam o acesso à informação —, ainda persistem barreiras estruturais profundas que limitam a inclusão epistêmica. Essas barreiras se manifestam em critérios rígidos de validação, exclusão de determinados saberes e áreas consideradas periféricas, e na reprodução de hierarquias simbólicas que privilegiam certos grupos e formas de conhecimento em detrimento de outros.

A emergência do *pole dance* enquanto objeto acadêmico desafia diretamente essas estruturas cristalizadas, pois coloca em evidência um tema que historicamente foi marginalizado, carregado de estigmas e invisibilizado no âmbito científico formal. Esse desafio propicia uma oportunidade concreta para repensar os critérios tradicionais de validação científica, questionando o que é considerado válido, confiável e relevante dentro da academia. Além disso, convida à reflexão sobre os modos de produção do conhecimento, que tradicionalmente se pautam em práticas formais, rigorosas e hierarquizadas, e que podem beneficiar-se da abertura a formas mais diversificadas, interdisciplinares e inclusivas.

O caso do *pole dance* expõe tensões complexas que vão além da simples dicotomia entre tradição e inovação. Ele revela uma disputa entre práticas formais, institucionalizadas e reconhecidas, e práticas informais, muitas vezes deslegitimadas, que circulam em espaços alternativos e comunitários. Também traz à tona a historicidade da exclusão, demonstrando como determinados corpos, discursos e saberes foram sistematicamente marginalizados, enquanto evidencia as possibilidades emergentes de reconhecimento institucional e simbólico que vêm ganhando espaço por meio de eventos acadêmicos, produção científica crescente e debates interdisciplinares.

Portanto, o *pole dance* não é apenas um tema acadêmico emergente, mas um exemplo vivo das transformações necessárias na comunicação científica para que ela se torne verdadeiramente inclusiva, plural e sensível às diversidades epistemológicas, sociais e culturais que marcam a contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o *pole dance* como tema emergente nos fluxos da comunicação científica, foi possível compreender como a estrutura da comunicação acadêmica pode tanto favorecer quanto limitar a legitimação de saberes periféricos. O estudo evidenciou que a literatura cinzenta desempenha papel estratégico na circulação inicial desses

saberes, funcionando como espaço de resistência e experimentação teórico-metodológica. Também foi possível caracterizar o percurso do *pole dance* na produção científica, identificando os canais utilizados, sua distribuição temporal e geográfica, os gêneros dos autores e as áreas do conhecimento envolvidas, revelando padrões e lacunas significativas. Além disso, a reflexão sobre o papel das tecnologias digitais demonstrou seu potencial para democratizar a comunicação científica e desafiar os modelos tradicionais de validação, ainda que as assimetrias persistam.

A pesquisa evidenciou que a literatura cinzenta tem papel central na abordagem de temas emergentes, funcionando como espaço de maturação de ideias ainda não plenamente legitimadas nos canais formais. Contudo, a ausência de periódicos especializados e de redes institucionais voltadas ao *pole dance* revela um campo em processo de consolidação, dificultando seu reconhecimento como objeto legítimo de investigação. Observa-se também um descompasso entre sua crescente visibilidade cultural e sua absorção pelo campo acadêmico, o que reforça a necessidade de ampliar os critérios simbólicos de validação científica.

Pensar a comunicação científica sob o prisma da inclusão e da diversidade na Organização do Conhecimento exige não apenas a reconfiguração dos modelos de circulação da informação, mas também uma revisão crítica dos critérios que definem o que é ciência, quem pode produzi-la, em quais espaços e sobre quais temas. A análise dos fluxos informacionais e do caso do *pole dance* demonstra que a Ciência da Informação, ao refletir sobre seus próprios sistemas e dispositivos, pode exercer papel estratégico na promoção de uma ciência mais plural, democrática e representativa da diversidade social, cultural e epistemológica da contemporaneidade.

Entre as limitações do estudo, destacam-se a escassez de metadados padronizados e a concentração geográfica da produção. Sugere-se, para investigações futuras, a análise de representações em mídias e escolas, bem como o desenvolvimento de estratégias colaborativas que integrem prática social e produção científica. Reivindicar esse espaço de pluralidade não é apenas uma demanda de grupos historicamente marginalizados, mas uma urgência da própria ciência diante dos desafios do século XXI.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, R. G., e C. C. OLIVEIRA, 2015. Literaturas branca e cinzenta: uma revisão conceitual. *Ciência da Informação*. **44**(3), 501-513.

BOURDIEU, P., 1983. O campo científico. Em: R. ORTIZ, org. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, pp. 122-155.

CONCEIÇÃO, G. da S., 2022. *Mapeamento da produção científica brasileira sobre pole dance* [Trabalho de Conclusão de Curso]. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

CUNHA, M. B. da e C. R. de O. CAVALCANTI, 2008. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos.

FERNANDES, H. D. H., e J. L. VILAN FILHO, 2021. Fluxo da informação científica: uma revisão dos modelos propostos na literatura em Ciência da Informação. *Em Questão* [Em linha]. **27**(2), 138-163 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/103851. DOI: 10.19132/1808-5245272.138-163.

FROHMANN, B., 2000. The role of the scientific paper in science information systems. *The Journal of Education for Library and Information Science*. 42, 13-28.

GARVEY, W. D., 1979. *Communication: the essence of science; facilitating information among librarians, scientists, engineers and students*. Oxford: Pergamon.

HURD, Julie M., 2000. The Transformation of Scientific Communication: a Model for 2020. *Journal of the American Society for Information Science*. **51**(14), 1279-1283.

HURD, Julie M., 1996. Models of Scientific Communications Systems. Em: S. Y. CROWFORD, J. M. HURD, e A. C. WELLER, org. *From Print to Electronic: the transformation of scientific communication*. Medford: ASIS, pp. 9-33.

KUHN, T. S., 1970. *A estrutura das revoluções científicas*. 2.ª ed. ampliada. Chicago, Londres: University of Chicago Press.

MEADOWS, A. J., 1999. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos.

MUELLER, S. P. M., 2006. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. *Ciência da Informação*. **35**(2), 27-38.

RITCHIE, S., 2022. The big idea: should we get rid of the scientific paper?. *The Guardian* [Em linha]. 2022-04-11 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www.theguardian.com/books/2022/apr/11/the-big-idea-should-we-get-rid-of-the-scientific-paper.

SANTOS-D'AMORIM, K., 2021. A comunicação científica em movimento: das origens aos debates atuais. *Brazilian Journal of Information Science: Research trends*. 15 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.36311/1981-1640.2021.v15.e02103.

SUGIMOTO, C. R., e V. LARIVIÈRE, 2017. *Measuring Research: What Everyone Needs to Know*. Oxford: Oxford University Press.

TARGINO, M. das G., 2000. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. *Informação & Sociedade: Estudos*. **10**(2), 1-27.

WEITZEL, S. da R., 2006. Fluxo da informação científica. Em: D. A. POBLACIÓN, G. P. WITTER, e J. F. M. da SILVA, org. *Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação*. São Paulo: Angellara, pp. 81-114.

ZIMAN, J., 1979. *Conhecimento público*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.

A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO POLÍTICO SOCIAL DAS REDES SOCIAIS: *HASHTAGS* E ATIVISMO

CAMILA ARAÚJO SÁ*
ANA LÚCIA TERRA**

Resumo: *O advento da* Web 2.0 *transformou profundamente as dinâmicas de produção, circulação e apropriação da informação. As redes sociais digitais, como parte desse ecossistema, consolidam-se como arenas de expressão, articulação e mobilização coletiva, notadamente no contexto de causas político-sociais. É nesse contexto que se insere o presente estudo, que tem como objetivo refletir sobre o papel das* hashtags *como instrumentos de Organização do Conhecimento nas mobilizações político-sociais realizadas em ambientes digitais. São três os objetivos específicos: (i) conceituar a* hashtag *sob a ótica da organização do conhecimento; (ii) examinar suas funções informacionais e sociais nas plataformas digitais; e (iii) relacionar seu uso com processos contemporâneos de mobilização sociopolítica. A pesquisa é de caráter exploratório, fundamentada em revisão de literatura especializada nas áreas de Ciência da Informação, Comunicação e Estudos de Mídia. Foram consultadas bases como, Scopus e Web of Science, priorizando estudos que analisam casos concretos de mobilizações sociais e suas formas de organização simbólica e informacional. Conclui-se que as* hashtags *representam uma modalidade significativa de organização da informação na contemporaneidade. Sua análise no contexto das mobilizações político-sociais permite ampliar os horizontes teóricos da área, incorporando abordagens da Organização do Conhecimento. Dessa forma, propõe-se reconhecer nas práticas de tagueamento não apenas um fenômeno técnico, mas também uma forma de organização da informação.*

Palavras-chave: Hashtags*; Redes sociais; Mobilização social; Organização do Conhecimento; Organização da Informação.*

Abstract: *The advent of Web 2.0 has profoundly transformed the dynamics of information production, circulation, and appropriation. Digital social networks, as part of this ecosystem, have consolidated themselves as arenas of expression, articulation, and collective mobilization, especially in the context of political and social causes. It is within this framework that the present study is situated, aiming to reflect on the role of hashtags as instruments of Knowledge Organization in political-social mobilizations carried out in digital environments. The study has three specific objectives: (i) to conceptualize the hashtag from the perspective of Knowledge Organization; (ii) to examine its informational and social functions on digital platforms; and (iii) to relate its use to contemporary processes of sociopolitical mobilization. The research is exploratory in nature and grounded in a literature review drawing from the fields of Information Science, Communication, and Media Studies. Databases such as Scopus and Web of Science were consulted, with a focus on studies that analyze concrete cases of social mobilizations and their forms of symbolic and informational organization. It is concluded that hashtags represent a significant mode of information organization in contemporary contexts. Their analysis in political-social mobilizations broadens the theoretical horizons of the field by incorporating new approaches. Thus, tagging practices are proposed to be recognized not merely as a technical phenomenon, but also as a form of information organization.*

Keywords: *Hashtags; Social networks; Social mobilization; Knowledge Organization; Information Organization.*

---

* Universidade de Coimbra – Portugal. Email: cami.araujo15@gmail.com.
** Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras / CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares – Portugal. Email: anaterra@fl.uc.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1292-2849.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da *Web 2.0* possibilitou novas formas de interação e comunicação na Internet. Neste modelo, diferentes usuários, não apenas programadores especializados, criam de forma autônoma seus conteúdos que também podem ser continuamente modificados por outros usuários. Assim, surge o que se designa «Conteúdo Gerado pelo Usuário», muito divulgado pela sua expressão em inglês «User-generated content», referindo-se à multiplicidade de formas por meio das quais indivíduos utilizam as mídias sociais para produzir e divulgar conteúdos ou suas representações. Popularizado em 2005, o termo descreve as diferentes modalidades de conteúdo mediático disponibilizadas publicamente e criadas pelos usuários finais. Nesse sentido, Kaplan e Haenlein (2010) acreditam que o surgimento das mídias sociais se deve às novas possibilidades tecnológicas permitidas pelas tecnologias de suporte à *Web 2.0*, alinhadas com um novo posicionamento ideológico, as quais em conjugação permitem e promovem a criação e o intercâmbio de «Conteúdo Gerado pelo Usuário». De facto, tal como afirmam: «Mídias sociais são um grupo de aplicativos baseados na Internet construídos a partir das fundações ideológicas e tecnológicas da *Web 2.0* e que permitem a criação e o intercâmbio de Conteúdo Gerado pelo Usuário» (Kaplan e Haenlein 2010, pp. 61-62).

Estabelece-se, então, um novo modelo de comunicação, que Castells designa de «Autocomunicação», onde cada pessoa poderia se expressar livremente por meio das redes sociais digitais sem precisar ser representado pela mídia tradicional (Castells 2013, pp. 10-16). A ampliação do poder comunicacional se dá principalmente através das redes sociais digitais, estas surgem como espaço mobilizador, onde atores distintos podem ser escutados. Com estas plataformas, o processo de organização da informação também se altera, a recuperação e a organização de textos e imagens se tornam uma questão importante dado a crescente geração de conteúdo. Surge então uma pergunta nuclear: como organizar e estruturar tais metadados?

Na primeira década do novo milênio, plataformas como Delicious ou Flickr seriam pioneiros a fomentar a possibilidade de usuários comuns etiquetarem seus próprios itens. Assim, palavras-chave antes atribuídas no contexto de sistemas de organização da informação em bibliotecas, por bibliotecários, passariam a ser atribuídas por usuários não especializados. A este fenômeno se dá o nome de «tagging». Entretanto, o surgimento de redes sociais, como Instagram e Twitter, também criariam a necessidade de novas formas de categorizar os conteúdos para os usuários, assim, surgiriam as *hashtags*, representadas pelo ícone '#'. Este símbolo polissêmico é utilizado para categorizar imagens, textos e vídeos e sua particularidade não está somente na característica de categorizar conteúdos, mas também por incorporar *hiperlinks*. A *hashtag* transformou o mundo da comunicação, a palavra foi incorporada ao vocabulário e às práticas sociais e impactam e fomentam mudanças sociais significativas através de mobilizações políticas que surgem nas redes.

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre o papel da Organização do Conhecimento, realizada por meio do uso de *hashtags*, nas redes sociais em mobilizações político-sociais. Como objetivos específicos busca-se compreender como as *hashtags* inserem-se no campo da Organização da Informação e do Conhecimento em Ciência da Informação (CI), discutir as funções do uso de *hashtags* nas redes sociais e relacionar o uso de *hashtags* com fenómenos de mobilização sociopolíticas.

Esta pesquisa possui caráter exploratório. Um estudo exploratório tem por objetivo, segundo Gil (2002, pp. 41-42), «proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições». Sua abordagem apresenta Metodologia Qualitativa que, para Creswell, é a interpretação de dados coletados a partir do seu significado e análise do seu impacto (Creswell 2009, pp. 61-63).

Neste caso, a análise se incide sobre um conjunto de textos relativos à temática em estudo. Para a seleção dos textos, realizou-se um levantamento de artigos nas bases de dados Scopus e Web Of Science no campo de palavra-chave, com os seguintes termos: "hashtag", "activism", "mobilization", "knowledge organization", "tags". Os filtros aplicados incidiram no tipo de documento e linguagem: artigos de periódicos e língua inglesa. Posteriormente, foram selecionados artigos de periódicos e capítulos de livro que tratavam de mobilizações políticos sociais expressivas na mídia. Adicionalmente, foi realizada uma revisão de literatura para compreender o conceito de hashtag e as suas características ligadas ao campo da organização do conhecimento e informação.

Ainda segundo Creswell (2009, pp. 39-41), a revisão de literatura cumpre diversas finalidades. Ela compartilha com o leitor os resultados de outros estudos que estão estreitamente relacionados à pesquisa em desenvolvimento. Além disso, insere o estudo no diálogo mais amplo e contínuo existente na literatura, preenchendo lacunas e ampliando investigações anteriores A revisão também fornece um referencial para estabelecer a relevância do estudo, bem como um parâmetro para comparar seus resultados com os de outras pesquisas.

1. ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E AMBIENTE DIGITAL

Por mais que não se possa caracterizar propriamente as *hashtags* como *Folksnomia*, é importante clarificar os conceitos à que se refere a organização da informação e/ou conhecimento, com vista a compreender o contexto digital. Contudo, na literatura em CI, há uma certa imprecisão em relação à *Folksonomia* enquanto elemento da Organização da Informação (OI) e Representação da Informação (RI) e Organização do Conhecimento (OC) e Representação do Conhecimento (RC) (Vignoli, Almeida e Catarino 2014, pp. 122-125).

Marisa Bräscher e Lígia Café (2008, pp. 4-6) defendem que OC e OI possuem características conceituais que os distinguem entre si. Por isso, em seus estudos buscam subsidiar a conceitualização sobre representação da informação RI e RC. OI é a descrição física de objetos informacionais, tem uma dimensão pragmática atribuída a um objeto inserido em um contexto de sistema de informação, o produto disso seria um: «conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico» (Bräscher e Café 2008, p. 5). Já OC estaria ligada ao processo de modelagem do conhecimento visando a representação de conhecimento. Este processo tem por base a análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio, bem como das suas relações com os demais conceitos que compõem esse sistema nocional (Bräscher e Café 2008, p. 5).

Segundo Sousa e Silva (2015, pp. 10-13), OI engloba aspectos como: indexação, catalogação, elaboração de resumos etc. Neste âmbito, usam-se instrumentos descritivos destes conteúdos informacionais, são as Linguagens Documentárias (LD). As LD são um conjunto controlado de termos que visam à representação de conceitos significativos de assuntos dos documentos utilizados na fase de indexação e busca. A operação de indexação objetiva a tradução do documento em linguagem natural para uma linguagem documentária, isto é, em: descritores, cabeçalhos de assunto e termos-chave, que expressam os objetivos do documento. A indexação é definida como: «"tradução lexical" das unidades lexicais da língua em que está escrito o documento, para unidades lexicais de uma linguagem documentária» (Cintra et al. 2002, p. 3). A Indexação é um princípio de organização para além do autor e do título, relaciona-se a descrição dos conteúdos informacionais relevantes para sua recuperação posterior, seguindo os princípios organizacionais do alfabeto.

> *Um rápido retrospecto sobre a área da documentação mostra que, nas décadas de 1950 e 1960, com o crescimento do conhecimento científico e tecnológico, houve dificuldades para armazenar e recuperar informações. A solução foi encontrada com uma mudança do enfoque e da conceituação da recuperação da informação. Com efeito, foi abandonada a perspectiva preferencial de recuperação bibliográfica e normalização classificatória e descritiva, buscando-se a construção de linguagens próprias* (Cintra et al. 2002, pp. 33-34).

No contexto da *Web 2.0*, segundo Kaplan e Haenlein (2010, pp. 61-63) mais conteúdos passaram a ser produzidos na Internet, desta forma, surge a necessidade de criar mecanismos de organização e recuperação da informação. Bernard (2019, pp. 30-36) explicita que esta função, antes atribuída apenas a uma comunidade específica (bibliotecários em serviços informacionais) passa a ser executada pelos

distintos utilizadores da Internet, especificamente nas redes sociais. Lu, Park e Hu (2010, p. 764) reforçam esta ideia devido às contingências de um novo cenário: «O crescimento tecnológico exponencial provoca uma significativa transformação social, a enorme quantidade de recursos digitais na Internet, faz com que meios alternativos de metadados sejam cruciais».

Neste cenário de transformações comunicacionais e sociais pelo uso das tecnologias, surgem formas específicas de organizar a informação distintas dos sistemas de OI e OC anteriormente abordados. As mídias sociais deram a possibilidade de criar constantemente conteúdos como imagens, textos, vídeos, etc., considerados como objetos informacionais, estes careciam de formas autônomas eficazes para organização e recuperação dos metadados. Na seção seguinte exploraremos a função e as características deste tipo de organização.

2. DAS *TAGS* ÀS *HASHTAGS*: SOB A PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Tagueamento social é um fenômeno que surge no contexto do «Conteúdo gerado pelo usuário», tendo ganhado popularidade no uso do *site* Delicious em 2003. Este método permite que usuários nomeiem livremente diferentes recursos informacionais da Internet, como: livros, vídeos, fotos, e permite que os usuários também compartilhem, armazenem, organizem e recuperem o recurso no qual estão interessados: «aplicações de sites da web que utilizam a marcação (*tagging*), uma abordagem emergente de organização da informação baseada em palavras-chave fornecidas por usuários comuns» (Smith 2007, p. 3).

A atribuição de *tags*, também designadas por etiquetas, pelos usuários em *website*s surge da necessidade de criar e navegar dentro de uma coleção baseando-se em linguagem e interesses próprios. O processo de tagueamento é composto por três elementos: Usuários, Recursos e *Tags*. Os Usuários são pessoas distintas com interesses diversos, além de objetivos e motivações, os Recursos são objetos informacionais da Internet (vídeos, fotos, livros, textos, etc.) e as *Tags* são palavras-chave atribuídas por um usuário. Estas podem incidir na descrição física de um conteúdo, informar sobre sua localização, intenção de uso, lembrete ou algo mais, podem ser palavras individuais ou frases. São utilizadas para organizar a informação pessoal, favoritar ou ranquear algo, colecionar e compartilhar objetos digitais. Smith as caracteriza da seguinte forma: Populares: usada por todos; Multifacetadas: significam diversas coisas; Social: pessoal e colaborativa, todos os usuários ajudam a criar um consenso sobre o conteúdo; Flexível: permitem neologismos, modificações linguísticas e formas de se adaptar à comunidade (Smith 2007, pp. 12-17).

Com o surgimento das mídias sociais, o processo de tagueamento assume diferentes objetivos e formatos. As mídias sociais são plataformas *online* que promovem

a comunicação, a interação e o compartilhamento de conteúdo entre usuários. Conforme Lampe et al. (2011, p. 2) «o termo 'mídias sociais' inclui uma variedade de ferramentas e serviços que viabilizam a interação direta do usuário em ambientes mediados por computador». Nos anos 2000, o crescente acesso à Internet fomentou o surgimento de redes sociais mais amplas e populares, como o MySpace, lançado em 2003, o Facebook, fundado em 2004 e o Twitter, em 2006.

Segundo Bernard (2019), a *hashtag* surgiu em 2007, quando o *designer* Chris Messina propôs o uso do símbolo '#' no Twitter como uma forma de agrupar mensagens sobre um mesmo tema, inicialmente com a *hashtag* #barcamp, referindo-se a um evento de tecnologia (Bernard 2019, pp. 40-45). Embora sua proposta tenha sido, a princípio, recebida com ceticismo pela plataforma, os usuários passaram a adotar espontaneamente esse recurso para organizar conversas e facilitar a busca por conteúdos específicos. Com o tempo, a *hashtag* foi incorporada oficialmente pelas redes sociais e se consolidou como um importante instrumento de categorização de conteúdos, engajamento e comunicação entre os participantes das mídias sociais e se torna uma ferramenta importante para a mobilização em contextos diversos.

Hashtag é um conjunto de caracteres representando uma ideia antecedida do símbolo '#'. Os usuários das mídias sociais podem criar suas próprias *hashtags* para categorizar suas postagens, fugindo de convenções em termos de formatos, alcance e frequência. O uso de *hashtags* permite que um conteúdo informacional possa ser recuperado por outros utilizadores, permitindo que uma postagem individual passe a fazer parte de uma coleção social. As *hashtags* não possuem padrões preestabelecidos (a não ser pela quantidade de caracteres permitida), podem ser palavras existentes ou não, podem incorporar símbolos e números e podem ser palavras e até mesmo frase. «A hashtag, escrita com o símbolo # é usada para indexar palavras-chave ou tópicos no X. Esta função foi criada no X e permite que as pessoas sigam facilmente os tópicos de seu interesse» (X 2025). Adicionalmente, as *hashtags* funcionam também semioticamente, pois elas definem o significado pretendido de uma declaração, mas ao mesmo tempo também é uma expressão em si, dando existência para novos elementos semióticos.

> *hashtag funciona como um sistema de indexação tanto no sentido tradicional quanto no sentido semiótico. No sentido tradicional, ela permite a organização e a rápida recuperação de informações sobre um determinado tópico. Simultaneamente, as hashtags operam de forma semiótica ao marcar o significado pretendido de um enunciado. De maneira semelhante aos sistemas de codificação utilizados por antropólogos, as hashtags permitem que os usuários não apenas "arquivem" seus comentários, mas também enquadrem performaticamente o que esses comentários "realmente significam", possibilitando assim a indicação de um sentido que, de*

> *outra forma, poderia não ser evidente. Desse modo, alguém poderia escrever: "Décadas de tensão racial e aumento da pobreza nos subúrbios vieram à tona na noite passada", seguido do texto "#Ferguson", como uma forma de criar um enquadramento interpretativo específico* (Bonilla e Rosa 2015, p. 5).

Segundo Bernard (2019, pp. 30-35), a *hashtag* abriga três possibilidades e características que as distinguem de outros processos de atribuição de palavras-chave. Primeiro, qualquer usuário pode indexar, para que existam organicamente não pode haver hierarquia e autoridade. Segundo, neste processo existe uma relação alterada entre a palavra-chave e seu objeto de identificação, ou seja, uma *hashtag* pode dar origem a um texto ou a uma imagem, os usuários das redes sociais fabricam «objetos informacionais» para interagir com uma *tag* «viral». E, terceiro, estas são o elo entre texto e metadado, cada palavra após o símbolo tem diversos significados dentre eles também a incorporação de uma possibilidade tecnológica de recuperabilidade e visibilidade de um conteúdo. Segundo Brock a *hashtag* foi implementada como meio de ajudar a categorizar a informação, mas seu uso foi espalhado e tornou-se a «convenção metadiscursiva criada por usuários» (Brock 2012, pp. 531-535).

Essas convenções meta-discursivas criadas pelos usuários, muitas vezes expressas por meio de *hashtags*, abreviações, *emojis* ou padrões de marcação como o *tagging*, não são impostas por estruturas formais, mas surgem da prática cotidiana dos participantes dessas comunidades digitais. Assim, constituem formas de metadiscurso que orientam a navegação, a categorização e o engajamento com a informação, refletindo tanto dinâmicas socioculturais quanto estratégias cognitivas de apropriação da linguagem digital. Por isso, são imprevisíveis e fogem à convenção alfabética.

No entanto, ao longo dos anos, o uso das *hashtags* passou a se distanciar de seu propósito inicial. Se, anteriormente, sua principal função era a de categorizar e recuperar objetos informacionais, a introdução dos «top trends» — *rankings* que indicam as *hashtags* mais utilizadas — impulsionou uma nova lógica de uso. Os usuários passaram a empregar *hashtags* estrategicamente, com o intuito de ampliar a visibilidade e o engajamento de seus conteúdos. Assim, a escolha dos termos deixa de ser totalmente autônoma, pois frequentemente está orientada por objetivos de autopromoção. Além disso, as próprias plataformas de mídias sociais passaram a sugerir automaticamente as *hashtags* mais populares, criando, de certo modo, um vocabulário, agora já paradoxalmente controlado, em constante atualização, moldado pelo volume de uso. Quanto mais uma *hashtag* é empregada, maior a probabilidade de ela ser recomendada a outros usuários. Todas essas características transformam e conformam o uso dessa ferramenta, revelando sua adaptação a dinâmicas de visibilidade, consumo e performatividade nas redes.

> *As hashtags atualmente são utilizadas para comentar, elogiar e criticar ideias e pessoas, promover marcas e eventos, divulgar notícias, atrair mais seguidores, manter os usuários envolvidos e engajados em determinados assuntos e facilitar a disseminação da informação* (Caleffi 2015, p. 5).

Como observado, a Indexação, processo executado por especialistas para organizar, de forma eficiente, os distintos objetos informacionais nos serviços de informação, com o advento da *Web 2.0*, também passa a ser feita por usuários comuns em relação aos conteúdos da Internet, para tornar a navegação cada vez mais pessoal e organizada. Para definir e melhor distinguir os objetos e suas proximidades, se faz necessário delinear as características no processo de indexação e tagueamento:

a) Autoridade: O processo de tagueamento, não obstante o de *hashtagueamento* não é necessariamente feito por um especialista, como bibliotecários, mas pode ser feito por todos. O que confere diferentes perspectivas aos sentidos.
b) Objeto e descrição: Enquanto na indexação e no tagueamento tradicional é imperativo existir um objeto informacional a ser descrito, as *hashtags* podem ser criadas sem a pretensão de um objeto, ou seja, objetos informacionais podem surgir a partir destas, usuários passam a postar fotos e vídeos para uma *hashtag*.
c) Linguagem: Enquanto para a criação de índices, a linguagem utilizada é a linguagem documentária, as *hashtags* combinam elementos da linguagem natural e linguagem de programação. Dentro do aspecto linguístico, as *hashtags* são meta-textos, polissêmico e abrigam em si uma mudança morfológica, criando elementos linguísticos novos.
d) Precisão e recuperação: Em relação ao uso, ambos visam a recuperabilidade. No entanto, para a indexação há uma necessidade de estabelecimento de regras e de vocabulários controlados para que seja mais precisa, o que de alguma forma pode excluir outras formas de expressão linguística, saberes etc., para as *hashtags* tal fato não existe, isso a torna mais flexível e orgânica.

3. *HASH*-ATIVISMO: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A utilização das *hashtags* possibilitou agregar vozes que antes não eram suficientemente representadas por mídias tradicionais. Por outro lado, as mídias sociais permitem que os indivíduos se expressem sem barreiras, contrariando convenções de poder, de forma autônoma. Como já referido acima, é o que Castells (2013, pp. 10-16) chama de «autocomunicação». Nos últimos dez anos, a produção científica sobre as *hashtags* e manifestações políticas são oriundas, principalmente dos estudos de Ciências

Sociais, Comunicação e Teoria de Mídias (Bernard 2019, pp. 17-19; Orlandini 2019, pp. 137-138). Estas iniciam-se depois dos protestos em larga escala ao redor do mundo desde 2011. «Ações como Occupy Wall Street nos Estados Unidos, a da Primavera Árabe no Oriente Médio e a do movimento #15M, na Espanha são alguns exemplos de mobilizações de amplo alcance» (Orlandini 2019, p. 137).

Um estudo amplamente referenciado, é o de Paolo Gerbaudo (2012), em sua concepção, as *hashtags* estabelecem uma nova arena de atuação política e permitem uma organização ampliada de grupos. Se antes os ativistas enfrentaram dificuldades de comunicar suas intenções, as redes criaram um espaço virtual para pensar e organizar ações. Um dos papéis desempenhados pelo uso das *hashtags* nestes movimentos é o da agregação emocional.

> *Como vimos em nossos estudos de caso, as mídias sociais podem ser utilizadas para construir um sentido de solidariedade dentro de um grupo diverso, compartilhando um sentimento comum de indignação, raiva, frustração e a percepção de uma vitimização coletiva diante de um sistema corrupto. As mídias sociais tornam-se o pólo de "agregação" ou, mais precisamente, de "concentração" desses sentimentos individuais, transformando-os em paixões políticas dentro de uma narrativa de reencontro popular* (Gerbaudo 2012, p. 160).

Bonilla e Rosa (2015, p. 4) declaram que os sistemas de comunicação tradicionais refletem vieses socioeconômico e político, que não contemplam as especificidades e desejos de certas comunidades, por isso as redes surgem como espaço de agregação e representatividade «proporcionaram às populações marginalizadas e racializadas novas ferramentas para documentar incidentes de violência sancionada pelo Estado e contestar as representações midiáticas».

Brock (2020, pp. 17-23) argumenta que a presença de pessoas negras nas redes de Internet é inevitável e tem se expandido progressivamente, justamente como forma de contrapor-se às mídias tradicionais. Nesse contexto, seria também inevitável que questões relacionadas à identidade e à cultura emergissem como parte dessa integração. Pessoas negras se adaptaram ao uso desta tecnologia para compreenderem-se e agregar ideais. Como exemplo emblemático, emergem movimentos de mobilizações de grande destaque como #blacklivesmatter, em 2013 relativa ao assassinato do jovem negro George Floyd (Anderson, Barthel e Perrin 2020) e #Ferguson, em decorrência também do assassinato de mais um jovem negro chamado Michael Brown (Bonilla e Rosa 2015, pp. 4-17).

Estes movimentos escancararam a violência policial sistematicamente perpetrada contra populações afrodescendentes, ao mesmo tempo em que evidenciaram as tensões étnico-raciais presentes nas estruturas institucionais do país. O uso recorrente

de *hashtags* associadas tanto aos vídeos que documentam as mortes quanto aos protestos que se seguiram em diversas regiões dos Estados Unidos, reconfigurou a noção de cobertura jornalística. Nesse contexto, as mídias sociais passaram a operar como instrumentos de denúncia e resistência, sobretudo frente ao viés racial presente em boa parte da imprensa tradicional.

Chelsea Peterson-Salahuddin (2022, pp. 1-13) fez uma análise sobre o uso de *hashtags* na rede social *X* relacionadas com as temáticas de feminismo negro. Sua pesquisa demonstra que as publicações desafiam narrativas dominantes, através das *hashtags* na rede social, comunidades socialmente marginalizadas, amplificam suas vozes denunciando injustiças sociais, se conectam através de suas experiências únicas de vivência, reforçam cultura e identidade e promovem produção de conhecimentos diversos.

O estudo sobre o movimento #ILookLikeAnEngineer argumenta que as *hashtags* promovem a «multivocalidade» ao possibilitar que diferentes indivíduos se expressem por meio de variadas formas e perspectivas (Malik et al. 2018). Os autores caracterizam o uso das *hashtags* a partir de três dimensões principais: 1) Modalidade — refere-se à possibilidade de participação por meio de diferentes formatos, como textos, imagens e *links*; 2) Mensagem — permite que os usuários publiquem conteúdos e apoiem uma diversidade de temas correlatos; e 3) Atuação — viabiliza a manifestação de múltiplas vozes, ampliando a participação de sujeitos diversos no debate público.

Outra perspectiva relevante refere-se ao uso das *hashtags* em contextos de protestos políticos. Exemplos como os protestos no Parque Gezi, na Turquia (Balaban-Sali e Erben 2016, pp. 171-184), e durante a Revolução Egípcia (Kharroub e Bas 2016, pp. 1973-1992) evidenciam o papel central das mídias sociais na mobilização popular e na articulação de formas de resistência à censura e ao autoritarismo. Esses casos demonstram que as *hashtags* funcionam como ferramentas de ampliação da comunicação, permitindo que os manifestantes questionem estruturas de poder e desafiem autoridades políticas.

No caso de protestos relacionados às questões de gênero, como o movimento #MeToo, observa-se que, em nome da coletividade, histórias pessoais vêm a público e ganham força simbólica e política (Siqueira 2020, pp. 623-665). O uso de *hashtag* possibilita que experiências individuais de violência e assédio sejam compartilhadas, resignificadas e inseridas em uma narrativa coletiva, contribuindo tanto para o enfrentamento de traumas quanto para a formulação de denúncias e o acionamento de processos sociais e institucionais mais amplos.

> *Essas femitags implementam a tática de contar histórias e contabilizar o número de histórias, o que revela e constrói um arquivo colaborativo em primeira pessoa de algo cuja evidência estava tão dispersa e silenciada que não podia ser reunida como tal* (Rovira-Sancho e Morales-I-Gras 2023, p. 8).

Percebe-se que a utilização de *hashtags* em redes sociais possibilita a agregação de sentimentos comuns, permite a multiplicidade de agentes comunicativos, promove uma autonomia perante a informação, cria alterações nos espaços virtuais e públicos e cria possibilidades no tempo real e virtual. O que se verifica, até, em relação ao objeto desta pesquisa, é que apesar de haver diversas pesquisas sobre ativismo digital e *hashtag* ao longo dos últimos dez anos (Boulianne 2018, pp. 947-966), existem poucas produções que explorem o papel da organização da informação digital neste âmbito, as pesquisas têm um enfoque muitas vezes quantitativo, relativo a investigar a quantidade de *tweets* publicados sobre um assunto, durante determinado tempo, ou de cariz de análise do discurso, ligado ao campo da semiótica.

Por outro lado, pesquisas que analisam o uso de *hashtags* no contexto da recuperação da informação indicam que essas ferramentas são imprecisas e apresentam baixo desempenho em termos de efetividade na recuperação de conteúdos. Conclusões semelhantes foram observadas em estudos sobre o uso de marcações sociais (*tagging*) em repositórios informacionais (Lu, Park e Hu 2010, pp. 763-779). Tal limitação decorre, em grande medida, da ausência de padronização na escolha dos termos (Sousa e Silva 2015, pp. 20-43), do caráter pluri-semântico dos textos (Bonilla e Rosa 2015, pp. 4-17) e da natureza multifocal das *hashtags* (Malik et al. 2018). Em outras palavras, a utilização de diferentes expressões para referir-se a um mesmo conteúdo pode dificultar sua recuperação, ao passo que o uso de um mesmo termo pode gerar resultados ambíguos ou distintos do que se pretendia inicialmente.

Além disso, sob uma perspectiva mais filosófica, observa-se outro limite importante no uso das *hashtags*: sua efemeridade. Ainda que, em determinados momentos, alguns termos sejam amplamente utilizados, tendem, com o tempo, a cair em desuso e serem progressivamente esquecidos no fluxo contínuo das interações digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de *hashtags* nas redes sociais, especialmente no contexto de protestos e mobilizações, evidencia seu potencial como ferramenta para a rápida difusão e recuperação de conteúdos atualizados, além de oferecer uma plataforma de comunicação e organização para grupos historicamente invisibilizados. Em diversos contextos, as *hashtags* atuam como formas de denúncia e catalisadoras de transformações sociais. No entanto, o mesmo caráter fluido, não hierárquico e aberto, que favorece a participação múltipla e diversa, pode comprometer sua eficácia em processos posteriores de recuperação da informação.

As plataformas tecnológicas configuram-se, assim, não apenas como meios de expressão e denúncia, mas como agentes que transformam dimensões da vida social. As esferas técnica e social não podem ser compreendidas isoladamente, pois se entrelaçam em práticas cotidianas. A atribuição e a adesão às *hashtags* são circunstanciais, dependentes de contextos específicos, e nem toda mobilização social se origina ou se desenvolve exclusivamente nas redes digitais. Há manifestações autônomas que operam fora dessas dinâmicas, embora, quando midiatizadas, possam ampliar seu alcance e impacto. O caso do movimento #MeToo, que inicialmente emergiu como uma *hashtag* e posteriormente se consolidou como uma instituição voltada ao apoio de mulheres vítimas de violência, ilustra esse potencial de transição de um signo digital para uma entidade com atuação concreta no tecido social. Nesse sentido, pode-se questionar: a *hashtag* representa uma realidade ou constitui, por si, uma forma de produzir realidade?

As *hashtags*, geralmente originadas a partir de palavras de ordem, nomes, sons, eventos ou lugares, estão fortemente ancoradas no tempo presente. Sua natureza é, muitas vezes, efêmera. No entanto, algumas adquirem perenidade, tornando-se referência para movimentos históricos, legislações ou causas de longo prazo. Por outro lado, as *hashtags* são um exemplo paradigmático da agenda do seu tempo, destacando-se, por isso, como um espelho do contexto espaço-temporal em que emergiram e se difundiram.

Constata-se, portanto, que, hoje, as redes sociais atuam como espaços de produção de informação e conhecimento para diversos grupos sociais. Os conteúdos gerados pelo utilizadores, os modos de organização e os modelos de representação emergentes nesses ambientes oferecem alternativas e desafios aos sistemas tradicionais de organização da informação e conhecimento, que tendem a operar de forma rígida, normatizada, hierárquica e muitas vezes excludentes de realidades distintas. Portanto, se faz necessário refletir sobre modelos que incorporem a flexibilidade e a performatividade do uso das *hashtags*, conciliando-as com estruturas mais estáveis de indexação, capazes de representar com maior abrangência as múltiplas formas de sociabilidade e resistência contemporâneas.

REFERÊNCIAS

AMES, Melissa, e Kristi MCDUFFIE, 2023. *Hashtag activism interrogated and embodied: Case studies on social justice movements* [Em linha]. Colorado: University Press of Colorado [consult. 2025-06-02]. Disponível em: https://upcolorado.com/utah-state-university-press/item/6275-hashtag-activism-interrogated-and-embodied.

ANDERSON, Monica, Michael BARTHEL, e Emilly PERRIN, 2020. *#BlackLivesMatter surges on Twitter after Floyd Death* [Em linha]. Washington: Pew Research Center [consult. 2025-06-02]. Disponível em: https://www.pewresearch.org/short-reads/2020/06/10/blacklivesmatter-surges-on-twitter-after-george-floyds-death/.

BALABAN-SALI, Jale, e Şeyma Esin ERBEN, 2016. Una perspectiva de género sobre el tagging en los medios sociales: el caso de hashtags de Twitter en las protestas del parque Gezi. *Cultura, Lenguaje y Representación* [Em linha]. 15, 171-184 [consult. 2025-06-02]. DOI: http://dx.doi.org/10.6035/clr.2016.15.11.

BERNARD, Andreas, 2019. *Theory of the hashtag*. [S.l.]: John Wiley & Sons.

BONILLA, Yarimar, e Jonathan ROSA, 2015. #Ferguson: Digital protest, hashtag ethnography, and the racial politics of social media in the United States. *American Ethnologist* [Em linha]. **42**(1), 4-17 [consult. 2025-07-02]. DOI: https://doi.org/10.1111/amet.12112.

BOULIANNE, Shelley, 2018. Twenty years of digital media effects on civic and political participation. *Communication Research* [Em linha]. **47**(7), 947-966 [consult. 2025-07-02]. DOI: https://doi.org/10.1177/0093650218808186.

BRÄSCHER, Marisa, e Lígia CAFÉ, 2008. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? [comunicação oral]. Em: *IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)* [Em linha]. São Paulo: USP, pp. 1-14 [consult. 2025-07-02]. Disponível em: https://skat.ihmc.us/rid=1KR7TM7S9-S3HDKP-5STP/BRASCHER%20CAF%C3%89(2008)-1835.pdf.

BROCK, A., 2012. From the blackhand side: Twitter as a cultural conversation. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*. **56**(4), 529-549.

BROCK, Jr., 2020. *Distributed Blackness: African American cybercultures*. New York: New York University Press.

CALEFFI, Paola-Maria, 2015. The "hashtag": A new word or a new rule? *SKASE Journal of Theoretical Linguistics* [Em linha]. **12**(2), 46-69 [consult. 2025-07-02]. Disponível em: http://www.skase.sk/Volumes/JTL28/pdf_doc/05.pdf.

CASTELLS, Manuel, 2013. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.

CINTRA, Anna M. Marques, et al., 2002. *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis.

CRESWELL, John W., 2009. *Research design: Qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. 3.ª ed. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: Sage Publications.

GERBAUDO, Paolo, 2012. Conclusion. Em: *Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism* [Em linha]. London: Pluto Press, pp. 158-168 [consult. 2025-07-02]. DOI: https://doi.org/10.2307/j.ctt183pdzs.10.

GIL, Antônio Carlos, 2002 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ª ed. São Paulo: Ed. Atlas.

KAPLAN, Andreas M., e Michael HAENLEIN, 2010. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of social media. *Business Horizons* [Em linha]. **53**(1), 59-68 [consult. 2025-07-02]. DOI: https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0007681309001232.

KHARROUB, Tamara, e Ozen BAS, 2016. Social media and protests: An examination of Twitter images of the 2011 Egyptian revolution. *New Media and Society* [Em linha]. **18**(9), 1973-1992 [consult. 2025-07-02]. DOI: https://doi.org/10.1177/1461444815571914.

LAMPE, Cliff, et al., 2011. Inherent barriers to the use of social media for public policy informatics. *The Innovation Journal: The Public Sector Innovation Journal* [Em linha]. **16**(1), 1-17 [consult. 2025-07-02]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228786412.

LU, Caimei, Jung-ran PARK, e Xiaohua HU, 2010. User tags versus expert-assigned subject terms: A comparison of LibraryThing tags and Library of Congress Subject Headings. *Journal of Information Science* [Em linha]. **36**(6), 763-779 [consult. 2025-07-02]. DOI: https://doi.org/10.1177/0165551510386173.

MALIK, Aquas, et al., 2018. How social media supports hashtag activism through multivocality: A case study of #ILookLikeanEngineer. *First Monday* [Em linha]. **22**(11) [consult. 2025-07-02]. Disponível em: https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/download/9181/7608.

ORLANDINI, Maiara Garcia, 2019. Ativismo de sofá ou participação política? Os processos de politização do ativismo por hashtag. *Revista Mediação* [Em linha]. **22**(29), 133-151 [consult. 2025-07-02]. Disponível em: https://revista.fumec.br/index.php/mediacao/article/view/7339.

PETERSON-SALAHUDDIN, Chelsea, 2022. Posting Back: Exploring platformed Black feminist communities on Twitter and Instagram. *Social Media + Society* [Em linha]. **8**(1), 1-13 [consult. 2025-07-02]. DOI: https://doi.org/10.1177/20563051211069051.

ROVIRA-SANCHO, Guiomar, e Jordi MORALES-I-GRAS, 2023. Femitags in the networks and in the streets: 50 hashtags for feminist activism in Latin America. *Profesional de la información* [Em linha]. **32**(3), e320319 [consult. 2025-07-02]. DOI: https://doi.org/10.3145/epi.2023.may.19.

SIQUEIRA, Elis Nazar Nunes, 2020. Folksonomies, hashtags, and feminist campaigns on the internet: how #meuamigosecreto, #belarecatadadolar and #meuprimeiroassedio led us to #elenão. *Trabalhos em Linguística Aplicada* [Em linha]. **59**(1), 623-665 [consult. 2025-07-02]. DOI: https://doi.org/10.1590/01031813552031591 2020.

SMITH, Gene, 2007. *Tagging: people-powered metadata for the social web*. Hoboken: New Riders Publishing.

SOUSA, Brisa Pozzi de, e Flávio Pacheco da SILVA, 2015. Linguagem natural no Twitter e linguagem documentária em Tesauros: da hashtag #NãoMereçoSerEstuprada ao descritor estupro. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação* [Em linha]. **6**(2), 20-43 [consult. 2025-07-02]. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v6i2p20-43.

VIGNOLI, Richele Grenge, Patrícia O. Pereira de ALMEIDA, e Maria Elisabete CATARINO, 2014. Folksonomias como ferramenta da organização e representação da informação. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação* [Em linha]. **12**(2), 120-135 [consult. 2025-07-02]. DOI: https://doi.org/10.20396/rdbci.v12i2.1606.

X, 2025. *Como usar hashtag* [Em linha]. Rede X [consult. 2025-07-02]. Disponível em: https://help.x.com/pt/using-x/how-to-use-hashtags.

REPERTÓRIO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM INSTRUMENTO DE JUSTIÇA INFORMACIONAL PRÓ-SOBERANIA*

FERNANDA DO VALLE GALVÃO DEBETTO**
GUSTAVO SILVA SALDANHA***
GRACIANE SILVA BRUZINGA BORGES****
MAYARA OLIVEIRA SILVA GONÇALVES*****

Resumo: *Considerando a diversidade presente no Transtorno do Espectro Autista, bem como a complexidade identificada na etiologia, nosologia e sintomatologia que o envolvem, este trabalho, de base teórica, discute a noção de repertório bibliográfico como um dos recursos informacionais de operacionalização da justiça informacional e, consequentemente, de fortalecimento de uma democracia documentária. À luz de teorias críticas da Organização do Conhecimento, apresenta uma proposta de um Repertório Bibliográfico Brasileiro sobre o Transtorno do Espectro Autista, em desenvolvimento como projeto de extensão na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Discute a dimensão sociopolítica da produção de bibliografias a partir dos conceitos de metarrepresentação, em Maria Nélida González de Gómez, e transgramática, em Gustavo Saldanha. Como resultados, argumenta que a consolidação de fontes científicas brasileiras sobre autismo é uma das etapas para o reconhecimento social da comunidade representada e construção da memória científica do domínio, além de dados para reuso.*

Palavras-chave: *Bibliografia; Representação da informação; Fontes de informação; Transtorno do Espectro Autista; Justiça informacional.*

Abstract: *Considering the diversity present in Autism Spectrum Disorder, as well as the complexity identified in the etiology, nosology and symptomatology surrounding it, this theoretical study discusses the notion of a bibliography as one of the informational resources for operationalizing the informational*

* Financiamento: A pesquisa recebeu financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Conta, também, com bolsa oferecida pelo Programa Institucional de Bolsa de Extensão Universitária (PIBEX), da UNIRIO. Agradecimentos: Ao discente de Biblioteconomia da UNIRIO, Lucas Henrique de Lima Leal Bastos, bolsista do projeto de extensão número X0011/2024, pela atuação no levantamento exploratório de dados sobre o TEA no Brasil, em andamento. À UNIRIO e à Pró-reitoria de Extensão e de Cultura (ProExC), pelo financiamento da bolsa extensionista estudantil.

** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – Brasil. Email: fernandavalle@unirio.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4156-027X.

*** Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) – Brasil. Email: gustavosaldanha@ibict.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7679-8552.

**** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Brasil. Email: gracianebruzinga@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6677-9702.

***** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Brasil. Email: mayara.biblio@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8746-2798.

justice and, consequently, for strengthening the documentary democracy. In the light of critical theories of Knowledge Organization, it presents a proposal for a Brazilian Bibliography on Autism Spectrum Disorder, which is being developed as an extension program at the Federal University of the State of Rio de Janeiro. It discusses the socio-political dimension of the production of bibliographies based on the concepts of metarepresentation, in Maria Nélida González de Gómez, and transgrammar, in Gustavo Saldanha. As a result, it argues that the consolidation of Brazilian scientific sources on autism is one of the steps towards the social recognition of the represented community and the construction of the domain's scientific memory, as well as data for reuse.

Keywords: *Bibliography; Representation of information; Information sources; Autism Spectrum Disorder; Informational justice.*

INTRODUÇÃO

O *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*, o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM) (American… 2022), caracteriza o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como um transtorno do neurodesenvolvimento que se manifesta em graus diversos, principalmente, nas áreas da comunicação, linguagem e comportamento. A primeira descrição científica sobre o TEA, conhecido popularmente como autismo, data da década de 1920, a partir das pesquisas da psiquiatra ucraniana Grunya Sukhareva. Os estudos sobre o TEA ganham força 20 anos depois, entre 1943 e 1944, respectivamente, com os psiquiatras Leo Kanner e Hans Asperger. Ao longo de um século, a partir de diferentes áreas do conhecimento, centralmente no campo da saúde, busca-se compreender as causas do autismo, considerado multifatorial, bem como investigar caminhos educacionais, terapêuticos e/ou farmacológicos que auxiliem na aquisição de habilidades e fomentem autonomia, independência e qualidade de vida dessa população marcada socialmente pela diferença. Estes 100 anos de desenvolvimento da pesquisa científica sobre o TEA resultam em um vasto vocabulário presente na produção científica contínua e crescente sobre o transtorno.

Tendo em vista a complexidade acerca de sua etiologia e sintomatologia, o perfil da pesquisa científica, manifestado em documentos que formam a comunicação científica, é igualmente variado e multidisciplinar. Ainda que consolidado nas ciências da saúde, o assunto «autismo» a estas não se restringe. Diferentes áreas do conhecimento investigam o TEA sob distintas abordagens e recortes, fato que resulta em um cenário plural e, ao mesmo tempo, contraditório. Por um lado, a multidisciplinaridade enriquece e amplia a compreensão de um assunto, entretanto, por outro, quando isoladas, as evidências são dispostas de maneira fragmentada em repositórios e bancos de dados sem sínteses comparadas e convergentes reconhecendo as transposições de léxicos científicos e métodos de cada área científica, bem como garantias de acesso público.

Esta fragmentação é mais do que consequência da distância entre áreas do conhecimento: pode tornar-se um vetor de desordem informacional na medida em que as publicações estão dispersas e publicadas, majoritariamente, em língua estrangeira, especialmente o inglês. Ademais, as estatísticas até então utilizadas no Brasil para estimativa quantitativa e caracterização de pessoas autistas advinha dos Estados Unidos, da Europa e iniciativas nacionais isoladas, o que feria a soberania nacional da perspectiva de formulação de políticas e ações públicas específicas orientadas ao contexto brasileiro.

Em 2025, pela primeira vez foi identificado o quantitativo da comunidade autista a partir do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): 2,4 milhões de brasileiros possuem laudo de TEA (Siqueira 2025). Nessa direção, a consolidação de um repertório bibliográfico especializado responde à demanda social e informacional na encontrabilidade de fontes fiáveis em um cenário atravessado pela desinformação sobre o domínio (Fundação Getúlio Vargas 2025), bem como cartografa territórios epistêmicos e institucionais com fins à soberania nacional, visto privilegiar informação científica brasileira em língua portuguesa.

Apoiados em perspectivas críticas da Ciência da Informação, situamos o conceito de informação como categoria de compreensão da realidade complexa e multissemântica, compreendida como conhecimento, como coisa e como processo, conforme a síntese de Buckland (1991), mas, principalmente, como um operador de relação (González de Gómez 1999). Esta posição perante o conceito de informação permite-nos observar, no âmbito da noção de «processo», as ações de informação que a produção metalinguística dos sistemas de organização do conhecimento, que tem nas bibliografias uma raiz diacrônica e guarda sincronia com as listas científica-sociais contemporâneas, performa. Como «coisa», a informação manifesta nas bibliografias permite-nos compreender a materialidade e a fixação, como registro e memória, recurso histórico e fonte de políticas, da condição dos repertórios bibliográficos na realidade social. Como «conhecimento», a informação documentada no gesto bibliográfico funda um modo de conhecer, realizar e ancorar as possibilidades de produção de novos conhecimentos a partir da estrutura indiciária que a rede de bibliografias inaugura para um campo do conhecimento ou um domínio científico.

Desse modo, a partir de González de Gómez (1999), informação emerge como um operador de relação que liga duas redes: uma rede primária, cuja informação é gerada intersubjetivamente a partir de processos sociais comunicativos, e uma rede secundária, constituída de informação sobre a informação, isto é, de metainformação, que «vai formar parte de processos de aferimento, avaliação e intervenção social que tem como objeto a própria informação em seus contextos de comunicação e de conhecimento» (González de Gómez 1999, p. 29), como bibliografias em sua dimensão representacional de controle técnico-descritivo, e concomitantemente, em sua dimensão de uso educacional, social, científico e memorial.

Através desta compreensão da informação-coisa, a informação-processo, a informação-conhecimento e a informação como operador de relação do fazer e do produto bibliográfico, a pesquisa, em seu horizonte empírico, objetiva a criação de um Repertório Bibliográfico Brasileiro sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), como infraestrutura metalinguística de defesa de existência de uma comunidade discursiva no sentido do conceito presente no pensamento de Birger Hjørland e Hanne Albrechtsen (1995) em organização do conhecimento. O repertório, na qualidade de um recurso informacional, encontra-se em desenvolvimento no contexto de projeto de extensão na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como fruto de exercício teórico-crítico sobre a representação informacional do TEA em pesquisa de tese de doutorado da primeira autoria, que se dedicou à metarrepresentação do domínio em Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC).

A proposta discute a face política de fontes de informação como elementos fundamentais para construção da cidadania e gestão do comum à luz da justiça social e da democracia documentária, com foco na soberania nacional tecida pela via do conceito de transgramáticas, vinculado à compreensão das ações informacionais políticas da metalinguagem dos sistemas de organização do conhecimento a partir da noção de repertório.

1. REPERTÓRIO BIBLIOGRÁFICO: UMA BREVE DESCRIÇÃO DE SUA IMPORTÂNCIA PARA O CONTROLE BIBLIOGRÁFICO NACIONAL

A bibliografia especializada «relaciona documentos referentes apenas a uma ciência, tecnologia ou a um só tema. É nacional quando relaciona publicações originárias de um só país ou escrita na(s) língua(s) do país» (Cunha e Cavalcanti 2008, p. 46). De modo geral, a bibliografia é entendida como uma atividade voltada à identificação, descrição e classificação de textos impressos ou multigrafados, com o objetivo de criar instrumentos de busca e organizar serviços que facilitem o acesso ao conhecimento. Trata-se de uma produção sistemática de listas descritivas de registros do saber — como livros, artigos de periódicos, capítulos de obras e outros materiais semelhantes — cuja finalidade é apoiar o desenvolvimento do trabalho intelectual (Cunha e Cavalcanti 2008, p. 46). Além disso, bibliografias são acompanhadas de mecanismos de recuperação da informação, como índices organizados por autor, assunto ou outras categorias pertinentes, o que amplia sua utilidade como ferramenta de pesquisa (Universidade Estadual… 2012).

As bibliografias ocupam um lugar estratégico na construção social da ciência, assim como das relações sociais, principalmente a partir da Modernidade (Araújo, Crippa e Saldanha 2015). A partir da vasta obra do polímata Conrad Gesner, no século XVI, a *Bibliotheca universalis* (Araújo 2015), funda-se um modelo teórico-metodológico

de uma ciência para as listas de livros. Ao longo do percurso de quinhentos anos de produção empírica e reflexiva — o discurso sobre as bibliografias —, uma enorme fortuna crítica do pensamento bibliográfico se fundou, chegando à produção epistemológica — a reflexão da bibliografia como ciência — e ao seu papel como fundamento metodológico e político (Crippa, Saldanha e Araújo 2018; Crippa 2016).

As funções destas listas podem ser compreendidas do plano social ao político, atravessando toda a mutação da formação da ciência na Modernidade (Araújo e Crippa 2016). Do gesto bibliográfico como prática de seleção intencional acerca de um assunto ou domínio, à bibliografia estruturada a partir da consolidação disciplinar precursora da Documentação, o fazer bibliográfico é tanto instrumento da construção discursiva do conhecimento como reflete o conhecimento sobre um espaço-tempo, tratando-se de um princípio organizador cognitivo «das coisas, da práxis do social e da expressão dos sujeitos» (Menezes 2015, p. 170) por meio da perspectiva comunicativa da linguagem. A bibliografia é, portanto, segundo Menezes (2015), representacional, cognitiva, linguístico e pragmática, oriunda da cultura, da sociedade e fundada na socialização.

Nesse contexto, ao vislumbrar a bibliografia enquanto um conjunto de elementos sociotécnicos formadores de um sistema informacional, a perspectiva política emerge como um dado modo de produção e significação da linguagem, mas, também, como uma variável ativa em processos de decisão sobre permanência e exclusão de autorias, assuntos e abordagens em seu aspecto de fonte, além de metadado no âmbito do controle bibliográfico transcramaticalizado (Machado 2003).

2. JUSTIÇA SOCIAL/INFORMACIONAL E DEMOCRACIA DOCUMENTÁRIA: HORIZONTES TRANSGRAMATICAIS

Em 2015, Kay Mathiesen apresentou o conceito de justiça informacional, uma proposta conceitual de aplicação da justiça social à Biblioteconomia e Ciência da Informação. Como conceito amplo, justiça informacional versa sobre o tratamento justo a usuários (pessoas buscadoras de informação), fontes e assuntos/objetos (Mathiesen 2015). Desse modo, visa tanto ao aspecto distributivo da informação (distribuição equitativa e diversa de fontes registradas do conhecimento em seus mais diferentes suportes e contextos) quanto ao aspecto representacional (representação informacional justa e ética de sujeitos, assuntos e comunidades). A construção das justiças social e informacional é um fundamento para a problematização do que compreendemos como democracia documentária, noção proposta por Saldanha (2020). Sem esta fonte de simetria socioeconômica da justiça como prática diária, não é possível constituir infraestruturas de representação social como princípio da efetiva democracia. Este exercício de problematizar a metalinguagem em seu plano político no âmbito dos sistemas de organização do conhecimento, que tem as bibliografias, desde Conrad

Gesner, como princípio teórico, metodológico e político, conduz-nos à reflexão conceitual de «democracia documentária», que pressupõe o ponto de partida do diálogo fundacional da justiça informacional no escopo da epistemologia da Ciência da Informação, mas que tem, em suas duas frentes, de princípio e de práxis, a justiça social, no plano político, como causa maior.

Apenas através de teias de metalinguagens capazes de possibilitar a preservação, memória, a vivência e a atuação através dos metadados estruturados do mais diversos «lugares comuns» — ou manifestações do espírito de um coletivo e suas singularidades — uma democracia pode ser de fato fundada como princípio de cidadania plena. A necessidade de reconhecimento socioinformacional se aproxima do debate realizado por Fraser (2002) no contexto da globalização. Para a autora, os processos de globalização do contemporâneo tensionaram cultura e política a partir da busca pelo reconhecimento de identidades em contraponto ao debate centralizado na economia e nos recortes de classe. Tal processo desembocou na «politização generalizada da cultura» apropriada, também, pelo neoliberalismo.

Fraser (2002) afirma que a focalização no reconhecimento ampliou a contestação política e, consequentemente, o conceito de justiça social, pois, para além do eixo econômico, passou a abarcar identidades e diferenças de raça, religião, gênero, sexualidade, dentre outras. Assim, a justiça social passa a se relacionar também com a ideia de representação. Na busca por conciliar e efetivar os dois aspectos da justiça social — redistribuição equitativa e reconhecimento sociopolítico — a autora sustenta o princípio de paridade de participação. Por sua vez, tal princípio supõe duas condições: distribuição de recursos materiais que garanta a independência e dê voz aos participantes, ou seja, a concepção de todos como pares, e padrões institucionais de valor cultural que respeitem as diferenças e garantam oportunidades iguais para consideração social.

> *Esta condição exclui padrões institucionalizados de valor que sistematicamente depreciam algumas categorias de pessoas e as características a elas associadas* […] *Ambas as condições são necessárias à paridade participativa, nenhuma sendo por si só suficiente. O resultado é uma concepção bidimensional de justiça que abrange tanto a distribuição como o reconhecimento, sem reduzir um aspecto ao outro* (Fraser 2002, p. 13).

Na luta por justiça informacional (distributiva de fontes e de representação justa), as ações de informação dos sistemas de organização do conhecimento não podem ser o caminho central e muito menos o único método na dinâmica de fundamentação de um regime democrático. Porém, na ideia de democracia documentária, parte-se do princípio de que da dignidade pessoa em sua vida singular à

construção de indicadores para políticas públicas para os grupos sociais, não é igualmente possível pensar a consolidação dos princípios de cidadania sem a permanente (re)construção das teorias de sistemas de organização do conhecimento, como bibliografias, vocabulários controlados, tesauros, como metarrepresentação da dinâmica das autonomias e das pluralidades de um dado povo. Estes sistemas de sistemas ou metassistemas, em contínua análise dialética dos dilemas éticos e problemas que reproduzem da realidade social e multiplicam através de seu papel mediador sociotécnico, são encarados, na democracia documentária, como transgramáticas. Estas, conforme Saldanha (2013), representam microgramáticas metadiscursivas que são fundadas em um ponto da vivência de uma linguagem para sua superfície estrangeira, permitindo comensurabilidade interna e exterior, ou a capacidade de comunicação através de sentidos socialmente elaborados e compartilhados. As transgramáticas atuam, pois, no plano simbólico, como o instrumento sociotécnico mediador da realidade social fabricada pelas ações de informação manifestas na linguagem, na potência do que revela o prefixo «trans», ou seja, atuam via o «através», o «movimento para além de», a «posição além de», considerando a metalinguagem dos sistemas de organização do conhecimento fundamentos transgramáticos infraestruturais para democracia documentária, capazes de fomentar os potenciais de emancipação e de existência de uma dada comunidade discursiva pela sua presença metarrepresentada transgramaticalmente. As bibliografias e as teias de listas que estas multiplicam podem ser reconhecidas construtos transgramaticais quando observadas como recurso teórico-metodológico para a construção da democracia documentária, como o âmbito da comunidade autista e a mediação sociotécnica das bibliografias sobre o TEA.

3. ARTICULAÇÃO ENTRE PESQUISA E EXTENSÃO: A CONSTRUÇÃO DO REPERTÓRIO BIBLIOGRÁFICO ESPECIALIZADO

O projeto de extensão vinculado à UNIRIO teve início em outubro de 2024 e encontra-se em curso, com previsão de encerramento em dezembro de 2025. Para realizar a construção de uma bibliografia especializada sobre autismo em âmbito nacional, delinearam-se procedimentos metodológicos organizados em duas fases. Fase 1, «Pesquisa Exploratória»: (I) levantamento de documentos científicos, em acesso aberto e em língua portuguesa; (II) organização dos resultados por tipologia documental (artigos científicos, teses, dissertações, relatórios técnicos, livros, entre outros) e área de conhecimento; (III) triagem e sistematização dos resultados para categorização em macro temáticas por área de conhecimento. Fase 2, «Revisão Sistemática de Literatura baseada em Pesquisa Bibliográfica Estruturada (RSL-PBE) versão 2»: (I) análise exploratória dos resultados da Fase 1, para planejamento, definição e estabelecimento

de Questões de Revisões a serem executadas via RSL-PBE; (II) execução dos módulos, etapas e passos previstos pelo RSL-PBE.

Ao final das duas fases, pretende-se a publicação do recurso informacional em formato de livro digital em acesso aberto. Para tanto, os resultados do levantamento bibliográfico passarão por um processo de organização e tratamento dos dados. Com o objetivo de facilitar o acesso às entradas, serão elaborados índices conforme as necessidades identificadas, tais como: por autor, por assunto, por entidade vinculada e por nomes geográficos.

Inicialmente, o objetivo do repertório é localizar, avaliar, selecionar e analisar a produção de conhecimento sobre o domínio autista no Brasil, nas diferentes áreas do conhecimento reconhecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nesta primeira fase de levantamento exploratório, em andamento, a pesquisa realiza um levantamento bibliográfico em 23 bases de dados (multidisciplinares e especializadas), com acesso *online*, a saber: Scopus, Scielo, Web of Science, EBSCO, Directory of Open Access Journals (DOAJ), African Online Journals, African Education Research Database, AfroLib, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo CAPES de Teses e Dissertações e REDALYC, multidisciplinares; Education Resources Information Center (Eric), EduBase e Educ@, especializadas em Educação; PsyNet, Pubmed/Medline, MedCaribe, BIREME e LILACS, especializadas em psicologia e saúde; Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA) e Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), especializada em Ciência da Informação e CLACSO, especializada em ciências sociais. A busca é operacionalizada a partir dos seguintes termos: "autismo"; "autista" "transtorno do espectro autista"; "transtorno do espectro do autismo"; "transtorno autístico"; "autismo infantil"; "síndrome de kanner"; "síndrome de asperger"; "neurodiversidade" e "neurodivergência". Devido ao objetivo de mapeamento amplo do TEA como assunto na literatura científica brasileira, não incluímos filtro por temporalidade, o que justificou o uso de descritores não preferidos de representação do TEA, como autismo infantil, síndrome de kanner e síndrome de asperger, categoria diagnóstica em desuso.

Posteriormente, no plano crítico-discursivo da pesquisa, serão avaliadas as temáticas e problemáticas de pesquisa ao longo do tempo para que sejam identificadas e construídas questões de pesquisa específicas para revisão sistemática de literatura. Por sua vez, os dados analíticos obtidos poderão ser transformados em indicadores para, de um lado, a compreensão crítica dos modos como a existência da comunidade autista brasileira é transgramatizada nas tramas das políticas públicas que permitem sua autonomia ou multiplicam sua invisibilidade e opressão e, de outro lado, permitem, tais dados, o desenvolvimento da reflexão dialética da soberania nacional, com foco na existência-sobrevivência de um povo e sua diversidade, através das

metalinguagens que representam suas comunidades discursivas através de sistemas de organização do conhecimento que atuam como ferramentas de democratização.

Para a segunda fase do projeto, conforme mencionado, a pesquisa será operacionalizada pelo método da revisão sistemática, especificamente a partir da proposta denominada *Revisão Sistemática de Literatura baseada em Pesquisa Bibliográfica Estruturada* (RSL-PBE), de Borges (2020). Para realização de uma revisão de literatura do tipo sistemática utiliza-se de minuciosos procedimentos para identificar, selecionar e avaliar, criticamente, pesquisas correlatas ao assunto central da revisão. Uma RSL coleta dados de estudos primários, sendo fundamental para avaliar o estado da arte de determinado tema e para responder a questionamentos específicos. As revisões sistemáticas subsidiam a prática profissional baseada em evidência. Os métodos estatísticos (metanálise) podem ou não ser usados para analisar e resumir os resultados dos estudos incluídos na revisão. O protótipo RSL-PBE é uma proposta metodológica de revisão sistemática sem metanálise, caracterizada por um amplo processo de levantamento de estudos nas fontes de informação pré-selecionadas. O processo de seleção deve ser realizado de forma específica, por meio de passos de filtragem minuciosamente definidos (Borges 2020).

A arquitetura do método de RSL adotado no projeto de extensão é estruturada em quatro módulos que representam os principais processos de uma revisão sistemática: (1) «Planejamento», contempla as atividades necessárias para avaliação da necessidade de realização da revisão e sua exequibilidade; (2) «Questão de Revisão», direciona para as atividades de direcionamento da RSL; (3) «Pesquisa Bibliográfica», inclui as atividades de busca e avaliação da evidência científica; (4) «Discussão e Redação» do relatório, compreende as atividades de processamento, documentação e visualização da evidência. A modelagem procedimental textual da proposta, até o terceiro nível da arquitetura (módulos, etapas e passos) (Borges 2020).

4. RESULTADOS

Considerando os apontamentos teóricos discutidos nas seções anteriores, admite-se a dimensão ética na construção de um repertório bibliográfico. O primeiro aspecto se mostra em relação à validade da fonte e de seu conteúdo, ou seja, a necessidade de fontes de informação qualificadas sobre o domínio autista para todos os públicos em meio à infodemia, como também, o direito de pessoas autistas terem acesso ao conhecimento qualificado sobre sua própria condição, isto é, um gesto ético de mediação e educação para o letramento informacional.

Vale ressaltar as contradições interculturais e interinstitucionais sobre o domínio da perspectiva do conhecimento científico, ou seja, os achados, teorias, métodos e conclusões advindos dos campos do conhecimento, o que afeta, de maneira radical, o desenho das diretrizes em saúde, as propostas de políticas públicas, a orientação

das pesquisas científicas e, no âmbito informacional, a circulação de produção discursiva sobre o domínio e a comunidade. E, por fim, destaca-se a sistematização de fontes nacionais, com dados teóricos e empíricos nacionais, com fins à soberania e ao protagonismo social. Em suma, a dimensão ética da administração do comum, que, sob a ótica da Organização do Conhecimento, corresponde à construção coletiva de saberes sobre seres, campos, domínios e memória, marcada pela representação e recuperação da informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Articulando ensino, pesquisa e extensão na seara bibliográfica, a pesquisa apresenta como principais contribuições a construção sociopolítica de uma transgraticalização da realidade social através dos repertórios bibliográficos, os aspectos, a saber:

a) A organização de um instrumento educacional acessível à sociedade;
b) A geração de metadados que favoreçam o reuso por outros pesquisadores;
c) A preservação da memória da produção científica brasileira sobre o Transtorno do Espectro Autista em diferentes áreas do conhecimento através da capacidade do gesto bibliográfico de mobilizar fontes, fixá-las e preservá-las como índices sociotécnicos para a ciência e sociedade no espaço-tempo.

Como impacto futuro, o repertório demonstra sua potencialidade em mapear e dar visibilidade à produção científica nacional sobre inclusão. Além disto, como uma configuração sociopolítica a partir da técnica bibliográfica, atuando na dinâmica das transgramáticas, a bibliografia do TEA permite, por meio de divulgações adequadas no plano governamental, interinstitucional e da sociedade civil, alcançar políticas públicas que possam subsidiar ações governamentais, como forma de fundamentar o papel político, teórico e empírico, da democracia documentária a partir da realidade autista, bem como apontar para os caminhos da soberania nacional através das comunidades discursivas vivas e resistentes através de suas metalinguagens.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2022. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders-5th - TR*. Washington: American Psychiatric Association.

ARAÚJO, André Vieira de Freitas, 2018. De indicibus librorum e a arte da indicialização em Conrad Gesner (Parte I): contexto e princípios. *Informação & Informação* [Em linha]. **23**(2), 14-37 [consult. 2025-07-02]. DOI: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2018v23n2p14.

ARAÚJO, André Vieira de Freitas, 2015. Pioneirismo bibliográfico em um polímeta do séc. XVI: Conrad Gesner. *Informação & Informação* [Em linha]. **20**(2), 118-142 [consult. 2025-07-02]. DOI: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2015v20n2p118.

ARAÚJO, André Vieira de Freitas, e Giulia CRIPPA, 2016. Confusa e irritante multidão de livros: relações entre o contexto histórico-informacional da Europa Moderna e a estrutura documentária

de Bibliotheca Universalis, de Conrad Gesner. *INCID: Revista De Documentação E Ciência Da Informação*. **7**(n. esp.), 224–241 [consult. 2025-07-02]. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7iespp224-241.

ARAÚJO, André Vieira de Freitas, Giulia CRIPPA, e Gustavo SALDANHA, 2015. Em busca da Bibliografia: sobre o I Seminário Internacional "A Arte da Bibliografia". *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* [Em linha]. **11**(n. esp.), 495-512 [consult. 2025-07-02]. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/529.

BORGES, Graciane S. Bruzinga, 2020. *Proposta metodológica de revisão sistemática: um estudo a partir de fundamentos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação* [Em linha]. Tese de doutorado em Gestão em Organização do Conhecimento, Escola de Ciência da Informação da Universidade de Federal de Minas Gerais [consult. 2025-02-17]. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/70790.

BUCKLAND, Michael K., 1991. Information as thing. *JASIS: Journal of the American Society for Information* Science. **45**(5), 351-360.

CRIPPA, Giulia, 2016. Entre arte, técnica e tecnologia: algumas considerações sobre a bibliografia e seus gestos. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação* [Em linha]. **7**(n. esp.), 23-40 [consult. 2025-07-09]. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7iespp23-40.

CRIPPA, Giulia, Gustavo SALDANHA, e André Vieira de Freitas ARAÚJO, 2018. Saberes, lugares e artífices: horizontes históricos, teóricos e metodológicos da bibliografia. *Informação & Informação* [Em linha]. **23**(2), 02-04 [consult. 2025-07-09]. DOI: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2018v23n2p02.

CUNHA, Murilo B. da, e Cordélia R. de Oliveira CAVALCANTI, 2008. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília, DF: Briquet Lemos.

FRASER, Nancy, 2002. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 63, 7-20.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2025. Brasil lidera desinformação sobre autismo com crescimento de 15.000% em cinco anos. *FGV Notícias*. 2025-05-21 [consult. 2025-07-09]. Disponível em: https://portal.fgv.br/noticias/brasil-lidera-desinformacao-sobre-autismo-com-crescimento-de-15000-em-cinco-anos.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida, 1999. Caráter seletivo das ações de informação. *Informare*. **5**(2), 7-31.

HJØRLAND, Birger, e Hanne ALBRECHTSEN, 1995. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*. **46**(6), 400-425.

MACHADO, Ana M. Nogueira, 2003. *Informação e controle bibliográfico*: um olhar sobre a cibernética. São Paulo: Editora Unesp.

MATHIESEN, Kay, 2015. Informational justice: A conceptual framework for social justice in library and information services. *Library Trends*. **64**(2), 198-225.

MENEZES, Vinícios, 2015. O gesto bibliográfico e a modernidade. *Informação & Informação*. **20**(2), 168-183.

SALDANHA, Gustavo Silva, 2020. Democracia documentária e a teoria da não-conceitualidade: filosofia e práxis. *Informação & Sociedade*. **30**(4), 21-41.

SALDANHA, Gustavo Silva, 2013. Transgramáticas: filosofia da Ciência da Informação, linguagem e realidade simbólica. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*. **6**(1), 1-30.

SIQUEIRA, Breno, 2025. Censo 2022 identifica 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo no Brasil. *Agência IBGE Notícias* [Em linha]. 2025-05-23 [consult. 2025-07-09]. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43464-censo-2022-identifica-2-4-milhoes-de-pessoas-diagnosticadas-com-autismo-no-brasil.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Biblioteca Central, 2012. *Aula fontes de informação* [Em linha]. Londrina, PR: UEL [consult. 2015-05-10]. Disponível em: http://pt.slideshare.net/BibliotecasUEL/aula-fontes-de-informao.

4

OS UTILIZADORES E OS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

PMEST OR NOT PMEST? ENHANCING RELEVANCE WITH A FREELY FACETED CLASSIFICATION

CLAUDIO GNOLI*
PATRÍCIA DE ALMEIDA**

Abstract: *Relevance is an important concept in knowledge organization, that has been variously defined to describe the matching of documents' subject contents and users' information needs. We discuss how relevance is represented in the priority order of themes as expressed in classification. In particular, faceted classifications prioritize one facet over others depending on their standard citation order (PMEST). However, in a freely-faceted classification like ILC (*Integrative Levels Classification*), the default citation order can be altered to express the different relevance of facets within a document. Examples are given from a sample collection of videos of traditional feasts. While all this is an implementation of the document-oriented approach to relevance, the request-oriented approach could also be taken into account by highlighting results where a searched facet is the document's base theme.*

Keywords: *Citation order; Faceted classification; Relevance; Themes.*

Resumo: *A relevância constitui um conceito central na organização do conhecimento, sendo definida de diferentes formas para descrever a correspondência entre o conteúdo temático dos documentos e as necessidades de informação dos utilizadores. Neste trabalho, discute-se de que modo a relevância se encontra representada na ordem de prioridade dos temas, expressa nos sistemas de classificação. As classificações facetadas, em particular, atribuem prioridade a uma faceta em detrimento das restantes, de acordo com o padrão da sua ordem de citação (PMEST). No entanto, numa classificação livremente facetada, como a* Integrative Levels Classification *(ILC), a ordem de citação pode ser alterada de modo a exprimir a relevância diferenciada das facetas de um documento. Apresentam-se exemplos retirados de uma coleção de vídeos sobre festas tradicionais. Embora a abordagem à relevância reflita a perspetiva centrada no documento, aqui também se poderá considerar a perspetiva centrada no pedido, destacando-se os resultados em que a faceta pesquisada constitui o tema-base do documento.*

Palavras-chave: *Ordem de citação; Classificação facetada; Relevância; Temas.*

* Science and Technology Library, University of Pavia – Italy. Email: claudio.gnoli@unipv.it. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4721-7448.
** Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras / CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares – Portugal. Email: mebpatricia@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8061-8622.

1. RELEVANCE: MATCHING DOCUMENTS AND INFORMATION NEEDS

Public knowledge involves several dimensions that can be listed in this way (Gnoli 2020):

α (reality in itself)	ε collections
β phenomena	ζ information needs
γ perspectives	η people
δ documents	θ cognition

Knowledge organization systems (KOS) provide schemes of phenomena as known to humans (β), ordered according to some perspectives such as disciplines, domains, approaches and cultural traditions (γ). KOS elements can describe the subject of documents (δ) gathered in such collections as archives, libraries, museums and online resources (ε). Collections of documents may serve various information needs (ζ) of people of different age, gender, vocation and background (η) through their common human cognitive abilities, like browsing and selecting (θ). Remark that the same people have different information needs in different moments of their day and their life, including education or research but also leisure (Hartel Cox and Griffin 2016).

The desired encounter of information needs with the appropriate documents is expressed in Ranganathan's Second and Third Laws: «every reader [her/] his book; every book its reader» (Ranganathan 1931). KOSs act as intermediaries between needs and documents. Indeed, both needs and document contents can be expressed in the language of a KOS, like a string of controlled terms or class captions, such as «flowers used in traditional feasts». The degree of matching between an information need and a set of retrieved documents is often described as «relevance». Nonetheless, it's essential to acknowledge that various distinct mechanisms are involved in this term, as pointed out by Hjørland (2001, p. 778): «There are many different actors and layers influencing the relevance of the final output». Relevance is widely grasped on an intuitive level, yet it proves challenging to define in precise or consensual terms. We will briefly discuss this notion before considering how it can be enhanced by a particular kind of KOS (relevance is also affected by the document's language, form, genre etc., that we will not discuss in this paper).

The concept of relevance may be related to several other terms — «important, useful, pertinent, valuable, of utility, applicable, helpful, appropriate, significant, topical, correspondence, fit, bearing, matching» and others. Since Vickery (1959), there's been a pattern of discussion about relevance manifestations that continues to this day.

Following various criticisms, this concept became controversial and many definitions of relevance have been offered over the years. A review by Huang and Soergel (2013) summarizes relevance as «a relationship (R) between an Information Object (I) and an Information Need (N) (which consists of Topic, User, Problem/Task, and Situation/

Table 1. General pattern of «relevance»

Relevance in the A of a B existing between a C and a D as a determined by an E, where slots were filled with fillers as these:

A	B	C	D	E
Measure Degree Dimension Estimate Relation Appraisal	Correspondence Utility Connection Fit Match Bearing	Document Article Information object Information provided Fact	Question Query Request Requirement statement Point of view	User Judge Information specialist Requester Person

Source: Saracevic 2017, p. 19

Context) with focus on R». To stabilize the concept, Saracevic (2017, p. 19) states that «relevance is the A of a B existing between a C and a D as determined by E», where letters may be filled by combination of terms such as «measure», «correspondence», «document», «question», «user» or by other terms in equivalent roles (Table 1).

Recently, Yang (2025) stated that, broadly speaking, relevance is typically conceptualised from two main perspectives: one accepted view considers relevance as a type of relationship (e.g. term/document, document/question, source/destination, assumption/context), while the other considers it as the utility of information being helpful to meet a user's interest and information needs.

2. THEMES AND RELEVANCE

As mentioned, KOSs aim at taking advantage of the potential relevance of a document by indexing its subject and other features, so that it can be found by users needing them.

However, a document subject often consists of different components, that are sometimes described as themes. For example, the (withdrawn) *ISO 5963 standard, Methods for examining documents*, determining their subjects and selecting indexing terms remarked that «[i]n some cases two or more themes within the field covered by an index occur independently in the same document» (International Organization… 1985). Although these may appear to be self-evident concepts, not all scholars share the same perspective or interpretation of it (Hjørland 2017, section 3.6).

When representing the document by the KOS, themes understood as subject components can be represented as different subject heading strings, or cited in the same string with different priorities, or not cited at all. For example, a document about statistical methods and their application to crop production can be indexed as «statistics — crops, or as crops — statistics», and shelved in mathematics or in agriculture, depending on the indexing policy. Alberto Cheti recommends that a «base theme» is identified, that is the theme around which a set of other «particular themes» are developed in the

document, some of which may be expected to be relevant for users. The base theme should be cited first, followed by the particular themes (Gnoli and Cheti 2013).

Basically, there can be two kinds of subject indexing policy as related to relevance: document-oriented and request-oriented (Fidel 1994; Kim 2013; Hjørland 2017, sect. 2.4, 2.6). Cheti's approach is mainly document-oriented, as it assumes that the base theme can be identified as an objective property of the document. At the same time, he believes that some particular themes may be expressed or not depending on their expected relevance to library users, which is a request-oriented idea. Gnoli (2019) finds that request-oriented themes can be expressed in the local data of the catalogue, like the classification numbers used for shelfmarks, while subject data shared with other libraries and publicly available online should be document-oriented.

Hjørland (2017) favours the request-oriented approach, believing that some themes (although he does not adopt this term) that are expected to be of particular interest to users should be privileged in indexing, even if they are not the base theme of the document. He provides the example of a 1921 paper by geneticist Ronald A. Fisher that has become very important in time for a theme (originally-developed statistical methods) different from its original purpose (variation in crops). The former theme is probably more relevant to the average contemporary users.

While request-oriented indexing looks like a good service to users, in the context of global open exchange of linked data it may also be is a hindrance to interoperability, as metadata will be used by a variety of institutions and users, the needs of which are not known in advance — some may be more interested in statistical methods and some else in crop variation. In this situation, the document-oriented approach may provide a standard reference, where themes are cited according to some known common principle.

In the remaining parts of this paper, we will address the problem of dealing with relevance by a particular KOS kind: freely faceted classifications.

3. FACETED CLASSIFICATIONS AND THEIR CITATION ORDER

In faceted classifications as introduced by Ranganathan (Almeida, Martínez-Ávila and Simões 2017; Satija 2017), concepts may be connected to each other by expressing them as a set of facets which concur to the determination of the document subject. That is, instead of simply being juxtaposed in a subject string such as «crops — statistics or feasts — flowers», they fill certain syntactic roles called the facets. For example, feasts can be assigned to the Personality facet and flowers to the Matter facet, to mean that flowers are related to feasts as the «matter» by which feasts are implemented.

In faceted classifications, facets follow a standard citation order for the sake of ordering consistency, known as PMEST from the acronym of Ranganathan's facet categories Personality, Matter, Energy, Space and Time. So, within each domain, a faceted KOS gives priority to some facets over others, based on its facet formula.

For example, in the domain of ethnography feasts and other customs may fill the Personality facet, hence be prioritized in shelf order or in catalogue order because Personality is the first cited facet, while such other entities as ritual clothes, ritual plants and their parts or musical instruments may be assigned to the Matter facet as they are considered subsidiary to the customs. In a different domain such as botany, plants may instead fill the role of Personality and be cited first.

This structure means that the relevance of a particular theme in a document classmark will depend on the domain or discipline under which it is indexed. Indeed, consider a document about the flowers used in a traditional feast. Once the indexer has decided that the document belongs to ethnography rather than botany, the place of flowers in the citation order is established. As a consequence, in the order of documents on shelves or in a browsable list, the document will be grouped with other documents about feasts and not with documents about flowers, and this will affect its findability. While citation order brings some predictable order and consistency in an index, it also imposes a given estimation of relevance throughout the whole domain.

4. FREELY FACETED CLASSIFICATIONS

These limitations can someway be overcome in the variety of faceted classifications that we call freely faceted (Gnoli 2024). An example of it is the *Integrative Levels Classification* (ILC), a developing faceted system that lists classes of phenomena rather than disciplines (International Society… 2004-2024). Making concepts independent from any particular discipline also decreases the rigidity of citation orders and allows for a more flexible syntax, in which themes can be treated as free facets and connected in various ways. The standard citation order in ILC (the equivalent of PMEST) is followed only among facets that have the same relevance in the document. On the other hand, if a facet can be identified as the base theme of the document — say, if the document focuses on the features of the flowers used in the feast rather than on the feast itself — it is promoted to the leading positions whatever its category is.

ILC standard citation order is expressed by inverted digits that are used as facet indicators, in a way similar to punctuation marks in Rangathan's PMEST:

9 quality	*4* opposition
8 quantity	*3* agent
7 part	*2* place
6 property	*1* time
5 transformation	*0* perspective

For each main class, like *w* «customs», a set of facets is defined in the schedules, including more specific facets expressed by several digits:

w customs
w5 rite
w5f bonfire
w5h ritual meal [etc.]
w53 with *musical instrument* [etc.]
w7 with *symbol*
w7c ritual clothes [etc.]
w76 with *ritual plant part*
w76w flowers [etc.]

The inverted order *9, 8, 7… 5… 1, 0* is used as the default citation order. Multiple-digit facets follow single-digit one, so *7* precedes *76* and *5* precedes *53*. However, facets can also be promoted to earlier places to express document-oriented relevance. This will affect the order in which documents are presented in a browsable list or in query results, and their grouping with documents that share the same facet. To give an example, a faceted classmark following the standard order would be:

wl7c76w «feast days, with ritual clothes, with flowers»

But in case flowers are more relevant in the document as compared to ritual clothes, as in a real example described below, the citation order can be changed to:

wl76w7c «feast days, with flowers, with ritual clothes»

Free combinations from different main classes can also be expressed. In these, the class that is more relevant in the document is prioritized in the same way:

wl50xn «feast days, through dances»
xn90wl «dances, of feast days»

5. THE TRADEU DEMONSTRATOR

Application of ILC facets is demonstrated in *Traditional Europe* (TradEU*)*, a selected collection of *YouTube* videos on traditional feasts and other customs of Europe that can be tested freely at https://www.iskoi.org/ilc/tradeu/ (Gnoli et al. 2023).

From the TradEU homepage, the user can select some suggested facets (Fig. 1):

- customs (games, initiation, marriage, Carnival, Easter, May Day, Christmas) plus related themes music and dance;
- region (Britain, Ireland, Germany, Benelux, France, Spain, Portugal, Switzerland, Italy);

- symbols (clothes, effigies, flags, plant parts, animals);
- rites (dressing up, procession, itinerant begging, bonfire, meal;
- instruments (song, percussion, drums, stringed, wind).

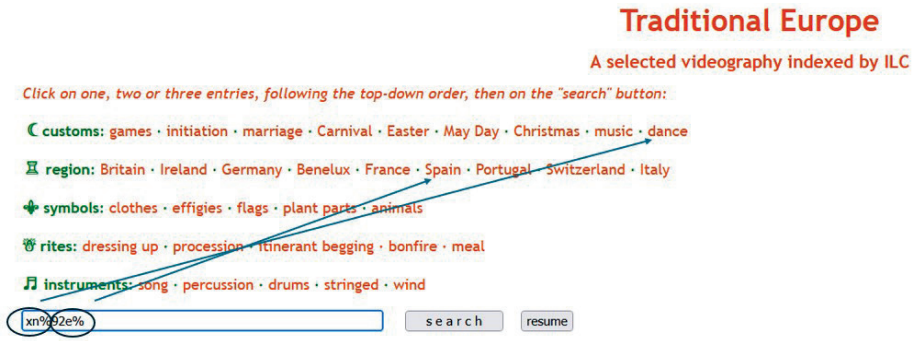


Fig.1. TradEU homepage
Source: By the authors

Notation is not shown in the search page to make it more user friendly, but is coded in the associated links: e.g. the link from «clothes» contains a query for the notation fragment *-7c-*. After selecting values from one, two or three different facets, the search can be launched, and produces a list of matching videos in a new page.

Beside each embedded video, its assigned classmark is shown, with the automatically translated faceted caption, similarly to our examples above (Fig. 2).



Fig. 2. Video from the TradEU results
Source: By the authors

This is meant as a demonstration of how a freely faceted classification works. As videos are sorted by classmark, the place of a facet in citation order will clearly affect the resulting order: the order will basically follow base themes, and where videos have the same base theme, they will be ordered by the next facet, and so on.

For example, some videos of Portuguese traditional events include *xn* «dances» as a facet. By selecting «dances» from the menu, a query for *-xn-* is launched and compounds are retrieved which include *dances* as a facet cited in any position. In the video *Entrudo chocalheiro*, dances are the last cited facet, following dressing up and instrument use, which are considered to be more relevant. Sometimes, on the other hand, *50xn* «through dances» is cited before *53nrw* «with accordions» (or other instruments) despite the default inverted citation order which would prescribe facet *53* to be cited before facet *50*: it is so because in those documents' indexers have considered dances to be more relevant than the instruments.

Similarly, in *Festa dos tabuleiros*, *76w* «with flowers» has been promoted before «religious symbol» and «cattle», though the latter would occur before in the standard citation order, because flowers are obviously the most perspicuous element that can be seen in that feast. Indeed, as it can be appreciated in the video, the tray with flowers and bread is the distinctive element of this event, for which it is known in the rest of the country (Turismo de Portugal 2013).

6. DISCUSSION AND FUTURE WORK

Our examples from the TradEU demonstrator have shown how the relevance of a particular facet within a document can be expressed in the citation order of facets, thus affecting the order of presentation of search results. This enables additional flexibility as compared to the rigidity of the PMEST – like facet formula, and is made possible by a freely faceted classification system.

Clearly, this mechanism is limited to relevance within documents, and implies a document-oriented approach. To serve user needs, one could even promote facets to leading positions depending on their expected relevance to particular users. However, this is discouraged in ILC indexing policy, as it would run against interoperability of data, a widely acknowledge requirement[1] in our globally connected world, you cannot know which users and which information needs will be served by your system.

On the other hand, the information needs of each specific circumstance are expressed in the facets a user searches for. This information becomes known to the system in the instant a search is launched for a particular facet (or combination of facets), and opens the way to include request-oriented approaches in the design of search interfaces.

[1] E.g. Sacramento et al. 2022.

Gnoli and Cheti (2013) recommend that a search for a selected theme is answered by prioritizing the items where it occurs as the base theme, that is where it occurs at the beginning of a faceted classmark. In the TradEU sample, to answer a search for *xn* «dance», results where *xn* occurs first, including the video *Pauliteros de Miranda*, should be shown first, because they are more relevant to the specific search. These should be followed by all other videos, ordered according to the document-oriented order of their facets.

This particular feature is not implemented yet in our prototype, but is technically feasible by the double-query method described by Gnoli and Cheti (2013): each user search is translated in two different queries, the first one producing results where the searched notation occurs at the beginning of the classmark string, and the second one producing results where it occurs inside the string. This will provide a hybrid framework, concealing the basic document-oriented approach with a request-oriented approach, based not on supposed relevance for unknown users, but on the actual behaviour of users in each particular request.

Other considerations may concern the choices implied in the default citation order of a scheme, even a freely faceted one. Critical scholars may question why, say, the citation order of the customs class in ILC prioritizes symbols over rites rather than the other way around. We can answer that this is the result of assigning symbols to the part category and rites to the transformation category. These categories in turn have their standard citation order based on decades of research in faceted classifications, from Ranganathan to the Classification Research Group and so on. In this order, parts precede processes, as this sequence has been found to be the most efficient.

Alternative ways of classifying one and the same domain, that have been described as «paradigms» by Ørom (2003), often differ for the very priority order of the characteristics of division, with each characteristic potentially producing a facet that is cited early, or late, or not at all. The ILC research group is currently working on one such case: the different division of ethnic groups by language, or by place of origin, or by somatic traits or other characteristics as it can be observed in different general classifications (D'Almeida et al. [in prep.]). This promises to be a further direction of research in the nature of faceted classification and its way to manage relevance.

REFERENCES

ALMEIDA, Patrícia de, Daniel MARTÍNEZ-ÁVILA, and Maria da Graça SIMÕES, 2017. The contribution of Ranganathan's facets to the determination of aboutness in novels. In: Aida SLAVIC, and Claudio GNOLI, ed. *Faceted classification today: theory, technology and end users: proceedings International UDC Seminar 2017, London*. Würzburg: Ergon Verlag, pp. 93-108.

D'ALMEIDA, Nina G.S.B., et al. [in prep.]. *Ethno-racial subjects in classification systems: a comparative survey*.

FIDEL, Raya, 1994. User-centered indexing. *Journal of the American Society for Information Science*. **45**(8), 572-575.

FISHER, Ronald Aylmer, 1921. Studies in crop variation. I. An examination of the yield of dressed grain from Broadbalk. *Journal of Agricultural Science* [online]. **11**(2), 107-135 [viewed 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1017/S0021859600003750.

GNOLI, Claudio, 2024. Ranganathan's principles and a fully 'freely faceted' classification. *Annals of Library and Information Science*. **71**(4), 113-120.

GNOLI, Claudio, 2020. *Introduction to knowledge organization*. London: Facet.

GNOLI, Claudio, 2019. Rilevanza nel documento e rilevanza per l'utente: l'ordine di citazione dei temi. In: Anna LUCARELLI, Alberto PETRUCCIANI, and Elisabetta VITI, ed. *Viaggi a bordo di una parola: scritti sull'indicizzazione semantica in onore di Alberto Cheti*. Roma: Associazione Italiana Biblioteche, pp. 105-117.

GNOLI, Claudio, and Alberto CHETI, 2013. Sorting documents by base theme with synthetic classification: the double query method. In: Aida SLAVIC, Almila Akdag SALAH, and Sylvie DAVIE, ed. *Classification & visualization: interfaces to knowledge: proceedings of the international UDC Seminar, 24–25 October 2013, The Hague*. Würzburg: Ergon Verlag, pp. 225-232.

GNOLI, Claudio, et al., 2023. Simpler search in a complex world: browsing ethnographic videos by freely faceted classmarks. *CEUR Workshop Proceedings. Proceedings of the 7th ISKO UK Biennial Conference 2023* [online]. Glasgow: CEUR-WS [viewed 2025-07-01]. Available from: https://ceur-ws.org/Vol-3661/06-SHORT-CGnoli-ISKOUK2023.pdf.

HARTEL, Jenna, Andrew M. COX, and Brian L. GRIFFIN, 2016. Information activity in serious leisure. *Information Research* [online]. **21**(4), paper 728 [viewed 2025-07-01]. Available from: https://informationr.net/ir/21-4/paper728.html.

HJØRLAND, Birger, 2017. Subject (of documents). *Knowledge Organization* [online]. **44**(1), 55-64 [viewed 2025-07-01]. Available from: https://www.isko.org/cyclo/subject.

HJØRLAND, Birger, 2001. Towards a theory of aboutness, subject, topicality, theme, domain, field, content… and relevance. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. **52**(9), 774-778.

HUANG, Xiaoli, and Dagobert SOERGEL, 2013. Relevance: An improved framework for explicating the notion. *Journal of the American Society for Information Science and Technology* [online]. **64**(1), 18-35 [viewed 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1002/asi.22811.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 1985. *ISO 5963: Methods for examining documents, determining their subjects and selecting indexing terms* [online]. Genebra: ISO [viewed 2025-07-01]. Available from: https://cdn.standards.iteh.ai/samples/12158/65ca056bf5aa4f52a85fc1ae6362e421/ISO-5963-1985.pdf.

INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION ITALIA, 2004-2024. *Integrative Levels Classification — ISKO Italia* [online]. ISKO [viewed 2025-07-01]. Available from: https://www.iskoi.org/ilc/.

KIM, Seung Hyun, 2013. An exploratory study of user-centered indexing of published biomedical images. *Journal of the Medical Library Association*. **101**(1), 73-76.

ØROM, Anders, 2003. Knowledge organization in the domain of art studies: history, transition and conceptual changes. *Knowledge Organization* [online]. **30**(3-4), 128-143 [viewed 2025-07-01]. Available from: https://www.isko.org/cyclo/art.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita, 1931. *The five laws of library science*. Madras: Madras Library Association.

SACRAMENTO, Eveline R., et al., 2022. Considering the question of the interoperability. *Páginas a&b: Arquivos e bibliotecas* [online]. 18, 120-133 [viewed 2025-07-01]. Available from: https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/12533.

SARACEVIC, Tefko, 2017. *The notion of relevance in information science: everybody knows what relevance is: but, what is it really?*. Cham: Springer.

SATIJA, Mohinder Partap, 2017. Colon Classification (CC). *Knowledge Organization* [online]. **44**(4), 291-307 [viewed 2025-07-01]. Available from: https://www.isko.org/cyclo/colon_classification.

TURISMO DE PORTUGAL, 2013. Festival of the Trays. In: *Visit Portugal* [online]. Portugal: Turismo de Portugal [viewed 2025-07-09]. Available from: https://www.visitportugal.com/en/node/156023.

VICKERY, Brian Campbell, 1959. Subject analysis for information retrieval. In: *Proceedings of the International Conference on Scientific Information*. Washington, DC: The National Academies Press, vol. 2, pp. 855-866. DOI: https://doi.org/10.17226/10866.

YANG, Li, 2025. *Data relevance: conceptualization and theorization from the perspective of knowledge organization*. PhD dissertation, University of Wisconsin–Milwaukee.

GARANTIA DO CONTEXTO ARQUIVÍSTICO: PARÂMETRO PARA O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO

DENIZE LAUREANO ROCHA*
CLARISSA SCHMIDT**

Resumo: *O presente estudo trata de uma investigação exploratória, de abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise de* corpus *documental, com o objetivo de apresentar a garantia do contexto arquivístico como elemento fundamental para a sustentação de sistemas de organização do conhecimento ambientados na Arquivologia. A investigação traça aproximações entre processos, objetos e produtos da Arquivologia e da Organização do Conhecimento, tratando as duas áreas como campos paralelos, atravessados pela garantia do contexto arquivístico, elemento capaz de garantir o valor probatório dos objetos organizados em sistemas de organização do conhecimento arquivístico. Como resultado, o contexto de produção documental torna-se matéria-prima para o desenvolvimento da proposta de perspectiva apresentada neste estudo, intitulada garantia do contexto arquivístico.*

Palavras-chave: *Garantia do contexto arquivístico; Contexto de produção documental; Conhecimento arquivístico; Sistemas de organização do conhecimento arquivístico.*

Abstract: *This study is an exploratory investigation with a qualitative approach, based on a bibliographic review and analysis of a documentary* corpus*, with the objective of presenting the archival context warranty as a fundamental element for supporting knowledge organization systems set in Archival Science. The investigation draws connections between processes, objects and products of Archival Science and Knowledge Organization, treating the two areas as parallel fields, crossed by the archival context warranty, an element capable of guaranteeing the evidential value of objects organized in archival knowledge organization systems. As a result, the context of documentary production becomes the raw material for the development of the perspective proposal presented in this study, entitled archival context warranty.*

Keywords: *Archival context warranty; Records context; Archival knowledge; Knowledge organization systems.*

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea impõe aos pesquisadores que investigam a Organização do Conhecimento Arquivístico (OCA) a constante necessidade de ampliar o alcance de suas teorias, conceitos, métodos e técnicas para atender às demandas tecnológicas e

* Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Brasil. Email: denizelr@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6202-1486.
** Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil. Email: clarissaschmidt@id.uff.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1555-4594.

legais que condicionam o contexto de produção documental e atravessam os sistemas de OC. Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista os princípios fundamentais que atribuem a qualidade arquivística ao nosso objeto de estudo e sustentam o valor de prova inerente aos documentos arquivísticos.

Nesse panorama, é possível observar o crescente movimento no sentido de integração de novas perspectivas para responder às necessidades apresentadas pelo funcionamento dos organismos produtores na contemporaneidade, sem prejuízo aos princípios epistemológicos que sustentam nosso saber e orientam as nossas práticas.

Nesse cenário ambientamos nossa investigação, que faz parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado na qual objetivou-se apresentar a garantia do contexto arquivístico como elemento fundamental à sustentação de sistemas de OC ambientados na Arquivologia.

A investigação tem como cerne uma proposta de garantia — elemento usualmente situado no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação — que contempla as particularidades da Arquivologia e seus objetos de trabalho e estudo, possibilitando a interlocução com a perspectiva da OC para o desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento Arquivístico (SOC-A).

No *lato sensu*, o termo garantia é utilizado para designar o ato ou efeito de garantir, que usualmente se manifesta em um instrumento, palavra ou documento, cuja função é assegurar que uma obrigação ou promessa seja cumprida. Porém, quando empregado no âmbito da OC ou CI, o termo remete a uma premissa que fundamenta e justifica os elementos que fazem parte de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC). Para a presente investigação, trabalhamos com o sentido estrito de garantia como fundamentação dos SOC, mais especificamente, aqueles destinados à OCA.

Metodologicamente o estudo é caracterizado por uma abordagem qualitativa e utiliza os procedimentos de revisão bibliográfica e análise de *corpus* documental para aproximar Arquivologia e OC enquanto campos paralelos atravessados pela garantia do contexto arquivístico, premissa baseada na representação do contexto de produção documental, que precisa ser assegurada ao longo do tempo e no espaço para a manutenção do significado do conhecimento arquivístico nos sistemas em que forem organizados.

Como resultado, o contexto de produção documental torna-se matéria-prima para o desenvolvimento da proposta de perspectiva apresentada neste estudo, intitulada garantia do contexto arquivístico, que pode ser adotada na elaboração e desenvolvimento de SOC-A. Portanto, é um movimento que não sinaliza para uma ruptura com os princípios de sustentação da Arquivologia, mas aponta para uma mudança de ótica em direção à agregação de perspectivas de outras áreas do saber, como a OC, ao nosso universo, sem prescindir dos elementos que atribuem qualidade arquivística aos objetos tratados, sejam eles os documentos ou conhecimento.

1. O CONTEXTO COMO ELO ENTRE ARQUIVOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Partimos da perspectiva de aproximação entre a Arquivologia e a OC, que são áreas que apresentam similaridades entre seus objetos, processos e produtos, de forma que seria possível observá-las como linhas paralelas atravessadas pelo contexto, elo que sustenta a relação entre os dois campos. Essa aproximação é possível à medida que passamos a considerar que a informação pode ser trabalhada no espectro da Arquivologia, expandindo os limites do que podemos explorar em nossas teorias, métodos e técnicas (Tognoli, Guimarães e Tennis 2013).

Nesse sentido, ganhamos também novas formas de compreender, organizar e representar o conhecimento produzido nos complexos contextos de produção documental da sociedade contemporânea, ratificando a tendência de integração entre os campos científicos já enunciada desde a década de 1990 (Tognoli, Rodrigues e Guimarães 2019).

> *À medida que as administrações se tornam mais flexíveis e desenvolvem funções e competências horizontais, a estrutura das instituições se torna mais fragmentada. Analisar documentos como peças documentais, que de alguma forma remontam a essa estrutura fragmentada, é um caminho seguro para o desenvolvimento de métodos em arquivologia, especialmente para a organização do conhecimento produzido dentro das instituições* (Tognoli, Guimarães e Tennis 2013, p. 211).

Da Arquivologia temos o documento arquivístico, os instrumentos de classificação e a classificação arquivística, enquanto da parte da OC temos o conhecimento arquivístico, os SOC e os processos de organização do conhecimento (POC) como objetos, produtos e processos, respectivamente.

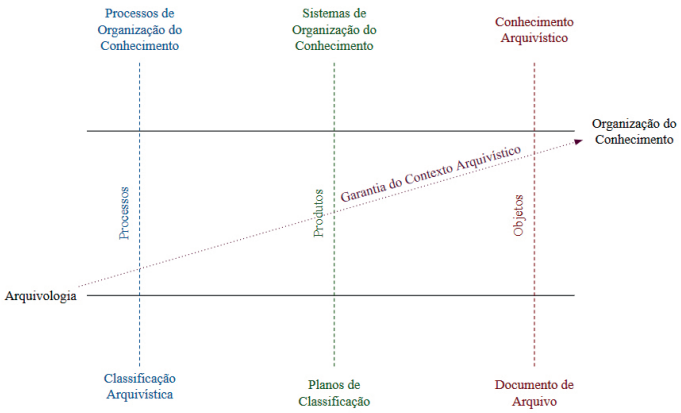


Fig. 1
Arquivologia e Organização do Conhecimento como retas paralelas atravessadas pelo contexto
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025

Aproximando os objetos dos dois campos, sabe-se que o documento arquivístico é aquele produzido por um determinado órgão produtor em decorrência de suas atividades, sendo sua natureza atribuída pela origem funcional encontrada no contexto de produção documental. Esse aspecto foi apreendido pela revisão de literatura realizada ao longo da investigação, que teve consulta em fontes bibliográficas e documentos técnicos como o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (Brasil 2005), *InterPARES 3 Terminology Database* (Interpares Project 2012), *Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais* (Brasil 2020) e *Multilingual Archival Terminology* (International… [s.d.]). Das fontes bibliográficas apreendemos as perspectivas de Schellenberg (2006; 1980), Cortés Alonso (1989), Heredia Herrera (2011; 1991), Duranti (1994), Bellotto (2002), López Gómez e Gallego Dominguez (2007), Rondinelli (2011). A revisão de literatura e de *corpus* documental apontou reiteradamente para a natureza orgânica e contextual do documento arquivístico como elemento distintivo deste em relação aos demais.

Ao voltarmos nosso olhar para o conhecimento arquivístico como objeto, também identificamos o contexto como elemento de singularização deste tipo de conhecimento em relação aos demais. Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019) apontam que o conhecimento arquivístico tem suas características distintivas dadas pela sua origem, que são encontradas no contexto de produção documental. Como reflexo disso, a estrutura conceitual do conhecimento arquivístico tem em sua arquitetura o contexto como componente obrigatório, que associado ao conceito de fundo e o conhecimento sobre a forma documental sustentam a definição cunhada pelos autores (Tognoli, Rodrigues e Guimarães 2019).

Essa definição corrobora a compreensão do conhecimento arquivístico como «todo o conhecimento produzido sobre um determinada pessoa ou entidade e agrupados em fundos» (Tognoli, Guimarães e Tennis 2013, p. 207, tradução nossa).

Assim, identificamos o contexto de produção documental como o elo de conexão entre a perspectiva da Arquivologia e da OC em relação aos seus objetos. Passamos então à análise dos seus produtos, dos quais destacamos os instrumentos de classificação e os SOC como essenciais para a representação, organização e classificação do objeto contextualizado, seja ele o documento ou o conhecimento.

Segundo Sousa (2012) há um consenso na Arquivologia sobre a necessidade de um instrumento para registrar o processo classificatório. O instrumento de classificação é a materialização das premissas e critérios utilizados para o agrupamento dos documentos de arquivo pertencentes ao mesmo fundo e manifesta a lógica estabelecida pelo arquivista para a organização dos documentos.

Nesse sentido, os produtos que a instrumentalizam, usualmente denominados planos de classificação, materializam essa função, que é preponderante no universo dos processos arquivísticos, haja vista que dão corpo e representam as

relações que contextualizam e dão significado ao nosso objeto, conferindo seu valor probatório.

> *Os instrumentos são elementos de maior relevância nos sistemas de classificação, pois não só materializam a classificação arquivística como sistematizam as relações lógicas entre: o documento e suas ações originárias, o documento e seu produtor, os documentos e os demais do mesmo conjunto* (Schmidt 2024, p. 154).

Na Arquivologia, os objetos analisados e classificados são os documentos de arquivo, que devem ser devidamente contextualizados em produtos da classificação que refletem a estrutura e o funcionamento de um determinado órgão produtor, caracterizando o seu contexto de produção.

Assim, os planos de classificação corporificam a «representação do contexto de produção e acumulação dos documentos de arquivo e o desvelar das relações orgânicas» (Schmidt 2024, p. 45). Desse modo, são um mecanismo de controle e de registro das características que condicionam uma efetiva existência do órgão produtor, seu funcionamento e a produção dos documentos oriundos de suas atividades.

No âmbito da OC encontramos nos SOC os instrumentos capazes de organizar, representar e controlar o conhecimento produzido por diversas áreas do saber. São produtos do processo de organização do conhecimento que, majoritariamente, têm suas iniciativas pautadas na organização e representação dos objetos norteadas pelo conteúdo, todavia, quando ambientados na Arquivologia, o contexto passa a ocupar o centro das discussões em decorrência da especificidade da natureza do conhecimento arquivístico (Barros, Bastos e Santos 2022).

> *SOC são sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos. Na organização e recuperação da informação, os SOC cumprem o objetivo de padronização terminológica para facilitar e orientar a indexação e os usuários. Quanto à estrutura variam de um esquema simples até o multidimensional, enquanto que suas funções incluem a eliminação da ambiguidade, controle de sinônimos ou equivalentes e estabelecimento de relacionamentos semânticos entre conceitos* (Carlan e Medeiros 2011, p. 54).

O SOC compreende «diversos instrumentos elaborados em diferentes estruturas e funções, que objetivam a organização, gestão e acesso à informação e ao conhecimento produzido e acumulado em um dado contexto» (Rocha e Schmidt 2023, p. 436).

Assim,

> *Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) é um termo genérico usado para se referir a uma ampla gama de itens (por exemplo, cabeçalhos de assunto, tesauros, esquemas de classificação e ontologias), que foram concebidos com diferentes propósitos, em momentos históricos distintos. Caracterizam-se por diferentes estruturas e funções específicas, variadas formas de se relacionar com a tecnologia e são utilizados em diversos contextos por diversas comunidades. No entanto, o que todos têm em comum é que foram concebidos para apoiar a organização do conhecimento e da informação, a fim de facilitar sua gestão e recuperação* (Mazzocchi 2018).

O autor pontua que podem ser aplicados em diversas áreas de saber em decorrência de seu caráter flexível, permitindo absorver as especificidades de cada contexto, podendo também se adaptar a diferentes contextos de produção de objetos com a finalidade de representá-los, torná-los compreensíveis e viabilizar sua recuperação e acesso. Por esse motivo, possuem aderência ao campo da Arquivologia e aos objetos do nosso campo, de maneira que nossos produtos, em especial os instrumentos de classificação, podem ser compreendidos como SOC-A.

Cabe retomar a ideia de que a integração das perspectivas da Arquivologia e da OC foi tardia, portanto, ponderamos que existem limitações em relação aos SOC que desenvolvemos. Nesses limites encontramos lacunas que podem ser exploradas para que os nossos produtos, enquanto SOC-A, adquiram um *status* mais avançado, sejam desenvolvidos em uma estrutura mais complexa e com maior funcionalidade, alcançando as atribuições de estabelecer relações associativas e apresentar as propriedades do conhecimento representado (Barros, Bastos e Santos 2022; Zeng 2008).

Ampliar o alcance dos instrumentos de classificação arquivística enquanto SOC-A para que ocupem categorias mais avançadas na cadeia hierárquica proposta por Zeng não implica em abandonar os instrumentos de classificação, mas oferece como prospecto a possibilidade de redimensioná-los na intenção de que ofereçam benefícios colaterais ao mesmo passo que mantêm a representação do contexto de produção documental (Zeng 2008).

Outrossim,

> *Os instrumentos são elementos de maior relevância nos sistemas de classificação, pois não só materializam a classificação arquivística como sistematizam as relações lógicas entre: o documento e suas ações originárias, o documento e seu produtor, os documentos e os demais do mesmo conjunto* (Schmidt 2024, p. 154).

Os planos de classificação podem ser entendidos como sistemas de organização do conhecimento na Arquivologia, mas esse paralelismo é condicionado pela manutenção da natureza contextual de nosso objeto, evidenciando o contexto de produção documental como elemento primordial no processo de organização e representação do conhecimento arquivístico.

Após isso, chegamos à aproximação dos processos dos dois campos: os processos de organização do conhecimento (POC) e a classificação arquivística.

Assim como os SOC podem assumir uma infinidade de formas e finalidades, os POC também compreendem uma gama de atividades que passam pela indexação, classificação, descrição, análise de assunto e *tagging* dos conhecimentos organizados (Hjørland 2016). Portanto, a pluralidade de POC, a multiplicidade de objetos e a amplitude de produtos se correlacionam diretamente, numa cadeia de sentido na qual os objetos funcionam como insumos dos processos que culminam na elaboração de produtos.

Por se tratar de uma investigação pautada na OCA, dentre os processos compreendidos no universo da Arquivologia, a classificação ganha papel central, haja vista que é a função relacionada à representação da natureza contextual, característica fundamental do nosso objeto. «Se o documento de arquivo nasce para registrar a ação, a função classificação é realizada para representar essa relação, revelando assim o vínculo arquivístico» (Schmidt e Smit 2015, p. 4).

Diante disso, encontramos na classificação o processo de organização do conhecimento arquivístico capaz de representar as informações contextuais dos documentos arquivísticos de modo a garantir os vínculos, o caráter orgânico e o valor probatório de nosso objeto (Schmidt e Smit 2015).

> *Trata-se de uma classificação vinculada ao âmbito da organização dos documentos de arquivo e que não pode ser estabelecida de forma subjetiva ou arbitrária, uma vez que precisa demonstrar o elo entre o produtor, o documento e as atividades que lhe deram origem* (Schmidt 2024, p. 46).

Esse elo existe no contexto de produção documental e a classificação — o processo — e seus instrumentos — os produtos — são responsáveis por representar as relações existentes entre documentos, funções, atividades e estrutura administrativa de um órgão produtor. O contexto aparece como o elemento que conecta o POC e a classificação arquivística, reiterando o seu papel transversal na aproximação dos objetos, produtos e processos da Arquivologia e OC.

Nesse cenário, identificamos o espaço para o desenvolvimento de uma proposta de garantia para a organização do conhecimento arquivístico, que seja centrada da manutenção da natureza contextual dos nossos objetos, e que oriente a justifique a

composição de SOC-A em torno da necessidade de representar o contexto de produção documental do qual os documentos são provenientes.

2. GARANTIAS PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Desde que Hulme enunciou o conceito da primeira garantia — a garantia literária — em 1911, outras garantias foram desenvolvidas por estudos relacionados à OC, objetivando aprimorar os processos de representação, organização e recuperação da informação pela determinação de classes, componentes e estruturas adotadas nos sistemas de classificação, caracterizando as garantias como fatores condicionantes na recuperação, uso e acesso à informação.

Ao longo do tempo, outros autores agregaram aspectos filosóficos e sociais à noção de garantia para elaborar novas propostas, culminando na criação de diversas garantias que apresentam maior ou menor grau de adesão dependendo do conhecimento a ser organizado e do campo científico ao qual são aplicadas.

Conforme dito na seção, anterior, a OC compreende processos que resultam na elaboração de produtos que abarcam múltiplas estruturas e funcionalidades, os SOC, que, quando ambientados na Arquivologia ganham o elemento contextual como característica fundamental em decorrência da natureza do objeto organizado.

Nesse universo, as garantias são componentes de sustentação de um SOC, independente da finalidade, características ou objetos a serem organizados. Bullard (2017) e Zamboni (2018) afirmam que as garantias são inerentes aos SOC, fazem parte das classificações e podem aparecer de diversas formas, ainda que não sejam explicitamente nomeadas. Muitas vezes as garantias não são aplicadas de modo consciente e sistemático, todavia, continuam existindo no cerne das classificações.

Zamboni (2018) realizou um estudo que contemplou um levantamento exaustivo das formas de garantias. A autora analisou o referencial teórico e conceitos encontrados na literatura específica da área com o objetivo de propor um glossário a partir dos termos identificados, todavia, nenhuma das garantias representadas remeteu às características essenciais da natureza contextual da OCA.

A investigação de Zamboni (2018) identificou 23 conceitos para garantia, mapeou 36 garantias já estabelecidas na literatura de referência, com 137 definições atribuídas, das quais nenhuma reflete a particularidade do objeto arquivístico.

Nesse estudo, voltado para garantias a partir da visão biblioteconômica, as perspectivas cultural e ética jogaram papel central para uma análise que passa por questões ideológicas, porém, para o objeto da presente investigação, o prisma de análise é outro: em se tratando de um SOC-A, há de se adotar a perspectiva funcional que represente o contexto de produção documental e esteja alinhada aos princípios teóricos que sustentam a Arquivologia enquanto área do saber.

O caráter orgânico do conhecimento arquivístico e o contexto de produção documental, que é transversal à sua existência, devem ser tomados como fatores condicionantes para delinear um SOC-A. Ademais, temos na premissa de que um SOC precisa de garantias que sustentem a sua validade, o despertar para a necessidade de unir estes elementos com o objetivo propor uma garantia específica para este tipo específico de sistema (Huvila 2009).

Partindo desse panorama, situamos a presente investigação nesse espaço de intersecção da Arquivologia com a OC para propor uma garantia que contemple as múltiplas possibilidades de contexto que permeiam a produção e a OCA para manter a sua natureza contextual nos SOC-A.

A OC oferece um espaço de interlocução interdisciplinar para pensar os processos, produtos, sistemas e instrumentos que são utilizados para a representação e organização de objetos de diversas áreas do saber. Nesse sentido, quando a OC se encontra com a Arquivologia, emerge uma zona de interseção onde podemos explorar a organização do conhecimento arquivístico, que contempla as informações e conhecimento contidos nos documentos arquivísticos (Tognoli, Rodrigues e Guimarães 2019).

Nesse espaço, a natureza contextual do objeto organizado ganha papel crucial no processo de representação e organização do conhecimento, visando a recuperação e o acesso, uma vez que o contexto de produção documental é o elemento fundamental para sustentar a identidade arquivística de objetos, processos, sistemas e conferir valor de prova a eles atribuído.

Utilizamos as fichas terminológicas de síntese elaboradas por Zamboni (2018), para fornecer um referencial teórico sobre garantias que permitissem a elaboração da presente proposta. Além disso, as investigações de Beghtol (1986), Barité (2017) e Martínez-Ávila e Budd (2017) também ofereceram sistematizações de conceitos ligados à noção de garantia que serviram de base para delinear a perspectiva apresentada neste estudo, que traz em seu cerne a garantia do contexto arquivístico como um conceito transversal que permeia todo o processo compreendido pelo desenvolvimento de um sistema de organização do conhecimento arquivístico.

Ressalta-se que desenvolvimento da OC enquanto campo científico tem origem nos estudos sobre bibliografia, editoração, biblioteconomia e documentação. Tendo isso em vista, é possível entender por que as primeiras garantias pensadas para os processos e sistemas de organização do conhecimento remontam às necessidades da Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI) (Zamboni 2018).

As garantias absorvem as características dos campos para os quais foram pensadas e, ainda que já existam mais de 30 garantias sistematizadas na literatura de referência da área, há que se ponderar que existem limitações para as suas aplicações e que nesses limites encontramos o espaço para o desenvolvimento de novas propostas.

Em um estudo prévio, Martínez-Ávila e Budd (2017) também identificaram garantias que aparecem referenciadas na literatura e não há sinais que apontem para os três elementos que coexistem no conceito de conhecimento arquivístico: o conceito de fundo, a forma documental e o contexto de produção (Tognoli, Rodrigues e Guimarães 2019).

O conhecimento arquivístico é aquele «gerado a partir das informações coletadas sobre o órgão produtor juntamente ao processo analítico dos documentos por ele produzidos», configurando um conhecimento específico que traz consigo características distintas dos demais (Tognoli, Rodrigues e Guimarães 2019, p. 71).

Devido ao aspecto distintivo desse tipo de conhecimento, é possível vislumbrar que a sua organização pressuponha uma garantia específica, que seja capaz de representar as relações entre órgão produtor, seu funcionamento, as atividades e os documentos que delas são produtos dentro do contexto de produção.

Nota-se que o distanciamento de uma garantia pensada no âmbito da organização do conhecimento arquivístico tem um percurso bilateral. Enquanto o termo garantia aparece em glossários e documentos afins da OC e CI, como o *Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação* (Pinheiro e Ferrez 2014) e na *Encyclopedia of Knowledge Organization* (Hjørland, ed., 2016-2025), o mesmo não ocorre quando consultamos os mesmos tipos de publicação da Arquivologia: no *Multilingual Archival Terminology* (International… [s.d.]), no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (Brasil 2005) e no *Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais* (Brasil 2020) não há qualquer menção ao termo garantia.

Além disso, a *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, em 2022, dedicou a sua edição do volume 35, número 2, ao tema *Organização do conhecimento em arquivos*. A edição contou com oito artigos em sua seção do Dossiê Temático, dos quais nenhum faz menção ao termo garantia no sentido utilizado no presente estudo.

Consideramos que existe uma lacuna ocasionada pela trajetória em uma via de mão dupla: da mesma forma que o referencial teórico voltado para o conceito da garantia no campo da OC não contempla uma garantia específica para a organização do conhecimento arquivístico, a organização do conhecimento arquivístico ainda não trabalha com garantias próprias que atendam às suas especificidades para subsidiar a elaboração de SOC-A.

Porém, identificamos que algumas garantias fazem alusão a elementos que podem remeter à Arquivologia, como a garantia cultural, garantia institucional, garantia institucional concreta e garantia organizacional. A garantia cultural, compreendida como uma manifestação estendida da garantia literária, foi um termo cunhado por J. M. Lee em 1976, para designar um conceito baseado na premissa de que a arquitetura de um sistema de classificação tem reflexos da cultura na qual ele está inserido. Além disso, pode ser compreendida como um conceito guarda-chuva

(*umbrella concept*), que compreende outros tipos de garantias semânticas no campo da OC (Beghtol 1986).

> *Garantia cultural significa que qualquer tipo de representação do conhecimento e/ou sistema de organização pode ser maximamente apropriado e útil para os indivíduos em alguma cultura somente se este é baseado nas premissas, valores e predisposições daquela mesma cultura. Por outro lado, se um sistema não é baseado nessas premissas, ele vai ser apropriado e útil em um menor grau para os indivíduos daquela cultura* (Beghtol 2002, p. 511).

Portanto, com a perspectiva de Beghtol (2002) em tela, é possível concluir que «indivíduos em diferentes culturas precisam de diferentes tipos de (e diferentes acessos à) informação» e a garantia cultural seria a premissa norteia essa nuance dentro de um SOC.

Pela ótica da garantia cultural, é possível fazer uma associação por similaridade: assim como um sistema de classificação é um produto de determinada cultura (Zamboni 2018), o conhecimento arquivístico é um produto de um determinado contexto de produção. Ambos são condicionados pelo cenário no qual se desenvolvem.

Ademais, considerando que a garantia cultural é um conceito que preconiza que as necessidades de uma determinada cultura sejam acolhidas em um SOC situado naquela mesma cultura, é possível traçar uma aproximação com o contexto pela concepção da Arquivologia, cuja compreensão é de que cada contexto de produção de conhecimento arquivístico é único e determinado pelas suas próprias características jurídico-administrativas, de proveniência, documentais, de procedimentos e tecnológicas. Ou seja, cada SOC-A tem reflexos do seu órgão produtor e contexto de produção, portanto, precisa ser baseado nas propriedades desse contexto para que seja maximamente apropriado e útil para os indivíduos que o ocupam.

Nesse cenário, vale a reflexão: Poderia a garantia cultural abrigar uma garantia do contexto arquivístico em seu guarda-chuva semântico?

Apesar de similares, as garantias cultural e do contexto arquivístico não seriam redundantes, haja vista que a garantia cultural parte de uma perspectiva muito mais ampla; parte da pluralidade cultural e passa pela diversidade social no sentido lato da palavra, alcançando «os aspectos sociais e culturais da globalização e o impacto das tecnologias da informação e da comunicação para o campo da organização do conhecimento» (Zamboni 2018, p. 83).

Uma garantia do contexto arquivístico, por sua vez, teria sua esfera de aplicação ancorada na organização do conhecimento arquivístico, seus processos e sistemas.

> *É importante observar que a organização do conhecimento arquivístico tem seu núcleo na classificação (estrutural ou funcional) e nos procedimentos de descrição, com o objetivo de estabelecer prerrogativas de conhecimento. Essas prerrogativas são construídas de acordo com o contexto da criação dos documentos, com o objetivo de garantir seus valores probatórios e históricos. Considerando essas questões, a organização do conhecimento arquivístico torna-se um domínio composto por um conjunto de pesquisadores de diferentes partes e instituições do mundo, que integram um colégio invisível profundamente envolvido na construção de uma base epistemológica ao utilizar uma estrutura discursiva específica que funde a terminologia tradicional da arquivologia com aquela da Ciência da Informação* (Guimarães e Tognoli 2015, p. 567).

Nesse sentido, por se tratar de um conhecimento específico, que configura um domínio específico — a organização do conhecimento arquivístico — propomos aqui a constituição de uma garantia específica.

Seguimos agora para as três outras garantias que destacamos anteriormente em ordem de verificar a possibilidade de guardarem laços de similaridade com a garantia do contexto arquivístico: garantia institucional, garantia institucional concreta e garantia organizacional.

A garantia institucional e a garantia institucional concreta remontam ao contexto do *Broad System of Ordering* (BSO), que foi publicado pela primeira vez em 1978 e mais bem elucidado no ano seguinte, como uma «linguagem de comutação geral para proliferar sistemas de acesso a assuntos especializados» (Beghtol 1986, p. 118, tradução nossa). Essa garantia preconiza que qualquer tema com uma fonte de informação organizada exclusivamente dedicada a ele deve possuir um código próprio no BSO. Assim, a garantia institucional é a «justificação para a escolha de termos a partir de assuntos baseados em organizações institucionais» (Zamboni 2018, p. 132).

Nesse sentido, Mills (2004) traz o termo relacionado ao BSO, uma linguagem intermediária que faz uma equivalência por meio da qual as classificações podem se traduzir umas nas outras. Segundo o autor, o BSO inicialmente era baseado em uma garantia institucional, «ou seja, de assuntos mostrando fundamentação em organizações institucionais, ao invés da muito mais ampla garantia literária das coleções bibliográficas», fator ao qual é atribuída a sua falta de detalhe (Mills 2004, p. 549, tradução nossa).

Avançamos em direção à garantia institucional concreta, por sua vez, «justifica a escolha de classes no sistema baseadas em fenômeno ou missão de instituições» (Zamboni 2018, p. 131). Segundo Beghtol esta garantia foi idealizada por Coates e

> *produz classes que são principalmente baseadas em disciplinas, mas também outras, baseadas em fenômenos ou missões, que podem acomodar instituições orientadas para um certo fenômeno ou guiadas por uma certa missão. Pesquisadores envolvidos na criação do BSO primeiro coletaram cerca de quatro mil termos de várias organizações de informação e estudaram esses termos para identificar relacionamentos de assunto e categoria que poderiam fundamentar tal esquema geral de propósito especial* (Beghtol 1986, pp. 118-119, tradução nossa).

Portanto, é possível observar que em ambos os casos os termos tratam de garantias dimensionadas especificamente para a compreensão do BSO, dentro da perspectiva biblioteconômica, e cujo alcance é mais restrito do que o da garantia literária, além de não apresentar correspondência ou relação com o entendimento de contexto de produção adotado no presente estudo, que é o norte da garantia do contexto arquivístico.

Prosseguimos para a garantia organizacional, que é um conceito dado pela norma *ANSI/NISO Z39.19-2005 – Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies*, definido como a «justificativa para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferencial devido às características e ao contexto da organização» (American… e National… 2010, p. 7, tradução nossa).

Assim, a garantia organizacional refere-se à seleção de termos e construção de vocabulário controlado tendo como fonte terminológica e critério estruturante as necessidades e prioridades da organização interessada. Portanto, «a determinação da garantia organizacional requer a identificação da forma ou formas dos termos preferidos pela organização ou organizações que usarão o vocabulário controlado» (American… e National… 2010, p. 16, tradução nossa).

Diante disso, é possível verificar que o contexto da organização mencionado na definição da ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010) refere-se às prioridades e necessidades dadas pela preferência da instituição e não funciona pela perspectiva orgânica/funcional que compreende a cadeia de sentido formada pelo órgão produtor, funções, atividades e documentos existente no contexto de produção arquivístico (American… e National… 2010).

Por fim, ainda sobre as garantias exploradas, cabe reproduzir a ponderação de Martínez-Ávila e Budd (2017), que pontuam que ainda que a garantia organizacional da NISO e a garantia institucional da Beghtol pareçam semelhantes, o conceito da NISO expande o foco — a organização — para uma gama mais ampla de instituições, enquanto o entendimento da Beghtol fora estruturado pensando apenas em instituições acadêmicas, distanciando ainda mais a garantia institucional do que propomos como garantia do contexto arquivístico.

Essas considerações são necessárias em ordem de diferenciar os conceitos que podem parecer com o que propomos neste estudo. Portanto, primeiro nos dedicamos a dizer o que não é a garantia do contexto arquivístico para, a partir de agora, delinear o contorno da garantia que propomos.

3. GARANTIA DO CONTEXTO ARQUIVÍSTICO

Partimos da aproximação da Arquivologia com a OC em ordem de tratar os objetos, produtos e processos das duas áreas como componentes paralelos em um cenário atravessado pelo contexto, elemento fundamental para a caracterização do objeto de natureza arquivística.

Diante disso, dentro do universo da OCA, identificamos a ausência de uma garantia que sustente o desenvolvimento de SOC-A e nessa lacuna situamos a presente proposta de perspectiva.

Na condução do estudo exploratório em tela identificamos no contexto o elemento fundamental para nortear a organização do conhecimento arquivístico, haja vista que é característica *sine qua non* para qualificar os objetos, produtos e processos ambientados na Arquivologia.

> *Contexto é o conjunto de elementos que influenciam a produção de documentos e que são essenciais para dotar os documentos de significado, para sustentar o valor probatório dos documentos e para estabelecer a identidade disciplinar da ciência arquivística. Embora a fronteira do contexto seja uma questão de debate, é universalmente aceito que os elementos-chave na definição do contexto dos documentos de arquivo incluem o produtor dos documentos de arquivo, a sua estrutura organizacional e as suas funções e atividades* (Duranti e Franks 2015, p. 150, tradução nossa).

Portanto, assume-se o contexto como premissa vital para a elaboração de uma garantia pensada para fundamentar os sistemas de organização do conhecimento arquivístico.

O contexto é o alicerce das teorias, métodos e técnicas desenvolvidos e utilizados para a Arquivologia, pois compreende tudo o que permeia o «ambiente em que ocorre a ação registrada no documento» (Brasil 2020, p. 19), abarca todos as características dos procedimentos, de proveniência, documental, jurídico-administrativas e tecnológicas que influenciam e condicionam a produção de um determinado documento arquivístico por um determinado órgão produtor (Duranti, Eastwood e MacNeil 2002; Brasil 2020). É um elemento multifacetado que se decompõe em diversos aspectos que imprimem características congênitas aos documentos produzidos naquele determinado contexto.

A tendência à horizontalização e segmentação no funcionamento dos órgãos produtores na contemporaneidade se reflete na complexificação do contexto de produção documental, exigindo maior esforço para sua representação. Além disso, em ambientes digitais a dissociação entre conteúdo e suporte culmina na desagregação de elementos que outrora estavam inextricavelmente reunidos em um documento físico.

Diante disso, temos um elemento multifacetado, complexo, que existe na essência dos objetos, produtos e processos situados na Arquivologia, por isso, em decorrência de seu caráter medular, propomos que o contexto de produção documental seja o cerne de uma garantia pensada como justificativa e fundamentação para orientar o desenvolvimento de sistemas de organização do conhecimento arquivístico: garantia do contexto arquivístico.

A garantia do contexto arquivístico é a diretriz que preconiza que um sistema de organização do conhecimento arquivístico deve representar e manter o contexto de produção documental ao longo do tempo e no espaço. Segundo essa premissa, a fonte de autoridade para estabelecer critérios e componentes de um SOC-A deve vir do contexto de produção documental e não de fontes baseadas em quaisquer outros critérios que não reflitam as características estruturais e funcionais do órgão produtor. É baseada na natureza particular do conhecimento arquivístico, que se dá em decorrência da existência dos vínculos indissociáveis presentes na teia relacional composta pelo órgão produtor, seus documentos, funções e atividades, que ocorrem em um determinado contexto de produção documental.

Portanto, a garantia do contexto arquivístico é a coluna que sustenta a coesão dos componentes de um SOC-A, representando e mantendo o sentido dos objetos por ele organizados. A adoção dessa perspectiva deve ser capaz de garantir a representação do contexto de produção documental de forma a contribuir para a sua organização, recuperação, acesso e manutenção das informações contextualizadas.

Considerando o frescor das recentes interações entre Arquivologia e OC, espera-se que a perspectiva proposta nessa investigação seja mais uma contribuição para os avanços em direção à integração dos dois campos para aprimorar nossos métodos, técnicas, instrumentos e ampliar a abrangência dos nossos processos e produtos para ultrapassar as limitações encontradas nas práticas convencionais.

REFERÊNCIAS

Acervo. Revista do Arquivo Nacional [Em linha]. 2022. **35**(2) [consult. 2025-07-01]. ISSN: 2237-8723. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/87.

AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE, e NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANISATION, 2010. *ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010): Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies*. Maryland, USA: National Information Standards Organisation.

BARITÉ, M., 2017. Literary warrant. Em: Birger HJØRLAND, ed. *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization* [Em linha]. [S.l.]: International Society for Knowledge Organization (ISKO) [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/literary_warrant.

BARROS, T. H. B., C. M. C. BASTOS, e A. C. R. dos SANTOS, 2022. Sistemas de organização do conhecimento no contexto da arquivologia: aportes metodológicos para seu desenvolvimento. *Acervo. Revista do Arquivo* Nacional. **35**(2), 1-20.

BEGHTOL, C., 2002. Universal Concepts, Cultural Warrant and Cultural Hospitality. Em: Mariá J. LÓPEZ-HUERTAS, ed. *Challenges in Knowledge Representation and Organization for the 21st Century Integration of Knowledge Across Boundaries: proceedings of the Seventh International ISKO Conference*. Würzburg: Ergon-Verlag, pp. 45-49.

BEGHTOL, C., 1986. Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems. *Library Reources & Technical Services*. **30**(2), 109-125. ISSN: 2159-9610.

BELLOTTO, Heloísa L., 2002. *Como fazer análise diplomática e tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial.

BRASIL. Arquivo Nacional, 2005. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. ISBN: 85-7009-075-7.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, 2020. Contexto. Em: *Glossário dos Documentos Arquivísticos Digitais*. Rio de Janeiro: CONARQ.

BULLARD, J., 2017. Warrant as a means to study classification system design. *Journal of Documentation*. **73**(1), 75-90. ISSN: 0022-0418.

CARLAN, E., e M. B. N. MEDEIROS, 2011. Sistemas de organização do conhecimento na visão da ciência da informação. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*. **4**(2), 53-73. ISSN: 1983-5213.

CORTÉS ALONSO, V., 1989. *Manual de Archivos Municipales*. Madrid: Associación Española de Archiveros Bibliotecários Museólogos y Documentalistas.

DURANTI, L., 1994. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Revista Estudos Históricos*. **7**(13), 49-64.

DURANTI, L., e P. C. FRANKS, 2015. Context. Em: *Encyclopedia of archival science*. Maryland: Rowman & Littlefield.

DURANTI, L., T. EASTWOOD, e H. MACNEIL, 2002. *Preservation of the Integrity of Electronic Records*. Dordrecht: Springer. ISBN: 9781402009914.

GUIMARÃES, J. A. C., e N. B. TOGNOLI, 2015. Provenance as a domain analysis approach in archival knowledge organization. *Knowledge Organization*. **42**(8), 562-569.

HEREDIA HERRERA, Antonia, 2011. *Lenguaje y vocabulario archivísticos: algo más que un diccionario*. Sevilla: Consejería de Cultura. ISBN: 8499590381.

HEREDIA HERRERA, Antonia, 1991. *Archivística general: teoría e práctica*. 5.ª ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla.

HJØRLAND, Birger, 2016. Knowledge organization (KO). Em: Birger HJØRLAND, ed. *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization* [Em linha]. [S.l.]: International Society for Knowledge Organization (ISKO) [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization.

HJØRLAND, Birger, ed., 2016-2025. *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization* [Em linha]. [S.l.]: International Society for Knowledge Organization (ISKO) [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/index.html.

HUVILA, I., 2009. Ecological framework of information interactions and information infrastructures. *Journal of Information Science*. **35**(6), 695-708. ISSN: 0165-5515.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, [s.d.]. *Multilingual Archival Terminology – MAT* [Em linha]. ICA [consult. 2022-05-01]. Disponível em: https://www.ica.org/resource/multilingual-archival-terminology-mat/.

INTERPARES PROJECT, 2012. *InterPARES 3 Terminology Database*. [S.l.]: International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems.

LÓPEZ GÓMEZ, P., e O. GALLEGO DOMÍNGUEZ, 2007. *El documento de archivo. Un Studio*. A Coruña: Servizo de Publicacións Monografías.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D., e J. M. BUDD, 2017. Epistemic warrant for categorizational activities and the development of controlled vocabularies. *Journal of Documentation*. **73**(4), 700-715. ISSN: 0022-0418.

MAZZOCCHI, Fulvio, 2018. Knowledge organization system (KOS). Em: Birger HJØRLAND, ed. *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization* [Em linha]. [S.l.]: International Society for Knowledge Organization (ISKO) [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/kos.

MILLS, J., 2004. Faceted Classification and Logical Division in Information Retrieval. *Library Trends*. **52**(3), 541-570. ISSN: 1559-0682.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro, e Helena Dodd FERREZ, 2014. *Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

ROCHA, D. L., e C. M. S. SCHMIDT, 2023. Perspectivas do conhecimento arquivístico no cenário de acesso à informação e proteção de dados pessoais. Em: Natália B. TOGNOLI, Ana C. de ALBUQUERQUE, e Brígida M. N. CERVANTES, org. *Organização e Representação do Conhecimento em diferentes contextos: desafios e perspectivas na era da datificação* [Em linha]. Londrina: ISKO, PPGCI-UFEL, pp. 430-438 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.29327/5261847.

RONDINELLI, R. C., 2011. *O Conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária*. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense.

SCHELLENBERG, T. R., 2006. *Modernos: princípios e técnicas*. 6.ª ed. Rio de Janeiro: FGV.

SCHELLENBERG, T. R., 1980. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: FGV.

SCHMIDT, C. M. S., 2024. *Classificação em arquivos: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

SCHMIDT, C., e J. SMIT, 2015. Organização e representação da informação emarquivos: uma análise a partir da função classificação. Em: *Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos*. Murcia: Universidad de Murcia, pp. 579-583. ISBN: 978-84-608-3558-5.

SOUSA, R. T. B., 2012. *A função classificação de documentos arquivísticos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo.

TOGNOLI, Natália B., Ana. C. RODRIGUES, e José A. C. GUIMARÃES, 2019. Definindo o conhecimento arquivístico: estruturas conceituais. *Informação & Informação*. **24**(2), 58-75. ISSN: 1981-8920.

TOGNOLI, Natália B., José A. C. GUIMARÃES, e Joseph T. TENNIS, 2013. Diplomatics as a methodological perspective for archival knowledge organization. *NASKO*. **4**(1), 204-212. ISSN: 2311-4487.

ZAMBONI, Rita Costa Veiga, 2018. *Organização do conhecimento, classificação e diversidade cultural: uma análise a partir do conceito de "garantias"*. Tese de Doutorado em Cultura e Informação, Universidade de São Paulo.

ZENG, Marcia, 2008. Knowledge Organization Systems (KOS). *Knowledge Organization*. 35, 160-182. ISSN 0943-7444.

A CUSTOMIZAÇÃO DO *ACCESS TO MEMORY* NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM SISTEMAS DE DOCUMENTAÇÃO DE MUSEUS

GABRIELA DE OLIVEIRA SOUZA*
ISABELA CORREA MACENA**
DUNIA LLANES PADRÓN***
MARIA JOSÉ VICENTINI JORENTE****

Resumo: *Na contemporaneidade, as transformações das Tecnologias da Informação e Comunicação e da* Web 2.0 *redefinem os processos de preservação, descrição e acesso de acervos museológicos. Nesse sentido, a customização do* software Access to Memory *(AtoM) articula princípios da Organização do Conhecimento e do* Design *da Informação para potencializar ambientes dígito-virtuais escaláveis, interoperáveis e inteligíveis. Nessa tela, o presente trabalho objetiva explorar a possibilidade da adaptação do AtoM ao contexto museológico, de modo a destacar seu alinhamento com as demandas dos novos paradigmas. Compreende-se que o AtoM adapta-se ao contexto museológico ao incorporar, ao mesmo tempo, padrões internacionais e interfaces projetadas para facilitar a compreensão e o engajamento das comunidades de interesse.*

Palavras-chave: *Museologia; Organização do Conhecimento;* Design *da Informação;* Access to Memory *(AtoM).*

Abstract: *Contemporary transformations in Information and Communication Technologies and Web 2.0 have redefined the processes of preservation and access to museological collections. In this context, the customization of the* Access to Memory *(AtoM) software integrates principles from Knowledge Organization and Information Design to enhance scalable, interoperable, and intelligible digital-virtual environments. This study aims to explore the adaptation potential of AtoM within the museological context, emphasizing its alignment with the demands of post-custodial practices. It is understood that AtoM accommodates museological needs by simultaneously incorporating international standards and interfaces designed to facilitate comprehension and engagement of communities of interest.*

Keywords: *Museology; Knowledge Organization; Information Design;* Access to Memory *(AtoM).*

* Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP) – Brasil. Email: gabriela.oliveira@unesp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7519-6624.
** Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP) – Brasil. Email: ic.macena@unesp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4638-6984.
*** Universidad de Zaragoza (UNIZAR) – Espanha. Email: dllanes@unizar.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8639-4706.
**** Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP) – Brasil. Email: mj.jorente@unesp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0492-0918.

INTRODUÇÃO

A realidade pode ser melhor apreendida em sua multiplicidade — sob a perspectiva da Teoria da Complexidade, conforme proposta por Edgar Morin (2005) — de modo a considerar a articulação entre os elementos que compõem os sistemas e as inter-relações que lhes conferem sentido. Aplicada à Ciência da Informação (CI), essa abordagem ressalta que os sistemas informacionais representam construções dinâmicas e multidimensionais, atravessadas por fatores sociais, culturais e tecnológicos (Gutierrez e Valentim 2021).

No contexto museológico, isso implica compreender os museus enquanto sistemas complexos, compostos por subsistemas interdependentes — como curadoria, documentação, expografia e comunicação — cuja articulação contínua possibilita o desenvolvimento de novas práticas e significados no tratamento e disponibilização da informação museológica, em consonância com as demandas emergentes da contemporaneidade.

Nesse cenário, consolidam-se os paradigmas pós-custodial e político-ideológico e sociocultural, no qual a centralidade da guarda física cede lugar à criação de condições que assegurem a preservação e acesso aos acervos (Silva e Ribeiro 2020). Paralelamente, as transformações impulsionadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), associadas à emergência de lógicas colaborativas e participativas características da *Web 2.0* (O'Reilly 2007), reconfiguram os modos de produção, circulação e apropriação da informação.

Nesse horizonte, a constituição de espaços dígito-virtuais voltados para o acesso à informação museológica preconiza a adoção de recursos que articulem interoperabilidade técnica, padronização descritiva e responsividade comunicacional. A adoção de *softwares* livres e baseados em padrões internacionais, como o *Access to Memory* (AtoM) emerge como alternativa promissora (Artefactual 2024). Desenvolvido originalmente para atender às demandas arquivísticas, o AtoM se mostra adaptável ao campo museológico ao permitir a descrição estruturada, a integração com vocabulários controlados e a construção de interfaces claras e coesas, o que demonstra seu alinhamento técnico aos princípios da Organização do Conhecimento (OC) e, também, do *Design* da Informação (DI).

A OC, enquanto campo da CI, dedica-se ao estudo dos processos de representação, categorização e estruturação da informação (Hjørland 2016). Em ambientes museológicos, essa perspectiva ultrapassa o registro técnico dos objetos e passa a compreender os modos como os significados são articulados e compartilhados (Paula e Silva 2023). Logo, a OC oferece subsídios que tornam possível a construção de redes de sentido entre objetos, contextos e comunidades de interesse.

Por sua vez, o DI assume papel estratégico na mediação entre os sistemas de organização do conhecimento e os sujeitos informacionais, ao atuar na configuração visual, estrutural e interacional dos ambientes dígito-virtuais (Garrett 2002). Mais do

que um recurso estético ou funcional, ele é concebido como prática comunicacional que busca favorecer a clareza e a inteligibilidade dos conteúdos informacionais (Jorente, Nakano e Padua, ed., 2020). Desse modo, ao incorporar o DI à customização de *softwares* como o AtoM é possível promover experiências informacionais verdadeiramente significativas para diferentes indivíduos.

Com base nesse arcabouço teórico e nas exigências contemporâneas dos ambientes museológicos, o presente estudo propõe uma reflexão sobre a customização do AtoM como recurso estratégico na criação de ambientes dígito-virtuais escaláveis, interoperáveis e inteligíveis em museus. Ao considerar sua complexidade e o potencial das plataformas dígito-virtuais para a OC, fundamentadas pelos princípios do DI e pela perspectiva dos paradigmas pós-custodial e político-ideológico e sociocultural, os objetivos específicos incluem: a) discutir a complexidade dos sistemas museológicos e suas múltiplas facetas, de modo a considerar a convergência de plataformas dígito-virtuais para a OC; e b) relacionar a customização AtoM aos princípios do DI, tendo em vista sua contribuição para os acervos museológicos.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada neste trabalho é de natureza qualitativa, com tipologia descritiva e exploratória. Para a construção do referencial teórico, emprega-se a técnica de revisão de literatura, fundamentada na análise de textos disponíveis em bases de dados acadêmicas.

As fontes consultadas incluem a Scientific Electronic Library Online (SciELO), a Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) e o Portal de Periódicos CAPES, devido à sua relevância para a Ciência da Informação no âmbito nacional e internacional. Os termos de busca utilizados relacionam-se com os conceitos de Organização do Conhecimento, *Design* da Informação, museus, pós-custodialidade e AtoM. Os materiais recuperados foram selecionados por meio da análise do título, resumo e palavras-chave, com o intuito de identificar sua relevância para o estudo proposto.

Além do material bibliográfico recuperado nas bases de dados, foram utilizadas as publicações da Artefactual sobre o *software* AtoM, com o intuito de ampliar o escopo do trabalho acerca de seus aspectos técnicos e aplicados.

Após a seleção da bibliografia, o material foi analisado para a contextualização e construção de um referencial teórico significativo, que atendesse aos objetivos propostos e possibilitasse novas discussões acerca da temática em questão.

2. A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO CONTEXTO MUSEOLÓGICO CONTEMPORÂNEO

A Organização do Conhecimento pode ser definida enquanto uma área relacionada à Ciência da Informação que contempla pesquisa, ensino e atividades práticas para

descrição, representação, arquivamento e organização de documentos e suas representações, além de possibilitar discussões acerca de seus aspectos tecnológicos. Para o desenvolvimento de tais atividades, apresenta padrões, normas, listas de cabeçalhos de assuntos, sistemas de classificação, listas de autoridades, tesauros, entre outros recursos técnicos (Hjørland 2016). Desse modo, a OC busca agrupar, organizar e representar o conhecimento, seu principal objeto de estudo, com o intuito de permitir seu acesso e utilização (Dahlberg 2006).

A Organização do Conhecimento desempenha um papel fundamental na análise documental dentro do ciclo de vida da informação. Essa análise se desenvolve em duas fases distintas: a análise formal e a análise de conteúdo. Cada uma dessas fases envolve uma série de processos específicos, cujos resultados se traduzem em diferentes instrumentos, como ilustrado na figura a seguir (Fig. 1).

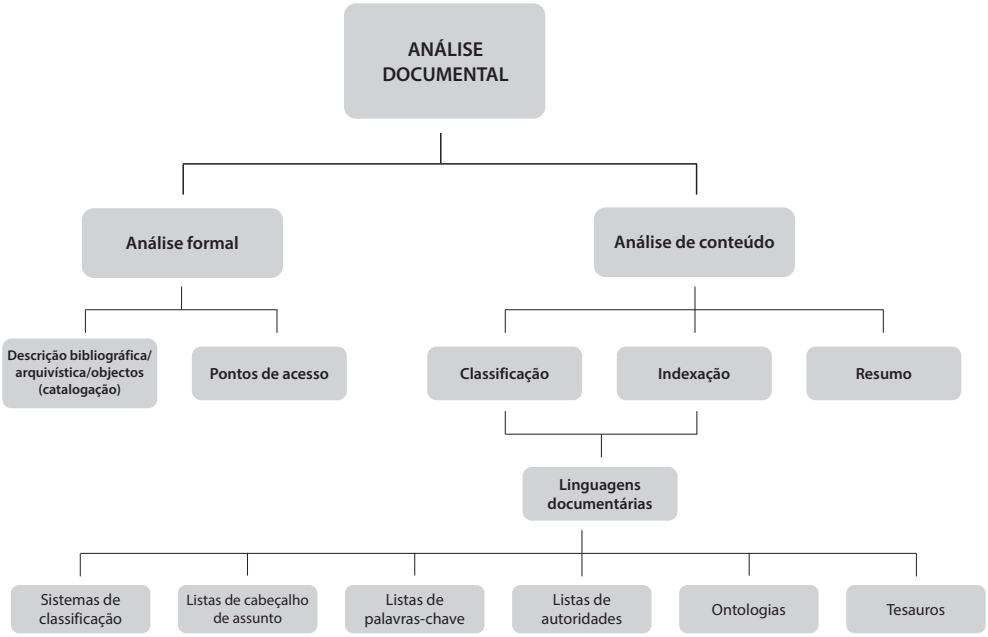


Fig. 1. Análise documental. Fases e processos
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025

A OC, nesse sentido, se dedica ao estudo dos processos e dos sistemas de organização do conhecimento, com o intuito de colaborar qualitativamente com outras áreas por meio da criação de instrumentos, terminologias e taxonomias que atendam suas especificidades (Fujita e Pinheiro 2016).

Considerada enquanto atividade humana, a OC faz parte do cotidiano dos indivíduos, e está relacionada à cognição em práticas sociais, profissionais e intelectuais. De forma mais abrangente, a OC compreende a maneira pela qual o conhecimento é

organizado em diversas instituições, bem como nas estruturas das disciplinas (Fujita e Pinheiro 2016), de modo que os conceitos, processos e sistemas advindos da OC estão presentes também no contexto museológico.

Museus são contemporaneamente entendidos como serviços de informação voltados à custódia de documentos, objetos e memórias, principalmente no subsistema de documentação (SISDOC), no qual se concentram as atividades de salvaguarda da documentação da herança cultural da sociedade. Para melhor cumprir seu papel social, tal herança necessita de curadoria adequada (Jorente 2021) e de processos apropriados de organização e compartilhamento do conhecimento. Isso se deve ao fato de que, no contexto museológico contemporâneo, a Museologia compreende os museus enquanto uma forma de conexão entre o indivíduo e a sociedade como um todo e, assim, considera que tudo pode ser musealizável (Hernández Hernández 1994).

Os museus, como sistemas complexos compostos por diferentes subsistemas, de modo que as interações entre eles acarretam diferentes desafios, dentre eles, o da organização do conhecimento produzido e compartilhado por tais instituições. De acordo com Bottallo (2010), a complexidade dos museus fez emergir subsistemas e espaços de atuação distintos, que abrangem suas diversas facetas. Referente à preservação e organização, emergem a documentação museológica e a conservação preventiva. A expografia e a ação educativa abrangem o compartilhamento e a divulgação dos acervos e do conhecimento gerado por meio destes. A restauração, a curadoria de coleções, a curadoria de exposições, a pesquisa de público, a comunicação institucional e as publicações são, segundo a autora, essenciais para a constituição da identidade institucional (Bottallo 2010).

A OC, que perpassa todos os subsistemas que compõem o sistema dos museus, se destaca no SISDOC, pois apresenta os mecanismos para organizar o significado histórico, cultural, artístico e social, para além da sua pura materialidade, tendo em vista uma melhor compreensão dos seus significados e a sua ressignificação ao longo do tempo. Quando um objeto, ou um grupo de objetos é reconhecido como relevante para integrar uma coleção ou acervo, ele passa pelo processo de musealização, ou seja, é retirado de seu contexto original de uso funcional e torna-se um documento, uma representação. Nos processos envolvidos no SISDOC faz-se necessário obter informações de diversas fontes, com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca do contexto dos objetos e compreender os motivos pelos quais eles necessitam ser preservados (Bottallo 2010).

O sistema de documentação é essencial às demais atividades desenvolvidas nos museus e é a base dos processos de gestão e controle dos acervos. A documentação torna-se, desse modo, pivotal para a preservação, organização, descrição e acesso aos objetos e informações presentes no museu, de modo que a ausência de documentação tornaria tal instituição um depósito de objetos desconexos, ou seja, sem sua devida significação e contexto histórico e social (Jorente, Batista e Rodrigues 2021).

Nesse contexto, o sistema de documentação de museus busca caracterizar os acervos museológicos enquanto suportes de informação, sendo também direcionado a buscar, reunir, organizar, preservar e proporcionar o acesso à informações referentes aos acervos. Para cumprir tais objetivos, os sistemas de documentação necessitam de rigor metodológico, ou seja, a aplicação de princípios, normas, padrões, instrumentos e práticas preestabelecidas que possibilitam o compartilhamento do conhecimento presente nos acervos museológicos (Bottallo 2010).

3. ARTICULAÇÕES ENTRE A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, O ATOM E O *DESIGN* DA INFORMAÇÃO EM AMBIENTES MUSEOLÓGICOS DÍGITO-VIRTUAIS

A convergência entre Organização do Conhecimento, *Design* da Informação (DI) e o uso de *softwares* livres como o AtoM (*Access to Memory*) configura uma estratégia robusta para o acesso informacional em ambientes museológicos dígito-virtuais. Trata-se de um campo em franca expansão, cujos desdobramentos alcançam a mediação de acervos heterogêneos sob a ótica dos paradigmas pós-custodial e político-ideológico e sociocultural.

Do ponto de vista da OC, o AtoM viabiliza a consistência das descrições por meio de estruturas formais baseadas nas normas internacionais do Conselho Internacional de Arquivos (ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF, ISDIAH); no entanto, permite a adaptação de campos descritivos segundo as exigências dos acervos museológicos. Para a representação de documentos utiliza a ISAD(G), que segue o princípio de descrição multinível ou unidimensional, baseada em uma hierarquia de níveis organizacionais, na qual todas as partes de uma coleção são descritas e relacionadas de forma hierárquica (Llanes-Padrón e Moro-Cabero 2017).

Conforme demonstrado por Cunha e Freitas (2021), a flexibilidade é capaz de possibilitar um diálogo entre os modelos conceituais da arquivologia, da museologia e da biblioteconomia, promovendo uma estruturação coerente do conhecimento institucional e favorecendo o reuso informacional em ambientes dígito-virtuais.

Ainda, a natureza híbrida da documentação museológica impõe desafios à padronização e à recuperação, exigindo soluções que conciliem interoperabilidade e sensibilidade às especificidades semânticas de cada objeto. O AtoM, por sua aderência aos padrões internacionais de descrição e à sua natureza de código aberto, apresenta notável potencial para ambientes museológicos. Sua aplicação em museus universitários, como documentado por Jorente (2021), evidenciou sua capacidade de acomodar acervos com tipologias díspares, ao associar documentos textuais, imagéticos e tridimensionais sob um mesmo arcabouço descritivo.

Similarmente, ao considerar o AtoM como uma interface culturalmente mediada, torna-se evidente a necessidade de aplicar princípios do DI à sua

customização. Conforme Garrett (2002), é preciso olhar para além da estética ou da mera funcionalidade técnica, compreendendo a experiência do indivíduo como resultado da articulação entre contexto de uso, clareza da informação e fluidez da interação. Isso implica reorganizar a interface com base em critérios como agrupamento lógico, hierarquia visual e orientação perceptiva, de modo a permitir que as pessoas compreendam onde estão, o que estão vendo e para onde podem ir — como anteriormente apontado por Passini (2000), ao descrever o conceito de *wayfinding*.

Tais ajustes não dizem respeito apenas à visualidade, mas à construção de inteligibilidade e à promoção de acessos equitativos. Frascara (2015) enfatiza que o DI é, antes de tudo, uma prática ética, por reconhecer os indivíduos como dignos de respeito em sua diversidade. Logo, deve-se projetar interfaces que acolham diferentes níveis de letramento informacional, linguístico e tecnológico, de modo a ampliar, assim, o alcance social do acervo. Jacobson (2000) reforça essa noção ao afirmar que o sucesso do *design* é sempre situado: ele depende do contexto de uso, das motivações e das capacidades de quem interage com a informação.

É nesse ponto que convergem OC, AtoM e DI: se a primeira organiza os significados e categorias, o segundo estrutura os registros e os dados, cabe ao terceiro moldar a experiência que transforma esses elementos em conhecimento inteligível. A atuação integrada dessas dimensões permite que a informação museológica seja compartilhada de forma qualificada, ao favorecer a leitura, a compreensão e o engajamento dos sujeitos informacionais em ambientes dígito-virtuais complexos.

Nesse arranjo, a OC oferece o alicerce semântico sobre o qual se constroem os vínculos entre objetos, categorias e relações institucionais; o AtoM opera como ferramenta técnica de mediação e preservação; e o DI, nesse contexto, atua como disciplina projetual tecnológica capaz de converter tal estrutura em uma experiência coerente, fluida e significativa. Tal dinâmica reforça a compreensão de que o acesso à informação — especialmente em acervos híbridos, como os museológicos — não é garantido apenas pela presença de dados descritivos, mas pela forma como esses dados são organizados, apresentados e disponibilizados.

Assim, ao incorporar o DI como camada estratégica da experiência digital em museus, promove-se um deslocamento da lógica expositiva para a lógica interacional. Com isso, reafirma-se a relevância da tríade AtoM, OC e DI como eixo estruturante dos ambientes museológicos dígito-virtuais orientados à inteligibilidade, à participação e à multiplicidade de sentidos.

4. RESULTADOS: A CUSTOMIZAÇÃO DO ATOM À LUZ DO *DESIGN* DA INFORMAÇÃO

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) apresentam recursos e instrumentos que podem auxiliar a gestão museológica, sobretudo se convergidas à Organização do Conhecimento (OC) e ao *Design* da Informação (DI). No contexto contemporâneo e dígito-virtual, os museus enfrentam desafios relativos à organização e ao compartilhamento de seus acervos. A adoção de *softwares* especializados, que atendam as especificidades dos acervos e estejam em conformidade com normas e padrões nacionais e internacionais, torna-se essencial nesse contexto (Jorente, Batista e Rodrigues 2021).

Os princípios do DI desempenham um papel essencial no acesso aos acervos museológicos, especialmente quando aplicados à utilização de sistemas como o *Access to Memory* (AtoM), um *software* livre e em beta perpétuo, desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e pela empresa canadense Artefactual para a descrição arquivística. A clareza na apresentação das informações, a padronização das descrições e a estruturação lógica dos dados contribuem significativamente com a organização do conhecimento nesse sistema.

Lançado em 2008, em um Congresso do ICA, com o nome ICA-AtoM, o AtoM é um *software* livre e de código aberto baseado na *Web* criado para promover um ambiente de acesso com base em normas arquivísticas internacionais, e utilizado para a representação e a apresentação da informação documental por meio da descrição arquivística (Batista 2018; Artefactual 2024). Ao adotar padrões interoperáveis como o *Dublin Core*, promove uma interface amigável e funcional que facilita tanto a organização quanto a recuperação das informações pelo público geral. Além disso, por adotar padrões e normas internacionais, o AtoM customizado pode ser utilizado para a descrição de objetos museológicos, uma vez que o setor de documentação de um museu possui natureza arquivística.

Também se destaca por ser gratuito, de código aberto, multilíngue, multi-repositório, customizável, beta perpétuo, interoperável, e desenhado para a *Web*. Enquanto *software* gratuito e de código aberto, o AtoM disponibiliza todos os códigos fonte sob a licença *GNU Affero General Public License* (A-GPL 3.0), ou seja, todos os códigos estão disponíveis para estudos, modificações, melhorias e distribuição de versões modificadas. Além disso, todos os elementos da sua interface podem ser traduzidos em múltiplas linguagens diretamente nos menus do sistema, o que o torna multilíngue, e as traduções são elaboradas por tradutores voluntários. Caracterizado como multi-repositório por ter sido construído para ser utilizado por uma ou mais instituições, e pode ser customizado de acordo com a necessidade, mas sempre de acordo com normas e padrões internacionais, o que o torna, também, interoperável. Beta-perpétuo, é constantemente atualizado, devido à grande comunidade de internautas que utilizam o sistema e colaboram ativamente com a Artefactual — ou seja, todos



Fig. 2
Descrição de objeto museológico no AtoM
Fonte: Jorente 2021

os progressos alcançados pela comunidade são agrupados em novas atualizações do *software*, que pode ser instalado em um servidor e utilizado em qualquer computador com acesso à Internet. Finalmente, o *software* proporciona uma descrição eficiente, eficaz e efetiva dos documentos, por apresentar elementos descritivos que permitem a padronização das descrições.

As múltiplas funções do AtoM o tornam flexível e adaptável ao contexto museológico, devido à interdisciplinaridade entre a documentação museológica e a prática arquivística, conforme pode ser visualizado na Figura 2.

Além disso, a customização do AtoM para a descrição de objetos museológicos contribui com aspectos da OC dos acervos de museus, uma vez que possibilita o uso de padrões de metadados, a exaustividade das descrições (Jorente, Batista e Rodrigues 2021) e a criação e uso de taxonomias e vocabulários controlados.

O AtoM permite a criação e utilização de diversas taxonomias, vistas, nesse contexto, enquanto agrupamentos de termos de vocabulário controlado. Todos os termos e taxonomias podem ser editadas e gerenciadas no próprio sistema, no entanto, algumas taxonomias são fixas, e não podem ser excluídas, pois fazem parte do código fonte do *software*. Os termos presentes nas taxonomias são utilizados em todo o sistema como pontos de acesso, de modo que é possível adicionar pontos de acesso diretamente na descrição do objeto, ou criar a taxonomia e depois aplicá-la às descrições. A importação e exportação de termos no AtoM é feita por meio do *Simple Knowledge Organization System* (SKOS), ontologia OWL (*Web Ontology Language*), utilizada para representação de tesauros, esquemas de classificação, taxonomias, cabeçalhos de assunto ou qualquer outro tipo de vocabulário controlado estruturado (Artefactual 2022).

No que diz respeito à padronização das descrições de objetos museológicos, o Conselho Internacional de Museus (ICOM), e seu Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), apresentam diretrizes básicas, que contemplam 22 grupos de informação, com suas respectivas categorias, necessárias para a documentação museológica (Comité… e Conselho… 2014). O AtoM, enquanto *software* para acesso e descrição baseado em normas arquivísticas internacionais, atende a todas as diretrizes propostas pelo CIDOC.

Nesse contexto, a customização do AtoM, convergida aos princípios do DI, na construção de um sistema integrado de OC evidencia seu potencial como um modelo replicável para diversas instituições museológicas. A flexibilidade e a adaptabilidade do sistema permitem que seja configurado para atender às especificidades de cada museu, ao mesmo tempo em que garantem a padronização necessária para um ambiente dígito-virtual eficiente, eficaz e efetivo. Ao adotar padrões abertos e estruturas interoperáveis, o AtoM oferece uma base técnica sólida para o desenvolvimento de ambientes com vistas ao compartilhamento e ao acesso contextualizado aos acervos museológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação dos ambientes museológicos dígito-virtuais evidencia uma reconfiguração das práticas de organização do conhecimento, de modo a demandar abordagens que transcendam os limites disciplinares tradicionais. Nesse sentido, a convergência entre a Organização do Conhecimento (OC), o *Design* da Informação (DI) e a customização de recursos tecnológicos como o *Access to Memory* (AtoM) revela-se frutífera,

por permitir a construção de ambientes que respondam às exigências normativas e, também, à demanda por experiências informacionais claras e compreensíveis.

Ao considerar o museu como um sistema complexo, permeado por subsistemas interdependentes, torna-se evidente que a simples digitalização dos acervos e a aplicação de normas descritivas não bastam para garantir sua apropriação significativa em contextos digitais. Pelo contrário, o que se impõe é a integração de práticas que atribuam sentido aos objetos, suas narrativas e relações. Nesse processo, o DI desempenha papel central ao possibilitar a organização perceptiva e cognitiva dos conteúdos, de modo a favorecer a leitura, a navegabilidade e a compreensão contextual. Ainda, ao defender a centralidade do DI para os acervos museológicos dígito-virtuais, o presente trabalho reforça a importância de abordagens integradas de *design* e de organização da informação que transcendam a funcionalidade técnica, de modo a valorizar a clareza do conteúdo apresentado. Desse modo, defende-se que a inteligibilidade da informação não pode ser tratada como atributo secundário, mas como uma condição fundamental para que os acervos cumpram sua função social em uma era marcada por fluxos informacionais acelerados.

No mesmo sentido, a articulação entre a OC, o DI e o AtoM aponta para a possibilidade de uma modelagem replicável, adaptável às diferentes realidades institucionais. Tal adaptabilidade é particularmente relevante em museus universitários e instituições de pequeno a médio porte, frequentemente marcados por restrições orçamentárias e heterogeneidade documental.

Nesse horizonte, o tripé AtoM, OC e DI configura-se como uma base teórica e metodológica sólida para a criação de ambientes museológicos dígito-virtuais orientados à participação e, especialmente, ao fortalecimento do engajamento das comunidades de interesse e à ampliação do acesso à informação museológica. Assim, o desenvolvimento contínuo de tais práticas favorece a construção de espaços dígito-virtuais que ampliam a compreensão, a interação e a valorização dos acervos, ao consolidar tais espaços como ambientes dinâmicos e relevantes no contexto informacional e comunicacional contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ARTEFACTUAL, 2024. *AtoM* [Em linha]. [S.l.]: Artefactual Systems [consult. 2024-10-03]. Disponível em: https://www.accesstomemory.org/pt-br/.

ARTEFACTUAL, 2022. *Terms* [Em linha]. [S.l.]: Artefactual Systems [consult. 2025-07-20]. Disponível em: https://www.accesstomemory.org/en/docs/2.6/user-manual/add-edit-content/terms/.

BATISTA, Lucinéia da Silva, 2018. *O redesign do sistema Access to Memory (AtoM) para a curadoria digital de acervos museológicos heterogêneos* [Em linha]. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista [consult. 2025-07-20]. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154326.

BOTTALLO, Marilúcia, 2010. Diretrizes em documentação museológica. Em: *Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes* [Em linha]. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, pp. 48-79 [consult. 2024-02-02]. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao_Conservacao_Acervos_Museologicos.pdf.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO, e CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2014. *Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC – ICOM)* [Em linha]. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo [consult. 2025-06-21]. Disponível em: https://cidoc.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/6/2020/03/CIDOC-Declaracao-de-principios.pdf.

CUNHA, Susana S., e M. Cristina V. de FREITAS, 2021. O software livre e a descrição arquivística no meio digital: o uso do AtoM em Portugal e no Brasil. Em: Carlos G. da SILVA, Jorge REVEZ, e Luís CORUJO, ed. *Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal.* Lisboa: Edições Colibri, pp. 351-367.

DAHLBERG, Ingetraut, 2006. Knowledge Organization: a new science?. *Knowledge Organization*. **33**(1), 11-19.

FRASCARA, Jorge, 2015. What is information design? Em: Jorge FRASCARA, ed. *Information design as principled action: making information accessible, relevant, understandable, and usable.* Champaign: Common Ground Publishing, pp. 5-55.

FUJITA, Mariângela, e Lena Vania PINHEIRO, 2016. Epistemology as a Philosophical Basis for Knowledge Organization Conceptions. Em: José A. C. GUIMARÃES, Suellen O. MILANI, e Vera DODEBEI, ed. *Knowledge Organization for a Sustainable World: Challenges and Perspectives for Cultural, Scientific, and Technological Sharing in a Connected Society* [Em linha]. Baden-Baden: Ergon, pp. 29-35 [consult. 2025-06-21]. DOI: http://dx.doi.org/10.5771/9783956504389-29.

GARRETT, Jesse James, 2002. *The elements of user experience: user-centered design for the web and beyond*. Berkeley: New Riders.

GUTIERREZ, Vania C. Pastri, e Marta L. Pomim VALENTIM, 2021. A transversalidade sob o enfoque da teoria da complexidade: aprendizagem significativa e metodologias ativas. *Informação & Informação*. **26**(3), 284-301.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca, 1994. *Manual de museología*. [Madrid]: Editorial Síntesis.

HJØRLAND, Birger, 2016. Knowledge organization (KO). Em: Birger HJØRLAND, ed. *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization* [Em linha]. [S.l.]: International Society for Knowledge Organization (ISKO) [consult. 2024-03-15]. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization.

JACOBSON, Robert, 2000. Introduction: Why Information Design Matters. Em: Robert JACOBSON, ed. *Information design*. Cambridge, MA: MIT Press, pp. 1-10.

JORENTE, Maria José Vicentini, 2021. *Acervo revisitado: intersecções e convergências no redesign de uma coleção díspare.* Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica.

JORENTE, Maria José Vicentini, Lucinéia da S. BATISTA, e Nandia L. Freitas RODRIGUES, 2021. O sistema de documentação nos museus. Em: M. J. V. JORENTE, org. *Acervo revisitado: intersecções e convergências no redesign de uma coleção díspare.* Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, pp. 69-79.

JORENTE, Maria José Vicentini, Natalia NAKANO, e Mariana Cantisani PADUA, ed., 2020. *A emergência do Design da Informação na contemporaneidade da Ciência da Informação*. Marília: Oficina Universitária.

LLANES-PADRÓN, Dunia, e Manuela MORO-CABERO, 2017. Records in contexts: Un nuevo modelo para la representación de la información archivística en el entorno de la web semántica. *Profesional*

de la información [Em linha]. **26**(3), 525-533 [consult. 2024-03-15]. Disponível em: https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2017.may.19.

MORIN, Edgar, 2005. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.

O'REILLY, Tim, 2007. What is Web 2.0: Design patterns and business models for the next generation of software. *Communications & strategies*. 1, 17.

PASSINI, Romedi, 2000. Sign-Posting Information Design. Em: Robert JACOBSON, ed. *Information design*. Cambridge, MA: MIT Press, pp. 83-97.

PAULA, Josefa de, e Eva C. Leite da SILVA, 2023. Estudos sobre a organização e representação da informação em um contexto museológico. *Ciência da Informação* [Em linha]. **52**(2) [consult. 2024-03-15]. DOI: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v52i2.5514.

SILVA, Armando Malheiro da, e Fernanda RIBEIRO, 2020. Ciência da informação trans e interdisciplinar: para a superação de equívocos…. Em: Maria Beatriz MARQUES, e Liliana E. GOMES, ed. *Ciência da informação: visões e tendências*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 33-58.

A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: DIAGNÓSTICO DO SETOR INDUSTRIAL PORTUGUÊS

ELIANE PAWLOWSKI DE OLIVEIRA ARAÚJO*
SÓNIA CATARINA LOPES ESTRELA**
ARMANDO MALHEIRO DA SILVA***

Resumo: *No contexto atual, altamente competitivo e desafiante, o projeto de investigação GIPMEI surgiu com o objetivo de conhecer como as Pequenas e Médias Empresas industriais das regiões Norte e Centro de Portugal gerem a informação e qual o grau de informatização dos seus processos organizacionais. E, a partir daí, investigar como essa gestão influencia a criação de conhecimento organizacional, a vantagem competitiva e a sustentabilidade empresarial. Para alcançar esse objetivo foi administrado um inquérito em linha, entre 2022 e 2023, disponibilizado na plataforma* LimeSurvey, *dirigido a gestores destas Pequenas e Médias Empresas. Os resultados preliminares revelam que, embora existam procedimentos de organização e partilha de informação, estes não garantem, por si só, uma gestão eficaz da informação e do conhecimento, havendo importante margem de melhoria. Para mitigar este cenário, algumas recomendações são sugeridas, com especial destaque, a necessidade de promover uma cultura informacional, apoiada em tecnologias adequadas, como condição fundamental para melhorar a gestão da informação e potenciar o conhecimento corporativo.*

Palavras-chave: *Pequenas e Médias Empresas; Organização do Conhecimento; Gestão da Informação; GIPMEI.*

Abstract: *In today's highly competitive and challenging environment, the GIPMEI research project was launched with the aim of understanding how industrial Small and medium-sized enterprises in the North and Centre of Portugal manage information and the extent to which their processes are digitized. Building on this, the project also seeks to explore how information management practices influence the creation of organizational knowledge, competitive advantage, and business sustainability. To achieve this objective, an online survey was conducted between 2022 and 2023 via the* LimeSurvey *platform, targeting managers of these Small and medium-sized enterprises. Preliminary findings indicate that, although procedures for organizing and sharing information exist, they alone do not ensure effective information and knowledge management. There is considerable room for improvement. To address this, a set of recommendations is proposed, with particular emphasis on the promotion of an information culture supported by appropriate technologies, seen as essential for enhancing information management and fostering organizational knowledge.*

Keywords: *Small and medium-sized enterprises; Knowledge Organization; Information management; GIPMEI.*

---

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Brasil. Email: elianepaw@yahoo.com.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0949-8760.
** Universidade de Aveiro – Portugal. CITCEM (UID/04059/2025, DOI: https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025). Email: sestrela@ua.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8932-7055.
*** Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM (UID/04059/2025, DOI: https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025) – Portugal. Email: armando.malheiro@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0491-3758.

INTRODUÇÃO

A informação tem sido, historicamente, um dos ativos mais valiosos das organizações. No entanto, o reconhecimento explícito da sua importância intensificou-se apenas com o advento da chamada Sociedade da Informação — conceito que passou a caracterizar as profundas transformações sociais, económicas e organizacionais desencadeadas pelo acelerado desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) a partir do final do século XX (Araújo 2017). Embora o termo tenha raízes nos trabalhos de Alain Touraine e Daniel Bell, nas décadas de 1960 e 1970, foi apenas na década de 1990 que adquiriu maior visibilidade e aceitação, nomeadamente com a publicação do *Livro Branco sobre Crescimento, Competitividade e Emprego – os desafios e as pistas para entrar no século XXI* (Estrela 2012). Este enquadramento marcou uma viragem no modo como a informação passou a ser compreendida e valorizada enquanto recurso estratégico essencial à sustentabilidade e competitividade das organizações.

As TIC introduziram novas complexidades no ambiente organizacional contemporâneo ao possibilitarem o acesso a um volume sem precedentes de informação. Este novo paradigma informacional inverteu a escassez de dados, que caracterizava o passado, e impôs um cenário marcado pela sobrecarga da informação, fenómeno que Shenk (1997) descreveu como a transição de um contexto de «défice informacional» para um de «excesso de informação». Assistiu-se à passagem da angústia de escassez de informação de gerações passadas para a sobrecarga da informação, o que leva Bauman (2011) a afirmar que «nunca estivemos antes nessa situação, sendo ainda necessário aprender a arte de viver num mundo saturado de informação».

O reconhecimento da informação como um ativo estratégico, a par dos recursos humanos, materiais e financeiros, bem como a perceção do seu crescimento exponencial, impõe às organizações a necessidade de desenvolver sistemas e práticas eficazes de gestão da informação (GI). Esta necessidade torna-se particularmente premente num contexto em que a sustentabilidade organizacional — entendida nas suas vertentes económica, social e ambiental — assume um papel central face aos desafios da sociedade contemporânea. A eficácia da GI está intrinsecamente ligada à capacidade de desenvolver estratégias organizacionais orientadas para a competitividade e a inovação (World… 2021).

Neste sentido, o acesso à informação estruturada e ao conhecimento organizacional constitui um vetor fundamental para a antecipação de tendências de mercado e para a tomada de decisões informadas, em linha com as exigências de um ambiente empresarial cada vez mais dinâmico e globalizado. Assim, a capacidade de processar e usar a informação de forma eficiente emerge como um fator-chave para o crescimento sustentável das empresas, particularmente num cenário marcado pela intensa competitividade em que estão imersas.

Este contexto assume particular relevância para as Pequenas e Médias Empresas (PME), dado o seu reconhecido potencial de agilidade, adaptabilidade e inovação (World… 2021). Em Portugal, as PME representam 99,9% do tecido empresarial, assegurando 78,5% do emprego e 57,1% do volume de negócios nacional (Instituto… 2023). Considerando a necessidade, face ao seu peso económico e social e ao seu impacto no setor produtivo, de compreender como as PME gerem a informação e como percebem, ou não, as vantagens que a gestão desse ativo pode trazer para o seu desempenho e sustentabilidade, foi desenvolvido o projeto *Gestão da Informação e Cultura Digital nas PME Industriais de Portugal: comportamento, memória e inovação* (GIPMEI).

O GIPMEI tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre os modos de gestão da informação nas PME industriais portuguesas. O projeto visa, entre outros aspetos, analisar o papel da GI na definição da estratégia organizacional, identificar os processos automatizados e as ferramentas digitais utilizadas, bem como avaliar o grau de alinhamento destas ferramentas com as práticas de GI. Para além disso, o GIPMEI procura compreender de que forma a gestão da informação pode contribuir para a criação de conhecimento organizacional, para o desenvolvimento de vantagens competitivas sustentáveis e para a consolidação de uma cultura de inovação no seio destas empresas.

Além de procurar compreender como as PME gerem a informação, o GIPMEI visa, entre outros aspetos, analisar o papel da GI na definição da estratégia organizacional, identificar os processos automatizados e as tecnologias digitais utilizadas, bem como avaliar o grau de alinhamento destas tecnologias com as práticas de GI. Para além disso, o projeto procura compreender de que forma a GI pode contribuir para a criação de conhecimento corporativo, o desenvolvimento de vantagem competitiva e a sustentabilidade empresarial.

1. GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: DUAS FACES DA MESMA MOEDA

A criação de conhecimento corporativo constitui um campo conceptual multifacetado, que suscita debates relevantes, sobretudo no que respeita à sua gestão. Uma das correntes teóricas argumenta que não é possível gerir o conhecimento, mas, sim, o ambiente organizacional onde ele é criado (Strauhs et al. 2012). Contudo, outra perspectiva sobre essa gestão, que é a que se adota neste artigo, considera que a organização do conhecimento não implica agir sobre a operação cognitiva do indivíduo, mas, sim, na «organização do que foi externalizado pela fala ou pela escrita e, tornado, deste modo, tangível» (Ortega 2013, p. 34). Nesta abordagem, a informação é vista como a «unidade operacionalizável do conhecimento», uma organização realizada com o objetivo de promover «o acesso a este conhecimento,

visando seu uso e nova produção, ou seja, a atividade de elaborar representações que possam ser significadas e manipuladas a favor de um certo público» (Ortega 2013, p. 34).

As organizações são, nesta ótica, encaradas como entidades geradoras de conhecimento, um repositório de capacidades decorrentes do somatório do conhecimento gerado por indivíduos e pela própria organização através de relacionamentos, processos e ferramentas. Para que este conhecimento se converta num ativo organizacional estratégico, é fundamental implementar mecanismos que permitam a sua formalização e codificação. O conhecimento codificado, ao ser armazenado, sistematizado e passível de recuperação, permite a sua integração nos processos decisórios e operacionais da organização. Transformar o conhecimento em produtos e serviços de informação tem-se tornado fundamental para a sobrevivência da organização (Choo 2006).

A conversão do conhecimento individual (conhecimento tácito) em conhecimento organizacional (conhecimento explícito) assume-se como a base da criação do conhecimento da organização e compreende quatro modos de conversão do conhecimento: Socialização, Exteriorização, Combinação e Internalização (Nonaka e Takeuchi 1997). A Socialização consiste na conversão do conhecimento tácito em tácito, acontecendo através da partilha de experiências. Já a Exteriorização refere-se à conversão do conhecimento tácito em explícito, através da sua articulação, formalização e codificação em formatos que o tornem acessível e reutilizável por outros membros da organização. Este é um processo fundamental, pois permite tornar visível e partilhável aquilo que, de outro modo, permaneceria restrito à esfera individual.

O terceiro modo de conversão, a Combinação, refere-se à conversão do conhecimento explícito em novo conhecimento explícito, tal como sublinhado por Choo (2006, p. 208) «nas organizações, as pessoas combinam seu conhecimento explícito por meio da troca de relatórios, memorandos e uma variedade de outros documentos». Por fim, a Internalização consiste na conversão do conhecimento explícito em tácito, isto é, na incorporação do conhecimento formalizado ao repertório cognitivo dos indivíduos, que pode ocorrer através da experimentação, da prática e da reflexão sobre esse conhecimento. Estes quatro modos de conversão constituem um ciclo contínuo e dinâmico de aprendizagem organizacional, essencial para a criação, disseminação e aplicação de conhecimento no contexto organizacional. A eficácia deste processo depende, em grande medida, da existência de uma cultura organizacional que valorize a partilha do saber, a reflexão crítica e a aprendizagem contínua.

Um dos processos que permeia os modos de conversão do conhecimento, em especial no que respeita ao conhecimento explícito, ou seja, à codificação e

transformação desse conhecimento em informação é a GI. Essa gestão é um processo organizacional transversal que se relaciona à forma como a informação é obtida e organizada, como ela circula e é comunicada, além da forma como é avaliada e armazenada. Neste enquadramento, a GI compreende um conjunto articulado de atividades fundamentais relativas a (Silva, Estrela e Araújo 2024):

- Produção/recolha: a informação obtida deve ser registada de acordo com as normas da organização, considerando tanto o contexto de produção, ou de obtenção, como as atividades orgânico-funcionais que a originam.
- Organização: a informação produzida e/ou obtida deve ser organizada segundo normas que possibilitem a sua localização, recuperação e acesso eficaz e acesso controlado. Deve considerar uma classificação que estabeleça níveis de acesso de modo e medidas de segurança, assegurando a integridade, confidencialidade e disponibilidade da informação, prevenindo possíveis violações e perdas.
- Avaliação e Memória: a utilidade e pertinência da informação deve ser analisada e avaliada, evitando a criação de um repositório de informação sem valor para o negócio da empresa. O objetivo consiste em criar uma memória organizacional ativa, composta por informação em condições de recuperação e uso fáceis, contribuindo para a aprendizagem organizacional.
- Comunicação: a informação deve estar acessível a todos que dela necessitem, com canais de partilha adequados de modo a evitar ruídos, redundâncias e perda de informação relevante. A eficácia da comunicação é essencial para a fluidez da informação e para o apoio à decisão.
- Uso: é o ponto de convergência das demais atividades, uma vez que depende da produção/obtenção da informação, da organização adequada para pronto acesso, da definição de políticas de segurança, além da competência do utilizador para absorver e transformá-la em conhecimento e ativo organizacional.

Essa estrutura de GI, desenvolvida no âmbito do GIPMEI, é representada no modelo apresentado na Figura 1. Este modelo contempla, não apenas as etapas ligadas ao fluxo informacional, mas também um conjunto de fatores estruturantes e contextuais que influenciam diretamente a eficácia da GI nas organizações. Além da produção/recolha, organização, memória, comunicação e uso da informação, o modelo incorpora elementos-chave como:

- A sensibilização da equipa, para promover uma cultura organizacional que reconheça a importância estratégica da gestão da informação.
- A governança organizacional, responsável por definir políticas, normas e procedimentos que assegurem a regulação e o alinhamento da GI com os objetivos da organização.

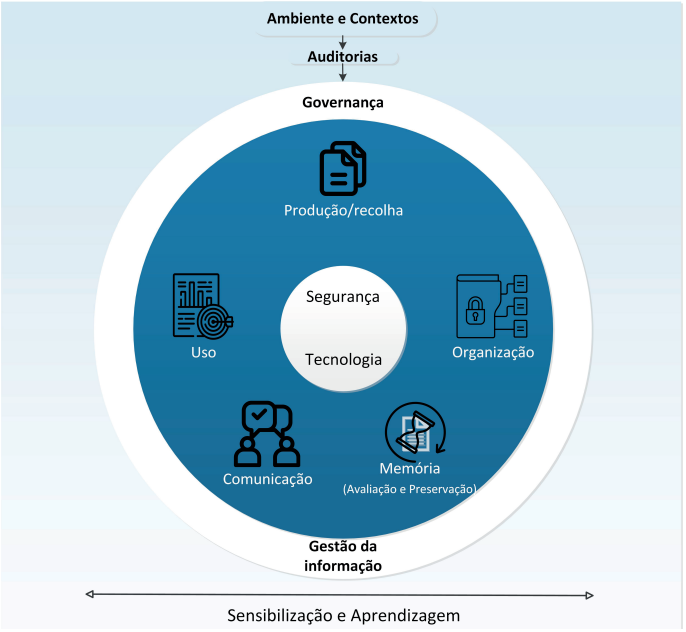


Fig. 1
Modelo GIPMEI
Fonte: Silva, Estrela e Araújo 2024, p. 119

- O uso de TIC nos processos, que suportam a automatização, circulação, armazenamento e uso da informação.
- O ambiente e os contextos em que a empresa se insere e opera, e que condicionam as práticas e as necessidades de informação.
- O papel das auditorias de informação, assumidas como fundamentais para salvaguardar a transparência, precisão, integridade e segurança da informação.

A GI deve, igualmente, apoiar-se em processos contínuos de aprendizagem organizacional, pois são os indivíduos que têm a capacidade de converter o conhecimento tácito em explícito. São também os agentes que, mediante o desenvolvimento de competências críticas de literacia informacional, podem garantir a qualidade e uso eficaz da informação disponível e transformá-la em vantagem competitiva e inovação, promovendo a sustentabilidade empresarial.

A sustentabilidade empresarial, entendida como a capacidade de uma empresa articular de forma equilibrada três dimensões — desempenho económico, responsabilidade ambiental e compromisso social —, exige uma GI eficiente. A inovação, enquanto processo sustentado na experiência organizacional acumulada, depende da capacidade da organização em gerir e mobilizar informação relevante. Uma gestão informacional estruturada permite, não só aumentar a transparência das atividades empresariais, como também contribui para um melhor posicionamento nos índices

de avaliação de sustentabilidade, como o *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI). Este índice internacional fornece uma avaliação abrangente do desempenho das empresas em termos de sustentabilidade, apoiando-se em informação que evidencia o compromisso e os resultados alcançados nas dimensões económica, ambiental e social. Para que uma organização possa responder eficazmente a esses critérios, é essencial que disponha de informação devidamente registada, sistematizada e acessível, de modo a subsidiar a análise do seu desempenho e permitir tomadas de decisão informadas e em linha com os princípios do desenvolvimento sustentável.

2. METODOLOGIA

Com o objetivo de compreender de que forma as PME industriais organizam e gerem a sua informação — e como essa gestão pode influenciar a criação de conhecimento corporativo, o desenvolvimento de vantagem competitiva e a sustentabilidade empresarial —, o projeto GIPMEI fez o diagnóstico, viabilizado pela aplicação de um inquérito por questionário dirigido a gestores de PME industriais localizadas nas regiões Norte e Centro de Portugal. A recolha de dados decorreu ao longo dos anos de 2022 e 2023, primeiramente mediante a partilha em linha do inquérito disponibilizado na plataforma *LimeSurvey* e, posteriormente, mediante a distribuição e recolha presencial, levada a cabo com o apoio de associações empresariais parceiras do projeto, as quais apoiaram a equipa do projeto na mobilização e contacto com as empresas participantes.

As questões do inquérito foram maioritariamente fechadas e seguiram padrões diferenciados como: escala *Likert* de concordância, escalas de frequência e de intervalo, escolhas múltiplas, respostas binárias e perguntas condicionadas por respostas anteriores. Foram utilizadas, na construção das questões, escalas nominais (qualitativamente diferentes e mutuamente exclusivas) e ordinais. Os dados obtidos foram tratados através do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 29.0, e foi feita uma análise estatística sobretudo descritiva. Alguns dos resultados serão apresentados, a seguir, seguido das análises sobre as principais questões investigadas.

3. RESULTADOS

Foram obtidas 136 respostas com a aplicação do inquérito cujo tratamento e análise permitiram fazer um primeiro retrato para conhecer as práticas de GI das PME industriais. Este levantamento inicial possibilitou identificar tendências, padrões e lacunas na forma como estas empresas organizam e utilizam a informação no seu contexto.

3.1. Uso de informação

Em 54,1% das empresas inquiridas, os respondentes indicaram preferência pela utilização de informação em formato digital, enquanto apenas 4,5% têm preferência pelo

suporte em papel. Um pequeno número de empresas (3,8%) não manifestou qualquer preferência relativamente ao suporte, enquanto 37,6% referiram que depende do tipo de informação a ser usada (Fig. 2). Importa salientar que, apesar das preferências declaradas, na prática, em 92,9% das empresas observa-se a coexistência dos suportes digital e físico, sendo residual a proporção de organizações que utilizam exclusivamente documentação em papel ou apenas formato digital (Fig. 3).

Os dados revelam que mais de 77% das empresas inquiridas declararam dispor de normas internas que orientam a forma como a informação deve ser organizada e armazenada. Cerca de 59% indicaram utilizar formulários próprios para o registo da informação produzida, o que aponta para uma certa formalização dos processos de produção documental. Além disso, aproximadamente 57% das empresas afirmaram ser capazes de consultar os registos da totalidade da informação produzida e recebida, independentemente do suporte em que essa informação se encontra (Fig. 4).

Estes resultados não devem ser analisados de forma dissociada do facto de 61,8% das empresas inquiridas serem detentoras de certificações, uma vez que estas impõem requisitos formais em matéria de definição e padronização dos procedimentos de gestão da informação. Tal proporção poderá estar relacionada com o perfil das empresas abrangidas pelo estudo, predominantemente inseridas no setor industrial, onde a certificação representa não apenas uma exigência normativa, mas também um instrumento estratégico de diferenciação e vantagem competitiva. Destaca-se, neste contexto, que 60 PME declararam possuir certificação pela norma ISO 9001, que estabelece critérios específicos para o controlo da informação e dos registos organizacionais, e que 16 destas empresas indicaram adicionalmente deter certificação pela norma ISO 14001, focada na gestão ambiental e na capacidade de identificar, controlar e reduzir o impacto ambiental das suas atividades.

No que diz respeito à obtenção de informação, 60,3% das empresas afirmaram ser capazes de identificar a informação de que necessitam, bem como os meios para a adquirir, o que revela um nível satisfatório de maturidade informacional neste domínio. No entanto, quando se considera o aspeto da organização interna da informação, os dados evidenciam fragilidades: apenas 19,1% das empresas asseguram uma organização sistemática e abrangente da informação em algumas áreas da empresa, ao passo que 52,2% reconhecem que a forma como a informação está organizada e armazenada necessita de ser melhorada.

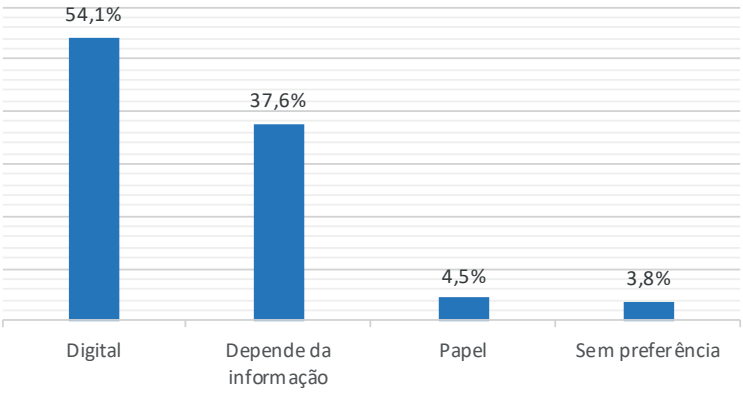


Fig. 2
Preferência por suporte (N=133)
Fonte: Elaborado pelos autores

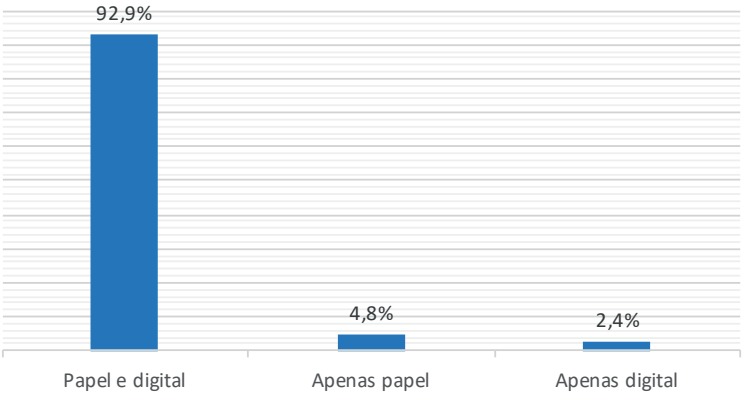


Fig. 3
Suportes da informação (N=126)
Fonte: Elaborado pelos autores

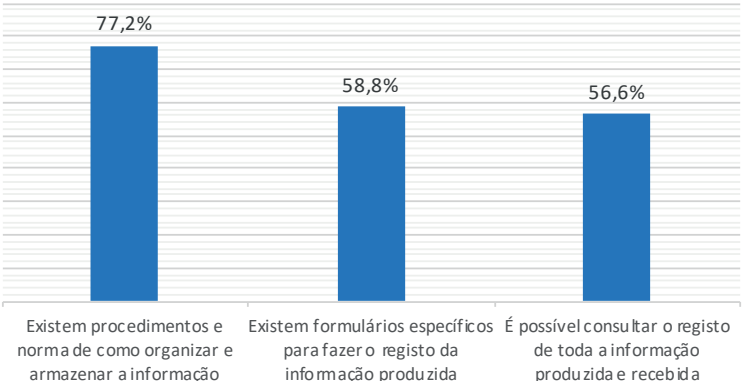


Fig. 4
Organização da informação: normas, formulários e acesso (N=133)
Fonte: Elaborado pelos autores

a) Segurança da informação

No que se refere à segurança da informação em suporte papel, os dados revelam que 46,7% das empresas não dispõem de normas específicas que restrinjam o acesso a esse tipo de documentação. Em contrapartida, 38,1% das organizações indicaram possuir normas formais de controlo de acesso, e 13,3% afirmaram que o acesso à informação em papel está condicionado às funções desempenhadas pelos trabalhadores (Fig. 5).

Quanto ao acesso à informação em formato digital, em 58,9% das empresas os trabalhadores necessitam de autenticação individual através de nome de utilizador e palavra-passe para aceder aos computadores. Além disso, 36,9% das empresas requerem essa mesma autenticação para aceder à informação armazenada em servidores locais e/ou ambientes virtuais (Fig. 6).

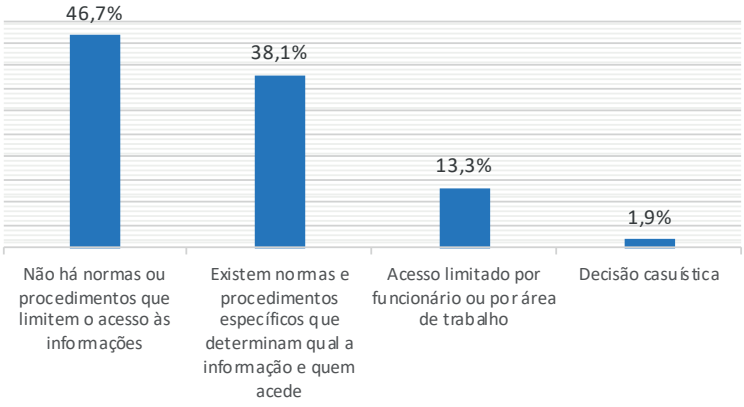


Fig. 5
Acesso à informação em papel (N=123)
Fonte: Elaborado pelos autores

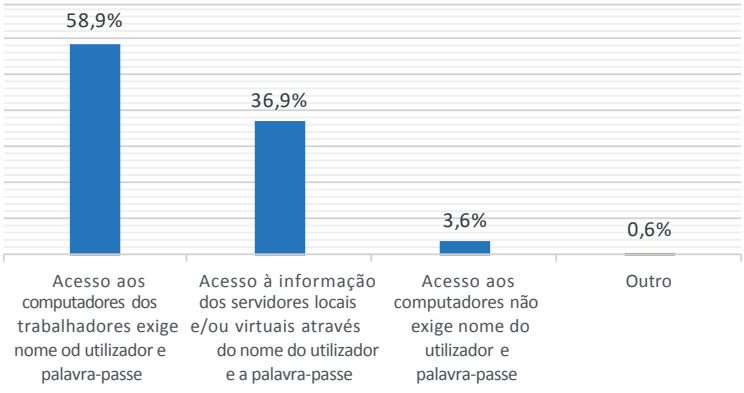


Fig. 6
Acesso à informação digital (N=120)
Fonte: Elaborado pelos autores

b) Arquivo e memória organizacional

No âmbito do inquérito realizado, a memória organizacional foi analisada tendo presente os principais suportes da informação arquivada: papel e digital. No que se refere ao armazenamento da informação em suporte papel, os dados evidenciam que 44,8% das empresas arquivam os documentos em armários localizados junto aos postos de trabalho dos colaboradores, enquanto a mesma percentagem de empresas (44,8%) indica terem uma sala própria dedicada ao arquivo físico. Por fim, 10,4% das empresas recorrem a instalações externas à organização para o armazenamento da documentação em papel (Fig. 7).

Quanto à informação em formato digital, foram identificadas várias alternativas utilizadas simultaneamente pelas empresas: 49,6% armazenam-nas em servidores locais e com cópias de segurança em nuvem; 41,5% em servidores locais, situados nas instalações da empresa, sem cópias de segurança; 43,1% armazenam-nas nos computadores dos trabalhadores; 23,6% em servidores virtuais que ficam armazenados 'em nuvem'; e 22% em discos externos ou outros dispositivos similares (Fig. 8).

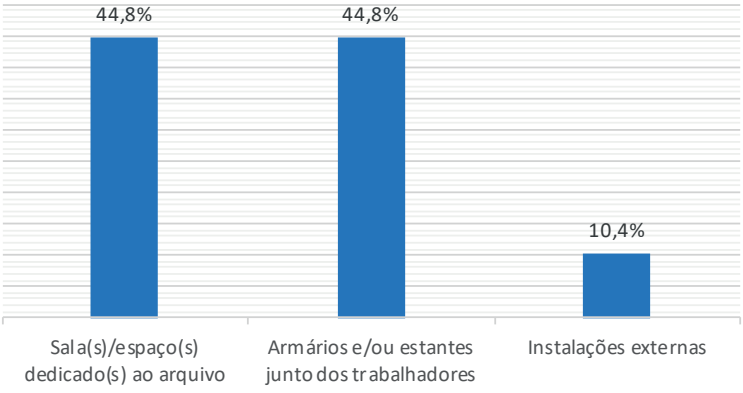


Fig. 7
Armazenamento da informação em suporte papel (N=123)
Fonte: Elaborado pelos autores

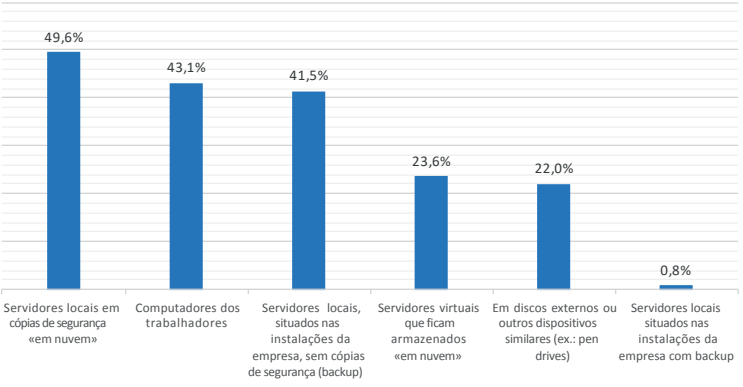


Fig. 8
Armazenamento da informação em formato digital (N=123)
Fonte: Elaborado pelos autores

3.2. Tecnologia da Informação e Comunicação e Sistemas Informáticos

96,9% das empresas respondentes ao inquérito usam Sistemas Informáticos (SI), sendo estes mais frequentemente usados nas áreas de Contabilidade, Comercial, Gestão de Pessoal, Gestão de *Stocks* e Gestão de Recursos Humanos (Fig. 9). Relativamente à abrangência do uso destes sistemas, 4,8% das empresas têm apenas uma área cuja atividade é executada com o apoio de sistemas, 6,3% das empresas têm duas áreas e 19% têm três. As empresas também utilizam vários tipos de sistemas em simultâneo (Fig. 10).

A maior incidência recai sobre os sistemas de processamento de transações (*Transaction Processing Systems* – TPS), que executam transações rotineiras diárias essenciais para a condução do negócio, e os sistemas de informação de gestão (*Management Information Systems* – MIS), que resumem e fornecem relatórios sobre as operações da empresa tendo por base os dados fornecidos pelo TPS.

Algumas empresas utilizam sistemas especializados, como o *Computer-Aided Design* (CAD), ou desenho assistido por computador. No que respeita aos sistemas de apoio à gestão, são utilizados sistemas como o *Planeamento de Recursos Empresariais*

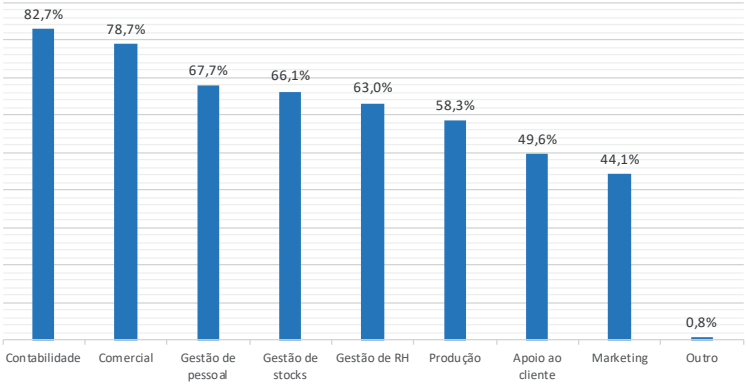


Fig. 9
Áreas com processos informatizados (N=127)
Fonte: Elaborado pelos autores

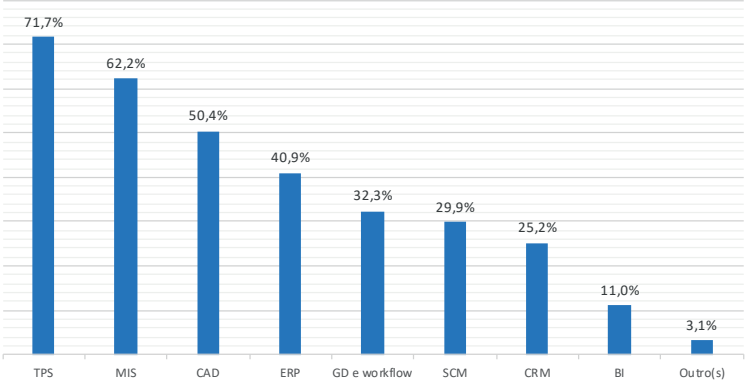


Fig. 10
Sistemas informáticos utilizados (N=127)
Fonte: Elaborado pelos autores

(*Enterprise Resource Planning* – ERP), que permite executar todas as atividades das principais áreas de forma integrada e numa única base de dados; o sistema de *Gestão da Cadeia de Abastecimento* (*Supply Chain Management* – SCM), que possibilita a gestão dos fluxos de informação ao longo de toda a cadeia de abastecimento; os sistemas *de Gestão documental e workflow*, que permitem arquivar e classificar documentos em formato digital, além de definir previamente os fluxos e a tramitação da informação. Adicionalmente, são usados sistemas de *Business Intelligence* (BI), que organizam, analisam e disponibilizam o acesso à informação apoiando os processos de tomada de decisão, bem como sistemas de *Gestão das Relações com os Clientes* (*Customer Relationship Management* – CRM).

3.3. Comunicação e partilha de informação

No que se refere à partilha da informação, considerada uma das bases para a construção de conhecimento organizacional, mais de 66% das empresas concordam que os trabalhadores são incentivados a partilhar informação entre si, existindo iniciativas que facilitam essa prática (Tabela 1). Contudo, apesar do reconhecimento deste incentivo, 56,6% dos inquiridos referem que nem toda informação é partilhada, sugerindo a existência de silos de informação dentro das PME.

Adicionalmente, 74,3% dos participantes concordam que todas as áreas da empresa possuem canais formais de comunicação direta com a Administração, mas apenas 38,2% consideram que esta partilha informação sobre metas e projetos.

Tabela 1. Incentivos e iniciativas à partilha da informação

	Discordo	Não discordo nem concordo	Concordo	NS/NA
Os trabalhadores são incentivados a partilhar informação entre si e há iniciativas na empresa que facilitam essa prática.	11,1%	20,6%	66,1%	2,2%
Há informação detida apenas por alguns trabalhadores e que não é partilhada com os restantes trabalhadores.	22,0%	19,1%	56,6%	2,2%
Todas as áreas da empresa possuem canais formais de comunicação direta com a Administração.	14,7%	8,8%	74,3%	2,2%
A Administração não partilha informação sobre metas e projetos com os trabalhadores, exceto as necessárias para a realização das suas funções.	40,4%	19,1%	38,2%	2,2%
A Internet e a intranet são recursos que agilizam a partilha e o acesso à informação.	15,5%	10,3%	72,1%	2,2%
A existência de canais informais de troca de informação atrapalha as comunicações oficiais e dificulta o trabalho das chefias.	38,9%	17,6%	41,1%	2,2%

Fonte: Elaborado pelos autores

Sobre os canais existentes para partilhar informação, mais de 70% dos participantes concordam que a Internet e a intranet são recursos que facilitam e agilizam o acesso e a partilha de informação. Por fim, não foi identificado um consenso, entre os respondentes, quanto à afirmação de que a existência de canais informais de troca de informação (como conversas informais ou de 'corredor' entre trabalhadores) dificultam as comunicações oficiais e o trabalho das chefias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento, nas organizações, existe em vários formatos: pode ser tácito e o seu acesso estar condicionado às competências dos trabalhadores em partilhá-lo e exteriorizá-lo; pode ser explícito e estar acessível em suporte digital ou em papel, em relatórios correntes, em informações arquivadas, em materiais gráficos, implícito nos produtos, nas bases de dados, ou na inovação constante dos processos. Assim, para que uma empresa seja considerada uma organização do conhecimento, é necessário que esta seja «uma organização capacitada a organizar seus recursos e capacidades, transformando a informação em compreensão e *insight*, e disponibilizando esse conhecimento por meio de iniciativas e ações» (Choo 2006, p. 403).

Esta definição evidencia a necessidade de uma gestão eficaz de informação para que o conhecimento organizacional possa ser criado e convertido em vantagem competitiva e inovação, dado que a inovação nas empresas deve ser suportada por um sistema integrado que assenta, em grande medida, na capacidade da empresa em organizar a sua informação (Choo 2006).

A inovação, segundo o *Manual de Oslo* (quarta edição), é definida como um produto ou processo novo ou melhorado, que difere significativamente dos produtos ou processos anteriores, e que é disponibilizado a potenciais utilizadores, no caso do produto, ou implementado na unidade, no caso de processo (Organization… e Eurostat 2018). Um dos princípios sublinhados neste documento é que a inovação pode e deve ser mensurada, sendo o conhecimento uma base fundamental para esse processo (inovação).

O *Manual*, publicação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, que estabelece parâmetros internacionais para definir, recolher e interpretar dados sobre inovação, destaca que as competências de gestão de dados são essenciais para essa mensuração e contribui «para uma melhor compreensão da digitalização e suas ligações com a inovação, fornecendo orientações sobre o papel da informação digitalizada, tanto da perspectiva da inovação de produtos quanto de processos de negócios» (Organization… e Eurostat 2018).

A inovação é um elemento-chave para o diferencial competitivo das organizações e, nesse contexto, os registos de memória organizacional podem contribuir para o desenvolvimento de propostas, por exemplo, através da preservação da memória

técnica e de negócios, bem como a preservação de unidades internas de informação (como bibliotecas digitais e bases de dados) (Organization… e Eurostat 2018). Contudo, compreende-se que «para usufruir da memória organizacional é preciso primeiramente trabalhar com a gestão documental e a gestão da informação, de modo a transformá-la numa ferramenta para a gestão do conhecimento» (Nascimento e Vitoriano 2017, p. 222).

Os resultados iniciais apurados pelo projeto GIPMEI demonstraram que a preservação digital apresenta desafios que afetam a recuperação da informação, a partilha do conhecimento acumulado registado em suporte digital e a segurança da informação. Embora existam procedimentos para organização e incentivo à partilha da informação nas PME estudadas, estes processos carecem de melhorias, como confirma o facto de apenas cerca de 52% das empresas se considerarem satisfeitas com a forma como a informação está organizada e armazenada.

A organização, o armazenamento e o acesso à informação (seja em papel ou digital), bem como aos níveis de classificação que regulam esse acesso (pública, interna, restrita e confidencial), estão intrinsecamente ligados à segurança informacional, área que tem requerido cada vez mais atenção das empresas e de instituições privadas ou governamentais, culminando na elaboração de normas e legislação, como o *Regulamento Geral de Proteção de Dados* (RGPD) e em debates de especialistas, como no fórum *Cyber Crisis Management: "From Chaos to Control"*, realizado em dezembro de 2024, em Nova Iorque.

Este fórum, que teve como objetivo identificar as ameaças cibernéticas mais iminentes em 2025, procurou discutir as estratégias necessárias para enfrentar esses desafios de maneira eficaz. A orientação principal das discussões caminhou no sentido de que os incidentes cibernéticos são inevitáveis e serão cada vez mais sofisticados, tornando a resiliência e a preparação estratégica cruciais para mitigar os seus impactos. No caso das PME, estas iniciativas são cada vez mais fundamentais visto que, segundo o relatório *Report on the State of IT for Small and Medium-Sized Businesses*, em 2023, 43% dos ataques digitais visaram pequenos negócios (Vainzof, Lima e Santana [s.d.]).

Entre os controles mínimos recomendadas pelo Cyber Readiness Institute (CRI) para proteger os ativos de informação das PME, destacam-se a promoção da consciencialização em segurança cibernética entre colaboradores, para se protegerem e protegerem a empresa, e a implementação de gestão rigorosa de acessos, garantindo que apenas utilizadores autorizados tenham acesso à informação (Cyber… [2025]).

Estas preocupações alinham-se com as prioridades da Comissão Europeia, que coloca as competências digitais para o trabalho e para a vida no topo de sua agenda, através das *Orientações para a Digitalização até 2030* e o *Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais,* que estabelecem como objetivo que pelo menos de 80% da população tenha competências digitais básicas e tenha 20 milhões de especialistas em TIC até 2030 (Lucas, Moreira e Trindade 2022). Esta linha segue o Quadro Europeu de Competência Digital para Cidadãos (DigComp 2.2.), que estabelece cinco

áreas de competência digital: a literacia de informação e de dados; a comunicação e colaboração; a criação de conteúdo digital; a resolução de problemas, e a segurança.

A existência e uso de diferentes SI nas PME apontam para a falta de interoperabilidade, uma vez que coexistem diferentes sistemas para cobrir diferentes áreas das empresas. É incontestável que o uso e a organização da informação empresarial estão fortemente vinculados ao digital, pelo que as PME necessitam de acesso a aconselhamento qualificado para ultrapassar limitações, sobretudo em termos de competências, promovendo parcerias das empresas com especialistas e instituições de investigação. Estes aspectos influenciam diretamente a sustentabilidade organizacional, pois apenas uma informação organizada pode apoiar as exigências económicas, sociais e ambientais das empresas, constituindo-se como vantagem competitiva para a organização.

Para mitigar este cenário, o GIPMEI sugere, entre outras recomendações, a formação para uma cultura orientada à informação. A construção dessa cultura passa, num primeiro momento, em reconhecer que as necessidades de informação dos indivíduos variam de acordo com a situação, contexto e meio ambiente e que, mais do que acumular informação, importa ter a que, pelas suas características, acrescenta valor ao trabalho realizado e às decisões. Tal pressupõe a importância da avaliação e definição de critérios para arquivamento de informação de modo a formar uma memória ativa que dê suporte às atividades correntes da empresa.

Conclui-se que a transversalidade da informação em todas as áreas da empresa implica que a gestão desse recurso, bem como das tecnologias que a suportam, devem assumir um estatuto similar ao da gestão dos restantes ativos fundamentais da empresa, como os financeiros, comerciais e produtivos. Nesse sentido, conforme referenciado pelo Fórum Económico Mundial, a existência de uma equipa capacitada assume um papel central para que a organização da informação favoreça a criação de conhecimento corporativo e contribua para a construção de vantagem competitiva, uma vez que são as pessoas que efetivamente potenciam o valor da informação para a empresa, seja na inovação, na definição da estratégia, na prospecção de oportunidades ou no bom funcionamento das atividades diárias.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliane Pawlowski de O., 2017. *Comportamento informacional em processos decisórios estratégicos: Dimensão simbólica do uso da informação por gestores*. Tese de doutoramento, Universidade Federal de Minas Gerais.

BAUMAN, Zigmund, 2011. *44 cartas do mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

CHOO, Chun Wei, 2006. *A organização do conhecimento: Como as organizações usam a informação para criar conhecimento, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: SENAC.

CYBER READINESS INSTITUTE, [2025]. *Cyber Insurance FAQs for Small and Medium Business* [Em linha]. [S.l.]: CRI [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://cyberreadinessinstitute.org/resources/cyber-insurance-faqs-for-small-and-medium-business/.

ESTRELA, Sónia C. Lopes, 2012. A gestão da informação como ferramenta estratégica de gestão da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda. Em: *Coletanea Luso-Brasileira/ Educação, Gestão da Informação e Sustentabilidade*. Porto: Universidade do Porto, pp. 114-134.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2023. *Ano 2022 marcado pela aceleração da atividade económica do setor empresarial* [Em linha]. [S.l.]: INE [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=642192001&att_display=n&att_download=y

KARPINSKI, Cezar, e Ana Clara CÂNDIDO, 2019. Memória e inovação: Uma aproximação necessária. *Ciência da Informação* [Em linha]. **48**(2), 89-102 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336591711_Memoria_e_inovacao_uma_aproximacao_necessaria.

LUCAS, Margarida, António MOREIRA, e Anícia Rebelo TRINDADE, 2022. *DigComp 2.2: Quadro Europeu de Competência Digital para Cidadãos com exemplos de conhecimentos, capacidades e atitudes* [Em linha]. Aveiro: Universidade de Aveiro [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.48528/4W7Y–J586.

NASCIMENTO, Natália Marinho do, e Marcia C. de Carvalho Pazin VITORIANO, 2017. O estudo da produção documental e a memória organizacional em ambientes empresariais. *Em Questão* [Em linha]. **23**(1), 202-227 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/65931/39119.

NONAKA, Ikujiro, e Hirotaka TAKEUCHI, 1997. *Criação do conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. Rio de Janeiro: Campus.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, e EUROSTAT, 2018. *Oslo Manual 2018: Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation* [Em linha]. 4.ª ed. Paris: The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities, OECD Publishing [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1787/9789264304604-en.

ORTEGA, Cristina Dota, 2013. Aspectos teóricos, procedimentais, normativos e pragmáticos como categorias para uma epistemologia da organização da informação. Em: Vera DODEBEI, e José A. C. GUIMARÃES, org. *Complexidade e organização do conhecimento: desafios de nosso século* [Em linha]. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://isko.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Proceedings-ISKO-Brasil-2013.pdf.

SHENK, David, 1997. *Data smog: Surviving the information glut*. Nova York: HarperCollins Publishers.

SILVA, Armando Malheiro da, Sónia C. Lopes ESTRELA, e Eliane Pawlowski de O. ARAÚJO, 2024. *Gestão da informação nas PME Industriais de Portugal (Norte e Centro): diagnóstico e bases para um modelo orientador* [Em linha]. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória [consult. 2025-07-01]. ISBN978-989-8970-75-6. DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-75-6/ges.

STRAUHS, Faimara do Rocio, et al., 2012. *Gestão do conhecimento nas organizações.* [Em linha]. Curitiba: Aymará Educação [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2064/1/gestaoconhecimentoorganizacoes.pdf.

VAINZOF, Rony, Caio LIMA, e Jean SANTANA, [s.d.]. *Segurança da Informação para empresas de pequeno e médio portes: fortaleça a cibersegurança e proteja o negócio contra ameaças digitais* [Em linha]. São Paulo: Fecomércio [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://sincomercio.org.br/wp-content/uploads/sites/49/2025/05/E-BOOK_SEGURANCA_DA_INFORMACAO.pdf.

WORLD ECONOMIC FORUM, 2021. *Future Readiness of SMEs: Mobilizing the SME Sector to Drive Widespread Sustainability and Prosperity* [Em linha]. [S.l.]: WEF [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_Readiness_of_SMEs_2021.pdf.

YAGUI, Luciano Masashiro, 2003. *Memória organizacional: proposta para uma instituição de ensino superior*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DOCUMENTAL FOTOGRÁFICA: UM PANORAMA DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS PÚBLICOS DE SANTA CATARINA, BRASIL

VANESSA ALINE SCHVEITZER SOUZA*
EVA CRISTINA LEITE DA SILVA**

Resumo: *A pesquisa aborda a Organização da Informação (OI) e a Representação da Informação (RI), com foco na descrição arquivística de acervos fotográficos em arquivos públicos municipais de Santa Catarina, Brasil. O estudo destaca o valor da OI e da RI para garantir o acesso à informação, especialmente em documentos fotográficos impressos, que possuem valor histórico. A fotografia, enquanto documento arquivístico, registra eventos e transformações sendo relevante para a preservação de memórias e histórias. A pesquisa em tela é de natureza básica e exploratória, utiliza como instrumento o levantamento bibliográfico, análise documental e aplicação de questionário. A investigação identificou 17 instituições com arquivos públicos, destas, apenas 10 participaram. O mapeamento nestas 10 instituições revelou que 70% não utilizam normas arquivísticas específicas na descrição fotográfica, comprometendo a padronização e recuperação da informação. Elementos como 'data' e 'local' são mais utilizados, mas há carência na aplicação completa da* Norma brasileira de descrição arquivística *(NOBRADE), adaptada da* Norma geral internacional de descrição arquivística *(ISAD(G)). A pesquisa concluiu que a ausência de OI e RI padronizada expressada na descrição arquivística compromete o acesso à informação, reforçando a necessidade de adoção sistemática de normas para garantir a preservação e a acessibilidade dos acervos fotográficos.*

Palavras-chave: *Acervo fotográfico; Organização da Informação; Descrição arquivística: Representação da Informação.*

Abstract: *The research addresses Information Organisation (IO) and Information Representation (IR), focusing on the archival description of photographic collections in public archives in Santa Catarina, Brazil. The study highlights the value of IO and IR in ensuring access to information, especially in printed photographic documents, which have historical value. Photography, as an archival document, records events and transformations, making it relevant for the preservation of memories and histories. The research is basic and exploratory in nature, using bibliographic surveys, document analysis, and questionnaires as tools. The investigation identified 17 institutions with public archives, of which only 10 participated. Mapping in these 10 institutions revealed that 70% do not use specific archival standards in photographic description, compromising the standardisation and retrieval of information. Elements such as 'date' and 'location' are most commonly used, but there is a lack of full application of the* Brazilian Standard for Archival Description *(NOBRADE), adapted from the* General International Standard Archival Description *(ISAD(G)). The research concluded that the absence of standardised OI and IR expressed in archival description compromises access to information, reinforcing the need for the systematic adoption of standards to ensure the preservation and accessibility of photographic collections.*

Keywords: *Photographic collection; Information Organization; Archival description; Information Representation.*

---

* Doutoranda, Universidade de Coimbra – Portugal. Email: vaschveitzer@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7223-7774.
** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSCAR) – Brasil. Email: eva.cristina@ufsc.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4579-1064.

INTRODUÇÃO

A pesquisa discute a Organização da Informação (OI) e Representação da Informação (RI), explorando processos como descrição arquivística e acesso à informação, o que representa uma preocupação com os sistemas de organização do conhecimento e seu impacto no acesso e uso da informação pelos usuários. O estudo, está delimitado no contexto da informação registrada orgânica, ou seja, aquela produzida e acumulada por instituições e indivíduos ao longo de suas atividades, constituindo o que se denomina documento arquivístico. Esses registros, especialmente no que tange à documentação pública e, ou de interesse público, se tornam essenciais para o acesso à informação, garantindo que a sociedade possa recuperar e interpretar seu passado.

O estudo em tela seleciona para a análise a OI e RI e justifica-se pela necessidade de abordar diálogos com a descrição arquivística de acervos fotográficos impressos, diálogos ainda pouco explorados na literatura científica.

A fotografia, enquanto documento arquivístico, é caracterizada por suas peculiaridades, organicidade e capacidade de fornecer evidências sobre um contexto específico. Nos arquivos municipais, ela documenta eventos oficiais, obras urbanas, inaugurações, personalidades políticas e transformações, especialmente no espaço urbano, tornando-se uma fonte documental para pesquisadores, gestores públicos e cidadãos. Além disso, fotografias acumuladas por prefeituras, secretarias e órgãos municipais refletem a dinâmica administrativa e as políticas públicas desenvolvidas ao longo do tempo. Filippi, Lima e Carvalho (2002, p. 11) destacam que, «a fotografia deixou definitivamente de ser um mero instrumento ilustrativo da pesquisa para assumir o status de documento, uma matéria-prima fundamental na produção do conhecimento sobre determinados períodos da história, acontecimentos e grupos sociais.». A fotografia é retratada como um exemplo de espécie documental, um importante elemento do patrimônio documental de uma sociedade, e passível de ser produzida em contexto arquivístico. Este documento pode proporcionar aos indivíduos informações de diferentes naturezas, tais como: culturais, históricas, sociais, políticas, econômicas etc., e assim fazer parte para a construção da memória de uma sociedade. A imagem fotográfica como documento «revela aspectos de vida material de um determinado tempo do passado de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta» (Cardoso e Mauad 1997, p. 575). Através da fotografia, pode-se representar iconicamente uma lembrança do passado, um flagrante surpreendente, aspectos arquitetônicos, obras públicas e entre outros fatos. Diante disso, a fotografia registra aspectos de um evento e pode ser uma das fontes contributivas às leituras e releituras de histórias e à preservação de memórias.

Neste contexto foi investigado sobre a OI e RI Arquivística, com foco na descrição de acervos fotográficos em arquivos públicos municipais do Estado de Santa Catarina, no Brasil. O estudo teve como objetivo mapear os acervos fotográficos impressos dos

arquivos públicos e o tratamento arquivístico dispensado a estes documentos, no que tange à OI e RI explicitada na descrição arquivística para a facilitação do acesso.

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica e exploratória, que utiliza levantamento bibliográfico e análise documental. Como suporte de registro para este estudo, utilizou-se um diário de campo. Para a coleta de dados, foram identificadas dezessete (17) instituições públicas municipais localizadas no Estado de Santa Catarina e pertencentes ao Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos brasileiros. Em outubro de 2020, foi aplicado um questionário aos responsáveis pelos arquivos públicos municipais catarinenses, o questionário contemplou informações a respeito de todas as funções arquivísticas, mesmo não sendo todas o foco da pesquisa em tela. Contudo, somente dez arquivos públicos participaram da pesquisa e responderam ao questionário, o resultado apresentado reflete a pesquisa nas 10 instituições respondentes.

1. FOTOGRAFIA: ORIGEM E EVOLUÇÃO

Paul Otlet (1934) refere-se ao documento podendo ser «livro, manuscritos, revistas, jornais, escritas e reproduções de todos os tipos gráficos, […], gravuras, mapas, […], fotografias» (Otlet 1934, p. 9). Para o autor, o termo «documento» ou «unidade documental» poderia ser utilizado para designar qualquer coisa que fosse informativo, não importando seu tipo de suporte. Ressalta-se que a abordagem apresentada por Otlet é dos anos 30 (século XX), entretanto, representativa para os dias atuais.

Originada no século XIX, a fotografia é uma invenção relativamente recente que trouxe ao contexto social uma representação visual considerada «aparentemente real» dos fatos e acontecimentos de cada época. Sua função documental se intensifica na sociedade industrial, marcada pela expansão das metrópoles, pelo crescimento da economia monetária, pela industrialização e pelas transformações nos modos de comunicação, no espaço e no tempo, além do avanço da democracia. Nesse cenário, a natureza mecânica da fotografia conferiu-lhe, já na metade do século XIX, o *status* de imagem representativa da sociedade industrial, sendo a mais apropriada para documentar, servir como instrumento de registro e expressar os valores desse período (Rouillé 2009).

Meneses (2002) explica que, no século XIX, a fotografia era imposta como uma evidência do «real», ou seja, era algo neutro, eficaz e imune às manipulações. Naquele século, a fotografia era vista como um «efeito-verdade», referindo-se a um testemunho totalmente confiável. Desde sua invenção «a fotografia tem sido aceita e utilizada como prova definitiva, 'testemunho da verdade' do fato ou dos fatos» (Kossoy 2016, pp. 21-22).

Contudo, a partir do século XX, consolida-se uma concepção distinta sobre a fotografia, que passa a ser compreendida não mais como um espelho da realidade,

mas como um registro sujeito a ambiguidades e múltiplas interpretações (Meneses 2002; Barthes 2011). Como afirma Sontag (2004, p. 16), «a foto pode distorcer; mas sempre existe o pressuposto de que algo que existe ou existiu era semelhante ao que está na imagem.». Nesse sentido, os questionamentos acerca da neutralidade e da objetividade da imagem fotográfica emergem de forma gradual e histórica, especialmente intensificados em contextos de conflito — como as guerras civil e mundial — em que fotografias foram amplamente utilizadas como instrumentos de manipulação da informação.

Assim, a origem da fotografia enquanto documento assume papel central em sua adequada contextualização. Compreender e trabalhar com fotografias implica, portanto, investigar suas condições de produção (contexto), autoria e os propósitos que motivaram sua criação, elementos essenciais à sua interpretação arquivística e informacional. Nessa perspectiva, enfatiza-se que a fotografia é uma construção sujeita a interferências e interpretações ou distanciamentos da verdade.

Como aponta Sontag (2004, p. 17), embora a câmera capture a realidade, as fotografias são interpretações do mundo, assim como pinturas ou desenhos. Portanto, compreender o contexto e os motivos de sua produção é fundamental para sua adequada leitura. Meneses (2002) destaca que a imagem em si não mente, mas pode ser manipulada por diferentes discursos dos homens. Sontag (2004) reforça que fotografias podem ser alteradas — recortadas, retocadas, ampliadas — afetando sua leitura, ou seja, seu real significado. Assim, a interpretação da imagem exige a compreensão de sua gênese e dos sentidos atribuídos a ela.

Os documentos fotográficos após OI e RI, especificamente na descrição arquivística, devem constar informações que comprovem e contextualizem sua origem a fim de facilitar a identificação do conteúdo e torná-lo acessível à sociedade. O objetivo de representar uma imagem fotográfica e torná-la acessível, ou seja, possibilitar o acesso à informação ao usuário, algumas vezes torna-se complexo.

Lacerda (2012, p. 293), reforça a ideia de que é necessário conhecer «o autor da imagem, o autor institucional e as pessoas que colaboraram para que a imagem fosse criada e se tornasse capaz de cumprir uma função. Esses dados podem referir-se tanto à forma física quanto à intelectual». O autor ainda explica que as fotografias avulsas presentes em arquivos públicos e privados, muitas vezes organizadas de forma diversa, demandam recontextualização. É essencial analisar sua materialidade e buscar, em documentos correlatos do mesmo fundo, indícios sobre sua origem e função. Assim, essas imagens podem ser organizadas adequadamente e disponibilizadas para o acesso público (Lacerda 2012).

Ressalta-se aqui aspectos fundamentais da fotografia enquanto documento arquivístico, origem, finalidade, organicidade e usos. Para que isso ocorra, é essencial que o documento fotográfico seja tratado e reconhecido como os demais documentos

arquivísticos. Ou seja, necessita ser contextualizado e apresentar veracidade, imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento, unicidade (Duranti 1994). Entretanto, para realizar o tratamento do documento arquivístico (físico e intelectual) é necessário que ocorra um conjunto de funções arquivísticas, quais sejam: criação/produção, classificação, avaliação, descrição, aquisição, conservação/preservação e difusão (Rousseau e Couture 1998). Essas funções acompanham todo o ciclo pelo qual o documento arquivístico percorre, desde sua criação até sua destinação final, especialmente respeitada a destinação de vida perene aos documentos históricos. No texto em tela reitera-se que o foco estará na OI, RI e descrição arquivística em prol do acesso, OI e RI abordadas a seguir.

2. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A produção crescente de informação resultou na multiplicação de diversas espécies documentais, com isso exige processos de organização e representação para possibilitar sua recuperação, acesso e disseminação. Tornar pública a informação gerada por uma entidade é parte da disseminação do conhecimento. Nesse contexto, a organização e a representação da informação envolvem elementos fundamentais para a descrição e identificação dos atributos dos documentos arquivísticos (Frizon e Baptista 2015; Lima e Alvares 2012). Para Dodebei (2002, p. 28), a representação da informação é constituída por objetos e propriedades, os objetos são «coisas que queremos representar», e as propriedades «são características dessas coisas». Assim, quando a humanidade começa a utilizar os símbolos para representar e consequentemente registrar as informações, abre-se um caminho para a disseminação de saberes.

Campos (2004) esclarece que a OI e a OC são processos que fazem parte da Ciência da Informação, responsáveis por produzir dois tipos de representação da informação. No primeiro (OI), a representação da informação é um conjunto de atributos que descrevem as características (física e intelectual) de um determinado objeto informacional. No segundo tipo (OC), se dá por meio de conceitos que possibilitam a descrição e aclaração relacionada a fenômenos observados.

Sob o domínio da Arquivologia, a OI e RI ocorrem especialmente nas funções arquivísticas: classificação, avaliação e descrição (Sousa 2007). E, segundo Hagen (1998), na descrição, tema norteador deste estudo, se considera «sempre […] a informação registrada no conjunto dos documentos, nunca perdendo de vista o princípio fundamental do respeito à proveniência», diferenciando-se assim das demais ciências na área da informação, como por exemplo a Biblioteconomia e a Museologia (Hagen 1998, p. 5).

Entretanto, Ribeiro (2011) propõe uma abordagem distinta no que se refere à OI e RI em fundos arquivísticos. A autora identifica três operações fundamentais nesse contexto: classificação, descrição e indexação. De acordo com Ribeiro (2011),

a indexação nos arquivos deve respeitar a organicidade dos fundos documentais, partindo de elementos gerais para, então, considerar as particularidades inerentes ao contexto arquivístico. Além disso, a autora destaca que, para além das etapas de classificação e descrição, é igualmente essencial definir as estratégias de recuperação da informação tratada. Isso implica refletir sobre os pontos de acesso a serem criados, a forma dos descritores de acesso e a escolha do vocabulário de indexação que deve ser utilizado (Ribeiro 1996).

Assim, evidencia-se o valor e importância da organização e representação da informação fotográfica, tendo em vista a descrição como parte do processo. Nesse contexto, OI e RI tornam-se fundamentais para a recuperação e o acesso à informação. Aspectos como época, lugar, método, cultura, disciplina, teoria são capazes de esboçar a lente utilizada pelo autor do documento para materializar aquela informação (Gnoli 2012). É oportuno lembrar que o cerne deste estudo não se trata da classificação, ainda que ela dialoga diretamente com a descrição.

Esta pesquisa adota a abordagem de Bräscher e Café (2008) para compreender os processos de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento. Nessa perspectiva, a OI refere-se à descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais, enquanto a RI é o resultado desse processo. Já a OC está relacionada à construção de conceitos, sendo a RC operacionalizada por meio dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). A pesquisa centra-se, portanto, na OI e RI em acervos fotográficos de arquivos públicos, elegendo a descrição arquivística como função essencial nesse processo, o que justifica a necessidade de sua contextualização.

2.1. Descrição arquivística

A descrição arquivística é concebida como atividade basilar no processo de representação da informação. Este processo insere-se no âmbito mais amplo da gestão documental, imprescindível à organização e recuperação dos documentos arquivísticos em instituições públicas e privadas (Bernardes 2015). «A fotografia dificilmente traz alguma informação escrita e, quando traz, nem sempre é absolutamente correta ou descreve o conteúdo geral da imagem. Por isso é necessário pesquisar» (Alves e Valério 1998, p. 7).

Informações como: «quem?», «quando?», «onde?» e «porquê/como?» fazem parte de uma composição de elementos importantes no processo de descrição e contextualização da fotografia (Alves e Valério 1998; Lopez 2009). A descrição é uma das funções arquivísticas propostas por Rousseau e Couture (1998), cujo objetivo é garantir o acesso e a preservação da informação. Para isso, é necessário empregar instrumentos normativos como a ISAD(G), que define a descrição como a representação sistemática de uma unidade documental com vistas à identificação e contextualização do documento (Conselho… 2000). No Brasil, a NOBRADE sistematiza

esse processo com base em oito áreas de descrição, promovendo padronização e acesso (Brasil 2006). Além disso, destaca-se a indexação como complemento à descrição. Ao atribuir termos representativos ao conteúdo documental, especialmente fotográfico, a indexação favorece a recuperação temática da informação (Rodrigues 2014; Ribeiro 2011).

A análise e a contextualização da imagem são etapas para a definição de descritores precisos, na qual reflete diretamente na recuperação e no acesso aos documentos. Dessa forma, a descrição e a indexação são compreendidas como práticas interdependentes que visam garantir a representação adequada dos documentos arquivísticos e a efetiva disseminação da informação à sociedade. Ambas requerem rigor técnico e normativo, sendo indispensáveis ao tratamento da informação no campo arquivístico.

3. DADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram mapeados dez 10 arquivos públicos com acervos fotográficos impressos. Da investigação do tratamento arquivístico dispensado a estes documentos, no que tange à OI e RI explicitada na descrição arquivística para à facilitação do acesso, os resultados indicam que os arquivos públicos do Estado de Santa Catarina conservam um volume expressivo de fotografias impressas, sendo que 70% dos arquivos recebem ou recolhem documentos fotográficos impressos. Ainda que existam possíveis transições do comportamento da fotografia analógica para a digital, verifica-se, por meio dos dados, que as fotografias impressas resistem ao tempo (são criadas, utilizadas e armazenadas), permitindo compreender informações e construir novos conhecimentos.

Ao identificar a procedência do acervo fotográfico, ou seja, o principal modo de «produção» das fotografias nos arquivos catarinenses, majoritariamente as opções «produção dos próprios setores dos municípios» e a «doação de fotografias procedentes de acervos pessoais» são as alternativas mais indicadas. A identificação de quem produziu uma fotografia torna-se um dos elementos obrigatórios no processo de descrição arquivística, atribuindo dados para a contextualização do documento, assim como também corresponde à afirmação de sua proveniência (Brasil 2006).

Em termos temáticos, os acervos abrangem, sobretudo, registros de eventos cívicos, religiosos, políticos, desastres naturais, patrimônio arquitetônico e paisagens. A fotografia possibilita o registro de um momento, podendo ser um instante do passado, como o presente em nossas vidas. Essa representação constitui na concepção da história, cultura e educação de uma sociedade (Boccato e Fujita 2006).

Quanto à composição cromática, observou-se a predominância de fotografias em P&B (preto e branco). Da cronologia dos acervos é possível constatar uma predominância de fotografias dos séculos XX e XXI nos acervos fotográficos catarinenses. As fotografias evidenciam narrativas que podem auxiliar na construção de conhecimentos

inéditos, diante disso a cronologia fotográfica pode indiciar determinados comportamentos (arquitetura, costume, vestuários, transporte e outros) de diferentes épocas.

Mariz e Dutra (2018) discorrem que a fotografia nos instruiu por meio de novos códigos a ampliar o olhar sobre as coisas, em ver o mundo de outra forma, entretanto a contextualização de sua produção implica em informações fundamentais para a estruturação de seu significado.

Para o acondicionamento das fotografias, destaca-se o uso de envelopes de papel e caixas arquivísticas, embora ainda haja fragilidades nos métodos de conservação. Parte significativa das instituições aplica medidas de controle preventivo, como higienização e controle de umidade, com foco na preservação dos documentos.

No que se refere às funções arquivísticas, a função mais apontada entre os arquivos participantes foi a «preservação», presente em sete instituições, apesar de determinados autores não vincularem diretamente a preservação com a OI e RI, considera-se aqui ela essencial para permitir o acesso à informação a longo prazo, que é objetivo da OI e RI.

O processo de «classificação» foi identificado 60% das respostas nos arquivos participantes deste estudo. Já as atividades realizadas de «avaliação», «descrição» e «difusão» nos documentos fotográficos tiveram uma incidência de 50% nos arquivos. Contudo, apesar dessa incidência, os dados revelaram que, entre os arquivos que realizam o processo de descrição, 20% não utilizam normas arquivísticas específicas aplicadas à descrição de fotografias. Portanto, a descrição (sem critérios) é desenvolvida em determinados arquivos municipais de Santa Catarina e 30% com base nas normas nacional e internacional. Sendo assim, não é uma prática consolidada nem em 50% das instituições pesquisadas, pois nem sempre seguem as normas técnicas recomendadas (como a ISAD(G) ou a NOBRADE).

A descrição aparece como uma função crítica, quase ignorada entre os arquivos pesquisados e a sua ausência interfere diretamente na recuperação da informação. A sua existência indica que houve OI e RI essencial para garantir o acesso à memória iconográfica do estado de Santa Catarina.

Se os documentos arquivísticos são classificados e preservados é porque neles constam informações que se quer recuperar em momento posterior à sua produção. De tal modo, entende-se que a descrição é uma tarefa basilar no trabalho de arquivos, objetivando o acesso à informação. Com uso e a padronização de normas, a descrição arquivística passa a empregar a OI e RI não apenas intrínsecas aos documentos arquivísticos, como também as extrínsecas (contexto), ou seja, seus produtores (pessoas e instituições) e as razões que os levam a criar os documentos (funções) (Llanes Padrón 2012). Isso é determinante para leituras e releituras de imagens fotográficas, nas quais o contexto e a função de imagem apresentam informações essenciais para o entendimento da fotografia.

A análise também revelou que os arquivos organizam seus acervos por diferentes critérios, com destaque para a classificação por «assunto (tema)», apontada por seis instituições. Também foram registrados formas de organização por «fundos documentais», «coleção», «série», «subsérie», «item documental» e «outros». O resultado indicia que 50% dos arquivos estudados adota apenas uma forma de organização, enquanto a outra metade emprega múltiplos critérios de organização no acervo fotográfico. A organização e a existência de instrumentos de pesquisa são importantes para a garantia do acesso à informação, conforme previsto legalmente.

Rodrigues (2003, p. 228) explica que «a função descrição antecipa e fornece os dados necessários para que sejam produzidos os mais variados instrumentos de pesquisa. É essa atividade que permite, num primeiro momento, a comunicação e a consulta aos arquivos». Dessa forma, entende-se que cada arquivo com auxílio de normas e processamento técnico pode elaborar seu próprio instrumento de pesquisa, sempre com o propósito de atender os usuários internos ou externos da instituição em suas buscas por informação.

Catálogos, índices, guias, inventários e outros são diferentes tipos de instrumentos, contudo, todos têm a função de localizar e viabilizar o acesso às informações armazenadas em um acervo arquivístico. No entanto, observou-se que nem todos os arquivos pesquisados dispõem de tais instrumentos de forma sistemática.

A pesquisa evidenciou que apenas parte dos arquivos possuem alguns instrumentos de pesquisa, como o catálogo, o inventário, o guia e o índice, sendo ainda mais restrita a presença desses recursos em formato digital e disponíveis para consulta pública. Todavia, Herrera (1991) salienta que não adianta ter um bom plano de descrição e elaborar um instrumento de pesquisa sem que o mesmo se torne conhecido e de fácil acesso. Das sete instituições que afirmam dispor instrumentos de pesquisa, dois arquivos indicaram que o disponibilizam em formato digital, sendo que uma instituição relatou ter em partes (metade impresso/metade digital). Sob a ótica da OI e RI, a descrição arquivística, quando normatizada e aplicada conforme as normas, atua como dispositivo de mediação semântica, promovendo a inteligibilidade e a contextualização dos documentos fotográficos. Assim, a descrição deve ser compreendida como processo técnico que opera tanto no nível da materialidade documental quanto na construção conceitual dos sentidos históricos e sociais inscritos nas imagens.

Nesse contexto, a pesquisa revela a importância da descrição arquivística e a adoção de instrumentos de pesquisa alinhados a normas nacionais e internacionais, pois estes são indispensáveis para garantir o direito ao acesso à informação, a memória coletiva e a visibilidade dos patrimônios fotográficos regionais no contexto informacional contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fotografia, embora recente na história da humanidade, está presente em diversos contextos — familiar, cultural, histórico, jurídico e empresarial. Na Arquivologia, sua interpretação depende do contexto, o que torna a descrição arquivística fundamental. A adoção de normas nesse processo busca padronizar as informações, com o intuito de facilitar a organização, identificação, representação, recuperação e acesso aos documentos fotográficos.

Enquanto documento arquivístico, uma foto, requer cuidados específicos de conservação, mas isso não a isenta da aplicação das demais funções arquivísticas, como classificação, avaliação e descrição. Ao contrário, para preservar suas características de documentos arquivístico, a imagem fotográfica deve ser tratada segundo os mesmos princípios e funções aplicados a qualquer documento sob custódia em um arquivo.

A análise revelou que, mesmo entre os arquivos que afirmaram dispor de instrumentos de pesquisa, há uma considerável heterogeneidade nos métodos, conteúdos e estruturas descritivas adotadas. Guia e índice constituem os instrumentos mais mencionados, embora nem sempre obedeçam a normas técnicas arquivísticas como a ISAD(G) ou a NOBRADE. Algumas instituições produzem descrições com base empírica, carentes de padronização e sem incorporação de elementos essenciais como contexto de produção, autoria ou proveniência, comprometendo a qualidade da representação informacional.

A ausência de instrumentos de pesquisa adequados compromete a função social dos arquivos, dificultando a democratização do acesso aos documentos fotográficos. Ressalta-se, portanto, a necessidade de investir na elaboração e disponibilização desses instrumentos, alinhados às normas arquivísticas, para assegurar a efetiva representação da informação e ampliar o acesso à memória visual preservada nos arquivos públicos do estado.

Outro ponto crítico identificado foi a limitação quanto à digitalização e à disponibilização pública desses instrumentos. Apenas dois arquivos permitem consulta digital efetiva, restringindo o acesso remoto aos documentos e, por conseguinte, à memória social neles contida. A ausência de um padrão normativo compromete o princípio da interoperabilidade e a articulação entre acervos.

Ainda existem lacunas na literatura sobre as interpretações e ambiguidades que a fotografia pode provocar na sociedade. Embora o método de descrever imagens exija discussões mais aprofundadas, é unânime que as normas de descrição arquivística são ferramentas basilares para padronizar e extrair dados. A ausência de atividades arquivísticas, como avaliação, classificação, descrição e preservação, resulta no acúmulo desordenado de imagens sem sentido informacional. Acervos fotográficos preservam a memória social e integram o patrimônio do país, sendo fundamental que estejam

organizados e acessíveis. Para garantir o acesso à informação, é imprescindível que as instituições se responsabilizem pela custódia e tratamento desses documentos, independentemente do suporte (físico ou digital).

REFERÊNCIAS

ALVES, M. C., e S. A. VALÉRIO, 1998. *Manual para indexação de documentos fotográficos* [Em linha]. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/manual/manualindexacao-documentos-fotograficos/manualindexacao_docs_fotograficos.pdf.

BARTHES, R., 2011. *A câmara clara: notas sobre a fotografia*. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BERNARDES, I. P., 2015. Gestão documental e direito de acesso: interfaces. *Acervo* [Em linha]. **28**(2), 164-179 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/616/667.

BOCCATO, Vera R. C., e Mariângela S. L. FUJITA, 2006. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. *Cadernos BAD* [Em linha]. **2**(dez.) [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.48798/cadernosbad.794.

BRÄSCHER, M., e L. CAFÉ, 2008. Organização da informação ou organização do conhecimento? Em: *IX ENANCIB: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Anais*. São Paulo: ANCIB/USP, pp. 1-14.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos, 2006. *NOBRADE: Norma brasileira de descrição arquivística* [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [consult. 2025-07-01]. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/br/publicacoes/publica%C3%A7%C3%B5es-t%C3%A9cnicas/nobrade-detail.html.

CAMPOS, M. L. de A., 2004. Modelização de domínios de conhecimento: uma investigação de princípios fundamentais. *Ciência da Informação.* **33**(1), 22-32.

CARDOSO, Ciro F., e Ana M. MAUAD, 1997. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. Em: Ciro F. CARDOSO, e Ronaldo VAINFAS, org. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, cap. 18.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000. *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* [Em linha]. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [consult. 2025-07-01]. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf.

DODEBEI, Vera L. D., 2002. *Tesauro: linguagem de representação da memória documentária*. Rio de Janeiro: Intertexto, Ed. Interciência.

DURANTI, L., 1994. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*. **7**(13), 49-64.

FILIPPI, P. de, S. F. de LIMA, e V. C. de CARVALHO, 2002. *Como tratar coleções de fotografias* [Em linha]. São Paulo: Arquivo do Estado [consult. 2025-07-01]. Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf4.pdf.

FRIZON, G. A., e D. M. BAPTISTA, 2015. Indexação e representação: uma reflexão diante de novas tipologias documentais. Em: D. M. BAPTISTA, e R. H. ARAÚJO JÚNIOR, org. *Organização da informação: abordagens e práticas*. Brasília, DF: Thesaurus, pp. 159-187.

GNOLI, C., 2012. Metadata about what? Distinguishing between ontic, epistemic and documental dimensions. *Knowledge Organization* [Em linha]. **39**(4), 268-275 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: http://mate.unipv.it/~gnoli/gnoli2012.pdf.

HAGEN, A. M. M., 1998. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. *Ciência da Informação*. **27**(3), 1-7.

HERRERA, A. H., 1991. *Archivística general: teoría y práctica*. 5.ª ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla.

KOSSOY, B., 2016. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 5.ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial.

LACERDA, A. L. de, 2012. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [Em linha]. **19**(1), 283-302 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000100015.

LIMA, José L. O., e Lilian ALVARES, 2012. Organização e representação da informação e do conhecimento. Em: L. ALVARES, org. *Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações*. São Paulo: B4 Editores, pp. 21-34.

LLANES PADRÓN, Dunia, 2012. La Descripción Archivística: un Antes y un Después Marcado por Isad(g) y los nuevos paradigmas archivísticos. Em: M. L. P. VALENTIM, org. *Estudos avançados em arquivologia* [Em linha]. Marília: Cultura Acadêmica, pp. 155-180 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf.

LOPEZ, André P. A., 2009. Imagens e documentos fotográficos em arquivos. *Arquivo & Administração* [Em linha]. **8**(1), 59-71 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51262.

MARIZ, A. C. A., e M. da S. DUTRA, 2018. Curtir, compartilhar e armazenar: os arquivos fotográficos em redes sociais. *ÁGORA: Arquivologia em debate* [Em linha]. **28**(56), 4-17 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/693.

MENESES, U. T. B. de, 2002. A fotografia como documento: Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. *Tempo* [Em linha]. 14, 131-151 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018094007.

OTLET, P., 1934. *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique* [Em linha]. Bruxelles: Mundaneum [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf.

RIBEIRO, F., 2011. Indexação em arquivos: pressupostos teóricos gerais e especificidades. Em: F. F. de SOUSA, e E. C. dos SANTOS, org. *A linguagem e a informação documentária: intermediações e ressignificações possíveis*. Recife: Bagaço, pp. 31-59.

RIBEIRO, F., 1996. *Indexação e controlo de autoridade em arquivos* [Em linha]. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto [consult. 2025-07-01]. Disponível em: http://repositorioaberto.up.pt/handle/10216/10721.

RODRIGUES, G. M., 2003. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. Em: G. M. RODRIGUES, e I. L. LOPES, org. *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação*. Brasília: Thesaurus, vol. 2, pp. 210-230.

RODRIGUES, R. C., 2014. Organização de fotografias: análise, tematização e determinação de discursos da fotografia. *Ciência da Informação* [Em linha]. **43**(3), 191-203 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/3962.

ROUILLÉ, A., 2009. *A fotografia: entre documentos e arte contemporânea*. São Paulo: Ed. Senac.

ROUSSEAU, J.-Y., e C. COUTURE, 1998. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

SONTAG, S., 2004. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUSA, Renato T. B. de, 2007. A classificação como função matricial do que fazer arquivístico. Em: V. B. dos SANTOS, H. C. INNARELLI, e R. T. B. de SOUSA, org. *Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento*. Brasília: SENAC, pp. 77-172.

METODOLOGÍAS PARA LA EVALUACIÓN DE PORTALES DE DATOS ABIERTOS DE INSTITUCIONES PÚBLICAS ESPAÑOLAS

DAVID MERCADAL-CUESTA*
GEMA BUENO-DE-LA-FUENTE**
CARMEN AGUSTÍN-LACRUZ***

Resumen: *Los portales de datos abiertos son herramientas vitales para la reutilización de la información. Evaluar su funcionamiento resulta clave para asegurar su utilidad y sostenibilidad, si bien existe una notable disparidad en las metodologías disponibles, con diversos enfoques y niveles de formalización. El objetivo principal de esta investigación es identificar y caracterizar las principales metodologías orientadas a la evaluación de portales de datos abiertos. Se identifican 14 propuestas distintas, incluyendo una norma técnica, documentos de buenas prácticas, y estudios académicos, analizadas en función de su origen, año de publicación y profundidad estructural. Esta caracterización permite entender mejor el panorama metodológico actual y sienta las bases para el desarrollo de futuros modelos de evaluación.*

Palabras clave: *Portales de datos abiertos; Instituciones públicas; Metodologías de evaluación.*

Abstract: *Open data portals are vital tools for the reuse of information. Evaluating their performance is essential to ensure their usefulness and sustainability, although there is notable disparity among the available methodologies, with varying approaches and levels of formalization. The main objective of this study is to identify and characterize the principal methodologies aimed at evaluating open data portals. Fourteen distinct proposals are identified, including a technical standard, good practice documents, and academic studies, analysed according to their origin, year of publication, and structural depth. This characterization provides a clearer understanding of the current methodological landscape and lays the groundwork for the development of future evaluation models.*

Keywords: *Open data portals; Public institutions; Assessment methodologies.*

INTRODUCCIÓN

El acceso a la información pública es un derecho fundamental, vinculado al paradigma del gobierno abierto, que promueve la transparencia y la participación ciudadana como modelo de gestión pública. Los principios de *open data* y la legislación española en materia de datos abiertos (*Ley 19/2013, de 9 de diciembre*, de transparencia, acceso a la información pública y buen gobierno y *Ley 37/2007, de 16 de noviembre*, sobre reutilización de la información del sector público) cobran relevancia al proporcionar

* Universidad de Zaragoza – España. Email: dmercadal@unizar.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8228-9869.
** Universidad de Zaragoza – España. Email: gbueno@unizar.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5400-1488.
*** Universidad de Zaragoza – España. Email: cagustin@unizar.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2577-1998.

un marco técnico-político para la publicación de datos abiertos y reutilizables, posibilitando el control ciudadano y el desarrollo de soluciones innovadoras (Cerrillo Martínez 2020).

La publicación de datos en los portales de datos abiertos conlleva actividades inherentes a la organización del conocimiento, relacionadas con su diseño y evaluación. En particular, la evaluación de estos portales requiere de modelos de análisis que permitan clasificar, ordenar y valorar sus componentes.

El interés por evaluar portales ha dado lugar a estudios aplicados centrados en casos concretos, como el del Ayuntamiento de Madrid (Crespo Díaz-Alejo 2020), el municipio de Quito (Ecuador) o el Área Metropolitana de Barcelona (Rodrigues de Caires 2023). Paralelamente, otros trabajos abordan la dimensión metodológica desde una perspectiva comparada, como los de Royo-Montañés y Benítez-Gómez (2019) o Criado, Jiménez-Cid y Alcaide Muñoz (2023), que amplían y mejoran los marcos existentes.

1. OBJETIVOS Y METODOLOGÍA

Evaluar los portales de datos abiertos es esencial para garantizar su eficacia, pero la diversidad metodológica de las herramientas disponibles requiere una sistematización que facilite la comparación entre propuestas y oriente futuras prácticas evaluativas.

En este contexto, el objetivo principal de este trabajo es identificar las metodologías actuales utilizadas para la evaluación de portales de datos abiertos de instituciones públicas en España. Como objetivos específicos se plantean:

a) Ofrecer un listado comprensivo de las principales metodologías existentes.
b) Realizar una caracterización de estas metodologías.
c) Proponer una rúbrica de análisis para comparar elementos comunes en las metodologías.

Se trata de un estudio descriptivo, basado en la revisión bibliográfica. La metodología se ha estructurado en cuatro fases: 1) Búsqueda de literatura científica específica y de documentos de interés; 2) Identificación y selección de las propuestas metodológicas que conforman el objeto de estudio; 3) Descripción y caracterización de las metodologías mediante una rúbrica; 4) Procesado de la información obtenida.

Tras una búsqueda en bases de datos (Dialnet, Scopus y Web of Science) y en el portal de datos español, se han seleccionado 14 documentos del periodo 2015-2025, orientados a la evaluación de los portales de datos abiertos institucionales.

El *corpus* documental comprende metodologías desarrolladas para la evaluación de portales institucionales de ámbito estatal y local: a) una norma técnica, b) informes y recomendaciones de organismos públicos, c) una métrica específica, d) propuestas académicas, e) conjuntos de datos mínimos, prioritarios y de alto valor.

El estudio de cada metodología de forma general, se ha llevado a cabo mediante una rúbrica que incluye 5 atributos: identificación de la metodología; origen (normativo, institucional, académico); número de áreas, subáreas, o dimensiones análogas; número de indicadores; presencia de mecanismos de puntuación.

2. METODOLOGÍAS DE EVALUACIÓN DE PORTALES DE DATOS

Las metodologías para evaluar portales de datos abiertos se han desarrollado desde distintos ámbitos (derecho administrativo, informática o ciencias de la documentación, principalmente), generando un conjunto heterogéneo de enfoques. En este apartado se presentan las principales referencias teóricas organizadas en cinco bloques: la norma *UNE 178301:2015* (Asociación… 2015), los informes y recomendaciones de organismos públicos, la métrica *Meloda*, la literatura científica reciente, y las propuestas sobre conjuntos de datos mínimos. Esta clasificación permite contextualizar el análisis posterior y delimitar los marcos conceptuales que sustentan las distintas metodologías.

2.1. Norma *UNE 178301:2015*

La norma *UNE 178301:2015*, *Ciudades Inteligentes, Datos Abiertos (Open Data)*, publicada por AENOR – Asociación Española de Normalización y Certificación (2015), constituye un estándar técnico español destinado a orientar la evaluación del grado de apertura de los datos públicos a nivel municipal.

Es de aplicación a entidades del sector público responsables de la gestión de ciudades. Propone una metodología sistemática para medir el grado de madurez en la publicación de datos abiertos dividida en cinco dominios principales, subdivididos en diez dimensiones y más de 30 indicadores (Tabla 1).

Cada indicador se valora con una escala ordinal de cuatro niveles de desarrollo: 0 (resultados inexistentes), 1 (resultados incipientes (informal), 2 (resultados existentes) o 3 (resultados avanzados); y posee un peso relativo dentro de su dimensión, permitiendo calcular una puntuación que refleja de forma cuantitativa el nivel de desarrollo del portal.

Tabla 1. Metodología de evaluación propuesta por la norma *UNE 178301:2015*

Dominio	Dimensión	Indicadores	Peso
Estratégico	Estratégica	Estrategia	25%
		Liderazgo	50%
		Compromiso de servicio	10%
		Sostenibilidad	15%

(*continua na página seguinte*)

Dominio	Dimensión	Indicadores	Peso
Legal	Legal	Normas externas e internas	30%
		Condiciones de uso y licenciamientos	70%
Organizativo	Organizativa	Unidad responsable	25%
		Equipo de trabajo y capacitación	50%
		Inventario	15%
		Prioridad	10%
	Medición	Medición de cumplimiento del proceso	50%
		Medición del uso e impacto	50%
Técnico	Disponibilidad	Catálogo	30%
		Presencia en el Catálogo de Información Pública	25%
		Conjuntos de datos documentados	15%
		Categorización y búsqueda	10%
		Disponibilidad	10%
		Referencias persistentes y amigables	10%
	Acceso	Accesibilidad/No discriminación	30%
		Gratuidad	50%
		Sistemas de acceso	20%
	Calidad de datos	Datos primarios	20%
		Datos completos	20%
		Datos documentados	20%
		Datos técnicamente correctos	20%
		Datos georreferenciados	10%
		Datos enlazados	10%
	Actualización	Proceso de actualización	40%
		Frecuencia de actualización	40%
		Ampliación de conjuntos de datos	20%
Económico y social	Reutilización	Cantidad de datos	30%
		Formato de los datos	40%
		Vocabularios de datos estándares	30%
	Participación y colaboración	Transparencia, participación y colaboración	30%
		Resolución de quejas y conflictos	20%
		Fomento de la reutilización	30%
		Iniciativas de reutilización desarrolladas	20%

Fuente: Asociación… 2015

2.2. Informes y recomendaciones de organismos públicos

El portal europeo <data.europa.eu> publica desde 2015 el informe de *Madurez de Datos Abiertos* (*Measuring Open Data Maturity)* (Page, Behrooz y Moro 2024). Se elabora sobre la base de una encuesta de autoevaluación, que mide el progreso en cuatro dimensiones: políticas; impacto de los datos; portal; y calidad de datos y metadatos. La metodología subdivide estas 4 dimensiones en 14 subdimensiones, que proporcionan un total de 48 indicadores (Tabla 2).

Tabla 2. Dimensiones y subdimensiones de la metodología de evaluación de madurez de portales de datos

Dimensión	Subdimensiones
1. Políticas de datos abiertos	1. Marco político 2. Gobernanza de datos. 3. Implementación de datos abiertos.
2. Impacto de los datos abiertos.	1. Conciencia estratégica. 2. Medición de la reutilización. 3. Impacto creado.
3. Portal de datos abiertos.	1. Características del portal. 2. Uso del portal. 3. Provisión de datos. 4. Sostenibilidad del portal.
4. Calidad de los datos abiertos	1. Actualidad y completitud. 2. Monitorización y medición. 3. Cumplimiento de DCAT-AP. 4. Despliegue de calidad y datos enlazados

Fuente: Elaboración propria

Por su parte, en 2023, <datos.gob.es>, el portal de datos del Estado español, publicó las *Buenas prácticas para medir el impacto de los datos abiertos en Europa* (Marín 2023). El documento revisa los resultados de la evaluación de la madurez de los portales de varios países (incluyendo España), centrándose en los indicadores de la dimensión impacto. Esta metodología permite puntuar y clasificar los portales en tres categorías: *trend-setters* (marcan tendencia), *fast-trackers* (avanzan rápidamente) y *followers* (siguen el camino marcado). Aunque no es posible comparar directamente portales estatales y municipales, es posible aplicar este enfoque para clasificar portales locales a nivel nacional.

En 2025 publicó la *Guía para el despliegue de portales de datos. Buenas prácticas y recomendaciones* (Marín 2025) que recoge principios básicos, requisitos generales, y pautas técnicas y funcionales. Estas recomendaciones fueron formuladas teniendo en cuenta las aportaciones de distintas instituciones locales e internacionales, así como la norma *UNE 178301:2015*.

Entre los principios destaca la necesidad de integrar el portal en una estrategia institucional y disponer de recursos humanos apropiados, diferenciando cuatro roles:

responsables, técnicos, funcionales y personal público. Estos principios son difíciles de evaluar por parte de agentes externos que no tengan acceso al conocimiento interno de la organización de estudio.

Tras los principios, ofrece requisitos y pautas técnicas (Tabla 3), que en algunos casos son ampliaciones de los requisitos; por ejemplo, el requisito «priorizar la accesibilidad» tiene una pauta propia de «estructura del portal: navegación y accesibilidad».

Tabla 3. Aspectos evaluables de la *Guía para el despliegue de portales de datos*

Dimensión	Área	Indicadores
1. Requisitos generales	1. Ofrecer datos de calidad	1.1. Consistencia y actualización. 1.2. Formatos reutilizables. 1.3. Automatización de procesos.
	2. Garantizar la interoperabilidad	1. Adopción de estándares abiertos como DCAT-AP. 2. Compatibilidad técnica.
	3. Priorizar la accesibilidad	1. Diseño intuitivo. 2. Cumplimiento de normas de accesibilidad. 3. Lenguaje claro y descriptivo.
	4. Cumplir la normativa	1. Cumplimiento de la regulación. 2. licencias abiertas. 3. Privacidad y anonimización.
	5. Promover la reutilización	1. Fomento de ecosistemas de datos. 2. Colaboración con la comunidad. 3. Visibilidad de casos de éxito.
	6. Ofrecer herramientas de apoyo	1. API para consulta dinámica. 2. Visualización de datos. 3. Documentación y soporte.
	7. No olvidar la sostenibilidad	1. Mantenimiento técnico. 2. Medición de impacto. 3. Financiación sostenible.
2. Pautas técnicas y funcionales	1. Infraestructura técnica.	1. Arquitectura escalable y robusta. 2. Almacenamiento eficiente. 3. Integración de herramientas de automatización. 4. Compatibilidad con nodos. 5. Gestión de rendimiento y disponibilidad. 6. Monitorización y mantenimiento.
	2. Estructura del portal: navegación y usabilidad	1. Diseño centrado en el usuario. 2. Estructura de navegación. 3. Accesibilidad. 4. Herramientas de ayuda al usuario. 5. Visualización de datos. 6. Monitorización de la experiencia de usuario.

(*continua na página seguinte*)

Dimensión	Área	Indicadores
	3. Interoperabilidad y estándares.	1. Formatos compatibles y reutilizables. 2. Uso de vocabularios controlados. 3. Metadatos descriptivos y completos. 4. Metadatos basados en estándares abiertos.
	4. API y servicio de datos	1. Documentación clara y completa. 2. Mecanismos de autenticación y control de acceso. 3. Alta disponibilidad y tiempos de respuesta rápidos. 4. Devolución de datos en formatos estándar reutilizable.
	5. Identificación y priorización de conjuntos de datos.	1. Establecer criterios para identificar conjuntos de datos. 2. Planificación de la apertura progresiva. 3. Priorizar conjuntos de datos en base a criterios comunes a la organización.
	6. Métricas e indicadores de calidad	1. Dominio estratégico. 2. Dominio legal. 3. Dominio organizativo. 4. Dominio técnico. 5. Dominio económico y social.

Fuente: Marín 2025

2.3. La métrica *Meloda*

La métrica *Meloda* (*MEtric for the evaLuation of Open DAta*) fue desarrollada en 2011 por expertos de la Universidad Rey Juan Carlos, para evaluar el nivel de apertura y reutilización de los datos publicados en portales institucionales. La versión vigente, *Meloda 5*, fue publicada en 2019 (Abella, Ortiz-De-Urbina-Criado y De-Pablos-Heredero 2019), y ha sido aplicada en estudios donde se analiza una muestra representativa de portales autonómicos en España (Vicente Paños y Jordán Alfonso 2017).

Meloda permite una evaluación integral del portal mediante ocho dimensiones, cada una de las cuales incluye de 3 a 5 niveles escalonados. A cada nivel se le asigna una puntuación numérica que permite calcular un valor máximo de 61 puntos (Tabla 4).

Tabla 4. Dimensiones de evaluación de *Meloda*

Dimensiones	Niveles	Puntuación
Licencia legal (máx. 6 puntos)	1. Uso privado	0 puntos
	2. Reutilización no-comercial	3 puntos
	3. Uso comercial o sin restricciones	6 puntos
Acceso a la información (máx. 6 puntos)	1. Acceso web o parámetros de URL únicos para los conjuntos.	2 puntos
	2. Acceso web único con parámetros para conjuntos individuales.	4 puntos
	3. API o lenguajes de consulta.	6 puntos

(*continua na página seguinte*)

Dimensiones	Niveles	Puntuación
Estándar técnico (máx. 6 puntos)	1. Estándar cerrado o abierto no-reutilizable.	0 puntos
	2. Estándar abierto.	3 puntos
	3. Estándar abierto, metadatos individuales.	6 puntos
Estandarización (máx. 10 puntos)	1. Estandarización propia de los modelos de datos.	2,5 puntos
	2. Estandarización propia ad hoc para los modelos de datos publicados (armonización).	5 puntos
	3. Estandarización local.	7,5 puntos
	4. Estandarización global.	10 puntos
Contexto geográfico (máx. 6 puntos)	1. Sin información geográfica	0 puntos
	2. Campo de texto simple o complejo.	3 puntos
	3. Coordenadas o información geográfica completa.	6 puntos
Frecuencia de actualización de los datos (máx. 15 puntos)	1. Mayor de un mes.	3 puntos
	2. Mensual (entre 1 mes y 1 día).	6 puntos
	3. Diaria (entre 1 día y 1 hora).	9 puntos
	4. Cada hora (entre 1 hora y 1 minuto)	12 puntos
	5. Segundos (el tiempo de actualización es menor de un minuto)	15 puntos
Difusión (máx. 6 puntos)	1. Comunicación o difusión no sistematizada.	0 puntos
	2. Recursos disponibles actualizados (por ejemplo, RSS).	3 puntos
	3. ‹Difusión proactiva o de empuje (información automática y en tiempo)	6 puntos
Reputación (máx. 6 puntos)	1. Sin información sobre la reputación de las fuentes de datos.	0 puntos
	2. Estadísticas o informes publicados con la opinión de los usuarios.	3 puntos
	3. Indicadores o rankings de la reputación de la fuente de datos.	6 puntos
	Total: 61 puntos	

Fuente: Abella, Ortiz-De-Urbina-Criado y De-Pablos-Heredero 2019

2.4. Propuestas académicas

2.4.1. Royo-Montañés y Benítez-Gomez (2019); Criado, Jiménez-Cid y Alcaide Muñoz (2023)

Royo-Montañés y Benítez-Gómez (2019), desarrollaron una metodología de evaluación de portales de datos abiertos municipales estructurada en torno a cuatro dimensiones y un total de 28 ítems. Su propuesta se basa en la norma *UNE 178301:2015*, el *Global Open Data Index*, y la literatura científica existente.

Cada ítem se evalúa binariamente (presente = 1, ausente = 0), salvo en tres casos cuantitativos (como número de descargas o visitas) y en el caso de los formatos de datos, que siguen la clasificación de cinco estrellas de Berners-Lee (2009). Las dimensiones son ponderadas y la puntuación se expresa como porcentaje respecto al valor máximo posible en cada dimensión.

Tras la versión inicial de 2019, Criado, Jiménez-Cid y Alcaide Muñoz (2023) ampliaron esta propuesta metodológica, incrementando los ítems evaluados de 28 a 35, conservando la estructura dimensional original. Esta ampliación introdujo criterios detallados en áreas como participación ciudadana, interacción con los datos y difusión. Esta metodología se incluye en este estudio por su capacidad de adaptación y su relevancia en el ámbito académico, como evidencia su aplicación en estudios como el de Lapardina (2025) sobre el repositorio del Área Metropolitana de Barcelona.

2.4.2. Abeleida Díaz et al. (2019)

Abeleida Díaz, Carvajal Gonzalez, Finol Romero y Manzano Chavez (Abeleida Díaz et al. 2019) desarrollaron una metodología de evaluación cualitativa a los portales de datos abiertos de los municipios chilenos de La Serena y Coquimbo, centrándose en la función de transparencia municipal. Esta metodología se ha incluido en la selección estudiada por su carácter idiosincrásico y su enfoque local.

La propuesta se organiza en cuatro dimensiones clave: apertura; oportunidad y exhaustividad; accesibilidad y utilidad; y comparación e interoperabilidad. Incluye un total de 10 indicadores, evaluados según una escala ordinal de tres niveles: 0 (No cumple el criterio), 1 (Cumple medianamente) o 2 (Cumple satisfactoriamente). Esto permite valorar tanto aspectos técnicos como normativos y organizativos, en un contexto donde la disponibilidad de datos abiertos es reciente o incipiente.

2.4.3. Herrera-Melo y González-Sanabria (2020)

Herrera-Melo y González-Sanabria (2020) realizaron una revisión exhaustiva de metodologías previas, con el fin de construir una herramienta integral de evaluación aplicable tanto a portales como a conjuntos de datos individuales. Esta metodología incorpora tanto criterios técnicos como de impacto y comunicación con el usuario.

Su propuesta se estructura en dos niveles: de conjunto de datos (calidad, uso y metadatos, con 14 indicadores y 60% del peso) y de portal (estructura, usabilidad y comunicación, con 7 indicadores y 40% de peso).

2.4.4. Crespo Díaz-Alejo (2020)

El autor revisa el portal de datos abiertos del Ayuntamiento de Madrid. Sin proponer una metodología de evaluación en sentido estricto, realiza un análisis de desafíos legales y culturales, y de retos de priorización de conjuntos a la hora de implantar el portal.

Se incluye en la selección porque proporciona una relación de 40 ítems deseables en un portal de datos abiertos, elaborada por expertos, que potencialmente pueden convertirse en una rúbrica muy detallada.

2.4.5. Barrientos Matute y Ruvalcaba-Gómez (2023)

Estos autores han estudiado portales en México según los ocho principios de datos abiertos propuestos por Open Government Data (2007): completos; primarios; oportunos; accesibles; procesables automáticamente; no discriminatorios; no propietarios y con licencia abierta. Cada principio es evaluado según una escala ordinal simplificada (0; 0,5; 1), lo que permite generar un perfil sintético de cumplimiento.

Incorporan un componente cualitativo, basado en una evaluación de la confianza y legitimidad del portal, así como una dimensión adicional de «logro del objetivo», relacionada con el sector al que se orienta el portal (económico, público, vivienda, académico).

2.4.6. Rodrigues de Caires (2023)

Propone una metodología basada en Lourenço (2015), centrada en el valor de los datos abiertos para la rendición de cuentas y el control democrático, que aplica al portal del Distrito Metropolitano de Quito.

Alcanza 7 dimensiones con 10 indicadores (Tabla 5), que miden aspectos tanto técnicos (completitud, frecuencia de actualización, granularidad…) como sociales (certificados de calidad, iniciativas de fomento del uso de los datos abiertos, etc.).

Tabla 5. Criterios de evaluación de Rodrigues de Caires (2023)

Criterio general	Requerimiento específico
Calidad	I. Los portales deben incluir mecanismos externos e independientes de evaluación y aseguramiento de la calidad de los datos, y asociar de manera visible los resultados de estas revisiones con cada base de datos.
Completitud	II. Los portales deben presentar una lista maestra de: – Todas las fuentes de bases de datos gubernamentales relevantes (entidades productoras de datos), incluyendo los datos y entidades objetivo de las que son responsables. – Todas las entidades objetivo, incluyendo la indicación de las entidades productoras responsables de proveer los datos. – Todos los ítems de información relacionados con control democrático que se espera sean difundidos, con variación de acuerdo al tipo de entidades. III. Los portales deben proveer metadatos de cada base de datos, que incluya al menos la identificación de entidades productora y objetivo, ítems y períodos cubiertos.
Acceso y visibilidad	IV. Los portales deben proveer un mecanismo que claramente identifique y distinga las bases de datos relacionadas con control democrático. V. Los portales deben proveer mecanismos de búsqueda libre, orientada y de consulta que ayuden a los usuarios a hallar las bases requeridas y otras que sean complementarias o relacionadas.

(*continua na página seguinte*)

Criterio general	Requerimiento específico
Comprensibilidad y uso	VI. Los portales deben proveer descripciones claras y simples (diccionarios) sobre los conceptos asociados con los datos divulgados (incluyendo listas maestras y metadatos) y relacionarlos con las bases relevantes.
Oportunidad	VII. Los portales deben proveer información que permita evaluar la demora en la publicación (fecha esperada de divulgación o periodicidad de publicación, y la fecha real de publicación o actualización de cada base).
Valor y utilidad	VIII. Los portales deben proveer mecanismos que permitan a los usuarios sugerir datos valiosos faltantes. IX. Los portales deben proveer mecanismos que permitan a los usuarios asignar alguna medida de valor o utilidad a los datos divulgados.
Granularidad	X. Los portales deben proveer para cada base de datos una indicación de su nivel de granularidad (unidad de análisis, de tiempo, espacial…).

Fuente: Rodrigues de Caires 2023

2.4.7. El índice *Odapri*: Ortiz-De-Urbina-Criado, Abella y De-Pablos-Heredero (2023)

El índice *Odapri* tiene por objetivo evaluar la reputación del portal de datos abiertos, referida al conocimiento del portal de datos por la población, según tres niveles: conocido, conocido por algo y valorado.

El índice se calcula según el grado de conocimiento de los agentes del ecosistema de datos abiertos, así como la opinión sobre la reputación de los gestores de otros portales y los reutilizadores profesionales. Esto se combina con indicadores extraídos de otras metodologías: el grado de madurez (Abella, Ortiz-De-Urbina-Criado y De-Pablos--Heredero 2017) y el grado de reusabilidad (*Meloda 5*), así como otros realizados *ad hoc* (identificación de productos, servicios o aplicaciones desarrollados; nivel de innovación, etc.). El índice permite la comparación entre portales y la elaboración de rankings.

2.5. Conjuntos de datos mínimos, prioritarios, y de alto valor

Las propuestas de listados de conjuntos de datos esenciales (mínimos, prioritarios o de alto valor) constituyen una estrategia para orientar la apertura de datos por parte de las administraciones públicas y establecer un núcleo de contenidos esenciales y atender la demanda ciudadana.

En el marco europeo, la *Directiva (UE) 2019/1024* define unos conjuntos de alto valor, clasificados en seis categorías: geoespacial, estadística, meteorología, sociedades, observación de la tierra y medio ambiente, y movilidad. Su carácter vinculante obliga a los portales estatales a garantizar la publicación de datos de estas temáticas (Unión Europea 2019).

Con anterioridad, en el contexto español, la norma *UNE 178301:2015* propuso once conjuntos de datos prioritarios que, sin ser de cumplimiento obligatorio, constituyen una recomendación para configurar un catálogo básico (Asociación… 2015). Estos

conjuntos están organizados según la taxonomía de la *Norma Técnica de Interoperabilidad* (NTI), aprobada por *Real Decreto 4/2010*, de 8 de enero, facilitando la consonancia con los estándares de la administración pública española (España 2010). Abarcan temas de urbanismo, cultura, transporte, medio ambiente, o servicios municipales.

Sobre esta normativa, la Federación Española de Municipios y Provincias (FEMP) ha promovido desde 2017 la definición de conjuntos de datos mínimos para portales municipales (Federación… 2017), que incorpora los conjuntos recomendados por la norma UNE, manteniendo la organización según la NTI. La FEMP ha ampliado progresivamente este listado: 20 conjuntos en 2017; 40 en 2019; 80 en 2025. Para cada conjunto incluye atributos técnicos como vocabulario recomendado, frecuencia de publicación, formato de publicación, o relaciones con otros conjuntos. El estudio de González-Limón y Rodríguez-Ramos (2019) evaluó el grado de cumplimiento de los primeros 20 conjuntos definidos por la FEMP entre los ayuntamientos españoles y propuso una clasificación de los portales.

En conjunto, los conjuntos mínimos de datos no constituyen una metodología evaluativa, pero su valor prescriptivo los convierte en herramientas para ser incorporadas como indicadores objetivos dentro de modelos de evaluación más amplios. Su uso permite establecer criterios binarios (presencia/ausencia), aunque una evaluación más rigurosa debería considerar también su implementación técnica, garantizando así su efectividad como recurso público estratégico.

3. BREVE ANÁLISIS DE LAS METODOLOGÍAS RECOPILADAS

La Tabla 6 compila toda la información sobre las metodologías abordadas en los apartados anteriores, indicando su origen, año de creación, áreas y subáreas, indicadores, y sistema de puntuación.

Tabla 6. Rúbrica de evaluación de las metodologías identificadas

Metodología	Origen	Año de creación	N.º de áreas y subáreas	N.º de indicadores	Puntuación
UNE 178301:2015 **(Asociación… 2015)**	Normativo	2015	5 (10)	37	Sí
Meloda 5 **(Abella, Ortiz-De-Urbina-Criado y De-Pablos-Heredero 2019)**	Institucional	2019	8	8	Sí
Abeleida Díaz et al. (2019)	Académico	2019	4	10	Sí
Royo-Montañés y Benítez-Gómez (2019)	Académico	2019	4	27	No
Herrera-Melo y González-Sanabria (2020)	Académico	2020	3	7	Sí

(*continua na página seguinte*)

Metodología	Origen	Año de creación	N.º de áreas y subáreas	N.º de indicadores	Puntuación
Crespo Díaz-Alejo (2020)	Académico	2020	1	40	No
Criado, Jiménez-Cid y Alcaide Muñoz (2023)	Académico	2023	4	35	No
Barrientos Matute y Ruvalcaba-Gómez (2023)	Académico	2023	8	8	Sí
Rodrigues de Caires (2023)	Académico	2023	7	10	No
Índice *Odapri* (Ortiz-De-Urbina-Criado, Abella y De-Pablos-Heredero 2023)	Académico	2023	3(6)	11	Sí
Madurez de Datos Abiertos (Unión Europea 2022)	Institucional	2023	4(14)	48	Sí
***Buenas prácticas…* (Marín 2023)**	Institucional	2023	3	10	Sí
***Guía para el despliegue…* (Marín 2025)**	Institucional	2025	2(13)	48	Sí
Conjuntos de datos mínimos (Federación… 2025)	Institucional	2025	1	80	No

Fuente: Elaboración propria

Tal y como muestra la tabla 6, la mayoría de las propuestas analizadas, ocho, tienen origen académico. Surgen en el marco de investigaciones científicas que tienen por objeto de estudio los portales de datos abiertos, presentando marcos analíticos estructurados. Cinco propuestas proceden de ámbitos institucionales, y si bien no se presentan como herramientas de evaluación en sentido estricto, funcionan de forma operativa como documentos orientativos que recogen directrices, buenas prácticas o requisitos mínimos, y sirven para desarrollar evaluaciones *ad hoc*. Finalmente, una de las metodologías (la norma *UNE 178301:2015*) tiene un origen normativo, constituyendo el único caso vinculado a un estándar técnico formalizado.

En el periodo observado, se percibe un incremento de propuestas. Esta dinámica refleja una evolución constante del campo, impulsada por la maduración del ecosistema de datos abiertos.

El año 2023 concentra el mayor número de propuestas, con seis metodologías identificadas. Le siguen el año 2019, con tres propuestas, y 2020 y 2025 con dos. Cabe señalar que la métrica *Meloda*, si bien fue desarrollada en 2015, alcanza su última versión en 2019, año que se ha considerado para la inclusión en el análisis. Esta secuencia temporal sugiere un incremento del interés por parte de los profesionales y de las instituciones de disponer de herramientas más precisas y contextualizadas para evaluar los portales de datos abiertos.

En cuanto a la organización interna, casi todas las metodologías analizadas presentan una estructura en áreas, dimensiones o análogos, aunque solo cuatro de ellas incorporan subdivisiones a niveles inferiores. Esta organización refleja distintos niveles de granularidad y profundidad en el análisis, desde modelos más sintéticos hasta propuestas con una mayor descomposición temática.

Respecto al número total de indicadores, se observa una notable disparidad entre las metodologías. El mínimo se registra en el modelo de Herrera-Melo y González-Sanabria (2020), con siete indicadores, mientras que el máximo alcanza los 48 en las propuestas de Marín (2025) y <data.europa.eu> (Unión Europea 2022). En el caso de los conjuntos de datos mínimos propuestos por la FEMP (Federación… 2025), se consideran como una única área con 80 indicadores.

En cuanto a los sistemas de puntuación, nueve de las 14 metodologías incluyen algún mecanismo de valoración cuantitativa, lo que permite generar resultados comparativos y rankings. Cinco metodologías optan por enfoques que evitan una puntuación global, lo que permite realizar un análisis más reflexivo y profundo de un portal específico, a nivel cualitativo.

CONCLUSIONES

La investigación ha identificado y descrito un conjunto de 14 sistemas para la evaluación de portales de datos abiertos de instituciones públicas. Este resultado evidencia un creciente interés por mejorar los portales, mediante instrumentos evaluativos de diversa índole. A pesar de su heterogeneidad, las propuestas revisadas comparten un nivel medio de profundidad en el análisis. Además, más de la mitad incorporan sistemas de puntuación, permitiendo comparar el desempeño de un portal a lo largo del tiempo y entre distintos portales.

El principal valor añadido de este estudio es su enfoque integrador, considerando tanto la literatura científica, los instrumentos normativos y documentos técnicos institucionales como guías o buenas prácticas, destacando su potencial para elaborar rúbricas formales. Asimismo, se subraya la presencia de listados conjuntos de datos destacados, como los conjuntos de datos mínimos propuestos por la FEMP, que permiten a las instituciones públicas alinear la publicación de datos con los intereses de la ciudadanía.

Como líneas futuras, se considera dar continuidad a esta investigación mediante un análisis comparado de los indicadores temáticos y metodológicos presentes en las distintas propuestas, para detectar lagunas, solapamientos y coincidencias, lo que permitirá avanzar hacia metodologías adaptadas a los contextos locales.

REFERENCIAS

ABELEIDA DÍAZ, Carolina, et al., 2019. Avances de la transparencia activa y datos abiertos en gobiernos locales: el caso de Coquimbo y La Serena en Chile. *Revista Iberoamericana de Estudios Municipales* [En línea]. 20, 149-176 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.4067/S0719-17902019000200149

ABELLA, Alberto, Marta ORTIZ-DE-URBINA-CRIADO, y Carmen DE-PABLOS-HEREDERO, 2019. Meloda 5: A metric to assess open data reusability. *El profesional de la información* [En línea]. **28**(6) [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.3145/epi.2019.nov.20.

ABELLA, Alberto, Marta ORTIZ-DE-URBINA-CRIADO, y Carmen DE-PABLOS-HEREDERO, 2018. Indicadores de calidad de datos abiertos. El caso del portal de datos abiertos de Barcelona. *El profesional de la información* [En línea]. **27**(2), 375-382 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.3145/epi.2018.mar.16.

ABELLA, Alberto, Marta ORTIZ-DE-URBINA-CRIADO, y Carmen DE-PABLOS-HEREDERO, 2017. *La reutilización de datos abiertos: una oportunidad para España* [En línea]. Madrid: Cotec [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://cotec.es/proyectos-cpt/reutilizacion-de-datos-abiertos-una-oportunidad-para-espana/.

ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN Y CERTIFICACIÓN, 2015. *UNE 178301:2015, Ciudades inteligentes. Datos Abiertos (Open Data).* España: AENOR.

BARRIENTOS MATUTE, Juan Pablo, y Edgar Alejandro RUVALCABA-GÓMEZ, 2023. Metodología para explorar el valor público de datos abiertos ofertados en portales web de vivienda. *Economía, sociedad y territorio* [En línea]. **23**(72), 405-431 [consult. 2025-07-01]. DOI: http://dx.doi.org/10.22136/est20232002.

BERNERS-LEE, Tim, 2009. *Linked Data* [En línea]. [S.l.]: Up to Design Issues [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html.

CERRILLO MARTÍNEZ, Agustí, 2020. La apertura de datos públicos: un marco normativo en continua evolución. *Consultor de los ayuntamientos y de los juzgados: revista técnica especializada en administración local y justicia municipal*. N.º extra 3, 21-34.

CRESPO DÍAZ-ALEJO, Honorio Enrique, 2020. Portal de Datos Abiertos del Ayuntamiento de Madrid. *Consultor de los ayuntamientos y de los juzgados: revista técnica especializada en administración local y justicia municipal*. N.º extra 3, 128-144.

CRIADO, J. Ignacio, Carlos JIMÉNEZ-CID, y Laura ALCAIDE MUÑOZ, 2023. Hacia la madurez de los portales de datos públicos abiertos en el sector público. Un análisis comparado del nivel local de gobierno en España. *Revista del CLAD. Reforma y Democracia* [En línea]. 85, 117-160 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.69733/clad.ryd.n85.a233.

ESPAÑA. Leyes, decretos, etc., 2010. Real Decreto 4/2010, de 8 de enero, por el que se regula el Esquema Nacional de Interoperabilidad en el ámbito de la Administración Electrónica. *Boletín Oficial del Estado*. Madrid: Agência Estatal do Boletim Oficial do Estado, 29-01-2010, (25), pp. 8139-8156.

FEDERACIÓN ESPAÑOLA DE MUNICIPIOS Y PROVINCIAS, 2025. *Datos abiertos. 80 conjuntos de datos* [En línea]. Madrid: RED de entidades locales por la transparencia y participación ciudadana, FEMP [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://redtransparenciayparticipacion.es/wp-content/uploads/2025/03/Datos-abiertos-80-conjuntos-de-datos.pdf.

FEDERACIÓN ESPAÑOLA DE MUNICIPIOS Y PROVINCIAS, 2017. *Datos abiertos. Guía estratégica para su puesta en marcha. Conjuntos de datos mínimos a publicar.* [En línea]. Madrid: Wolters Kluwer, FEMP [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://redtransparenciayparticipacion.es/wp-content/uploads/2021/03/Guia-Datos-Abiertos.pdf.

GONZÁLEZ-LIMÓN, Myriam, y Asunción RODRÍGUEZ-RAMOS, 2019. Revisión del cumplimiento de los Datos Abiertos por los Ayuntamientos españoles en la iniciativa Aporta. *Revista Española*

de Documentación Científica [En línea]. **42**(4), e247 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.3989/redc.2019.4.1605.

HERRERA-MELO, Camila Andrea, y Juan Sebastián GONZÁLEZ-SANABRIA, 2020. Proposal for the Evaluation of Open Data Portals. *Revista Facultad de Ingeniería* [En línea]. 29(54), e10194 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.19053/01211129.v29.n0.2020.10194.

LAPARDINA, Belén, 2025. El Portal de dades obertes de l'AMB: Anàlisi i propostes de millora. *Item* [En línea]. 78, 131-145 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.60940/itemn78id433014.

LOURENÇO, Rui Pedro, 2015. An analysis of open government portals: A perspective of transparency. *Government Information Quarterly* [En línea]. **32**(3), 323-332 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1016/j.giq.2015.05.006.

MARÍN, José Luis, 2025. *Guía para el despliegue de portales de datos. Buenas prácticas y recomendaciones* [En línea]. Madrid: Ministerio para la Transformación Digital y la Función Pública [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://datos.gob.es/es/documentacion/guia-para-el-despliegue-de-portales-de-datos-buenas-practicas-y-recomendaciones.

MARÍN, José Luis, 2023. *Buenas prácticas para medir el impacto de los datos abiertos en Europa* [En línea]. Madrid: Ministerio para la Transformación Digital y la Función Pública [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://datos.gob.es/es/documentacion/buenas-practicas-para-medir-el-impacto-de-los-datos-abiertos-en-europa.

OPEN GOVERNMENT DATA, 2007. *8 Open Government Data Principles* [En línea] [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://public.resource.org/8_principles.html.

ORTIZ-DE-URBINA-CRIADO, Marta, Alberto ABELLA, y Carmen DE-PABLOS-HEREDERO, 2023. Propuesta de un índice para medir la reputación de los portales de datos abiertos: Odapri. *El profesional de la información* [En línea]. **32**(3), e320312 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.3145/epi.2023.may.12.

PAGE, Martin, Arman BEHROOZ, y Maddalena MORO, 2024. *Assessment methodology. Open data maturity report 2024* [En línea]. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones de la Unión Europea [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://data.europa.eu/sites/default/files/10_odm2024_method_appendix.pdf.

RODRIGUES DE CAIRES, Carlos, 2023. ¿Cómo contribuyen los datos abiertos al control democrático? Un análisis del portal de gobierno abierto del Distrito Metropolitano de Quito (2014-2019). *Ágora de heterodoxias: revista digital de investigación* [En línea]. **9**(1), 38-63 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.7855443.

ROYO-MONTAÑÉS, Sonia, y Alberto BENÍTEZ-GÓMEZ, 2019. Portales de datos abiertos. Metodología de análisis y aplicación a municipios españoles. *El profesional de la información* [En línea]. **28**(6), e280609 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.3145/epi.2019.nov.09.

UNIÓN EUROPEA, 2022. *Madurez de los Datos Abiertos. Open Data in Europe 2022* [En línea]. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones de la Unión Europea [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://data.europa.eu/es/publications/open-data-maturity/2022.

UNIÓN EUROPEA, 2019. Directiva (UE) 2019/1024 del Parlamento Europeo y del Consejo de 20 de junio de 2019 relativa a los datos abiertos y la reutilización de la información del sector público. *Diario Oficial de la Unión Europea*. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones de la Unión Europea, 2019-06-26, (L 172).

VICENTE PAÑOS, Adrián, y Áurea JORDÁN ALFONSO, 2017. Acceso a la información pública y su reutilización en las comunidades autónomas: evaluación de la reutilización de datos abiertos. *Profesional de la información* [En línea]. **26**(3), 381-391 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.3145/epi.2017.may.04.

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM PLATAFORMAS DE COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL: ANÁLISE E REFLEXÃO SOBRE OS PRINCÍPIOS DOS DESENVOLVEDORES DE ESTRUTURAS ORGANIZATIVAS

PATRÍCIA TIEMI LOPES FUJITA*
ANA LÚCIA TERRA**
MARIÂNGELA SPOTTI LOPES FUJITA***

Resumo: *O objetivo deste estudo é a observação e análise dos sistemas de organização do conhecimento para descrição dos recursos e informações sobre produtos em plataformas de comércio eletrônico. Com uma abordagem exploratória a pesquisa analisou os sistemas de organização do conhecimento em plataformas de comércio eletrônico para identificar: plataformas de comércio eletrônico; estruturas organizativas e sua incorporação nas interfaces de pesquisa e navegação; tipos e características das estruturas organizativas em plataformas de comércio eletrônico segundo critérios de modelos hierárquicos e facetas utilizadas. As plataformas de comércio eletrônico identificadas, Mercado Livre, Shoppee, Amazon Brasil, OLX e Samsung possuem estruturas organizativas que utilizam tipos de taxonomia facetada navegacional conforme fundamentação teórica de sistemas de organização do conhecimento. Conclui-se que o uso de taxonomia é combinado com facetas para viabilizar a navegação exploratória pelo menu disponível na plataforma de comércio eletrônico que propicia a descrição dos recursos e informações e facilita a interação com os usuários.*

Palavras-chave: *Sistemas de organização do conhecimento; Plataformas de comércio eletrônico; Estruturas organizativas.*

Abstract: *The objective of this paper is the observation and analysis of knowledge organization systems to describe resources and information about products on e-commerce platforms. With an exploratory approach, the research analyzed the knowledge organization systems in e-commerce platforms to identify: e-commerce platforms; organizing structures and their incorporation into search and navigation interfaces; types and characteristics of organizing structures in e-commerce platforms according to criteria of hierarchical models and facets used. The identified e-commerce platforms, Mercado Livre, Shoppee, Amazon Brazil, OLX and Samsung have organizing structures that use types of navigational faceted taxonomy according to the theoretical foundation of knowledge organization systems. It is concluded that the use of taxonomy is combined with facets to enable exploratory navigation through the menu available on the e-commerce platform that provides the description of resources and information and facilitates interaction with users.*

Keywords: *Knowledge organization systems; E-commerce platforms; Organizational structures.*

---

* Automated Software As A Service – ASAAS. Email: patricia.fujita@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9933-0947.
** Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras / CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares – Portugal. Email: anaterra@fl.uc.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1292-2849.
*** Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP) – Brasil. Email: mariangela.fujita@unesp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8239-7114.

INTRODUÇÃO

Com a evolução das tecnologias de informação e no contexto da Internet, surgiram sistemas de informação para comércio eletrônico dotados de estruturas organizativas concebidas de acordo com comportamentos informacionais de utilizadores com vistas aos objetivos de atendimento sem intermediação cada vez mais personalizados. Os desenvolvedores de plataformas de comércio eletrônico tomaram como base princípios de organização para suas estruturas organizativas assemelhados a tipos específicos de Sistemas de Organização do Conhecimento.

Dotados de controle semântico, os Sistemas de Organização do Conhecimento realizam funções importantes como ferramentas para representação e indexação de informações e, principalmente, ferramentas de comunicação para fornecer estrutura conceitual (Mayr et al. 2016). Considerando a diversidade de tipologias de Sistemas de Organização do Conhecimento, Hodge (2000) foi pioneira em declarar que os Sistemas de Organização do Conhecimento possuem características distintas para determinados contextos de aplicação e podem ser classificados em duas categorias: 1) Classificação e categorização — sistemas de categorização para qualquer sistema organizado; sistemas de classificação bibliográficos; listas de cabeçalhos de assunto; taxonomia; e, 2) Modelos de relacionamento – ontologias; redes semânticas; tesauros (Hodge 2000). A aplicação de sistemas de classificação para negócios é utilizada para tratar, classificar e controlar recursos e informações geradas por uma corporação, assim como os esquemas de categorias e a taxonomia (Boccato 2011). A descrição de recursos é realizada por meio de suas características e propriedades para que as interações possam ser implementadas e devem ser determinadas no início de um processo de desenvolvimento do sistema de organização (Petras et al. 2013).

Considerando este enquadramento, o objetivo dessa investigação é a observação e análise dos Sistemas de Organização do Conhecimento para descrição dos recursos e informações sobre produtos em plataformas de comércio eletrônico.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ESTRUTURAS ORGANIZATIVAS E SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Numa obra com primeira edição de 2013, e versão consolidada de 2016, Robert J. Glushko apresenta o conceito de sistema de organização («organizing system») definido como «an intentionally arranged collection of resources and the interactions they support» (Glushko 2016, p. 34). Esta conceituação é especialmente operatória para o entendimento das estruturas organizativas que suportam as plataformas de comércio eletrónico e também como referência para a sua conceção.

Os recursos devem ser entendidos como «anything of value that can support goal-oriented activity. […] a resource can be a physical thing, a non-physical thing,

information about physical things, information about non-physical things, or anything you want to organize» (Glushko 2016, p. 8). No caso das plataformas de comércio eletrónico, os recursos são tanto objetos físicos (os produtos disponíveis para venda), objetos não físicos (as representações visuais dos produtos à venda), informação sobre os objetos físicos (metadados sobre os produtos disponíveis para venda) como informação sobre coisas não físicas (metadados sobre as representações visuais dos produtos disponibilizados para venda).

Os recursos estão integrados e dão corpo ao sistema de organização através da sua descrição e ordenação de modo a permitir interações com indivíduos (compradores, nas plataformas de comércio *online*) e/ou agentes computacionais (por exemplo, motores de pesquisa). Quando um recurso é selecionado para ser incluído num sistema de organização, sendo descrito e 'arrumado' de acordo com um princípio organizativo, a concretização de interações é o horizonte que justifica essas ações. Assim, vamos integrar um recurso no nosso sistema de organização no pressuposto da sua utilidade para os utilizadores, atribuindo esse recurso a uma ou mais categorias para ajudar os utilizadores/compradores a encontrá-lo, conhecer os seus atributos e/ou relacioná-lo com outros recursos de forma significativa. Portanto, a conceção e a implementação das estruturas organizativas deve atender à identificação das interações apropriadas, à organização dos recursos tendo em vista as interações, bem como à implementação das interações e à sua avaliação e adaptação (Glushko 2016, pp. 517-558).

A identificação das interações apropriadas é fundamental do ponto de vista da organização porque a forma como os recursos são utilizados e por quem afeta «how much of the resource or its description is exposed, across which channels it is offered, and the precision and accuracy of the interaction» (Glushko 2016, pp. 522-523). Em termos gerais, recordemos que, no universo dos serviços de informação (bibliotecas, arquivos, centros de documentação, etc.), os objetivos universais para os quais são desenhados os incluem «find, identify, select, obtain and explore» (Hider 2018, p. 20) ou «locate, identify, select, obtain, navigate» (Svenonius 2000). Assim, as estruturas organizativas são desenhadas e implementadas, além de continuamente revistas, de acordo com os objetivos para os quais o sistema de organização está orientado em termos de concretização. No contexto digital, a revisão e a adpatação contínuas, encontram um *input* valioso nos designados «recursos de interação» (Glushko 2016, p. 52) ou seja, nas evidências que resultam de ações que os agentes desenvolvem nas plataformas. Como destaca Glushko:

> *when Organizing Systems contain digital resources* […] *interaction traces can be made predictable, persistent, and consistent. Each record of a user choice in accessing, browsing, buying, highlighting, linking, and other interactions then becomes an "interaction resource" that can be analyzed to reorganize the resource collection or otherwise influence subsequent interactions with the primary resources* (Glushko 2016, p. 52).

No contexto das plataformas digitais, estes recursos de interação são um *input* relevante para selecionar os termos que identificam os recursos, resolvendo o problema da nomeação usando linguagem compreensível para os utilizadores/compradores, e também para conceber e disponiblizar estruturas hierarquicas e de relacionamento desses termos. É o que Glushko designa de nomeação dos recursos («naming resources») que pode ser um processo difícil considerando os problemas vocabulares, as situações de homonímia, polissemia ou os falso cognatos, bastante relevantes quando se trata de plataformas de comércio eletrónico em vários idiomas, ou a necessidade de criar nomes informativos, bem como o imperativo de estabelecer associações semânticas criando vocabulários controlados. Neste sentido, como também sublinha Alemu, num manual sobre metadados enriquecidos, ligados, abertos e filtrados, onde intitulou um dos subtópicos *Metadata for e-commerce and publishing*, «E-commerce applications rely on metadata to describe, structures, organise, market and sell their products» (Alemu 2022, p. 37). Nestas estruturas organizativas, os metadados e, em especial, os que provêm de mecanismos de controle vocabular são essenciais.

Ora, justamente, os Sistemas de Organização do Conhecimento são ferramentas de controle de vocabulário para realizar a representação e indexação de dados, informações e documentos, além de serem utilizadas como suporte baseado em conhecimento para buscas de informação por pesquisadores, estruturas semânticas para domínios e disciplinas e base conceitual para sistemas baseados em conhecimento (Mayr et al. 2016). Para atender essa diversidade de funções e usos em contextos de diferentes sistemas de informação, foram criadas tipologias de Sistemas de Organização do Conhecimento à medida que a evolução tecnológica de sistemas de informação foi transformando as mediações de informação com seus usuários. Por isso, os Sistemas de Organização do Conhecimento possuem características distintas para determinados contextos de aplicação (Hodge 2000). A variedade de Sistemas de Organização do Conhecimento é grande e estudos realizados por Hodge (2000), Hill et al. (2002), Zeng e Chan (2004), Zeng (2008), Souza, Tudhope e Almeida (2012) são demonstrativos para a classificação desta tipologia por categorias. A classificação de Sistemas de Organização do Conhecimento apresentada por Hill et al. (2000) subdivide a tipologia em quatro categorias:

1) Classificação e categorização: Esquemas de categorização, Esquemas de classificação, Cabeçalhos de assunto, e Taxonomias.
2) Modelos semelhantes a metadados: Diretórios, *Gazetteers* ou dicionários geoespaciais.
3) Modelos de relacionamento: Ontologias, Redes semânticas, Tesauros.
4) Listas de termos: Listas de autoridade e Dicionários.

As plataformas de comércio eletrônico, objetos de estudo desta investigação, têm estruturas organizativas com características da tipologia «Classificação e categorização» por serem assemelhadas a:

- Esquemas de categorização: qualquer sistema que possui uma organização pode realizar um esquema de agrupamento por categorias com base nas características de seus produtos ou produções.
- Esquemas de classificação: arranjos hierárquicos e facetados de notação numérica ou alfabética para representar tópicos amplos. Tradicionalmente, criados para a organização de bibliotecas, sua estrutura de organização de assuntos gerais e específicos que visualiza claramente arranjos superordenados e subordinados, são atualmente utilizados em outros contextos não-disciplinares que necessitam apresentar um conjunto determinado de dados, informações ou recursos informacionais visualmente organizado e intuitivamente reconhecido. A aplicação de sistemas de classificação em contextos não-disciplinares, como em comércio e negócios, considera o conjunto de termos organizados de forma hierárquica a partir da superordenação e subordinação existente entre os itens e sua forma de classificação considera as características descritivas do tipo de negócio em ordem alfabética (Fujita e Tolare 2019). Os arranjos facetados em classificações não-disciplinares são vistos por Gnoli (2006) como populares na arquitetura da informação e modelos efetivos para estruturar interfaces de busca e menus em *websites* cujas aplicações, não necessariamente, são conhecimento disciplinar, «mas objetos concretos, como vinhos ou carros a serem vendidos, ou informação factual, como aquela sobre processos de trabalho em uma empresa» (Gnoli 2006, p. 1). A análise por facetas é parte da Teoria da Classificação facetada desenvolvida por Ranganathan (1967), criada para auxílio na organização de materiais bibliográficos.
- Taxonomias: «similares à esquemas de classificação, mas o termo é mais utilizado em sistemas de gestão do conhecimento para indicar qualquer agrupamento de objetos baseado em características particulares» (Golub 2011, p. 1). Ou seja, a taxonomia apresenta uma divisão hierárquica de itens em grupos ordenados ou categorias baseadas em características particulares. O uso de taxonomia em contexto corporativo se observa em diferentes ambientes e serviços para estruturar e organizar o conhecimento registrado, bem como produtos e serviços para apoio à gestão, especialmente em ambiente digital como ferramenta de navegação na interface de sistemas para usuários (Cavalcante e Bräscher 2014; Lopes, Aganette e Maculan 2020). Assim como em esquemas de classificação, a taxonomia também utiliza a análise em facetas para organizar, classificar e agrupar coisas por meio de atributos específicos e, por isso, é denominada de taxonomia facetada navegacional por Maculan (2011).

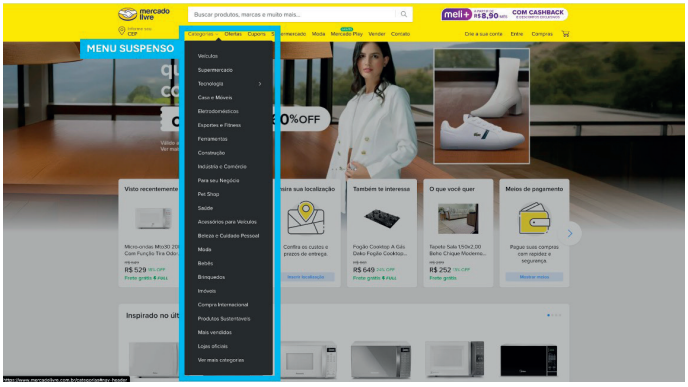


Fig. 1
Plataforma de comércio eletrônico com método de menu suspenso
Fonte: Plataforma Mercado Livre (1999-2025)



Fig. 2
Plataforma de comércio eletrônico com a combinação de categorias, subcategorias e facetas
Fonte: Plataforma Amazon Brasil (2012-2025)

As facetas são exibidas em um método de menu suspenso (*vide* Fig. 1) baseado em janelas onde os usuários escolhem uma combinação de facetas que os auxiliam na navegação pelas informações do *site* (Milonas 2010).

A combinação das hierarquias de categorias e subcategorias da taxonomia com as facetas proporcionam aos usuários selecionar, por exemplo, a categoria «Eletrônicos», depois a subcategoria «Notebooks» e aplicar as facetas de «Fabricante», «Tamanho» e «Preço» (*vide* Fig. 2).

De modo geral, o propósito dos Sistemas de Organização do Conhecimento, tais como esquemas de classificação e de categorização, é fornecer um meio para organizar informação para, entre outros objetivos específicos, «apoiar a navegação fornecendo hierarquias consistentes e claras em um sistema de navegação» (Golub 2011, p. 2). Por isso, são consideradas estratégicas para a descoberta e recuperação de recursos com precisão em um universo de informações cujo acesso é sempre realizado pelo usuário sem intermediação. Sistemas de navegação na Internet utilizam esquemas de classificação e taxonomias que possibilitam, quando adaptados ao vocabulário padronizado de seus usuários finais, o desenvolvimento de *software* de forma estruturada e lógica.

2. MÉTODO

Esta pesquisa é exploratória para realizar observação e análise dos Sistemas de Organização do Conhecimento para interações dos consumidores em plataformas de comércio eletrônico. Em metodologia da pesquisa, Gil destaca a necessidade e importância da pesquisa exploratória para a familiarização com o objeto da pesquisa a fim de torná-lo mais explícito para o levantamento dos problemas de pesquisa (Gil 2010). Para isso, a coleta de dados utilizada nesta pesquisa foi a análise dos Sistemas de Organização do Conhecimento para interações dos consumidores em plataformas de comércio eletrônico. A investigação compõe-se de quatro etapas de identificação:

- Identificar as plataformas de comércio eletrônico.
- Identificar quais plataformas de comércio eletrônico possuem estruturas organizativas e como são incorporadas em suas interfaces de pesquisa e navegação pelo consumidor.
- Identificar e analisar estruturas organizativas em plataforma de comércio eletrônico na perspectiva dos princípios e fundamentos de Sistemas de Organização do Conhecimento.
- Identificar os tipos e as principais características das estruturas organizativas usadas em plataformas de comércio eletrônico, usando uma grade de observação focada nos seguintes critérios: níveis hierárquicos, o modelo de hierarquia, o tipo de taxonomia e facetas utilizadas, além das facetas disponíveis para o usuário final.

No final deste percurso será possível analisar criticamente a grade de observação aplicada, delineando critérios para a conceção de uma grade de análise mais aprofundada.

O levantamento e composição da amostra de plataformas de comércio eletrônico foram realizados por meio de pesquisa eletrônica na Internet considerando a maior quantidade de acessos conforme *ranking* dos 30 maiores *E-Commerce* visitados mensalmente no período de maio a outubro de 2024 no Brasil provenientes de dispositivos móveis, *desktops* e aplicativos *Android* (Conversion 2024).

Em seguida, foi realizada análise a partir de informações obtidas pelo conteúdo das páginas disponíveis na Internet sobre suas principais características com a finalidade de observar diferenças, semelhanças e características das estruturas organizativas disponibilizadas.

A identificação dessas características apresentou resultados para análise dos recursos de organização do conhecimento nas interações dos consumidores em plataformas de comércio eletrônico.

Na apresentação dos resultados, foi realizada análise e discussão com base na fundamentação teórica e resultados da investigação sobre organização do conhecimento em plataformas de comércio eletrônico.

3. RESULTADOS

Foram identificadas as seguintes plataformas de comércio eletrônico que compõem o «Top 5» de acessos em outubro de 2024 segundo o estudo da Conversion em ordem de posições: Mercado Livre (345,57 milhões), Shoppee (226,82 milhões), Amazon Brasil (203,63 milhões), OLX (107,19 milhões) e Samsung (101,79 milhões) (Conversion 2024).

O Mercado Livre[1] é uma empresa de tecnologia argentina fundada em 1999, que atua em comércio eletrônico e serviços financeiros. Atualmente, é considerada a maior plataforma de *e-commerce* da América Latina. Os principais pilares desta empresa são:

- Marketplace (Mercado Livre): plataforma onde pessoas físicas e empresas compram e vendem produtos. Funciona como um grande «shopping virtual», oferecendo desde eletrônicos até roupas, móveis, alimentos, etc.
- Logística (Mercado Envios): Serviço de entrega que cuida da logística dos produtos vendidos na plataforma. Possui centros de distribuição próprios, que permite fretes rápidos e entregas no mesmo dia em algumas regiões.
- Fintech (Mercado Pago): banco digital completo com produtos e serviços de Conta digital, Cartão de crédito e débito, Investimentos, Pagamentos por *QR Code*, Crédito pessoal e para vendedores.
- Soluções para vendedores: plataforma que oferece ferramentas para empreendedores e empresas venderem *online*, como: publicidade (Mercado *Ads*), gestão de estoque, atendimento ao cliente, análises de desempenho e loja oficial personalizada.

A Shopee[2] é uma plataforma de comércio eletrônico criada em 2015 em Singapura pela empresa Sea Group. Ela cresceu rápido e se tornou um dos principais *marketplaces* do Sudeste Asiático e, depois, entrou em outros mercados — inclusive o Brasil. Assim como o Mercado Livre, é também uma plataforma *online* de *marketplace* onde empresas vendem produtos ao consumidor final de diversas categorias, como moda, eletrônicos, beleza, casa, brinquedos, etc.

A Amazon Brasil[3] é a operação brasileira da empresa de tecnologia norte-americana Amazon, que chegou ao Brasil em 2012, mas apenas em 2019 passou a operar com estoque próprio e logística local. Em sua plataforma *online* comercializa produtos de marca própria, programa de benefícios (Amazon Prime), além de ser

[1] MERCADO LIVRE, 1999-2025. *Mercado Livre. Brasil* [Em linha] [consult. 2025-07-07]. Disponível em: https://www.mercadolivre.com.br/.
[2] SEA GROUP, 2015-2025. *Shoppee Moda e Acessórios* [Em linha] [consult. 2025-07-07]. Disponível em: https://www.shoppee.com.br.
[3] AMAZON, 2012-2025. *Amazon Brasil* [Em linha] [consult. 2025-07-07]. Disponível em: http://www.amazon.com.br.

um *marketplace*, onde os consumidores compram produtos variados de outros vendedores — de livros a eletrônicos, eletrodomésticos, roupas, itens de mercado e etc.

A OLX[4], é uma plataforma *online* desde 2010 de compra e venda de produtos e serviços entre pessoas (modelo C2C – *consumer to consumer*). No Brasil, ela é muito utilizada por pessoas físicas para vender itens usados, carros, imóveis e até oferecer serviços. Funciona como um «classificado digital» onde qualquer pessoa pode anunciar produtos (geralmente usados) ou serviços. A negociação acontece diretamente entre compradores e vendedores.

A Samsung[5] é uma multinacional sul-coreana fundada em 1938, atua em diversas indústrias, mas é conhecida mundialmente por fabricar e vender eletrônicos de consumo como: *smartphones*, TVs, eletrodomésticos e componentes eletrônicos. Possui operação no Brasil, com lojas oficiais físicas e *online*, onde vende seus produtos direto para o consumidor (sem intermediários). É uma D2C (*Direct-to-Consumer*), ou seja, fabrica, vende e entrega.

Após localização das plataformas de comércio eletrônico, o próximo passo foi determinar se havia disponibilização de estrutura organizativa como recursos de organização do conhecimento para facilitar a interação de consumidores com os produtos comercializados e, para isso analisamos, inicialmente, as modalidades de busca nas interfaces de pesquisa dessas plataformas porque seus parâmetros incluem modalidades de busca orientadas por tipos de recursos de organização do conhecimento.

A observação dos recursos de organização do conhecimento revelou que as cinco plataformas analisadas oferecem opções de busca simples em uma interface de busca e busca avançada com menu à esquerda da página para seleção de características como, por exemplo, modelos de celular (Celular Xiaomi) e condição do produto (novo, usado ou recondicionado). No que tange às características referentes ao exemplo do celular Xiaomi, o *site* da Amazon oferece um rol com maior exaustividade e especificidade de facetas que incluem: preços, ofertas e descontos, condição, sistema operacional, capacidade de armazenamento de memória, resolução da câmera, peso, tamanho da tela, proporção de aspecto, capacidade da bateria, fator forma, tamanho do cartão SIM, tecnologia de conectividade, tipo de tela, componentes incluídos, modelos de filmagem, entrada de fone de ouvido, resolução do sensor fotográfico frontal, GPS, recurso de segurança biométrica, taxa de atualização da tela, entrada de interface humana e outros. Cada faceta tem opções a serem selecionadas e o conjunto delas oferece a possibilidade de recomendar um determinado modelo de celular da marca escolhida.

[4] GRUPO OLX, 2010-2025. *OLX. Brasil* [Em linha] [consult. 2025-07-07]. Disponível em: http://www.olx.com.br.
[5] SAMSUNG, 1995-2025. *Samsung. Brasil* [Em linha] [consult. 2025-07-07]. Disponível em: http://www.samsung.com.br.

Nesse sentido, podemos considerar que essas características são facetas de um produto que se encontra localizado na categoria «Celulares e Comunicação», subordinada à Categoria de «Eletrônicos e Tecnologia» e que, por sua vez, está subordinada à Categoria «Eletrônicos». Assim, podemos verificar que as facetas, originalmente desenvolvidas por Ranganathan para um sistema de classificação facetado, são aplicadas para campos novos e emergentes; áreas interdisciplinares; vocabulários em que múltiplas hierarquias são necessárias; classificar documentos eletrônicos, objetos de conteúdo e também para metadados que representam objetos de conteúdo (American… e National… 2010).

A análise das cinco plataformas mais acessadas no Brasil em outubro de 2024 — Mercado Livre, Amazon Brasil, Shopee, Samsung e OLX — evidencia diferentes níveis de sofisticação na aplicação de taxonomias e facetas, refletindo as particularidades de cada modelo de negócio, portfólio de produtos e perfil de uso. A tabela a seguir sintetiza os principais achados, detalhando o número de níveis hierárquicos, o modelo de hierarquia, o tipo de taxonomia e facetas utilizadas, além das facetas disponíveis para o usuário final.

Tabela 1. Análise comparativa de categorias e facetas em estruturas organizativas de plataformas de comércio eletrônico

Plataforma	Níveis de Hierarquia	Modelo de Hierarquia	Tipo de Taxonomia e Facetas	Facetas Disponíveis
Mercado Livre	4	Categorias amplas→subcategorias funcionais→tipos de produto →refinamentos informais Ex.: *Informática→Portáteis e Acessórios→Acessórios para Notebook →Cabos e adaptadores*	Classificação hierárquica e categorização facetada	Condição do produto, marca, preço, localização, voltagem, frete grátis, avaliações
Amazon Brasil	5	Categorias principais→categorias funcionais→subcategorias técnicas→microcategorias contextuais Ex.: *Eletrônicos→Computadores & Informática →Notebooks→Laptops 2 em 1→Subfiltros (Windows 11, telas até 10")*	Classificação hierárquica com facetas extensivas	Marca, preço, voltagem, sistema operacional, capacidade, câmera, tela, bateria, conector, biometria, GPS etc.
Shopee	3	Categorias amplas→subcategorias genéricas→agrupamentos sazonais e comerciais Ex.: *Eletrônicos→Celulares→Smartphones*	Taxonomia simples com facetas básicas	Categoria, preço, avaliação, frete, cor, variações, local do vendedor

(*continua na página seguinte*)

Plataforma	Níveis de Hierarquia	Modelo de Hierarquia	Tipo de Taxonomia e Facetas	Facetas Disponíveis
Samsung	3	Categoria de produto→linha de produto→modelo específico Ex.: *Telefonia→Smartphone Galaxy→Galaxy S*	Taxonomia institucional com facetas funcionais	Linha de produto, categoria, cor, capacidade, tipo de tela, resolução, recursos técnicos
OLX	2 a 3	Categoria de bem→tipo de item→localização geográfica Ex.: *Veículos e Peças→Carros, Vans e Utilitários→São Paulo (Estado)*	Categorização plana com facetas contextuais	Tipo de anúncio, preço, localização, condição, ano de fabricação, quilometragem (veículos), área (imóveis)

Fonte: Elaborado pelas autoras

3.1. Níveis e modelo de hierarquia

A contagem de níveis hierárquicos revela uma relação direta com a abrangência e complexidade do catálogo de produtos. Plataformas como Mercado Livre e Amazon Brasil, que operam com portfólios multimarcas e multisegmentos, possuem maior profundidade hierárquica — quatro níveis no Mercado Livre e cinco na Amazon Brasil — possibilitando facetas mais granulares que potencializam a personalização da busca e o suporte à decisão de compra, conforme reforça Golub (2011).

Em contrapartida, Samsung (modelo D2C – *Direct-to-Consumer*) e OLX (modelo C2C – *Consumer-to-Consumer*) adotam taxonomias mais rasas, adequadas à natureza de seus catálogos mais específicos. A Samsung estrutura sua navegação em três níveis (Categoria de produto→Linha de produto→Modelo específico), alinhada a um portfólio verticalizado[6] (exclusivamente de eletroeletrônicos, divididos entre os departamentos de Informática, Monitores, TVs, Telefonia e Eletrodomésticos) e relacionado à identidade de marca. Já a OLX organiza seus anúncios em até três camadas (Categoria→Subcategoria→Subcategoria geográfica), enfatizando a relevância da localização, especialmente para bens usados ou de troca local.

A Shopee posiciona-se de forma intermediária, operando com três níveis hierárquicos (Categoria→Subcategoria→Sub-subcategoria). Sua estrutura taxonômica prioriza facetas básicas e uma experiência simplificada, consistente com seu foco em dispositivos móveis, navegação rápida e dinâmica promocional.

[6] A empresa controla todas as etapas de desenvolvimento, produção e venda dos produtos, mantendo foco em uma mesma cadeia de valor.

3.2. Tipos de Taxonomia

- Classificação hierárquica: organiza os produtos em níveis progressivos, do geral ao específico, formando um caminho lógico de navegação (ex.: Eletrônicos→Notebooks→Laptops 2 em 1). Facilita a descoberta por meio de relações de inclusão e pertinência.
- Taxonomia simples: estrutura com poucos níveis (até 2 ou 3), objetiva reduzir a complexidade e favorecer buscas rápidas, geralmente complementada por facetas básicas.
- Taxonomia institucional: estrutura que reflete a organização interna da marca, agrupando produtos por linha ou família (ex.: Samsung Galaxy S, Galaxy A). É muito usada em marcas que vendem produtos próprios.
- Categorização plana: estrutura não hierárquica ou com hierarquia mínima, combinada a facetas contextuais como localização ou condição do produto. É típica de plataformas de classificados.

3.3. Tipos de Facetas identificadas

- Facetas básicas: atributos gerais para refinar resultados, como preço, cor, avaliação ou localização.
- Facetas extensivas: conjunto mais detalhado de atributos técnicos ou específicos (ex.: sistema operacional, voltagem, resolução de tela). São comuns em plataformas com grande diversidade de produtos.
- Facetas funcionais: características técnicas ou de desempenho relevantes para comparar modelos de uma mesma marca.
- Facetas contextuais: atributos adaptados a situações específicas, como localização geográfica, estado de uso ou quilometragem de veículos. São essenciais em *sites* de compra e venda entre usuários.

Assim, observa-se que a escolha entre estruturas taxonômicas mais complexas ou mais simples está diretamente ligada ao modelo de negócios, à profundidade do portfólio e ao perfil dos usuários. Em todos os casos, o alinhamento entre taxonomias claras e facetas adequadas constitui estratégia central para garantir autonomia de navegação, eficiência de busca e precisão na descoberta de produtos relevantes.

A contagem de níveis hierárquicos em cada plataforma evidencia a relação direta com a diversidade e complexidade do catálogo de produtos. Plataformas como Mercado Livre e Amazon Brasil, que operam com amplos portfólios multimarcas e multisegmentos, apresentam maior profundidade hierárquica — 4 níveis no Mercado Livre e 5 níveis na Amazon Brasil — permitindo a aplicação de facetas detalhadas, as quais potencializam a personalização da busca e oferecem suporte à tomada de decisão de compra (Golub 2011).

Em contraste, plataformas como Samsung (modelo D2C – *Direct-to-Consumer*) e OLX (modelo C2C – *Consumer-to-Consumer*) operam com taxonomias mais simples. No caso da Samsung, a organização se estrutura em 3 níveis (Categoria→Linha→Modelo), condizente com seu portfólio verticalizado e de marca própria. A OLX, por sua vez, opera com 2 a 3 níveis (Categoria→Subcategoria→Subcategoria geográfica), visto que muitas negociações envolvem produtos únicos ou usados, com forte peso da localização geográfica no processo de compra e venda.

A Shopee apresenta uma estrutura intermediária, com 3 níveis hierárquicos (Categoria→Subcategoria→Sub-subcategoria), o que favorece uma navegação simplificada e adequada ao seu foco em dispositivos móveis e usabilidade rápida, mesmo com múltiplos vendedores atuando na plataforma.

Esta análise indica que a complexidade ou simplicidade das estruturas taxonômicas é determinada principalmente pelo modelo de negócios, pela diversidade e complexidade do catálogo e pelo perfil dos usuários. Em todos os casos, contudo, o alinhamento eficaz entre taxonomias e facetas constitui estratégia central para assegurar a autonomia de navegação, a eficiência da busca e a precisão na descoberta de produtos relevantes.

4. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Conclui-se que, nas plataformas de *e-commerce* observadas, o uso de um esquema de categorias é combinado com a estrutura de um sistema de classificação hierárquico apropriado para viabilizar a navegação exploratória pelo usuário por meio do menu disponível na plataforma de comércio eletrônico que propicia a descrição dos recursos e informações e facilita a interação com os usuários.

A grelha de observação aplicada mostrou-se operatória para a abordagem concretizada mas constituiu também um ponto de partida para reflexão e conceção de uma grade de observação com critérios de análise mais aprofundados. Assim, entendemos que os critérios aplicados, que incluíram identificação dos níveis hierárquicos, o modelo de hierarquia, o tipo de taxonomia e facetas utilizadas, além das facetas disponíveis para o usuário final podem ser complementados para uma análise mais fina com os seguintes critérios adicionais: identificação do número de categorias de topo, número mínimo e máximo de níveis de subdivisão nas categorias de topo, quantidade de facetas, avaliação da precisão terminológica na nomeação das subdivisões nas categorias (existência ou ausência de «Outros»), disponibilidade de listagem alfabética (índice) de produtos e uso de remissivas associativas («Veja também»).

Observou-se que as relações hierárquicas das taxonomias facetadas desenvolvidas conforme tipo de produto são determinadas pelo tipo de negócio e são facilitadoras das estruturas organizativas de recursos disponíveis. O estudo de estruturas organizativas das plataformas de comércio eletrônico demonstrou que o uso dos sistemas

de organização, em especial das taxonomias facetadas, é estratégico para o modelo de negócio porque a navegação dos consumidores propicia rapidez, precisão e detalhamento das necessidades de busca com amplo espectro de facetas que detalham características e aspectos do produto desejado para uma compra.

Na área de Organização do Conhecimento tais resultados apresentam de modo inequívoco que o uso dos Sistemas de Organização do Conhecimento em suas diferentes formas, assuntos e objetivos estão intrinsecamente relacionados às diferentes estruturas organizativas de recursos de informação.

REFERÊNCIAS

ALEMU, G., 2022. *The future of enriched, linked, open and filtered metadata: making sense of IFLA LRM, RDA, Linked Data and BIBFRAME*. [S.l.]: Facet Publishing. ISBN 978-1-78330-492-9.

AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE, e NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION, 2010. *ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010). Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies* [Em linha]. Bethesda, Maryland: NISO Press [consult. 2025-07-07]. Disponível em: https://groups.niso.org/apps/group_public/download.php/12591/z39-19-2005r2010.pdf.

BOCCATO, V. R. C., 2011. Os sistemas de organização do conhecimento nas perspectivas atuais das normas internacionais de construção. *InCID: R. Ci. Inf. e Doc.*[Em linha]. **2**(1), 165-192 [consult. 2025-07-07]. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v2i1p165-192.

CAVALCANTE, R. da S., e M. BRÄSCHER, 2014. Taxonomias navegacionais em sítios de comércio eletrônico: critérios para avaliação. *Transinformação* [Em linha]. **26**(2), 191-201 [consult. 2025-07-07]. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6103.

CONVERSION, 2024. *Relatório setores do e-commerce no Brasil: mensal, gratuito, análises de audiência, setores, canais de tráfego e rankings dos maiores sites de cada categoria* [Em linha]. São Paulo: Conversion [consult. 2025-07-07]. Disponível em: https://www.conversion.com.br/wp-content/uploads/2024/12/Dezembro-24-Relatorio-Setores-do-E-commerce-no-Brasil.pdf.

FUJITA, M. S., e J. B. TOLARE, 2019. O uso do vocabulário controlado no processo de representação e recuperação de filmes e séries no catálogo da Netflix. Em: *VIII Seminário em Ciência da Informação – SECIN*. Londrina, PR: SECIN, pp. 794-809.

GLUSHKO, Robert J., ed., 2016. *The Discipline of Organizing: Professional Edition*. 4th ed. [S.l.]: O'Reilly Media, Inc.

GNOLI, C., 2006. *The meaning of facets in non-disciplinary classifications* Em: G. BUDIN, C. SWERTZ, e K. MITGUTSCH, ed. *Knowledge organization for a global learning society: Proceedings of the ninth international ISKO conference.* Viena: Ergon, pp. 11-18.

GOLUB, K., 2011. *Knowledge Organisation Systems* [Em linha]. [S.l.]: Innovation Support Centre [consult. 2025-07-07]. Disponível em: https://technicalfoundations.ukoln.ac.uk/subject/knowledge-organisation-systems.html.

HIDER, P., 2018. *Information resource description: creating and managing metadata.* 2nd ed. Londres: Facet Publishing. ISBN 9781856046671.

HILL, L., et al., 2002. Integration of knowledge organization systems into digital library architectures: position paper for 13th asis&t sig/cr workshop, "Reconceptualizing classification research". *Advances in Classification Research* [Em linha]. **13**(1: 13th ASIS SIG/CR Classification Research Workshop), 46-52 [consult. 2025-07-07]. DOI: https://doi.org/10.7152/acro.v13i1.13835.

HODGE, G., 2000. *Systems of knowledge organization for digital libraries: beyond traditional authorities files* [Em linha]. Washington, DC: CLIR [consult. 2025-07-07]. ISBN 1887334769. Disponível em: https://www.clir.org/wp-content/uploads/sites/6/pub91.pdf.

LOPES, P. T. D, E. C. AGANETTE, e B. C. M. S. MACULAN, 2020. Taxonomia corporativa e taxonomia facetada: usos e aplicações na ciência da informação no Brasil. *Investigación Bibliotecológica* [Em linha]. **34**(82), 159-73 [consult. 2025-07-07]. DOI: http://dx.doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2020.82.58062.

MACULAN, B. C. M. dos S., 2011. *Taxonomia facetada navegacional: construção a partir de uma matriz categorial para trabalhos acadêmicos* [Em linha]. Dissertação de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais [consult. 2025-07-07]. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-8LAN5K/1/maculan_taxonomia_facetada_navegacional.pdf.

MACULAN, B. C. M. S., e G. A. B. O. LIMA, 2011. Taxonomia facetada navegacional: agregando valor às informações disponibilizadas em bibliotecas digitais de teses e dissertações. Em: *12º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* [Em linha]. Brasília: ENANCIB, pp. 696-714 [consult. 2025-07-07]. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/174991.

MAYR, P., et al., 2016. Recent applications of knowledge organization systems: introduction to a special issue. *International Journal of Digital Library* [Em linha]. **17**(1), 1-4 [consult. 2025-07-07]. ISSN 1432-1300. DOI: https://doi.org/10.1007/s00799-015-0167-x.

MILONAS, E., 2010. The use of facets in web Search engines. Em: C. GNOLI, e F. MAZZOCCHI, ed. *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference.* Würzburg: Ergon, pp. 349-355. ISBN: 9783899137460.

PETRAS, V., et al., 2013. Interactions with resources. Em: R. J. GLUSHKO, ed. *The discipline of organizing*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, pp. 363-400. ISBN 9780262518505.

RANGANATHAN, S. R., 1967. *Prolegomena to Library Classification*. Bombay: A. P. House Ed.

SOUZA, R. R., D. TUDHOPE, e M. B. ALMEIDA, 2012. Towards a taxonomy of KOS: dimensions for classifying knowledge systems. *Knowledge Organization* [Em linha]. **39**(3), 179-192 [consult. 2025-07-07]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2012-3-179.

SVENONIUS, E., 2000. *The intellectual foundation of information organization*. [S.l.]: MIT Press. ISBN 9780262284615.

ZENG, M. L., 2008. Knowledge organization systems (KOS). *Knowledge Organization* [Em linha]. **35**(2/3), 160-182 [consult. 2025-07-07]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2008-2-3-160.

ZENG, M. L., e M. L. CHAN, 2004. Trends and issues in establishing interoperability among knowledge organization systems. *Journal of the American Society for Information Science and Technology* [Em linha]. **55**(5), 377-395. [consult. 2025-07-07]. DOI: https://doi.org/10.1002/asi.10387.

OS ACERVOS COM DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO

ANNA CARLA ALMEIDA MARIZ*

Resumo: *Este trabalho tem por objetivo analisar como deve ser preparado o profissional para lidar com a organização do conhecimento arquivístico presente em fotografias. A metodologia se baseia em pesquisa bibliográfica, com a análise na Base de Dados BRAPCI, tem caráter qualitativo e exploratório, com vistas a tornar o tema mais explícito ou construir hipóteses. Do ponto de vista teórico, caracteriza-se como sendo do tipo descritiva exploratória de natureza qualitativa. Atualmente a produção de imagens vem crescendo e, com a popularização do acesso aos equipamentos de registros, houve uma segunda explosão documental, desta vez em relação aos documentos com imagens e sons. Após a análise dos dados é possível perceber que ainda é um assunto pouco discutido, que carece de um maior aprofundamento e atenção. O profissional da área precisa receber formação que dê conta da organização do conhecimento contido nos documentos fotográficos.*

Palavras-chave: *Documento fotográfico; Formação do Arquivista; Organização do Conhecimento Arquivístico; Arquivologia.*

Abstract: *This study aims to examine how professionals should be prepared to manage the organization of archival knowledge contained in photographs. The methodology is based on a bibliographic review, with analysis conducted using the BRAPCI database. It adopts a qualitative and exploratory approach, seeking either to clarify the topic or to construct hypotheses. Theoretically, it is characterized as a descriptive-exploratory study of a qualitative nature. The production of images has grown significantly in recent years, and with the widespread accessibility of recording devices, we are witnessing a second wave of documentary proliferation — this time involving audiovisual materials. Data analysis reveals that this remains an underexplored subject, requiring greater academic attention and deeper investigation. Professionals in the field must be equipped with training that enables them not only to organize the knowledge embedded in photographic documents.*

Keywords: *Photographic document; Archivist Education; Archival Knowledge organization; Archival Science.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar como deve ser preparado o profissional para lidar com a organização do conhecimento arquivístico presente em imagens, mais especificamente em fotografias, tem como universo os cursos de graduação no Brasil.

* Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Brasil. Email: annacarla@servidor.uepb.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1871-0986.

Trata-se da continuidade de pesquisa onde em uma primeira etapa foram analisadas as edições do evento ISKO Ibérico. Na atual etapa, é ampliada por meio da análise na *Base de Dados em Ciência da Informação* (BRAPCI), com o objetivo de expandir o levantamento, desta vez em artigos de periódicos nas áreas da Arquivologia e Ciência da Informação.

Atualmente a produção de imagens vem crescendo consideravelmente e, com a popularização do acesso aos equipamentos de registros, podemos dizer que houve uma segunda explosão documental, desta vez em relação aos documentos com imagens e sons. Há uma quantidade excessiva destes materiais sendo gerados e é preciso incluí-los na agenda de discussões. O padrão de comunicação está se modificando de uma maneira geral. A comunicação informal está se dando mais por meio de imagens do que por meio da palavra escrita, e isso vai aos poucos se inserindo também nas linguagens oficiais, já que estes meios de registro estão sendo usados cada vez mais para gerar documentos oriundos das atividades meio e fim das instituições.

Malverdes e Lopez (2016) afirmam que não se pode mais conceber certos tipos de processos sem a inclusão de imagens, tais como: processos arquitetônicos, processos judiciais, expedientes de identificação, etc., nos quais as imagens são indispensáveis como prova ou para a resolução dos trâmites.

É necessário identificar o que realmente se pode considerar como documento de arquivo, e, neste caso, incluí-lo na gestão de documentos, fazê-lo passar por avaliação, seleção, classificação, arranjo, descrição, entre outras funções arquivísticas. Estas ações são fundamentais para que estes materiais não se percam, e mais do que isso, para que possam ser acessados e utilizados por quem deles necessitem.

São várias as questões e competências. Manini (2016, p. 110), em relação à análise de imagens, considera que a leitura do documento fotográfico «requer certo conhecimento prévio (o repertório) sobre o conteúdo da imagem ou do conjunto maior de que ela faz parte».

Para que isso seja possível, o profissional da área precisa receber formação que dê conta destas ações, em materiais que possuem uma linguagem diferenciada da textual, além das questões que envolvem a sua preservação.

1. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória. A pesquisa exploratória, segundo Gil (1994), tem como principal finalidade desenvolver e esclarecer conceitos com o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Em relação à coleta de dados utiliza a pesquisa bibliográfica, principalmente artigos científicos publicados em periódicos.

A primeira fase da pesquisa analisou a produção científica no contexto do evento ISKO em suas edições Ibéricas, os cinco congressos de 2013 a 2021, e foi

apresentada na edição de 2023 em Madrid. Nesta fase atual o levantamento foi feito na Base de Dados BRAPCI, que reúne artigos de periódicos, trabalhos de eventos, livros e capítulos de livros, principalmente de fontes brasileiras e américa latina na área da Ciência da Informação. Entre os eventos que inclui estão o *Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação* (ENANCIB) e ISKO Brasil. Prevê-se para as próximas etapas as análises dos eventos *Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia* (REPARQ) e ISKO Internacional.

A busca foi realizada no dia 23 de junho de 2025, utilizando os descritores arquivologia, formação, ensino, fotografia, imagem, em combinação entre eles. Arquivologia-formação-fotografia recuperou dois textos, que não tinham relação com o assunto. Arquivologia-formação-imagem recuperou apenas um, que também não tinha relação com o tema. Estes três textos também aparecem nas listas seguintes. Arquivologia-formação recuperou 293 resultados; arquivologia-ensino recuperou 256 textos; arquivologia-fotografia recuperou 43 resultados. Estas três listas foram comparadas e excluídos os textos que apareciam em mais de uma lista, ficando assim 508 referências daquele total de 592. Com a análise destas 508 referências, foram descartadas as que não tinham relação com o tema da pesquisa. Algumas foram descartadas somente pelos títulos, algumas após a leitura do resumo e outras após a leitura do texto na íntegra. Os textos foram publicados entre 1969 e 2025. Após a análise se deu um resultado de 9 (nove) textos que abordam o assunto com uma grande variação de profundidade, desde a forma mais superficial até a mais específica.

2. REVISÃO DE LITERATURA

As discussões sobre os documentos fotográficos serem ou não documentos arquivísticos estão superadas, atualmente são documentos aceitos pela área como passíveis de serem produzidos em função das atividades de uma determinada instituição e/ou pessoa, e acumulados para fins de prova. Porém, resta saber se o ensino da Arquivologia acompanhou esta aceitação e se está preparando os profissionais para lidar com esta configuração, que, se não é tão recente, vemos que a cada dia os acervos que incluem este tipo de material vêm aumentando de forma exponencial. Cabe verificar também se a literatura da área está se dedicando a refletir sobre a formação de profissionais preparados para lidar com os desafios que os acervos de hoje em dia nos impõem.

Machado et al. (2019, p. 185) propõem uma perspectiva de Organização do Conhecimento (OC) presente no documento fotográfico, que leva em consideração os processos administrativos institucionais que comprovam o cumprimento de suas funções e atividades e a sua produção para compreender o processo de inserção da fotografia na esfera dos arquivos, ou seja, enquanto documento arquivístico. Que, como tal, «compõe o orbe de elementos documentais da chamada organização do

conhecimento arquivístico (Guimarães e Tognoli 2015) ou organização do conhecimento em arquivos (Troittiño 2018; Hjørland 2016)» (Machado et al. 2019).

Os autores ainda afirmam que, a respeito de arquivos, Hjørland (2016, cit. por Machado et al. 2019) reconhece a independência epistemológica e institucional da Arquivologia – *Archival Science* como um campo científico e, ao mesmo tempo, reconhece esse campo como parte da OC, valendo-se da expressão *Knowledge Organization in Archives*, e destaca que o domínio da *Knowledge Organization in Archives,* conta com um princípio de organização específico chamado princípio da proveniência. Já para Guimarães e Tognoli (2015) a denominação *archival knowledge organization* é compreendida como todo o processamento teórico e técnico aplicados aos documentos arquivísticos, desde a sua criação até sua destinação final (cit. por Machado et al. 2019, pp. 186-187).

Machado et al. são da opinião de que contextualizar a fotografia no domínio da organização do conhecimento arquivístico

> *pode contribuir com aportes para melhor se pensar a acepção da fotografia no âmbito da teoria arquivística, pois tomar a decisão simplista de categorizar como arquivos especiais não é mais condizente com a dinâmica da produção de documentos arquivísticos contemporaneamente* (Machado et al. 2019, p. 200).

Silva e Tognoli (2022, p. 4) observam que, apesar de haver uma recente aproximação entre a OC e a arquivologia, esta sempre organizou seu conhecimento a partir de princípios e conceitos específicos, por exemplo os princípios da proveniência e da ordem original, com o contexto de produção orientando os caminhos da organização. Desta forma, «os documentos são organizados de acordo com o conjunto documental ao qual pertencem, respeitando, assim, sua proveniência e ordem original, dois princípios fundamentais da teoria e prática arquivística»

As autoras (Silva e Tognoli 2022, p. 5), citando Barros e Souza (2019), indicam que no caso dos arquivos o contexto deve ser o elemento principal na aplicação dos sistemas e processos de OC, e ao respeitá-lo, os princípios arquivísticos, especialmente a proveniência, serão respeitados. A proveniência é a base fundamental para a classificação e a descrição, considerados pelos autores os eixos centrais para a Organização do Conhecimento Arquivístico (OCA).

Sobre a formação de arquivistas, é possível ter acesso a uma maior produção bibliográfica, já há algumas décadas. Alguns autores se dedicaram a refletir a formação profissional e a institucionalização da profissão.

Bellotto (2014, p. 205) assevera que o importante é que o profissional tenha profundo conhecimento da natureza dos arquivos e da natureza das entidades, assim compreendendo perfeitamente as funções que essas entidades exercem/exerceram,

como criaram, receberam, organizaram e utilizaram a informação. Afirma que o arquivista precisa entender de arquivos, para que possa, munido de seus conhecimentos específicos, dar o tratamento técnico adequado.

O fato de qualquer atividade organizada gerar documentos propicia que o profissional de arquivo possa trabalhar em arquivos os mais variados, das atividades, gêneros, espécies, etc., as mais diversas. Isso faz com que a formação do arquivista seja muito singular em comparação com outros cursos de formação profissional.

Na visão de Rousseau e Couture (1998, p. 262) existe a necessidade de se preparar arquivistas «completos» e «para serem considerados como tal, estes últimos devem ser capazes de intervir na totalidade dos suportes de arquivos, e o seu campo de atividade deve cobrir todo o ciclo de vida dos documentos».

Os autores incluem a totalidade dos suportes de arquivos entre as características para se preparar arquivistas completos. O que é corroborado por Negreiros, Silva e Arreguy (2012):

> *as enormes transformações vivenciadas pela área têm levado a profundas reflexões sobre a própria configuração da profissão de arquivista, devido à grande transformação de seu objeto, o documento. Este vem se materializando em diversos formatos e suportes, que demandam novos conhecimentos e novas formações, antes pouco explorados ou valorizados pela profissão* (Negreiros, Silva e Arreguy 2012, p. 5).

A menção à transformação do documento e aos seus diversos formatos e suportes também aparece como uma preocupação de Negreiros, Silva e Arreguy (2012), o que condiz com a ideia de que é necessário que o profissional da área receba formação adequada para lidar com documentos fotográficos.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a análise dos textos recuperados pela busca, nove foram considerados condizentes com o assunto de formação profissional de arquivistas para o trabalho com documentos fotográficos em arquivos. Dentre os nove textos, alguns apenas tangenciam o assunto, mencionando de forma superficial. Ao apresentar o currículo do curso de arquivologia, listam as disciplinas, e, entre elas, aparece «arquivos especiais» ou equivalente.

É o caso de Kawabata e Valentim (2015), que apresenta o Curso de Arquivologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), formado por disciplinas de fundamentação geral e instrumentais, seguida de 6 (seis) áreas. A «Área 2 – Organização e Tratamento da Informação», inclui a disciplina «Documentação Audiovisual e Iconográfica». Assim como Taveira e Esposel (1981), que apresentam o Curso de

Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), relatam o histórico, informações gerais e expõem as disciplinas do currículo com as ementas. Apontam como disciplina obrigatória do ciclo profissional «Arquivos especiais» e como disciplina optativa «Introdução à fotografia». Sendo a ementa da disciplina: «Arquivos especiais: arquivamento de material audiovisual e novos tipos de documentos. Problemas técnicos. Terminologia. Legislação».

Os dois textos apenas mencionam, listando as disciplinas, sem aprofundar ou refletir sobre o assunto.

Já o texto de Sousa e Oliveira (2014), tem como objetivo conhecer os projetos políticos pedagógicos dos cursos de Arquivologia do Brasil, bem como analisar as ênfases curriculares existentes nos diversos currículos de Arquivologia. Os autores categorizaram as disciplinas entre grupos, e o de conteúdos específicos inclui «gestão de documentos eletrônicos e/ou em suportes especiais».

Constatam que em Gestão de Documentos Eletrônicos e/ou em Suportes Especiais, foram classificadas as disciplinas relativas à gestão e uso de documentos eletrônicos, digitais e em suportes especiais, tais como, microfilmes, documentos audiovisuais, fotografias e demais documentos imagéticos. Em suas ementas destacam-se o seguinte tópico, entre outros: g) gestão de acervos iconográficos. Dão também alguns exemplos de como as disciplinas identificadas são nomeadas: «Documentação Audiovisual e Iconográfica»; e «Arquivos Especiais». Apontam que a maioria dos cursos possui em seus currículos disciplinas sobre o tema, mas indicam que quatro cursos não contemplam nenhuma disciplina a respeito. Ressaltam a estranheza em relação a isso, pois não identificam nas ementas analisadas a possibilidade de que essa carência possa estar sendo sanada por meio de outras disciplinas.

Os autores apresentam a seguinte opinião em relação ao assunto:

> *Consideramos que a diferenciação entre gestão de documentos e gestão de documentos eletrônicos e/ ou suportes especiais contraria a própria definição de "arquivo". Contudo, essa separação foi mantida nessa categorização de disciplinas por ser comumente usada nos currículos dos cursos* (Sousa e Oliveira 2014, p. 148).

De fato, a teoria arquivística se aplica a qualquer arquivo, porém existem documentos com tantas especificidades que, para fins didáticos e de distribuição de carga horária dedicadas a este fim, é válido que tenham espaço nos currículos dos cursos. São exemplos os documentos digitais, tanto quanto os que tenham linguagem e suportes diferenciados.

Dois textos analisam os currículos e o perfil do profissional formado, são eles: Lima e Pedrazzi (2015) e Oliveira (2011).

Em Lima e Pedrazzi (2015), através da análise dos resultados os autores perceberam que os arquivistas estão desenvolvendo a maioria das atividades arquivísticas previstas no instrumento de coleta de dados, com uma frequência menor em relação às atividades, tais como: «tratamento de documentos especiais». Porém, entre as necessidades de maior aprofundamento apontadas pelos egressos aparece «documentos especiais».

Em Oliveira (2011), a pesquisa verificou a relação entre o curso de Arquivologia da Universidade de Brasília e as habilidades requeridas pelo mercado da capital federal. Os resultados mostraram as habilidades necessárias para desenvolver atividades arquivísticas, incluindo que é necessário ter habilidades técnicas especificas, multidisciplinares e tecnológicas. Um dos resultados apontou como Conhecimentos Necessários e Não Adquiridos na Universidade: «Informações sobre documentos especiais (digitais, fotográficos, fitas de vídeo aúdio, etc.)», entre outros.

Alguns textos apresentam experiências didáticas que envolvem atividades com fotografias, como o texto de Silva e Bedin (2016) que expõe uma experiência com atividade prática, de estágio supervisionado, a descrição do acervo fotográfico do curso de graduação em arquivologia da universidade federal de Santa Catarina. Utilizando um acervo composto por fotografias, trabalha algumas funções arquivísticas como classificação e descrição.

Outros nesta mesma linha, porém, não foram considerados por fugir ao escopo do trabalho: experiências didáticas com fotografias em pós-graduação, com material audiovisual, com técnicas de fotografia.

Três textos são específicos no sentido de analisar o ensino de gêneros diferentes dos textuais na graduação em Arquivologia no Brasil, dois em relação a documentos audiovisuais e um em relação a documentos iconográficos e audiovisuais. Os dois de audiovisuais também foram considerados uma vez que, apesar de não ser o foco, tratam também de documentos fotográficos, já que muitas disciplinas nos currículos dos cursos não são restritas a um ou ao outro gênero documental, incluindo nos conteúdos documentos de vários suportes e gêneros. São eles: Rocha e Mariz (2023), Silva e Novo (2024) e Penha et al. (2023).

Em Rocha e Mariz (2023), o texto discute o papel do arquivista na preservação audiovisual no Brasil, sob a perspectiva de que documentos audiovisuais são, além de patrimônio audiovisual, documentos arquivísticos. Investiga, por meio da análise dos currículos dos cursos de Arquivologia brasileiros, disciplinas que versem sobre audiovisual, preservação audiovisual ou documentos especiais.

Além das palavras-chaves relacionadas à preservação, foram utilizadas «audiovisual» e «documentos especiais», já que esta nomenclatura ainda vigora em alguns espaços na Arquivologia. Ao analisar a palavra-chave «audiovisual», a quantidade de disciplinas é muito menor comparando com as de preservação, foram encontradas

apenas 9 (nove) disciplinas que continham a palavra-chave audiovisual, sendo 3 (três) obrigatórias e 6 (seis) optativas. Somente a Universidade de Brasília (UnB) possui, concomitantemente, 1 (uma) disciplina obrigatória e 2 (duas) optativas, abordando a temática do audiovisual. Na palavra-chave «documento especial» foi encontrado o total de 5 (cinco) disciplinas com esta nomenclatura ou que a utilizam em seu ementário. Foi constatado que em 5 (cinco) universidades, a palavra audiovisual ou especial não apareceu em nenhum âmbito do projeto político pedagógico.

As autoras asseveram que

> *a Universidade ocupa lugar central na formação do arquivista contemporâneo, assim, uma vez que os cursos de Arquivologia não oferecem aos seus alunos contato com a temática do audiovisual em nenhum momento, podem estar contribuindo para futuras perdas informacionais, pois o profissional poderá dissociar o documento audiovisual de seu elemento orgânico, alegando o fator suporte* (Rocha e Mariz 2023, p. 14).

E concluem que os documentos audiovisuais fazem parte de um todo orgânico, por isso não podem ser retirados de seus contextos de produção sem que se leve em conta sua linguagem e seus aspectos técnicos, pois os documentos pouco significam isoladamente. Assim, refletir sobre as relações que estabelecem com os princípios e técnicas da Arquivologia pode ser um caminho para que sejam traçadas novas perspectivas e tomados novos rumos dentro da própria Arquivologia, para que a gestão documental desses documentos possa realmente ocorrer.

Em Silva e Novo (2024), apesar do objetivo do texto tenha sido originalmente as disciplinas voltadas para o audiovisual, as disciplinas levantadas não tratam unicamente de audiovisual. As imagens fixas (fotografias) e os arquivos sonoros também são contemplados nas diferentes ementas.

As autoras afirmam que o ensino sobre a temática audiovisual na Arquivologia é fundamental para contribuir com o avanço das pesquisas, técnicas e procedimentos de tratamento para os arquivos audiovisuais. Citam Manini (2011, cit. por Silva e Novo 2024), que observa a necessidade de conhecimentos básicos e técnicos sobre a produção das imagens, noções de processos históricos, modos de produção digital, para estabelecer relações da imagem com outas fontes de conhecimento, visando gerar informação e criar estruturas que conectem pesquisadores e consulentes às imagens.

Elas citam também uma análise da produção acadêmica dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação sobre os documentos audiovisuais feita por Santana (2019, cit. por Silva e Novo 2024) que considera que a baixa produção de novos conhecimentos referentes ao documento audiovisual enquanto documento

de arquivo está também relacionada à formação de base, por ser o assunto pouco debatido nas graduações de Arquivologia.

E concluem que tanto o acervo produzido, quanto a crescente produção audiovisual na sociedade levam à necessidade de formação específica para o tratamento desses documentos.

Em Penha et al. (2023), o estudo tem como escopo analisar os Projetos Pedagógicos e planos de ensino disponibilizados pelos cursos de graduação em Arquivologia, referentes às disciplinas que abordam os documentos audiovisuais e iconográficos, no que tange aos conceitos e princípios da Arquivologia assim como os desdobramentos da temática na atualidade.

Apresenta os resultados levantados a partir das universidades, com um quadro que tem informações sobre qual é a universidade, qual o nome da disciplina e a ementa, entre outras informações. Além das conclusões sobre as porcentagens de disciplinas obrigatórias e optativas, destaca as IES (Instituições de Educação Superior) que não oferecem nenhuma disciplina referente ao tema, levantando a hipótese de que «os discentes não adquiriram conhecimento para a realização da práxis, tendo em vista que tal produção documental é inerente a qualquer instituição e que a formação de arquivista, assim como suas atividades profissionais, pode ser prejudicada» (Penha et al. 2023, p. 140).

Os autores defendem que

> *os documentos audiovisuais e iconográficos sejam analisados desde a sua produção e que as especificidades da linguagem sejam compreendidas pelos profissionais dos arquivos. Além disso, espera-se que essa compreensão comece a fazer parte da formação nos cursos de Arquivologia. Assim, acredita-se que, apenas com o aprimoramento do ensino, será possível obter melhores resultados teóricos-metodológicos* (Penha et al. 2023, p. 133).

Alguns textos envolvem ensino e materiais em suportes diferenciados, porém não foram considerados por fugir ao escopo do trabalho, por exemplo: levantamentos de currículos de cursos em outros países, e/ou levantamento de literatura sobre o assunto no exterior, ou em outros níveis de formação que não a graduação.

CONCLUSÕES PARCIAIS

O arquivista tem cada vez mais encontrado em sua atuação profissional acervos arquivísticos, ou não, que contém fotografias. E nem sempre estão sabendo lidar com a situação. É necessário em primeiro lugar identificar se são acervos que possuem relação orgânica, para que possam receber o tratamento adequado. Este tratamento envolve incluir os documentos fotográficos na gestão de documentos da instituição,

cabe fazer com que passem por avaliação, classificação, descrição, preservação, todas as funções arquivísticas. Não como um documento diferenciado do restante do acervo, mas respeitando a relação orgânica que mantém com os documentos, sejam eles de que suporte, gênero ou linguagem forem.

A literatura da área começa a tratar desta questão ainda timidamente, mas já conseguimos ver que o assunto começa a ser discutido e a levantar questionamentos e atenção. Muitas vezes a conclusão a que se chega nos textos é que os cursos de arquivologia não estão acompanhando esta preocupação e se atendo em corresponder a esta necessidade. O que acontece é formar um profissional que nem sempre está preparado para os desafios que encontra ao exercer a profissão.

É possível perceber que o assunto ainda é pouco discutido e que carece de um maior aprofundamento e atenção. O profissional da área precisa receber formação que dê conta da organização do conhecimento contido nos documentos fotográficos, além das questões que envolvem a sua preservação. A formação do profissional arquivista precisa estar nas pautas de discussões, precisa ser ampliada por ser a base do que se traduz no futuro do fazer profissional da área.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L., 2014. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

GIL, A. C., 1994. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Ed. Atlas.

KAWABATA, P. E., e M. L. P. VALENTIM, 2015. Competências e habilidades solicitadas em concursos públicos para a atuação profissional do arquivista. *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação* [Em linha]. **2**(1) [consult. 2025-06-23]. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71297.

LIMA, E. S., e F. K. PEDRAZZI, 2015. O perfil do profissional arquivista formado pela Universidade Federal de Santa Maria. *Ponto de Acesso* [Em linha]. **9**(1), 64-90 [consult. 2025-06-23]. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/69058.

MACHADO, B. H., et al., 2019. A fotografia institucional na organização do conhecimento arquivístico: compreendendo o processo de evidenciação documental como parâmetro de organização. *Informação & Informação*. **24**(3), 183-206.

MALVERDES, André, e André P. A. LOPEZ, 2016. Patrimônio Fotográfico e os Espaços de Memória no Estado do Espírito Santo. *Ponto de Acesso*. **10**(2), 59-80.

MANINI, Miriam Paula, 2016. Acervos Imagéticos e Memória. *Ponto de Acesso*. **10**(3), 97-115.

NEGREIROS, L. R., W. A. SILVA, e C. A. C. ARREGUY, 2012. Metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de arquivologia: a experiência do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Em: *V Congresso Nacional de Arquivologia. Arquivologia e Internet: Conexões para o futuro. Anais*. Salvador: CNA, pp. 1-34. ISBN 978-85-66466-00-3.

OLIVEIRA, F. H., 2011. A formação do arquivista na universidade de brasília e sua inserção no mercado de trabalho da capital federal. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação* [Em linha]. **4**(1), 72-92 [consult. 2025-06-23]. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72642.

PENHA, N. A., et al., 2023. O ensino de documentos audiovisuais e iconográficos nos currículos de cursos superiores em arquivologia no Brasil: Teaching of audiovisual and iconographic records

in the education plan of higher education courses in archival science in Brazil. *Informação & Informação* [Em linha]. **28**(4), 122-147 [consult. 2025-06-23]. DOI: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2023v28n4p122.

ROCHA, A. C. P., e A. C. A. MARIZ, 2023. Enseñanza em archivo de grado en Brasil: el papel del archivista en la conservación audiovisual. *Revista EDICIC* [Em linha]. **3**(4), 1-17 [consult. 2025-06-23]. DOI: https://doi.org/10.62758/re.v3i4.243.

ROUSSEAU, J.Y., e C. COUTURE, 1998. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

SILVA, A. M. S., e N. TOGNOLI, 2022. A organização do conhecimento arquivístico: a emergência de uma comunidade discursiva brasileira. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*. **35**(2), 1-17.

SILVA, K. B., e H. F. NOVO, 2024. Ensino sobre documentação audiovisual na arquivologia brasileira. *REBECIN. Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação* [Em linha]. N.º especial: Anais do V Encontro Regional Norte/Nordeste de Educação em Ciência da Informação, 1-15 [consult. 2025-06-23]. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/299226.

SILVA, S. C. L., e S. P. M. BEDIN, 2016. Descrição do acervo fotográfico do curso de graduação em arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): período de 2010.1 a 2013.1. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina* [Em linha]. **21**(3), 821-836 [consult. 2025-06-23]. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76246.

SOUSA, R. T. B., e F. H. OLIVEIRA, 2014. O ensino universitário de arquivologia no Brasil: um estudo sobre as propostas pedagógicas e estruturas curriculares dos cursos de graduação. *Arquivo & Administração* [Em linha]. **13**(1-2) [consult. 2025-06-23]. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50114.

TAVEIRA, D. B., e J. P. P. ESPOSEL, 1981. Curso de graduação em arquivologia da UFF. *Arquivo & Administração* [Em linha]. **9**(1), 12-15 [consult. 2025-06-23]. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/31796.

COMPETENCIAS PARA LA ORGANIZACIÓN DEL CONOCIMIENTO Y LA INFORMACIÓN EN LOS REPOSITORIOS INSTITUCIONALES: PERSPECTIVA DE LOS PROFESIONALES EN BRASIL, ESPAÑA Y PORTUGAL

CARMEN AGUSTÍN-LACRUZ*
GEMA BUENO-DE-LA-FUENTE**
DAVID MERCADAL-CUESTA***
MARIÂNGELA SPOTTI-LOPES-FUJITA****
ANA LÚCIA TERRA*****

Resumen: *Se identifican las competencias y habilidades profesionales de los gestores de repositorios sobre organización del conocimiento y la información. Es un estudio exploratorio y descriptivo que utiliza técnicas cuantitativas y cualitativas, como un censo-directorio de gestores y directores de repositorios de universidades públicas de Brasil, España y Portugal y un cuestionario bilingüe con preguntas de respuestas múltiples. Los resultados obtenidos identifican: el perfil profesional de los responsables de repositorios institucionales, su dedicación temporal, el tipo de competencias y de conocimientos requeridos en este desempeño profesional; la formación académica inicial; el entorno en el que ha adquirido los conocimientos necesarios para su práctica profesional en el repositorio; la participación en asociaciones, redes o grupos de trabajo; las tareas de representación temática y uso de herramientas y estándares específicos, así como la identificación de los sistemas de organización del conocimiento relevantes para la gestión en los repositorios institucionales.*

Palabras clave: *Repositorios institucionales; Profesionales de la Información; Organización de la información.*

Abstract: *The professional competencies and skills of repository managers on the organization of knowledge and information are identified. It is an exploratory and descriptive study that uses quantitative and qualitative techniques, such as a census-directory of managers and directors of repositories from public universities in Brazil, Spain and Portugal and a bilingual questionnaire with multiple response questions. The results obtained identify: the professional profile of those responsible for institutional repositories, their time dedication, the type of skills and knowledge required in this professional performance; initial academic training; the environment in which you have acquired the knowledge necessary for your professional practice in the repository; participation in associations, networks or work groups; the tasks of thematic representation and use of specific tools and standards, as well as the identification of knowledge organization systems relevant to management in institutional repositories.*

Keywords: *Institutional repositories; Information professionals; Information organization.*

* Universidad de Zaragoza – España. Email: cagustin@unizar.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2577-1998.
** Universidad de Zaragoza – España. Email: gbueno@unizar.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5400-1488.
*** Universidad de Zaragoza – España. Email: dmercadal@unizar.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8228-9869.
**** Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP) – Brasil. Email: mariangela.fujita@unesp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8239-7114.
***** Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras / CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares – Portugal. Email: anaterra@fl.uc.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1292-2849.

INTRODUCCIÓN

Los repositorios institucionales son plataformas digitales diseñadas para depositar, almacenar y proporcionar acceso a la producción científica y académica de una institución o de una red, con el propósito de facilitar la difusión abierta y gratuita del conocimiento y aumentar su visibilidad (Bueno-De-La-Fuente y Agustín-Lacruz 2025). Surgieron a finales del siglo XX como una nueva estrategia de las instituciones académicas, con el objetivo de preservar y difundir colecciones de recursos producidos por ellas mismas, junto con los metadatos que los describen (Fujita et al. 2023). Fueron impulsados por el movimiento de acceso abierto a la ciencia, fundamentado en las declaraciones internacionales de Budapest (2002), Berlín (2003) y Bethesda (2003) para fomentar el acceso libre, sin restricción de tipo económico, técnico o legal a la información científica, académica, técnica y cultural. Los repositorios comenzaron a participar en el proceso de comunicación académica, desarrollando el papel de los editores y mejorando la diseminación y difusión de la producción intelectual de sus instituciones (Villalobos y Gomes 2018).

Estos sistemas de información están gestionados por bibliotecas universitarias o instituciones y centros de investigación y son entornos de trabajo habitual para bibliotecarios y profesionales de la información, que suman nuevos roles (Sanches 2020) y aplican procesos y técnicas de organización del conocimiento tanto para organizar las colecciones como para describir temáticamente los recursos y objetos digitales (Bueno-De-La-Fuente et al. 2025).

En la actualidad, los repositorios son imprescindibles para la gestión de la producción intelectual de una institución académica y se han convertido en infraestructuras determinantes del avance científico. En los últimos años se ha afianzado la idea del conocimiento como bien público y del acceso abierto gestionado por la comunidad académica sin fines de lucro, y los repositorios institucionales se han convertido en herramientas privilegiadas por la regulación legal y el establecimiento de políticas de acceso abierto a la ciencia (Babini y Rovelli 2020).

1. OBJETIVOS

En este contexto, el objetivo de esta investigación consiste en estudiar el perfil profesional y formativo de los gestores y responsables de los repositorios institucionales en Brasil, España y Portugal. De forma específica, se trata de identificar cuáles son las competencias y habilidades de estos profesionales en el ámbito de la organización del conocimiento y la información para su desempeño en los repositorios.

2. METODOLOGÍA

Se trata de un estudio exploratorio y descriptivo que utiliza técnicas cuantitativas y cualitativas. Se ha llevado a cabo en seis etapas:

1) Definición y establecimiento del objeto y límites de la investigación.
2) Elaboración de un censo-directorio compuesto por gestores o directores de repositorios de universidades públicas e instituciones de investigación de Brasil, España y Portugal. Este censo está conformado por 515 profesionales (281 brasileños, 178 españoles y 56 portugueses), procedentes de un total de 232 repositorios (101 Brasil, 75 España y 56 Portugal).
3) Diseño y redacción de un cuestionario bilingüe en castellano y en portugués compuesto por 22 preguntas con respuestas, relativas a tres dimensiones: a) al perfil profesional de los gestores de los repositorios (género, formación académica y profesional) (preguntas 1 a 8), b) su desempeño (dedicación laboral, colaboración con otros profesionales, autonomía y capacidad de decisión) (preguntas 9 a 16), y c) tareas y competencias específicas relacionadas con la gestión de la información y el conocimiento (preguntas 17 a 21). Las dos primeras dimensiones tienen respuestas únicas, mientras que la tercera admite respuestas múltiples.
4) Implementación del cuestionario en una plataforma *online* y envío a los profesionales incluidos en el censo. Se ha desarrollado entre el 28/05 y el 14/06 de 2025 y ha incluido el envío de un correo electrónico inicial con la encuesta y otro posterior de recordatorio. La tasa de respuesta obtenida ha sido del 19,8%.
5) Colecta, procesado y análisis de la información obtenida.
6) Redacción de los resultados y conclusiones.

3. PERFIL PROFESIONAL DE LOS GESTORES DE REPOSITORIOS INSTITUCIONALES

La investigación ha sido posible gracias a la colaboración de 102 profesionales que trabajan en 79 repositorios institucionales. De ellos, 43 (42,2%) ejercen en Brasil, 45 (44,1%) en España y 14 (13,7%) en Portugal.

3.1. Género, formación académica y profesional de los gestores de repositorios

Entre los profesionales predominan las mujeres (67,6%) sobre los varones (31,4%) y una persona no declaró su género. Esta distribución de géneros, en la que 2 de cada 3 profesionales son mujeres, es la habitual en el ámbito de la Información y la Documentación.

Por lo que respecta al nombre, «bibliotecario» es la denominación más frecuente con la que se designa el puesto o cargo ocupado (47,1%), seguida de «director/responsable de servicio» (18,6%), «director de biblioteca general» (10,8%) y «gestor» (9,8%). Otros nombres, como «informático», «coordinadora de biblioteca», «coordinador de unidad», o «editor», son minoritarias (12,7%). Casi un tercio de los profesionales cuenta con menos de 5 años de experiencia en su puesto de trabajo (29,4%), mientras que uno de cada cinco (19,6%) lleva en él más de 20 años.

En cuanto a la formación académica, la mitad de los profesionales ha cursado un posgrado (30,4%) o doctorado (19,6%) y la otra mitad tiene una titulación de primer ciclo, como grado y licenciatura (44,1%) o diplomatura (5,9%). La principal área de formación es Biblioteconomía (66 participantes, 64,7%). Además, tres de ellos han indicado que la combinaron con otras disciplinas, como Informática, Documentación, Archivística y/o Humanidades. Al margen de la Biblioteconomía, otros profesionales cursaron disciplinas como Historia, Filología, Filosofía y Letras, Humanidades, Psicología, Sociología, Servicio Social, Ciencias de la Comunicación, Ciencias de la Información, Geografía e Historia.

Entre las respuestas recabadas con opciones múltiples, estos profesionales declaran que han adquirido conocimientos específicos sobre repositorios, en su mayoría (83,3%), durante su práctica profesional. Aunque un 32,4% de los encuestados se consideran autodidactas, se observa una notable importancia de los cursos de formación específica impartidos por las bibliotecas (46,1%) o por redes, consorcios o grupos de trabajo profesional (45,1%). En contraste, sólo el 22,5% afirma haber adquirido estos conocimientos durante su formación académica.

3.2. Asociacionismo profesional, dedicación y colaboración con otros perfiles

La gran mayoría de profesionales (86,3%) participa en asociaciones, redes, consorcios o grupos de trabajo específicos sobre repositorios, mientras que el 13,7% declara no formar parte de este tipo de iniciativas.

La gestión del repositorio es la tarea principal de menos de la mitad de las personas encuestadas (41,2%), frente al 58,8% restante, lo que explica el bajo número de horas semanales dedicadas a este cometido.

Sólo el 21,6% de profesionales dedica 40 horas semanales a esta función, mientras que el 8,8% le dedica 30 horas. El grupo más numeroso (29,4%) destina 20 horas semanales, el 17% dedica 10 horas, y el 22,5%, menos de diez horas semanales (véase Fig. 1). Estos datos sugieren que la administración de los repositorios es, en general, una tarea secundaria dentro de las asignadas al personal responsable.

La falta de exclusividad en la dedicación a la gestión del repositorio se compensa, en parte, con la colaboración con otros profesionales, pues esta es una práctica

extendida entre los gestores de los repositorios (89,2%). Entre los encuestados, prácticamente 9 de cada 10, trabajan de forma colaborativa. La cooperación se lleva a cabo principalmente con bibliotecarios (59, 8%) y con informáticos (16,3%). De forma puntual, también se colabora con investigadores, documentalistas, archiveros, profesores, coordinadores de proyectos y administrativos (véase Fig. 2).

En cómputo semanal, esta colaboración es poco significativa, pues supone tan solo 10 horas (24,2%) e incluso menos (50,6%). Excepcionalmente, la colaboración semanal es de 40 horas (9,9%), 30 horas (5,5%) o 20 (9,9%) (véase Fig. 3).

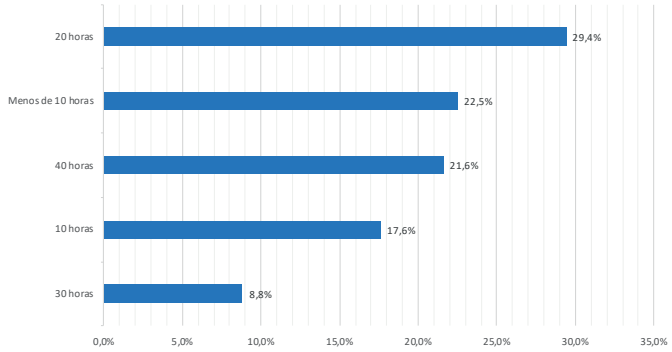


Fig. 1
Horas de dedicación semanal a la gestión del repositorio
Fuente: Cuestionario en Anexo, elaboración propia

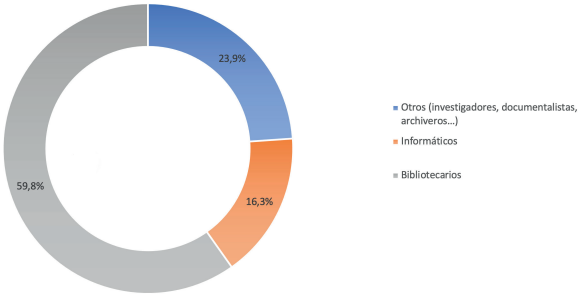


Fig. 2
Colaboración con otros profesionales
Fuente: Cuestionario en Anexo, elaboración propia

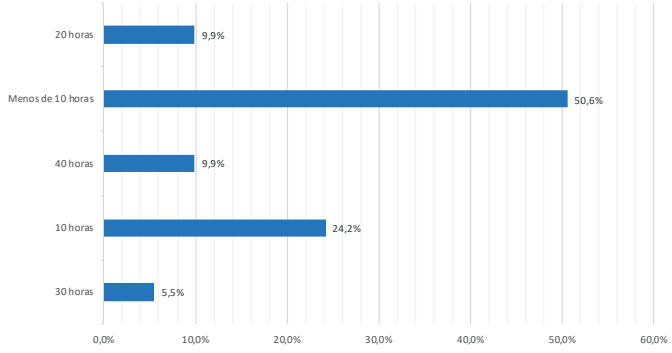


Fig. 3
Dedicación temporal a la colaboración con otros profesionales
Fuente: Cuestionario en Anexo, elaboración propia

Tres de cada cuatro encuestados confirman que sus decisiones sobre el repositorio requieren la validación de superiores orgánicos. En su mayoría (68%) identifican a los validadores como directores de bibliotecas generales, de centro o de servicios. Por su parte, 15 profesionales (20%) identifican que la validación corresponde a otros cargos de dirección y gestión institucional, como jefes de departamento, secretarios generales, directores de unidades de investigación, entre otros. Un porcentaje menor (12%) señala que son cargos de gobierno como rectores, vicerrectores, decanos y directores de facultades, institutos o centros quienes realizan dicha validación (véase Fig. 4).

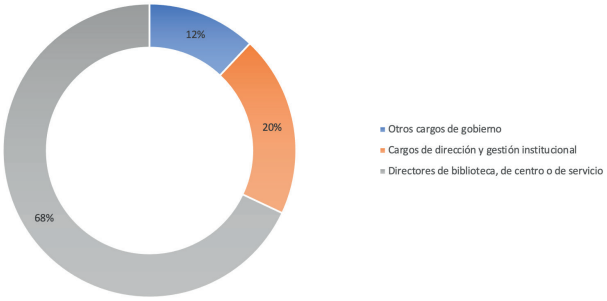


Fig. 4
Responsables de la validación de decisiones sobre los repositorios institucionales
Fuente: Cuestionario en Anexo, elaboración propria

3.3. Tareas y competencias de los profesionales para la gestión de repositorios

Los gestores de los repositorios encuestados indican que las tareas que realizan con más frecuencia (Tabla 1) están relacionadas con: a) la gestión de la información y la documentación, b) la gestión de colecciones, y c) la búsqueda, recuperación, acceso y uso de la información y la documentación, seguidas de otras tareas relevantes.

Tabla 1. Tareas realizadas por los gestores de repositorios

Tareas	N.º de respuestas	Porcentaje
Gestión de la información y documentación	72	70,6%
Gestión de colecciones	60	58,8%
Búsqueda, recuperación, acceso y uso de la información y documentación	59	57,8%
Formación de usuarios y competencias informacionales	56	54,9%
Organización del conocimiento	55	53,9%
Selección y difusión de recursos documentales de apoyo a la investigación	53	52%
Análisis de la actividad científica	37	36,3%
Selección y difusión de recursos documentales de apoyo al aprendizaje	35	34,3%
Gestión y planificación de bibliotecas universitarias	29	28,4%
Evaluación de la actividad científica	25	24,5%
Otros (respuesta libre)	16	15,6%

Fuente: Cuestionario en Anexo, elaboración propria

Analizados los datos con detalle, los profesionales encuestados indican que la «Gestión de la información y la documentación» es su tarea más frecuente (72 respuestas, 70,6%) y está relacionada con la organización, conservación y recuperación efectiva de la información y documentación en los repositorios, siguiendo el ciclo documental. También son frecuentes las tareas de «Gestión de colecciones» (60 respuestas, 58,8%) y de «Búsqueda, recuperación, acceso y uso de información y documentación» (59 respuestas, 57,8%). La tarea de «Organización del conocimiento» ocupa el quinto lugar en el ranking general de respuestas obtenidas (55 respuestas, 53,5%), con la particularidad de que ocupa el segundo lugar (29 respuestas, 67,4%) de las respuestas recibidas de Brasil en cuanto a su influencia como competencia en la práctica profesional. De las recogidas en el cuestionario, «Evaluación de la actividad científica» es la tarea menos frecuente (25 respuestas, 24,5%).

Entre las tareas especificadas en la opción «Otras» (15,6%), se incluye la «Elaboración de materiales formativos e impartición de sesiones de formación para usuarios», la «Curación de contenidos», y otros «Aspectos generales de gestión, análisis y organización». También hay encuestados que se centran en la gestión tecnológica del repositorio, señalando «Desarrollo y mantenimiento» del repositorio y de los sistemas informáticos, «Especificación de requisitos y pruebas de software» y «Soporte y evaluación de las plataformas».

En relación con las competencias sobre Organización del Conocimiento que los profesionales consideran más importantes para su desempeño profesional en repositorios (Tabla 2) estas son: a) Conocer y comprender los principios, sistemas, tendencias y objetivos de la organización y representación del conocimiento y la información registrados; b) Aplicar sistemas de catalogación y metadatos utilizados para organizar el conocimiento y la información registrados, y c) Desarrollar, describir y evaluar procesos normalizados para organizar el conocimiento registrado y los recursos de información.

Tabla 2. Competencias sobre Organización del Conocimiento para el desempeño profesional

Competencias sobre Organización del Conocimiento	N.º de respuestas	Porcentaje
Conocer y comprender los principios, sistemas, tendencias y objetivos de la organización y representación del conocimiento y la información registrados	76	74,5%
Aplicación de sistemas de catalogación y metadatos utilizados para organizar el conocimiento y la información registrados	74	72,5%
Desarrollo, descripción y evaluación de procesos normalizados para organizar el conocimiento registrado y los recursos de información	67	65,7%
Actualizar, aplicar y mantener el control del vocabulario especializado a través de sistemas de Organización del Conocimiento (tesauros, listas autorizadas de materias, vocabularios controlados)	45	44,1%
Aplicación de métodos de indización y clasificación utilizados para organizar el conocimiento y la información registrados	43	42,2%

(*continua na página seguinte*)

Competencias sobre Organización del Conocimiento	N.º de respuestas	Porcentaje
Desarrollo de sistemas de organización y representación del conocimiento para controlar los vocabularios especializados utilizados para organizar el conocimiento y la información registrados	36	35,3%
Reconocer la forma en que los prejuicios culturales impactan e influyen en la recopilación y descripción del conocimiento y la información registrados	18	17,6%
Otras	1	1%
Ninguno de los anteriores	4	3,9%

Fuente: Cuestionario en Anexo, elaboración propria

Se observa que la competencia específica más señalada sobre Organización del Conocimiento es, precisamente, «Conocer y entender los principios, sistemas, tendencias y objetivos involucrados en la organización y representación del conocimiento e información registrados» (76 respuestas, 74,5%), lo que sugiere que los profesionales necesitan entender para qué sirve la Organización del Conocimiento y, eventualmente, cómo aplicarla en repositorios.

Las opciones seleccionadas en segunda y tercera posición se vinculan a los conocimientos técnicos muy específicos: «Aplicación de sistemas de catalogación y metadatos utilizados para organizar el conocimiento y la información registrados» (74 respuestas, 72,5%) y «Desarrollo, descripción y evaluación de procesos normalizados para organizar el conocimiento registrado y los recursos de información» (67 respuestas, 65,7%). Ocurre lo mismo con la cuarta opción, aunque en menor medida (45 respuestas, 44,1%).

En quinto y sexto lugar son menos seleccionadas, y, por tanto, consideradas como menos relevantes, las competencias relativas a «Aplicación de métodos de indexación y clasificación utilizados para organizar el conocimiento y la información registrada» (43 respuestas, 42,2%), así como «Desarrollo de sistemas de organización y representación del conocimiento para el control de vocabularios especializados» (36 respuestas, 35,3%). Por otro lado, la competencia menos valorada es «Reconocer las maneras en que los prejuicios culturales impactan e influyen en la recopilación y descripción del conocimiento y la información registrados» (18 respuestas, 17,6%).

En relación con la importancia de la representación temática en los repositorios mediante sistemas de organización del conocimiento (Tabla 3), hay una coincidencia mayoritaria en que su principal valor es hacer posible el uso de términos específicos para las áreas científicas de cada institución (77 respuestas, 76,2%), y en menor medida, la disponibilidad de descriptores temáticos en otras lenguas (19 respuestas, 18,8%), como se recoge en la tabla 3. La opción abierta «otros» ha recogido «la especificidad de los metadatos conceptuales en inglés, español y portugués para que los recursos sean accesibles para usuarios de esos ámbitos idiomáticos»; la indicación de que «mejoran la interoperabilidad», y que facilitan las métricas fiables.

Tabla 3. Importancia de la representación temática a través de SOC en los repositorios

Importancia de la representación temática mediante sistemas de organización del conocimiento en los repositorios	N.º de respuestas	Porcentaje
Permitir el uso de términos adaptados a las áreas científicas/académicas de cada institución	77	76,2%
Poner a disposición descriptores temáticos en diferentes idiomas	19	18,8%
Otros	5	4,9%

Fuente: Cuestionario en Anexo, elaboración propria

En relación con los estándares de descripción utilizados en repositorios (Fig. 5), el más relevante es *Dublin-Core* (85,3%). Las otras dos respuestas propuestas (ISBD consolidada y ETD-MS) representan el 5,9% cada una. En la opción «Otros», tres encuestados indicaron los formatos MARC21, MARC XML, PREMIS y las Directrices OpenAIRE.

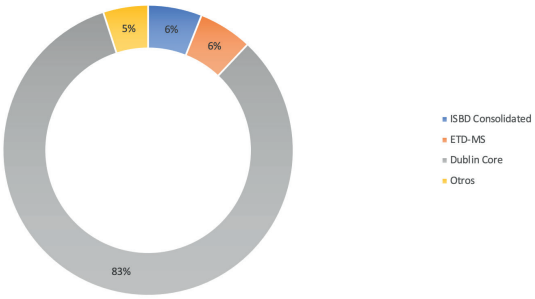


Fig. 5
Normas de descripción más relevantes en los repositorios
Fuente: Cuestionario en Anexo, elaboración propria

Por lo que respecta a los sistemas de organización del conocimiento (Fig. 6) los tesauros son los más mencionados (33,3%). Seguidamente, las listas de términos estructuradas (32,4%) son productos generados y disponibilizados por el propio *software Dspace*, que no siempre pasa por un control de vocabulario. En otros casos, se mencionaron las palabras clave, asignadas por los autores en lenguaje natural; y los vocabularios controlados de la *Confederation of Open Access Repositories* (COAR): tipo de recurso, derechos de acceso y versión.

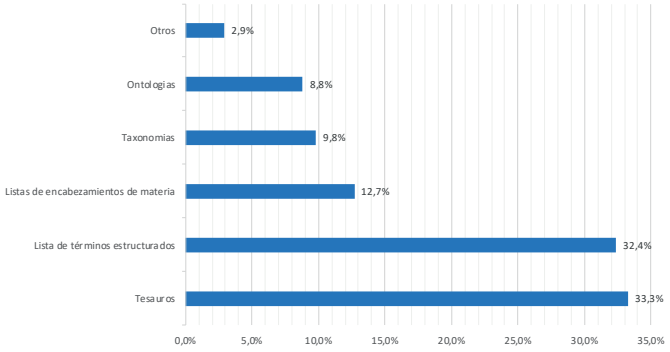


Fig. 6
Sistemas de organización del conocimiento en repositorios
Fuente: Cuestionario en Anexo, elaboración propria

CONCLUSIONES

Esta investigación sobre los profesionales que trabajan en repositorios institucionales en Brasil, España y Portugal ha puesto de manifiesto que la gestión de estos sistemas de información se lleva a cabo desde las bibliotecas. La mayoría de personas encuestadas respondieron que la denominación de su trabajo es «bibliotecario/a» (47,1%) y, en menor medida, también son nombrados con otros cargos de dirección o coordinación de bibliotecas. Puesto que la gestión queda asignada usualmente a cargos técnicos de biblioteca, los participantes en la encuesta indican que sus decisiones requieren validación por parte de otros profesionales superiores, como directores de biblioteca, de centro o de servicio. Esto evidencia que, en muchas ocasiones, las tareas relacionadas con la gestión de los repositorios no han alcanzado aún el suficiente reconocimiento profesional, como para recibir una nueva denominación o para gozar de márgenes suficientes de autonomía y autoridad en el ejercicio de las funciones propias.

La gestión de los repositorios es una tarea realizada, principalmente, por mujeres (67,6%), coincidiendo con la proporción habitual de la profesión bibliotecaria y han cursado estudios superiores en Biblioteconomía (64,7%) o disciplinas afines (Archivística, Documentación, Humanidades o Informática). Las competencias relativas a organización del conocimiento se han adquirido durante la práctica profesional, lo que pone de manifiesto la necesidad de obtener formación más allá de la académica, ya que menos de una cuarta parte de los profesionales participantes (22,8%) indicaron haberla recibido durante sus estudios formales.

La importancia de las redes o asociaciones profesionales queda manifiesta por dos razones: en primer lugar, la mayoría de encuestados pertenecen a una red o similar; y, en segundo lugar, los cursos impartidos por estas muestran una importancia elevada. Esta colaboración presenta también una dimensión interna, ya que además de participar en redes, los encuestados señalan la colaboración con otros cargos bibliotecarios e incluso con otros departamentos, principalmente el de informática. Esta prolija colaboración es, no obstante, reducida en horas (diez horas o menos); pero es importante ya que suple la falta de dedicación exclusiva por parte de los gestores, que dedican en su mayoría 20 horas o menos.

El análisis de las respuestas obtenidas a las preguntas específicas sobre las competencias y habilidades de los profesionales en organización del conocimiento e información para su desempeño profesional en repositorios revela tareas, herramientas y estándares específicos, así como identifica los principales sistemas de organización del conocimiento relevantes para la gestión del conocimiento en el ámbito de los repositorios institucionales.

Estos resultados muestran, en general, una baja relevancia de la tarea de «Organización del Conocimiento» en relación a las otras opciones, aunque se destaca

su importancia para los profesionales que trabajan en Brasil. Se confirma la razón por la que la baja relevancia es el desconocimiento de cómo aplicar las habilidades en Organización del Conocimiento en la práctica profesional, considerando que la respuesta más puntuada es precisamente «Conocer y comprender los principios, sistemas, tendencias y objetivos de la organización y representación del conocimiento y la información registrados», es decir, existe un vacío en la formación profesional que aún no ha sido resuelto por los gestores de repositorios. Se supone que las razones están relacionadas con las diferencias tecnológicas en el desarrollo de *software* y aplicaciones de los sistemas de información utilizados para los repositorios que difieren mucho de los sistemas tradicionales de catálogos en línea o de las bibliotecas digitales en general. Probablemente se estén adaptando a los objetivos de la organización y representación del conocimiento cuyos procesos aún son desconocidos en su aplicación, como, por ejemplo, la indexación, clasificación y análisis de materias, procesos de organización del conocimiento dedicados a la representación temática de contenidos con el objetivo de representación para la recuperación de información en las interfaces de búsqueda de los repositorios.

Por otro lado, predomina el conocimiento sobre los sistemas de catalogación y metadatos que describen físicamente la información registrada, así como los procesos estandarizados, más adaptables a las tecnologías de sistemas de información diseñados para repositorios, en relación con la aplicación de métodos de indexación y clasificación y el desarrollo de sistemas de organización y representación del conocimiento para el control del vocabulario.

Además, los resultados sobre el uso de sistemas de organización del conocimiento demuestran equivalencia en la cantidad de elección entre la lista estructurada de términos y el tesauro, revelando otra tendencia tecnológica de la arquitectura del propio sistema de información repositorio, que elabora las listas estructuradas de términos a partir del contenido de los metadatos de los sujetos, ya sea a partir de lenguaje natural o controlado. Esta es otra indicación de que los repositorios pueden no tener muchas evaluaciones sobre las interfaces para buscar y recuperar información y usar más lenguaje natural que el controlado.

Estas selecciones cuantitativamente más reducidas a las principales competencias en Organización del Conocimiento están relacionadas con la falta de comprensión de esta área de la actividad profesional, en lo que respecta a los métodos e instrumentos de los repositorios, que debe aclararse más durante la formación inicial y posteriormente en la formación en servicio. Por otro lado, es necesario observar qué decisiones y estrategias forman parte de la Gestión de la Información y Documentación de los repositorios porque esto influye en la existencia de competencias profesionales en la Organización del Conocimiento.

Estos resultados aportan información sobre las competencias de los profesionales responsables de los repositorios institucionales en la organización del conocimiento. Sugieren incluirlas en la formación y cualificación de los profesionales, para que puedan aplicarlas, lo que mejorará la precisión temática en la recuperación de la información.

REFERENCIAS

BABINI, Dominique, y Laura ROVELLI, 2020. *Tendencias recientes en las políticas científicas de ciencia abierta y acceso abierto en Iberoamérica* [En línea]. Buenos Aires: Clacso; Fundación Carolina [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/12/Ciencia-Abierta-1.pdf.

BUENO-DE-LA-FUENTE, Gema, y Carmen AGUSTÍN-LACRUZ, 2025. Repositorios institucionales, redes y organización del conocimiento: un estado de la cuestión en Hispanoamérica. En: Catalina NAUMIS PEÑA, y Adriana SUÁREZ SÁNCHEZ, coord. *Organización del conocimiento: Bibliotecología, Terminología e Información* [En línea]. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, pp. 163-192 [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://ru.iibi.unam.mx/jspui/bitstream/IIBI_UNAM/1120/1/09_organizacion_conocimiento_gema_bueno_maria_agustin.pdf.

BUENO-DE-LA-FUENTE, Gema, et al., 2025. Competencias profesionales para la Organización del conocimiento en Repositorios Institucionales. En: María OLIVERA ZALDUA, Ana Lucia TERRA, y Carmen AGUSTÍN-LACRUZ, ed. *Organización del conocimiento en el ámbito documental, patrimonial y social. Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal, 16.º ISKO España.* Madrid: Universidad Complutense, pp. 623-635.

FUJITA, Mariângela-Spotti-Lopes, et al., 2023. Institutional Repositories and Knowledge Organization: A Bibliographic Study from Library and Information Science. *Education for Information* [En línea]. **39**(1), 1-66 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.3233/EFI-220015.

SANCHES, Tatiana, 2020. Bibliotecários do ensino superior: o desafio da atualização de competências. En: *XIV Jornadas APDIS-Be open: Inspirar, Capacitar, Investigar, Inovar & Partilhar* [En línea]. Porto: APDIS, pp. 1-16 [consult. 2025-07-01]. Disponible en: http://hdl.handle.net/10451/45788.

VILLALOBOS, Ana Paula de Oliveira, y Fabio Andrade GOMES, 2018. Análise dos repositórios das universidades federais brasileiras. *Ponto de Acesso* [En línea]. **12**(3), 126-144 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.9771/rpa.v12i3.27929.

Anexo. Cuestionario

Cuestionario: Competencias profesionales para la organización la información en repositorios institucionales / Questionário: Competências profissionais para a organização da informação em repositórios institucionais.

1. País de trabajo / País de trabalho:
   ( ) Brasil
   ( ) España
   ( ) Portugal
2. Género:
   ( ) femenino / feminino
   ( ) masculino / masculino
   ( ) otro género / outro gênero: _____
   ( ) prefiero no contestar / prefiro não responder.
3. Institución de trabajo / Instituição de trabalho:
   _____
4. Denominación de cargo o puesto de trabajo / Título do cargo ou emprego
   ( ) Gestor
   ( ) Director de biblioteca general / Diretor da biblioteca geral
   ( ) Director de biblioteca de centro / Diretor da biblioteca central
   ( ) Director/responsable de servicio / Diretor/gestor de serviço
   ( ) Bibliotecario / Bibliotecário
   ( ) Informático
   ( ) Becario / Estagiário
   ( ) Otro / Outro (indíquelo)
5. Años en dicho puesto / Anos neste cargo:
   ( ) 1 – 5
   ( ) 6 – 10
   ( ) 11 – 15
   ( ) 16 – 20
   ( ) 21 – 30
   ( ) 31 – 40
6. Nivel académico más alto / nível de educação mais elevado:
   ( ) Diplomatura / Diploma
   ( ) Grado/licenciatura / Bachalerato
   ( ) Maestría / Mestrado
   ( ) Doctorado / Doutouramento
7. Área de formación académica / Área de formação académica
   ( ) Biblioteconomía
   ( ) Archivística / Arquivística

( ) Documentación / Documentação
( ) Informática
( ) Otra formación / Outra formação:

8. Forma de adquisición de conocimientos y formación sobre repositorios (respuesta múltiple) / Forma de adquisição de conhecimento e treinamento em repositórios (resposta múltiple):
   ( ) Durante mi formación académica (grado, maestría, doctorado) / Durante a minha formação académica (licenciatura, mestrado, doutoramento)
   ( ) En cursos de formación específicos de la biblioteca / Em cursos de formação específica para bibliotecários
   ( ) En cursos de formación generales en la institución donde trabajo / Em cursos de formação geral na instituição onde trabalho
   ( ) En cursos de formación especializados ofrecidos por una asociación profesional / Em cursos de formação especializada oferecidos por uma associação profissional
   ( ) En cursos de formación especializados ofrecidos por una institución académica / Em cursos de formação especializada oferecidos por uma instituição académica
   ( ) En cursos de formación especializados ofrecidos por una red, consorcio, o grupo de trabajo profesional / Em cursos de formação especializada oferecidos por uma rede, consórcio ou grupo de trabalho profissional
   ( ) Durante mi práctica profesional / Durante a minha prática profissional
   ( ) Autodidacta / Autodidata
   ( ) Otras formas: _____

9. Participación en asociaciones, redes, consorcios o grupos sobre repositorios / Participação em associações, redes, consórcios ou grupos sobre repositórios
   ( ) Sí / Sim
   ( ) No / Não

10. La gestión del repositorio es su principal tarea laboral / A gestão do repositório é a sua principal tarefa de trabalho:
    ( ) Sí / Sim
    ( ) No / Não

11. Tiempo de trabajo semanal en el repositorio / Tempo de trabalho semanal no repositório:
    ( ) 40 horas
    ( ) 30 horas
    ( ) 20 horas
    ( ) 10 horas
    ( ) menos de 10 horas

12. ¿Colabora en su trabajo en el repositorio con otros profesionales? / Colabora no seu trabalho no repositório com outros profissionais?
    ( ) Sí / Sim
    ( ) No / Não

13. Si colabora, indique con quienes / Se colabora, indique com quem:
    ( ) Bibliotecarios
    ( ) Archiveros / Arquivistas
    ( ) Documentalistas
    ( ) Informáticos
    ( ) Otros / Outros: ____

14. Si colabora, indique cuánto tiempo semanal / Se colabora, indique quanto tempo semanal:
    ( ) 40 horas
    ( ) 30 horas
    ( ) 20 horas
    ( ) 10 horas
    ( ) Menos de 10 horas

15. ¿Sus decisiones sobre el repositorio necesitan la validación de otras personas responsables? / As suas decisões sobre o repositório necessitam da validação de outras pessoas responsáveis?
    ( ) Sí / Sim
    ( ) No / Não

16. En caso afirmativo, indique el cargo de estas personas / Em caso afirmativo, indique o cargo dessas pessoas:
    ( ) Rector o vicerrector / Reitor ou vice-reitor
    ( ) Director de facultad, instituto, o centro / Diretor de faculdade, instituto ou centro
    ( ) Director de biblioteca general / Diretor de biblioteca geral
    ( ) Director de biblioteca de centro / Diretor de biblioteca de centro
    ( ) Director/responsable de servicio / Diretor/gestor de serviço
    ( ) Otros / Outros: _____

17. Indique sus tareas en el repositorio en el que trabaja (respuesta múltiple) / Indique as suas tarefas no repositório em que atua (resposta múltiple):
    ( ) Selección y difusión de recursos documentales de apoyo al aprendizaje / Seleção e difusão de recursos documentais como apoio à aprendizagem;
    ( ) Selección y difusión de recursos documentales de apoyo a la investigación / Seleção e difusão de recursos documentais como apoio à investigação;
    ( ) Búsqueda, recuperación, acceso y uso de la información y documentación / Busca, recuperação, acesso e uso da informação e documentação;
    ( ) Gestión y planificación de bibliotecas universitarias / Gestão e planejamento de bibliotecas universitárias;
    ( ) Formación de usuarios y competencias informacionales / Formação de usuários e competências informacionais;
    ( ) Análisis de la actividad científica / Análise da atividade científica;
    ( ) Evaluación de la actividad científica / Avaliação da atividade científica;
    ( ) Organización del conocimiento / Organização do conhecimento;

( ) Gestión de la información y documentación / Gestão da informação e documentação;
( ) Gestión de colecciones / Gestão de coleções;
( ) Otras / Outras: _____

18. Marque qué competencias sobre organización del conocimiento son las más importantes para su desempeño profesional en repositorios (respuesta múltiple) / Marque quais competências sobre organização do conhecimento são as mais importantes para o seu desempenho profissional em repositórios (resposta múltiple):
( ) Conocer y comprender los principios, sistemas, tendencias y objetivos de la organización y representación del conocimiento y la información registrados / Conhecer e entender os princípios, sistemas, tendências e objetivos envolvidos na organização e representação do conhecimento e informação registrados.
( ) Desarrollo de sistemas de organización y representación del conocimiento para controlar los vocabularios especializados utilizados para organizar el conocimiento y la información registrados / Desenvolvimento de sistemas de organização e representação do conhecimento para controle de vocabulários especializados usados para organizar conhecimento e informações registrados.
( ) Actualizar, aplicar y mantener el control del vocabulario especializado a través de sistemas de organización del conocimiento (tesauros, listas autorizadas de materias, vocabularios controlados) / Atualizar, aplicar e manter o controle de vocabulário especializado por meio de sistemas de organização do conhecimento (tesauros, listas autorizadas de assuntos, vocabulários controlados).
( ) Desarrollo, descripción y evaluación de procesos normalizados para organizar el conocimiento registrado y los recursos de información / Desenvolvimento, descrição e avaliação necessários de padronizações de processos para organizar o conhecimento registrado e os recursos de informação.
( ) Aplicación de sistemas de catalogación y metadatos utilizados para organizar el conocimiento y la información registrados / Aplicação de sistemas de catalogação e de metadados usados para organizar conhecimento e informações registrados.
( ) Aplicación de métodos de indización y clasificación utilizados para organizar el conocimiento y la información registrados / Aplicação de métodos de indexação e classificação usados para organizar conhecimento e informações registrados.
( ) Reconocer la forma en que los prejuicios culturales impactan e influyen en la recopilación y descripción del conocimiento y la información registrados / Reconhecer as maneiras pelas quais os preconceitos culturais impactam e influenciam a coleta e descrição do conhecimento e da informação registrados.
( ) Otras / Outras: _____
( ) Ninguno de los anteriores / Nenhuma das anteriores.

19. ¿Cuál es la importancia de la representación temática mediante sistemas de organización del conocimiento en los repositorios? / Qual é a importância da representação de assunto por meio de sistemas de organização do conhecimento em repositórios?
    ( ) Permitir el uso de términos adaptados a las áreas científicas/académicas de cada institución / Permitir a utilização de termos adaptados às áreas científicas/académicas de cada instituição
    ( ) Poner a disposición descriptores temáticos en diferentes idiomas / Disponibilizar descritores de assunto em diferentes idiomas
    ( ) Otros / Outros:_____

20. Identifique los estándares de descripción que considera más relevantes en los repositorios / Identifique las normas de descrição que considera mais relevantes nos repositórios:
    ( ) Dublin Core
    ( ) ISBD Consolidated
    ( ) ETD-MS: Metadata Standard for Electronic Theses and Dissertations
    ( ) Otros / Outros: _____

21. Identifique los sistemas de organización del conocimiento que considera más relevantes en los repositorios / Identifique os sistemas de organização do conhecimento que considera mais relevantes nos repositórios:
    ( ) Tesauros
    ( ) Taxonomías
    ( ) Ontologías
    ( ) Listas de términos estructurados / Listas estruturadas de termos
    ( ) Listas de encabezamientos de materia / Listas de encabeçamento de matérias
    ( ) Otros / Outros: _____

22. Comentarios / Comentários:
    _____

A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA ARQUEOLOGIA: ARQUIVOS DE ARQUEOLOGIA*

MATILDE SECA**

Resumo: *A Ciência da Informação, através do campo aplicado da Arquivística, e a Arqueologia, não parecem ser disciplinas com objetivos próximos. No entanto, esta é uma relação que tem vindo a ser aprofundada no âmbito do desenvolvimento de estudos sobre a organização, representação e a promoção do acesso a arquivos de Arqueologia, quer físicos, quer digitais, quer ainda híbridos.*
A Arqueologia é uma área caracterizada como interdisciplinar, que compreende uma vertente teórica e uma prática, sendo que esta última se baseia na destruição das provas arqueológicas aquando das escavações em sítios arqueológicos «ao remover, pela escavação, os objetos do seu contexto» (Perrin et al. 2019, p. 10). Neste sentido, é importante pensar na organização destes materiais, que podem chegar aos milhares, através da Ciência da Informação, que tanto pode apoiar a análise e organização da informação para a sua contextualização, de modo a permitir a reconstrução dos sítios arqueológicos a partir dos registos encontrados.

Palavras-chave: *Arqueologia; Arquivística; Arquivos de Arqueologia; Ciência da Informação.*

Abstract: *Information science, through the applied field of archivistics, and archaeology don't seem to be disciplines with close targets. However, this is a relationship that has been deepened in the development of studies on the organization, representation and promotion of access to archaeological archives, whether physical, digital or hybrid.*
Archaeology is a field characterized as interdisciplinary, comprising a theoretical and a practical side, the latter being based on the destruction of archaeological evidence during excavations at archaeological sites «by removing objects from their context through excavation» (Perrin et al. 2019, p. 10). In this sense, it is important to think about the organization of these materials, which can number in the thousands, through Information Science, as it can support the analysis and organization of information for its contextualization, in order to allow the reconstruction of archaeological sites from the records found.

Keywords: *Archaeology; Archaeological Archives; Archivistics; Information Science.*

INTRODUÇÃO

É sabido que os arquivos não devem estar restringidos a uma associação temática, como é o caso dos arquivos de Arqueologia, no entanto, este é um termo que tem vindo a ter mais representação na literatura. Uma vez que o estudo deste tipo de arquivos tem impacto na própria disciplina em causa, já que permite o estudo da

* Artigo submetido no âmbito da Bolsa de Doutoramento, financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e do projeto UID/00698: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
** Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ) – Portugal. Email: matilde.isabel@edu.ulisboa.pt. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-6104-7572.

«evolução das políticas de pesquisa e de ensino científicos, a evolução desta ou daquela disciplina ou ainda o papel deste ou daquele cientista no desenvolvimento do conhecimento» (Santos 2008, p. 25).

A Arqueologia é uma área caracterizada como interdisciplinar, que compreende uma vertente teórica e uma prática, sendo que esta última se baseia na destruição das provas arqueológicas aquando das escavações em sítios arqueológicos «ao remover, pela escavação, os objetos do seu contexto» (Perrin et al. 2019, p. 10). Os materiais provenientes destas investigações arqueológicas devem ser pensados como os vestígios encontrados em determinados locais que permitem uma recriação da história, e sem o registo desses vestígios, não é possível essa recriação.

Neste sentido, a relação da Arqueologia com a Ciência da Informação tem vindo a desenvolver-se em prol de estudos acerca da organização, representação e promoção de acesso a este tipo e arquivos, quer estes se encontrem apresentados em arquivos de Arqueologia físicos, digitais ou ainda híbridos, que contenham informação acerca destes projetos arqueológicos, de modo a que esta possa estar acessível a qualquer indivíduo em qualquer parte do mundo, contribuindo para a investigação, disseminação da informação e evolução da sociedade em que vivemos.

METODOLOGIA

O presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão de literatura acerca de arquivos de Arqueologia, produzindo um estudo de investigação documental e, portanto, de natureza qualitativa. Esta recolha de informação irá permitir conceptualizar o termo, mas também perceber que tipo de materiais é que estes arquivos comportam e precisam de apoio a organizar e representar através de metadados específicos.

Para tal, foram realizadas pesquisas em duas bases de dados: a Web of Science e a Scopus, com as palavras-chave "arquivo de arqueologia", tanto no singular, como no plural, e em inglês ou português. Nesta pesquisa foram utilizadas as aspas para permitir delimitar ainda mais a pesquisa apenas para os termos utilizados e foram recolhidos resultados em acesso aberto e em línguas como o inglês, português, espanhol e francês.

1. ARQUIVOS DE ARQUEOLOGIA

A disciplina de Arqueologia, como a conhecemos hoje, surgiu no final do século XIX e início do século XX, com o objetivo de «analisar os vestígios materiais deixados pelo homem» (Bombico 2020, p. 2) de modo a enriquecer a sociedade relativamente a informação antiga, já que estes vestígios são estudados e interpretados, promovendo o conhecimento acerca do passado humano (Siddall, ed., 2006).

É uma área que se define como «interdisciplinar» (Fabião 1989), já que abrange uma vertente prática e uma vertente teórica. A vertente prática tem a ver com o trabalho

de campo arqueológico, que compreende a «destruição das suas próprias provas, ao remover, pela escavação, os objetos do seu contexto» (Perrin et al. 2019, p. 10) e é a parte mais «visível da investigação» (Oikarinen e Kortelainen 2013, p. 123), o que significa que os objetos perdem o seu contexto histórico, mas também o seu interesse científico. A parte teórica tem como objetivo contextualizar o projeto, envolvendo a elaboração de relatórios, a organização da documentação que foi encontrada durante a exploração do sítio arqueológico e a classificação e descrição dos artefactos, o que, por sua vez, contribui para a interpretação e a construção de conhecimento histórico. Esta informação tem de ter um carácter qualitativo específico que permita esta interpretação e construção do conhecimento, caso contrário não é possível utilizá-la em investigações futuras (Oikarinen e Kortelainen 2013).

Em relação ao trabalho arqueológico, este assenta primeiramente na organização de projetos arqueológicos, preparando o trabalho de campo a realizar, que acaba por «gera[r] registos e achados como resultado das investigações» (Merriman e Swain 1999, p. 250). Estes registos são de importância elevada, já que, aquando da realização de escavações no trabalho de campo, estes «achados […] [passam a ser] os únicos vestígios de um sítio destruído» (Merriman e Swain 1999, p. 250).

A análise e reanálise da informação que passa a ser investigada tem de estar bem contextualizada e completa, para permitir «preservar o sítio por registo, com base no pressuposto de que, se um sítio estiver suficientemente bem registado, deverá ser possível reconstruí-lo totalmente a partir dos registos» (Merriman e Swain 1999, p. 250).

Brown (2011, p. 4) é um dos autores que se foca na conservação destes registos, tendo em conta que «nenhuma interpretação arqueológica é sustentável a menos que possa ser apoiada pelas provas dos registos de campo e pela análise pós-escavação». Para tal, os arqueólogos tentam «extrair o máximo de conhecimento do seu material, desenvolvendo tipologias, classificando e catalogando, comparando e contrastando artefactos de todos os tipos» (Lee 2019, p. 645).

Outros autores são De Reu et al. (2013, p. 1108), que argumentam que «os vestígios arqueológicos constituem uma parte considerável do património cultural» e que, quando não é dada relevância ao material que é escavado, estamos perante um «paradoxo epistemológico fundamental: a produção de conhecimento histórico científico através de escavações conduz diretamente à própria destruição do seu conjunto básico de dados *in situ*, tornando potencialmente problemática a reprodução dos dados e uma futura interpretação científica e pública revista» (De Reu et al. 2013, p. 1108).

A importância dos materiais revê-se, de uma forma mais vincada, na sua posterior referência de interpretação do local a ser estudado, apoiando também a «preparação de relatórios estratigráficos e analíticos completos que apresentam registos completos e integrados» que poderão ser relevantes para investigações posteriores (Siddall, ed., 2006, p. 8).

Os registos arqueológicos, que podem ser materiais, *in situ*, coleções arqueológicas e relatórios, são imprescindíveis, já que não existem outras formas de captar a realidade do local que, a maior parte das vezes, é destruído (Kirakosian e Bauer-Clapp 2017). Por isso, «é da responsabilidade de todos os arqueólogos trabalhar para a conservação e proteção a longo prazo do registo arqueológico, praticando e promovendo a gestão do registo arqueológico» (Kirakosian e Bauer-Clapp 2017, p. 222).

Pode dizer-se, então, que um acervo deste âmbito é constituído, segundo Sousa et al. (2015, p. 268), por «bens arqueológicos móveis, tais como artefactos, ecofactos e amostras, respetivo inventário e demais documentação produzida no decurso dos trabalhos de campo e de gabinete». Em relação ao tipo de materiais que devem ser preservados, estes não se figuram apenas em registos em papel ou fotográficos, mas também amostras diversas, desenhos, cartografia, ficheiros audiovisuais, documentação administrativa (Bombico 2020), entre outros.

A contemporaneidade que trouxe o movimento digital e uma mudança na forma como temos acesso e utilizamos a informação que se encontra cada vez mais ao nosso dispor, deu origem ao conceito de Arqueologia Aberta. Este termo é entendido como «um conjunto de procedimentos e práticas que permitem o usufruto e a reutilização ilimitados e sem custos da informação em todos os aspetos da sua investigação e gestão» (Cacho 2021, p. 44). No entanto, tal como já foi referido, não obstante o acesso à informação ser cada vez mais um fator que tomamos como garantido, ainda existem obstáculos que fazem com que esta documentação não seja localizável, acessível, interoperável e reutilizável (Cacho 2021).

Inicialmente, os arqueólogos eram os responsáveis por garantir a preservação adequada dos artefactos. Contudo, «conforme a arqueologia evoluiu do estudo de objetos para análises contextuais e científicas mais complexas» (Perrin et al. 2019, p. 6), percebeu-se a necessidade de criar um arquivo que reunisse registos escritos, desenhos, fotografias e dados digitais. Assim, tornou-se essencial implementar um modelo eficiente de gestão da informação que abrangesse diferentes formatos, como parte de um «plano estratégico para integrar documentação e arquivos, além de informatizar as bases de dados existentes» (Filipe 2014, p. 1). Neste sentido, é importante que estes arquivos de dados arqueológicos tenham a devida qualidade, sejam precisos e com formatos eficientes e flexíveis (Crook, Lawrence e Gibbs 2002).

No geral, os arquivos são o resultado de vários procedimentos que transformam uma quantidade de documentos em «objetos dignos de serem conservados e mantidos num local público, onde podem ser consultados de acordo com procedimentos e regulamentos bem estabelecidos» (Mbembe 2002, p. 20). Segundo Ward (2022, p. 115), os arquivos arqueológicos são fundamentais para a metodologia arqueológica, já que «continuam a desempenhar um papel crucial na produção do conhecimento arqueológico atual».

Em relação às definições de arquivo de Arqueologia, uma delas é a de Tsang (2013), que defende que «um arquivo arqueológico consiste nos registos e achados feitos durante um projeto arqueológico, incluindo documentação escrita ou desenhada, ficheiros digitais como cerâmica, pedra, metalurgia, ossos de animais e madeira». Noutro registo, Brown (2011) menciona os arquivos como

> *um registo de todos os aspetos de um projeto arqueológico: objetivos e métodos, informações e/ou objetos recolhidos, resultados da análise, investigação, interpretação e publicação; e, como tal, deve ser tão completo quanto possível, incluindo todos os documentos, registos, dados e objetos relevantes* (Brown 2011, p. 7).

Já Carroll et al. (2021), argumentam que um arquivo de Arqueologia nacional deve garantir, para benefício da sociedade, a disponibilidade de acesso, de modo a contribuir para o estudo do passado, «através do uso contínuo de recursos criados por processos arqueológicos, igualmente acessível a investigadores, educadores, curadores e ao público e fornecendo uma interface perfeita entre dados, materiais de arquivo, organizações e comunidades» (Carroll et al. 2021, p. 10). Isto significa que é possível, através destes materiais, «apoiar a [sua] análise e desenvolver novas propostas sobre o passado» (Lee 2017, p. 647).

Outros autores que privilegiam o acesso a arquivos de Arqueologia são D'Gluyas e Gibbs (2022), que defendem que existem três processos em arquivos deste âmbito, nomeadamente a visibilidade, acessibilidade e longevidade. A visibilidade passa pelo facto de os investigadores descobrirem no arquivo potencialidade de investigações futuras; a acessibilidade tem a ver com a «capacidade de obter cópias dos dados necessários» (D'Gluyas e Gibbs 2022, p. 130); e, por fim, a longevidade é a capacidade destes arquivos armazenarem informação de forma indefinida.

Para Perrin, et al. (2019, p. 3), um arquivo de Arqueologia inclui «todas as partes do registo arqueológico, incluindo os achados e registos digitais, bem como a documentação escrita, desenhada e fotográfica».

De acordo com Brown (2011, p. 10), este tipo de arquivos deve dispor de dois elementos, nomeadamente, um arquivo documental, que «compreende todos os registos feitos durante um projeto arqueológico, incluindo os que se encontram em suporte papel e digital. Inclui registos escritos, desenhos e fotografias (incluindo negativos, impressões, transparências e radiografias), relatórios, projetos de publicações, trabalhos publicados e desenhos e fotografias de publicações», e um arquivo material, que «inclui todos os objetos (artefactos, materiais de construção ou vestígios ambientais) e amostras associadas (de materiais ou objetos contextuais)».

Focando-nos na fotografia, uma parte bastante importante do trabalho arqueológico, já que permite ter acesso a pormenores que, de outra forma, poderiam ser

influenciados pelo próprio arqueólogo (Da Silva, Mützenberg e Cisneiros 2012). Esta é uma «técnica [que] permite uma documentação precisa do objeto, além de apresentar pela sua própria natureza menos filtros cognitivos do autor durante a criação do documento do que um registo desenhado» (Da Silva, Mützenberg e Cisneiros 2012, p. 137).

Segundo Carroll et al. (2021) são necessárias «normas nacionais (para a compilação de arquivos, dados, curadoria e acessibilidade), um catálogo em linha, uma melhor facilitação do processo de arquivo e, em menor grau, a acessibilidade física» (Carroll et al. 2021, p. 9).

A nível nacional e internacional já foram criadas medidas que permitem a criação de arquivos estáveis, ordenados e acessíveis, tendo em conta que são condições essenciais de qualquer projeto arqueológico (Carroll et al. 2021). Estas medidas baseiam-se na ideia de que um arquivo de Arqueologia

> *deve conter um registo completo de um projeto arqueológico; a metodologia, as metas e os objetivos, os dados ou objetos recolhidos, os resultados da análise, as interpretações, a investigação e as publicações; todas as partes funcionando como um todo interrogável* (Carroll et al. 2021, p. 7).

O que acontece, muitas das vezes, é que os arquivos deste âmbito acabam por não pôr em prática as metodologias que são estudadas na Ciência da Informação, que prevê arquivos organizados e, por isso, «carecem muitas vezes de um arquivo e catalogação formais extensos, ou mesmo inexistentes, e são frequentemente uma estranha mistura de material pessoal, profissional e miscelânea» (Ward 2022, p. 115), daí esta também ter de ser uma das fases de preservação que deve ser tida em conta por parte dos arqueólogos (Siddall, ed., 2006).

Para além disso, é frequente também que o conteúdo dos documentos não esteja disponível, precisando de ser transcritos, ou então o conteúdo está disponível, mas «a pesquisa não é possível devido ao facto de as coleções de arquivos terem frequentemente esquemas de metadados não normalizados ou heterogéneos que tornam difícil aos utilizadores adivinhar quais os termos de pesquisa que podem ser mais relevantes» (Power et al. 2017, p. 2).

Lee (2017), para além de defender que estes materiais devem estar representados nestes esquemas de metadados, defende que uma «boa classificação» acontece quando um determinado material de um conjunto de objetos pode ser atribuído a apenas uma classe, e que novos materiais que se juntam podem ser acolhidos numa classe já existente. Em relação à indexação, as entradas «deve[m] refletir todas as propostas válidas feitas sobre um sítio para apoiar a descoberta e a recuperação mais amplas possíveis» (Lee 2017, p. 647), mas também permitir descobrir outros termos semelhantes, facilitando a orientação que a pesquisa toma.

Outra questão que é importante mencionar tem a ver com os indivíduos que colocam a informação no dito arquivo, «o criador, o arqueólogo, o arquivista, o conservador, o investigador» (Ward 2022, p. 161), que acabam por ter diferentes responsabilidades em relação ao arquivo e, por isso, a forma como colocam a informação no mesmo será sempre de acordo com a sua experiência pessoal, daí ser importante dar mais ênfase à normalização da representação da informação neste âmbito.

No âmbito da Arqueologia, é relevante referir o vocabulário controlado, que é uma adversidade com que todos os arqueólogos se deparam, já que é difícil fazer com que determinado vocábulo seja utilizado de forma universal em relação a um material específico, uma vez que cada peça tem as suas características físicas e temporais. Neste sentido, «as expressões livres e os comentários podem também incluir informações arqueológicas valiosas. Por conseguinte, é necessário preservar o vocabulário local único e a história cultural» (Oikarinen e Kortelainen 2013, p. 132). Lee (2017, p. 645) menciona que «os arqueólogos criaram uma vasta gama de tipologias e esquemas de classificação diferentes, sobrepostos e contraditórios para os seus materiais».

Outro problema é mencionado por Ward (2022), que refere que existem fatores relacionados com a contextualização da criação de arquivos relacionados com trabalho de campo, pois podem ocorrer

> *durante o trabalho de campo (quando um elemento é escavado), antes da escavação (relativamente a decisões sobre como o trabalho de campo vai ser conduzido e registado), ou depois (quando o material é compilado e transferido para um arquivo ou instituição)* (Ward 2022, p. 161).

Estes fatores «podem afetar a interpretação dos documentos e a forma como o conhecimento é produzido e ativamente transformado no arquivo arqueológico» (Ward 2022, p. 161).

Todos estes aspetos que contribuem para a descontextualização ou má interpretação da informação podem dever-se ao facto de não se ter percebido ainda porque é que não é fazível para os arqueólogos este tipo de depósito de informação. É, por isso, importante «envolver os arqueólogos no processo de produção de projetos que apoiem mais fluxos de trabalho encontrados numa variedade de sistemas e práticas diferentes» (Power et al. 2017, p. 3).

Assim que exista um formato que seja consistentemente utilizado pelos arqueólogos, este poderá ser partilhado pelos investigadores da área que pretendam desenvolver esta área (Power et al. 2017). Isto significa que a manutenção de arquivos arqueológicos implica «a necessidade da sua reavaliação conceptual e metodológica» (Ward 2022, p. 161) à medida que a disciplina e a sua forma de desenvolver investigações vai evoluindo.

1.1. Arqueologia digital

Tendo em conta o momento em que nos encontramos, que dá grande destaque à digitalização, mencionar o ângulo digital em que este tipo de arquivos se encontra é também fundamental. Tal como já foi referido, a documentação proveniente de projetos arqueológicos é o que sustenta a própria investigação, já que «os arqueólogos preservam a informação mesmo quando utilizam técnicas de escavação que destroem» (Rivers Cofield, Childs e Majewski 2024, p. 20). Desde o seu início, a Arqueologia é uma das áreas que tem optado por métodos e ferramentas digitais para «a aquisição de dados, organização, análise e representação dos resultados de investigação» (Meghini et al. 2017, p. 2).

Isto significa que a Arqueologia está atenta de modo a estar a par dos desenvolvimentos da tecnologia, para poder participar neste processo «inovador de crescimento e desenvolvimento que combina investigação, conservação e divulgação científica, em estreita relação com as necessidades e exigências da atual sociedade da informação» (Caravale et al. 2023, p. 11). Tendo em conta o que já foi mencionado acerca da acessibilidade e reutilização da informação, começou a considerar-se a digitalização dos materiais arqueológicos, já que «a acessibilidade de um arquivo deve ser um objetivo primordial» (Kirakosian e Bauer-Clapp 2017, p. 222), acessibilidade esta que é facilitada pela digitalização, que permite a acessibilidade a partir de qualquer lugar e a qualquer momento. Este acesso à informação permite a utilização da mesma com «múltiplos objetivos, incluindo a investigação e o envolvimento do público, aumentaria e novas histórias seriam contadas» (Carroll et al. 2021, p. 9).

Para além disso, «não há dúvida de que os arquivos digitais têm um grande potencial para democratizar o arquivo, abrindo as coleções a um leque cada vez mais vasto de investigadores» (Eichhorn 2014, p. 228), alterando a ideia de que estes arquivos estão disponíveis apenas para uma minoria, o que faz com que «académicos de todo o mundo possam aceder a materiais outrora disponíveis apenas para investigadores com meios para visitar os centros de arquivo mundiais» (Eichhorn 2014, p. 228). Este processo tem vindo a tornar os dados localizáveis, acessíveis, interoperáveis e reutilizáveis (FAIR), «para que os arqueólogos possam passar da investigação baseada em projetos ou sítios para uma compreensão mais ampla e sintética da humanidade» (Eichhorn 2014, p. 228).

No entanto, esta disponibilização, acesso e partilha dos dados arqueológicos, que é algo indispensável ao seu estudo, tem ficado aquém do que seria desejado tendo em conta a fragmentação dos dados arqueológicos, que se encontram dispersos, e a falta de colaboração entre os diversos organismos institucionais, nacionais, mas também disciplinares (Meghini et al. 2017).

Aqui não há a escolha de um formato em detrimento de outro, mas sim a inclusão de uma variedade de documentação, desde «digitalizações de notas manuscritas,

documentos de literatura cinzenta, fotografias ou esboços de sítios, conjuntos e contextos, até imagens de artefactos individuais» (Power et al. 2017, p. 2). Neste sentido, tem-se dado também uma grande importância à «informatização dos inventários nacionais e locais de sítios arqueológicos, edifícios históricos e outros bens históricos conhecidos ou suspeitos» (Lee 2019, p. 646).

O objetivo primordial será «criar uma coleção que seja tão acessível a um adolescente que vive numa comunidade rural ou remota como a um investigador universitário» (Eichhorn 2014, p. 229), o que permitirá acelerar as investigações arqueológicas (Bombico 2020). No entanto, este é um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido lentamente, uma vez que a falta de planeamento, a resistência à digitalização e a componente financeira têm um grande peso na evolução destes projetos (Eichhorn 2014).

A Arqueologia é uma das áreas que mais tem beneficiado de formatos digitais de imagens tridimensionais (3D), já que é uma forma mais realista de registar determinados materiais e é importante caso estes ainda não estejam descritos com os metadados específicos, passando a ser a «forma mais fiável de utilizar os dados catalogados» (Oikarinen e Kortelainen 2013, p. 132), mas, no entanto, este é também outro fator que cria «complexidade dos conjuntos de dados digitais de escavação e os seus requisitos de armazenamento» (D'Gluyas e Gibbs 2022, p. 136), já que estes estão mais suscetíveis à obsolescência do *software* e do *hardware*.

Outra perspetiva é a de De Reu et al. (2013, p. 1108), que defendem que há materiais que têm o seu estudo condicionado pelo seu «carácter bidimensional», o que acaba por impedir uma reconstrução que seja fiel e que permita novos estudos ou divulgação ao público (De Reu et al. 2013). Neste sentido, a utilização das tecnologias será relevante, já que estas permitem atualmente a recriação de imagens 3D, «um passo importante na documentação, análise e apresentação do património cultural» (Ioannides et al., ed., 2025, p. v).

Esta é uma preocupação de que os arqueólogos devem estar cientes e saber utilizar ferramentas que possam utilizar para contrariar esta realidade. Segundo Rivers Cofield, Childs e Majewski (2024, p. 31) a solução é sistémica, já que é essencial haver uma consciencialização neste sentido, para «os arqueólogos […] assumir[em] a responsabilidade pelos registos que geram e angariar[em] fundos para cobrir a curadoria, incluindo os custos de preservação», até porque a Arqueologia tem vindo a «promover normas comuns para melhorar a gestão da grande variedade de tipos e formatos de dados atualmente utilizados» (Borgman, Scharnhorst e Golshan 2019, p. 5).

RESULTADOS

Os resultados encontrados focam-se na conceptualização de arquivo de Arqueologia, já que são apresentadas algumas dessas definições elaboradas por diversos autores,

mas também nos materiais que compreendem este tipo de arquivos. Para além disso, são mencionados alguns dos fatores que afetam a interpretação e estudo de informação proveniente de projetos arqueológicos.

CONCLUSÃO

Em modo de conclusão pode dizer-se que os arquivos de Arqueologia têm feito o seu caminho, muitas vezes, de modo paralelo ao que é desenvolvido na Ciência da Informação, e deve haver esforços para que esta relação se torne mais estreita, já que a relação destas disciplinas pode ser benéfica no sentido de organização, conservação e representação da informação. Através da Ciência da Informação existem regras de organização e conservação de acordo com a tipologia documental, e também são elaborados modos de normalizar e homogeneizar o vocabulário que é utilizado para os metadados em qualquer tipo de arquivo, e que são tão importantes para contextualizar o trabalho arqueológico. Esta relação faz com que a informação se transforme em conhecimento, já que fica contextualizada e interligada através dos metadados.

REFERÊNCIAS

BOMBICO, S., 2020. *O Arquivo de Arqueologia Portuguesa: Entre o Papel e o Digital* [Em linha]. Évora: CIDEHUS [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www.uevora.pt/investigar/unidades-id/cidehus/noticias?item=29860.

BORGMAN, C. L., A. SCHARNHORST, e M. S. GOLSHAN, 2019. Digital data archives as knowledge infrastructures: Mediating data sharing and reuse. *Journal of the Association for Information Science and Technology* [Em linha]. **70**(8), 888-904 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1002/asi.24172.

BROWN, Duncan H., 2011. *Archaeological Archives: A guide to best practice in creation, compilation, transfer and curation* [Em linha]. 2.ª ed. [S.l.]: Institute for Archaeologists, Archaeological Archives Forum [consult. 2025-07-01]. ISBN 0948393912. Disponível em: https://archives.archaeologyuk.org/aaf_archaeological_archives_2011.pdf.

CACHO, S. F., 2021. Open archaeology. Advances and challenges in the management of archaeological contents. *Complutum* [Em linha]. **32**(2), Article 2 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.5209/cmpl.78570.

CARAVALE, A., et al., 2023. Developing a Digital Archaeology Classification System Using Natural Language Processing and Machine Learning Techniques. *Archeologia e Calcolatori* [Em linha]. **34**(2), 9-32 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.19282/ac.34.2.2023.01.

CARROLL, Q., et al., 2021. *Options for Sustainable Archaeological Archives. Part One - Report* [Em linha]. Cambridge: Cambridge County Council / DigVentures [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www.artscouncil.org.uk/research-and-data/options-sustainable-archaeological-archives.

CROOK, P., S. LAWRENCE, e M. GIBBS, 2002. The role of artefact catalogues in Australian historical archaeology: A framework for discussion. *Australasian Historical Archaeology*. 20, 26-38.

DA SILVA, S. F. S. M., D. MÜTZENBERG, e D. CISNEIROS, 2012. Arqueologia Visual: O Uso das Imagens Fotográficas na Produção do Conhecimento Arqueológico e Historiografia da Arqueologia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* [Em linha]. 22, 137-156. [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2012.107048.

DE REU, et al., 2013. Towards a three-dimensional cost-effective registration of the archaeological heritage. *Journal of Archaeological Science* [Em linha]. **40**(2), 1108-1121 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jas.2012.08.040.

D'GLUYAS, C., e M. GIBBS, 2022. Future use or no future at all? An examination of post-excavation historical archaeological repositories in NSW. *Australian Archaeology* [Em linha]. **88**(2), 129-143 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1080/03122417.2022.2046685.

EICHHORN, K., 2014. Beyond digitisation: A case study of three contemporary feminist collections. *Archives & Manuscripts* [Em linha]. **42**(3), Article 3 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1080/01576895.2014.958866.

FABIÃO, C., 1989. Para a história da Arqueologia em Portugal. *Penélope. Fazer e desfazer a História* [Em linha]. 2, 10-26 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/10642.

FILIPE, G., 2014. Sistema de Informação e Documentação como Eixo da Planificação e da Programação Museais e Cerne do Conhecimento e da Mediação de Património e Coleções. Em: *III Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus. Desafios da gestão integrada dos acervos nos Museus. Actas.* Loures: Câmara Municipal de Loures, pp. 36-43.

IOANNIDES, M., et al., ed., 2025. *3D Research Challenges in Cultural Heritage V: Paradata, Metadata and Data in Digitisation* [Em linha]. [S.l.]: Springer Cham [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-031-78590-0.

KIRAKOSIAN, K., e H. BAUER-CLAPP, 2017. A Walk in the Woods: Adapting Archaeological Training to Archival Discovery. *Advances in Archaeological Practice* [Em linha]. **5**(3), 297-304 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1017/aap.2017.17.

LEE, E., 2019. Archaeology and knowledge organization. Em: Birger HJØRLAND, ed. *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization* [Em linha]. [S.l.]: International Society for Knowledge Organization (ISKO) [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/archaeology.

LEE, E., 2017. "Knowledge Was Their Treasure" – Applying KO Approaches to Archaeological Research. *Knowledge Organization* [Em linha]. **44**(8), 644-655 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2017-8-644.

MBEMBE, A., 2002. The Power of the Archive and its Limits. Em: C. HAMILTON, et al., eds. *Refiguring the Archive* [Em linha]. Heidelberg: Springer Netherlands, pp. 19-27 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1007/978-94-010-0570-8_2.

MEGHINI, C., et al. 2017. ARIADNE: A Research Infrastructure for Archaeology. *Journal on Computing and Cultural Heritage* [Em linha]. **10**(3), 1-27 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1145/3064527.

MERRIMAN, N., e H. SWAIN, 1999. Archaeological Archives: Serving the Public Interest? *European Journal of Archaeology* [Em linha]. **2**(2), 249-267 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1179/eja.1999.2.2.249.

OIKARINEN, T., e T. KORTELAINEN, 2013. Challenges of Diversity, Consistency, and Globality in Indexing of Local Archeological Artifacts. *Knowledge Organization*. **40**(2), 123-135.

PERRIN, K., et al., 2019. *Normas e Orientações para Arquivos de Arqueologia na Europa*. *EAC Guidelines 1*. Trad. Sílvia Gomes Leite. Namur: European Archaeological Council.

POWER, C., et al., 2017. Improving Archaeologists' Online Archive Experiences Through User-Centred Design. *Journal on Computing and Cultural Heritage* [Em linha]. **10**(1), Article 3, 1-20 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1145/2983917.

RIVERS COFIELD, S., S. T. CHILDS, e T. MAJEWSKI, 2024. A Survey of how Archaeological Repositories are Managing Digital Associated Records and Data: A Byte of the Reality Sandwich. *Advances in Archaeological Practice* [Em linha]. **12**(1), 20-33 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1017/aap.2023.29.

SANTOS, P., 2008. As Ciências, os Cientistas e os seus Arquivos. *Revista Arquivo e Administração* [Em linha]. **7**(1), 21-33 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: http://koha.an.gov.br/cgi-bin/koha/opac-retrieve-file.pl?id=f27ce8f95e39b124d1eb6e2ab8afe38e.

SIDALL, J., ed., 2006. *Archaeology Archives. Creation, preparation, transfer and curations* [Draft] [Em linha]. Dublin: Archaeology Archives Forum [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://www.dublincity.ie/sites/default/files/media/file-uploads/2018-05/Archives_booklet_9_6_08.pdf.

SOUSA, A., et al., 2015. O Arquivo Leisner (Instituto Arqueológico Alemão): O acervo epistolar (1936-1974). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. **18**(1), 267-288.

TSANG, E. W. K., 2013. Case study methodology: Causal explanation, contextualization, and theorizing. *Journal of International Management* [Em linha]. **19**(2), 195-202 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1016/j.intman.2012.08.004.

WARD, C., 2022. Excavating the Archive / Archiving the Excavation: Archival Processes and Contexts in Archaeology. *Advances in Archaeological Practice* [Em linha]. **10**(2), 160-176 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1017/aap.2022.1.

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA PORTUGUESA SOBRE (SISTEMAS DE) ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA ISKO

LUÍS CORUJO*
JORGE REVEZ**
CARLOS GUARDADO DA SILVA***
LAUREANO S. ASCENSÃO DE MACEDO****

Resumo: *Pretende-se aferir as principais tendências no que respeita aos assuntos abordados pelos membros da International Society for Knowledge Organization (ISKO) residentes em Portugal, tendo como foco os aspetos que implícita ou explicitamente remetem para as questões dedicadas aos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Atualiza-se e dá-se continuidade ao estudo desenvolvido sobre os investigadores portugueses e a sua produção científica no âmbito da ISKO. Numa abordagem qualitativa apoiada na investigação documental, amplia-se o retrato emanado do universo português no âmbito da investigação ligada à Organização do Conhecimento, com foco nos SOC, centrada na ISKO. Perceciona-se que os assuntos abordados se subordinam a aspetos que remetem para as questões dedicadas nos âmbitos dos SOC, à Representação da Informação, à Gestão do Conhecimento e Tecnologias para a Organização do Conhecimento, à Organização do Conhecimento, e à Investigação e Competências.*

Palavras-chave: *Sistemas de Organização de Conhecimento; ISKO; Investigação científica, Portugal.*

Abstract: *The aim is to gauge the main trends in the subjects addressed by ISKO members resident in Portugal, focusing on aspects that implicitly or explicitly refer to issues dedicated to Knowledge Organisation Systems (KOS). The study carried out on Portuguese researchers and their scientific output within the ISKO is updated and continued. Using a qualitative approach based on documentary research, it expands the portrait of the Portuguese universe within the scope of research linked to Knowledge Organisation, with a focus on SOC, centred on ISKO. It can be observed that the subjects covered are subordinate to issues relating to SOC, Information Representation, Knowledge Management and Technologies for Knowledge Organisation, Knowledge Organisation, and Research and Skills.*

Keywords: *Knowledge Organisation Systems; ISKO; Scientific research, Portugal.*

* Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras / Centro de Estudos Clássicos – Portugal. Email: luiscorujo@edu.ulisboa.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4411-2453.
** Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras / Centro de Estudos Clássicos – Portugal. Email: jrevez@edu.ulisboa.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3058-943X.
** Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras / Centro de Estudos Clássicos – Portugal. Email: carlosguardado@edu.ulisboa.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1490-8709.
**** Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras / Centro de Estudos Clássicos – Portugal. Email: laureanomacedo@edu.ulisboa.pt. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7251-7314.

INTRODUÇÃO

Neste estudo, pretende-se aferir as principais tendências no que respeita aos tópicos de investigação desenvolvidos pelos distintos membros da International Society for Knowledge Organization (ISKO) residentes em Portugal, tendo como foco os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Atualiza-se e dá-se continuidade ao estudo desenvolvido sobre os investigadores portugueses e a sua produção científica no âmbito da ISKO (Corujo e Silva 2024).

Os SOC são itens funcionais concebidos para organizar o Conhecimento e a Informação e tornar a sua gestão e recuperação mais fácil (Mazzocchi 2018), destinados a abranger todos os tipos de esquemas para organizar a informação e promover a gestão do conhecimento (Hodge 2000). De outra forma, tratam-se de esquemas que modelam uma estrutura (ou seja, elementos e relações mútuas) de um conjunto organizado de conhecimentos (Bratková e Kucerová 2014, p. 8). Perceciona-se que a finalidade dos SOC é facilitar a disseminação, a localização, o acesso, a recuperação, a interpretação, a compreensão e a utilização do Conhecimento por parte dos utilizadores, considerando sempre a existência de públicos diversos, comunidades de interesse variadas, com diferentes competências, habilitações e literacias.

No âmbito da Organização do Conhecimento (OC), e partindo de uma perspetiva diacrónica, Zeng (2008) apresenta uma taxonomia de SOC categorizando listas de termos, modelos do tipo metainformação, classificação e categorização, e modelos de relação, investigando exaustivamente as estruturas e as funções dos SOC comuns. Para esta autora, dado o ambiente em rede, os SOC têm de se tornar compreensíveis pelas máquinas. Também observa que os SOC em ambiente em rede herdam a maioria das estruturas que o mundo tem testemunhado pelo menos no último século. Mas tal não significa que os SOC em rede sejam uma simples repetição do passado, pois perceciona a formação de novas estruturas semânticas que funcionarão com um impacto muito maior do que o imaginado (Zeng 2008).

López-Huertas (2008), ao explorar diversas abordagens da investigação sobre OC em ambientes organizacionais e orientados para o trabalho, defende que o ambiente *Web* trouxe para o centro de cena a OC em domínios interdisciplinares e transdisciplinares, pelo que considera ser necessário estudar cada disciplina dentro do domínio para construir SOC eficazes (López-Huertas 2008).

Hjørland (2016) elucida que os estudos acerca da natureza e da qualidade dos SOC (mas também dos Processos de Organização de Conhecimento (POC)) usados para organizar documentos e criar representações, atividades e conceitos documentais estão essencialmente ligados aos aspetos teóricos relativos à informação, identificando-os dentro de uma perspetiva de OC em termos estritos, relacionados com as atividades de descrição, indexação e classificação. Afirma que qualquer SOC tem uma tendência para alguma posição filosófica, e propõe que a chave seja mediar

diferentes pontos de vista e desenvolver o sistema de acordo com os objetivos e os valores dos utilizadores a que o sistema se destina (Hjørland 2016).

Nesta linha, autores como Felipe e Pinho (2017) e Smiraglia (2016) perspetivam o impacto da OC como o domínio em que a ordem do Conhecimento é o fulcro para a investigação científica e a aplicação primária no desenvolvimento de SOC, tendo como fim a sistematização desse Conhecimento, registado/representado em qualquer suporte para melhorar a sua recuperação, com expressão na disseminação de produtos que permitam aos utilizadores usufruir do Conhecimento descoberto.

Gnoli (2020) integra, no somatório das questões de investigação no domínio da OC, a problemática de como é que os SOC podem representar as diferentes dimensões; como é que se pode respeitar a garantia de pontos de vista; como adaptar-se às necessidades das coleções locais; como lidar com as mudanças no Conhecimento; como é que o *software* e os formatos podem ser melhorados para melhor servir as necessidades; quem deve fazer a OC: profissionais da informação, autores ou leitores (Gnoli 2020).

1. METODOLOGIA

Considerando a prevalência da abordagem qualitativa, recorre-se a procedimentos delineados pela Investigação Documental (Silva 2021), e que incide na revisão ou avaliação de material documental que pode ter informação registada de tipo textual ou gráfico sem a intervenção do investigador, que recorre ao exame e à interpretação dos dados, com o fim de extrair significado, ganhar compreensão e desenvolver conhecimento empírico. Esse procedimento analítico implica a identificação, a seleção, a interpretação e a síntese de dados contidos em documentos. Tal análise faz emergir dados — excertos, citações ou passagens inteiras — que são organizados em temas principais, categorias e exemplos de casos especificamente por meio de análise de conteúdo (Silva 2021).

Em sede de delimitação do universo de análise, pretendeu-se efetuar a verificação da lista de membros portugueses do capítulo ibérico da ISKO de dezembro de 2022 — data limite dos dados referentes à comunicação anterior (Corujo e Silva 2024) — e a atualização dos dados dessa lista, com vista à identificação dos autores que são membros ISKO residentes em Portugal, que publicam em conferências e revistas desta entidade, e qual a sua produção científica relativamente à amostra de textos definida. Indica-se que apenas se conseguiu a lista de membros portugueses até 20 de maio de 2024.

A partir desta lista, procuram-se artigos publicados pelos associados identificados em três fontes: na revista oficial da ISKO – *Knowledge Organization* (ISSN 0943-7444); nos *Proceedings* dos congressos internacionais da ISKO; e nas *Atas* dos congressos do capítulo ibérico.

Na altura da produção deste resumo alargado, foram recolhidos e analisados os dados até ao ano 2023, efetuando-se a recolha análise dos dados até 2025. Reitera-se que estes dados se reportam aos membros portugueses à data de 20 de maio de 2024.

Seguindo o desenvolvimento da análise em três fases, opera-se uma Análise de Conteúdo (Bardin 2011), recorrendo-se à codificação aberta, denominação motivada pelo facto de os códigos criados nesta etapa serem abertos, abundantes e sem uma determinação prévia. Dá-se também continuidade à análise e à codificação dos elementos pré-textuais que permitem dar enquadramento à produção científica, nomeadamente os autores com maior número de textos, as instituições a que estão afiliados, as relações de investigação e autoria, distribuição cronológica de publicação, para além do percurso académico e profissional dos associados da ISKO residentes em Portugal com autoria na amostra de artigos em apreço.

A fase seguinte consiste na codificação axial, em que os códigos criados tendem para a descoberta de um conjunto de categorias que se constituem em eixos principais, representativos das questões fundamentais. Num segundo momento de abstração, e a partir dos códigos anteriormente criados, foi feita uma nova redução, ao reuni-los por famílias ou categorias (de códigos). Estas famílias/categorias são também códigos, que reduzem, porque agrupam, no âmbito de um processo de análise, os códigos anteriormente criados. Na terceira fase, conduziu-se a codificação seletiva tendo em vista a integração teórica. Tal tem permitido identificar as temáticas abordadas pelos autores dos textos da amostra, com o foco nos SOC.

Para efeitos de validação, reitera-se que esta codificação e categorização tem-se desenvolvido com recurso aos textos da amostra, sendo suportada pela análise e interpretação feita pelos autores deste estudo. Tal significa que a análise de outra amostra de textos, ou mesmo a interpretação dos textos selecionados nesta investigação, mas feita por outros investigadores, pode dar origem a outras propostas de categorização e perceções diferentes das que aqui se apresentam.

2. RESULTADOS

Os resultados já obtidos permitiram percecionar os principais autores e o seu contexto, as afiliações, as redes de autoria, e a distribuição cronológica das publicações (Corujo e Silva 2024).

Refere-se a entrada de uma nova associada, estudante da Universidade de Coimbra, da qual não se percecionou qualquer publicação dentro das que foram analisadas.

Quanto ao número de textos por publicação, verifica-se um total de onze textos produzidos por associados portugueses do ISKO Ibérico. Dois desses estão publicados na revista *Knowledge Organization*, respetivamente em 2023 e 2024 (*Knowledge…* 2023; *Knowledge…* 2024). Os restantes correspondem a artigos publicados nas *Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal 2023 16º Congreso ISKO España* (oito textos)

(Zaldua, Terra e Lacruz, ed., 2023) e nos *Proceedings of the Eighteenth International ISKO Conference* (um artigo) (Macedo, Silva e Corujo 2024).

A Tabela 1 apresenta a distribuição das publicações por autores, por ano e por tipologia. Perceciona-se que a maioria dos autores publicou nas Atas do Congresso do ISKO Espanha-Portugal (Zaldua, Terra e Lacruz, ed., 2023), com exceção de Olívia Pestana, que publicou somente num periódico. Verifica-se que somente três autores publicaram na Conferência do ISKO Internacional. Maria Cristina Vieira de Freitas é a única com publicações nos dois formatos, e um dos quatro autores a apresentarem publicações nos dois anos, juntamente com Carlos Guardado da Silva, Laureano Macedo e Luís Corujo.

Tabela 1. N.º de publicações por autor por ano e tipologia

Autores	2023		2024		TOTAL
	Atas de congressos	Periódicos	Atas de congressos	Periódicos	
Ana Lúcia Terra	3	–	–	–	3
Carlos Guardado da Silva	3	–	1	–	4
Jorge Revez	2	–	–	–	2
Laureano Macedo	1	–	1	–	2
Luís Corujo	1		1		2
Maria Cristina Vieira de Freitas	2	–	–	1	3
Olívia Pestana	–	1	–	–	1
Paulo Vicente	1	–	–	–	1

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025

A Tabela 2 apresenta-nos a informação pré-textual acerca dos artigos que fizeram parte da amostra referente aos anos 2023 e 2024.

Tabela 2. Textos da amostra (2023-2024)

Autores	Ano	Título	Publicação	N.º de página
Alexandre Faben, Ana Célia Rodrigues e Carlos Guardado da Silva.	2023	*Identificação arquivística e organização do conhecimento: estudos para construção do plano de classificação referente às atividades-fim do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)*	*Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal 2023 16º Congreso ISKO España*	47–65
Ana Lúcia Terra	2023	*A Organização do Conhecimento nas Humanidades Digitais: uma abordagem exploratória a partir de manuais de HD*	*Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal 2023 16º Congreso ISKO España*	611-619

(*continua na página seguinte*)

Autores	Ano	Título	Publicação	N.º de página
Gema Bueno de la Fuente, Carmen Agustín-Lacruz, Mariângela S.L. Fujita e Ana Lúcia Terra	2023	*Competencias profesionales para la organización del conocimiento en repositorios institucionales*	*Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal 2023 16º Congreso ISKO España*	623–635
Jorge Revez	2023	*Revisitando o debate entre organização da informação e organização do conhecimento: um estudo de caso na Universidade de Lisboa*	*Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal 2023 16º Congreso ISKO España*	663–678
L. S. Ascensão de Macedo e Carlos Guardado da Silva	2023	*Representação do conhecimento em arquivos deslocados: uma abordagem estemática*	*Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal 2023 16º Congreso ISKO España*	803–810
L. S. Ascensão de Macedo, Carlos Guardado da Silva e Luis Corujo	2024	*Knowledge Representation in Contested Archives: A Stemmatic Approach*	*Proceedings of the Eighteenth International ISKO Conference*	115-127
Luís Corujo, Maria Cristina Vieira de Freitas, Carlos Guardado da Silva e Jorge Revez	2023	*Organização do Conhecimento nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas: O Plano de Classificação de Informação Arquivística, do Processo ao Produto*	*Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal 2023 16º Congreso ISKO España*	47-65
Olivia Pestana, Thiago Henrique Bragato Barros, David Haynes e Gercina Ângela de Lima	2023	*Education and Training for Knowledge Organization: Introduction to this Special Issue*	*Knowledge Organization*, **50**(3)	157–159
Paulo Vicente, Ana Lúcia Terra e Maria Manuela Tavares de Matos Cardoso	2023	*Representation of the concept of sexual orientation in library classifications: a comparative analysis between the Universal Decimal Classification and the Library of Congress Classification*	*Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal 2023 16º Congreso ISKO España*	485-494
Rochelle Martins Alvorcem, Gercina Ângela de Lima e Maria Cristina Vieira de Freitas	2023	*O uso de Sistemas de Organização do Conhecimento na tipificação de crimes de homicídio de mulheres e feminicídio: abordagem introdutória*	*Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal 2023 16º Congreso ISKO España*	507-538
Rochelle Martins Alvorcem, Gercina Ângela de Lima e Maria Cristina Vieira de Freitas	2024	*Knowledge Organization Systems Classifying Crimes of Violence Against Women, Homicide of Women and Feminicide: A Proposal*	*Knowledge Organization*, **51**(8)	667-685

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025

Esta informação permite-nos verifica a dinâmica das relações de autoria referente a 2023 e 2024. A Figura 1 ilustra a rede de relações que se efetivou nesse período. Carlos Guardado da Silva e Luís Corujo apresentam relações de autoria, relativamente aos textos da amostra, com outros quatro sócios da ISKO residentes em Portugal, seguido de Maria Cristina Freitas e Jorge Revez, que apresentam textos com outros três sócios da ISKO residentes em Portugal. Laureano Macedo apresenta relações

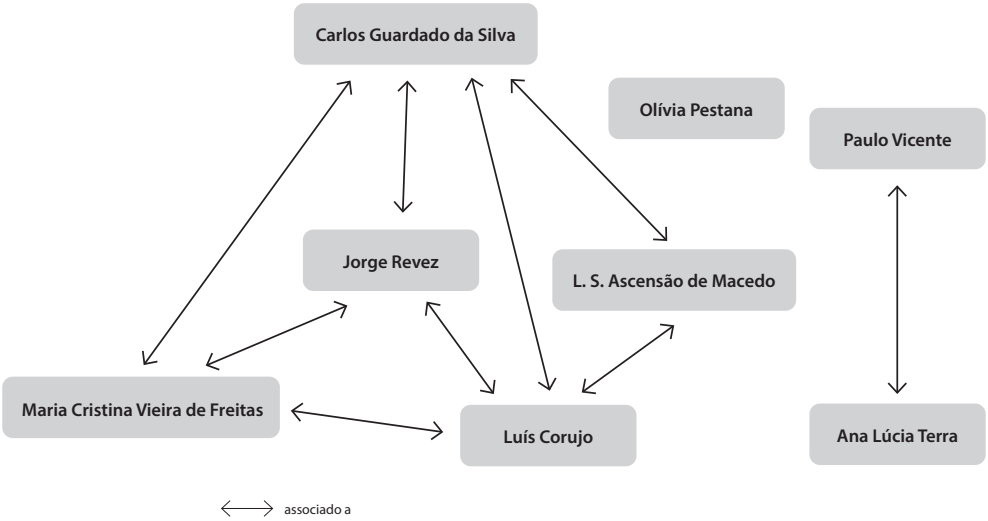


Fig. 1. Relações de Autoria (2023-2024)
Fonte: Elaborado pelos autores, 2025

com outros dois sócios da ISKO residentes em Portugal. Relativamente aos sócios que apresentam relação com um outro sócio da ISKO residente em Portugal, refere-se os casos de Paulo Vicente e Ana Terra, que apresentam um texto em conjunto.

A segunda fase consiste na Análise de Conteúdo (Bardin 2011) dos textos da amostra, com recurso à sua codificação, seguida de um segundo momento de abstração, em que se opera uma redução dos códigos, com vista a encontrar as principais categorias que, ao longo deste processo analítico, se percecionam como os eixos representativos dos assuntos mais abordados nas publicações analisadas. Neste momento, já se desenvolveu a análise dos textos da amostra utilizada na comunicação anterior (Corujo e Silva 2024). Tal permite já apresentar os códigos por Dimensão e Conjunto por Dimensões (Tabela 3). Assim, verifica-se a existência de quatro grandes eixos, cada uma integrando outras dimensões.

Tabela 3. Códigos

Conjuntos e dimensões	Número de códigos
Representação da Informação /do Conhecimento	**30**
Geral	6
Descrição e Representação da Informação	5
Ontologias e Vocabulários Controlados	9
Indexação	10

(*continua na página seguinte*)

Conjuntos e dimensões	Número de códigos
Organização do Conhecimento	**24**
Geral	2
Classificação	13
Classificação por Facetas	9
Gestão do Conhecimento e Tecnologias para a Organização do Conhecimento	**22**
Gestão de Conhecimento	5
Tecnologias e Instrumentos de Gestão e Acesso	17
Investigação e Competências /em Organização do Conhecimento	**17**
Investigação em Organização do Conhecimento	5
Pesquisa sobre Análise de Domínio	5
Competências, Ensino e Aprendizagem	7
Total	**93**

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025

A análise permite interpretar um maior peso relativo à «Representação da Informação/do Conhecimento», seguido de outro conjunto que se prende com a «Organização da do Conhecimento». Em seguida, transparece o eixo da «Gestão do Conhecimento e Tecnologias para a Organização do Conhecimento» e, por último, o conjunto relativo à «Investigação e Competências».

Com a estabilização dos eixos e respetivas categorias percecionadas, procede-se, na fase seguinte, à codificação seletiva dos textos completos, para desenvolver a integração teórica.

2.1. Representação da Informação/do Conhecimento

No eixo da «Representação da Informação», identificaram-se quatro dimensões específicas: as «linhas gerais», a «Descrição e Representação da Informação», as «Ontologias e Vocabulários Controlados», e a «Indexação». As questões abordadas pelos autores nos textos analisados vão ser apresentadas nos próximos parágrafos.

Assim, em «linhas gerais», Borges et al. (2013, p. 879) apresentam o resumo estruturado enquanto recurso na disseminação da produção científica da área da Saúde, examinam-se os principais documentos que orientam a sua elaboração e verifica-se a coincidência entre o discurso e a prática deste tipo de resumo na área analisada. Para as autoras, os resumos estruturados são de elevada importância para disseminação do conhecimento científico, uma vez que mantêm os investigadores e outros utilizadores dos artigos científicos em contacto com os avanços dos seus campos de interesse, permitindo-lhes avaliar sobre a pertinência para a leitura e a investigação, facilitar a sua recuperação e ainda para as questões da arbitragem científica. Apesar disso, a investigação das autoras revela a necessidade de se zelar melhor

pela inclusão e aplicação do resumo estruturado nos manuscritos submetidos em revistas científicas. Ainda sobre este tema, Leitão e Simões (2017, p. 825), defendem o contributo do resumo para o acesso equitativo à informação e ao conhecimento, uma vez que contém «a informação condensada e organizada numa macroestrutura». Isto traz ganhos em termos de tempo e recursos financeiros, sendo que os aspetos da terminologia e do idioma também concorrem para o fomento da participação ativa da Sociedade no desenvolvimento científico, através de processos de atualização, divulgação, consumo e produção da Ciência.

Ainda nesta dimensão, surge a menção da relevância e uso da Filosofia da Linguagem Pragmática (FLP) do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951) na abordagem da representação social das memórias coletivas, principalmente no âmbito da investigação da Ciência da Informação em português (Gracioso et al. 2019, p. 373). Tal permite perceber como a FLP «contribui para a reflexão, construção de recursos e instrumentos de tratamento e mediação da informação», uma vez que «oferece subsídios teóricos relevantes para a construção reflexiva e desenvolvimento de um conjunto de práticas que concatenem cada vez mais a natureza coletiva de construção de saberes e memórias, aos ambientes e sistemas voltados a organização do conhecimento» (Gracioso et al. 2019, p. 380).

Também os Arquivos de História Oral trazem aportes para a construção das memórias e das entidades sociais, revelando Freitas (2019) que estas instituições recorrem a estratégias de organização e de representação da informação semelhantes, no respeito pelas regras do direito de acesso aos conteúdos (Freitas 2019, p. 205).

A representação da informação em arquivos deslocados foi também o mote da investigação que permitiu perceber como as entidades arquivísticas têm representado os arquivos deslocados (Macedo, Silva e Freitas 2021, p. 635; Macedo, Silva e Freitas 2022, p. 329), em que se evidencia que as entidades custodiantes podem operar a manipulação do conteúdo por motivos políticos e ideológicos, no sentido de obscurecer a proveniência ou de descaracterizar a ordem original, empoderando-se por via de mecanismos adotados para o controlo, a gestão e a determinação de políticas de acesso, e a utilização da representação dos arquivos em instrumentos de acesso, principalmente em ambiente digital, para legitimar cânones arquivísticos institucionais.

A dimensão da «Descrição e Representação da Informação» aborda, principalmente, as políticas e as orientações editoriais no âmbito de elementos constituintes da comunicação em revistas científicas, como são os títulos, os resumos e as palavras-chave (Fujita, Agustín-Lacruz e Terra 2018, p. 321; Terra, Agustín-Lacruz e Fujita 2020, p. 532). As autoras apelam à necessidade de melhorar as regras e as recomendações para os autores em termos da qualidade intrínseca do produto documental, apesar de verificarem o uso de sumários em imagem ou vídeo como nova forma de disseminar o conteúdo dos artigos científicos. Outra investigação remete para as

mais-valias das soluções de sistemas eletrónicos de descrição arquivística (Cunha e Freitas 2021, p. 343), dado que favorecem a colaboração entre arquivos e a partilha de experiências técnicas e de uso da aplicação, elementos potenciadores da disseminação e uso generalizados. Transparecem também estudos referentes à utilização da abordagem genealógica da Estemática para analisar a representação de arquivos em instrumentos de acesso à informação (IAI) em situações de disputa de custódia, com a intenção de compreender como estes são representados nos IAI e como isso reflete os processos de custódia e a complexidade dos casos estudados. Este estudo conclui que a Estemática foi relevante para analisar os processos de representação de arquivos em situações de disputa de custódia, possuindo elevado potencial epistemológico para o domínio da Organização do Conhecimento, designadamente por tratar-se de uma das abordagens de classificação genealógica (Macedo, Silva e Corujo 2024; Macedo e Silva 2023).

Outra dimensão remete para as «Ontologias e Vocabulários Controlados», onde se apresentam as bibliotecas escolares como serviço de informação básico para todos os membros de uma comunidade educativa, centros de recursos para atividades de ensino-aprendizagem, devendo estar dotadas de serviços e fundos documentais que respondam às necessidades dos seus públicos no desenvolvimento de hábitos de leitura e procura de fontes de informação (Agustín-Lacruz, Fujita e Terra 2013, p. 701). Entre os instrumentos que estes serviços utilizam em Portugal, Espanha e Brasil, as autoras apresentam, para a dimensão em análise, o *Thesaurus da Educação UNESCO-OIE* (Oficina Internacional de Educação), o *Thesauro Europeu da Educação*, e o *Library of Congress Subject Heading*.

A produção do Plano de Classificação baseado na Macroestrutura Funcional da Administração Pública portuguesa, permitiu verificar a necessidade de desenvolvimento de uma ontologia, com recurso à WOL (*Web Ontology Language*), uma linguagem de representação do conhecimento, proposta pelo W3C como 'norma' para codificar ontologias na perspetiva da *Web* semântica (Silva 2016, p. 290).

No que respeita especificamente aos (SOC) utilizados nas organizações, procura-se também aferir a possibilidade da sua harmonização (Ferreira e Simões 2017, p. 533) com o fim de facilitar a integração e a interoperabilidade semântica da informação, sem constranger os processos de trabalho e a dinâmica organizacional nos seus diferentes contextos, abordando, por exemplo, a ISO 25964 (2011; 2013), norma internacional para tesauros e interoperabilidade com outros vocabulários. As autoras revelam que as tendências indicam novas formas de organizar a informação nas Organizações, assentes em vários e diferentes SOC, mas sem deixar de atender, porém, à sua interoperabilidade. Ainda nesta linha, procura-se contrapor duas abordagens teórico-metodológicas, dedicadas à construção de tesauros e ontologias que abordam a modelagem de domínios, criando modelos semânticos baseados em

conceitos, definições e relações semânticas (Torres, Almeida e Simões 2017, p. 841). Surge também uma proposta de utilização de SOC, como o caso das Ontologias, como forma de minimizar a lacuna semântica nos sistemas de indexação automática, como as bases de dados de publicações científicas (Simões et al. 2018b, p. 86). A abordagem ontológica surge como uma tentativa para ultrapassar as limitações da abordagem epistemológica, mais tradicional, no âmbito do desenvolvimento de SOC. Nessa linha, surge a comparação entre duas abordagens ontológicas: a *Basic Formal Ontology* (BFO), uma ontologia superior que faz a ponte entre ontologias de diferentes domínios, constituída em norma de intercâmbio de informação, ISO/IEC CD 21838-2, e; a *Integrative Levels Classification* (ILC), um sistema de organização do conhecimento facetado livre, que enumera diretamente os fenómenos, e em que a ordem das classes e subclasses principais se baseia na teoria dos níveis de realidade (Machado et al., 2020, p. 502). Os autores consideram que, nos dois sistemas, o uso de conceitos é instrumental, embora na ILC constituam a componente intersubjectiva dos fenómenos, enquanto na BFO servem para aceder às entidades da realidade, mas não fazem parte delas.

Surge ainda um estudo que propõe um modelo de um vocabulário controlado referente à violência doméstica contra crianças e adolescentes, considerando as garantias literária, cultural e ética, e tomando como base as relações hierárquicas, associativas e de equivalência entre termos, descritas na ISO 25964 (Costa et al. 2021, p. 79). Transparecem também estudos relativos ao desenvolvimento da ontologia OntoVDFcM – Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, partindo da GSSO – *Gender, Sex, and Sexual Orientation Ontology*, Tesauro para Estudo de Género e sobre Mulheres, e o *Tesauro de Mujeres,* com vista à diminuição dos erros nos formulários de denúncia, à identificação os tipos de crime de forma mais assertiva, contribuindo para melhores estatísticas, possibilitando políticas públicas mais efetivas (Alvorcem et al. 2023, 2024)

A dimensão com maior expressão neste eixo refere-se à «Indexação». Aqui transparece o estudo sobre as bibliotecas escolares já anteriormente mencionado (Agustín-Lacruz, Fujita e Terra 2013, p. 701), que demonstra a utilização de linguagens documentais de carácter geral para indexar e classificar os conteúdos das bibliotecas escolares. As autoras avançam para o estudo das políticas de indexação em bibliotecas escolares brasileiras e portuguesas, considerando que as linguagens de indexação mais utilizadas em ambos os países são as classificações hierárquicas, que servem tanto para representar e organizar os conteúdos das coleções como para a ordenar fisicamente, enquanto as linguagens associativas ou combinatórias são menos utilizadas e as criações ou adaptações de linguagens existentes não são frequentes em nenhum dos países (Terra et al. 2015, p. 470; Terra 2016, p. 279). A indexação também é inerente no já mencionado estudo sobre a harmonização de SOC nas organizações (Ferreira e

Simões 2017, p. 533). Outro estudo anteriormente apresentado reporta-se à indexação automática dos sistemas de bases de dados de publicações científicas (Simões et al. 2018b, p. 86). Para além disso, surge ainda um estudo que aponta para o recurso ao termo composto na indexação de imagens, contextualizado numa coleção de postais ilustrados (1940-1960), efetuando uma comparação com as formas consideradas na NF Z 47-200 (1985) (Simões et al. 2017, p. 989). Em contexto percecionado como semelhante, como o dos documentos fotográficos provenientes de arquivos públicos, estudam-se os contributos da indexação social — *folksonomia* — para o tratamento temático destes documentos na plataforma *Flickr* (Cunha et al. 2019, p. 293). Também se verifica investigação orientada para análise do ato leitor que ocorre durante o processo de indexação a partir das operações cognitivas identificadas no modelo de compreensão da leitura definido por Giasson (1993), a saber: 1) microprocessos, 2) integração, 3) macroprocessos, 4) elaboração e 5) metacognição (Terra, 2017, p. 803). No que tange a indexação por assuntos, refere-se ainda o estudo sobre dois dos seus princípios principais, isto é, a exaustividade e a especificidade, no âmbito das atas das conferências da ISKO (Simões et al. 2018a, p. 58). Finalmente, transparece também a problematização na indexação no contexto dos repositórios institucionais num estudo que revela que os diferentes tipos de indexação, sejam em linguagem natural ou linguagem controlada, acarretam benefícios a aproveitar nestes sistemas sociotécnicos (Luro e Freitas 2021, p. 217).

2.2. Organização do Conhecimento

No eixo Organização do Conhecimento, identificaram-se as dimensões das «Linhas Gerais da Organização do Conhecimento», a «Classificação», e outra mais específica, relacionada com a «Classificação por Facetas».

Nas «Linhas Gerais da Organização do Conhecimento» menciona-se o já mencionado artigo sobre a construção das memórias e das entidades sociais, e as estratégias a que os Arquivos de História Oral recorrem para a organização da informação oral ligada ao património e memória, no respeito pelas regras do direito de acesso aos conteúdos (Freitas 2019, p. 205). Outro estudo aponta o contributo da Organização do Conhecimento (OC) para as Humanidades Digitais (HD), analisando a presença de teorias, métodos e técnicas da OC numa amostra de manuais HD, sugerindo que o diálogo entre a Ciência da Informação e as HD pode ser ampliado, reforçando a interdisciplinaridade e contribuindo para o avanço das metodologias em ambas as áreas (Terra 2023).

Na linha da dimensão da «Classificação», apontam-se, em primeiro lugar, alguns estudos já mencionados, como o que se refere à utilização de linguagens documentais de carácter geral, como são exemplo a Classificação Decimal Universal (CDU) ou a Classificação Dewey, para indexar e classificar os conteúdos das bibliotecas escolares

bibliotecas escolares (Agustín-Lacruz, Fujita e Terra 2013, p. 701), os estudo sobre a produção de Planos de Classificação baseados na Macroestrutura Funcional da Administração Pública portuguesa (Silva 2016 p. 290), o uso da classificação genealógica, no contexto do uso da abordagem Estemática para analisar a representação de arquivos em instrumentos de acesso à informação (IAI) em situações de disputa de custódia (Macedo, Silva e Corujo 2024; Macedo e Silva 2023), e ainda o estudo sobre a harmonização de SOC utilizados nas organizações, com o fim de facilitar a integração e a interoperabilidade semântica da informação (Ferreira e Simões 2017, p. 533). Verifica-se a existência de uma análise comparativa e crítica da Classificação Decimal Universal (UDC) e a Classificação da Biblioteca do Congresso (LCC) à luz da representação do conceito de orientação sexual, considerando que ambas mantém uma visão clínica do conceito de orientação sexual, justificando que tais classificações aportam uma perspetiva enviesada e obsoleta, que não está em linha com a forma com Ciência e a Sociedade Ocidental atuais conceptualizam o mundo (Vicente et al. 2023).

Outros estudos remetem para a Classificação em Arquivos, como o que aborda sua importância ao nível da organização intelectual da informação, numa estrutura hierarquizada de caráter orgânico-funcional, funcional ou temático, como ao nível da representação/recuperação da informação no que respeita ao seu conteúdo informacional (Ribeiro 2013, p. 528; Ribeiro 2014, p. 319). Outro estudo propõe a constituição da metainformação como unidades fenotípicas ao optar pela classificação da informação arquivística segundo métodos filomeméticos, por permitirem apresentar padrões de (dis)similaridade entre as unidades informacionais analisadas, acabando por contrapor os modelos *top-down* (base funcional) de representação da informação arquivística face a um modelo de representação científica e evolucionista dos conjuntos informacionais (Macedo 2017, p. 1181). Ainda na linha da classificação em arquivos, são apresentados os desenvolvimentos nas políticas de classificação dos arquivos locais portugueses, que incluem uma nova abordagem de organização do conhecimento através do desenvolvimento de Planos de Classificação da Administração Local a nível nacional (Silva, Corujo, e Revez 2020, p. 411), e que foi recentemente publicado (Portugal 2023). Processo semelhante é apresentado para o conjunto das Instituições de Ensino Superior Públicas (Corujo et al. 2023). Ainda sobre a construção de planos de classificação de arquivos, surge o estudo dedicado ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) referente às atividades-fim (Faben et al. 2023). Adicionalmente, surge um estudo que compara a Classificação em Arquivos e nas Bibliotecas, apresentando as convergências e as divergências à luz da Teoria da Classificação (Simões et al. 2016, p. 530).

No âmbito específico da «Classificação por Facetas», já se mencionaram os *apports* da teoria da classificação facetada na proposta de desenvolvimento de SOC

relativo aos crimes de violência contra mulheres (Alvorcem et al. 2023, 2024), a comparação entre a Classificação Decimal Universal (UDC) e a Classificação da Biblioteca do Congresso no que à luz do conceito de orientação sexual (Vicente et al. 2023), assim como o estudo que compara a *Basic Formal Ontology* (BFO), uma ontologia superior que faz a ponte entre ontologias de diferentes domínios, e a *Integrative Levels Classification* (ILC), um sistema de organização do conhecimento facetado livre, que enumera diretamente os fenómenos, e em que a ordem das classes e subclasses principais se baseia na teoria dos níveis de realidade (Machado et al. 2020, p. 502). O ILC é também o mote para a análise do romance italiano *Sostiene Pereira* [Afirma Pereira] do escritor Antonio Tabucchi, no âmbito da representação do assunto literário e ficcional (Almeida e Gnoli 2021, p. 605), e também para o estudo que problematiza a Existência e o Ficcional, para expressar de entidades não existentes, como os cavalos alados (Gnoli et al. 2022, p. 101). Para além disso, refere-se o estudo sobre os processos, as abordagens e as práticas relativas à utilização da análise por facetas em contextos empresariais, que indica que o seu uso pelos utilizadores de informação em toda a organização pode ser de grande importância para o desenvolvimento de sistemas de informação (Pestana 2017, p. 525). Outros estudos propõem-se estudar os discursos sobre Interdisciplinaridade, por via da análise hermenêutica e da Categorias PMEST, cujos resultados no estudo dedicado aos discursos institucionais identificam variações terminológicas sobre tipos de relações disciplinares por grau de aplicação (uso de prefixos, tais como *multi*, *pluri* e *trans*) e por qualificação (uso de termo adicional, com função complementar), assim como convergências discursivas em algumas categorias e subcategorias (facetas) (Silva, Gracioso e Simões 2017, p. 41), enquanto o outro estudo ligado aos discursos científicos considera a interdisciplinaridade como elemento de convergência no contexto patrimonial entre o Mundo da vida e o Mundo dos sistemas (Silva, Gracioso e Simões 2019, p. 363).

2.3. Gestão do Conhecimento e Tecnologias para a Organização do Conhecimento

O eixo da Gestão do Conhecimento e Tecnologias para a Organização do Conhecimento inclui as dimensões de «Gestão de Conhecimento e Tecnologias e Instrumentos de Gestão e Acesso».

No âmbito da maior dimensão, «Tecnologias e Instrumentos de Gestão e Acesso», apresenta-se primeiramente um estudo que debate o acesso à informação e a transparência administrativa na governança dos municípios, com base na investigação dos instrumentos de gestão de documentos publicados e disponíveis, de uma forma abrangente, no âmbito dos Arquivos Públicos Municipais brasileiros (Faben et al. 2021, p. 67). Já numa linha mais centrada em tecnologias e instrumentos especificamente digitais, surge um estudo que apresenta um projeto de uma biblioteca digital conjunta

entre o México e Portugal na área da Biblioteconomia e dos Estudos de Informação, em que se problematizam os Ambientes Virtuais de Pesquisa e Aprendizagem e as políticas de informação como substrato para a criação e utilização dos recursos e serviços entre as comunidades envolvidas (Terra e Vargas 2013, p. 1287). Outra investigação analisa o grau de implementação de ferramentas de descoberta e OPACs nas bibliotecas universitárias da Península Ibérica (Rodríguez-Bravo et al. 2015, p. 206; Rodríguez-Bravo et al. 2014, p. 516), estudando a eficácia do processo de pesquisa e a pertinência dos resultados em cada uma destas ferramentas, a facilidade para refinar resultados e/ou ampliar a pesquisa recorrendo ao uso de facetas, índices ou pesquisa avançada, e ainda avaliar a presença e a utilidade das recomendações de documentos relacionados e contributos dos utilizadores na forma de etiquetas, comentários ou pontuações. Também transparece um estudo sobre as características essenciais e modelos de serviços de Computação em Nuvem e Sistemas de Gestão Documental, bem como fatores associados à gestão de riscos na sua implementação e utilização (Almeida e Freitas 2017, p. 853). Também se considera pertinente o estudo acerca dos sistemas de indexação automatizados, já anteriormente mencionado, analisando bases de dados de publicações científicas da área da Ciência da Informação e as potencialidades do uso das ontologias numa perspetiva semântica (Simões 2018b, p. 86). Entre os estudos sobre a organização de imagens, um contextualiza-se no património cultural das propriedades rurais do Brasil na *Web*. Apresenta-se uma análise dos métodos de organização das imagens no domínio da ciência da informação e verifica-se se os sistemas de informação sobre imagens disponíveis na *Web* põem em prática as orientações sobre o tratamento de fotografias temáticas encontradas na literatura científica da área para produção de orientações para *software* de Memória Virtual que valide categorias desenvolvidas para a descrição dos aspetos do património cultural (Gracioso et al. 2018, p. 588). O outro estudo, já anteriormente mencionado, remete para os contributos da indexação social — *folksonomia* — para tratamento temático de documentos fotográficos, contextualizado numa coleção de fotografias de um arquivo municipal, criada *online* no *Flickr* (Cunha, Simões e Gracioso 2019, p. 293). Outros estudos trazem aportes sobre a utilização de *software* e ferramentas *Web* que permite a Organização do conhecimento durante o processo de investigação, como o que se refere à utilização do *ATLAS.ti* para investigação qualitativa (Silva, Corujo e Revez 2019, p. 349), ou o *Corpógrafo,* uma ferramenta de apoio à escrita que permite a extração de terminologia de *corpora*, a recuperação de colocações e a identificação de fraseologia especializada (Pestana e Sousa-Silva 2020, p. 517), e ferramentas de escrita colaborativa *online* (Oliveira e Terra 2021, p. 863), ou ainda, numa perspetiva do profissional de informação, o AtoM, *software* livre para a descrição arquivística (Cunha e Freitas 2021, p. 343). Também surgem estudos centrados nos repositórios digitais, mais especificamente referentes a repositórios institucionais, em que se inclui

o já mencionado estudo sobre como a indexação acarreta benefícios a aproveitar nestes sistemas sociotécnicos (Luro e Freitas 2021, p. 217), e ainda na revisão de literatura que aborda as principais temáticas interdisciplinares ou centradas na Organização do Conhecimento abordadas em estudos sobre repositórios institucionais (Fujita et al. 2021, p. 703). Os modelos de requisitos *MoReq2010*, *Modelo de Referência OAIS*, *Digital Library Reference Model* são comparados e analisados no estudo que os aborda à luz das garantias de eficácia e eficiência para aplicação e utilização no contexto de SOC (Corujo e Revez 2021, p. 243). Outro estudo analisa e explora o impacto da inteligência artificial nos serviços de informação, à luz das perspetivas de inovação e desafio para as bibliotecas (Gomes, Miguel e Santos 2021, p. 393). Também transparece um estudo que problematiza a relação entre a interoperabilidade tecnológica e semântica, na forma de metainformação, dos sistemas de informação com a sustentabilidade, na linha de uma proposta global da *Agenda 2030* das Nações Unidas para o desenvolvimento das nossas sociedades. Verifica-se que estes permitem a troca de informação, incentivam a construção de comunidades globais de prática e ultrapassam limitações e défices locais, pelo que a organização do conhecimento desempenha um papel transversal nos projetos que visam a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Revez, Silva e Corujo 2022, p. 233).

Sobre a dimensão da «Gestão de Conhecimento», para além do já mencionado estudo multicaso sobre a utilização do *ATLAS.ti* no âmbito da gestão de conhecimento gerado em processos de investigação científica (Silva, Corujo, Revez 2019, p. 349), surge um conjunto de estudos que, essencialmente, se referem à Gestão de Conhecimento no contexto das organizações. Tal inclui o estudo que evoca a avaliação, nomeadamente dos fluxos informacionais, como uma operação metodológica aplicável à informação em qualquer contexto produtor e de uso (Silva e Ribeiro 2009, p. 288). Um estudo de caso examina se o sistema de gestão documental de uma instituição pública portuguesa, regional e desconcentrada contribui para a partilha colaborativa de conhecimento e para as tomadas de decisão, tendo verificado que a informação, apesar de gerida, não se transforma em conhecimento, por permanecer fechada em «nichos», percecionando como causa dos constrangimentos a continuidade da instabilidade estrutural e funcional da organização, bem como o modelo de gestão verticalizado tradicionalmente adotado na Administração Pública Portuguesa (Coelho e Freitas 2017, p. 317). Também transparece uma pesquisa sobre fatores críticos e medidas a considerar na implementação de processos de Gestão do Conhecimento, bem como requisitos e recomendações essenciais na adoção de Sistemas de Gestão do Conhecimento pelas microempresas em Portugal (Gonçalves e Freitas 2017, p. 923). Numa perspetiva mais fenomenológica, refere-se um estudo centrado nas experiências de estudantes de cursos pós-graduados (2.º e 3.º Ciclos do Ensino Superior) lecionados em Portugal, relativamente aos procedimentos administrativos nas

Instituições de Ensino Superior, perspetivados no âmbito dos sistemas de informação das organizações, à luz da análise de Choo (2002) relativa à Organização e Gestão do Conhecimento no seio da Organização Inteligente (Corujo e Revez 2017, p. 329).

2.4. Investigação e competências em Organização do Conhecimento

O último eixo é composto pelas dimensões da «Investigação na Organização do Conhecimento», a «Pesquisa sobre Análise de Domínio», e as «Competências, Ensino e Aprendizagem».

Sobre a «Investigação na Organização do Conhecimento», para além do já mencionado artigo que evoca a avaliação como uma operação metodológica aplicável à informação em qualquer contexto produtor e de uso, que propõe a aplicação de um modelo de compreensão da metodologia de investigação derivado de De Bruyne, Herman e De Schoutheete (1974) que Silva e Ribeiro denominam de «Método Quadripolar» (Silva e Ribeiro 2009, p. 288). Estes autores apresentam a sua proposta de reflexão sobre a documentação/informação à luz do que consideram ser o paradigma pós-custodial, informacional e científico, em contraste com paradigma custodial, patrimonialista, historicista/humanista e tecnicista, que modelou a atividade profissional, o ensino e as políticas públicas do universo arquivístico, biblioteconómico e museológico desde inícios de oitocentos até meados de novecentos (Silva e Ribeiro 2011, p. 411; Silva e Ribeiro 2012, p. 111). Noutra linha de investigação, é analisada a produção e a colaboração científica na revista *Knowledge Organization*, entre 2016 e 2020 (Silva e Freitas 2021, p. 805), e os métodos e técnicas de investigação sobre a Organização do Conhecimento em repositórios institucionais (Terra et al. 2022, p. 357).

As «Competências, Ensino e Aprendizagem» remetem para estudos que abordam a necessidade de competências transdisciplinares no âmbito da recuperação da informação nas bibliotecas escolares (Terra e Sá 2007, p. 601), do comportamento informacional no que tange as competências de organização e acesso à informação na rede dos Centros de Documentação Europeia na perspetiva do multiculturalismo (Terra 2009, p. 167), na abordagem de conteúdos programáticos e outros produtos dedicados à *Web* Semântica nos currículos de mestrado e doutoramento em Ciência da Informação de Portugal e Brasil (Machado et al. 2017, p. 453), e também o estudo dos fundamentos e métodos para a organização do conhecimento que transparecem nos cursos de Ciência da Informação a nível europeu (Pestana 2018, p. 224).

Apontam-se também estudos mais recentes, inclusivamente o texto de abertura do número especial da revista *Knowledge Organization*, dedicado ao ensino e formação para a Organização do Conhecimento (Pestana et al. 2023). Outro estudo dedica-se às competências profissionais para a Organização do Conhecimento em repositórios institucionais, essencialmente dedicadas à gestão de metainformação e Sistemas de Organização do Conhecimento, como esquemas de classificação e vocabulários

controlados (Bueno-De-La- Fuente et al. 2023). Por sua vez, Revez (2023) explora as implicações epistemológicas e curriculares dos programas de duas unidades curriculares lecionadas na oferta curricular do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras, no contexto do debate teórico entre as designações «Organização da Informação» e «Organização do Conhecimento». O autor postula a relevância dos exercícios de reelaboração das discussões teóricas e de promoção do seu reflexo na formação em OC, para suportar o ensino-aprendizagem, sustentar a investigação produzida e melhorar o desempenho dos futuros profissionais de informação (Revez 2023, p. 675).

A «Pesquisa sobre a Análise de Domínio» apresenta-se sobretudo nos estudos já abordados, referentes à análise de domínio nos âmbitos dos crimes de violência contra mulheres (Alvorcem, Lima e Freitas 2023; Alvorcem, Lima e Freitas 2024), da representação do conceito de orientação sexual em SOC biblioteconómicos (Vicente, Terra e Cardoso 2023), e ainda dos princípios de exaustividade e especificidade, no contexto das atas das conferências da ISKO (Simões et al. 2018a, p. 58), mas também no estudo do conceito de comunidades epistémicas, relacionado com os pontos de vista de Kuhn sobre paradigmas e outros conceitos da sociologia da ciência inerentes aos fundamentos da ciência da informação (Martínez-Ávila et al. 2018, p. 184).

CONCLUSÕES

Ao pretender-se atualizar e dar continuidade ao estudo desenvolvido sobre os investigadores portugueses e a sua produção científica no âmbito da ISKO, verificou-se a pertinência de aferir as principais tendências em termos de assuntos abordados, tendo como foco os SOC. Enquadrada numa abordagem qualitativa apoiada na Investigação Documental, a investigação tem permitido ampliar-se o retrato emanado do universo português no âmbito da investigação ligada à Organização do Conhecimento centrada na ISKO. Perceciona-se que os assuntos abordados se subordinam a aspetos que remetem para as questões dedicadas nos âmbitos dos SOC, à Representação da Informação, à Gestão do Conhecimento e Tecnologias para a Organização do Conhecimento, à Organização do Conhecimento, e à Investigação e Competências.

Se as categorias ligadas à Classificação, à Indexação, às Ontologias e Vocabulários Controlados se destacam como elementos-chave na investigação sobre SOC, a Representação da Informação/Conhecimento executa-se com base nelas. Paralelamente, as categorias ligadas à Gestão do Conhecimento e às Tecnologias para Gestão e Acesso só conseguem ser operacionalizadas recorrendo aos SOC. O desenvolvimento de SOC implica formação para aquisição de competências que incidam também sobre a Análise do Domínio. Esta formação orientada aos SOC sustenta-se num quadro teórico emanado da investigação em OC.

A continuidade da investigação permitirá atualizar os dados até 2024 e, posteriormente, estudar tendências cronológicas.

REFERÊNCIAS

AGUSTÍN-LACRUZ, M. del C., M. S. L. FUJITA, e A. L. TERRA, 2013. Indizar, clasificar y organizar las colecciones de las bibliotecas escolares: Herramientas en lengua española y portuguesa. Em: *Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano: I Congresso ISKO Espanha e Portugal / XI Congreso ISKO España. Atas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ISKO, pp. 701-717.

ALMEIDA, A. V. de, e M. C. V. de FREITAS, 2017. Computação em Nuvem e Sistemas de Gestão Documental: Avaliação de Riscos e Recomendações. Em: *Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, ISKO, pp. 853-867.

ALMEIDA, P. de, e C. GNOLI, 2021. Afirmando Pereira: A integrative levels classification na representação do assunto ficcional. Em: *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, ISKO, pp. 605-616.

ALVORCEM, R. M., G. A. de LIMA, e M. C. V. de FREITAS, 2024. Knowledge Organization Systems Classifying Crimes of Violence Against Women, Homicide of Women and Feminicide: A Proposal. *Knowledge Organization* [Em linha]. **51**(8), 667-685 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2024-8-667.

ALVORCEM, R. M., G. A. de LIMA, e M. C. V. de FREITAS, 2023. O uso de Sistemas de Organização do Conhecimento na tipificação de crimes de homicídio de mulheres e feminicídio: Abordagem introdutória. Em: M. O. ZALDUA, A. L. TERRA, e C. A. LACRUZ, ed. *Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal 2023 16º Congreso ISKO España*. Madrid: Facultad de Ciencias de las Documentación, Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico, pp. 507-538.

BARDIN, L., 2011. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BORGES, M. M., et al., 2013. O Resumo como recurso privilegiado na divulgação da produção científica: Origem e evolução do resumo estruturado. Em: *Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano: I Congresso ISKO Espanha e Portugal / XI Congreso ISKO España. Atas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ISKO, pp. 879-900.

BRATKOVÁ, E., e H. KUCEROVÁ, 2014. Knowledge Organization Systems and Their Typology. *Revue of Librarianship*. **25**(2), 1-25.

BUENO-DE-LA-FUENTE, G., et al., 2023. Competencias profesionales para la organizacion del conocimiento en repositorios institucionales. Em: M. O. ZALDUA, A. L. TERRA, e C. A. LACRUZ, ed. *Actas del VI Congreso ISKO España Portugal 2023 16o Congreso ISKO España.* Madrid: Facultad de Ciencias de las Documentacion, Sociedad Internacional para la Organizacion del Conocimiento (ISKO) – Capitulo Iberico, pp. 623-635.

CHOO, C. W., 2002. *Information Management for the Intelligent Organization: The Art of scanning the Environment*. 3.ª ed. Medford: ASIS&T.

COELHO, A. I., e M. C. V. de FREITAS, 2017. Gestão da Informação ou do Conhecimento? Um Estudo de Caso na Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares-Direção de Serviços do Centro. Em: *Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso*

ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha. Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, ISKO, pp. 317-326.

CORUJO, L., e C. G. da SILVA, 2024. Os investigadores portugueses e a sua produção científica no âmbito da ISKO. *Advances in Knowledge Representation* [Em linha]. **4**(1), 1-37 [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/advances-kr/article/view/51529.

CORUJO, L., e J. REVEZ, 2021. Modelos de requisitos para sistemas de organização do conhecimento. Em: *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal.* Lisboa: Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, ISKO, pp. 243-261.

CORUJO, L., e J. REVEZ, 2017. Uma Abordagem Fenomenológica às Organizações Inteligentes: A Perspetiva dos Estudantes de Pós-Graduação. Em: *Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha.* Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, ISKO, pp. 329-339.

CORUJO, L., et al., 2023. Organização do Conhecimento nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas: O Plano de Classificação de Informação Arquivística, do Processo ao Produto. Em: M. O. ZALDUA, A. L. TERRA, e C. A. LACRUZ, ed. *Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal 2023 16º Congreso ISKO España*. Madrid: Facultad de Ciencias de las Documentación, Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico, pp. 47-65.

COSTA, R. I. F., M. C. V. de FREITAS, e D. MARTÍNEZ-ÁVILA, 2021. Modelo-base de vocabulário controlado sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes. Em: *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal.* Lisboa: Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, ISKO, pp. 79-89.

CUNHA, S. S., e M. C. V. de FREITAS, 2021. O software livre e a descrição arquivística no meio digital: O uso do AtoM em Portugal e no Brasil. Em: *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal.* Lisboa: Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, ISKO, pp. 343-355.

CUNHA, S. S., M. da G. SIMÕES, e L. de S. GRACIOSO, 2019. Contributos da indexação social para tratamento temático de documentos fotográficos provenientes de arquivos públicos. Em: *Organización del conocimiento para la explotación de colecciones patrimoniales y archivos audiovisuales. Actas del IV Congreso ISKO España-Portugal / XIV Congreso ISKO España*. Barcelona: Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico, pp. 293-301.

DE BRUYNE, P., J. HERMAN, e M. DE SCHOUTHEETE, 1974. *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthologique*. Paris : P.U.F.

FABEN, A., A. C. RODRIGUES, e C. G. da SILVA, 2023. Identificação arquivística e organização do conhecimento: Estudos para construção do plano de classificação referente às atividades-fim do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Em: M. O. ZALDUA, A. L. TERRA, e C. A. LACRUZ, ed. *Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal 2023 16º Congreso ISKO España*. Madrid: Facultad de Ciencias de las Documentación, Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico, pp. 123-136.

FABEN, A., A. C. RODRIGUES, e C. G. da SILVA, 2021. Identificação como base para a organização do conhecimento arquivístico: Contribuições para o debate sobre acesso à informação nos arquivos municipais do Brasil na agenda 2030. Em: *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal.* Lisboa: Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, ISKO, pp. 67-78.

FELIPE, C. B. M., e F. A. PINHO, 2017. Mapeamento da produção brasileira sobre indexação de imagens. Em: *III Congresso Brasileiro em Organização e Representação do Conhecimento: Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento*. Recife: Ed. UFPE, ISKO, pp. 146-153.

FERREIRA, A. R., e M. da G. SIMÕES, 2017. Perspetivas de harmonização dos sistemas de organização do conhecimento nas organizações. Em: *Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha.* Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, ISKO, pp. 533-544.

FREITAS, M. C. V. de, 2019. A "fala que narra" e a "fala que demonstra": Os Arquivos de História Oral e o seu valor na construção das memórias e das identidades sociais. Em: *Organización del conocimiento para la explotación de colecciones patrimoniales y archivos audiovisuales. Actas del IV Congreso ISKO España-Portugal / XIV Congreso ISKO España*. Barcelona: Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico, pp. 205-218.

FUJITA, M. S. L., et al., 2021. A organização do conhecimento em repositórios institucionais: Uma análise da literatura recente publicada em periódicos de biblioteconomia e ciência da informação. Em: *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal.* Lisboa: Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, ISKO, pp. 703-716.

FUJITA, M. S. L., M.-C. AGUSTÍN-LACRUZ, e A. L. TERRA, 2018. Knowledge Organization in editorial policies for titles, abstracts and keywords in JCR-indexed journals: An exploratory study in the areas of Information and Communication Sciences. Em: *Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age. Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference*. Baden-Baden: Ergon Verlag, pp. 321-329.

GIASSON, J., 1993. *A compreensão na leitura*. Porto: Edições Asa.

GNOLI, C., 2020. *Introduction to knowledge organization*. Londres: Facet Publishing.

GNOLI, C., et al. 2022. Taiga Penguins: Expressing Existence and Fictionality in a Phenomenon-Based Classification. Em: *Knowledge Organization across Disciplines, Domains, Services and Technologies. Proceedings of the Seventeenth International ISKO Conference*. Baden-Baden: Ergon Verlag, pp. 101-110.

GOMES, L. I. E., V. F. M. MIGUEL, e N. M. dos SANTOS, 2021. O impacto da inteligência artificial nos serviços de informação: Inovação e perspetivas para as bibliotecas. Em: *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal.* Lisboa: Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, ISKO, pp. 393-405.

GONÇALVES, P. M., e M. C. V. de FREITAS, 2017. Gestão do Conhecimento e Sistemas de Gestão do Conhecimento nas Microempresas: Fatores Críticos, Requisitos e Recomendações. Em: *Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha.* Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, ISKO, pp. 923-934.

GRACIOSO, L. de S., et al., 2019. Filosofia da linguagem pragmática como aporte à representação da memória coletiva. Em: *Organización del conocimiento para la explotación de colecciones patrimoniales y archivos audiovisuales. Actas del IV Congreso ISKO España-Portugal / XIV Congreso ISKO España*. Barcelona: Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico, pp. 373-381.

GRACIOSO, L. de S., et al., 2018. Image organization on the Web: An analysis from the perspective of cultural heritage of rural farms in Brazil. Em: *Knowledge Organization across Disciplines, Domains, Services and Technologies. Proceedings of the Seventeenth International ISKO Conference.* Baden-Baden: Ergon Verlag, pp. 588–596.

HJØRLAND, B., 2016. Knowledge Organization. *Knowledge Organization*. **43**(6), 475-485.

HODGE, G., 2000. *Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: Beyond Traditional Authority Files* [Em linha]. Alexandria, VA: Council on Library and Information Resources [consult. 2025-07-01]. Disponível em: http://www.clir.org/pubs/reports/pub91/contents.html.

Knowledge Organization. 2024. ISKO, **51**(1-8). ISSN 0943-7444.

Knowledge Organization. 2023. ISKO, **50**(1-8). ISSN 0943-7444.

LEITÃO, H., e M. da G. SIMÕES, 2017. O Resumo Científico como Recurso de Acesso Equitativo à Informação. Em: *Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha.* Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, ISKO, pp. 825-839.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J., 2008. Some Current Research Questions in the Field of Knowledge Organization. *Knowledge Organization* [Em linha]. **35**(2-3), 113-136 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2008-2-3-113.

LURO, M. F. P. dos R., e M. C. V. de FREITAS, 2021. Indexação e repositórios institucionais: Enquadramentos, definições e traços discursivos. Em: *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal.* Lisboa: Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, ISKO, pp. 217-233.

MACEDO, L. S. A. de, 2017. Classificação da Informação Arquivística segundo Métodos Filomeméticos: Metadados como Unidades Fenotípicas? Em: *Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha.* Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, ISKO, pp. 1181-1196.

MACEDO, L. S. A. de, e C. G. da SILVA, 2023. Representação do conhecimento em arquivos deslocados: Uma abordagem estemática. Em: M. O. ZALDUA, A. L. TERRA, e C. A. LACRUZ, ed. *Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal 2023 16º Congreso ISKO España*. Madrid: Facultad de Ciencias de las Documentación, Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico, pp. 373-386.

MACEDO, L. S. A. de, C. G. da SILVA, e L. CORUJO, 2024. Knowledge Representation in Contested Archives: A Stemmatic Approach. Em: Wei LU, et al., ed. *Knowledge Organization for Resilience in Times of Crisis: Challenges and Opportunities. Proceedings of the Eighteenth International ISKO Conference*. Baden-Baden: Ergon Verlag, pp. 115-127.

MACEDO, L. S. A. de, C. G. da SILVA, e M. C. V. de FREITAS, 2022. Information Representation in Displaced Archives: A Meta-Synthesis. *Knowledge Organization* [Em linha]. **49**(5), 329-351 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2022-5-329.

MACEDO, L. S. A. de, C. G. da SILVA, e M. C. V. de FREITAS, 2021. Representação da informação em arquivos deslocados: Uma metassíntese de literatura qualitativa. Em: *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal.* Lisboa: Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, ISKO, pp. 635-662.

MACHADO, L., et al., 2020. Can an Ontologically-Oriented KO Do Without Concepts? Em: *Knowledge Organization at the Interface.* Baden-Baden: Ergon Verlag, pp. 502–506.

MACHADO, L., et al., 2017. Ciência da Informação e Web Semântica: Uma Relação Efetiva ou Apócrifa? Em: *Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha.* Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, ISKO, pp. 453-466.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D., et al., 2018. Epistemic communities, domain analysis, and Kuhn: Dialogs and intersections in Knowledge Organization. Em: *Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age.* Baden-Baden: Ergon Verlag, pp. 184-190.

MAZZOCCHI, F., 2018. Knowledge organization system (KOS). *Knowledge Organization*. **45**(1), 54-78.

OLIVEIRA, D. M., e A. L. TERRA, 2021. Personal knowledge organizing through online collaborative writing tools. Em: *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal.* Lisboa: Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, ISKO, pp. 863-874.

PESTANA, O., 2018. Foundations and methods for Knowledge Organization in European iSchools courses. Em: *Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age.* Baden-Baden: Ergon Verlag, pp. 224–230.

PESTANA, O., 2017. Organização da Informação e do Conhecimento em Contexto Empresarial: A Aplicação da Análise por Facetas. Em: *Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha.* Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, ISKO, pp. 525-532.

PESTANA, O., e R. SOUSA-SILVA, 2020. Knowledge Organization in the New Era Using DIY Corpora as Writing Assistants. Em: *Knowledge Organization at the Interface.* Baden-Baden: Ergon Verlag, pp. 517-521.

PESTANA, O., et al., 2023. Education and Training for Knowledge Organization: Introduction to this Special Issue. *Knowledge Organization* [Em linha]. **50**(3), 157-159 [consult. 25-07-01]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2023-3-157.

PORTUGAL. Leis, decretos, etc., 2023. Portaria n.º 112/2023. *Diário da República Série I*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2023-04-27 (82), pp. 3-133.

REVEZ, J., 2023. Revisitando o debate entre organização da informação e organização do conhecimento: Um estudo de caso na Universidade de Lisboa. Em: M. O. ZALDUA, A. L. TERRA, e C. A. LACRUZ, ed. *Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal 2023 16º Congreso ISKO España*. Madrid: Facultad de Ciencias de las Documentación, Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico, pp. 663-678.

REVEZ, J., C. G. da SILVA, e L. CORUJO, 2022. Knowledge Organization and the UN 2030 Agenda Through the Lens of Interoperability. Em: *Knowledge Organization across Disciplines, Domains, Services and Technologies*. Baden-Baden: Ergon Verlag, pp. 233-248.

RIBEIRO, F., 2014. The Use of Classification in Archives as a Means of Organization, Representation and Retrieval of Information. *Knowledge Organization* [Em linha], **41**(4), 319-326 [consult. 25-07-01]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2014-4-319.

RIBEIRO, F., 2013. O Uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação. Em: *Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano: I Congresso ISKO Espanha e Portugal / XI Congreso ISKO España. Atas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ISKO, pp. 528-539.

RODRÍGUEZ-BRAVO, B., et al., 2015. La busqueda de informacion en herramientas de descubrimiento y OPAC's: Fortalezas y debilidades. Em: *Organización del conocimiento: sistemas de información abiertos. II Congreso ISKO España-Portugal. XII Congreso ISKO España.* Murcia: Universidad de Murcia, ISKO, pp. 206-219.

RODRÍGUEZ-BRAVO, B., et al. 2014. Evaluating Discovery tools in Portuguese and Spanish Academic Libraries. Em: *Knowledge Organization in the 21st Century: Between Historical Patterns and Future Prospects*. Baden-Baden: Ergon Verlag, pp. 516-523.

SILVA, A. B., e M. C. V. de FREITAS, 2021. Análise da produção e da colaboração científica na revista Knowledge Organization (2016-2020). Em: *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal.* Lisboa: Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, ISKO, pp. 805-818.

SILVA, A. M. da, e F. RIBEIRO, 2012. Documentation / Information and Their Paradigms: Characterization and Importance in Research, Education, and Professional Practice. *Knowledge Organization* [Em linha]. **39**(2), 111-124 [consult. 25-07-01]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2012-2-111.

SILVA, A. M. da, e F. RIBEIRO, 2011. A documentação/informação e seus paradigmas: Caracterização e importância na investigação, no ensino e na práctica profissional. Em: *20 años del Capítulo Español de ISKO: actas del X Congreso ISKO-España*. Ferrol: Universidade da Coruña, Servicio de Publicaciones, ISKO, pp. 411-412.

SILVA, A. M. da, e F. RIBEIRO, 2009. Perspetivar a Avaliação como operação metodológica no âmbito da Ciência da Informação. Em: *Nuevas Perspectivas para la Difusión y Organización de Conocimiento: actas del IX Congreso ISKO España*. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, Servicio de Publicaciones, ISKO, pp. 288-303.

SILVA, C. G. da, 2021. Investigação Documental. Em: S. P. GONÇALVES, J. P. GONÇALVES, e C. G. MARQUES, ed. *Manual de investigação qualitativa: Conceção, análise e* aplicações. Lisboa: Pactor, pp. 103-123.

SILVA, C. G. da, 2016. Knowledge Organization in Portuguese Public Administration: From the Functional Classification Plan to the Creation of an Ontology from the Semantic Web's Perspective. Em: *Knowledge Organization for a Sustainable World: Challenges and Perspectives for Cultural, Scientific, and Technological Sharing in a Connected Society*. Baden-Baden: Ergon Verlag, pp. 290-299.

SILVA, C. G. da, L. CORUJO, e J. REVEZ, 2020. The Classification Plan for Local Administration: Portuguese Archives and the Knowledge Organization in Practice. Em: *Knowledge Organization at the* Interface. Baden-Baden: Ergon Verlag, pp. 411-420.

SILVA, C. G. da, L. CORUJO, e J. REVEZ, 2019. Organização do conhecimento durante o processo de investigação: Utilização do ATLAS.ti em duas teses de Doutoramento. Em: *Organización del conocimiento para la explotación de colecciones patrimoniales y archivos audiovisuales. Actas del IV Congreso ISKO España-Portugal / XIV Congreso ISKO España*. Barcelona: Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico, pp. 349-361.

SILVA, M. D. P. da, L. de S. GRACIOSO, e M. da G. SIMÕES, 2019. A interdisciplinaridade como elemento de convergência no contexto patrimonial entre o Mundo da vida e o Mundo dos sistemas. Em: *Organización del conocimiento para la explotación de colecciones patrimoniales y archivos audiovisuales. Actas del IV Congreso ISKO España-Portugal / XIV Congreso ISKO España*. Barcelona: Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico, pp. 363-372.

SILVA, M. D. P. da, L. de S. GRACIOSO, e M. da G. SIMÕES, 2017. Os Discursos Institucionais sobre Interdisciplinaridade Analisados por Meio da Hermenêutica e de Categorias PMEST. Em: *Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha.* Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, ISKO, pp. 41-51.

SIMÕES, M. da G., M. C. V. de FREITAS, e B. RODRÍGUEZ-BRAVO, 2016. Theory of Classification and Classification in Libraries and Archives: Convergences and Divergences. *Knowledge Organization* [Em linha]. **43**(7), 530-538 [consult. 25-07-01]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2016-7-530.

SIMÕES, M. da G., et al., 2018a. Approaches to the concepts of exhaustivity and specificity in ISKO International meeting proceedings: 2000-2017. Em: *Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age*. Baden-Baden: Ergon Verlag, pp. 58-65.

SIMÕES, M. da G., et al., 2018b. Automatic indexing and ontologies: The consistency of research chronology and authoring in the context of Information Science. *Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital* Age. Baden-Baden: Ergon Verlag, pp. 86-94.

SIMÕES, M. da G., et al., 2017. Análise do Termo Composto na Indexação de uma Coleção de Postais Ilustrados (1940-1960) à Luz da NF Z 47-200 (1985). Em: *Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha.* Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, ISKO, pp. 989-999.

SMIRAGLIA, R. P., 2016. Empirical Methods for Knowledge Evolution across Knowledge Organization Systems. *Knowledge Organization* [Em linha]. **43**(5), pp. 351-357 [consult. 25-07-01]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2016-5-351.

TERRA, A. L., 2023. A Organização do Conhecimento nas Humanidades Digitais: Uma abordagem exploratória a partir de manuais de HD. Em: M. O. ZALDUA, A. L. TERRA, e C. A. LACRUZ, ed. *Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal 2023 16º Congreso ISKO España*. Madrid: Facultad de Ciencias de las Documentación, Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico, pp. 611-619.

TERRA, A. L., 2017. O Ato Leitor no Processo de Indexação: Uma Abordagem Cognitiva. Em: *Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha.* Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, ISKO, pp. 803-810.

TERRA, A. L., 2009. El multiculturalismo en la Unión Europea organización y acceso a la información: El ejemplo de los centros de documentación Europea. Em: *Nuevas Perspectivas para la Difusión y Organización de Conocimiento: actas del IX Congreso ISKO España*. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, Servicio de Publicaciones, ISKO, pp. 167-188.

TERRA, A. L., e G. A. T. VARGAS, 2013. Projeto de uma biblioteca digital conjunta entre o México e Portugal: Uma ponte para apoiar a investigação e o ensino em biblzoteconomia e áreas afins. Em: *Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano: I Congresso ISKO Espanha e Portugal / XI Congreso ISKO España. Atas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ISKO, pp. 1287-1294.

TERRA, A. L., e S. SÁ, 2007. La recuperación de la información en la biblioteca escolar: La necesidad de competencias transdisciplinares. Em: *La interdisciplinariedad y la transdisciplinariedad en la organización del conocimiento científico: actas del VIII Congreso ISKO-España*. León: Universidad de León, Servicio de Publicaciones, Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico, pp. 601-612.

TERRA, A. L., et al. 2022. Research Methods and Techniques on the Knowledge Organization in Institutional Repositories. Em: *Knowledge Organization across Disciplines, Domains, Services and Technologies.* Baden-Baden: Ergon Verlag, pp. 357-360.

TERRA, A. L., M. D. C. AGUSTÍN-LACRUZ, e M. S. L. FUJITA, 2020. The Role of Knowledge Organization in Scientific Communication: An Overview on JCR's Psychology Journals Guidelines about Title, Abstract and Keywords. Em: *Knowledge Organization at the Interface*. Baden-Baden: Ergon Verlag, pp. 532-536.

TERRA, A. L., M. FUJITA, e M. C. AGUSTÍN-LACRUZ, 2016. School Libraries and Indexing Policies in Brazil and Portugal. *Knowledge Organization* [Em linha]. **43**(4), pp. 279-284 [consult. 25-07-01]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2016-4-279.

TERRA, A. L., M. FUJITA, e M. C. AGUSTÍN-LACRUZ, 2015. Políticas de indización en bibliotecas escolares de Brasil y Portugal: Análisis comparativo. Em: *Organización del conocimiento: sistemas de información abiertos. II Congreso ISKO España-Portugal. XII Congreso ISKO España.* Murcia: Universidad de Murcia, ISKO, pp. 470-484.

TORRES, S., M. B. ALMEIDA, e M. da G. SIMÕES, 2017. Princípios para Modelagem de Domínios em Sistemas de Organização. Em: *Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do*

Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha. Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, ISKO, pp. 841-851.

VICENTE, P., A. L. TERRA, e M. M. T. de M. CARDOSO, 2023. Representation of the concept of sexual orientation in library classifications: A comparative analysis between the Universal Decimal Classification and the Library of Congress Classification. Em: M. O. ZALDUA, A. L. TERRA, e C. A. LACRUZ, ed. *Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal 2023 16º Congreso ISKO España*. Madrid: Facultad de Ciencias de las Documentación, Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico, pp. 485-494.

ZALDUA, M. O., A. L. TERRA, e C. A. LACRUZ, ed., 2023. *Actas del VI Congreso ISKO España-Portugal 2023 16º Congreso ISKO España*. Madrid: Facultad de Ciencias de las Documentación, Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico.

ZENG, M. L., 2008. Knowledge Organization Systems (KOS). *Knowledge Organization* [Em linha]. **35**(2-3), 160-182 [consult. 25-07-01]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2008-2-3-160.

SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO FORMATIVA NO ENSINO DE CLASSIFICAÇÃO

CIBELE ARAÚJO CAMARGO MARQUES SANTOS*
NATALI GAUDIO DE ALMEIDA**

Resumo: *O estudo propõe uma avaliação formativa no ensino de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), com foco na Classificação Decimal de Dewey (CDD), para o curso de graduação de Biblioteconomia. O objetivo foi analisar os efeitos das oficinas práticas na aprendizagem discente. A metodologia consistiu na aplicação de formulários com questões abertas e fechadas após cada uma das três aulas práticas realizadas em 2023 e 2024, com 74 respostas dos alunos investigadas por meio de análise de conteúdo e inteligência artificial. Os resultados revelaram que a prática com os volumes físicos da CDD contribuiu para integrar teoria e prática, estimular o raciocínio classificatório e desenvolver habilidades técnicas. As principais dificuldades apontadas referem-se ao ambiente de aula (ruído), número de exemplares (poucos) e tempo insuficiente para mais exercícios. Conclui-se que a avaliação formativa aliada à prática concreta favorece o aprendizado significativo, sendo indicado para aprimorar estratégias pedagógicas no ensino da classificação e promover maior engajamento dos estudantes com os conteúdos da Organização do Conhecimento.*

Palavras-chave: *Ensino de Classificação; Avaliação Formativa; Classificação Decimal de Dewey; Organização do Conhecimento; Ensino de Biblioteconomia.*

Abstract: *The study proposes a formative evaluation in the teaching of Knowledge Organization Systems (KOS), with a focus on the Dewey Decimal Classification (DDC), for the undergraduate Librarianship program. The aim was to analyze the effects of practical workshops on student learning. The methodology consisted of applying forms with open and closed questions after each of the three practical classes held in 2023 and 2024, with 74 student responses investigated using content analysis and artificial intelligence. The results showed that practicing with the physical volumes of the DDC helped to integrate theory and practice, stimulate classificatory reasoning and develop technical skills. The main difficulties pointed out were the classroom environment (noise), the number of copies (too few) and insufficient time for more exercises. The conclusion is that formative assessment combined with concrete practice favors meaningful learning and is recommended for improving pedagogical strategies in teaching classification and promoting greater student engagement with the contents of Knowledge Organization.*

Keywords: *Teaching Classification; Formative Assessment; Dewey Decimal Classification; Knowledge Organization; Teaching Librarianship.*

* Universidade de São Paulo (USP) – Brasil. Email: cibele.marques@usp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3782-3820.
** Universidade de São Paulo (USP) – Brasil. Email: natalig@usp.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0007-3247-2490.

INTRODUÇÃO

Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) constituem uma base essencial para a atuação do profissional da informação, sendo que as linguagens documentárias utilizadas nos processos de classificação e indexação, incluindo os sistemas de classificação, as listas de cabeçalhos de assuntos, os vocabulários controlados e os tesauros, têm como função estruturar a organização da informação e facilitar o acesso.

A especificidade da atuação dos bibliotecários, a importância das linguagens documentárias para a organização da informação, e a complexidade de desenvolvimento e gestão dessas ferramentas, reforça a importância de se pesquisar sobre o ensino dos SOC visando avaliar e melhorar a aprendizagem teórica e a aplicada, abordagem que enfatiza a experiência direta com essas linguagens em situações do mundo real.

Do ponto de vista teórico, a Organização do Conhecimento, segundo Smiraglia (2013), envolve a investigação e os processos voltados à organização de documentos físicos ou digitais, com o objetivo de facilitar a disseminação da informação.

Ao longo do tempo, a área desenvolveu produtos, metodologias e técnicas específicas, que se consolidaram tanto em propostas teóricas quanto em aplicações práticas. Para Smiraglia (2013), a Organização do Conhecimento aplicada pode ser entendida como uma forma de discurso, em que estruturas e regras funcionam como elementos de comunicação. Entre esses elementos, destacam-se as linguagens documentárias, que atuam como objetos ou instrumentos fundamentais nesse processo. Dahlberg (2006; 2014) define a Organização do Conhecimento como uma disciplina científica, enquanto Hjørland (2008) a considera um campo de estudo que investiga a natureza e a qualidade dos processos e sistemas envolvidos. Esse campo apresenta desafios tanto para profissionais da informação quanto da informática, especialmente diante da transformação digital, além de representar um desafio para o ensino na graduação.

Segundo Mazzocchi (2018), os SOC, como sistemas de classificação, cabeçalhos de assuntos, tesauros e ontologias, foram criados com diferentes finalidades e em contextos históricos variados. Eles possuem estruturas e funções distintas, com múltiplas formas de relação com a tecnologia e aplicações em diversos contextos. Diante da diversidade desses sistemas, uma disciplina voltada às linguagens documentárias deve abordar conceitos de classificação e indexação aplicados à Organização do Conhecimento, incluindo as linguagens documentárias pré-coordenadas (como classificações bibliográficas e listas de cabeçalhos de assuntos) e as linguagem documentárias pós-coordenadas voltadas para a indexação de assuntos.

O ensino do processo de classificação requer uma abordagem para além da teoria, incorporando experiências práticas com os instrumentos de classificação. Como usuários iniciantes dos sistemas de classificação, os alunos dos cursos de Biblioteconomia, necessitam de disciplinas que abordem os conceitos de classificação aplicados

à Organização do Conhecimento, incluindo o estudo teórico e prático das linguagens documentárias pré-coordenadas, com ênfase em classificações bibliográficas.

Esta pesquisa se concentra na avaliação formativa de aulas práticas com uso da Classificação Decimal de Dewey (CDD), propondo um modelo de avaliação de aula pelos estudantes como ferramenta para aprimoramento didático.

A avaliação formativa, entendida como um processo contínuo de acompanhamento da aprendizagem dos alunos ao longo das aulas, oferecendo *feedback* construtivo e subsidiando o professor na adequação de suas estratégias de ensino, é realizada neste estudo através de enquetes sobre cada aula ministrada na disciplina.

1. OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo apresentar os resultados de uma proposta de avaliação formativa aplicada ao ensino de disciplina voltada aos SOC, com foco nas linguagens documentárias pré-coordenadas. A partir da análise de respostas fornecidas por estudantes em formulários de avaliação qualitativa das aulas relacionadas ao uso de um sistema de classificação, a Classificação Decimal de Dewey, busca-se compreender os efeitos da abordagem prática no processo de ensino-aprendizagem e identificar elementos para o aprimoramento das estratégias pedagógicas.

2. METODOLOGIA

Em relação à parte teórica foi realizado um levantamento exploratório selecionando-se trabalhos sobre Organização do Conhecimento, Sistemas de Organização do Conhecimento, ensino de graduação, bem como sobre os processos e esquemas de classificação para atender a base conceitual da pesquisa.

A pesquisa adotou abordagem qualitativa e descritiva. Foi desenvolvido uma enquete com questões abertas e fechadas, aplicado via formulário eletrônico do Google após cada uma das três aulas práticas realizadas no modelo *Oficina de Prática de Classificação* com uso da Classificação Decimal de Dewey, nos anos de 2023 e 2024. As questões contemplaram: (1) avaliação da aula (fechada); (2) pontos a salientar (aberta); (3) pontos a melhorar (aberta); (4) destaque de aprendizagem (aberta). Foram coletadas 74 respostas.

As três aulas práticas foram ministradas com o uso de diversas edições impressas da Classificação Decimal de Dewey. O referido formulário denominado *Considerações sobre as aulas da disciplina* solicitou a data da aula, trouxe a frase para completar «A aula de hoje foi: Muito boa, Boa, Regular, Ruim, Muito Ruim». Os itens seguintes do formulário foram as questões em aberto.

A análise das respostas seguiu princípios da análise de conteúdo e foram analisadas também com o uso de inteligência artificial para as questões abertas (ChatGPT – versão *4.0 Plus*), permitindo identificar os temas recorrentes e as percepções compartilhadas.

Cada questão extraída da planilha gerada a partir do formulário, foi submetida a um *prompt* que contextualizou a pesquisa e solicitou uma análise das respostas dos alunos. Foram geradas tabelas comparativas e as informações apresentadas foram revistas comparativamente com a planilha original, tomando o cuidado de utilizar, por questões éticas, as referências gerais feitas pelos alunos, evitando particularizar as indicações.

3. A CLASSIFICAÇÃO NA SALA DE AULA

A prática pedagógica voltada ao ensino da Classificação Decimal de Dewey, inserida nas disciplinas de Sistemas de Organização do Conhecimento, desempenha um papel importante na formação dos futuros bibliotecários. As questões relacionadas à validade e continuidade de uso de ferramentas seculares para Organização do Conhecimento no mundo atual não são abordadas na pesquisa, mas pode-se partir do princípio que existe um enorme legado de acervos organizados com os sistemas de classificação e considerar que estes acervos continuem crescendo e precisando de organização e acesso. O ensino da classificação bibliográfica, ao articular fundamentos teóricos com exercícios práticos, contribui para o desenvolvimento de competências técnicas e conceituais essenciais à organização da informação e dos acervos.

Conforme discutido por Smiraglia (2013), os SOC podem ser entendidos como formas de discurso estruturado que refletem uma determinada visão de mundo, portanto exigindo do estudante não apenas o domínio técnico das ferramentas, mas também a capacidade de compreender os princípios lógicos e epistemológicos subjacentes a esses sistemas.

A Organização do Conhecimento e consequentemente os SOC têm relevância histórica, teórica e prática na formação dos profissionais de Biblioteconomia. Assim, ensinar classificação não se resume à aplicação de normas e códigos, mas requer o estímulo à reflexão e entendimento das estruturas conceituais que organizam o conhecimento. As oficinas práticas com a CDD permitem que os alunos experimentem o raciocínio classificatório, reconhecendo a hierarquia, a síntese e os mecanismos de notação envolvidos. Essa vivência aproxima a teoria da prática profissional, possibilitando que os alunos desenvolvam tanto a habilidade de aplicar o sistema em situações reais quanto a compreensão da complexidade envolvida na representação do conhecimento.

Maculan et al. (2022) ressaltam que o ensino de disciplinas do eixo de organização da informação deve incorporar estratégias avaliativas capazes de integrar teoria e prática. As estratégias devem ser diversificadas e adaptadas às necessidades dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem ativo e colaborativo. A avaliação deve ser planejada para incluir retorno contínuo e reflexões sobre o processo de ensino. A proposição de modelos avaliativos alinhados à aprendizagem significativa valoriza a autonomia do estudante e permite ajustes contínuos no processo de ensino, portanto a avaliação é uma ferramenta vital para medir o progresso dos alunos e aprimorar o

processo educativo, de forma que a adoção de estratégias avaliativas bem planejadas pode aumentar engajamento dos alunos e melhorar a aprendizagem.

Para Romeiro, Santos e Souza (2019), a formação em Biblioteconomia deve incluir uma reflexão crítica sobre Organização do Conhecimento sendo que os sistemas de classificação refletem propósitos e interesses específicos, variando entre diferentes domínios. As classificações bibliográficas tornaram-se essenciais para a Organização do Conhecimento, com o surgimento de diversos sistemas ao longo do tempo. A Classificação Decimal de Dewey, criada em 1876, foi uma das primeiras classificações a se popularizar. Boa parte das classificações tem estrutura hierárquica e todas são influenciadas por quem as cria e pelo contexto em que foram desenvolvidas.

Nesse sentido, a inserção da classificação na sala de aula como atividade prática, reflexiva e avaliativa contribui para a criação de um ambiente favorável à consolidação dos saberes. A experiência de manusear os volumes físicos da CDD, compreender seus dispositivos técnicos e classificatórios, e refletir sobre seus limites e potencialidades, contribui para a formação crítica e aplicada dos estudantes na área de Organização do Conhecimento.

Assim, a aplicação da enquete sobre as aulas práticas de CDD, ainda que a disciplina aborde outras linguagens documentárias, tal como analisado neste estudo, permite avaliar em que medida essas atividades contribuíram para o desenvolvimento das competências dos estudantes e identificar possibilidades de aprimoramento.

4. RESULTADOS

Foram analisadas as enquetes das três aulas práticas de CDD, ministradas nos anos de 2023 e 2024, com total de 74 respostas dos alunos. Os resultados apontaram recepção majoritariamente positiva das oficinas. As aulas foram avaliadas como «Muito boas» e «Boas» pela maioria dos respondentes, na questão fechada que oferecia cinco opções (Muito boa, Boa, Regular, Ruim, Muito ruim).

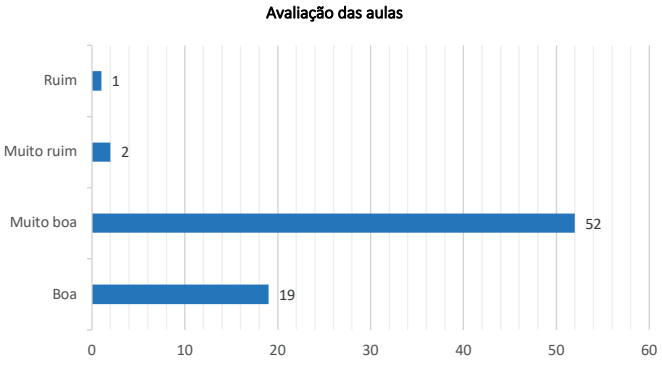


Fig. 1
Gráfico da questão fechada da enquete: *A aula de hoje foi*
Fonte: Planilha do formulário de avaliação do elaborado no Google

A indicação de «Muito ruim» apontou na sequência das perguntas na planilha do formulário que a aula prática é uma boa proposta, mas o grau de dificuldade para compreensão do processo pelo aluno(a) foi alto. O outro «Muito Ruim» indicou a necessidade de mais exemplos. A escolha de «Ruim» apontou a dificuldade de colocar em prática o que havia aprendido na teoria e de trabalhar o processo de classificação em grupo, pois como a quantidade de exemplares de CDD é pequena, existiu essa necessidade nas aulas. Este é um indicativo que o(a) docente e eventuais monitores(as) devem buscar mais retorno discente durante as oficinas. No entanto, o trabalho em grupo foi considerado por outros alunos um ponto positivo, trazendo a possibilidade dos alunos se ajudarem mutuamente.

Com base na análise qualitativa das respostas dos alunos sobre os «pontos a salientar» nas aulas práticas com uso da Classificação Decimal de Dewey, é possível destacar os seguintes aspectos positivos observados pelos participantes, que reforçam a eficácia pedagógica das oficinas realizadas à aplicação prática da CDD: integração teórica e prática, interação e aprendizado colaborativo, avaliação das estratégias didáticas, e relevância da prática para o futuro profissional.

Diversos estudantes enfatizaram a aplicação do sistema de classificação e apontaram que a atividade prática com os volumes físicos da CDD foi fundamental para consolidar o aprendizado. A manipulação direta dos instrumentos de classificação (tabelas principais, auxiliares, índices e manuais) foi percebida como uma experiência transformadora por alguns alunos, tornando o aprendizado tangível e favorecendo o raciocínio lógico necessário à construção da notação com os números de classificação.

A articulação entre o conteúdo teórico, o contexto histórico e a atividade prática, integrando estes elementos, foi reconhecida como um diferencial da disciplina. A introdução conceitual antes dos exercícios foi avaliada como eficaz, pois preparou os alunos para a aplicação dos conceitos e incentivou a reflexão crítica sobre as limitações epistemológicas da CDD, incluindo discussões sobre sua origem e estrutura.

Quanto à interação houve vários comentários destacando o valor do trabalho em grupo e da troca com colegas como elementos que enriqueceram a compreensão da disciplina. A abordagem colaborativa favoreceu a construção coletiva do conhecimento e permitiu sanar dúvidas na interação com os pares, com monitoras e com a professora.

As atividades realizadas em sala de aula foram entendidas como dinâmicas, as apostilas complementares disponibilizadas no ambiente virtual de aprendizagem da disciplina foram bem avaliadas, além da clareza da exposição docente. A proposta de realizar exercícios que permitiram revisar conteúdos anteriores e aplicar a lógica da classificação, também foi elogiada.

No que se refere à relevância das atividades para a formação profissional, a prática foi reiteradamente apontada como um diferencial formativo importante para

os futuros bibliotecários, por permitir que os alunos se sentissem como «bibliotecários classificadores» e visualizassem com mais clareza as atividades que poderão desenvolver em sua atuação profissional. A aplicação da CDD em obras literárias e a discussão sobre o papel do bibliotecário frente a diferentes tipos de acervos (ex.: literatura infantojuvenil) ampliaram o escopo da aprendizagem.

Com base na análise de conteúdo da planilha do formulário em relação às dificuldades apontadas por menos alunos nas aulas práticas com a Classificação Decimal de Dewey foram percebidos desafios tanto estruturais quanto pedagógicos, que podem orientar melhorias no planejamento didático da disciplina e na necessidade de atendimento mais individualizado. Os principais pontos identificados foram: ambiente de aula para a prática, dificuldades no manuseio da CDD, número reduzido de aulas e de tempo para as atividades, dificuldades na parte teórica, restrição de materiais e falta de acesso *online*.

Uma queixa recorrente foi o excesso de barulho em sala, a empolgação de alguns alunos com a atividade comprometeu a audição das instruções da docente para outros alunos e prejudicou a concentração durante as atividades práticas. Grupos organizados com até cinco alunos em função do número de exemplares de CDD foram indicados como problema, afetando diretamente o aproveitamento pedagógico.

Embora o contato com os volumes físicos tenha sido valorizado, alguns estudantes relataram dificuldade em localizar e interpretar os números de classificação, sobretudo no uso combinado de tabelas principais e auxiliares. Isso pode indicar a necessidade de maior tempo de familiarização ou de explicações mais detalhadas sobre a lógica da notação e o reforço por parte docente sobre a importância de todos participarem nas três aulas da oficina.

Algumas respostas sugerem que a carga horária para a prática da CDD na disciplina é insuficiente para o aprofundamento desejado no conteúdo e para a fixação dos conceitos. Isso se aplica especialmente às disciplinas estruturantes como Classificação, Linguagens Documentárias e Catalogação Descritiva, que, segundo alguns alunos, mereceriam maior carga horária ou mais dias de aula por semana.

Quanto à dificuldade na consolidação da teoria, apesar da boa aceitação da dinâmica teórico-prática, alguns alunos indicaram no formulário que a assimilação conceitual ainda é um processo em andamento, especialmente por se tratar da primeira linguagem documentária abordada na prática. Isso demonstra a importância de retomar os conceitos em momentos posteriores, com revisão ativa e exercícios cumulativos, reforçando a importância teórica e prática da Organização do Conhecimento para os alunos ao longo do curso.

Apesar de a versão física da CDD ter sido valorizada considerando-se que, em situações reais, a maior parte das bibliotecas ainda utiliza as edições impressas para classificação, surgiram observações sobre o uso futuro do acesso *online* e a

importância de se trabalhar também com plataformas e *softwares* institucionais, a fim de preparar os alunos para a realidade profissional, que tende ao uso digital desses sistemas.

A Tabela 1 sistematiza os aspectos identificados na análise daquilo que se deve salientar do ponto de vista dos resultados positivos e das dificuldades específicas encontradas pelos alunos.

Tabela 1. Comparativo entre pontos positivos e dificuldades apontadas pelos alunos

Aspectos identificados	Pontos positivos	Dificuldades apontadas
Aplicação prática da CDD	Manipulação direta dos volumes físicos da CDD favoreceu a compreensão.	
Integração entre teoria e prática	Introdução conceitual antes da prática facilitou o entendimento.	
Interação e aprendizagem colaborativa	Trabalho em grupo e trocas entre colegas enriqueceram a experiência.	
Estratégias didáticas utilizadas	Apostilas, guias e a clareza da docente foram elogiadas.	
Formação profissional do bibliotecário	Práticas permitiram vivência autêntica da atuação profissional.	
Ambiente de aula		Ambiente barulhento e grupos numerosos dificultaram a concentração.
Manuseio e interpretação da CDD		Dificuldade em localizar e interpretar os números da CDD.
Carga horária e tempo disponível		Aulas semanais consideradas insuficientes para aprofundamento.
Consolidação da teoria		Desafios na fixação dos conceitos teóricos abordados.
Recursos didáticos (físicos e digitais)		Necessidade de mais recursos.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da planilha de respostas, com apoio da ferramenta ChatGPT

Na questão seguinte, relacionada aos «pontos a melhorar», foram registradas sugestões relacionadas a aspectos já destacados anteriormente e novos elementos como: maior controle do ambiente de sala (ruído), aumento do número de exemplares da CDD, inclusão de atividades com diferentes tipologias documentais e maior compartilhamento entre os grupos. Também foi mencionado o interesse pela versão digital da CDD e foi sugerido aumentar o número de aulas práticas. A aula específica para classificação de obras literárias foi um dos destaques de aprendizagem.

Com base na análise qualitativa das respostas dos alunos sobre os «pontos a melhorar» nas aulas práticas com uso da Classificação Decimal de Dewey (CDD), foram identificadas sugestões relevantes para o aprimoramento pedagógico da disciplina. As categorias de análise foram organizadas nos temas: ambiente e dinâmica da aula, acompanhamento docente e orientação guiada, disponibilidade de exemplares, variedade de exercícios, necessidade de conclusão e sistematização e recursos de apoio.

Alguns alunos apontaram novamente os problemas de ruído em sala e o impacto negativo da convivência em grupos numerosos, especialmente na manipulação compartilhada dos volumes da CDD. Houve também relato de fadiga e desconforto físico, o que comprometeu o engajamento e a concentração.

Alguns estudantes expressaram a necessidade de maior acompanhamento durante os exercícios, especialmente para alunos com menos familiaridade com o sistema de classificação. Foi sugerida a inclusão de atividades guiadas, em que o docente demonstre o passo a passo com exemplos práticos.

A escassez de exemplares físicos da CDD foi um dos pontos mais críticos levantados. O uso compartilhado entre quatro ou mais alunos dificultou o aproveitamento da atividade. Foram sugeridas a busca de alternativas como versão digital, PDF ou projeções em tela.

Alguns alunos indicaram que a prática poderia ser enriquecida com maior diversidade de exercícios, contemplando: diferentes tipologias documentárias (como outros tipos de livro ou material monográfico, periódicos, jornal, relatórios, anais), uso de todas as tabelas auxiliares (a oficina focou na tabela 1 de subdivisões padrão, tabela 2 de área e tabela 3 para Artes e Literatura), e a inclusão de exercícios com variados níveis de complexidade.

Houve relatos sugerindo que as atividades práticas tivessem uma conclusão estruturada ou fechamento coletivo, como a socialização dos resultados ou correções em grupo.

Além dos volumes físicos, os alunos solicitaram recursos de apoio didático com uso de manuais práticos, gabaritos para correção e exercícios sobre temas complementares. Essa indicação mostrou o interesse em expandir a prática para além da estrutura da CDD como o uso relacionado da tabela PHA ou *Cutter* para a construção de uma notação completa, bem como da colocação durante a aula de situações mais desafiantes como a apresentação de problemas reais para serem solucionados pelos alunos.

Na Tabela 2 estão as melhorias indicadas na análise do item «pontos a melhorar» do formulário, trazendo excelentes sugestões dos alunos, de forma a mostrar que a colaboração e engajamento discente pode ser implementada com metodologias mais participativas.

Tabela 2. Comparativo entre pontos positivos e dificuldades apontadas pelos alunos

Categoria de melhoria	Sugestões dos alunos
Ambiência e dinâmica de aula	Reduzir o barulho em sala e reorganizar os grupos para melhorar a concentração.
Acompanhamento docente e orientação guiada	Incluir atividades com passo a passo guiado pela professora e acompanhamento mais próximo dos grupos.
Disponibilidade de exemplares da CDD	Disponibilizar mais exemplares físicos da CDD ou versões digitais como alternativa ao uso coletivo.
Variedade e profundidade dos exercícios	Diversificar exercícios com diferentes tipos de documentos e incluir casos complexos e uso das tabelas auxiliares.
Conclusão e sistematização das atividades	Encerrar as atividades práticas com socialização dos resultados e correção coletiva.
Recursos de apoio e conteúdos complementares	Oferecer materiais de apoio como gabaritos, manuais práticos e exercícios sobre *Cutter* e *Pha*.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da planilha de respostas, com apoio da ferramenta ChatGPT

As sugestões conduzem a propostas para elaboração de material didático ou de apoio para a atividade da oficina de classificação, diversificação de exemplos e exercícios como outras tipologias de documentos, ampliação e/ou melhoria de recursos materiais físicos e digitais, do ambiente em sala de aula e do atendimento aos alunos, o que pode ser uma oportunidade para incluir acompanhamento ou monitoria de outros alunos da graduação e da pós-graduação.

Nos «destaques de aprendizagem», item seguinte do formulário sobre as aulas práticas, os estudantes relataram avanços na compreensão de conceitos como classificação, linguagens documentárias, estrutura e aplicação da CDD, bem como maior valorização da Biblioteconomia como campo profissional. As respostas revelam envolvimento e evidências significativas de engajamento na atividade, apropriação dos conteúdos e desenvolvimento de habilidades aplicadas, incluindo uma percepção positiva do processo didático.

Diversos alunos demonstraram ter compreendido elementos estruturantes do sistema de classificação, como a lógica hierárquica, a função das tabelas principais e auxiliares, o uso do índice relativo e o princípio de especificidade na classificação. Indicaram em detalhes os pontos que aprenderam com a experiência da oficina, mas também apontaram dificuldades enfrentadas.

A experiência de manusear os volumes físicos da CDD pela primeira vez foi reiteradamente mencionada como ponto marcante, mesmo considerando que são edições diferentes e até antigas. A prática permitiu aos alunos superarem o estranhamento inicial com o sistema de classificação e adquirir segurança no uso do esquema, valorizando a atividade desenvolvida.

Os alunos identificaram e compreenderam o valor da CDD como instrumento fundamental para a atuação profissional em bibliotecas e centros de documentação. Houve destaque para o papel da classificação na organização das bibliotecas.

A realização de exercícios foi percebida como essencial para internalizar o processo de classificação. Os estudantes destacaram a aprendizagem de procedimentos como: identificar o assunto, utilizar o índice, consultar o sumário e aplicar as tabelas auxiliares, demonstrando efetivo desenvolvimento de habilidades técnicas.

Alguns relatos revelam trajetórias de aprendizagem superando as dificuldades, com alunos reconhecendo desafios iniciais e progressos alcançados com a experiência individual, em grupo ou com apoio docente.

A prática de classificação de obras literárias foi mencionada por vários alunos como enriquecedora e enfatizada como importante objeto para o processo de classificação nas bibliotecas. A exploração da classe 800 e suas especificidades (gêneros, períodos e estilos literários) estimulou reflexões sobre a representação da literatura na CDD. Essa e as outras respostas analisadas acima estão representadas e organizadas na Tabela 3.

A Tabela 3 apresenta as categorias identificadas a partir das respostas sobre os «destaques de aprendizagem» e sumariza as respostas mais significativas nas respectivas categorias.

Tabela 3. Categorias e respostas que melhor exemplificam a aprendizagem observada

Categoria de aprendizagem	Respostas
Compreensão da estrutura e lógica da CDD	Entendimento das tabelas principais, auxiliares, índice relativo, e princípios hierárquicos da CDD.
Valorização da experiência prática	Primeiro contato com os volumes físicos da CDD foi descrito como enriquecedor e necessário.
Entendimento das aplicações profissionais	Reconhecimento da importância da CDD para o trabalho em bibliotecas e centros de informação.
Desenvolvimento de habilidades técnicas	Exercícios práticos auxiliaram na internalização dos procedimentos de classificação.
Superação de dificuldades e progresso individual	Relatos de dificuldades iniciais superadas por meio de estudo autônomo e prática orientada.
Classificação de obras literárias	Exploração da classe 800, destacando os critérios de classificação de obras literárias e suas *nuances*.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da planilha de respostas, com apoio da ferramenta ChatGPT

5. DISCUSSÃO

A avaliação formativa, nesse contexto, funcionou como um instrumento pedagógico e de escuta ativa. A análise das respostas evidencia que a abordagem prática, centrada em oficinas com uso da Classificação Decimal de Dewey (CDD), favorece o aprendizado significativo ao articular prática com teoria, técnica e reflexão crítica. Conforme apontado por Smiraglia (2013), os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) são estruturas discursivas que exigem domínio técnico e conceitual. A aplicação direta de um sistema de classificação, aliada à reflexão promovida pelas avaliações formativas na aplicação dos formulários de «Considerações sobre as aulas», fortalece essa compreensão, permitindo que os estudantes desenvolvam habilidades operacionais e interpretativas na manipulação de instrumentos classificatórios.

Os «pontos a salientar» identificados revelam que a estratégia de ensino pautada em oficinas práticas, com acesso físico ao sistema de classificação, foi valorizada pelos estudantes por permitir a experimentação concreta e colaborativa. A combinação entre exposição teórica, estudo histórico do sistema e exercícios de aplicação contribuiu para a assimilação dos fundamentos da classificação e para a internalização do raciocínio hierárquico que estrutura a CDD. A prática também foi destacada como uma ponte entre o conteúdo acadêmico e as demandas reais do campo profissional, favorecendo a consolidação da identidade do futuro bibliotecário.

Ao mesmo tempo, os «pontos a melhorar» indicam desafios estruturais e didáticos importantes. Foram mencionadas dificuldades relacionadas ao ambiente físico de aula (excesso de ruído), aos materiais de apoio (falta de exemplares da CDD), à necessidade de maior mediação docente durante os exercícios, e à ausência de sistematização final das atividades. Esses elementos apontam para a importância de ajustes que ampliem o aproveitamento da proposta pedagógica, incluindo, por exemplo, a disponibilização de recursos digitais complementares, o uso de roteiros guiados, e a diversificação de tipologias documentais trabalhadas.

Os «destaques de aprendizagem» reforçam o papel das oficinas como catalisadoras de engajamento e compreensão. Os alunos relataram progressos significativos no entendimento da lógica de funcionamento da CDD, superando inseguranças iniciais e reconhecendo a importância da classificação no contexto da Organização do Conhecimento. A prática de classificar obras literárias, em especial, permitiu explorar as nuances interpretativas envolvidas no processo, revelando a complexidade inerente à representação da informação sobre essas obras.

A metodologia proposta para a avaliação valoriza o diálogo entre professor e aluno, fornecendo subsídios tanto para a evolução da aprendizagem quanto para o aprimoramento contínuo das práticas docentes. Ao considerar as vozes discentes no planejamento e readequação do ensino, o uso sistemático da avaliação formativa revela-se uma estratégia eficaz para o fortalecimento do ensino de Sistemas de

Organização do Conhecimento. Em suma, os resultados apontam para a necessidade de se consolidarem abordagens didáticas que integrem teoria, prática e escuta crítica, promovendo uma formação mais reflexiva, contextualizada e tecnicamente qualificada.

CONCLUSÃO

O estudo evidenciou que o uso de oficinas com a Classificação Decimal de Dewey no ensino de Sistemas de Organização do Conhecimento favorece a aprendizagem e o engajamento dos estudantes, atingindo resultados com impacto positivo. A utilização de oficina e o contato direto com os instrumentos de classificação foram apontados como estratégias eficazes para a compreensão dos conteúdos teóricos e para o desenvolvimento de habilidades aplicadas.

A avaliação das aulas práticas voltadas ao ensino da Classificação Decimal de Dewey, com base na aplicação de formulário aos alunos, permitiu identificar percepções valiosas sobre os aspectos pedagógicos envolvidos no processo de aprendizagem. As respostas revelaram que a prática orientada com os volumes físicos da CDD constitui um diferencial fundamental na formação discente, permitindo a aproximação entre teoria e prática, favorecendo o raciocínio classificatório, a leitura dos instrumentos técnicos e a experimentação das lógicas estruturais do código.

A valorização das aulas práticas demonstra a importância de se integrar teoria e prática no ensino da disciplina, promovendo um aprendizado mais significativo. A percepção dos estudantes revela que a experiência de manusear os instrumentos e vivenciar situações reais de classificação amplia a compreensão da complexidade e da relevância do processo de Organização do Conhecimento. A aplicação sistemática de instrumentos de avaliação formativa permite identificar pontos fortes e fragilidades das práticas pedagógicas, da mesma forma que indicam aspectos que podem ser aprimorados para a melhoria contínua das aulas. O interesse pela versão digital da CDD e por atividades diversificadas sugere a necessidade de atualizar metodologias e recursos, conciliando tradição e inovação no ensino da Organização do Conhecimento.

Entre os «pontos a salientar», destacam-se a valorização da metodologia ativa, a introdução conceitual bem conduzida, o uso de materiais físicos e o estímulo ao trabalho colaborativo como elementos que potencializam o engajamento e a compreensão. Os alunos reconheceram o valor das oficinas práticas como parte integrante da formação em Biblioteconomia, ressaltando que a vivência concreta com a CDD possibilita um aprendizado mais significativo, especialmente quando articulado ao contexto histórico e às reflexões críticas sobre os sistemas de classificação. Contudo, os «pontos a melhorar» evidenciam questões de ordem prática e estrutural que requerem atenção: o ambiente de aula foi considerado inadequado em alguns momentos devido ao excesso de ruído e a escassez de exemplares da CDD para

consulta individualizada; além disso, foi solicitada maior mediação docente durante os exercícios, maior variedade de exemplos e a possibilidade de sistematização das atividades com correções ou sínteses coletivas. Também foi apontada a necessidade de contemplar outras tipologias documentárias e aprofundar o uso das tabelas auxiliares.

Os «destaques de aprendizagem», por sua vez, indicam que a maioria dos estudantes se sentiu instigada a compreender a lógica do sistema, reconhecendo a importância da classificação para a atuação profissional e desenvolvimento gradual de autonomia no manuseio da CDD. A prática com obras literárias, especialmente, despertou interesse e motivação, permitindo que os alunos entendessem os critérios de síntese e as relações lógico-semânticas entre os componentes do sistema de classificação.

Em síntese, os dados analisados reforçam a relevância das atividades práticas no ensino da Organização do Conhecimento e apontam caminhos para o aperfeiçoamento da abordagem pedagógica. A continuidade dessas estratégias, com ajustes nas condições de infraestrutura, aprofundamento metodológico e ampliação do repertório documentário, contribuirá para uma formação mais sólida, crítica e tecnicamente apurada dos futuros profissionais bibliotecários.

REFERÊNCIAS

DAHLBERG, Ingetraut, 2014. Brief communication: what is knowledge organization? *Knowledge Organization*. **41**(1), 85-91.

DAHLBERG, Ingetraut, 2006. Knowledge organization: a new science? *Knowledge Organization*. **33**(1), 11-19.

HJØRLAND, Birger, 2008. What is Knowledge Organization (KO)? *Knowledge Organization*. **35**(2-3), 86-101.

MACULAN, Benildes C. M. dos S., et al., 2022. Estratégias avaliativas no ensino de organização da informação no curso de Biblioteconomia. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* [Em linha]. 18, 1-22 [consult. 2025-06-17]. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1697.

MAZZOCCHI, Fulvio, 2018. Knowledge organization system (KOS). *Knowledge Organization*. **45**(1), 54-78.

ROMEIRO, Nathália L., Melina de B. SANTOS, e Rosali F. de SOUZA, 2019. Reflexões sobre organização do conhecimento e educação em biblioteconomia. Em: *XX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB 2019* [Em linha]. Florianópolis: ENANCIB, 23 p. [consult. 2025-07-10]. Disponível em: https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/782/555.

SMIRAGLIA, Richard P., 2013. Culturality and the kinds of knowledge organization. *Knowledge Organization*. **40**(2), 65-74.

REDES DE COLABORAÇÃO CIENTÍFICA EM PESQUISAS PUBLICADAS NO LIVRO DA ISKO BRASIL, 2023: ANÁLISE CIENTOMÉTRICA*

LARISSA SILVA COSTA**
BIANCA DE LÁIA VICENTINI***
MARIA JOSÉ VELOSO DA COSTA SANTOS****
ROSANE ABDALA LINS*****
VANIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES******

Resumo: *Este estudo tem por objetivo investigar e mapear a colaboração científica em pesquisas publicadas no livro da International Society for Knowledge Organization (ISKO) Brasil, 2023 (Tognoli, Albuquerque e Cervantes, org., 2023). Trata-se de estudo bibliográfico e descritivo, com abordagem quali-quantitativa. A amostra é composta por 84 trabalhos apresentados nos três eixos temáticos do evento. Para o mapeamento das redes de colaboração científica são consideradas pesquisas em coautoria e utilizados o Excel e Gephi. Do universo de 74 trabalhos, 177 autores são afiliados a 30 instituições, sendo que quatro autores com dupla afiliação, totalizando 181 afiliações. Destaca-se o autor Barros, T. H. B., com maior número de publicações em coautoria: três trabalhos (4,05%) em colaboração com sete autores (1,73%). Os resultados revelaram predominância da colaboração científica entre autores, em cerca de 88% dos trabalhos, que compõem a amostra e reforçam a premissa de que a colaboração científica é um fenômeno marcante na comunicação científica e de importância para o avanço da ciência.*

Palavras-chave: *Organização do Conhecimento; Cientometria; Redes de colaboração científica.*

Abstract: *The aim of this study is to investigate and map scientific collaboration in research published in the book of International Society for Knowledge Organization (ISKO) Brazil, 2023 (Tognoli, Albuquerque e Cervantes, org., 2023). This is bibliographic and descriptive study, with qualitative and quantitative approach. The sample consists of 84 papers presented in the three thematic axes of the event. To map scientific collaboration networks, co-authored research is considered, and Excel and Gephi are used. Of*

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) – Programa Bolsa Mestrado Nota 10 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Programa de Pós-Doutorado Sênior.

** Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCI IBICT-UFRJ) – Brasil. Email: larissa.silva0349@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6491-2258.

*** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (PPGICS/ICICT/FIOCRUZ) – Brasil. Email: bvicentini@outlook.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2131-7798.

**** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Brasil. Email: msantos1402@facc.ufrj.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-4103-0018.

***** Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (ICICT/FIOCRUZ) – Brasil. Email: rosane.abdala@fiocruz.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7518-3265.

****** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI/IBICT) – Brasil. Email: vanialisboa@facc.ufrj.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5854-5677.

the universe of 74 papers, 177 authors are affiliated with 30 institutions, with four authors having dual affiliation, totaling 181 affiliations. The author Barros, T. H. B., stands out, with highest number of co-authored publications: three papers (4.05%) in collaboration with seven authors (1.73%). The results revealed predominance of scientific collaboration between authors in approximately 88% of the papers that make up the sample and reinforce the premise that scientific collaboration is a remarkable phenomenon in scientific communication and of importance for the advancement of science.

Keywords: *Knowledge Organization; Scientometrics; Scientific collaboration networks.*

INTRODUÇÃO

Desde os primeiros filósofos até as primeiras bibliotecas, da Antiguidade até a Pós-Modernidade, diversas contribuições foram desenvolvidas no âmbito da Organização do Conhecimento (OC). Para Dahlberg (1993), o aspecto teórico mais importante da OC são as unidades de conhecimento ou conceitos. Segundo a autora, o conceito «é constituído de elementos que se articulam numa unidade estruturada» (Dahlberg 1978). Conforme Smiraglia (2013, p. 17), se a OC «é a ciência da ordem do conhecimento», os pesquisadores dessa ciência, antes de qualquer coisa, devem ter a preocupação voltada para entender o que é conhecimento. Além disso, Mazzocchi (2018) compreende a OC como «um campo distinto […] considerado […] como uma subárea (ou vinculado a) Biblioteconomia e Ciência da Informação».

No que se refere a área de OC, é importante destacar a International Society for Knowledge Organization (ISKO), criada na Alemanha em julho de 1989, que teve Ingetraut Dahlberg (1927-2017) como fundadora e presidente até 1996 (Dahlberg 2006). No decorrer de sua existência, a ISKO vem se fortalecendo como importante sociedade para reflexões e produções científicas sobre organização do conhecimento, o que possibilita diálogos entre pesquisadores provenientes de distintas áreas do conhecimento e de diversos países (Guimarães 2017). A ISKO apresenta um grupo de capítulos distribuídos em diversos lugares do mundo, sendo os capítulos organizados da seguinte forma: em ano ímpar, é realizado o congresso nacional ou regional; já no ano par é realizado o congresso internacional (Guimarães 2017). Dentre os capítulos encontra-se o Brasil, em que já foram realizadas sete edições do congresso, a saber: 1.ª (Brasília – 2011), 2.ª (Rio de Janeiro – 2013), 3.ª (Marília – 2015), 4.ª (Recife – 2017), 5.ª (Belém – 2019), 6.ª (*online* – 2021), 7.ª (Londrina – 2023) (International… 2024).

O objetivo geral da presente pesquisa é investigar e mapear a colaboração científica a partir da coautoria e da relação orientando-orientador nos trabalhos publicados no livro da ISKO Brasil de 2023 (Tognoli, Albuquerque e Cervantes, org., 2023). A escolha dos trabalhos da ISKO justifica-se, especialmente, pelo fato da Sociedade ser «a principal sociedade científica na área de Organização do Conhecimento» (International… [2004-2025]).

1. REFERENCIAL TEÓRICO

A área de OC estuda a estruturação e o arranjo sistemático de unidades discursivas, compreendidas como conceitos, considerando os elementos e suas características semânticas particulares (Dahlberg 2006). Hjørland (2003) acrescenta que a OC estuda os fenômenos inerentes aos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) e aos Processos de Organização do Conhecimento (POC).

Nesta perspectiva, os estudos em OC contribuem para o avanço epistemológico e empírico da área e para o conhecimento sobre fenômenos que regulam os diferentes POC — classificação, indexação, entre outros —, e os diferentes SOC — sistemas de classificação, tesauros, taxonomias, ontologias, cabeçalhos de assunto, metadados, redes semânticas, etc. A OC possibilita ainda a geração de indicadores bibliométricos a partir da análise da dinâmica social de um domínio do conhecimento (Hjørland 2003).

Do ponto de vista semântico, a OC compreende as pesquisas que possibilitam a identificação de termos com maior densidade temática e, do ponto de vista social, possibilita o estudo dos domínios do conhecimento, pelo mapeamento de diferentes atores, artigos, instituições, áreas do conhecimento, regiões geográficas, etc., a partir da investigação de como os domínios do conhecimento se distinguem e se aproximam sob diferentes pontos de vista.

A colaboração científica é fruto de um esforço de complementaridade e síntese de saberes.

A Bibliometria é a área de pesquisa da Ciência da Informação (CI) que possibilita, desde as primeiras décadas do século XX, a produção de indicadores científicos a partir de métodos matemáticos e estatísticos provenientes de leis, técnicas e princípios empíricos aplicados a domínios específicos do conhecimento. Esses indicadores permitem avaliar e quantificar os processos de comunicação na ciência, assim como compreender «a dimensão coletiva da atividade de pesquisa e o processo dinâmico de construção do conhecimento» (Hayashi 2012). A Cientometria é focada na dimensão quantitativa da atividade científica e utiliza, em suas análises, leis e técnicas bibliométricas. Segundo Maricato e Noronha (2012, p. 65), a Cientometria é «resultante da convergência de duas disciplinas: a ciência da ciência nos Estados Unidos e a Naukovodemia nos países do leste europeu». Na ciência da ciência destacam-se os nomes de Solla Price, como pai da Cientometria, e de Nalimov e Mulchenko Naukovodemia (ou Naukometriya), pioneiros no emprego do termo.

Para Tague-Sutcliffe (1992, p. 1), Cientometria «é o estudo dos aspectos quantitativos da ciência como uma disciplina ou atividade econômica. Faz parte da sociologia da ciência e tem aplicação na formulação de políticas científicas». Envolve estudos quantitativos em um determinado domínio, que se resumem em: frequências de palavras; produtividade, popularidade e grau de colaboração de autores; distribuição de artigos em periódicos científicos; análises de citação e mapeamento de disciplinas; entre outros.

Nesse contexto, as análises quantitativas da atividade científica se caracterizam como estudos cientométricos, característica desse estudo. Concomitantemente, recorreu-se à Análise de Redes Sociais (ARS) para modelar a rede completa de coautoria nas comunicações apresentadas ao ISKO Brasil de 2023. A ARS tem suas origens na Sociologia, no século XIX e, metodologicamente, analisa feixes de relações. Alguns termos como sociometria e sociograma originaram-se na obra de Jacob Levy Moreno *Who shall survive*, de 1934, que em 1937 suscitou a publicação do periódico *Sociometry*, que trouxe grande impulso para a área, passando a ser utilizada na investigação de diversos fenômenos em outros domínios do conhecimento (Zuccala 2004).

Para Wasserman e Faust (1999, p. 29), autores clássicos sobre o assunto, redes sociais, do inglês *social networks* são «conjuntos finitos de atores e todas as relações definidas entre eles», acrescentam ainda que o conjunto de agentes e suas relações podem incluir laços familiares, de amizade, de contextos de trabalho, de confiança e de dependência, entre outros. Marteleto (2001, p. 79) menciona que os estudos de redes sociais «podem ser aplicadas no estudo de diferentes situações e questões sociais». Sobre os diversos significados de redes, nas Ciências Sociais, Marteleto (2001, p. 72) destaca que são «sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se parece com uma árvore ou uma rede». Na terminologia sobre redes, entre os nós, as conexões e fluxos de informações recebem diversas denominações como malha, trama, árvore e teia, que, interconectadas de tal forma, não se percebe o seu início, meio ou fim (Aguiar 2007).

Para Tomaél e Marteleto (2006) a rede social é conceituada como:

> *conjunto de pessoas (ou organizações ou outras entidades sociais) conectadas por relacionamentos sociais, motivados pela amizade e por relações de trabalho ou compartilhamento de informações e, por meio dessas ligações, vão construindo e reconstruindo a estrutura social* (Tomaél e Marteleto 2006, p. 75).

Na CI, os primeiros estudos de redes sociais voltam-se para pesquisas sobre colégios invisíveis e capital social, «que sempre operaram através do prisma da relação entre indivíduos ou instituições» (Pinto et al. 2007, p. 60). O colégio invisível é uma rede de comunicação formada por grupos de cientistas que pesquisam em um mesmo domínio do conhecimento, partilham os mesmos códigos e permanentemente se envolvem em mediações comunicativas para o desenvolvimento de atividades de pesquisa. Price (1965), no clássico *Networks of scientific papers*, compara a pesquisa científica com uma rede de conhecimento, onde cada nova contribuição é acrescentada, para compor um quebra-cabeça, onde cada peça representa uma unidade do conhecimento, que serve como base à colocação de novas unidades e, assim, sucessivamente.

O conceito de ator social é flexível, pode ser definido como qualquer elemento que se relacione com outro: pessoas, grupos, países, termos, conceitos, palavras-chave e até «não humanos» e, nas visões de Matheus e Silva (2006, p. 4), «permitindo diferentes níveis de agregação, o que possibilita sua adequação a diferentes problemas de pesquisa». A modelagem de redes sociais é considerada de grande relevância porque oferece «um novo espectro de metodologias e técnicas para identificação, seleção, coleta e análise de informações» de todo tipo de agente (Tarapanoff e Alvares 2015, p. 37).

As redes são categorizadas pela natureza do conjunto de atores e pelas propriedades dos laços entre eles. Com isso, a modelagem de uma rede social pode ser na forma de rede egocêntrica, ou de rede como um todo, também chamada rede completa. A rede egocêntrica foca em um único ator individual, também denominado de «ego» e os laços que ele mantém denominados de «alters». Nela pode-se identificar qual ator atua como fonte de informação, cooperando com sua bagagem intelectual. A rede como um todo, ou rede completa, descreve os laços que todos os membros de um dado ambiente mantêm com cada outro membro no mesmo ambiente, o que permite que se possa examinar as interações de todos os membros de uma comunidade engajados em uma atividade.

Segundo Recuero (2009), as redes sociais possuem recursos que são categorizados, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Redes sociais e suas categorias

Categoria	Descrição
relacional	Refere-se à «soma das relações, laços e trocas que conectam os indivíduos de uma determinada rede» (Recuero 2009, p. 50).
normativo	Compreende «as normas de comportamento de um determinado grupo e os valores deste grupo» (Recuero 2009, p. 50).
cognitivo	Relaciona-se à «soma do conhecimento e das informações comuns de um determinado grupo» (Recuero 2009, p. 50).
confiança no ambiente social	Relativo à «confiança no comportamento de indivíduos em um determinado ambiente» (Recuero 2009, p. 51).
institucional	Inclui «as instituições formais e informais, que se constituem na estruturação geral dos grupos, onde é possível conhecer as «regras» da interação social, e onde o nível de cooperação e coordenação é bastante alto» (Recuero 2009, p. 51).

Fonte: Adaptado pelas autoras com base em Recuero 2009

As pesquisas com redes sociais utilizam, dentre outras abordagens, a abordagem teórico-metodológica de Análise de Redes Sociais (ARS), do inglês, *Social Network Analysis* (SNA), que é composta de diversos princípios, técnicas e instrumentos.

Segundo Souza e Quandt (2008, p. 1) existem três fundamentos teóricos que sustentam a metodologia: i) a teoria dos grafos; ii) a teoria estatística/probabilística e iii) os modelos algébricos. Grácio e Oliveira (2020) também afirmam que a ARS tem «fundamento matemático e de análise estrutural […] na Teoria dos Grafos», sendo essa teoria a mais utilizada, porque privilegia análises descritivas e qualitativas dos dados.

Uma das primeiras aplicações da metodologia ARS em larga escala foi realizada na área da Saúde, em estudos de disseminação de doenças e mapeamento de epidemias (Souza e Quandt 2008). Na CI, ao se analisar os fluxos de informação entre atores, é possível identificar na geração de conhecimento, a cooperação científica, a cooperação intra e interinstitucional, nacional e internacional, a internacionalização do conhecimento, além de estudos de citação. Sendo assim, «pode-se contar com uma ampla literatura que utiliza a metodologia de análise de rede sociais, sendo necessário apenas o ajuste para o objeto de pesquisa» (Grácio e Oliveira 2020, p. 167).

De cunho multidisciplinar, a ARS é utilizada para análise de diversos setores, isto porque há a flexibilidade no conceito de ator, que pode ser qualquer coisa que se deseja analisar. Souza e Quandt (2008) acrescentam que a vantagem de se utilizar a metodologia de ARS é que com ela se pode captar a qualidade das interações quantitativamente, possibilitando, assim, que sejam geradas matrizes e grafos onde as relações são facilmente visualizadas por *softwares* especializados, ao mesmo tempo que é permitido analisar qualitativamente os dados coletados. Desse modo, a ARS atua como uma importante ferramenta de auxílio na análise da colaboração científica. Assim, na interação social observada nas redes de indivíduos, instituições ou países, é possível realizar as análises a partir da coautoria, cocitação e outros tipos de relação entre os autores (Leta e Canchumani 2015). A colaboração científica, segundo esses autores, pode ser observada de diversas formas e de acordo com o contexto. Pode ocorrer a partir de uma coautoria de artigos científicos, como também por cooperação em alguma atividade de pesquisa ou compartilhamento de recursos como, por exemplo, um laboratório de pesquisa, equipamentos específicos, metodologias, dentre outros.

Grácio (2018) mencionou diferentes tipos de colaboração, que Subramanyam (1983) ressaltou em seu artigo original, de acordo com os papéis dos participantes, como: a colaboração entre professores e alunos, na elaboração de trabalhos acadêmicos/científicos; a intrainstitucional, quando pesquisadores de uma mesma instituição contribuem entre si em projetos de pesquisa; a interinstitucional, nacional ou internacional, que ocorre entre cientistas de diferentes instituições, nacionais ou estrangeiras.

O contexto da recente pandemia de Covid-19, que marcou o mundo a partir do final de 2019, não só pelos desafios enfrentados no combate a esse evento de

saúde, mas pelo grande legado que deixou, em diversas dimensões, evidenciou a significância da colaboração na ciência. Com o objetivo de «vencer» o vírus e encontrar a solução para a doença, em abril de 2020, com a coordenação da Organização Mundial de Saúde (OMS), cientistas de vários países assinaram uma declaração assumindo o compromisso de colaboração para desenvolvimento de uma vacina contra a doença (World… 2020), com o intuito de unir esforços para solucionar este problema de saúde global.

Em tempos normais ou pandêmicos, a colaboração científica pode ser um testemunho de que o avanço do conhecimento é fruto de um esforço de complementaridade e síntese de saberes. Reconhecida sua importância no campo científico para o crescimento da ciência, ela tem sido objeto de pesquisa no campo da CI, no Brasil e no mundo (Lins et al. 2021).

Seja de uma forma ou de outra, essas colaborações trazem benefícios fundamentais para um campo, pois otimizam recursos financeiros e o tempo de trabalho, acelerando de forma significativa os resultados de pesquisa. É importante mencionar que o avanço da tecnologia, principalmente com a ampliação do acesso à Internet, potencializa a colaboração científica, pois permite essas trocas de forma remota, diminuindo significativamente barreiras que antes existiam. Ressalta-se, também, que nem todos os projetos de pesquisa resultam em produção científica, seja de livro ou artigo de periódico, portanto nem todas as colaborações em projetos equivalem a uma coautoria. Da mesma forma, nem todas as coautorias são resultantes de parcerias em projetos de pesquisa. O foco deste estudo é a colaboração científica representada na coautoria de trabalhos científicos e na relação orientando-orientador, nos trabalhos publicados no livro da ISKO Brasil, 2023 (Tognoli, Albuquerque e Cervantes, org., 2023).

2. METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza como bibliográfico e descritivo, com abordagem quali-quantitativa. Os procedimentos metodológicos empregados foram os seguintes:

(i) busca, no *site* da ISKO Brasil, do livro com os trabalhos apresentados no evento de 2023 (Tognoli, Albuquerque e Cervantes, org., 2023);
(ii) verificação do quantitativo de trabalhos por eixo temático;
(iii) coleta, compilação e padronização, em planilhas do *software* Excel, dos seguintes dados sobre as produções publicadas: título, nome do(s) autor(es), afiliação institucional e resumo;
(iv) identificação do número de autores por trabalho;
(v) busca de autoridade, utilizando o Currículo Lattes como fonte complementar, para verificar se os nomes de autores semelhantes ou idênticos,

que apresentam variações como abreviações e nomes do meio, estão relacionados a um mesmo indivíduo ou não;
(vi) padronização dos nomes de autores e instituições;
(vii) verificação da afiliação institucional também pelo Currículo Lattes, com relação aos autores que apontaram mais de um vínculo;
(viii) identificação da relação orientando-orientador entre os autores, por meio do Currículo Lattes;
(ix) mapeamento das redes de colaboração científica;
(x) utilização do *software* Gephi para elaboração dos grafos de visualização das redes de colaboração científica;
(xi) síntese e análise dos resultados por meio de quadros e figuras.

Segundo Wasserman e Faust (1999), a realização de estudos com base em método de ARS envolve conceitos operacionais e indicadores que podem ser observados no Tabela 2.

Tabela 2. Terminologia de ARS

Terminologia	Definição
Atores ou Nós	Unidades básicas das redes, correspondentes a cada um dos agentes particpantes.
Atributos ou Características	Descrição de características que permitem a identificação e a diferenciação de atores, ou grupos de atores, na rede.
Laços relacionais	Estabelecem conexões entre nós ou ligações entre pares de atores, ideia de interação social.
Relação	Coleção de laços relacionais de um tipo específico entre atores de um grupo.
Fluxos	Tudo que circula pelos laços relacionais ou entre os nós da rede.
Posição	Lugar definidor da hierarquia da rede, que demonstra a distância do ator de um ponto estratégico.
Cliques	Definidores de subgrupos de atores com vínculos diretos entre si.
Densidade	Quantidade de linhas (ou conexões) que interligam um conjunto de pontos.
Centralidade	Determinada de acordo com a comunicação direta de um ator com muitos outros ou está próximo de muitos atores, ou ainda, quando há muitos atores que o utilizam como intermediário em suas comunicações. Pode ser: centralidade de grau; de intermediação e de proximidade.

Fonte: Adaptado pelas autoras com base em Wasserman e Faust 1999

No que diz respeito ao uso do Gephi, o processo para a elaboração dos grafos foi realizado em etapas, conforme ilustrado na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3. Procedimentos para elaboração de grafos no Gephi

Etapa	Descrição dos procedimentos	Etapa	Descrição dos procedimentos
1	– Importação das planilhas do *software* Excel, com os dados necessários, referentes aos *Nodes* (Nós) e *Edges* (Arestas), no campo *Data Laboratory*. – A planilha Nós contém os números de identificação dos autores na coluna *Id*, os seus nomes na coluna *Label* e o número de publicações na coluna *Publications*. – No caso da planilha Arestas, foram incluídos os *Ids* dos autores na coluna Source, e os de cada membro da sua rede na coluna *Target*, além de informar na coluna *Weight* a quantidade de vezes que os autores publicaram trabalhos em colaboração no Livro da ISKO 2023.	2	– Após a leitura dos dados pelo *software* Gephi, o grafo foi gerado, sendo configurado no Campo *Overview*. – A ferramenta *Statistics* foi utilizada para calcular o grau médio de colaborações e a modularidade – que aponta as comunidades da rede baseada no nível de interação, identificadas por cor. – As configurações estéticas foram realizadas por meio da função *Layout*, utilizando a opção *Force Atlas 2*, para a disposição dos nós e arestas no espaço, e aplicada a *Fruchterman Reingold*, para a sua organização em círculo, assim como a *Noverlap*, impedindo a sobreposição dos Nós.
3	– A partir do comando para que os nomes dos autores ficassem visíveis no grafo, a função *Label Adjust* também foi usada, garantindo que fossem ordenados. – Nas configurações dos Nós, foram usadas as ferramentas *Partition* para a definição das cores pela função *Modularity Class*, que distingue as comunidades da rede por uma paleta de cores, e a ferramenta *Ranking* para a determinação do tamanho dos Nós pela função *Publications*, que define o tamanho segundo a quantidade de produções. O mesmo foi feito com relação ao tamanho dos nomes de cada autor. – Para as Arestas, foi selecionada, na ferramenta *Ranking*, a função *Weight*, que por meio de sua espessura aponta o número de trabalhos em colaboração entre os pares, além de uma paleta de cores, em que cada aresta segue a cor do seu nó de origem.	4	– No que tange a rede institucional, foi utilizada a mesma metodologia, tendo apenas algumas diferenças. – Exemplo: na planilha Nós foram incluídos na coluna *Label*, os nomes das instituições que os autores são afiliados, assim como uma coluna denominada *Affiliated Authors*, com o quatitativo de afiliações referente a cada instituição. Com isso, na planilha Arestas foram inseridos os *Ids* das instituições na coluna *Source*, e os de cada membro de suas redes de colaboração, na coluna *Target*. – A coluna *Weight* recebeu os dados relacionados ao número das colaborações entre autores das instituições. – *No campo Overview* foram empregadas as mesmas estratégias e técnicas do primeiro grafo abordado. – Alguns pontos diferenciais foram aplicados nas configurações dos Nós, em que, no estabelecimento dos seus tamanhos pela ferramenta *Ranking*, foi selecionada a função *Affiliated Authors*, determinando suas dimensões pelo número de afiliação de autores que cada instituição possui. – Acerca das Arestas, suas diferentes espessuras representam a quantidade de colaborações entre as instituições, de acordo com a interação entre os autores afiliados. – Os grafos foram definidos como *Directed* (dirigido).

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025

A seção a seguir apresenta a síntese, análise e discussão dos resultados obtidos.

3. RESULTADOS

A busca realizada no *site* da ISKO Brasil (International… [2004-2025]), na parte de «Série Estudos Avançados em Organização do Conhecimento», recuperou o livro com os trabalhos apresentados no evento em 2023. No que se refere aos eixos temáticos, verificou-se: «Eixo 1: Dimensão epistemológica da organização do conhecimento. Eixo 2: Dimensão aplicada da organização do conhecimento. Eixo 3: Dimensão sociocultural da organização do conhecimento» (Tognoli, Albuquerque e Cervantes, org., 2023). Além dos três eixos do evento, a edição de 2023 também contou com o «Fórum de Organização do conhecimento no Brasil na perspectiva dos pós-graduandos: pesquisas em andamento» (Tognoli, Albuquerque e Cervantes, org., 2023, p. II).

Conforme os critérios mencionados na seção anterior, foram selecionados apenas os trabalhos apresentados nos eixos temáticos do evento. Verificou-se a concentração de 84 (100,00%) trabalhos com a seguinte distribuição: 14 (16,67%) trabalhos no Eixo 1, 49 (58,33%) trabalhos no Eixo 2, 21 (25,00%) trabalhos no Eixo 3. Posteriormente, as informações dos trabalhos foram compiladas em planilhas do *software* Excel. A Tabela 4 apresenta a quantidade de indivíduos que compõem a autoria de cada trabalho identificado.

Tabela 4. Número de autores por trabalhos da ISKO Brasil, 2023

Eixo 1		**Eixo 2**		**Eixo 3**	
Quantidade de autores	Quantidade de trabalhos	Quantidade de autores	Quantidade de trabalhos	Quantidade de autores	Quantidade de trabalhos
01	05	01	02	01	03
02	03	02	22	02	10
03	04	03	18	03	06
04	02	04	05	04	01
05	00	05	01	05	01
07	00	07	01	07	00
Total = 14 trabalhos		Total = 49 trabalhos		Total = 21 trabalhos	
Total geral = 84 trabalhos					

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025) a partir dos dados da ISKO Brasil, 2023 (Tognoli, Albuquerque e Cervantes, org., 2023)

A partir da Tabela 4, os resultados apontam que, dos 84 trabalhos apresentados nos eixos, há predominância de trabalhos escritos por dois autores correspondendo a 35 (41,67%). Em seguida: três autores (28 – 33,33% trabalhos), um autor (10 – 11,90% trabalhos), quatro autores (08 – 9,52% trabalhos), cinco autores (02 – 2,39% trabalhos) e sete autores (01 – 1,19% trabalho). Não foi identificado um quantitativo superior a sete autores nos trabalhos.

No estudo de Oliveira, Castanho e Grácio (2021), os autores analisaram artigos publicados no período 2013-2017 em periódicos brasileiros na área de CI, classificados no Quadriênio 2013-2016 com *Qualis* A1 e A2. Dentre os aspectos analisados, os autores observaram os tipos de autoria e os resultados evidenciaram alta incidência (80%) de colaboração científica na autoria dos artigos, destacando-se a autoria dupla, observada em aproximadamente metade dos estudos analisados.

Ainda na perspectiva da colaboração científica, Meadows (1999) pontua que embora houvesse predominância de pesquisadores trabalhando sozinhos, já havia indícios de colaboração na ciência, trazendo à tona a «Royal Society» que «via no trabalho cooperativo um modo de promover novas pesquisas» (Meadows 1999, p. 107). Desse modo, observa-se que estudos desenvolvidos em colaboração podem ter maior proeminência na ciência, pelo fato de constituírem um conjunto de saberes dos pesquisadores envolvidos na produção do(s) trabalho(s), possibilitarem o intercâmbio de informação e conhecimento entre os autores e contribuírem para que sejam elaborados estudos com maior aprofundamento e com distintos prismas teóricos e empíricos (Hilário e Grácio 2011).

Após a identificação de trabalhos por eixo temático do evento, consoante mencionado na Metodologia, as informações coletadas nos trabalhos foram compiladas, padronizadas e analisadas em planilhas do *software* Excel. Posteriormente, foi utilizado o *software* Gephi a fim de representar, através de grafos, as redes de colaboração.

Conforme mencionado anteriormente, foram verificados inicialmente 84 trabalhos publicados nos três eixos temáticos do evento e, no que se refere a esse universo, observou-se 10 trabalhos de autoria única, que foram excluídos da amostra. Assim, foram considerados para análise 74 (100,00%) trabalhos em colaboração, dentre os quais 35 trabalhos foram escritos por dois autores. Desse universo de 74 trabalhos, 44 (59,46%) foram escritos a partir da relação orientando-orientador e 30 (40,54%) escritos com outro(s) tipo(s) de relação. A Tabela 5, a seguir, sintetiza os resultados obtidos na presente análise.

Tabela 5. Síntese das relações em colaboração nos trabalhos ISKO Brasil, 2023

Trabalhos escritos por mais de um autor			**Trabalhos escritos com relação orientando-orientador**			**Trabalhos escritos com outro tipo de relação**		
Eixo 1 = 09	Eixo 2 = 47	Eixo 3 = 18	Eixo 1 = 05	Eixo 2 = 30	Eixo 3 = 09	Eixo 1 = 04	Eixo 2 = 17	Eixo 3 = 09
Total geral = 74 trabalhos			**Total geral = 44 trabalhos**			**Total geral = 30 trabalhos**		

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025) a partir dos dados da ISKO Brasil, 2023 (Tognoli, Albuquerque e Cervantes, org., 2023)

Na Tabela 5, é possível observar que do total de 74 (100,00%) trabalhos escritos por mais de um autor, há concentração de trabalhos escritos a partir da relação orientando-orientador (44 – 59,46%). De acordo com Hilário, Castanha e Grácio (2017, p. 134), a relação orientando-orientador é «a principal forma de colaboração existente na ciência», destacando que nesse tipo de relação «o orientando adquire novas habilidades, amplia seus conhecimentos teóricos e metodológicos, assim como seu conhecimento tácito» (Hilário, Castanha e Grácio 2017, p. 134). Dos 44 trabalhos escritos a partir da relação orientando-orientador, notou-se que em 40 (90,91%) trabalhos o(s) orientando(s) apresentava(m) vínculos com a pós-graduação e em quatro (9,09%), vínculos com a graduação. Esses resultados vão ao encontro do entendimento de que a pós-graduação na área de CI configura-se como esfera que impulsiona a produção de conhecimento científico (Oliveira, Castanha e Grácio 2021).

A Figura 1 ilustra a rede de colaboração dos autores, conforme suas interações na coautoria de trabalhos publicados na ISKO Brasil, 2023 (Tognoli, Albuquerque e Cervantes, org., 2023).

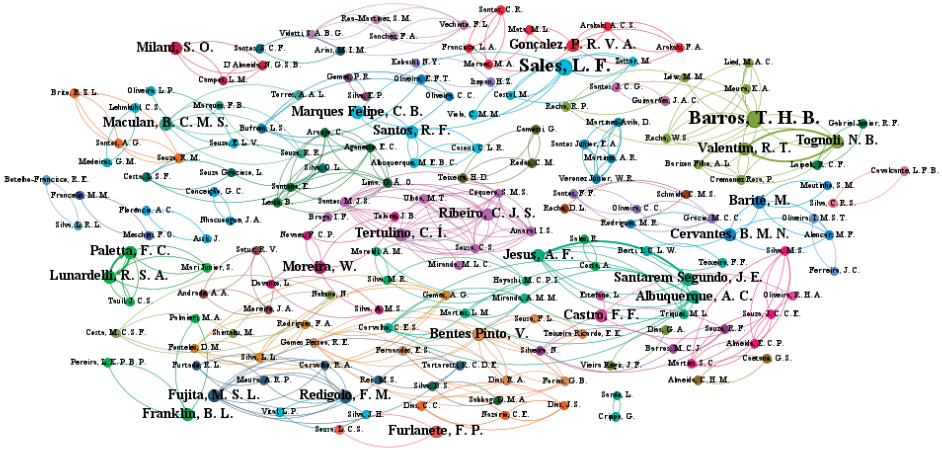


Fig. 1. Rede de colaboração dos autores nos trabalhos ISKO Brasil, 2023
Fonte: Elaborado pelas autoras (2025) a partir dos dados da ISKO Brasil, 2023 (Tognoli, Albuquerque e Cervantes, org., 2023)

A rede de autores (Fig. 1) apresenta 177 (100%) membros distribuídos em 51 comunidades. A maior comunidade da rede possui 10 (5,65%) membros, dentre os quais evidencia-se o autor Barros, T. H. B., afiliado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com maior número de publicações, 3, que corresponde a 4,05% dos 74 trabalhos, e de sete colaborações entre pares, que representam 1,73% do total de 404

colaborações realizadas por meio da coautoria, no livro da ISKO Brasil, 2023 (Tognoli, Albuquerque e Cervantes, org., 2023). Destaca-se também Sales, L. F., afiliada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e, Tertulino, C. Í., afiliado ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com o mesmo número de publicação e colaboração, respectivamente, que o autor anteriormente citado.

Do total de 177 autores, quatro (2,26%) apontaram dupla afiliação, referente apenas às instituições brasileiras. Os autores são afiliados a 30 instituições apresentadas na rede de colaboração institucional, conforme ilustrado na Figura 2.

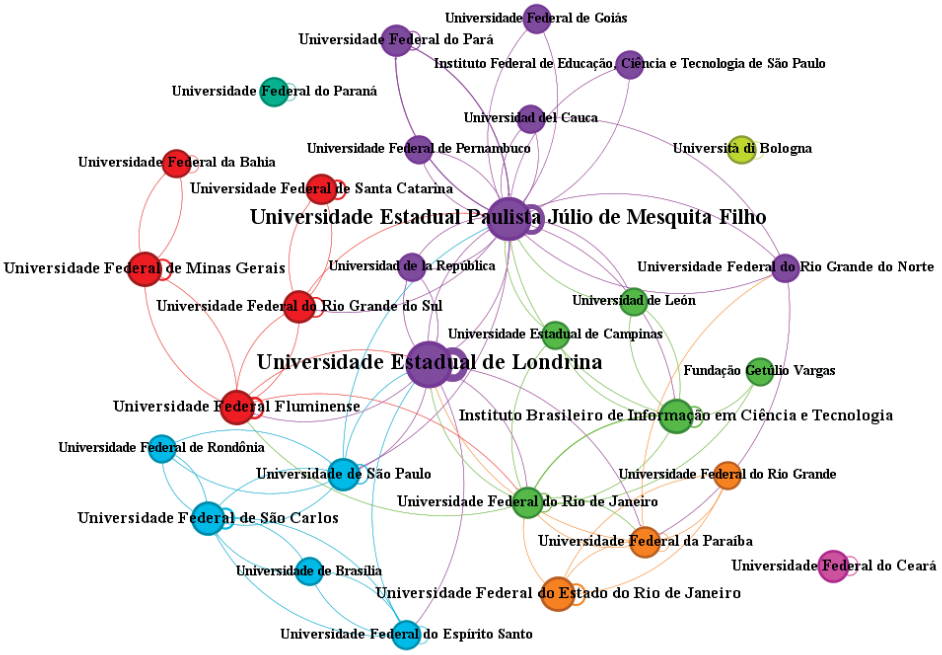


Fig. 2. Rede de colaboração institucional nos trabalhos ISKO Brasil, 2023
Fonte: Elaborado pelas autoras (2025) a partir dos dados da ISKO Brasil, 2023 (Tognoli, Albuquerque e Cervantes, org., 2023)

A Figura 2 apresenta oito comunidades diferenciadas pelas cores azul, verde-escuro, verde-claro, rosa, roxa, laranja, amarela e vermelha. A maior comunidade da rede (roxa) possui nove membros, correspondendo a 30% do total de 30 instituições, dentre as quais destaca-se a Universidade Estadual de Londrina (UEL) com maior número de autores afiliados (31 – 17,51%), além de ocupar o segundo lugar na quantidade de colaborações (22 – 14,96%) das 147 colaborações

institucionais. A UEL publicou 18 trabalhos em colaboração com 7 instituições, sendo 6 brasileiras como Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e 1 estrangeira, Universidad de la República.

Outro destaque da comunidade representada pela cor roxa é a UNESP, que ocupa o segundo lugar no número de autores afiliados (25 – 14,12%), além de possuir o maior número de colaborações (24) que corresponde a 16,32% do total de 147 realizadas em coautoria, sendo 10 coautorias intrainstiucionais, 11 interinstitucionais nacionais e 3 interinstitucionais internacionais, a saber: Universidad de la República, Universidad de León e Universidad del Cauca, cada uma com 1 colaboração. No total a UNESP produziu 16 trabalhos em coautoria.

De acordo com a Figura 2, as comunidades representadas pelas cores verde-escuro, rosa e amarela são as menores da rede, compostas apenas por um único membro cada uma, a saber: a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a *Università di Bologna*, respectivamente, com apenas colaborações intrainstitucionais. A UFPR possui 2 (1,12%) autores afiliados que publicaram 1 (1,35%) trabalho em colaboração e, da mesma forma, a Università di Bologna. A UFC tem 7 (3,95%) autores afiliados e 2 (2,70%) publicações.

Dentre as 30 instituições presentes na rede, 26 (86,67%) são brasileiras e 4 (13,33%) estrangeiras. Quanto às afiliações a instituições do Brasil e sua distribuição por regiões, a maior concentração no número de instituições é na Região Sudeste (12), que corresponde a 46,15% das 26 instituições do país, seguida da Sul e Nordeste, com 5 (19,23%) cada uma, além da Norte e Centro-Oeste, com 2 (7,69%) cada.

Dentre os 177 autores, 172 (97,18%) são afiliados às instituições brasileiras e cinco (2,82%) às estrangeiras. No que tange às afiliações brasileiras na distribuição regional das instituições, o Sudeste também possui o maior número de autores afiliados (98 – 56,98%), seguido pelas Regiões Sul (47 – 27,32%), Nordeste (18 – 10,47%), Norte (7 – 4,07%) e Centro-Oeste (2 – 1,16%). Ressalta-se que houve colaboração internacional com a Itália (1 instituição e 2 autores), seguida pelo Uruguai, Colômbia e Espanha, com 1 instituição e 1 autor cada.

As instituições internacionais presentes na rede são: Universidad de la República (Uruguai), Universidad de León (Espanha), Università di Bologna (Itália) e Universidad del Cauca (Colômbia). A Universidad de la República colaborou com a UNESP e a UEL; a Universidad de León com a UNESP e o IBICT; a Università di Bologna apresentou colaboração intrainstitucional; a Universidad del Cauca colaborou com a UNESP e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

É possível afirmar que a colaboração científica entre autores brasileiros e estrangeiros sugere a inserção de determinadas temáticas de estudo em cenário internacional. No que se refere a esse assunto, Justino et al. (2021) analisaram artigos de docentes permanentes de Programas de Pós-Graduação brasileiros, no período 2013-2018. Nessa análise, identificaram predominância de publicações em colaboração com a Espanha e com outros países como Portugal, França, Estados Unidos e Argentina. Observa-se que com o decorrer dos anos, a colaboração científica entre países vem sendo ampliada cada vez mais na comunidade científica, o que é fundamental para a «interdisciplinaridade e da troca de conhecimento entre a comunidade científica de diferentes países» (Vanz et al. 2016, p. 42).

CONCLUSÕES

O presente estudo objetivou investigar e mapear a colaboração científica institucional a partir da coautoria nos trabalhos publicados no livro da ISKO Brasil de 2023 (Tognoli, Albuquerque e Cervantes, org., 2023). A colaboração científica foi identificada sob diversos prismas, sendo possível observar o quantitativo de autores por trabalhos — predominando os trabalhos escritos por dois autores — e os trabalhos escritos a partir da relação orientando-orientador. Ainda nesse sentido, foi possível investigar e mapear a rede de colaboração institucional, o que propiciou verificar a representatividade de instituições na ISKO Brasil de 2023.

Na rede de colaboração de autores, Barros, T. H. B., apresentou o maior número de publicações e colaborações. Com relação à rede institucional, destacaram-se a UEL, pelo número de autores afiliados, e a UNESP com a maior quantidade de colaborações, incluindo as internacionais. A UNESP ocupa o primeiro lugar na internacionalização do conhecimento por meio da coautoria com três das quatro instituições estrangeiras presentes na rede. Quanto as publicações de trabalhos apresentados na ISKO Brasil de 2023, a maioria das instituições foi brasileira, com concentração na Região Sudeste; entretanto, houve parcerias com outros países, a saber: Uruguai, Espanha, Itália e Colômbia.

Ressalta-se a importância de padronizar o registro do nome dos autores e das respectivas instituições no momento da submissão e do envio do trabalho final, pois esta pesquisa encontrou dificuldades ligadas a padronização do nome dos autores e instituições de afiliação. Essa etapa impacta diretamente na qualidade dos resultados de pesquisa.

Finalmente, considera-se que o objetivo delineado foi alcançado e destaca-se que eles reforçam a premissa de que a colaboração científica é um fenômeno que ocorre entre pesquisadores e se configura como prática fundamental na ciência.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, G.A., 2007. A comunicação na era digital. *Vox Scientiae*. **7**(39).

DAHLBERG, I., 2006. Knowledge Organization: A New Science? *Knowledge Organization*. **33**(1), 11-19.

DAHLBERG, I., 1993. Knowledge Organization: Its Scope and Possibilities. *Knowledge Organization*. **20**(4), 211-222.

DAHLBERG, I. 1978. Teoria do Conceito. *Ciência da Informação*. **7**(2), 101-107.

GRÁCIO, M. C. C., 2018. Colaboração científica: indicadores relacionais de coautoria. *Brazilian Journal of Information Studies: research trends*. **12**(2), 24-32.

GRÁCIO, M. C. C., e OLIVEIRA, E. F. T., 2020. Análise de Redes Sociais para visualização do comportamento científico. Em: M. C. C. GRÁCIO, et al., org. *Tópicos da bibliometria para bibliotecas universitárias*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, pp. 164-191.

GUIMARÃES, J. A. C., 2017. Organização do conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da ISKO. *Informação&Informação*. **22**(2), 84-98.

HAYASHI, M. C. P. I., 2012. Sociologia da ciência, Bibliometria e Cientometria: contribuições para a análise da produção científica [Em linha]. Em: *Anais Eletrônico – IV EPISTED – Seminário de Epistemologia da Teorias da Educação.* Campinas-SP: Faculdade de Educação/UNICAMP [consult. 2025-05-16]. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/PETBiblioteconomia/soc-da-ciencia-pet.pdf.

HILÁRIO, C. M., R. G. CASTANHA, e M. C. C. GRÁCIO, 2017. A influência da genealogia acadêmica na colaboração científica: um estudo no campo da matemática no Brasil. *Revista Guillermo de Ockham*. **15**(2), 133-141.

HILÁRIO, C. M., e M. C. C. GRÁCIO, 2011. Colaboração científica na temática "redes sociais": análise bibliométrica do ENANCIB no período 2009-2010. *Revista EDICIC*. **1**(4), 363-375.

HJØRLAND, B., 2003. Fundamentals of Knowledge Organization. *Knowledge Organization*. **30**(2). 87-111.

INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION, 2024. *ISKO events* [Em linha]. [S.l.]: ISKO [consult. 2025-05-16]. Disponível em: https://www.isko.org/events.html.

INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION BRASIL, [2004-2025]. *ISKO Internacional* [Em linha]. [S.l.]: ISKO [consult. 2025-05-16]. Disponível em: https://isko.org.br/isko-internacional/.

JUSTINO, T. S., et al., 2021 Análisis de colaboración científica de programas brasileños de posgrado en ciencia de la información. *Awari*. **2**(1), 1-14.

LETA, J., e R. M. L. CANCHUMANI, 2015. Redes colaborativas na ciência: estudos de coautoria e cocitação. Em: M. I. TOMAEL, e R. M. MARTELETO, ed. *Informação e redes sociais: interfaces de teorias, métodos e objetos*. Londrina: Eduel, pp. 117-135.

LINS, R. A., et al., 2021. Coronavírus: um panorama sobre a colaboração científica internacional do Brasil ao longo da história. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*. **15**(4), 840-854.

MARICATO, J. M., e D. P. NORONHA, 2012. Indicadores bibliométricos e cientométricos em CT&I: apontamentos históricos, metodológicos e tendências de aplicação. Em: M. C. P. I. HAYASHI, e J. LETA, org. *Bibliometria e Cientometria*: reflexões teóricas e interfaces. São Carlos: Pedro & João, vol. 1, pp. 21-41.

MARTELETO, R. M., 2001. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência de informação. *Ciência da Informação*. **30**(1), 71-81.

MATHEUS, R. F., e A. B. O. SILVA, 2006. Análise de redes sociais como método para a Ciência da Informação. *Datagramazero: Revista de Ciência da Informação*. **7**(2), 1-25.

MAZZOCCHI, F., 2018. Knowledge organization system (KOS). *Knowledge Organization*. **45**(1), 54-78.

MEADOWS, A. J., 1999. *A comunicação científica*. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros.

OLIVEIRA, C. G., R. G. CASTANHA, e M. C. C. GRÁCIO, 2021. Coautoria dupla nos artigos do campo da ciência da informação: análise dos periódicos brasileiros Qualis A1 e A2 (2013-2017). Em: R. N. MACHADO, K. O. RODRIGUES, e S. S. BARROS, org. *Diálogos sobre Bibliometria e Cientometria*. Salvador: UFBA, pp. 91-108.

PINTO, A. L., et al., 2007. Indicadores científicos na literatura em Bibliometria e Cientometria através das redes sociais. *Brazilian Journal of Information Science*. **1**(1), 58-76.

PRICE, D. J. S., 1965. Networks of scientific papers. *Science*. **149**(3683), 510-515.

RECUERO, R., 2009. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina.

SMIRAGLIA, R., 2013. The Epistemological Dimension of Knowledge Organization. Em: V. DODEBEI, e J. A. C. GUIMARÃES, org. *Complexidade e Organização do Conhecimento*: *Desafios do nosso século*. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, pp. 17-25.

SOUZA, Q. R., e C. O. QUANDT, 2008. Metodologia de análise de redes sociais. Em: F. DUARTE, C. QUANDT, e Q. R. SOUZA, org. *O tempo das redes*. São Paulo: Perspectiva, pp. 31-63.

SUBRAMANYAM, K., 1983. Bibliometric studies of research collaboration: a review. *Journal of Information Science*. **6**(1), 33-38.

TAGUE-SUTCLIFFE, J., 1992. An introduction to infometrics. *Information Processing and Management*. **28**(1), 1-3.

TARAPANOFF, K., e L. ALVARES, 2015. Perspectivas em inteligência organizacional e competitiva na Web 2.0: uma visão geral. Em: K. TARAPANOFF, e L. ALVARES, org. *Análise da informação para a tomada de decisão: desafios e soluções.* Curitiba: InterSaberes, pp. 21-60.

TOGNOLI, N. B., A. C. ALBUQUERQUE, e B. M. CERVANTES, org., 2023. *Organização e representação do conhecimento em diferentes contextos: desafios e perspectivas na era da datificação* [Em linha]. Londrina: ISKO-Brasil, PPGCI-UEL [consult. 2025-05-16]. Disponível em: https://isko.org.br/wp-content/uploads/2023/06/livro-isko-Brasil_23.pdf.

TOMAÉL, M. I., e R. M. MARTELETO, 2006. Redes sociais: posições dos atores no fluxo da informação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação* [Em linha]. **11**(1), 75-91 [consult. 2025-05-16]. DOI: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2006v11nesp1p75.

VANZ, S. A. S., et al., 2016. Scientific collaboration between Brazil and Spain: journals and citations. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação* [Em linha]. **21**(47), 41-50 [consult. 2025-05-16]. DOI: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2016v21n47p41.

WASSERMAN, S., e K. FAUST, 1999. *Social Network Analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020. *Public statement for collaboration on COVID-19 vaccine development* [Em linha]. [S.l.]: WHO [consult. 2025-05-16]. Disponível em: https://www.who.int/news-room/detail/13-04-2020-public-statement-for-collaboration-on-covid-19-vaccine-development.

ZUCCALA, A. A., 2004. *Revisiting the invisible college: a case study of the intellectual structure and social process of singularity theory research in Mathematics*. Tese de doutorado, Faculty of Information Studies, University of Toronto.

CATÁLOGOS *RAISONNÉ* COMO SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO DOMÍNIO DA ARTE: REFLEXÕES PRELIMINARES A PARTIR DA SUA DIMENSÃO CULTURAL

IGOR ALVES COELHO*
SUELLEN OLIVEIRA MILANI**
CARLOS HENRIQUE JUVÊNCIO***

Resumo: *O artigo analisa os catálogos* raisonné *como sistemas de organização do conhecimento no domínio da arte, destacando seu papel como produtos documentários que organizam, preservam e disseminam a produção artística. Partindo da reflexão de que a mediação das obras escolhidas implica em interferências, busca compreender as interseções entre esses instrumentos e práticas de áreas como Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. O objetivo é investigar a organização sistemática de três catálogos raisonné de artistas brasileiros (Candido Portinari, Leonilson e Tarsila do Amaral), identificando pontos de interseção e contrastes em suas estruturas descritivas e organização do seu conteúdo. A metodologia baseia-se na análise dos objetos, enfocando os catálogos como documentos representativos das práticas e necessidades do campo artístico. As considerações finais demonstram que, embora existam similaridades na estrutura básica e nos elementos descritivos, também há divergências nos termos e na organização, influenciadas pelas especificidades de cada artista e equipe editorial.*

Palavras-chave: *Catálogo* raisonné*; Informação em arte; Organização do conhecimento; Documentação artística.*

Abstract: *This article analyzes catalogues* raisonné *as systems of knowledge organization in the field of art, highlighting their role as documentary products that organize, preserve, and disseminate artistic production. Based on the idea that mediation of the selected works implies interference, it seeks to understand the intersections between these instruments and practices in areas such as Archival Science, Library Science, Museology, and Information Science. The objective is to investigate the systematic organization of three catalogues raisonné of Brazilian artists (Candido Portinari, Leonilson, and Tarsila do Amaral), identifying points of intersection and contrasts in their descriptive and organizational structures. The methodology is based on the analysis of objects, focusing on the catalogues as representative documents of the practices and needs of the artistic field. The final considerations demonstrate that, although there are similarities in the basic structure and descriptive elements, there are also divergences in terms and organization, influenced by the specificities of each artist and editorial team.*

Keywords: *Catalogue* raisonné*; Art information; Knowledge organization; Artistic documentation.*

---

* Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil. Email: coelhoigor.a@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5812-7328.
** Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil. Email: suellenmilani@id.uff.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7183-6030.
*** Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil. Email: carlosjuvencio@id.uff.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2376-4823.

INTRODUÇÃO

A produção artística, em sua essência, nasce de processos subjetivos e intuitivos, moldados pela inspiração e pela experimentação criativa, livres de restrições sistemáticas. No entanto, quando essas produções são institucionalizadas, passam a integrar um cenário mais estruturado, no qual são organizadas, descritas e representadas de maneira analítica. Esse processo não apenas possibilita o acesso e a preservação das obras, mas também garante sua representatividade e memória no contexto cultural e histórico.

No cenário da produção no campo das artes visuais e plásticas, dois processos que acabam por criar apagamentos do todo ocorrem de forma natural. O primeiro relacionado a dispersão das obras de um mesmo artista em diferentes coleções, o que acaba resultando na fragmentação do conhecimento de uma produção como um todo. O segundo advém do fato que usualmente, não se faz presente uma preocupação do próprio artista em manter registros organizados de seus processos e produtos, dificultando em muitos casos o rastreamento, a autenticação e o estudo aprofundado de sua trajetória, sobretudo quando observamos artistas já falecidos. Sem a construção de instrumentos de registro e organização adequados, informações valiosas podem ser perdidas, comprometendo tanto a trajetória individual quanto de um coletivo, quando pelas óticas da confecção de um patrimônio nacional.

É neste contexto que se enquadram os catálogos *raisonné*, emergindo como documentos de organização sistemática sobre a totalidade conhecida da obra de um artista. Esse tipo de documento reúne informações detalhadas sobre cada peça e cria um panorama abrangente da produção de um artista ou coletivo. Mais do que um inventário, os catálogos *raisonné* são mediadores entre o universo criativo do artista e as demandas de pesquisa relacionadas ao cenário artístico, o mercado da arte e a memória e identidade nacional, e contribuem para a preservação e disseminação do conhecimento registrado.

Segundo Rogers (2015), são documentos que desde o século XVIII atuam como base na relação dos estudos históricos da arte, justamente por ordenar não só as obras como também traçar um panorama da trajetória e das relações construídas, tornando-se uma obra de referência para estudiosos e pesquisadores do domínio das artes.

> *Em seus termos mais objetivos, um catálogo raisonné é uma lista abrangente de todas as obras* [conhecidas] *de um artista. Esta lista pode representar uma tentativa de localizar e catalogar todas as obras de um determinado artista ou pode concentrar-se numa determinada técnica ou período cronológico. Cada entrada no catálogo raisonné geralmente consistirá de informações básicas sobre a obra, incluindo imagem, título e títulos alternativos, data, técnica e assinatura ou inscrição quando aplicável, juntamente com procedência, citações bibliográficas e histórico das exposições. As inscrições de obras também podem incluir informações*

> *do estúdio do artista, como números do sistema de inventário e registros de conservação ou comentários mais interpretativos sobre a história ou importância da obra e como ela se relaciona com outras obras da coleção* (Rogers 2015, p. 3).

Uma vez apresentado o objeto de análise, esse estudo visa analisar a organização sistemática dos catálogos *raisonnés*, com foco em pontos de interseção e contraste em suas construções. Para tal, foram selecionados três catálogos do gênero de autoria e reflexão de artistas nacionais, sendo eles: Candido Portinari (1903-1962), Leonilson (1957-1993), e Tarsila do Amaral (1886-1973), artistas que perpassam distintos períodos históricos e de desenvolvimento e confluências variadas no cenário artístico brasileiro. Tais escolhas se dão por serem os artistas nacionais com produções que se enquadram na tipologia documental aqui analisada (catálogos *raisonné*) e que apresentam os dados totais das suas obras conhecidas, diferente de outros produtos como o de Iberê Camargo[1] e Vik Muniz[2] que são compostos de recortes sem a totalidade nas formas de apresentação da obra, respectivamente, pela natureza das produções e cronológica.

Para tanto, foi realizada a análise da estrutura e do conteúdo dos catálogos acima descritos, compreendendo-os como documentos próprios do campo ou domínio do conhecimento das artes. Para isso, partimos da concepção de que tais produtos documentais são produzidos por comunidades de discurso que integram a divisão social do trabalho intelectual (Hjørland e Albrechtsen 1995), além de serem expressões práticas das necessidades informacionais e das formas de organização dos grupos (Mai 2005).

Como destaca Mai (2005, p. 605) «os domínios produzem artefatos que podem ser usados para estudá-los», possibilitando uma análise a partir de sua observação, logo, objetivamos ter os catálogos *raisonné* como um desses documentos (artefatos) a serem observados, em busca de compreender suas estruturas e significados já presentes nas práticas informacionais.

Nesse sentido, nos aproximamos das abordagens propostas por Hjørland (2002), dentre elas a indexação e recuperação especializada, que «organizam documentos ou coleções individuais para otimizar a recuperabilidade e a visibilidade dos seus "potenciais epistemológicos" específicos» (Hjørland 2002, p. 450); e estudos de documentos e gêneros, que «revelam a organização e a estrutura de diferentes tipos de documentos em um domínio» (Hjørland 2002, p. 451).

---

[1] O catálogo *raisonné* de Iberê Camargo (Zielinsky, org., 2006) foi organizado dividindo sua produção pelo tipo de técnica do artista. O volume 1, lançado em 2006, apresenta somente suas obras referentes a gravuras. Os volumes sequenciais, com o restante da produção, não foram lançados até a presente data.

[2] O catálogo *raisonné* de Vik Muniz foi organizado com base em uma divisão cronológica de sua obra. Optou-se por não o incluir na análise deste trabalho, uma vez que o artista está em atividade, com sua produção ainda em curso e expansão, em contraponto aos outros analisados, já falecidos. Ainda assim, destaca-se a relevância de sua iniciativa, ao demonstrar uma preocupação com a organização e a documentação de sua produção artística ainda em vida, uma prática pouco recorrente no campo.

A partir da observação e comparação de dados dos três catálogos *raisonnés* descritos anteriormente, embasados pelas relações de documentos produzidos pelo domínio da arte, descreveremos alguns fluxos de interseção, similaridade e distanciamento entre as formas elencadas para organização desses documentos.

1. O DOMÍNIO DA ARTE E OS CATÁLOGOS *RAISONNÉ* COMO INSTRUMENTOS DE EXPRESSÃO E ORDENAÇÃO

O artista, suas práticas e produções são em si um domínio próprio, individual, a ser entendido e analisado, passando a compor um domínio mais amplo e coletivo do cenário artístico, sobretudo dentro de uma delimitação histórica e do período em que se insere e/ou das ordenações técnicas e representativas que se colocam sobre sua obra, assim como os documentos que se confeccionam na ordenação destes, como os catálogos *raisonné*.

Enquanto documentos que organizam e disponibilizam informação de forma sistemática, refletem práticas de classificação, categorização e descrição, já que englobam elementos de uma organização geral e elementos descritivos (fichas das obras, cronologias, entre outros), seguindo princípios similares dos quais encontramos em produtos documentários nos sistemas de informação, principalmente de acervos bibliográficos, ou até mesmo em sistemas de organização do conhecimento, tais como taxonomias e ontologias.

A partir dos estudos de Hjørland e Albrechtsen (1995), Hjørland (2002; 2017) e Mai (2005), compreendemos que comunidades discursivas produzem artefatos informacionais que expressam seus valores, práticas e suas formas de organização características. Imbuindo os catálogos *raisonné* desta observação podemos considerar que a sua montagem, os critérios de inclusão das obras, as categorias utilizadas e as decisões editoriais tomadas refletem os valores do domínio da arte ao qual se inserem, ou seja, da comunidade discursiva na qual se enquadram. Assim, analisar estes documentos traz subsídios para a compreensão de como os catálogos *raisonné* operam não só no sentido de ferramentas de pesquisa, mas como documentos culturais de representação do conhecimento.

Para além disso, podemos observar os catálogos *raisonné* como artefatos para uma mediação documentária, definida como

> *um conjunto de ações de intervenção sobre certos objetos para transformá-los em documentos. Essas ações implicam a elaboração de produtos documentários, bem como a proposição de serviços e atividades que possam potencializar o acesso e o uso desses produtos. O objetivo da mediação documentária é fornecer os meios para as pessoas responderem às suas necessidades de informação, as quais são decorrentes das diversas atividades que desenvolvem* (Carvalho e Ortega 2024).

O processo de construção desses documentos se faz baseado no domínio no qual se inserem, tanto em seu sentido individual, pelas construções do artista em foco na análise e ordenação das obras, quanto em seu sentido coletivo, quando observado pelas pessoas que realizam a organização e reflexão sobre os futuros usos possíveis dos catálogos *raisonné*. Partindo de um paralelo comparativo, podemos observar a construção teórica de Mai (2005) quando trata sobre uma indexação e do papel do indexador de documentos e sua proposta de uma abordagem centrada no domínio, pois, como destacado pelo autor, é comum se negligenciar os papeis de interferências dos profissionais na representação dos documentos e nas escolhas de como representá-los, colocando essas personas como «agentes neutros», no qual os dados são fornecidos no documento de forma a apenas serem coletados.

Assim como os indexadores e seu papel na representação do conhecimento, os *raisonnés* possuem organizadores e profissionais que atuam na documentação e seleção das obras e na sua apresentação. Todo o processo é permeado por interferências e escolhas, embasadas nos usos possíveis do domínio. Logo, onde há mediação, há interferência.

Esse elemento de escolha e interferência pode ser representado a partir de um caso descrito no catálogo *raisonné* do *Projeto Leonilson*, em seus textos introdutórios e preliminares. Ricardo Resende, membro do conselho consultivo da obra, narra em determinado momento uma reunião pública organizada para se debater a formatação do catálogo, reunião essa que contou com a equipe do *Projeto Leonilson*, especialistas interessados na obra, e foi aberta e divulgada ao público geral. Relata que Brandão, amigo do artista, expõe que alguns dos pequenos desenhos encontrados no arquivo de Leonilson, dos quais os membros do projeto não conheciam detalhadamente a procedência, se tratavam de ilustrações realizadas posteriormente a obras completas, como itens de memória.

> *Segundo Brandão, eles serviam como um registro desenhado e aquarelado das pinturas que o artista queria guardar a imagem, possivelmente, para compor ou pensar na distribuição desses trabalhos em espaço expositivo, procedimento muito comum entre os artistas, mas que, ao reproduzi-las (desenhando e recortando na forma original da pintura), ele criou outros trabalhos que na catalogação chamamos de miniaturas e optamos por colocar antes das pinturas originais, para pontuar as semelhanças entre eles* (Resende 2017, p. 23).

A situação descrita revela variadas camadas em relação ao processo de interferência dos agentes organizadores para com a obra. A primeira delas, demarcada pelo fato de que quando se trata de um artista já falecido, corre-se o risco de não haver certo ordenamento relatado em relação a seus documentos, e existir a

possibilidade de certos itens serem lidos de forma contrária à realidade da confecção original. Um segundo ponto a se observar é que há uma escolha na situação pela demarcação das intituladas miniaturas aparecerem de forma antecessora à obra na configuração do catálogo, mesmo se sabendo que a produção foi realizada de forma posterior. Se o relato não for escrito de forma clara e precisa, para além do texto introdutório, esta configuração e interferência pode levar a uma leitura de sequencialidade da obra como um todo, em seu sentido de produção temporal, equivocada.

Além disso, catálogos *raisonné* se apresentam enquanto documentos de interdisciplinaridades e reforçam as conexões possíveis e os diálogos estabelecidos entre áreas como a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Museologia e a Ciência da Informação. Enquanto produtos documentários apresentam uma convergência de práticas e teorias oriundas destas diferentes disciplinas, onde a elaboração envolve processos técnicos e intelectuais, como a seleção, organização, descrição e, por fim, disseminação das informações. Esse processo transforma um conjunto amplo de obras de um artista, muitas vezes demarcado por uma forte construção histórica e cultural, em um sistema acessível e passível de diferentes interpretações, ou seja, consiste na confecção de um documento a partir de uma construção de mediações documentárias interdisciplinares.

A Arquivologia, por exemplo, se enquadra no processo pelo seu viés que legitima a autenticidade das obras e a organização de um acervo pessoal que atua na construção e identificação da persona artística, como cartas, contratos, fotografias, esboços, entre tantos outros, fundamentais na contextualização da pessoa, do tempo e sobretudo das influências de criação. Já a Biblioteconomia e a Organização do Conhecimento se fazem presentes em relação aos métodos de representação do conhecimento, através das categorizações, construção de índices e metadados que auxiliam na navegação da obra. Por sua vez, a Museologia contribui ao incorporar reflexões sobre curadoria, exposições, processos de comunicação da arte, e das produções de catálogos como interfaces de diálogo entre artista e público.

Nesse sentido, os *raisonnés* se colocam para além de uma função de registro, assumindo o papel de um produto documentário interdisciplinar, que reflete e pondera sobre as necessidades informacionais de usuários e o conhecimento produzido no domínio da arte. Logo, a construção desses documentos e essas demarcações interdisciplinares reforçam sua relevância enquanto objetos culturais e ainda auxiliam no processo de expansão teórica e contextual do campo da informação em arte no âmbito da Ciência da Informação, desenvolvida e trabalhada por autores como Lima (2000; 2003), Pinheiro (2008), Smit (2000), entre outros.

> *A Informação em Arte enfoca o estudo especializado da comunicação e disseminação da informação que contempla assuntos artísticos vinculados às coleções reconhecidas como de natureza museológica, em suas feições plurais, no tocante ao processamento do acervo e quando da sua exposição pública em ambiente fechado ou a céu aberto. Desse modo, ela projeta seu foco e alcança as denominadas fontes de estudo para tais acervos* (Lima 2000, p. 19).

Portanto, os catálogos *raisonné* são mais do que registros organizados, são documentos complexos de interseção de variadas disciplinas e campos do saber. As suas construções envolvem a integração de perspectivas teóricas e práticas, através de escolhas que não só refletem características únicas do objeto ou do artista, mas também do domínio da arte. Nesse sentido, podem ser comparados a outros documentos, como enciclopédias e dicionários especializados, que em mesma medida se valem de um conjunto de decisões e critérios classificatórios para construir sentidos e definir prioridades focais.

As interferências e decisões tomadas pela equipe dos projetos de montagem dessas obras evidenciam também um outro ponto, a relação de interpretação e de interferência que se dá no processo de organização documental.

2. ESTRUTURA E CONTEÚDO DOS CATÁLOGOS *RAISONNÉ*

Para análise das estruturas, foram considerados três catálogos *raisonné* de produção nacional brasileira, a saber pela sua data de lançamento: *Candido Portinari: Catálogo Raisonné* (2004), *Tarsila: Catálogo Raisonné* (2008) e *Leonilson: Catálogo Raisonné* (2017). As obras foram encontradas e consultadas em três instituições, sendo uma biblioteca universitária e duas especializadas em cultura e arte: *Candido Portinari* (2004) – Biblioteca Central do Gragoatá (UFF), Centro Cultural Banco do Brasil (RJ) e Museu de Arte do Rio (MAR); *Tarsila* (2008) – Biblioteca Central do Gragoatá (UFF) e Centro Cultural Banco do Brasil (RJ); e *Leonilson* (2017) – Centro Cultural Banco do Brasil (RJ) e Museu de Arte do Rio (MAR).

Todas os documentos são compostos de variados volumes (Tabela 1), e apresentam textos de base introdutória que orientam o leitor/pesquisador na trajetória de desenvolvimento do projeto e nas escolhas editoriais tomadas para apresentação dos dados.

Na análise realizada percebemos que todos os documentos apresentam uma seção para descrição e explicação das escolhas de organização do catálogo, como os critérios de apresentação das obras, significados das siglas utilizadas e direcionamentos sobre as escolhas realizadas no que tange entradas e supressões de possíveis obras. Todas apresentam imagens das obras mencionadas, e quando não se faz possível a presença de uma imagem o espaço fica demarcado com alguma característica, como um quadro em branco.

Em alguns casos, fica descrito que há obras no catálogo que se tem registro e fontes documentais que comprovam sua existência, e por isso foram inseridas, mas que a localização no momento da montagem era desconhecida e a inserção de uma imagem, a considerar qualidade da imagem para divulgação e impressão, se fazia inviável.

Todos os catálogos analisados apresentam textos bilíngues, em português e inglês, tanto em seus ensaios iniciais quanto nos elementos descritores das obras dos artistas. A quantidade de volumes dos documentos varia, isto podendo ser ocasionado por dois motivos principais: a extensão e quantidade das obras produzidas pelo artista em vida, e das que foram possíveis mapear para a organização e confecção dos catálogos; e a quantidade de elementos descritores das obras, que a depender da complexidade, extensão e nível de detalhamento podem tomar mais espaço.

No geral, percebeu-se que as obras mais famosas dos artistas estudados, sobretudo aquelas que povoam o imaginário social para além dos círculos específicos dos estudiosos de arte e alcançam um reconhecimento mais geral no que tange o social, costumam ter descrições mais extensas e detalhadas, pois participam de mais exposições e tendenciosamente são mais citadas em reportagens, estudos, folhetos, entre outros.

A exemplo, a obra *Retirantes* (1944) de Candido Portinari, um de seus trabalhos mais famosos e amplamente reconhecido, possui cerca de três páginas de descrição, sendo cada página dividida em três colunas (*Candido Portinari…* 2004). Isto se dá pois o catálogo lista, além das descrições físicas e técnicas da obra, todos os documentos externos conhecidos onde o material foi mencionado por nome ou teve sua imagem utilizada, como artigos, folhetos, vídeos, fotografias, depoimentos, entre outros. Em caso de paralelo comparativo, obras menos conhecidas, como seus trabalhos iniciais ou experimentais, ocupam em torno de meia coluna de texto, pois tendem a apresentar somente elementos físicos e técnicos da produção.

Tabela 1. Análise comparativa de elementos e disponibilidade das obras

Elementos	***Candido Portinari…* 2004**	***Tarsila…* 2008**	***Leonilson…* 2017**
Texto bilíngue	Português / Inglês	Português / Inglês	Português / Inglês
Volumes	5	3	3
Dados do catálogo disponível de forma *online*	Sim (disponível no *website* do *Projeto Portinari*)	Não (*website* indicado pela editora não está no ar)	Sim (disponível no *website* do *Projeto Leonilson*)
Dados do catálogo disponível em outra mídia física	CD-ROM	CD-ROM	-
Acesso a documentos relacionados as obras descritas (*online*)	Sim	Não	Não

Fonte: Elaborado pelos autores

Um componente que merece destaque é a categoria de documentos relacionados, presente em acesso completo somente no catálogo de Portinari (2004). Esses dados tratam de um conjunto de documentos (correspondências, artigos, folhetos, reportagens de jornal, vídeos, entre outros) que figuram em descrição no conteúdo físico, ou seja, no catálogo *raisonné* impresso, e no conteúdo digital, no *site* mantido pelo projeto. Através do *website* é possível não apenas ver a lista de documentos como também acessar todos os itens listados como relacionados. A obra *Retirantes*, mencionada anteriormente, possui um total de 491 documentos relacionados e de acesso livre através do *website*, um fato que explora e amplia cada vez mais as possibilidades de pesquisa e consulta histórica relacionadas as obras do artista (Portinari [1979-2025]).

Pode-se perceber, na Tabela 2, que há semelhanças entre os tipos de dados utilizados pelas equipes responsáveis pelos catálogos *raisonnés*, havendo pequenas variações no que concerne a escolha de termos ou a quantidade de dados a serem incluídos nas obras.

Tabela 2. Análise comparativa de elementos descritivos

Elementos Descritivos	***Candido Portinari*… 2004**	***Tarsila*… 2008**	***Leonilson*… 2017**
Número/Identificação da Obra	Número da obra no catálogo *raisonné* (CR) e Registro no *Projeto Portinari* (FCO)	Número de tombo	Número de entrada do *Projeto Leonilson* (PL) e número de tombo
Título	Título	Título	Título
Autoria	-	Autor	-
Outros títulos	-	-	Outros títulos
Data	Data	Dados de produção	Data
Local de execução da obra	Local de execução da obra		-
Técnica/Suporte	Técnica/suporte	Dados técnicos	Categoria e técnica
Dimensões	Dimensões		Dimensões
Localização da obra	Coleção	Localização	Crédito da coleção
Inscrições	Assinatura e inscrições	Inscrições	Inscrições
Categoria/Função	Função	-	-
Histórico	Histórico	Obras associadas	-
Exposições	Exposições	Exposições	Exposições
Leilões/Eventos	Leilões	-	Eventos
Referências	Referências	Fontes de pesquisa	Referências
Notas de pesquisa	Observações	Notas de pesquisa	Notas de pesquisa
Excerto de textos	-	Excerto de textos	Excerto de textos
Texto bilíngue	Português/Inglês	Português/Inglês	Português/Inglês

Fonte: Elaborado pelos autores

A exemplo, o catálogo de Portinari (2004) é o único que apresenta uma categoria de função, que se refere a descrição da obra pela finalidade específica, como esboço, estudo, projeto, entre outros. Outro ponto pode ser observado no elemento «excerto de texto», que aparece nos catálogos de Tarsila (2008) e Leonilson (2017), onde são apresentados pequenos trechos de materiais que comentam de alguma forma a obra apresentada. Este segundo exemplo de descritor em questão não aparece no catálogo impresso de Portinari (2004), porém, através do acesso via *website* do projeto, tem-se algo similar com a indicação de «documento relacionado», que, como descrito acima, apresenta os documentos em que as obras foram mencionadas disponíveis virtualmente para acesso público (Portinari [1979-2025]).

Em relação a apresentação das obras, tanto o *Projeto Portinari* (2004) quanto o *Leonilson* (2017) optaram por uma organização a partir de questões cronológicas, ou seja, da apresentação das obras sem uma separação por técnica e sim pelo ano de produção. Já a obra de *Tarsila* (2008) foi organizada em uma divisão por técnica aplicada ao trabalho, as separando em pinturas, aquarelas, desenhos, esboços, decalques, cadernos de anotação, ilustrações, esculturas e gravuras. Ambas as categorias, cronológica e por técnica do trabalho, impactam na organização dos produtos documentários em seus volumes, comumente mantendo no mesmo volume a mesma técnica ou intervalo de tempo limitado. Os três catálogos analisados apresentam um sumário, em cada volume, do conjunto total e da natureza de suas divisões, sendo de fácil navegação e busca entre os volumes de um mesmo documento, a partir do entendimento de como foi estabelecido a divisão entre eles.

Catálogos *raisonné* são confecções, enquanto produtos editoriais, que assim que lançadas já se encontram desatualizadas em algum parâmetro, isto porque a natureza de utilização das obras artísticas é contínua, já que continuam a participar de novas exposições, e a carga de descoberta de novos documentos relacionados, menções e até mesmo de possíveis obras antes não localizadas são variantes possíveis (Rogers 2015). Logo, são obras de referência de tamanho valor e construção, como já demarcado sobretudo pelas suas relações de interdisciplinaridade, mas que requerem um processo de atualização contínua. Este é um ponto que perpassa a indagação e aparece em todos os textos introdutórios dos três documentos consultados, afinal, como manter a atualização dos dados se há algo novo sempre sendo descoberto?

Todos os documentos analisados em sua versão impressa não apresentam indexação e descritores de assunto para as obras organizadas na publicação, tendo como foco questões mais relacionadas a descritores técnicos (título, data de produção, dimensões, suporte, material, entre outros) e contextuais (referências, menções, leilões, históricos, entre outros) das obras, como pode ser observado na Tabela 2.

Porém, as descrições das obras no *website* do *Projeto Portinari* apresentam uma indexação por assunto, com descritores para «temas», quando relacionados

a um assunto, e «pessoa retratada», quando relacionada a um assunto pessoa. Tal fator amplia a questão colocada acima, já que demonstra que o catálogo em sua versão impressa e em versão *online* possuem discrepâncias nos dados apresentados. Tomando novamente o quadro *Retirantes*, a página *web* da obra apresenta ao todo sete assuntos-tema atribuídos, entre eles: Social > Retirante; Natureza > Paisagem > Campo; Figura humana > Grupo, entre outros, não havendo nesta obra em questão assunto-pessoa retratada (Portinari [1979-2025]).

Uma questão que merece destaque é a relação atribuída aos profissionais envolvidos nos processos de organização e confecção dos catálogos. Em todos os textos preliminares sobre os projetos e as escolhas de organização, é mencionada a complexidade que um trabalho deste tipo e amplitude envolve, além de ressaltar a importância da interdisciplinaridade dos profissionais envolvidos nos projetos, entre eles arquivistas, bibliotecários, museólogos, historiadores, entre outros.

Pensando as inserções do mundo digital em relação aos três catálogos analisados, o que melhor se mantém neste processo é o acervo do *Projeto Portinari*, que além da versão física, rica em detalhes, apresenta um *website* acessível, com o acréscimo do descritor de assunto, dos documentos relacionados as obras de livre acesso via *site*, e com uma navegação entre os descritores, como eventos, exposições, coleções, entre outros, que auxiliam no processo de pesquisa e a enxergar a totalidade da obra de Portinari a partir dos conjuntos que os descritores estabelecem entre si (Portinari [1979-2025]).

O *Projeto Leonilson* também mantém um *website* atualizado, porém a quantidade de informações apresentadas é limitada a menos dados dos que os que aparecem da obra descrita no catálogo físico, apresentando somente título, ano, técnica e dimensão da obra no *site* (Projeto Leonilson [1995-2025]). Por sua vez, o *website* do catálogo de Tarsila do Amaral, por mais que descrito na obra e no *website* da própria editora, não está com o domínio virtual ativo, logo, sem acesso público às informações.

Em relação a uma estrutura de descrição das obras físicas, os três, de formas variadas, apresentam uma estrutura detalhada e com riqueza de informações. Em relação a sua manutenção, sobretudo em continuidade digital, apenas a obra de Portinari se coloca em paralelo relativa à proposta de manutenção de um *raisonné* e de sua continuidade e atualização.

Variadas são as questões das práticas informacionais que permeiam tais obras, a mais marcante se estabelece com as relações de orçamento e manutenção, já que manter uma base atualizada e um domínio público não é um processo de baixo custo. Além disso, os custeios em continuidade para investigação de novos itens (obras, documentos relacionados, entre outros) também são altos, o que impacta na baixa produção de documentos do tipo do Brasil.

Para além da reflexão digital e com foco na materialidade dos objetos, a reedição de tais documentos é expressivamente cara, razão pela qual nenhum dos três

catálogos analisados foi reeditado nos últimos anos. Tal fato se explica pelos motivos já expostos, mas também levanta uma nova questão no que concerne a aquisição de itens bibliográficos por bibliotecas especializadas em arte, a alta dos preços de aquisição em razão da raridade dos produtos documentários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de uma construção, um projeto de acervo para artistas, ou obra bibliográfica, tal qual catálogos *raisonné*, impactam em um desmembramento cultural e histórico de um conjunto construído e representativo de uma identidade nacional. Quando não analisadas, combinadas e catalogadas, as obras tendem a ser segregadas em coleções privadas, longe dos olhos do público; coleções públicas, porém sem um olhar dimensional sobre a obra de determinado artista a partir do todo e de seu impacto; ou até mesmo se perdem na conjuntura do tempo e são esquecidas.

Os catálogos *raisonné*, enquanto sistemas de organização do conhecimento, desempenham um papel importante na organização de informações sobre a produção artística, já que não apenas reúnem dados sobre a totalidade conhecida das obras, como também estruturam e organizam esse conhecimento de maneira detalhada, permitindo uma compreensão e acesso por diferentes públicos, como pesquisadores, colecionadores, historiadores da arte, outros artistas e até mesmo a sociedade civil fora do circuito da arte mas interessada pelo tema.

Como elencado ao longo do texto, o processo de desenvolvimento desses documentos envolve práticas e teorias fundamentais da Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Organização do Conhecimento e Museologia, como: categorização, catalogação, descrição e indexação, que traduzem informações complexas e dispersas em estruturas organizadas. Além de atuar como interlocutora de discurso e ampliação temática no campo de estudos de informação em arte.

Ao combinar estruturas gerais e elementos descritivos específicos, tendo como contexto o artista, são documentos que operam enquanto objetos de conexão entre o universo físico e tangível das obras de arte e de outros documentos correlatos ao domínio abstrato e conceitual da arte enquanto um campo de construções e conhecimento. São obras que exemplificam como o conhecimento pode ser organizado e transmitido a partir de princípios comuns com outros sistemas de organização, adaptados às especificidades e necessidades do domínio artístico.

A partir das análises dos três documentos elencados no artigo, podemos observar que há uma construção de narrativa interpretativa sobre a obra de cada um dos artistas, o que atua enquanto um caráter mediador entre o conhecimento individual e coletivo, impactando uma organização, representação e ampliação cultural de recorte tido a partir das construções de representações de uma identidade nacional.

Os catálogos demonstram construções de similaridade entre si na escolha sobretudo das estruturas e elementos descritivos específicos, das escolhas editoriais por trás das organizações, porém com divergências em relação aos termos, mesmo que muitas vezes lidando com o mesmo tipo de prática ou material relacionado a construção das obras, como pintura.

Tendo a Organização do Conhecimento como foco, sua contribuição pode auxiliar sobretudo a padronização e organização dos elementos descritores, em que, mesmo respeitando certas especificidades dos artistas e de suas obras, podem ser estruturados visando uma melhor recuperação da informação entre diferentes documentos.

Além disso, reflexões sobre as estruturas conceituais de tais documentos, adoção de metadados padronizados com o uso de vocabulários controlados e uma reflexão sobre uma possível interoperabilidade entre sistemas diversos, são outros pontos em que a Organização do Conhecimento pode contribuir não somente para estes documentos como também para o domínio das Artes.

Ampliar estudos sobre os processos de representação do conhecimento com foco nas comunidades artísticas e tendo os catálogos *raisonné* enquanto estes produtos documentários interdisciplinares, pode, de certa forma, auxiliar na atualização, confecção e ampliação de outras obras do tipo, servindo ainda como um mapeamento do patrimônio cultural nacional.

Pondera-se aqui como reflexão acerca da ampliação de estudos sobre esses documentos enquanto uma perspectiva teórica, buscando ampliar o seu escopo e divulgação no domínio da arte. Orientações sobre o aprimoramento de edições futuras à luz da organização do conhecimento, bem como a observação da opinião dos usuários também são necessárias.

REFERÊNCIAS

Candido Portinari: Catálogo Raisonné, 2004. Rio de Janeiro: Projeto Portinari. 5 vol.

CARVALHO, Matheus Aguiar de, e Cristina Dotta ORTEGA, 2024. A mediação documentária: especificidade e atualidade. *Brazilian Journal of Information Science* [Em linha]. 18, 1-40 [consult. 2024-11-30]. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/15376.

HJØRLAND, Birger, 2017. Reviews of concepts in knowledge organization: domain analysis. *Knowledge Organization* [Em linha]. **46**(6), 436-464 [consult. 2024-08-28]. Disponível em: https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2017-1-55.pdf.

HJØRLAND, Birger, 2002. Domain analysis in information science: Eleven approaches – traditional as well as innovative. *Journal of Documentation* [Em linha]. **58**(4), 422-462 [consult. 2024-08-28]. DOI: https://doi.org/10.1108/00220410210431136.

HJØRLAND, Birger, e Hanne ALBRECHTSEN, 1995. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science* [Em linha]. **46**(6), 400-425 [consult. 2024-08-28]. DOI: https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199507)46:6<400::AID-ASI2>3.0.CO;2-Y.

Leonilson: Catálogo Raisonné, 2017. São Paulo: Projeto Leonilson. 3 vol.

LIMA, Diana Farjalla, 2003. *Ciência da informação, museologia e fertilização interdisciplinar: informação em arte, um novo campo do saber*. Tese de doutorado em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LIMA, Diana Farjalla, 2000. Acervos artísticos e informação: modelo estrutural para pesquisas em Artes Plásticas. Em: Lena V. Ribeiro PINHEIRO, e Maria N. GONZALEZ DE GOMEZ, org. *Interdiscursos da ciência da informação: arte, museu e imagem*. Rio de Janeiro; Brasília: Ibict/DEP/DDI, pp. 17-40.

MAI, Jens-Erik, 2005. Analysis in indexing: document and domain centered approaches. *Information Processing and Management*. 41, 599-611.

PINHEIRO, Lena V. Ribeiro, 2008. Itinerários epistemológicos da instituição e constituição da Informação em Arte no campo interdisciplinar da Museologia e da Ciência da Informação. *Revista Museologia e Patrimônio* [Em linha]. **1**(1), 9-17 [consult. 2024-04-02]. ISSN 1984-3917. Disponível em: http://ridi.ibict.br/handle/123456789/9.

PORTINARI, João Candido, [1979-2025]. *Projeto Portinari* [Em linha]. Rio de Janeiro: Projeto Portinari [consult. 2024-04-02]. Disponível em: https://www.portinari.org.br/.

PROJETO LEONILSON, [1995-2025]. *Projeto Leonilson* [Em linha]. Brasil: Sociedade Amigos do Projeto Leonilson [consult. 2024-08-15]. Disponível em: http://www.projetoleonilson.com.br/.

RESENDE, Ricardo, 2017. O catálogo raisonné de obras. Em: *Leonilson: Catálogo Raisonné*. São Paulo: Projeto Leonilson, vol. 1, pp. 21-31.

ROGERS, Katy, 2015. Viewpoint: the catalogue raisonné scholars association (CRSA). *Art Libraries Journal* [Em linha]. **40**(2), 3-7 [consult. 2024-08-15]. DOI: https://doi.org/10.1017/S0307472200000146.

SMIT, Johanna Wilhelmina, 2000. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* [Em linha]. **1**(2), 27-36 [consult. 2024-08-15]. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/issue/view/68.

Tarsila: Catálogo Raisonné, 2008. São Paulo: Base 7 Projetos Culturais; Pinacoteca do Estado. 3 vol.

ZIELINSKY, Mônica, org., 2006. *Iberê Camargo – Catálogo raisonné: volume 1 / gravuras*. São Paulo: Cosac Naify. 504 p.

ORGANIZACIÓN DEL CONOCIMIENTO CON HERRAMIENTAS DE *SECOND BRAIN*: TIPOLOGÍA Y EVOLUCIÓN

JESÚS TRAMULLAS*
ANA I. SÁNCHEZ-CASABÓN**
PIEDAD GARRIDO-PICAZO***

Resumen: *Los métodos de* second brain *se han convertido en lugar común para organizar la información por parte de los usuarios. Este trabajo revisa, con un enfoque diacrónico, las características del* software *para gestión del conocimiento y del* software *para gestión de información personal. Se contrastan cualitativamente ambos tipos genéricos de* software*, con el objetivo de caracterizar sus funcionalidades y definir un modelo básico, y se identifican sus prestaciones. El análisis permite afirmar que las herramientas de anotación son las que más se aproximan a los requerimientos necesarios para construir estructuras de información como las que producen los métodos de* second brain.

Palabras clave: *Organización del conocimiento; Gestión de información personal;* Software.

Abstract: *Second-brain methods have become commonplace for users to organize information. This paper reviews, using a diachronic approach, the characteristics of knowledge management software and personal information management software. These two generic types of software are qualitatively contrasted, with the aim of characterizing their functionalities and defining a basic model, and their features are identified. The analysis allows us to affirm that annotation tools are the ones that most closely meet the requirements for building information structures like those produced by second-brain methods.*

Keywords: *Knowledge organization; Personal information management; Software.*

PLANTEAMIENTO

En la última década han ido adquiriendo relevancia las técnicas y herramientas para implementar lo que se ha dado en denominar «second brain» (Forte 2022). Si bien esta expresión se ha popularizado desde los ámbitos de la gestión y de la organización del trabajo personal, realmente una gran parte de sus métodos y técnicas de trabajo corresponden a un campo clásico de la ciencia de la información, como es la gestión de la información personal (*personal information management*, o PIM) (Jones 2007a). La revisión de los métodos CODE o PARA (Forte 2002; Forte 2023), que han ganado popularidad recientemente, en la estela del método *Getting Things Done*, o GTD, permite afirmar el papel preponderante que la gestión de información personal

* Universidad de Zaragoza – España. Email: tramullas@unizar.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5374-9993.
** Universidad de Zaragoza – España. Email: asanchez@unizar.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0908-1615.
*** Universidad de Zaragoza – España. Email: piedad@unizar.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1750-7225.

desempeña en los mismos. Al mismo tiempo, la aplicación orientada a objetivos y a proyectos propuesta por estos métodos enlaza directamente con la tradición de la gestión del conocimiento, desde la perspectiva organizativa y de gestión empresarial popularizada por las consultoras de negocio en la década de 1990. La relación entre la gestión de información y la gestión del conocimiento ya fue objeto, en su momento, de análisis comparativos (Wilson 2002), que destacaban los problemas planteados por el reetiquetado de métodos y técnicas ya conocidos bajo otras denominaciones, con un objetivo comercial. A ello cabe añadir ahora el uso de la expresión «gestión del conocimiento personal», que persevera en el uso de este tipo de denominaciones.

Cualquier que sea la aproximación o enfoque que se adopte, bajo estas denominaciones se pretende identificar a sistemas personales externos y digitales diseñados para capturar, organizar, filtrar, sintetizar y expresar información y conocimientos, que complementan a la memoria humana. El desarrollo de las herramientas de *software* para la gestión de información a nivel personal, desde la década de 2000, puede englobarse en este marco. Las herramientas de *software* etiquetadas como «software para la gestión del conocimiento» también pueden incluirse, por sus características, en una categoría similar. Sin embargo, es la propia evolución de la actividad de los usuarios y usuarias con estas herramientas, de sus usos y funcionalidades requeridas, que puede identificarse en la bibliografía especializada sobre la cuestión, la que puede aclarar si que en el campo práctico se ha producido una evolución, y una convergencia, entre la gestión de información personal, y la gestión del conocimiento personal, de manera que las técnicas, herramientas y productos desbordan los límites de una u otra denominación (Tarango y Lau 2013).

1. OBJETIVOS

El desarrollo de las herramientas de *software* para la gestión del conocimiento o la gestión de la información personal puede apreciarse en las aplicaciones que han ido apareciendo en el mercado, desde la década de 2000, para dar respuesta a las necesidades prácticas de los usuarios. Cabe entonces plantear si estas herramientas responden a modelos teóricos predefinidos, o si, por otro lado, sus prestaciones y funcionalidades responden a los procesos básicos de organización de información a nivel personal, independientes de las formulaciones académicas.

En consonancia con los planteamientos anteriores, los objetivos de este trabajo son:

1) Identificar las características y funcionalidades de las herramientas de *software* para gestión de información personal y gestión de conocimiento personal.
2) Comparar ambos grupos, para identificar las similitudes y diferencias entre ellas.
3) Analizar la evolución temporal de las funcionalidades ofrecidas por las diferentes herramientas.

2. METODOLOGÍA

El proceso de investigación aplicado para alcanzar los objetivos establecidos se ha desarrollado de manera secuencial, atendiendo a los objetivos formulados. Las fases que se han establecido son las siguientes:

1) Revisión bibliográfica cualitativa sobre tipos de aplicaciones informáticas analizadas.
2) Análisis de contenido de los trabajos seleccionados mediante la revisión bibliográfica.
3) Definición de tipos de funcionalidades.
4) Análisis comparativo de tipos.
5) Inspecciones de herramientas de *software* de referencia.
6) Relación e integración con técnicas de *second brain*.

Para el objeto de este estudio sobre modelos y herramientas informáticas relacionadas, se entiende la gestión de información/conocimiento personal como el conjunto de técnicas y funcionalidades que permiten ordenar, seleccionar, filtrar, relacionar y gestionar información estructurada y no estructurada, en virtud de criterios definidos por el usuario (Swigon 2013).

3. ANÁLISIS

Una definición clásica, y amplia, de las herramientas de *software* para la gestión del conocimiento es la propuesta por Ruggles, para el cual «Knowledge management tools can be defined as tools, which support the performance of applications, activities or actions such as knowledge generation, knowledge codification or knowledge transfer» (Ruggles 1997). En el contexto de la gestión del conocimiento, esto se entendía en el marco del trabajo colaborativo, en el ámbito de una organización. En consecuencia, las aplicaciones integraban prestaciones para el trabajo en grupo junto a funcionalidades dedicadas a la organización y acceso a la información estructurada (Tramullas y Sánchez-Casabón 2016). Un ejemplo clásico de aplicaciones de este tipo, en las décadas de 1990 y 2000, fue *Lotus Notes* (Developerworks Lotus 2007), sin olvidar a las aplicaciones de *software* que ofrecían integración de agenda, correo electrónico, mensajería, flujos de trabajo, acceso a bases de datos y gestión de documentos, y que se extendieron por entornos ofimáticos durante el mismo periodo (Massingham 2014). La evolución y desarrollo de la gestión de contenidos, propició una progresiva integración en los procesos y técnicas de gestión de contenidos en las organizaciones (Pérez-Montoro Gutiérrez 2005). Las herramientas disponibles pretendían dar cobertura tanto a las necesidades personales de los usuarios, como a la integración de éstos y de sus actividades en los procesos de trabajo de las organizaciones, lo que explica que incorporasen funcionalidades de acceso remoto a bases de datos y a repositorios de documentos (véase Tabla 1).

Tabla 1. Funcionalidades típicas de las herramientas de gestión del conocimiento

Creación y adquisición	• Creación y edición de contenidos • Captura de información externa • Integración de terceras aplicaciones
Representación y almacenamiento	• Creación de repositorios locales Importación y exportación de información
Recuperación	• Procesos de búsqueda y recuperación de información
Organización	• Creación de estructuras de organización (jerárquicas de fichero, clasificaciones de contenido…)
Mapeo	• Elaboración de mapas de recursos • Diseño e implementación de relaciones asociativas • Exploración de espacios de información
Reutilización	• Integración de contenidos en unidades informativas diferentes a las originales • Transformación en información derivada
Transferencia	• Compartición y difusión de información • Publicación a terceras partes

Fuente: Elaboración propia

Al igual que en el ámbito de la gestión del conocimiento, las definiciones operativas de la gestión de información personal son amplias, ya que proponen dar cobertura a todas las posibles actividades que las personas llevan a cabo usando información, estructurada o no, Boardman señaló que «The term Personal Information Management, often abbreviated to PIM, is used as an umbrella term to describe the everyday process performed by individuals as they collect, store, organize and access their collections of digital objects» (Boardman 2004, p. 13). Jones indica que «Personal Information Management (PIM) refers to both the practice and the study of the activities people perform in order to acquire, or ganize, maintain and retrieve information for everyday use» (Jones 2007b). En este momento, los modelos ideales de herramientas de *software* para gestión de información personal debían dar respuesta a necesidades de captura de información en diferentes soportes y formatos, almacenamiento de la misma, procesos de búsqueda y recuperación de la información almacenada, y procesos de estructuración y organización de la información según diferentes criterios (Jones 2014). Se trataba de enfrentar colecciones personales, en entornos personales, en contraposición al marco corporativo que caracterizaba a las herramientas para gestión del conocimiento. La dificultad para analizar y evaluar las herramientas para gestión de información personal ya fue advertida por Kelly y Teevan (2007). En su trabajo, señalaron la dificultad en incorporar a los procesos de evaluación las numerosas variables, en particular de objetos y aplicaciones, que afectaban al comportamiento de los usuarios.

Tabla 2. Funcionalidades típicas de las herramientas de gestión de información personal

Contenidos	• Creación y edición de contenidos • Captura e integración de contenido externo • Importación y exportación de contenido
Colección personal	• Creación y gestión de repositorios personales • Creación de colecciones temporales orientadas a objetivos y/o proyectos
Organización de información	• Creación de estructuras de información jerárquicas • Metadatos y etiquetado • Creación de relaciones asociativas entre informaciones; estructuras hipertextuales
Recuperación de información	• Procesos de búsqueda y recuperación de información
Visualización	• Creación y visualización de estructuras organizativas de información
Lenguajes de marcado	• Uso de esquemas de marcado
Reutilización	• Integración de contenidos en estructuras informativas diferentes a las originales • Transformación en nueva información derivada

Fuente: Elaboración propia

En este contexto tan cambiante las limitaciones en las capacidades de gestión de información que mostraban este tipo de herramientas dificultaban que lo usuarios pudieran satisfacer una necesidades dinámicas y mutables de tratamiento y gestión de información. Ejemplo de ello es el auge de las herramientas para implementación de mapas conceptuales, que ofrecían funcionalidades de representación, relación y visualización que las aplicaciones más clásicas no incorporaban (Tramullas, Sánchez-Casabón y Garrido-Picazo 2009). De alguna forma, los usuarios intentaban dar respuesta a la fragmentación, en formatos y recursos, de su información personal. Listas de tareas, gestión de notas, información de contactos… que, a su vez, podía estar relacionada con asignaciones o usos temporales en proyectos o tareas diversos, o en diferentes rutinas diarias (Bergman, Beyth-Marom y Nachmias 2003).

En la última década han ido ganando cada vez más terreno, en el campo de la gestión de información personal, las herramientas de *software* que gestionan anotaciones, como *Obsidian, Notion, Joplin*…. Se trata de un conjunto de aplicaciones emergentes, pero simultáneamente cada vez más consolidadas, que han ampliado la típica toma de notas, incluyendo todo un conjunto de funcionalidades que facilitan la organización e integración de información, a través de la combinación de los lenguajes de marcado ligero con etiquetados, haciendo posible la creación de asociaciones y la visualización de estructuras hipertextuales de información (Tramullas 2025). Alrededor de estas aplicaciones se ha generado un ecosistema de complementos de *software* o *plugins* que hacen posible extender las prestaciones de las mismas para atender a casi cualquier necesidad.

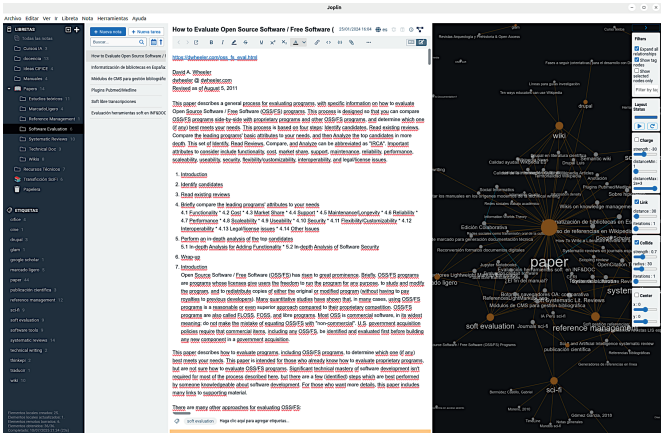


Fig. 1
Joplin, una herramienta de anotación con capacidad para implementar estructuras *Zettelkasten*
Fuente: Elaboración propia

En el mismo contexto se ha producido la recuperación y popularización de una técnica clásica de organización de información científica, el método *Zettelkasten* (Ahrens 2020). Los procedimientos formalizados por Niklas Luhmann para su archivo de investigación pueden implementarse de manera rápida y eficiente con las aplicaciones de anotación existentes en la actualidad, permitiendo la asociación de información y la reutilización de contenidos, al mismo tiempo que permiten superponer diferentes estructuras organizativas sobre los mismos contenidos, facilitando la reutilización de la información.

En su conjunto, y atendiendo a las funcionalidades que ofrecen, las aplicaciones de anotación son las que más se aproximan y facilitan, en el estado actual de desarrollo de las herramientas, a las técnicas propuestas en los diferentes métodos que se postulan para la construcción de estructuras asociativas de información del tipo *second brain*.

4. RESULTADOS

Los resultados obtenidos de la revisión cualitativa realizada posibilitan delinear un conjunto de anotaciones, que deben servir como elemento de reflexión para futuros desarrollos de herramientas orientadas a resolver las necesidades de los usuarios:

- Los conceptos fundamentales sobre los que se apoya la plasmación operativa carecen de definiciones detalladas, lo que también puede afectar la comprensión teórica y la implementación práctica de los sistemas de gestión de la información y el conocimiento personal.
- No existe una diferenciación clara de una tipología de aplicaciones, lo que supone que la categoría resulta ser un término «paraguas».
- La expresión *second brain* hace referencia, de manera genérica, a estructuras de organización de información basadas en las tareas clásicas de tratamiento y gestión de información, que se apoyan principalmente en el uso de herramientas informáticas.

- Las técnicas *Zettelkasten*, BASB, PARA y CODE son propuestas de generación de información estructurada para usuarios individuales.
- Las aplicaciones disponibles, en su desarrollo actual, son facilitadoras de las actividades de gestión de información o conocimiento personal. Estas herramientas, en su formulación actual, no generan información, conocimiento ni ideas sin la participación del usuario.
- El éxito o fracaso, si se pueden usar estos términos en este contexto de análisis, de las aplicaciones dependen en gran medida de la actividad del usuario sobre la información. Esto significa que la eficacia del sistema está directamente relacionada con el esfuerzo constante de éste.
- Las funcionalidades constantes son: 1) colecciones de información; 2) jerarquías y estructuras; 3) etiquetado y metadatos; 4) asociación, enlazado y contextualización; 5) recuperación de información; y 6) visualización y grafos de conocimiento.
- La utilización y aprovechamiento de estas herramientas requiere de la aplicación de un enfoque sistemático en el tratamiento y organización de la información por parte del usuario final.

CONCLUSIONES

Una de las cuestiones que planean sobre la gestión de la información (o el conocimiento) personal es la falta de integración entre las aplicaciones y herramientas disponibles y los comportamientos de los usuarios. Éstos suelen emplear estrategias transversales, en las cuales combinan el uso de diferentes aplicaciones, desechando, de manera práctica, la noción de una única herramienta integradora (Bernstein et al. 2008).

Los desarrollos de este tipo de herramientas de *software* estarán entrelazados con el avance y la integración de las tecnologías de inteligencia artificial, lo que puede ofrecer experiencias de gestión de la información con un mayor nivel de automatización y personalización para el conjunto de usuarios. La tendencia hacia la integración de inteligencia artificial generativa en los diversos dominios de *software*, junto con las aplicaciones específicas en este contexto (recuperación de información, recomendación, identificación de conexiones…) sugieren fuertemente que esta integración será una característica definitoria de las futuras herramientas para la gestión de información o conocimiento personal.

REFERENCIAS

AHRENS, Sönke, 2020. *El método Zettelkasten: Cómo tomar notas de forma eficaz para impulsar la escritura y el aprendizaje de estudiantes, académicos y escritores de no ficción*. [S.l.]: Ed. Autor.

BERGMAN, O., R. BEYTH-MAROM, y R. NACHMIAS, 2003. The user-subjective approach to personal information management systems. *Journal of the American Society for Information Science and Technology* [En línea]. 54, 872-878 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1002/asi.20738.

BERNSTEIN, M., et al., 2008. Information scraps: How and why information eludes our personal information management tools. *ACM Transactions on Information Systems* [En línea]. **26**(4), Article 24 [consult. 2025-07-01]. DOI: http://doi.acm.org/10.1145/1402256.1402263.

BOARDMAN, R., 2004. *Improving Tool Support for Personal Information Management*. Tesis doctoral, Imperial College, London.

DEVELOPERWORKS LOTUS, 2007. *The history of Notes and Domino* [En línea]. [S.l.]: IBM [consult. 2025-06-10]. Copia archivada disponible en: https://web.archive.org/web/20080621215308/http://www.ibm.com/developerworks/lotus/library/ls-NDHistory/index.html.

FORTE, T., 2023. *The PARA Method: Simplify, Organise and Master Your Digital Life*. [S.l.]: Profile Books.

FORTE, T., 2022. *Building a Second Brain: A Proven Method to Organize Your Digital Life and Unlock Your Creative Potential*. [S.l.]: Atria Books.

JONES, W., 2014. *Transforming Technologies to Manage Our Information: The Future of Personal Information Management, Part 2*. Cham: Springer. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-031-02329-3.

JONES, W., 2007a. *Keeping Found Things Found: The Study and Practice of Personal Information Management*. [S.l.]: Morgan Kaufmann.

JONES, W., 2007b. Personal Information Management. *Annual Review of Information Science and Technology* [En línea]. **41**(1), 453-504 [consult. 2025-06-10]. DOI: https://doi.org/10.1002/aris.2007.1440410117.

KELLY, D., y J. TEEVAN, 2007. Understanding What Works: Evaluating PIM Tools. En: *Personal Information Management* [En línea]. Washington: University of Washington Press, pp. 198-204 [consult. 2025-06-04]. Disponible en: https://muse.jhu.edu/book/11325.

MASSINGHAM, P., 2014. An evaluation of knowledge management tools: Part 1 – managing knowledge resources. *Journal of Knowledge Management* [En línea]. **18**(6), 1075-1100 [consult. 2025-06-04]. DOI: https://doi.org/10.1108/JKM-11-2013-0449.

PÉREZ-MONTORO GUTIÉRREZ, Mario, 2005. Sistemas de gestión de contenidos en la gestión del conocimiento. *BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentación* [En línea]. **14**(jun.) [consult. 2025-05-03]. Disponible en: http://bid.ub.edu/14monto2.htm.

RUGGLES, R., 1997. *Knowledge management tools*. Oxford, GB: Butterworth-Heinemann.

SWIGON, M., 2013. Personal knowledge and information management: conception and exemplification. *Journal of Information Science* [En línea]. **39**(6), 832-845 [consult. 2025-05-03]. DOI: https://doi.org/10.1177/0165551513501435.

TARANGO, J., y J. LAU, 2013. La información personal en la era digital. *Documentación de las Ciencias de la Información* [En línea]. 36, 237-255 [consult. 2025-05-03]. DOI: https://doi.org/10.5209/rev_DCIN.2013.v36.41399.

TRAMULLAS, J., 2025. Los sistemas de anotación como instrumento de organización del conocimiento. En: *Organización del conocimiento. Bibliotecología, Terminología e Información*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, pp. 87-102.

TRAMULLAS, J., y A. I. SÁNCHEZ-CASABÓN, 2016. Software colaborativo y gestión de conocimiento: Del groupware al wiki. En: *Comunicando hemisférios: Informação e conhecimento, Brasil e Espanha = Comunicando hemisferios: Información y conocimiento, Brasil y España*. Paraíba: Editora da Universidade Federal da Paraíba, pp. 464-492.

TRAMULLAS, J., A. I. SÁNCHEZ-CASABÓN, y P. GARRIDO-PICAZO, 2009. Gestión de información personal con software para mapas conceptuales. *El profesional de la información* [En línea]. **18**(6), 601-612 [consult. 2025-05-03]. DOI: https://doi.org/10.3145/epi.2009.nov.03.

WILSON, T. D., 2002. The nonsense of 'knowledge management'. *Information Research-an International Electronic Journal* [En línea]. **8**(1), paper 144 [consult. 2025-06-01]. Disponible en: https://www.informationr.net/ir/8-1/paper144.html.

GARANTÍA ACADÉMICA EN SISTEMAS DE ORGANIZACIÓN DEL CONOCIMIENTO

ANA INÉS BROZIA*

Resumen: *El objetivo del presente trabajo es sistematizar los casos en donde especialistas de diferentes áreas del conocimiento participan, siendo considerados también como usuarios, en alguno de los procesos que atraviesan los sistemas de organización del conocimiento. Para ello, se realiza una revisión en la revista* Knowledge Organization*, previamente* International Classification*, perteneciente a ISKO. Los resultados arrojan siete artículos donde se consultan especialistas, lo cual conceptualmente se inserta dentro de la garantía académica, pero además son considerados como usuarios de esos sistemas. Se concluye que la participación experta contribuye especialmente en la toma de decisiones con respecto a denominaciones y relaciones entre conceptos, que puede combinarse con la garantía literaria, y que la participación experta en sistemas donde los expertos además son usuarios tiene un gran valor, pues su conocimiento del dominio permite tomar mejores decisiones.*

Palabras clave: *Garantía académica; Opinión experta; Sistemas de organización del conocimiento.*

Abstract: *The objective of this work is to systematize the cases in which specialists from different areas of knowledge participate, also being considered as users, in some of the processes that traverse the knowledge organization systems. To achieve this, a review is conducted in the journal* Knowledge Organization*, previously known as* International Classification*, which belongs to ISKO. The results yield seven articles where specialists are consulted, which conceptually fits within academic warrant, but they are also considered users of those systems. It is concluded that expert participation particularly contributes to decision-making regarding names and relationships between concepts, which can be combined with literary warrant, and that expert participation in systems where experts are also users has great value, as their domain knowledge allows for better decision-making.*

Keywords: *Academic warrant; Expert opinion; Knowledge organization systems.*

INTRODUCCIÓN

En el marco de la organización del conocimiento, y específicamente dentro de los sistemas de organización del conocimiento, las garantías sirven para que quienes elaboran los sistemas puedan justificar y también verificar sus decisiones (Beghtol 1986). Son pautas metodológicas que se basan en diferentes autoridades para que quienes los crean puedan tomar decisiones respecto de la inclusión o exclusión de términos o conceptos, y sus relaciones. Por esto, dependiendo de qué metodología se aplique, se decidirá qué garantía utilizar: la garantía literaria se centrará en lo que se encuentra documentado (Barité 2011), la garantía de usuario considera la

* Universidad de la República, Facultad de Informacion y Comunicacion – Uruguay. Email: ana.brozia@fic.edu.uy. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2096-9313.

forma en que los usuarios buscan información (Barité et al. 2015), se utilizará la garantía organizacional si se toma en cuenta la terminología utilizada dentro de una organización para la comunicación, vinculada a sus necesidades para la recuperación de información (Barité et al. 2015), entre otras. Por tanto, lo que indica la diferencia entre el uso de una u otra garantía son los criterios de inclusión y la metodología del trabajo. Además, el uso de distintas garantías puede generar resultados diferentes: sus resultados pueden contener sesgos culturales (Tennis 2005).

En este contexto, se entiende por garantía académica a la determinación de conceptos y de sus relaciones, fundada en los acuerdos alcanzados por los científicos o especialistas en cada ámbito del saber, respecto a la denominación de sus objetos de estudio y sus alcances conceptuales (Barité et al. 2015, p. 77).

Este trabajo aborda la aplicación de la garantía académica en los procesos de los sistemas de organización del conocimiento, considerando la participación de especialistas en áreas del conocimiento en calidad de usuarios, o donde se discute su participación como expertos o usuarios.

1. OBJETIVO

Sistematizar casos donde especialistas en distintas áreas del conocimiento intervienen en alguna de las instancias que atraviesan los sistemas de organización del conocimiento (elaboración, actualización y evaluación), en calidad de usuarios, donde la garantía académica apareciera como componente, independientemente de que fuera mencionada con ese término.

2. METODOLOGÍA

Se presenta una revisión bibliográfica de la revista *Knowledge Organization*, inicialmente *International Classification*, desde su inicio en 1974 hasta 2017. El rango de años está establecido de la manera presentada debido a que se trata de un avance de una tesis de maestría, en donde se estudia la garantía académica histórica, conceptual y metodológicamente. Dicha investigación aún se encuentra en curso.

En cuanto a la identificación de la garantía académica dentro de alguno de los procesos, se establece un punto de corte. En algunos casos de los encontrados durante la revisión para la tesis de maestría, la aparición de la garantía académica se limitaba a la consulta de especialistas para la conceptualización de términos o el establecimiento de relaciones entre conceptos, tanto en la elaboración como en la actualización y la evaluación. Para esta revisión en particular, los casos mencionados tienen como característica común que los especialistas que intervienen como parte de la aplicación de lo que teóricamente se conceptualiza como garantía académica también son usuarios del sistema en el que participaron, o se discute sobre su calidad de expertos o usuarios.

3. RESULTADOS

A continuación, se presentan los casos en donde la garantía académica, o la participación de especialistas, fue mencionada o explicada, considerando que esos especialistas también pueden ser usuarios de los sistemas elaborados.

En 1991, Neelameghan realizó un estudio de caso en una base de datos de medicina y ciencias médicas. MEDIS fue construida principalmente por especialistas en la materia, tumores y enfermedades hipofisarias, quienes también se encuentran entre los usuarios del sistema (Neelameghan 1991, pp. 93-94). El resultado es una base que contiene información similar a las hojas de casos de los pacientes en las consultas, es decir, información sobre casos médicos. Los profesionales que participaron en la creación de MEDIS recibieron un breve entrenamiento y formación para el uso del sistema en donde se encuentra la base de datos. El resultado final permite la navegación entre conceptos organizados en relaciones jerárquicas. La forma de ordenar los conceptos sigue el principio de secuencia útil, a pesar de que los especialistas que participaron no contaban con elementos teóricos de clasificación ni de secuencia útil.

En el artículo de Grivel, Mutschke y Polanco (1995) se habla de la creación de un mapeo que acompañe el descubrimiento de información por parte de los usuarios. Se plantea como conclusión la necesidad de contar con la opinión de usuarios expertos en distintos dominios para que los usuarios puedan ubicar su demanda de información de manera precisa. El papel de los especialistas es destacado.

Beghtol en 2001 escribe sobre *Iter*, proyecto iniciado y dirigido por académicos del área de la Edad Media y el Renacimiento, para representar conocimiento luego de ver dificultades para ubicar materiales temáticamente. Contaron con el asesoramiento de profesionales de la información en cuanto a representación del conocimiento y la organización de tareas. Las decisiones fueron tomadas por especialistas en las áreas mencionadas, lo que Beghtol denomina garantía de usuario, pero en este caso se trata de usuarios especializados, por lo que también podría considerarse garantía académica. Los especialistas tienen una formación adecuada para la identificación del tema principal de las obras; la indización y clasificación se realizan con especialistas en información (Beghtol 2001).

Golub, Hamon y Ardö (2007), en un experimento para la indización automática de documentos sobre ingeniería, aplican un vocabulario controlado en forma de tesauro y un sistema de clasificación. En una de las etapas, enriquecen el vocabulario con nuevos términos, y mencionan la importancia de la verificación de esos términos por parte de un experto. Puntualmente, se indica que el experto participó validando y verificando sinónimos que el sistema propuso de forma automática. También se le solicitó al experto que opinara sobre la indización y clasificación automáticas realizadas por el sistema. No mencionan la garantía académica, pero la participación de expertos y su importancia aparece explícitamente mencionada. Este caso aporta

una posible participación de expertos en la materia para la evaluación de los sistemas de organización del conocimiento y su aplicación en una colección acotada, con el fin de mejorar la clasificación e indización automáticas.

En el año 2013, Hjørland hace referencia a un sistema de asociación de palabras en el contexto de la construcción de un tesauro llevado a cabo por Lykke (2002, cit. por Hjørland 2013), para la realización de su disertación doctoral. Hjørland (2013) considera que la metodología de asociación de palabras está basada en la psicología para la construcción de tesauros. También se pregunta cuál puede ser la mejor alternativa para obtener conocimiento, con el mayor nivel cognitivo, que sea una autoridad. Si las personas que realizan las asociaciones se consideran expertas y no usuarias, debería hablarse de la construcción de tesauros (trasladable a otros sistemas de organización del conocimiento) cuya metodología obtiene conocimiento de expertos, por lo tanto, la aplicación de la garantía académica, aunque no especifica sobre su metodología para la selección de los expertos.

En 2014, Kumar y Nikam presentaron un caso en el que especialistas, en calidad de expertos y de usuarios de una biblioteca, contribuyeron a la selección de terminología para la creación de un glosario, un tesauro bilingüe y un mapa de dominio sobre yoga. Para esto, recurren a una revisión de literatura con selección de términos, e identifican las necesidades de los usuarios de la biblioteca de yoga. Posteriormente, registraron los términos los ingresaron en el *software* de tesauros *MultiTes*, formato de biblioteca digital, y mapa jerárquico para la muestra de resultados. Durante el proceso, se incluyen consultas a oficiales de investigación, científicos, decanos de división, miembros de la facultad de la universidad de yoga, usuarios de la biblioteca en el campus residencial y los usuarios de los sistemas de información, en el entendido de que son quienes más conocen el dominio (Kumar y Nikam 2014).

Wu y Yang (2015) mencionan, a raíz de un estudio sobre el desarrollo y evaluación de taxonomías en el dominio de derrames de petróleo, que las tres validaciones que se pueden realizar sobre un sistema de organización del conocimiento son la estructural, con personas (expertos en el dominio, usuarios) y validación con contenido (categorizar contenido dentro de la taxonomía). En este caso, la garantía académica se aplicaría en la etapa de evaluación de un sistema de organización del conocimiento.

CONCLUSIONES

El concepto de la garantía académica aparece mencionado, no siempre con su denominación, en un importante número de artículos que no están incluidos en este trabajo por tratarse de aspectos teóricos o abstractos y que no consideran a los especialistas puntualmente en el rol de usuario.

Los casos presentados tienen en común el hecho de que los expertos como usuarios pueden realizar grandes contribuciones a los procesos de los sistemas de organización

del conocimiento. Incluso cuando el sistema de organización del conocimiento se base en otras garantías, la opinión de los expertos es la que finalmente contribuye a resolver cuestiones como las relaciones entre términos, su alcance, su pertinencia y su utilidad. La garantía que más parece poder asociarse a la garantía académica es la literaria, puesto que en algunos casos se menciona la intervención de especialistas junto con la existencia de un corpus del cual pueden extraerse términos candidatos (como en Beghtol 2001), o que se está considerando elaborar sistemas pensados para colecciones puntuales (como en Kumar y Nikam 2014). Es decir, si bien aparece nombrada la garantía literaria, que tiene sus principios teóricos y metodológicos más desarrollados, en algunos casos se propone un paso más para que el producto final, además de información publicada, considere la opinión de expertos en los dominios que incluyen los sistemas.

Los sistemas de organización del conocimiento contribuirán a gestionar la información especializada, por lo que en los casos donde los expertos intervienen pueden enriquecerse: por ser quienes mejor conocen el dominio, y además serán usuarios de esa información, pueden brindar su punto de vista tanto desde su especialidad como desde su rol de usuario.

REFERENCIAS

BARITÉ, M., 2011. *La garantía literaria como herramienta de revisión de sistemas de organización del conocimiento: modelo y aplicación* [En línea]. Tesis doctoral, Facultad de Comunicación y Documentación, Universidad de Granada [consult. 2025-07-01]. Disponible en: http://hdl.handle.net/10481/17583.

BARITÉ, M., et al., 2015. *Diccionario de organización del conocimiento: clasificación, indización, terminología*. 6.ª ed. Montevideo: Ediciones universitarias.

BEGHTOL, C., 2001. Knowledge Representation and Organization in the Iter Project: A Web-Based Digital Library for Scholars of the Middle Ages and Renaissance (http://iter.utoronto.ca). *Knowledge Organization* [En línea]. **28**(4), 170-179 [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://www.imrpress.com/journal/ko/28/4/10.5771/0943-7444-2001-4-170.

BEGHTOL, C., 1986. Semantic Validity: Concepts of Warrant in Bibliographic Classification Systems. *Library Resources & Technical Services*. **30**(2), 109-125.

GOLUB, K., T. HAMON, y A. ARDÖ, 2007. Automated Classification of Textual Documents Based on a Controlled Vocabulary in Engineering. *Knowledge Organization* [En línea]. **34**(4), 247-263 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2007-4-247.

GRIVEL, L., P. MUTSCHKE, y X. POLANCO, 1995. Thematic mapping on bibliographic databases by cluster analysis: A description of the SDOC Environment with SOLIS. *Knowledge Organization* [En línea]. **22**(2), 70-77 [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://www.imrpress.com/journal/KO/22/2/10.5771/0943-7444-1995-2-70.

HJØRLAND, B., 2013. User-based and Cognitive Approaches to Knowledge Organization: A Theoretical Analysis of the Research Literature. *Knowledge Organization* [En línea]. **40**(1), 11-27 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2013-1-11.

KUMAR B. L., Vinod, y Khaiser NIKAM, 2014. Development of an Information Support System for Yogic Science using Knowledge Organization Systems. *Knowledge Organization* [En línea]. **41**(4), 88-295 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2014-4-288.

NEELAMEGHAN, A., 1991. Concept categorization and knowledge organization in specialized databases: A case study. *International Classification* [En línea]. **18**(2), 92-97 [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://article.imrpress.com/journal/KO/18/2/10.5771/0943-7444-1991-2-92/7bf2af915724a449705f7634ee89c716.pdf.

TENNIS, J. T., 2005. Experientialist Epistemology and Classification Theory: Embodied and Dimensional Classification. *Knowledge Organization* [En línea]. **32**(2), 79-92 [consult. 2025-07-01]. Disponible en: https://article.imrpress.com/journal/KO/32/2/10.5771/0943-7444-2005-2-79/48489b4dc48df6654f6b204d250c0bb5.pdf.

WU, Y., y YANG, L., 2015. Construction and Evaluation of an Oil Spill Semantic Relation Taxonomy for Supporting Knowledge Discovery. *Knowledge Organization* [En línea]. **42**(4), 222-231 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2015-4-222.

ORGANIZAÇÃO DOS DADOS DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS: UMA REFLEXÃO SOBRE ASSUNTOS E TIPOS DE CONTEÚDO NO *REGISTRY OF RESEARCH DATA REPOSITORIES*

ISABELLA HENRIQUE LIMA PEREIRA*
SUELLEN OLIVEIRA MILANI**

Resumo: *Sistemas de organização do conhecimento desempenham um papel central na estruturação e recuperação da informação especialmente em ambientes digitais onde a diversidade de dados e metadados exigem abordagens complexas e inclusivas. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar o* re3data *enquanto um sistema de organização do conhecimento em pesquisa, considerando os aspectos das Ciências Sociais e Humanas, a partir da análise das categorias do filtro «content type». Para tanto, foi realizada uma análise exploratória do* re3data*, na qual realizou-se um levantamento de dados utilizando os filtros «subject» e «content type». Os resultados demonstram que o* re3data *se configura como um instrumento global de organização, adotando uma postura generalista e universal em sua categorização de tipologias de dados. Conclui-se que os sistemas de organização do conhecimento são instrumentos que possuem dimensões epistemológicas e culturais e que não apenas estruturam dados, mas também moldam a forma como o conhecimento é produzido e acessado.*

Palavras-chave: *Representação do conhecimento; Dados de Pesquisa; Repositório de dados.*

Abstract: *Knowledge organization systems play a central role in the structuring and retrieval of information, especially in digital environments, where the diversity of data and metadata demands complex and inclusive approaches. In this context, the aim of this study is to analyze* re3data *as a knowledge organization system for research, considering the specificities of the Social Sciences and Humanities, based on the analysis of the categories under the «content type» filter. To this end, an exploratory analysis of* re3data *was conducted, in which data were collected using the «subject» and «content type» filters. The results show that* re3data *functions as a global organization tool, adopting a generalist and universal approach in its categorization of data typologies. It is concluded that knowledge organization systems are instruments that encompass epistemological and cultural dimensions, and that they not only structure data but also shape the ways in which knowledge is produced and accessed.*

Keywords: *knowledge organization; Research Data; Data Repositories.*

* Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil. Email: isabellahlpereira@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8463-0629.
** Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil. Email: suellemilani@id.uff.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7183-6030.

INTRODUÇÃO

A representação do conhecimento em ambientes informacionais reflete escolhas e perspectivas inerentes aos contextos nos quais seus sistemas de organização do conhecimento foram concebidos. Nesse estudo, analisaremos o ambiente informacional denominado *Registry of Research Data Repositories* (*re3data*) que é um registro global de repositórios de dados de pesquisa, que funciona como uma ferramenta de descoberta, indexando e descrevendo repositórios que armazenam dados de pesquisa de todas as áreas do conhecimento.

Parte-se da premissa de que os aspectos sociais, que refletem a realidade de um tempo e espaço, podem ser percebidos nas interpretações conceituais, inclusive sobre o que são dados, nas políticas de coleta e organização. Com o intuito de refletir sobre as categorias que podem ser usadas para classificar documentos das Ciências Sociais e Humanas (CSH), pergunta-se: para representar conjuntos de dados de pesquisa referentes às áreas das CSH é necessário um conjunto específico de metadados?

Essa pesquisa parte de uma carência de literatura sobre a representação do conhecimento no âmbito de repositórios de dados de pesquisa das Ciências Sociais e Humanas para propor uma reflexão acerca das especificidades deste domínio do conhecimento e a perspectiva cultural inerente aos sistemas de organização do conhecimento utilizados para representá-los.

1. ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, REPOSITÓRIOS DE DADOS E A PERSPECTIVA CULTURAL NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Os sistemas de organização do conhecimento desempenham um papel central na área de organização do conhecimento. Desde padrões de metadados, ontologias e taxonomias até tesauros e sistemas de classificação, os sistemas de organização do conhecimento são utilizados para promover a representação e a recuperação da informação, bem como para viabilizar a interoperabilidade, a preservação do conhecimento e o acesso. Em ambientes digitais, possibilitam que dados e informações sejam sistematizados de forma a garantir o acesso eficiente e completo. No entanto, ao organizarem e classificarem o conhecimento, a eficiência e a completude do acesso dependem de questões que vão além da simples estruturação da organização, muitas vezes esses sistemas refletem escolhas epistemológicas, culturais e éticas que impactam diretamente sua neutralidade e eficácia (Guimarães 2019).

Os processos de organização do conhecimento não são neutros e livres de interferências, pois os critérios utilizados muitas vezes refletem as perspectivas culturais, sociais e políticas daqueles que os projetam (Hjørland 2002). No ambiente digital, essas questões tornam-se ainda mais evidentes devido à complexidade e à diversidade de dados e metadados que são organizados por sistemas globais, como o *re3data*.

Segundo Fernández-Molina e Guimarães (2002), os aspectos éticos no contexto da organização do conhecimento ganham destaque, sobretudo no que tange à inclusão, exclusão e priorização de determinadas informações. Os autores apontam que a definição e a representação do conhecimento em ambientes digitais devem considerar o impacto dessas escolhas sobre os usuários, especialmente em contextos culturais diversos

Guimarães (2019) avança nesse debate ao propor a perspectiva da «organização enviesada do conhecimento», que questiona a ideia de neutralidade na representação e sugere que os sistemas de organização do conhecimento devem ser projetados de forma a reconhecer explicitamente seus vieses culturais e epistemológicos. Essa abordagem é particularmente relevante para as Ciências Sociais e Humanas, uma vez que as formas de coleta e organização dos dados estão profundamente imersas nos contextos culturais e sociais dos pesquisadores e das comunidades analisadas.

A literatura destaca que a concepção de sistemas como o *re3data* deve estar alinhada a princípios éticos que assegurem uma representação justa e inclusiva. Em síntese, os sistemas de organização do conhecimento não apenas estruturam dados e informações, mas também desempenham um papel epistemológico e cultural significativo, uma vez que contribuem ou não para a comunicação e disponibilização de dados de pesquisa.

No contexto da pesquisa, especialmente nas Ciências Sociais e Humanas, a análise desses sistemas deve considerar não apenas sua funcionalidade técnica, mas também os valores e pressupostos éticos que os sustentam, visto que o compartilhamento de dados ainda é uma questão em desenvolvimento na área, que ainda não se sente totalmente representada (Mozersky et al. 2020).

1.1. Repositórios de dados de pesquisa: o papel do *re3data*

O *Registry of Research Data Repositories* (*re3data*) surgiu em 2012, como um projeto que, a partir de diversas parcerias entre universidades e instituições, passou em 2020 a integrar o que conhecemos hoje como o repositório (Re3data.org 2024b). Ele é um 'repositório'[1] que funciona como um registro global de repositórios de dados de pesquisa. Esse portal funciona como uma ferramenta de busca que reúne em um só local repositórios de dados de todas as disciplinas, visando promover a cultura do compartilhamento, aumentar o acesso e promover a comunicação dos dados através do aumento da visibilidade dos diferentes tipos de dados e seus repositórios.

O *re3data* tem como objetivo facilitar a utilização e o encontro de dados por pesquisadores, agências de fomento, instituições de pesquisa e ensino e editores de

[1] Apesar de ser entendido e reconhecido como um repositório, o *re3data* não o é, é um diretório de pesquisa que reúne listas de repositórios de dados.

revistas, desempenhando um papel fundamental na promoção do acesso e da organização do conhecimento científico em múltiplas disciplinas. Sua estrutura baseia-se em princípios de interoperabilidade e padronização, sendo amplamente utilizado para localizar repositórios confiáveis e bem documentados.

O *re3data* atua como um sistema que descreve repositórios por meio de metadados padronizados. Esses metadados incluem informações como tipo de dados armazenados, escopo disciplinar, políticas de acesso, linguagem utilizada, conformidade com princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable, and Reusable*), etc.

Essa tentativa de padronização facilita a integração entre os repositórios e a recuperação eficiente de informações, mas também levanta questões sobre como a ferramenta pode funcionar num contexto global a partir da utilização de categorias e descritores gerais para abarcar diferentes contextos culturais e disciplinares.

A relevância do *re3data* para as Ciências Sociais e Humanas está diretamente ligada à diversidade de dados e métodos empregados nessas áreas. Dados em Ciências Sociais e Humanas são frequentemente qualitativos, contextuais e culturalmente situados, o que pode dificultar sua categorização e organização em repositórios amplos e multidisciplinares. Nesse sentido, os critérios utilizados pelo *re3data* para descrever e categorizar repositórios demandam uma análise crítica, considerando os potenciais vieses culturais que podem estar implícitos em seus esquemas de metadados.

Para atuar como um sistema efetivo de organização do conhecimento, o *re3data* precisa não apenas garantir a acessibilidade dos repositórios, mas também assegurar que as descrições sejam culturalmente apropriadas. Portanto, a análise do *re3data* no contexto das Ciências Sociais e Humanas não se limita a avaliar sua funcionalidade técnica.

É necessário explorar como o sistema reflete, ou não, as especificidades culturais e disciplinares dessas áreas, reconhecendo a importância de uma abordagem ética e inclusiva na organização do conhecimento. Esse exame é particularmente pertinente para compreender como sistemas de organização do conhecimento globais podem, simultaneamente, facilitar o acesso a dados e não perpetuar visões limitadas ou enviesadas de determinadas disciplinas e culturas.

1.2. A Perspectiva cultural nas Ciências Sociais e Humanas

Nas Ciências Sociais e Humanas, a cultura não é apenas objeto de estudo, mas também um elemento central na forma como o conhecimento é produzido, organizado e interpretado. Os dados gerados nessas áreas refletem valores, tradições e contextos locais que muitas vezes desafiam modelos universais de categorização. Esse cenário evidencia a necessidade de uma abordagem culturalmente apropriada na organização do conhecimento, que respeite as especificidades locais sem ignorar o potencial para a comunicação global (Beghtol 2003).

Segundo Beghtol (2003), os sistemas de organização do conhecimento enfrentam o desafio de equilibrar conceitos universais, ou seja, o reconhecimento de que os sistemas devem atender às necessidades e perspectivas das culturas específicas em que estão inseridos. Nesse contexto, Beghtol (2003) introduz o conceito de hospitalidade cultural, que enfatiza a importância de criar sistemas que não apenas respeitem as especificidades culturais, mas também promovam o diálogo transcultural. Essa abordagem é especialmente relevante para as Ciências Sociais e Humanas, cujos dados frequentemente transcendem categorias rígidas e demandam flexibilidade na sua representação.

A autora explica que garantia cultural significa que «qualquer tipo de sistema de organização e/ou representação do conhecimento pode ser sumamente apropriado e útil para os indivíduos de uma cultura somente se for baseado nas premissas, valores e predisposições daquela mesma cultura» (Beghtol 2002, p. 511). Por essa razão, os sistemas de organização do conhecimento são considerados artefatos culturais.

Olson (2002) argumenta que os sistemas de organização do conhecimento são inevitavelmente influenciados pelos valores e pressupostos culturais de seus criadores e mantenedores. No contexto das Ciências Sociais e Humanas, essa influência é ainda mais evidente, pois os dados frequentemente emergem de interações sociais e culturais específicas, que podem ser difíceis de padronizar ou categorizar sem perder nuances importantes.

Adicionalmente, García Gutiérrez (2002) contribui para o debate ao propor uma «ética transcultural de mediação» baseada na ideia de uma «cultura de fronteira». Para o autor, a organização do conhecimento deve reconhecer e integrar a diversidade cultural, funcionando como um espaço de mediação entre diferentes perspectivas e sistemas de valores.

No caso das Ciências Sociais e Humanas, essa mediação é essencial para evitar a imposição de categorias universalistas que possam obscurecer ou excluir as especificidades dos dados, os quais, diferentemente de áreas que lidam predominantemente com dados quantitativos e replicáveis, frequentemente são qualitativos, onde muitas vezes o resultado é a própria reflexão realizada a partir dos métodos propostos, situadas em contextos específicos e marcadas por significados culturais únicos. Os dados refletem valores, narrativas e contextos históricos específicos que devem ser pensados em plataformas como o *re3data*, para evitar a homogeneização do conhecimento e a restrição do que entendemos como dado.

Em síntese, é preciso refletir sobre a noção de neutralidade nos sistemas de organização do conhecimento, especialmente em plataformas globais que buscam padronizar a descrição de dados enquanto lidam com repositórios provenientes de diversos contextos culturais e domínios do conhecimento.

Ao refletir sobre os dilemas éticos que perpassam a organização do conhecimento, Milani (2024) estuda a garantia cultural enquanto um valor ético desta área, e explica que

> [o] *valor ético "garantia cultural", tão caro às reflexões contemporâneas, possui os seguintes atributos: apresentação de diferentes tipos de informação e construção de diferentes caminhos para uma mesma informação. É importante para todas as comunidades de usuários, principalmente aquelas que não pertencem ao contexto dominante porque diferentes usuários têm diferentes identidades e necessidades informacionais específicas, as quais devem ser respeitadas* (Milani 2024, p. 86-87).

Da negação, ou não observação, deste valor ético, tem-se a má-representação, ou incompletude, como afirma a autora, causando problemas na recuperação da informação. As Ciências Sociais e Humanas não pertencem ao contexto dominante das áreas científicas, sendo assim a análise da representação das suas especificidades em sistemas de organização do conhecimento trarão benefícios a todos os interessados nelas.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder à pergunta de partida, foi realizada uma pesquisa descritiva que, a partir de uma abordagem qualitativa, realizou uma navegação e examinou a interface do *re3data* para familiarização com suas funcionalidades e estrutura. Após uma exploração inicial, foi feita uma análise utilizando os filtros «subject» e «content type» para selecionar os repositórios identificados como pertencentes às áreas de CSH e mapear as tipologias associadas a elas. Também foi realizada uma análise das métricas da plataforma para identificar as subcategorias associadas a cada categoria do filtro «content type». Por fim, foram definidos critérios para selecionar os repositórios para análise.

Para inclusão no *corpus* de análise, considerou-se os repositórios pertencentes às CSH e que apresentavam uma descrição detalhada dos tipos de dados armazenados no filtro «content type». Os critérios de exclusão levaram à remoção de repositórios com informações incompletas ou insuficientes sobre as tipologias de dados, garantindo a relevância dos dados analisados.

A análise dos resultados foi dividida em duas etapas, a saber: identificação e estabelecimento das tipologias de dados encontradas; e discussão dos resultados à luz das premissas que embasam os marcos teóricos sobre os aspectos sociais e culturais inerentes aos sistemas de organização do conhecimento.

A pesquisa é uma pesquisa exploratória e descritiva de abordagem qualitativa, e tem como objetivo analisar o *re3data* enquanto um sistema de organização

do conhecimento em pesquisa, considerando os aspectos culturais das Ciências Sociais e Humanas, a partir da análise das categorias presentes no diretório em relação a área.

Para a coleta de dados, foi realizada uma análise exploratória do repositório e decidimos utilizar os filtros disponíveis para a realização do recorte da pesquisa. Em se tratando da coleta de dados, utilizamos os filtros «subject» e «content type» para selecionar os repositórios que foram identificados como pertencentes às áreas de Ciências Sociais e Humanas e identificar as tipologias indicadas como sendo dessas áreas.

Além disso, utilizamos a aba referente às métricas da plataforma, associada ao filtro de conteúdo para identificar que subcategorias estavam associadas a cada categoria do filtro. A Figura 1 abaixo ilustra o processo de coleta das subcategorias.

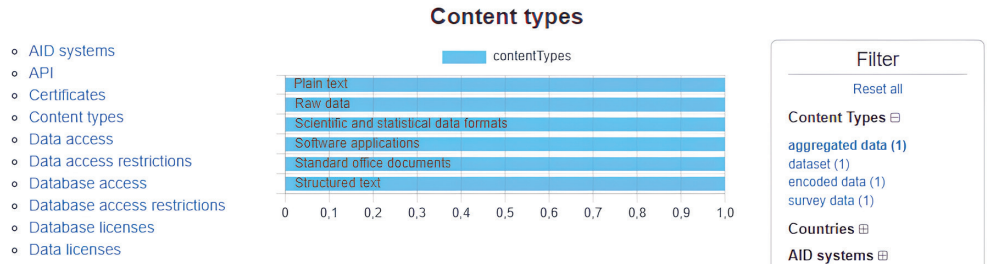


Fig. 1. Captura das subcategorias presentes na categoria «Dados Agregados»
Fonte: Re3data.org 2024c

Para garantir a rigidez da pesquisa foram adotados alguns critérios de inclusão e exclusão de dados. Na inclusão, olhamos somente os repositórios categorizados no *re3data* como pertencentes a área de CSH, e que realizaram a descrição detalhada dos tipos de dados armazenados, de modo que as tipologias estão presentes no filtro referente ao tipo de conteúdo (dados) armazenado pelos repositórios. Na exclusão, levando em consideração a utilização do filtro «content type» que diz respeito à tipologia de dados presente no repositório, optamos por excluir os repositórios com informações incompletas ou insuficientes sobre as tipologias de dados.

Na análise dos resultados, o trabalho foi dividido em duas etapas. Na primeira etapa, realizamos uma análise, visando identificar e estabelecer as tipologias de dados encontradas, identificando os padrões e as categorias utilizadas nas Ciências Sociais e Humanas. Na segunda etapa, foi realizada uma discussão dos resultados levando em consideração alguns princípios culturais da área. Nessa etapa, utilizamos os estudos de Olson (2002) e Hjørland (2002) para analisar como os repositórios e o *re3data* incorporaram ou deixaram de incorporar, os contextos e especificidades culturais das Ciências Sociais e Humanas, reconhecendo possíveis vieses nos critérios de organização

e descrição dos dados. Com as etapas da análise, pretendeu-se compreender não apenas a estrutura das tipologias no *re3data*, mas também as implicações culturais e epistemológicas subjacentes a ele.

Por fim, ressaltamos que apesar do rigor metodológico, a análise está pautada na consistência das informações disponíveis no repositório em dezembro de 2024 e que a interpretação dos aspectos culturais está sujeita aos vieses decorrentes das próprias definições e fundamentos teóricos adotados nesta pesquisa.

3. LEVANTAMENTO DE DADOS E DISCUSSÃO

Com a utilização do primeiro filtro «subject» foi possível identificar a primeira forma de organização do repositório que abarca quatro grandes áreas do conhecimento, conforme ilustrado na Tabela 1.

Tabela 1. Área do conhecimento presentes no Re3data.org

Áreas	Humanidades e Ciências Sociais	Ciências da Saúde	Ciências da Natureza	Ciência das Engenharias
N.º de Repositórios	1268	1888	1707	744

Fonte: Dados da pesquisa (Re3data.org 2024a)

É possível observar que as áreas de Ciências naturais e da Saúde são as que mais possuem repositórios de dados, isto é, a categoria *Humanities and Social Sciences*[2] contém um total de 1268 repositórios.

Seguindo a pesquisa, identificamos as tipologias de dados apresentados para cada área, mesmo já tendo definido a área de estudo, visto que queríamos estabelecer uma comparação inicial entre as tipologias presentes em cada área. Optamos por utilizar os dois filtros: o de área e o de conteúdo dos repositórios ao mesmo tempo para elaborar a Tabela 2.

A Tabela 2 foi elaborado como uma tentativa de fornecer uma visão geral de como os dados são classificados em cada área do conhecimento. É possível observar que a maioria das tipologias se repete, o que demonstra um caráter generalista do vocabulário adotado e evidencia que a plataforma priorizou a usabilidade e a aplicabilidade universal, desconsiderando em um primeiro momento as especificidades de cada área do conhecimento.

[2] No presente artigo iremos entender a área de *Humanities and Social Sciences* como Ciências Sociais e Humanas.

Tabela 2. Conteúdo de dados indicados pelos repositórios

Área	Categoria
Ciências Sociais e Humanas	29 Conjunto de dados
	10 Dados de pesquisa
	8 Texto
	7 Outros
	7 Imagem
	4 Dados observacionais
	3 *Software*
	3 Dados experimentais
	3 Dados de mensuração e teste
	2 Imagem estática
	2 Dados geoespaciais
	2 Dados de simulação
	1 *Software* de pesquisa
	1 Dados codificados
	1 Dados agregados
	1 Código-fonte

Área	Categoria
Ciências da Saúde	30 Conjunto de dados
	11 Imagem
	11 Texto
	9 Outros
	6 Dados de pesquisa
	6 Dados genéticos
	5 Dados de mensuração e teste
	4 Dados experimentais
	4 Dados observacionais
	3 *Software*
	2 Dados de Gravação
	2 Dados de simulação
	2 Imagem estática
	1 Código-fonte
	1 Dados geoespaciais
	1 *Software* de pesquisa

Área	Categoria
Ciências da Natureza	18 Conjunto de dados
	9 Imagem
	6 Texto
	5 Outros
	4 Dados de pesquisa
	4 Dados experimentais
	2 Dados de simulação
	2 Dados geoespaciais
	2 Dados observacionais
	1 *Software*
	1 *Software* de pesquisa
	1 Dados de Gravação
	1 Dados de mensuração e teste
	1 Imagem estática

Área	Categoria
Ciência das Engenharias	15 Conjunto de dados
	7 Imagem
	6 Outros
	6 Texto
	4 Dados experimentais
	3 Dados de pesquisa
	2 Dados de simulação
	2 Dados observacionais
	2 *Software*
	1 Código-fonte
	1 Dados de mensuração e teste
	1 Dados geoespaciais
	1 *Software* de pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Dados os resultados presentes na Tabela 2, podemos perceber que as categorias de tipos de dados são gerais e levemente direcionadas para a área de pesquisas qualitativas. A área de CSH possui 16 categorias, que explicitamos na Tabela 3, abaixo, visando entender o que cada categoria significa.

Tabela 3. Categorias das CSH

Categoria	Definição
Dados agregados	Estatísticas que se referem a classes, grupos ou categorias amplas. Os dados são calculados como médias, totais ou derivados de dados em nível individual, tornando impossível distinguir as características individuais dentro dessas classes, grupos ou categorias.
Conjunto de dados	Uma coleção de fatos relacionados e codificados em uma estrutura definida.
Dados codificados	Dados qualitativos (textuais, de vídeo, áudio ou imagem fixa) originalmente produzidos para outros propósitos, transformados em dados quantitativos (expressos em matrizes de unidade por variável) usando técnicas de codificação de acordo com esquemas de categorização predefinidos.
Dados experimentais	Dados resultantes do método de pesquisa experimental envolvendo a manipulação de algumas ou todas as variáveis independentes incluídas nas hipóteses.
Dados geoespaciais	Dados de qualquer tipo com coordenadas espaciais que permitem que sejam mapeados na superfície da Terra. Podem representar objetos físicos, áreas discretas ou superfícies contínuas.
Imagem	Uma representação visual que não seja texto, incluindo todos os tipos de imagens em movimento e fixas.
Dados de mensuração e teste	Dados obtidos a partir da avalição de propriedades específicas (ou características) de seres, coisas, fenômenos (e/ou processos); da aplicação de padrões preestabelecidos e/ou instrumentos especializados.
Dados observacionais	Dados resultantes de pesquisas observacionais, que envolvem coletar observações conforme ocorrem (por exemplo, comportamentos, eventos, desenvolvimento de condições ou doenças, etc.) sem tentar manipular qualquer variável independente.
Outros	Um tipo de recurso que não está incluído em termos existentes.
Software de pesquisa	*Software* usado para gerar, processar ou analisar resultados que você pretende incluir em uma publicação (seja um artigo de revista, apresentação de conferência, monografia, livro ou tese). O *software* de pesquisa pode variar de algumas linhas de código escritas por você a um pacote de *software* profissionalmente desenvolvido.
Dados de simulação	Dados resultantes da modelagem ou representação imitativa de processos, eventos ou sistemas do mundo real, geralmente usando programas de computador.
Software	Um programa de computador em código-fonte (texto) ou formato compilado.
Código-fonte	Qualquer coleção de código, com ou sem comentários, escrita em uma linguagem de programação legível por humanos, geralmente como texto simples.
Imagem estática	Uma representação visual registrada estática. Essa classe de imagens inclui diagramas, desenhos, gráficos, gráficos de *design*, plantas, fotografias, impressos e *prints*.
Dados de pesquisa	Dados resultantes de uma pesquisa, definida como uma investigação sobre as características de uma população, por meio da coleta de dados de uma amostra dessa população e da estimativa de suas características por metodologia estatística sistemática.
Texto	Um recurso composto principalmente por palavras para leitura. Exemplos incluem livros, cartas, dissertações, poemas, jornais, artigos e arquivos de listas de correspondência. Observe que *fac-símiles* ou imagens de textos ainda são do gênero «Texto».

Fonte: Strecker et al. 2023, pp. 21-22[3]

[3] As informações presentes no quadro foram retiradas do texto *Metadata Schema for the Description of Research Data Repositories*, que afirma que o filtro tipo de conteúdo é baseado nos *Vocabulários Controlados COAR para Repositórios*.

Além das categorias, o repositório possui 15 subcategorias, a saber: formatos de dados científicos e estatísticos; documentos padrão de escritório; imagens; dados brutos; texto simples; outros; gráficos estruturados; texto estruturado; dados arquivados; bancos de dados; dados audiovisuais; aplicações de *software*; código fonte; dados baseados em rede; e dados de configuração[4].

Essas subcategorias podem se associar a cada uma das categorias principais de acordo com a tipologia de dados dos repositórios. Elas, apesar de não possuírem uma definição estruturada no repositório, detalham os formatos e tipos específicos de conteúdo, adicionando um olhar mais prático e técnico às categorias gerais.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da análise do filtro «content type», podemos entender o mesmo como um sistema de organização do conhecimento, que baseado na estrutura de um vocabulário controlado sistematiza o tipo de dados presente nos repositórios, com o objetivo de classificar os repositórios ali preservados, estruturando uma forma de recuperação da informação.

A forma de organização do sistema, apesar de buscar a generalização, como apontado pela própria plataforma (Strecker et al. 2023), acaba refletindo uma abordagem amplamente influenciada pelas ciências exatas e naturais.

No contexto das Ciências Sociais e Humanas, as categorias presentes na Tabela 3 apresentam uma base útil, mas nem sempre abrangem completamente as especificidades da área. Dados qualitativos, como entrevistas e narrativas, são centrais nas Ciências Sociais e Humanas e frequentemente apresentam características híbridas que não se encaixam facilmente em definições rígidas. Um bom exemplo são as subcategorias: formatos de dados científicos e estatísticos e gráficos estruturados. Essas subcategorias sugerem um foco em formatos que priorizam dados quantitativos, estruturados e tecnicamente formatados.

Essa padronização pode ser vista como uma tentativa de universalizar categorias desenvolvidas para as ciências 'duras', impondo uma lógica que nem sempre é adequada às particularidades das Ciências Sociais e Humanas.

Uma outra subcategoria que merece destaque é a de «dados brutos», que nas Ciências Sociais e Humanas, não têm uma definição única e universal, como acontece em áreas quantitativas. Dados brutos podem ser transcrições de entrevistas,

A utilização do COAR reflete a decisão de adotar uma abordagem mais geral e acessível. Esse vocabulário, desenvolvido por um grupo internacional, foi projetado para atender a uma ampla gama de repositórios institucionais e temáticos, contemplando diversas disciplinas acadêmicas (Strecker et al. 2023).

[4] No original: «scientific and statistical data formats»; «standard office documents»; «images»; «raw data»; «plain text»; «other»; «structured graphics»; «structured text»; «archived data»; «databases»; «audiovisual data»; «software applications»; «source code»; «network-based data»; «configuration data». Essas subcategorias foram retiradas da página métricas do *re3data* conforme ilustrado na Figura 1 (Re3data.org 2024c).

registros etnográficos, manuscritos históricos, vídeos não editados ou documentos originais coletados diretamente no campo de pesquisa. Esses dados costumam ser interpretados e analisados no contexto sociocultural em que foram gerados, o que desafia a ideia de 'bruto' como algo objetivo e neutro.

Além disso, questões culturais e fruto de interpretações, que são fundamentais nas Ciências Sociais e Humanas, podem não ser classificadas nas categorias «dados codificados» ou «dados observacionais», especialmente se dependem de interpretações.

Nas Ciências Sociais e Humanas, os dados frequentemente incluem *nuances* contextuais, culturais e interpretativas que não se enquadram facilmente em sistemas projetados para dados numéricos ou experimentais, de modo que as categorias e subcategorias da plataforma apesar de bem pensadas, podem ser aprimoradas.

Assim, embora essas categorias forneçam uma estrutura inicial para organização e classificação, sua adequação total às Ciências Sociais e Humanas requer uma análise crítica e, possivelmente, a criação de subcategorias mais específicas que reflitam melhor as particularidades das metodologias e objetos de estudo dessa área, uma vez que as subcategorias existentes na plataforma são gerais e não possuem uma definição.

Os principais resultados da análise demonstram que o *re3data* se apresenta como um instrumento global de organização, adotando uma postura generalista e universal em sua categorização das tipologias de dados.

Em síntese, a análise do filtro «subject» revelou quatro grandes áreas do conhecimento presentes no *re3data*, sendo «Humanidades e Ciências Sociais» uma delas, com um número significativo de repositórios. A comparação das tipologias de dados entre as diferentes áreas mostrou que a maioria das tipologias se repete, evidenciando o caráter generalista do vocabulário adotado pela plataforma.

A análise detalhada das categorias de tipos de dados para a área de CSH (totalizando 16 categorias) e suas 15 subcategorias revelou que, apesar de fornecerem uma base útil, nem sempre abrangem suas especificidades. As subcategorias, embora tragam um detalhamento técnico dos formatos e tipos de conteúdo, reforçam uma ênfase em dados quantitativos e estruturados, mas comum às Ciências duras.

Embora o *re3data* seja um sistema funcional e valioso para generalizações na organização de repositórios de dados de pesquisa, ele carece de uma precisão epistemológica e terminológica para representar adequadamente as especificidades das Ciências Sociais e Humanas.

A sua estrutura organizacional é influenciada pela lógica das Ciências Exatas e Biológicas, com um foco em formatos padronizados e amplamente reconhecidos, o que pode levar a uma sub-representação das peculiaridades das Ciências Sociais e Humanas.

A ausência de categorias mais específicas para dados interpretativos, históricos, culturais, híbridos ou multimodais reforça a ideia de que o sistema não considera

a especificidade da área. A amplitude das categorias existentes pode gerar confusão entre pesquisadores ao definir seus dados, e a possibilidade de atribuição de múltiplas categorias para um mesmo repositório levanta questões sobre a identificação do tipo de dado predominante.

Assim, é fundamental incorporar princípios que assegurem uma representação apropriada entre as áreas do conhecimento, levando em consideração a diversidade de perspectivas dos usuários e das comunidades científicas. Sistemas de informação como o *re3data* são mais do que meras ferramentas, pois refletem estruturas epistemológicas e, muitas vezes, sociais e culturais que moldam a produção e o acesso ao conhecimento científico. Portanto, é necessário um esforço contínuo de pesquisa para auxiliar no desenvolvimento do sistema como uma ferramenta de recuperação de informação mais equitativa garantindo a recuperação de informações relevantes em todas as áreas do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das categorias e subcategorias presentes no *re3data* evidencia uma estrutura organizacional amplamente influenciada pela lógica das Ciências Exatas e Biológicas. O foco em formatos padronizados e amplamente reconhecidos, reflete uma tentativa de universalizar práticas que, embora eficientes para algumas áreas, nem sempre conversam com a diversidade epistemológica e metodológica de outras áreas como as Ciências Sociais e Humanas.

O *re3data* adota uma lógica generalista e utilitária, que privilegia formatos amplamente usados. Enquanto categorias como texto simples e imagem podem ser usadas nas Ciências Sociais e Humanas, a falta de especificidade para dados interpretativos, históricos ou culturais aponta para uma sub-representação das peculiaridades dessas áreas.

Além disso, a ausência de categorias mais específicas pode influenciar tanto a representação dos dados de pesquisa pelos pesquisadores, quanto a recuperação da informação pelos usuários do *re3data*.

A categorização dos dados nos repositórios não é excludente, permitindo a atribuição de mais de uma categoria de tipologia de dados para os repositórios. Essa política precisa ser explicitada e o impacto dessa decisão de quem está representando o repositório deve ser explicado, pois os repositórios podem trabalhar com mais de um tipo de dados, mas também podem possuir um tipo de dado predominante. Isso deve ser considerado na estruturação do sistema de organização do conhecimento.

O sistema de organização do conhecimento utilizado pelo *re3data*, embora altamente funcional e útil para generalizações, carece de uma precisão epistemológica e terminológica para capturar plenamente as necessidades das Ciências Sociais e Humanas. O sistema pode integrar categorias que representem as especificidades

dos dados nessas áreas, ampliando sua funcionalidade para incluir formatos e descrições mais alinhados a elas.

Em síntese, incorporar definições mais detalhadas e termos que representem as especificidades de diferentes áreas pode não apenas tornar o sistema mais inclusivo, mas também promover uma compreensão mais ampla da diversidade de práticas de pesquisa na Ciência. Assim, uma abordagem que respeite as especificidades culturais é essencial para evitar uma dominação cultural e permitir um uso mais equitativo do sistema. Nesse sentido, mais pesquisas precisam ser feitas para ajudar o sistema a se desenvolver como uma ferramenta de recuperação da informação.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Barbara A., 2015. The Role of Data in Research and Policy. Em: R. A. SCOTT, S. M. KOSSLYN, e M. C. BUCHMANN, ed. *Emerging trends in the social and behavioral sciences* [Em linha]. [S.l.]: John Wiley & Sons [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1002/9781118900772.etrds0350.

BARDIN, Laurence, 2016. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

BEGHTOL, Clare, 2003. Universal concepts, cultural warrant and cultural hospitality. *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology*. **29**(2), 19-23.

BEGHTOL, Clare, 2002. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. *Journal of Documentation*. **58**(5), 507-532.

FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan Carlos, e José Augusto C. GUIMARÃES, 2002. Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: their articulation in professional codes of ethics. Em: Maria José LOPEZ-HUERTAS, ed. *Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries*. Wurzburg: Ergon Verlag, pp. 487-492.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio, 2002. Knowledge organization from a "culture of the border" towards a transcultural ethics of mediation. *Knowledge Organization*. **29**(2), 79-92.

GUIMARÃES, José Augusto C., 2019. Slanted knowledge organization as a new ethical perspective. *Knowledge Organization*. **46**(8), 601-609.

GUIMARÃES, José Augusto C., 2017. Slanted knowledge organization as a new ethical perspective. Em: Jack ANDERSEN, e Laura SKOUVIG, ed. *The organization of knowledge: caughts between global structures and local meaning*. Bingley: Emerald, cap. 6, pp. 87-102.

HJØRLAND, Birger, 2002. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. **53**(4), 257-270.

HUDON, Michèle, 1997. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. *Knowledge Organization*. **24**(2), 84-91.

KNOTTNERUS, J. André, 2016. Research data as a global public good. *Journal of Clinical Epidemiology* [Em linha]. 70, 270-271 [consult. 2025-10-20]. Disponível em: https://www.jclinepi.com/action/showPdf?pii=S0895-4356%2815%2900330-3.

MILANI, Sueli Oliveira, 2024. Estudos críticos e sistemas de organização do conhecimento: aspectos conceituais e éticos. Em: C. C. de ALMEIDA, R. SAN SEGUNDO, e D. MARTÍNEZ-ÁVILA, org. *Estudos críticos em organização do conhecimento* [Em linha]. São Paulo: Cultura Acadêmica, pp. 73-104 [consult. 2025-06-20]. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/view/510/4461/8832.

MOZERSKY, Jessica, et al., 2020. Are we ready to share qualitative research data? Knowledge and preparedness among qualitative researchers, IRB members, and data repository curators. *IASSIST Quarterly*. **43**(4), 952.

NASSI-CALÒ, Lilian, 2019. Promovendo e acelerando o compartilhamento de dados de pesquisa [Em linha]. *SciELO em Perspectiva*. 2019-06-13 [consult. 2024-10-19]. Disponível em: https://blog.scielo.org/blog/2019/06/13/promovendo-e-acelerando-o-compartilhamento-de-dados-de-pesquisa/.

OLSON, Hope, 2002. *The power to name: locating the limits of subject representation in libraries*. Dordrecht: Springer.

RE3DATA.ORG, 2024a. *Registry of Research Data Repositories* [Em linha] [consult. 2024-12-08]. DOI: https://doi.org/10.17616/R3D.

RE3DATA.ORG, 2024b. *Registry of Research Data Repositories. About* [Em linha] [consult. 2024-11-02]. Disponível em: https://www.re3data.org/about.

RE3DATA.ORG, 2024c. *Registry of Research Data Repositories. Metrics* [Em linha] [consult. 2024-12-08]. Disponível em: https://www.re3data.org/metrics/contentTypes.

SAYÃO, Luis Fernando, e Luana Farias SALES, 2016. Algumas considerações sobre os repositórios digitais de dados de pesquisa. *Informação & Informação* [Em linha]. **21**(2), 90-115 [consult. 2024-10-18]. DOI: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2016v21n2p90.

STRECKER, Dorothea, et al., 2023. *Metadata Schema for the Description of Research Data Repositories: version 4.0* [Em linha]. [S.l.]: re3data, 33 pp. [consult. 2024-12-02]. DOI: https://doi.org/10.48440/re3.014.

VISUALIZACIÓN Y MÉTRICAS PARA EL ANÁLISIS DEL CICLO DE VIDA DE LA INDIZACIÓN: ESTUDIO DE CASO DE 25 AÑOS DE *KEYWORDS* EN EL DIARIO *EL PAÍS* (2000-2024) Y PROTOTIPO DE APLICACIÓN *WEB*

TOMÁS SAORÍN*
JUAN-ANTONIO PASTOR-SÁNCHEZ**
ISIDORO GIL-LEIVA***

Resumen: *Mientras que la indización condensa grandes volúmenes de información en términos representativos que facilitan su organización y recuperación, la visualización de información permite identificar y representar gráficamente patrones y estructuras relevantes en los datos. En este trabajo se presenta el diseño, desarrollo y validación de una aplicación* web *para la explotación y visualización dinámica de un corpus de indización compuesto por más de 73.000 términos diferentes y generado durante 25 años por el periódico español* El País*. Se ha adoptado un enfoque metodológico de carácter cuantitativo-computacional, que integra el procesamiento estadístico de los datos, el modelado semántico y la representación visual interactiva. Los resultados evidencian una herramienta robusta conformada por numerosas métricas e indicadores que hacen visible, comprensible e interpretable la indización con un potencial de aplicación en diversas áreas académicas, y fácilmente adaptable a otros conjuntos de datos provenientes de otros periódicos.*

Palabras clave: *Indización; Medios de comunicación;* El País*; Visualización de la información; Modelado de métricas e indicadores.*

Abstract: *While indexing condenses large volumes of information into representative terms that facilitate their organization and retrieval, information visualization enables the identification and graphical representation of relevant patterns and structures within the data. This study presents the design, development, and validation of a web application for the exploration and dynamic visualization of an indexing corpus comprising more than 73.000 distinct terms, generated over 25 years by the Spanish newspaper* El País*. A quantitative-computational methodological approach has been adopted, integrating statistical data processing, semantic modelling, and interactive visual representation. The results demonstrate a robust tool composed of numerous metrics and indicators that make the indexing visible, comprehensible, and interpretable, with potential applications across various academic fields and easy adaptability to other datasets from different newspapers.*

Keywords: *Indexing; Media;* El País*; Information visualization; Metric and indicator modelling.*

* Universidad de Murcia – España. Email: tsp@um.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9448-0866.
** Universidad de Murcia – España. Email: pastor@um.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1677-1059.
*** Universidad de Murcia – España. Email: isgil@um.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7175-3099.

INTRODUCCIÓN

La indización con palabras clave (*keywords*) o descriptores es un recurso que ha sido ampliamente utilizado para potenciar la recuperación de información, tanto en el campo de las bases de datos de documentación científica, como en otros sistemas específicos como las bases de datos de legislación y jurisprudencia y las noticias y archivo de medios de comunicación.

El proceso de indización ha sido definido por la norma ISO 5963-1985 (International… 1985) como «el acto de describir o identificar un documento en términos de su contenido temático». La indización puede desarrollarse en cuatro entornos: (1) la indización del autor, frecuente en publicaciones científicas, donde se solicita a los investigadores que proporcionen palabras clave representativas; (2) la indización profesional, realizada por documentalistas que emplean tanto lenguaje natural como controlado; (3) la indización social, llevada a cabo de manera colaborativa por comunidades de usuarios; y (4) la indización automática, desarrollada por sistemas informáticos capaces de extraer tanto términos textuales como descriptores normalizados. Estos entornos pueden funcionar combinados en diferentes proporciones y flujos, según las necesidades de cada sistema o entorno, y apoyan funciones esenciales en los procesos de almacenamiento y recuperación, como se esquematiza en la siguiente figura.

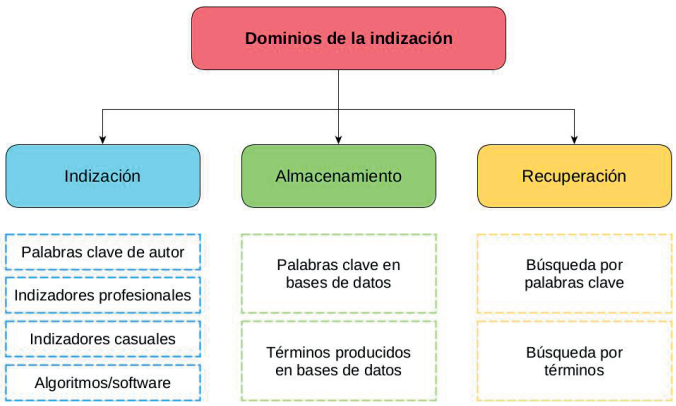


Fig. 1
Dominios de la indización
Fuente: Gil-Leiva 2025, p. 519

Tras generar la indización, los sistemas de información la incorporan como metadatos para facilitar procesos de descubrimiento, navegación y recomendación. En muchos casos, una sola palabra clave puede representar documentos extensos, lo que convierte a estas unidades en herramientas valiosas para estudios bibliométricos e informétricos que buscan desentrañar la estructura del conocimiento en campos específicos. En estos estudios, la indización, junto con autores o instituciones, permite detectar patrones temáticos y relacionales mediante análisis y visualización de datos.

Varios trabajos ilustran este enfoque. Vargas-Quesada, Chinchilla-Rodríguez y Rodríguez (2017) construyeron un mapa global de la investigación sobre grafeno a partir de más de 50.000 documentos. Su y Lee (2010) realizaron análisis de palabras clave en literatura sobre prospectiva tecnológica, generando visualizaciones en 2D y 3D. Vílchez-Román, Sanguinetti y Mauricio-Salas (2021) usaron términos con alto valor semántico y análisis de co-palabras para apoyar decisiones estratégicas. Cantos Mateos et al. (2013) compararon visualizaciones generadas con tres tipos distintos de descriptores para identificar líneas de investigación. Chávez (2023) desarrolló *MetaMetrics*, un tablero de datos interactivo para evaluar la calidad de los metadatos en revistas científicas. Gálvez (2024) aplicó técnicas de co-palabras sobre palabras clave de autor para analizar la estructura temática de la *Revista General de Información y Documentación*, distinguiendo entre temas centrales, transversales, especializados o emergentes.

Sin embargo, esta visión de la indización enfrenta desafíos en contextos donde el conocimiento cambia rápidamente, como ocurre en los medios informativos. Los vocabularios controlados, concebidos como listas estables y consensuadas, están tensionados por la aparición constante de nuevos temas, entidades y sucesos. Los medios deben responder con rapidez, adaptando sus sistemas de organización del conocimiento de forma ágil y flexible.

Aunque el etiquetado de noticias puede parecer secundario, constituye una parte esencial de la infraestructura mediática. Permite registrar, almacenar y recuperar información mediante estrategias internas como vocabularios propios, bases de datos y metadatos dinámicos. La pandemia de Covid-19 lo ejemplifica: términos como «coronavirus» o «confinamiento», inicialmente útiles, perdieron capacidad discriminatoria al volverse omnipresentes, afectando su valor como términos de indización (Saorín, Pastor-Sánchez y Baños-Moreno 2020).

Los medios, además de seleccionar la noticia, contribuyen a definir qué temas se tornan relevantes. La indización debe reflejar tanto criterios temáticos como su impacto social y temporal. Como advierte Rubio Lacoba (2007), la indización en medios presenta particularidades distintas a otros ámbitos como la ciencia o el entretenimiento.

En este contexto, *El País* ha desarrollado su propio sistema con más de 130.000 términos organizados en categorías como temas, personajes, lugares o eventos (García Jiménez, Rodríguez Mateos y Catalina García 2019). Este vocabulario colaborativo se actualiza con nuevos términos surgidos del discurso social (Rubio Lacoba 2012). Es un sistema híbrido con elementos de tesauro, folksonomía y orientación ontológica, parecido al «organic thesaurus» descrito por Lambe (2007, p. 254). Aunque, como recuerda Broughton (2008), la creación de tesauros es un proceso minucioso que prioriza la estabilidad terminológica, en entornos volátiles como los medios, esta estabilidad puede convertirse en una limitación.

La visualización de información, por su parte, busca identificar y representar gráficamente estructuras significativas dentro de grandes volúmenes de datos. Este proceso implica varias etapas: transformar datos brutos en abstracciones analíticas, construir un modelo visual abstracto y plasmarlo gráficamente mediante principios de diseño (Olmeda-Gómez 2014). Según este autor, la visualización adopta distintas formas: la geoespacial emplea mapas para mostrar información localizada; la jerárquica y de redes representa clasificaciones o relaciones; y la visualización de textos transforma palabras, frases o metadatos en representaciones gráficas.

En suma, la visualización es una herramienta transversal adaptable a cualquier disciplina con datos interpretables, y es cada vez más relevante para la comprensión y comunicación de las realidades sobre las que se aplica (Pérez-Montoro 2025). Su valor reside en convertir información abstracta en representaciones comprensibles, facilitando la detección de patrones y relaciones. Es especialmente útil en contextos con gran volumen de datos, como la ciencia de datos, salud, economía, periodismo, educación, geografía o humanidades digitales, incluyendo la Informetría a través del análisis de palabras clave o descriptores. Actúa como puente entre la sobrecarga informativa y la comprensión intuitiva, facilitando el análisis ágil y significativo.

En este trabajo se utiliza un corpus de indización extenso obtenido de *El País* digital que cubre un periodo de 25 años (2000-2024) para desarrollar análisis estadísticos y métricas que faciliten su exploración visual. El objetivo general es diseñar y validar una aplicación para analizar dinámicamente términos de indización en grandes corpus, con énfasis en su evolución temporal y relacional. Los objetivos específicos son: (1) crear una plataforma interactiva que integre procesamiento estadístico y estructuración semántica; y (2) plantear una metodología para generar métricas que describan el ciclo de vida de los términos, considerando fases como emergencia, estabilización, obsolescencia o recurrencia.

1. METODOLOGÍA

Se ha adoptado un enfoque metodológico de carácter cuantitativo-computacional, sustentado en la extracción sistemática y el análisis de los términos de indización procedentes del archivo de todas las noticias de la edición digital del diario *El País* (2000-2024). La metodología contempla tanto el procesamiento estadístico de los datos como su modelado semántico y su representación visual a través de una aplicación *web* de acceso interactivo. El modelo propuesto se articula en torno a cuatro elementos con un enfoque que permite analizar los términos de indización dentro de un marco replicable en otros corpus similares:

1) Captura y normalización de datos: El proceso comienza con la extracción automatizada de los términos de indización del periódico. Luego, se aplican

técnicas de limpieza, lematización y consolidación de variantes para reducir ambigüedad y garantizar la consistencia de los datos.

2) Modelado y estructuración del *dataset*: Los datos se organizan en un modelo dual: un archivo CSV con métricas estadísticas y un *dataset* RDF. Esto permite un análisis combinado cuantitativo y semántico mediante consultas SPARQL.
3) Elaboración de métricas e indicadores: Se definen indicadores para describir tanto el conjunto como la evolución de cada término: frecuencia, número de fechas, duración de aparición, y medidas derivadas que capturan patrones como irrupciones, estabilidad o decadencia léxica.
4) Exploración visual e interfaz *web*: La información se integra en una aplicación interactiva que ofrece vistas globales y detalladas por término. Incluye filtros temporales, selección y comparación de términos, y visualizaciones dinámicas para facilitar la exploración y el análisis focalizado.

La construcción del conjunto de datos se ha realizado en varias etapas, desde la captura de los datos de noticias y *keywords* del diario *El País*, hasta la construcción del *dataset* final representado mediante RDF. Las etapas han sido las siguientes:

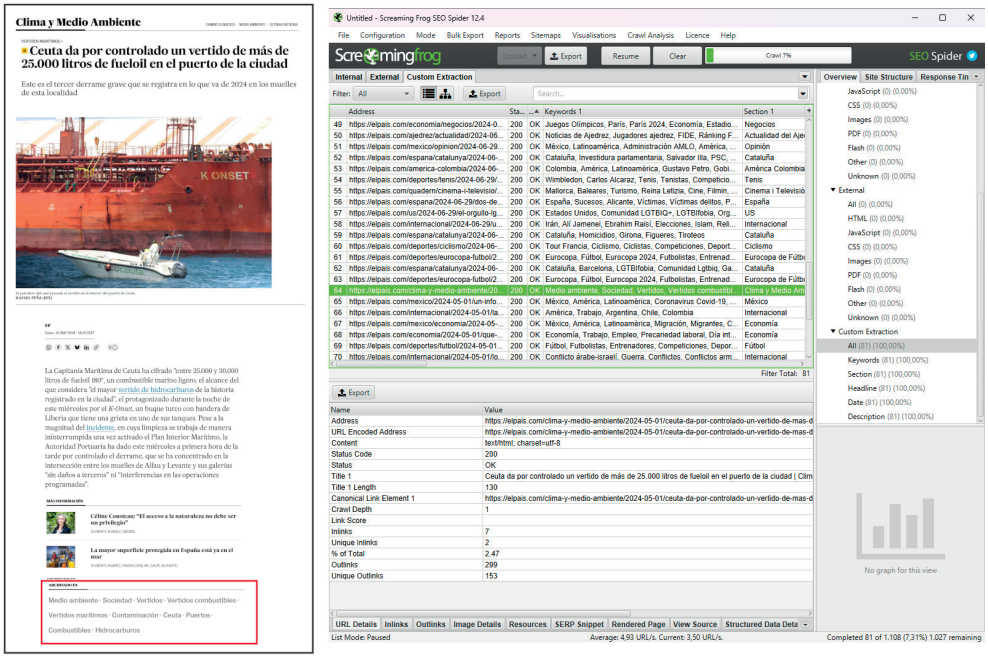


Fig. 2. Extracto de una noticia de *El País* con las palabras clave ubicadas en la parte inferior (marco rojo) y procesamiento de la misma mediante *Screaming Frog SEO*
Fuente: Elaboración propia a partir de Clima… 2024

Etapa 1. Obtención de los datos: Tras realizar un análisis del sitio *web* de *El País* y el marcado de noticias, se aplicaron técnicas de *web scraping* (Alcaraz-Martínez 2025) mediante la aplicación *Screaming Frog SEO*. Como punto de partida se recurrió a los listados diarios de noticias de la hemeroteca[1]. Se realizó un rastreo de todas las fechas anuales conforme a un patrón «http://elpais.com/hemeroteca/<año>-<mes>-<día>/» para el rastreo de URLs de noticias y se excluyeron enlaces a sitios externos o secciones de entretenimiento.

Tras identificar el patrón de URL de las noticias publicadas se excluyeron el resto de páginas de navegación a otras secciones del sitio *web*. De cada noticia se obtuvieron la URL de la página, los términos de indización (bajo el epígrafe «Archivado en»), el titular, la sección y la fecha. Para ello se usaron expresiones regulares y *XPath*. La Tabla 1 muestra un ejemplo de datos extraídos y expresiones regulares utilizadas.

Tabla 1. Ejemplo de datos extraídos y expresiones regulares utilizadas

Elemento	Contenido	Método
Keywords	Economía, Unión Europea, Competencia, Comisión Europea, IAG, Air Europa	Contenido de la etiqueta HTML meta name "news_keywords" Regex: ["']news_keywords["'] content= *\"(.*?)\"
Section	Economía	Contenido de etiqueta HTML meta property "article:section"" Regex: ["']article:section["'] content= *\"(.*?)\"

Fuente: Elaboración propia

Se realizó una exploración separada para cada año usando el patrón de fecha incorporado en las URLs de las noticias, controlando la existencia de duplicados y URLs erróneas. El acceso a la mayoría de las noticias de *El País* se realiza mediante suscripción, pero mediante *web scraping* es posible capturar los metadatos necesarios sin acceder al texto completo. Cada lote supone un tiempo de consulta y procesamiento de entre 6 y 10 horas.

Etapa 2. Unificación y normalización de datos CSV: Mediante *scripts Python*, se realizó la unificación en un único fichero CSV de los múltiples archivos anuales, provenientes de la etapa 1. Sobre este fichero de más de millón y medio noticias se realizó una normalización léxica y tipográfica de los términos de indización recopilados y secciones (transformación de caracteres con tilde, eliminación de caracteres especiales no alfanuméricos y espacios redundantes, conversión a minúsculas, etc.). De este modo, además de los datos de originales (identificador

[1] Puede verse un ejemplo de estas páginas en: *El País…* (2016a; 2016b).

de noticia, URL titular, fecha, secciones y términos de indización) cada sección y término se empareja con su forma normalizada. También se definió para cada noticia un identificador para referenciar de un modo más breve cada noticia en vez de tener que recurrir a la URL original.

Etapa 3. Modelado RDF del conjunto de datos: Consideramos que un aspecto relevante de este trabajo ha sido el modelado RDF del conjunto de datos partiendo del CSV unificado y normalizado. Se utilizaron los vocabularios de *Dublin Core*, *Schema.org* y *Skos*. Para las referencias URL a las noticias, palabras clave y secciones se definieron los correspondientes espacios de nombres. Cada noticia se representar como instancias de la clase *Schema*: *NewsArticle*. Las palabras y conceptos se representaron mediante la clase *Skos*: *Concept*. La Figura 3 muestra el modelo de datos utilizado y la aplicación de las diversas propiedades de los mencionados vocabularios.

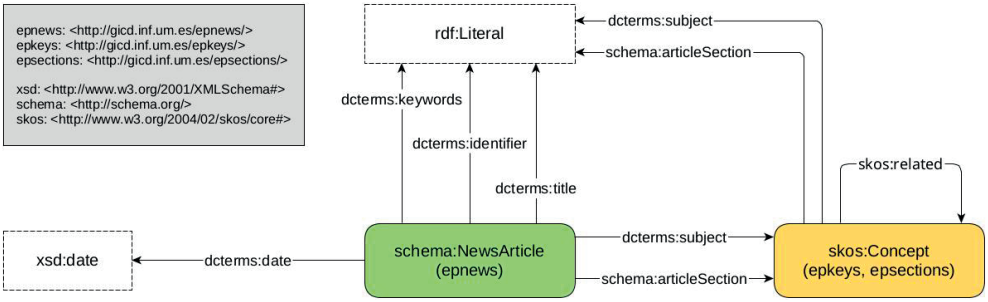


Fig 3. Diagrama del modelo de datos de representación y espacios de nombres utilizados
Fuente: Elaboración propia

Etapa 4. Cálculo de estadísticas básicas de palabras clave, métricas agregadas y *clustering*: Tras unificar el *dataset* en un fichero CSV se calcularon estadísticas del uso de los términos de indización. Se identificaron también aquellos términos que tienen la misma denominación que las secciones. Para cada término representado se calcularon tres dimensiones: número total de noticias que indiza, número de días únicos en los que se usa y el número de días del intervalo de uso temporal. Estas tres dimensiones se transformaron logarítmicamente y se utilizaron con dos propósitos. El primero fue la representación de cada término como un vector cuyas componentes son las mencionadas componentes. El segundo propósito fue la obtención de un *clustering* mediante la aplicación del algoritmo *K-Means* para obtener una clasificación de los términos en función de su uso.

2. RESULTADOS

Tras procesar los datos de 1.605.589 noticias de prensa de 25 años, que abarcan desde el 1 de enero de 2000 hasta el 31 de diciembre de 2024, se obtuvo un conjunto de datos RDF con 41.997.261 tripletas. Las noticias se organizan en 677 secciones. El total de palabras clave usadas es de 73.392 que se han utilizado en 17.275.146 ocasiones para la indización de noticias. Las palabras clave se tratan como entidades independientes, tal y como se publican en la *web*, sin relaciones jerárquicas, ni variantes de términos preferentes ni otras relaciones habituales en vocabularios controlados para la indización temática.

Por su parte, los resultados del proceso de *clustering* arrojan unos resultados óptimos para cinco grupos de palabras clave. La Figura 4 ofrece una representación y su distribución tridimensional según el número total de noticias que indiza, el número de días únicos en los que se usa y el número de días del intervalo de uso temporal.

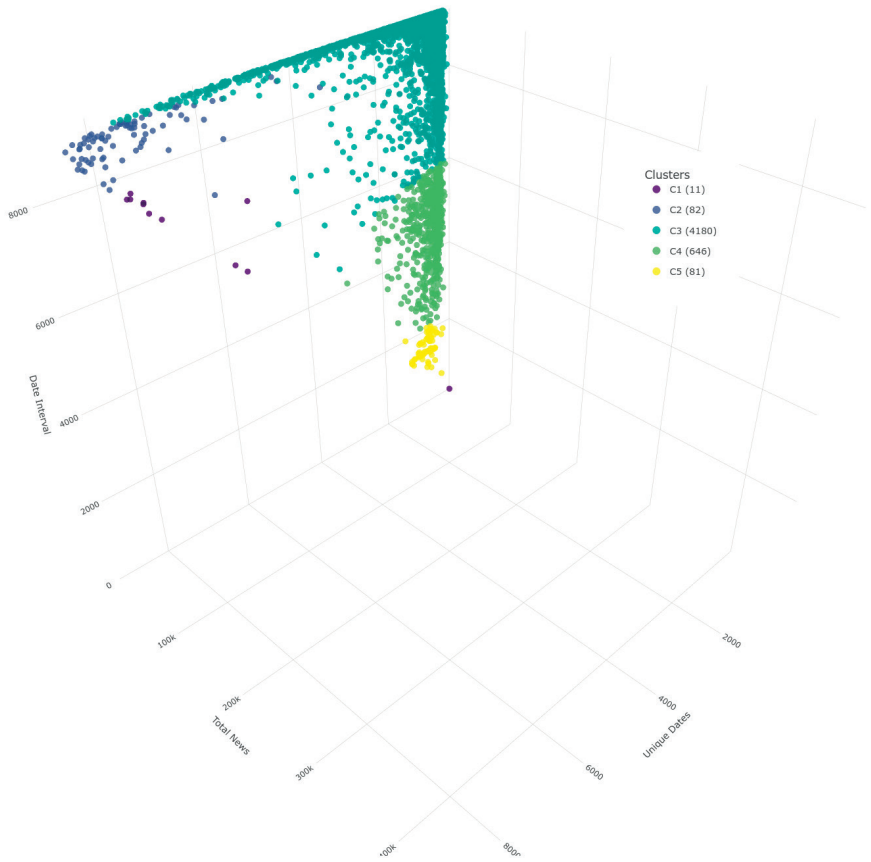


Fig. 4. Resultados del *clustering* mediante el algoritmo *K-Means*
Fuente: Elaboración propia

En el *clúster* C1 pueden encontrarse términos como «España», «Economía», «Cultura», «Sociedad», etc.: se trata de palabras clave que más bien se corresponden con secciones del periódico. En C2 hay términos muy generales que se aplican en gran cantidad de noticias como «arte», «gobierno» o «problemas sociales» entre otros. C3 agrupa términos de un uso relativamente frecuente como «calor», «infracciones urbanísticas», «desempleo» o «desastres naturales». C4 incluye términos muy vinculados con nombres de personas, lugares o eventos concretos. Por su parte el *clúster* C5 alberga palabras clave marginales, a veces de uso único, y que hacen frente a necesidades muy puntuales y con poco recorrido temporal.

Se ha desarrollado un prototipo de aplicación *web*[2], que permite acceder al análisis del *corpus* de términos de indización usados en las noticias. Se persigue ofrecer una interfaz que permita visualizar la presencia y evolución temporal de términos mediante gráficos, tablas y representaciones tridimensionales. Además del tratamiento de datos tabulados, la aplicación se conecta a un conjunto de datos RDF accesible mediante consultas SPARQL, lo que permite integrar información semántica adicional sobre cada concepto.

El sistema utiliza tecnologías de desarrollo *web* de propósito general (PHP, JavaScript, HTML, CSS), junto con bibliotecas especializadas para visualización (Plotly.js, DataTables). Su diseño modular permite que los usuarios naveguen entre diferentes tipos de vistas: desde estadísticas generales y listados completos hasta análisis detallados por término o exploración semántica mediante grafos de coocurrencia. y permite:

- La exploración interactiva de términos asociados a noticias del diario *El País*.
- El análisis temporal, cuantitativo y contextual de estos conceptos durante 25 años.
- La representación visual de métricas como frecuencia, dispersión o recurrencia.
- La navegación entre vistas globales y detalladas, incluyendo la coocurrencia.
- La integración de datos tabulados (CSV) y estructurados (RDF) en un mismo entorno.

Los datos provienen de dos fuentes principales:

1) Archivo CSV: contiene la forma canónica de cada palabra clave, la frecuencia de aparición total, el número de fechas distintas en que aparece y la duración del intervalo en días entre la primera y última mención. Este archivo es procesado por funciones PHP que lo transforman en estructuras asociativas para su posterior filtrado o visualización.

[2] El prototipo se encuentra disponible en: *Dataset El País (2000-2024)* [En línea] [consult. 2025-05-10]. Disponible en: https://gicd.inf.um.es/kw.

2) Grafo RDF: consultado mediante SPARQL, proporciona información semántica sobre los conceptos: etiquetas, propiedades, relaciones jerárquicas y equivalencias terminológicas. Estas consultas se realizan en tiempo real y los resultados se integran dinámicamente en las vistas.

Los datos del CSV se procesan en el servidor para aplicar filtros por fecha, generar subconjuntos o calcular métricas derivadas (por ejemplo, logaritmos o *rankings*). El sistema permite conservar la estructura modular de los datos, actualizándolos fácilmente sin modificar el código.

El sistema se basa en una arquitectura cliente-servidor. En el servidor, los datos se cargan desde un archivo CSV que contiene información estadística por concepto: frecuencia total, fechas de aparición y duración del uso. Estos datos son procesados con funciones PHP y enviados al cliente en formato JSON. Desde el lado cliente, la visualización se realiza mediante HTML y JavaScript, utilizando Plotly.js para los gráficos y DataTables para las tablas. Además, se integra un *endpoint* SPARQL que permite internamente a la aplicación consultar un grafo RDF asociado a los conceptos, recuperando información semántica adicional como etiquetas alternativas, relaciones jerárquicas o agrupaciones temáticas. Esta dualidad permite combinar análisis cuantitativo y estructural.

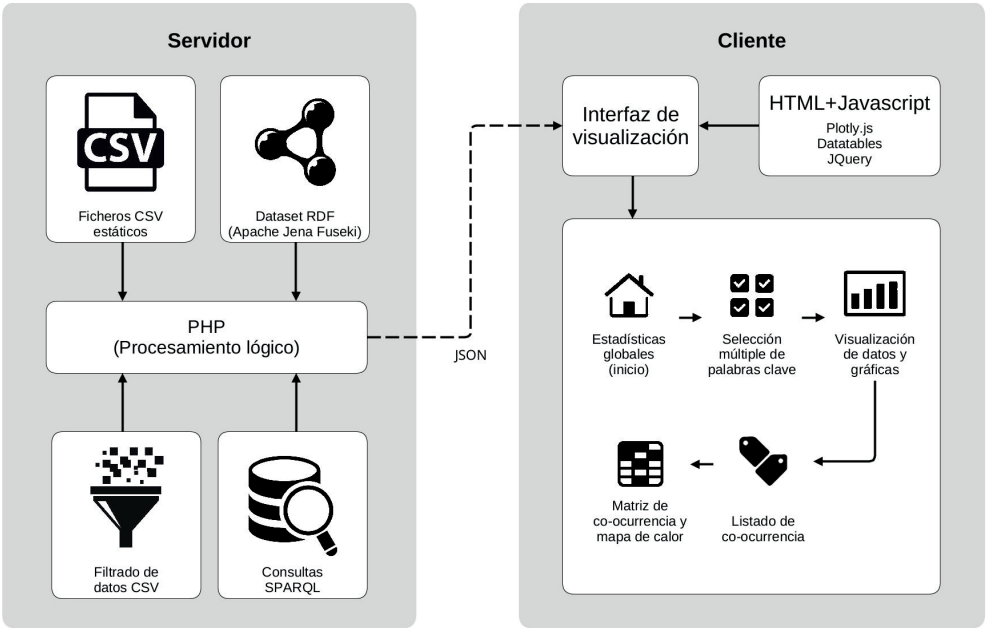


Fig. 5. Arquitectura y flujo de uso de la aplicación
Fuente: Elaboración propia

El usuario accede a la página de inicio, donde se presentan estadísticas generales del corpus de indización: número total de noticias, volumen de términos de indización y distribución temporal. Un histograma muestra la cantidad de noticias por año, mientras que un gráfico de dispersión 3D permite explorar la distribución estadística de conceptos según métricas como frecuencia, dispersión temporal y número de fechas únicas.

Desde allí, puede dirigirse a la sección «KEYWORDS» del menú, donde se presenta una tabla con el listado completo de conceptos. Esta tabla incluye funciones de búsqueda, ordenación y selección múltiple. El usuario puede filtrar conceptos por término o raíz, y seleccionar un conjunto concreto para análisis comparativo.

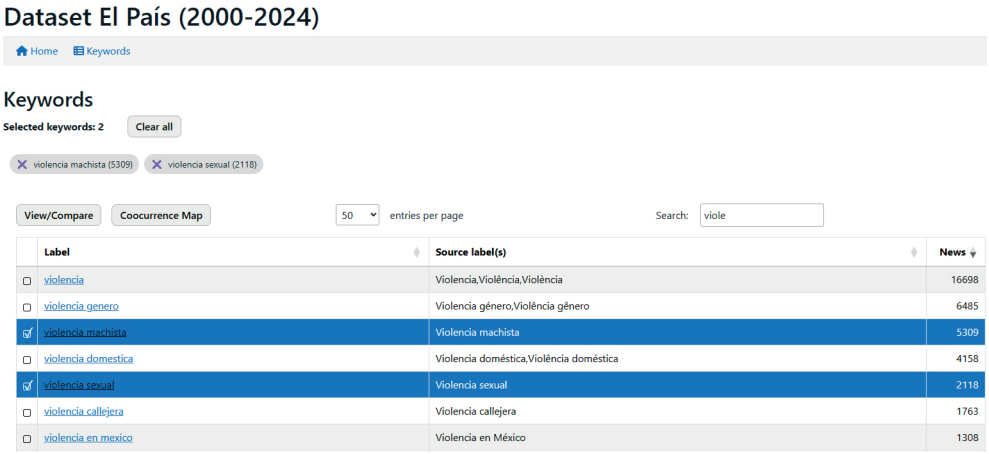


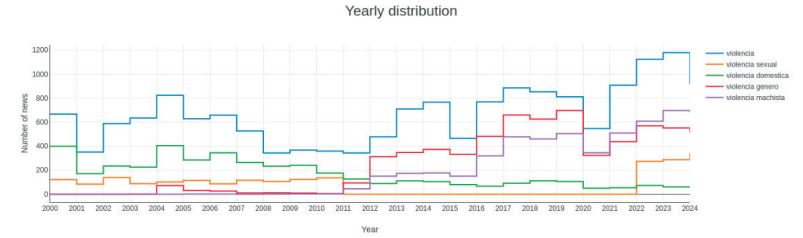
Fig. 6. Filtrado y selección de términos en la aplicación
Fuente: Elaboración propia

Una vez seleccionados los términos, el usuario puede elegir entre las opciones «View/Compare» y «Coocurrence Map» para el conjunto de términos escogidos. Desde «View/Compare» accede a un panel de visualización temporal. Este módulo presenta distintos gráficos comparativos: distribución anual, frecuencias absolutas por intervalo, diferencias de frecuencia y tablas de correlación. También permite analizar periodos de mayor presencia y explorar relaciones estadísticas entre conceptos.

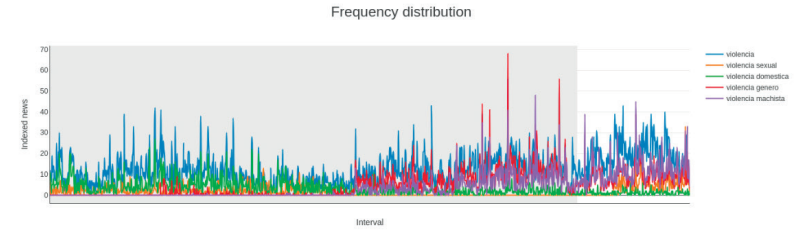
Dataset El País (2000-2024)

Home | Keywords

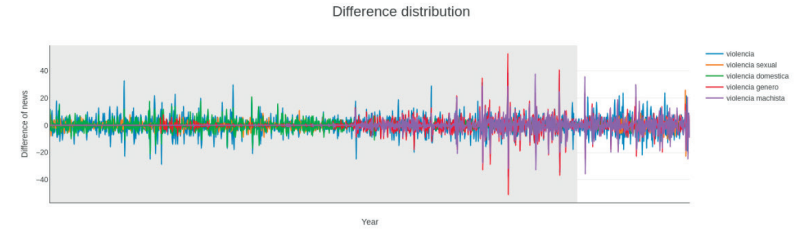
Keyword label	Keyword sources	Main detected period	Indexed news	Co-Keywords
violencia	Violencia, Violência, Violència	130.33	16698	7675
violencia domestica	Violencia doméstica, Violência doméstica	-	4158	2831
violencia genero	Violencia género, Violência gênero	-	6485	4559
violencia machista	Violencia machista	-	5309	3858
violencia sexual	Violencia sexual	45.5	2118	2131



Normalized values



Normalized values



Absolute values | Normalized values | IDTF values | IDTF normalized

Correlations

	violencia	violencia sexual	violencia domestica	violencia genero	violencia machista
violencia	1	0.16083160827013	0.26418148646142	0.56316126305462	0.53372413341902
violencia sexual	0.16083160827013	1	0.067948783998307	0.035951749059554	0.23441353754777
violencia domestica	0.26418148646142	0.067948783998307	1	-0.24021306230661	-0.28060058891644
violencia genero	0.56316126305462	0.035951749059554	-0.24021306230661	1	0.88971088468301
violencia machista	0.53372413341902	0.23441353754777	-0.28060058891644	0.88971088468301	1

Cross-Correlations

	violencia	violencia sexual	violencia domestica	violencia genero	violencia machista
violencia	1 (lag: 0)	0.177256 (lag: 9)	0.264181 (lag: 0)	0.563161 (lag: 0)	0.533724 (lag: 0)
violencia sexual	0.177256 (lag: -9)	1 (lag: 0)	0.076203 (lag: 1)	-0.080999 (lag: 9)	0.234414 (lag: 0)
violencia domestica	0.264181 (lag: 0)	0.076203 (lag: -1)	1 (lag: 0)	-0.336718 (lag: -10)	-0.333781 (lag: 7)
violencia genero	0.563161 (lag: 0)	-0.080999 (lag: -9)	-0.336718 (lag: 10)	1 (lag: 0)	0.889711 (lag: 0)
violencia machista	0.533724 (lag: 0)	0.234414 (lag: 0)	-0.333781 (lag: -7)	0.889711 (lag: 0)	1 (lag: 0)

Fig. 7. Datos comparados de distribución de frecuencias de uso de palabras clave y datos de correlación entre las palabras clave
Fuente: Elaboración propia

En el mismo módulo, el usuario puede seleccionar un término individual y acceder a su vista detallada. Allí se presentan metadatos (como etiquetas fuente, fechas de aparición y número total de noticias), así como un listado de *co-keywords* con los que aparece con más frecuencia.

Desde esta misma vista se ofrece la opción de consultar el mapa de coocurrencias. El usuario elige un término principal y se genera automáticamente una tabla de coapariciones por año con otros conceptos seleccionados, junto con un mapa de calor que representa gráficamente la intensidad de dichas coocurrencias a lo largo del tiempo.

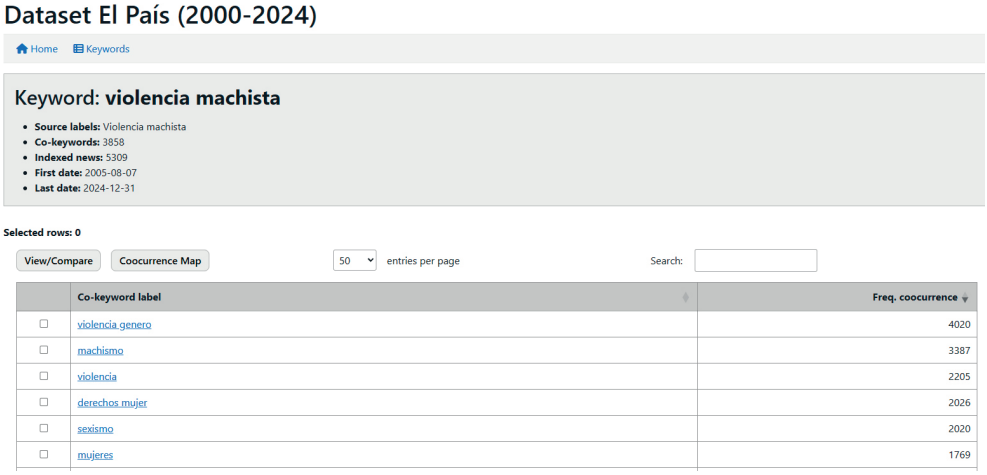


Fig. 8. Metadatos y coocurrencias de un término
Fuente: Elaboración propia

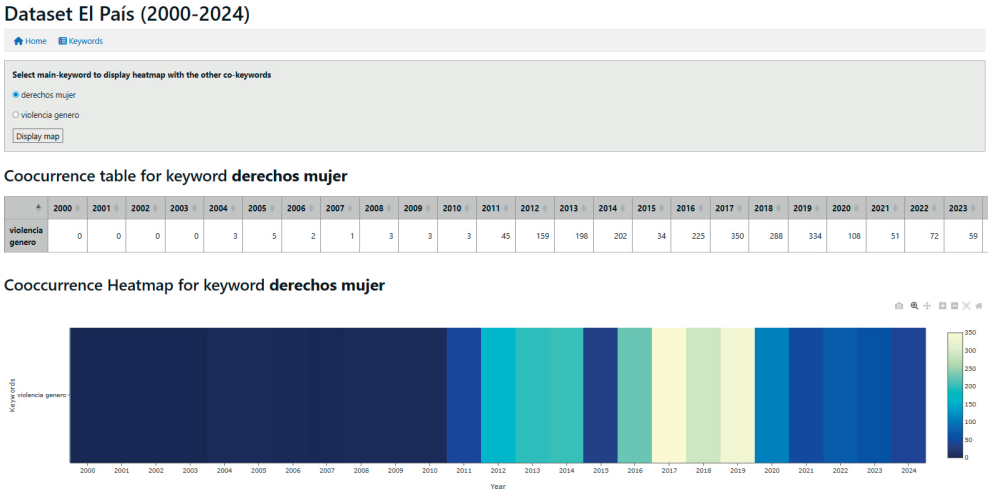


Fig. 9. Mapa de calor de coocurrencias de un término principal
Fuente: Elaboración propia

3. DISCUSIÓN: HACIA UN MODELO DE MÉTRICAS E INDICADORES DE INDIZACIÓN

Además de la creación del corpus descrito se propone una primera aproximación a un modelo de métricas e indicadores para comprender mejor la elaboración de vocabularios y la práctica de la indización, mediante su explotación estadística y visual.

Las infraestructuras de análisis de la producción científica tienen un propósito vinculado a la evaluación de la ciencia, la jerarquización de sus resultados y el análisis de redes de citas y colaboración. Permiten el mapeado temático y la detección de temas emergentes. Dado que muchas herramientas de análisis temático se aplican sobre texto completo, su uso en la indización controlada exige ciertas especificidades.

En este marco, se definen métricas e indicadores que permiten examinar cuantitativamente el uso y evolución del vocabulario en el corpus. La propuesta distingue dos niveles: general del corpus e individual para cada término. Se parte de la diferencia entre métricas (valores observables) e indicadores (combinaciones interpretativas), articulados en torno a dimensiones analíticas. Una misma métrica puede participar en más de una dimensión:

1) Frecuencia de uso: Cuenta cuántas veces aparece un término. Distingue términos comunes y marginales, y sirve como base para otros análisis.
2) Temporalidad y actividad: Analiza cuándo y cuánto tiempo se usa un término. Identifica persistencia, estacionalidad o irrupciones.
3) Densidad de uso: Observa la intensidad del uso a lo largo del tiempo. Permite detectar fenómenos como explosividad o dispersión.
4) Conectividad semántica: Evalúa la coocurrencia con otros términos. Una alta conectividad sugiere redes conceptuales amplias.
5) Rareza y especificidad: Detecta términos muy poco frecuentes, que pueden ser especializados o errores.
6) Evolución léxica: Estudia los cambios terminológicos, como la aparición de nuevos términos, relevante en contextos dinámicos.
7) Cobertura documental: Examina cómo se distribuyen los términos entre documentos, revelando posibles desequilibrios.

A escala global, estas dimensiones permiten abordar aspectos dinámicos del vocabulario y su ciclo de vida. Métricas como el número medio y la mediana de términos por documento reflejan la densidad de anotación y posibles sesgos. La extensión del vocabulario y la frecuencia media por término indican riqueza terminológica y nivel de reutilización.

También se mide el total de apariciones y cuántas son únicas. Estos 'términos raros' pueden reflejar especificidad o inconsistencias. Se derivan indicadores como el índice de contenido exclusivo o el índice de reutilización, que evalúan cómo se comparte el vocabulario y su eficiencia.

La dimensión temporal es clave. El análisis del número medio de días activos por término, o la duración entre primera y última aparición, permite calcular el grado de concentración temporal. Esto revela si un término aparece de forma sostenida o en un corto lapso. También se mide la dispersión temporal y la estabilidad, así como la media de nuevos términos por día, útil para observar el crecimiento y transformación del vocabulario.

En el plano semántico, se analizan coocurrencias. Saber qué términos aparecen juntos permite identificar asociaciones conceptuales. Se calculan métricas como el número medio de términos con los que coocurre cada uno, y se derivan indicadores como conectividad y densidad semántica, que revelan centralidad conceptual.

También se estudia la intensidad del uso. Algunos términos aparecen esporádicamente, otros de forma muy concentrada. Métricas como la frecuencia media por día activo o los días inactivos entre apariciones permiten calcular el índice de explosividad, que mide si el uso es sostenido o abrupto.

A nivel de palabra clave individual, se calculan valores como frecuencia documental, duración de uso o rareza inversa. Este último destaca términos extremadamente infrecuentes. También se incluye el índice de significancia, que combina frecuencia, foco temporal y conectividad para estimar el valor analítico de un término.

La evolución del repertorio terminológico se analiza con la métrica de nuevos términos por día, que permite detectar especialización y transformaciones discursivas en corpus en expansión.

Las Tablas 2 y 3 recogen un inventario de las métricas e indicadores propuestos, su codificación, cálculo. Se diferencia entre las que son obtenidas a nivel de global de conjunto de datos y las de nivel de términos (palabras clave). Al final de cada tabla se incluye un listado descriptivo de cada elemento del modelo.

Tabla 2. Métricas e indicadores a nivel global del *dataset*

Código	Nombre	Cálculo
GM1	total_docs	COUNT(doc)
GM2	keyword_vocab_size	COUNT(keyword)
GM3	total_keyword_occurrences	SUM(KM1)
GM4	avg_keywords_per_doc	GM3 / GM1
GM5	avg_doc_freq	SUM(KM1) / GM2

(*continua na página seguinte*)

Código	Nombre	Cálculo
GM6	avg_active_days	SUM(KM5) / GM2
GM7	avg_timespan_days	SUM(KM4) / GM2
GM8	rare_keywords	COUNT(keyword:doc_freq=1)
GD1	long_tail_ratio	GM8 / GM2
GD2	keyword_reuse_ratio	GM3 / GM2
GM9	avg_cooc_keywords	SUM(KM10) / GM2
GM10	keywords_per_day_avg	SUM(KM1) / SUM(KM5)
GM11	docs_per_day_avg	GM1 / GM7

Fuente: Elaboración propia

- GM1: Total de documentos del *corpus*. Sirve como base para contextualizar las demás métricas y evaluar la intensidad de indización.
- GM2: Número de *keywords* distintas. Mide la riqueza y diversidad semántica del vocabulario usado.
- GM3: Total de asignaciones de términos. Indica la carga global de anotación: valores altos reflejan alta densidad; valores bajos reflejan escasa indización.
- GM4: Media de términos por documento. Evalúa la densidad semántica: valores altos implican detalle; valores bajos indican un etiquetado superficial.
- GM5: Frecuencia media de aparición de cada término en documentos. Mide su reutilización: valores altos indican un vocabulario central; valores bajos indican dispersión terminológica.
- GM6: Media de días en que los términos están activos. Informa sobre la estabilidad temporal: media alta apunta a un léxico persistente; media baja se refiere posiblemente a una aparición efímera.
- GM7: Duración media entre primera y última aparición de los términos. Indica su vida útil: alta, uso sostenido; baja, episodios puntuales.
- GM8: Número de términos que aparecen solo una vez. Refleja rareza: valores altos indican vocabulario específico o poco estandarizado.
- GM9: Media de coocurrencias por término. Mide conectividad semántica: valores altos, vocabulario relacional; bajos, términos aislados.
- GM10: Términos activos por día. Indica vitalidad semántica diaria: alta, riqueza y dinamismo; baja, renovación léxica escasa.
- GM11: Documentos generados por día. Mide la dinámica de crecimiento: alta, productividad sostenida; baja, ritmo lento.
- GD1: Indica cuántas *keywords* se usan solo una vez. Un valor alto sugiere diversidad o falta de control; un valor bajo, vocabulario más reutilizado.
- GD2: Mide la reutilización media del vocabulario. Un valor alto refleja eficiencia; uno bajo, dispersión o escasa coherencia.

Tabla 3. Métricas e indicadores a nivel global de palabras clave

Código	Nombre	Cálculo
KM1	doc_freq	COUNT(doc:keyword)
KM2	first_date	MIN(date:doc:keyword)
KM3	last_date	MAX(date:doc:keyword)
KM4	timespan_days	KM3-KM2
KM5	active_days	COUNT(DISTINCT(date:doc:keyword)
KM6	avg_freq_per_day	KM1/KM4
KM7	usage_density	KM1/KM5
KM8	gap_days_avg	(KM4-KM5)/(KM5-1)
KM9	burstiness_index	KM7/KM6
KM10	cooc_keywords	COUNT(DISTINCT(keyword:keyword)
KD1	temporal_focus	KM5/KM4
KD2	temporal_sparsity	1-KD1
KD3	keyword_stability	KM5/KM1
KD4	semantic_connectivity	KM10/KM1
KD5	semantic_density	KM10/KM5
KD6	rarity_index	1/KM1 o alternativamente LOG(1+1/KM1)
KD7	burst_score	KM9 * (1-KD1)
KD8	significance_index	$SQRT(LOG(1+KM1)^2 + KD1^2 + LOG(1+KM10)^2)$

Fuente: Elaboración propia

- KM1: Número de documentos en que aparece un término. Un valor alto indica uso generalizado; uno bajo, especialización o marginalidad.
- KM2: Fecha de primera aparición. Una fecha temprana sugiere vocabulario fundacional; una reciente, innovación o incorporación tardía.
- KM3: Fecha de última aparición. Si es reciente, el término sigue vigente; si es antigua, puede estar en desuso.
- KM4: Días entre primera y última aparición. Un valor alto indica larga trayectoria; uno bajo, uso puntual o efímero.
- KM5: Número de días únicos con uso del término. Un valor alto muestra constancia; uno bajo, uso ocasional.
- KM6: Frecuencia media diaria en su periodo de uso. Alto valor implica intensidad sostenida; bajo, relevancia limitada.
- KM7: Frecuencia media en días activos. Un valor alto indica concentración puntual; uno bajo, distribución más uniforme.
- KM8: Media de días inactivos entre usos. Alto valor sugiere intermitencia; bajo, regularidad.

- KM9: Índice de explosividad. Un valor alto señala irrupción intensa; uno bajo, uso más estable.
- KM10: Número de términos con los que coocurre. Un valor alto refleja conectividad semántica; uno bajo, aislamiento.
- KD1: Proporción de días activos en su vida útil. Alto valor implica uso concentrado; bajo, disperso.
- KD2: Dispersión temporal (inverso de KD1). Valor alto indica uso irregular; bajo, continuidad.
- KD3: Relación entre días activos y frecuencia. Un valor alto indica estabilidad; uno bajo, uso agrupado.
- KD4: Coocurrencias por aparición. Alto valor denota riqueza contextual; bajo, uso limitado o aislado.
- KD5: Coocurrencias por día activo. Alto valor indica riqueza conceptual; bajo, posible especialización extrema.
- KD6: Rareza inversa del término. Un valor alto lo identifica como poco frecuente; bajo, como común.
- KD7: Explosividad ponderada por dispersión. Alto valor refleja irrupciones temáticas; bajo, evolución gradual.
- KD8: Índice compuesto de frecuencia, foco y conectividad. Un valor alto indica importancia global del término; bajo, escasa relevancia.

La Tabla 4 muestra a qué dimensión del modelo se vincula cada una de las métricas e indicadores definidos, ya sea a nivel global o a nivel de palabra clave.

Tabla 4. Dimensiones del Modelo y sus métricas e indicadores asociados

Dimensión	Métricas asociadas	Indicadores asociados
Frecuencia de uso	GM1, GM2, GM3, GM4, GM5, KM1	GD2
Temporalidad y actividad	GM6, GM7, GM10, GM11, KM2, KM3, KM4, KM5	KD1, KD2, KD3, KD7, KD8
Densidad de uso	KM6, KM7, KM8	KM9
Conectividad semántica	GM9, KM10	KD4, KD5, KD8
Rareza y especificidad	GM8	GD1, KD6
Evolución léxica	GM12	-
Cobertura documental	GM4, GM11	-

Fuente: Elaboración propia

CONCLUSIONES

Este trabajo presenta un enfoque híbrido que combina la construcción conceptual de un modelo con la validación empírica a través de un caso real. La propuesta metodológica se muestra robusta y transferible a otros contextos (colecciones institucionales, científicas o educativas). Se está avanzando en el diseño de una herramienta accesible públicamente que permita importar nuevos *datasets* de indización y obtener automáticamente indicadores y visualizaciones, facilitando así la comprensión de la evolución terminológica en diferentes ámbitos de uso y dominios del conocimiento. Además, esta herramienta pretende fomentar el análisis comparado entre vocabularios y su evolución en el tiempo, fortaleciendo la investigación sobre la organización del conocimiento desde una perspectiva empírica y exploratoria; y que pudiera ser de utilidad para propiciar investigaciones en otras áreas de conocimiento.

La propuesta que presentamos aquí se sitúa en la intersección entre los estudios sobre vocabularios controlados y el análisis cuantitativo de su uso en contextos reales, apoyado en técnicas de visualización de la información. Partiendo de un gran corpus de noticias del diario *El País* (España) que cubre un periodo de 25 años, se propone un modelo para estudiar y visualizar la evolución de los términos de indización, con especial atención a su ciclo de vida, patrones de uso y relaciones semánticas. La propuesta parte de una concepción dinámica de los vocabularios, como entidades vivas que responden a fenómenos sociales, políticos y culturales. Este enfoque permite observar cómo los términos se adaptan, emergen o desaparecen en función del contexto informativo, reflejando así los cambios en la agenda pública y en los marcos de referencia sociales.

Una modelización de estas características ayudaría a hacer más visible lo invisible y podría tener varias implicaciones. Por un lado implicaciones para los propios medios de comunicación, puesto podrían realizar análisis de tendencias temáticas a lo largo del tiempo y comprobar los cambios en los intereses informativos (como por ejemplo, observar cómo la expresión «cambio climático» dejó de ser un simple concepto para ser una sección propia); detección de sesgos editoriales o zonas de silencio (si ciertos temas están ausentes o sobrerrepresentados); o estrategias de contenido y posicionamiento (identificación de nichos temáticos con baja cobertura pero alta relevancia emergente).

Paralelamente, lo que ha sido mostrado presenta perspectivas aplicables en diferentes disciplinas académicas. En Comunicación y Periodismo, pueden enriquecer los estudios de agenda *setting* (los temas importantes para los medios) y *framing* (desde la perspectiva que se cuentan); análisis de cobertura mediática y representación social, evolución del tratamiento de ciertos temas, estudio de transformación del lenguaje, etc. En Sociología, podría aplicarse en los análisis de cambios socioculturales reflejados en los medios, o el estudio de fenómenos como movimientos sociales,

identidad, globalización, etc. Igualmente, en los estudios culturales y de antropología, para la observación de cómo se construyen narrativas culturales en los medios. Y por último, para el área de Biblioteconomía y Documentación y en especial en lo relativo a tareas de mantenimiento y actualización de vocabularios controlados, una modelización de este tipo podría resultar de interés para conocer la evolución terminológica mediante la identificación de conceptos emergentes, terminología obsoleta u observar sinonimias o variantes léxicas; así como para mejorar el control terminológico, analizando la coherencia en la asignación de los términos o tal vez la consistencia terminológica del sistema de indización. Máximo teniendo en cuenta que la indización en el periódico *El País* la realizan tanto los mismos periodistas como documentalistas. Por último, en el ámbito docente, esta herramienta también podría emplearse para actividades prácticas relacionadas con análisis textual, visualización de datos, estudio de coocurrencias o trabajo con ontologías. El hecho de basarse en tecnologías *web* comunes facilita su integración en entornos educativos y su uso sin requerimientos técnicos complejos.

Entre las líneas de desarrollo previstas para este proyecto se contempla la incorporación de nuevos tipos de visualizaciones (como redes de coocurrencias o grafos semánticos), delimitar análisis por periodos temporales establecidos por el usuario, la mejora de la exportación de resultados, la ampliación del corpus a otros medios o idiomas y la optimización del sistema para uso multiusuario. También se prevé ampliar la integración con fuentes de datos externas o sistemas de metadatos interoperables. En especial se contempla enriquecer el *dataset* mediante la tipificación de los términos de indización desde el punto de vista del Reconocimiento de Entidades Nombradas (NER), para estudiar por separado personas, organizaciones, lugares o temas. El sistema se mantiene como una herramienta adaptable, orientada a la exploración de dinámicas conceptuales en corpus extensos de indización y categorización, y puede aplicarse en contextos académicos, institucionales o educativos según las necesidades de análisis y visualización. Otra línea en la que trabajaremos será en la creación de estudios de caso en los que a partir de un acontecimiento o término se puedan explicar las métricas, indicadores y aspectos relevantes para comprender mejor la indización desde la *praxis* y la semántica.

Vivimos una explosión del interés en los estudios analíticos sobre el lenguaje, con un sinfín de aproximaciones metodológicas y librerías de *software*. Es relevante que también nos aproximemos a los lenguajes controlados con nuevas herramientas no solo para observar los resultados, sino también para afinar la *praxis* de la indización (humana y automatizada) y dar soporte a los procesos de construcción de vocabularios y organización de taxonomías.

REFERENCIAS

ALCARAZ-MARTÍNEZ, Rubén, 2025. Beautiful Soupde Python para el raspado web como método para la extracción automatizada de datos. *Infonomy* [En línea]. **2**(3), e25014. ISSN: 2990-2290 [consult. 2025-05-10]. Disponible en: https://infonomy.scimagoepi.com/index.php/infonomy/article/view/95.

BROUGHTON, John, 2008. *Wikipedia: The Missing Manual*. [S.l.]: O'Reilly Media. ISBN 978-0596515164.

CANTOS MATEOS, Gisela, et al., 2013. Estudio comparativo sobre la visualización de redes de co-words a través de los descriptores del Science Citation Index y de Medline. En: *Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano: I Congresso ISKO Espanha e Portugal / XI Congreso ISKO España. Atas.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ISKO, pp. 173-189.

CHÁVEZ, Manuel, 2023. MetaMetrics: prototipo de visualización de la calidad de los metadatos en revistas científicas latinoamericanas publicadas en Open Journal System. *Biblioteca Universitaria: Revista de la Dirección de Bibliotecas de la UNAM* [En línea]. **26**(1), 12-23 [consult. 2025-05-10]. ISSN 0187-750X. Disponible en: https://bibliotecauniversitaria.dgb.unam.mx/rbu/article/view/1466/1425.

Clima y Medio Ambiente. Ceuta da por controlado un vertido de más de 25.000 litros de fueloil en el puerto de la ciudad. *El País* [En línea]. 2024-05-01 [consult. 2025-05-10]. Disponible en: https://elpais.com/clima-y-medio-ambiente/2024-05-01/ceuta-da-por-controlado-un-vertido-de-mas-de-25000-litros-de-fueloil-en-el-puerto-de-la-ciudad.html.

El País. Hemeroteca [En línea]. 2016a. España: El País [consult. 2025-05-10]. Disponible en: https://elpais.com/hemeroteca/2016-01-30/.

El País. Hemeroteca [En línea]. 2016b. España: El País [consult. 2025-05-10]. Disponible en: https://elpais.com/hemeroteca/2016-01-30/2/.

GÁLVEZ, C., 2024. Mapas científicos de la Revista General de Información y Documentación (2005-2022). *Revista General de Información y Documentación* [En línea]. **34**(1), 127-140 [consult. 2025-05-10]. Disponible en: https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/88515.

GARCÍA JIMÉNEZ, Antonio, David RODRÍGUEZ MATEOS, y Beatríz CATALINA GARCÍA, 2019. Estudio sobre la indización/etiquetado y los lenguajes documentales en cinco diarios españoles. *Scire: Representación Y organización Del Conocimiento* [En línea]. **25**(1), 55-64 [consult. 2025-05-10]. Disponible en: https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4579.

GIL-LEIVA, Isidoro, 2025. Indexing. En: David BAKER, y Lucy ELLIS, ed. *Encyclopedia of Libraries, Librarianship, and Information Science* [En línea]. [S.l.]: Academic Press, vol. 2, pp. 514-531 [consult. 2025-05-10]. [S.l.]: Elsevier. DOI: http://dx.doi.org/10.1016/B978-0-323-95689-5.00205-4.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 1985. *ISO 5963-1985: Documentation – Methods for Examining Documents, Determining Their Subjects, and Selecting Indexing Terms*. Geneva: ISO.

LAMBE, Patrick, 2007. *Organising knowledge: taxonomies, knowledge and organizational effectiveness*. Oxford: Chandos Publishing. ISBN 9781843342274.

OLMEDA-GÓMEZ, Carlos, 2014. Visualización de información. *El profesional de la información* [En línea]. **23**(3), 213-219 [consult. 2025-05-10]. Disponible en: https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2014.may.01.

PÉREZ-MONTORO, M., 2025. Annual Overview of the Field of Information Visualization. *Hipertext.net* [En línea]. 30, 203-226 [consult. 2025-05-10]. DOI: https://doi.org/10.31009/hipertext.net.2025.i30.13.

RUBIO LACOBA, María, 2012. Nuevas destrezas documenta-les para periodistas: el vocabulario colaborativo del diario El País. *Trípodos*. 31, 65-78.

RUBIO LACOBA, María, 2007. *Documentación informativa en el periodismo digital.* Madrid: Síntesis.

SAORÍN, Tomás, Juan-Antonio PASTOR-SÁNCHEZ, y María José BAÑOS-MORENO, 2020. Uso de Wikidata y Wikipedia para la generación asistida de un vocabulario estructurado multilingüe sobre la pandemia de Covid-19. *Profesional de la información* [En línea]. **29**(5), e290509 [consult. 2025-05-10]. DOI: https://doi.org/10.3145/epi.2020.sep.09.

SU, Hsin-Ning y Pei-Chun LEE, 2010. Mapping knowledge structure by keyword co-occurrence: a first look at journal papers in Technology Foresight. *Scientometrics*. **85**(1), 65-79.

VARGAS-QUESADA, Benjamín, Zaida CHINCHILLA-RODRÍGUEZ, y Noel RODRIGUEZ, 2017. Identification and Visualization of the Intellectual Structure in Graphene Research. *Frontiers in Research Metrics and Analytics* [En línea]. **2**(oct.), Article 7 [consult. 2025-05-10]. DOI: https://doi.org/10.3389/frma.2017.00007.

VÍLCHEZ-ROMÁN, Carlos, Sol SANGUINETTI, y Mariela MAURICIO-SALAS, 2021. Applied bibliometrics and information visualization for decision-making processes in higher education institutions. *Library Hi Tech*. **39**(1), 263-283.

CAMINHOS LINGUÍSTICO-SEMIÓTICOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

ALEXANDRE ROBSON MARTINES*

Resumo: *A Organização do Conhecimento volta-se para o tratamento da informação em busca de correlacionar linguagem especializada para representar o conhecimento e para representar a informação. É objetivo desta pesquisa analisar teorias da Semiótica para explorar seus fundamentos técnicos e metodológicos para tratar a informação e sua significação inerente aos processos cognitivos que envolvem a organização do conhecimento e a representação da informação. É uma pesquisa qualitativa, teórica e bibliográfica. A Semiótica sistematiza a informação produzida através de discursos e efetiva o processo cognitivo, sistematizando a significação que impacta a classificação e a representação do conhecimento e da informação. A aplicação da Semiótica para o tratamento da linguagem e da informação contribui para ampliar os recursos técnicos e metodológicos da Organização do Conhecimento.*

Palavras-chave: *Organização do Conhecimento; Linguagem; Cognição; Semiótica; Discurso.*

Abstract: *Knowledge Organization focuses on the processing of information in order to correlate specialized language to represent knowledge and information. The objective of this research is to analyze Semiotic theories to explore their technical and methodological foundations for processing information and their inherent significance in the cognitive processes that involve the organization of knowledge and the representation of information. This is a qualitative, theoretical and bibliographical research. Semiotics systematizes the information produced through discourses and makes the cognitive process effective, systematizing the significance that impacts the classification and representation of knowledge and information. The application of Semiotics to the processing of language and information contributes to expanding the technical and methodological resources of Knowledge Organization.*

Keywords: *Knowledge Organization; Language; Cognition; Semiotics; Discourse.*

INTRODUÇÃO

A Organização do Conhecimento direciona suas atividades para a sistematização de recursos, instrumentos, técnicas e métodos voltados para organizar e sistematizar o conhecimento, por isso há a preocupação com o uso da linguagem em busca de instrumentalização da linguagem especializada para estabelecer sistemas de organização do conhecimento, em que o significado é estabilizado a fim de enquadrar os pressupostos temáticos, discursivos e cognitivos em mecanismos comuns a todos os usuários.

* Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho» (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências – Brasil. Email: alexandre.martines@unesp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4524-0978.

Entre as atividades da Organização do Conhecimento, devem-se ser destacadas a classificação, a categorização e a catalogação. Essas atividades desempenham funções de tratamento dos Sistemas de Organização do Conhecimento a fim de correlacionar linguagem com fatores cognitivos, ou seja, há a aplicação da linguagem especializada, fundamentada a partir de terminologia para a constituição de conceitos, os quais, por se tratarem de unidades condensadas de conhecimento, efetivam-se decorrente a processos cognitivos e discursivos na configuração das cenas práticas que os constituem. O conhecimento se efetiva no devir, porém é constituído em processos mentais, que efetivam a experiência e possibilitam a reprodução de saberes em novos contextos.

Além disso, a organização também se volta para o tratamento da informação e, assim, utiliza-se da linguagem para efetivar a representação da informação, por isso há a constituição de procedimentos de organização do conhecimento. Esses procedimentos, embora sejam sistematizados para observar fatores que envolvem a constituição temática de um documento a fim de evidenciar estratégias de representação, fazem uso da linguagem durante o processo de tratamento. Diante disso, o recorte aplicado para fundamentar a indexação é constituído por fatores contextuais, técnico-profissionais, conceitos em relevância e em consistência, os quais se afirmam através da manifestação do discurso, que ativa fundamentos cognitivos que permitem a inter-relação entre linguagem, domínio, comunidade, informação, conceito e conhecimento.

Frente a esse aspecto, em destaque, a importância da linguagem no que consiste à constituição de sistemas de organização do conhecimento e nos procedimentos de organização do conhecimento, é válido refletir acerca de teorias da linguagem e da filosofia da linguagem como estratégias para efetivar caminhos especializados em linguagem para tratar do sentido e da significação. Esse movimento explora os fatores discursivos e cognitivos que impactam na construção do conhecimento, por sua vez na leitura, na análise, na interpretação, na seleção e na fundamentação de normas e diretrizes para elaboração de objetos e sistemas informacionais, os quais providenciam a recuperação da informação.

Nesse sentido, a Semiótica é ramificada em algumas vertentes. Diante disso, evidencia-se a semiótica peirceana, a qual está centrada em uma teoria que visa a compreensão dos fenômenos e dos objetos a fim de evidenciar o papel dos signos na representação, mediação e constituição da semiose e do hábito mental, fatores fundamentais para a aprendizagem e para estabelecer condutas de ação deliberada, bem como de autoajuste e de correção. Outra vertente a se destacar, é a semiótica francesa, a qual se dedica à compreensão dos discursos e como estes constituem o simbólico que representa e medeia a realidade através de cenas práticas, a fim de evidenciar o *ethos* discursivo e as formas de vida que se manifestam através da linguagem.

Nessa perspectiva, é objetivo desta pesquisa analisar teorias da semiótica para explorar seus fundamentos técnicos e metodológicos para tratar a informação e sua significação inerente aos processos cognitivos que envolvem a organização do conhecimento e a representação da informação.

Para tanto, aplicou-se uma metodologia de natureza qualitativa, exploratória, já que busca explorar os fundamentos teóricos da Organização do Conhecimento e das vertentes da Semiótica a fim de aproximar suas bases teóricas e evidenciar pontos de convergência a fim de contribuir para os processos de tratamento que envolvem as práticas da organização do conhecimento. Nesse sentido, a pesquisa também se caracteriza como uma pesquisa básica, bibliográfica e interdisciplinar. Para a realização da coleta, consultaram-se bases de dados como Brapci, Dialnet, Google Scholar, Scielo, como também publicações em eventos como IBERSID, ISKO Ibérico, ISKO Brasil e ENANCIB, além do repositório de teses e dissertações da Capes, recuperando artigos, teses, dissertações e livros, publicados em português, espanhol, francês e inglês. A pesquisa foi baseada em palavras-chave e na composição temática, por isso não se estabeleceu período de coleta ou de publicações. Diante disso, a análise se realizou à base dos conceitos centrais como organização do conhecimento, tratamento da informação, indexação, conceito, classificação, categorização, domínio, comunidade discursiva, tricotomia do signo, tricotomia do objeto, categorias fenomenológicas, interpretante, semiose, hábito, plano da expressão, plano do conteúdo, discurso, percurso gerativo, nível de imanência, nível de pertinência, cenas práticas, *ethos*, formas de vida e cognição. A interpretação ocorreu a partir do inter-relacionamento das teorias e da sistematização dos conceitos, o que permitiu estabelecer avanços através de inferências.

Assim, a presente pesquisa se justifica devido à relevância da linguagem nas práticas da organização do conhecimento, como também da necessidade de estudos especializados sobre a linguagem a fim de contribuir para avanços no tratamento da linguagem e da informação.

1. ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A Organização do Conhecimento se apresenta como um campo técnico-científico dedicado a compreender e a sistematizar o conhecimento através de instrumentos para classificar, categorizar, catalogar, assim contribuir com diversas áreas do saber no processo de organização e representação do conhecimento. Para efetivar suas atividades, a linguagem assume papel central na articulação da informação e nos processos de correlação semântica a fim de estabelecer conexões entre o linguístico e o extralinguístico, por isso analisar aspectos inerentes à cognição se apresenta como um debate em ascensão.

O conhecimento é a grande qualidade do ser humano, pois além do indivíduo aprender com a experiência e, assim, afinar suas habilidades e ser capaz de,

continuadamente, ampliar suas competências sobre o fazer no mundo, o classificar o mundo e, finalmente, o organizar o mundo para que possa pensá-lo, dominá-lo e controlá-lo à medida que há o desenvolvimento da cognição (Martines 2025).

Ações cognitivas constituem uma mente, que é a capacidade de desenvolver, ativar e ressignificar a percepção, a organização das informações, o raciocínio, a memória, a aprendizagem e a ação, os quais de refinam através de ações deliberadas. Desse modo, há a condição de proporcionar a investigação, a inquirição, a avaliação, a correção e o avanço frente àquilo que o mundo oferece à sua condição de existência social, cultural, histórica, política, ideológica e científica (Martines 2025).

Nesse cenário, a informação assume papel cabal, visto que se concentra em uma atividade longínqua até a cognição, ou seja, a informação está alinhavada no despertar, presente na percepção; na identificação dos seres e de suas características, atuante na classificação e na categorização; na construção dos significados e na composição do devir da significação, manifestada na materialização em linguagem (Martines 2025).

A Organização do Conhecimento é «a arena na qual as heurísticas de ordenação de conhecimento são estudadas», ou seja, «é a arena na qual a classificação e a ontologia, os tesauros e o vocabulário controlado, a epistemologia e a confirmação são estudadas e na qual as aplicações são desenvolvidas e testadas» (Smiraglia 2013, p. 1).

Smiraglia (2012, p. 225, tradução livre) afirma que a Organização do Conhecimento é «o domínio em que a ordem do conhecimento é o paradigma principal da investigação científica, cuja aplicação básica é o desenvolvimento de sistemas». Dito isso, há um entrelaçamento entre as teorias da organização do conhecimento e os sistemas de organização do conhecimento (SOC).

Desse modo, «os produtos aplicados resultantes da organização do conhecimento são, por exemplo, as classificações, taxonomias, ontologias e tesauros» (Smiraglia 2012, p. 225). Por seu turno, «os produtos teóricos são as regras para descobrir a ordem natural do conhecimento para impor uma sequência útil no conhecimento descoberto», complementando que «tanto a ciência como suas aplicações dependem de grande medida da teoria do conceito» (Smiraglia 2012, p. 225).

Para Hodge (2000, p. 1), os Sistemas de Organização do Conhecimento têm como objetivo central proporcionar «todos os tipos de esquemas para organizar a informação e promover a gestão do conhecimento». Além disso, «incluem esquemas de classificação e categorização que organizam materiais em um nível geral», somado ao fato de oferecer «vocabulários altamente estruturados, como tesauros» (Hodge 2000, p. 1).

O conhecimento, bem como sua classificação, categorização e o processo de sistematização dos conceitos são os objetos da Organização do Conhecimento, como ainda promover debates, teorias, métodos, prática e técnicas para tratar a informação. Desse princípio, «o conhecimento está relacionado a um processo cognitivo de

interpretação e associação de significados que partem da internalização do que é apresentado e entendido por um indivíduo como realidade objetiva» (Café, Lacruz e Barros 2012, p. 287).

Sob a perspectiva de Hjørland (2008, p. 86), a Organização do Conhecimento «trata de atividades como descrição, indexação e classificação de documentos realizadas em bibliotecas, base de dados bibliográficas, arquivos e outros tipos de instituições de memória». Na versão de Hjørland, é possível reconhecer que o objeto da Organização do Conhecimento não se restringe ao tratamento do conceito e aos aspectos de cognição, mas, sim, é ampliado às atividades voltadas aos documentos.

Ademais, a Organização do Conhecimento, enquanto campo de estudo, volta sua atenção à natureza e à qualidade de processos de organização do conhecimento e «com os sistemas de organização do conhecimento (SOC) usados para organizar documentos, representações de documentos, trabalhos e conceitos» (Hjørland 2008, p. 86).

Como atividades da organização do conhecimento, Hjørland (2016, p. 475) destaca as ações como «descrever, representar, arquivar e organizar documentos, representações de documentos, assuntos e conceitos tanto por humanos quanto por programas de computador». Nessa linha, Hjørland (2016, p. 475) evidencia procedimentos desenvolvidos à base de «regras e padrões, incluindo sistemas de classificação, listas de títulos de assuntos, tesauros e outras formas de metadados».

Nessa linha, Hjørland (2008, p. 86) defende que a Organização do Conhecimento trata da divisão social do trabalho mental, ou melhor, «da organização das universidades e de outras instituições de pesquisa e ensino superior, da estrutura de disciplinas e profissões, da organização social da mídia, da produção e disseminação do conhecimento». Acrescenta-se que é possível classificar em «a organização social do conhecimento» e «a organização intelectual ou cognitiva do conhecimento» (Hjørland 2008, p. 86).

Somado a isso, Mai (1999, p. 547) argumenta que as tarefas da organização do conhecimento «lidam principalmente com a linguagem e significado; portanto, qualquer teoria de organização e representação do conhecimento deve incluir explicitamente teorias de linguagem e/ou significado». Nessa perspectiva, entende-se que a linguagem documentária assume ponto fundamental nas tratativas, pois assume o papel de interconexão entre sistema e usuário.

Diante disso, a Organização do Conhecimento deve assumir alguns critérios para tratamento de conceitos, análise dos aspectos cognitivos, bem como a linguagem documentária e os processos de representação que envolvem a classificação, a categorização, a análise e o tratamento e a indexação. Nesse processo, a linguagem assume papel fundamental, pois o conceito é materializado em linguagens documentárias — como os tesauros, taxonomias e cabeçalhos de assunto — as quais são sistematizadas

a partir de um arcabouço terminológico e as relações semânticas que estabelecem, fundamentadas na lógica e nos princípios da semântica lexical de uma língua, assim configurando-se como sistemas de organização do conhecimento (Martines 2025).

Em suma, a Organização do Conhecimento explora diversos fatores relacionados à linguagem para efetivar a sistematização e os diversos procedimentos que envolvem a constituição do conceito, a correlação informação, realidade, mente e linguagem, bem como os instrumentos para organizar o conhecimento. Por isso, somados aos fatores lógicos aplicados à semântica e aos recursos epistemológicos alinhavados ao domínio, fatores de ordem semiótico-discursiva contribuem para explorar aspectos de sentido e significação presentes nos documentos, os quais são capazes de demonstrar pluralidade nos recursos informacionais.

2. SEMIÓTICAS: ASPECTOS LÓGICOS, DISCURSIVOS E COGNITIVOS

O conhecimento não é algo estanque e simplesmente definido por conceitos. Os conceitos são unidades condensadas de conhecimento, envolvem conjuntos complexos de informação e experiência, assim os conceitos não são elementos linguísticos, mas, sim, cenas práticas, decorrentes da relação mente, linguagem, experiência, lógica e fenômeno. Portanto, aspectos cognitivos são determinantes para efetivar parâmetros capazes de definir as propriedades e atributos dos conceitos, bem como os fatores discursivos são ativos que potencializam a performance dos construtos na realização da informação que contextualiza o conhecimento.

Nessa linha, é válido pensar nas possibilidades em tratar a linguagem como instrumento de construção de sentido e de significação, por conseguinte de semioses. Logo, a linguagem atua como elemento central na constituição dos percursos cognitivos que envolvem a aprendizagem, classificação, construção de raciocínio e investigação sobre a realidade que perfaz o ato de nomear, definir, descrever, expor, argumentar e sistematizar a forma como as mentes aprendem e organizam o mundo.

A interação humana com a realidade é o caminho para se constituir o conhecimento. O conhecimento não é um dispositivo de ordem natural, mas, sim, de ordem cultural, construído na arena simbólica da alteridade. Por isso, ao se tratar de avanços humanos acerca do conhecimento, é preciso enfatizar a importância dos aspectos sociais presentes nas trocas, nas dúvidas, nos questionamentos, nos acordos e, principalmente, como toda essa dinâmica se realiza através da simbólico (Martines 2025).

Para Peirce, efetivamente, o signo pode ser definido como «aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém» (Peirce 2017, p. 46). Outrossim, «dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo» (Peirce 2017, p. 46). Além disso, Peirce (2017, p. 46) complementa

ao dizer que «o signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que eu, por vezes denominei fundamento do representamen».

Assim, «um signo, ou representamen, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez, um signo mais desenvolvido» (Peirce 1994 [1931-1935, 1958], não paginado, [CP 2.228]).

Para Peirce (1994 [1931-1935, 1958], não paginado, [CP 6.347]), «um signo se esforça para representar, pelo menos em parte, um Objeto, que é, portanto, em certo sentido, a causa, ou determinante, do signo». Somado a isso, afirmar que um signo representa «seu Objeto implica que ele afeta uma mente, e assim a afeta como, em algum aspecto, para determinar nessa mente algo que é mediatamente devido ao Objeto», por isso «essa determinação da qual a causa imediata, ou determinante, é o Signo, e da qual a causa mediata é o Objeto pode ser denominada Interpretante» (Peirce 1994 [1931-1935, 1958], não paginado, [CP 6.347]).

Signo como *representamen* está implicado no signo como objeto, sendo este que conduz à experiência e amplia o contato, embora um signo não possa representar um objeto ou fenômeno em sua totalidade, pois já seria o próprio objeto. Por sua vez, o signo interpretante é resultante das apreciações experienciadas e como o objeto afeta a mente, estabelecendo uma mediação em direção à semiose e aos fatores cognitivos, ou seja, uma mente sempre estará aberta ao devir, pois pensa por signos, e signos nunca estarão completos.

Com efeito, é certo que o signo, por sua vez, é formado por um diagrama inicial: representamen, objeto e interpretante, sob os quais se formam novos diagramas, também triádicos para evidenciar as suas relações com as categorias fenomenológicas. Assim, sob o *representamen* há a configuração de uma tríade: qualissigno, sinsigno e legissigno; para o objeto: ícone, índice e símbolo; para o interpretante: rema, dicente ou dicissigno e argumento (Peirce 2017).

A construção semiótica peirceana está inserida em uma arquitetura filosófica, em que se fazem presentes as categorias fenomenológicas, que se apresentam frente ao sensível da experiência entre o mundo interno e o mundo externo, ou melhor, entre o mundo dos signos, o mundo dos objetos e o mundo da mente que aprende. Dessa maneira, Peirce defende, na elaboração dos fundamentos da Semiótica, que «os objetos representados pelos signos são também signos, com a diferença de que os objetos precedem os signos num processo semiótico, que ele definiu como semiose» (cit. por Nöth e Santaella 2017, p. 15). Ademais, «o objeto do signo é também um signo porque o universo das coisas se apresenta a nós por meio de signos» (Nöth e Santaella 2017, p. 15).

Os signos são instituições que medeiam o objeto, que está na natureza, e uma mente, que pode ser integrante da natureza ou de uma cultura. Essa relação estabelece um tipo de crença. Desse modo, Peirce (2008, p. 141) afirma que a crença «depende cada vez mais da observação dos fatos. Se se encontrar uma notável e universal ordenação no universo, deve haver alguma causa para tal regularidade, e a ciência tem de considerar qual hipótese poderia dar conta do fenômeno».

A generalidade de que se apropria a mente na compreensão das coisas do mundo se estabelece através dos fundamentos da lógica, visto que «se pudéssemos achar alguma característica geral do universo, algum maneirismo nos modos da natureza, alguma lei aplicável em todo lugar e universalmente válida, tal descoberta forneceria uma tão singular ajuda para nosso raciocínio futuro» (Peirce 2008, p. 142) de tal modo que a mediação poderia caminhar para a regularidade.

Além disso, a lógica persiste no processo de mediação, já que o objeto afeta a mente e a ela oferece um sentido, o qual deve ser analisado e testado pela própria propriedade do objeto, como também seus atributos, os quais em resistência diante da experiência colateral amplia as informações que afetam a mente *ad infinituum*, ou seja, a mente está em signo e o signo está em um contínuo de sentido, gerador de semioses, os quais atualizam o hábito e ampliam o conhecimento, oferecendo caminhos para constituir uma conduta que age frente ao devir.

Trata-se de uma filosofia que possui como fim descobrir o que é verdadeiro, o papel da inferência é fundamental para alcançar esse objetivo, pois ela decorre da experiência, que intrinsecamente está voltada para a observação, para a ação, para a generalização, as quais efetivam a autoconduta e ações deliberadas no devir referente à aplicação e ao reconhecimento da verdade. Portanto, essa ação evolui consoante às categorias universais da experiência, perpassando pela contemplação do seu fim em si mesmo e ao que possa, nessa evolução, ser conduzido pelo pragmatismo.

Por seu turno, a semiótica de linha francesa ganha dimensão teórica e epistemológica com os apontamentos do lituano Algirdas Julius Greimas (1917-1992). De fato, trata-se de um seguimento advindo dos apontamentos teóricos de Ferdinand de Saussure sobre o signo, por conseguinte, sobre a linguagem e os aspectos que envolvem o sentido. Somado a isso, a semiótica francesa se posiciona como continuidade dos aspectos explorados por Louis Hjelmslev (1899-1965), em destaque, o plano da expressão e o plano do conteúdo e como a correlação desses planos formatariam uma semiótica, ou seja, a transformação na significação.

Em busca da apresentação desses fenômenos de interiorização do mundo exterior através do embate entre o plano da expressão e o plano do conteúdo, Greimas (1975) apresenta um modelo constitucional da significação, o qual enquadra o percurso gerativo do sentido. O percurso gerativo de sentido é constituído de três estruturas: a estrutura fundamental, a estrutura narrativa e a estrutura discursiva. A estrutura

fundamental do texto evidencia a relação lógica entre os elementos semânticos apresentados no texto.

Em outra perspectiva acerca dos avanços da semiótica francesa, outro discípulo de Greimas, Jacques Fontanille (2008; 2012), apresentou uma abordagem para tratar da significação e do discurso, denominada percurso gerativo da significação, a qual defende que o conteúdo é acessado devido aos níveis de imanência presentes no plano da expressão.

Diante disso, Fontanille (2008) apresenta um conjunto de procedimentos para explorar os níveis de pertinência do texto, os quais conduzem a uma análise mais detalhada dos elementos que compõem o discurso. Desse modo, essa teoria apresentada é denominada práticas semióticas, as quais evidenciam o *ethos* discursivo, que se constrói mediante às formas de vida e, assim, se estabelece a semiótica discursiva.

Sob esses aspectos semióticos, o sentido manifestado é aquele reconhecido, estabelecido, estabilizado, por isso caracteriza-se como realizado, pois o percurso semiótico já chegou a um resultado, isto é, a uma semiose, ou seja, em relação ao processo de representação, o texto é ao mesmo tempo enunciado (informação), suporte (objeto) e veículo (enunciados, enunciação e discursos), produzido a partir de regras internalizadas, isto é, uma práxis específica de um campo.

É nesse tipo de percepção, no sensível, que se reconhece que o texto também traz informações de outros domínios científicos ou de domínios culturais, através da intertextualidade e da interdiscursividade, os quais são detentores de discursos fragilizados, apagados, esquecidos ou marginalizados, mesmo porque a possibilidade de haver muitos mais elementos não explorados nos níveis de imanência é grande, pois normas, políticas e protocolos delimitam a práxis, consequentemente, a significação, que, potencialmente, pode revelar muito mais detalhes sobre a informação presente em um texto.

Assim, pode-se considerar a significação «não como dependente apenas do texto, do enunciado, mas decorrente de dados extralinguísticos», além das *nuances* de representação da realidade, também é possível analisar noções de precondições da significação: «valências, estesias, protensividade e devir, afeto, andamento, espaço tensivo, práxis enunciativa, modos de presença, interações e níveis de pertinência», sendo este último marcado pelas «práticas, estratégias, formas de vida e cultura» (Diniz e Portela 2008, p. 12).

Para tratar da significação sob o viés das práticas semióticas, dois fundamentos são necessários para a articulação do sentido: o princípio de imanência, fundamental para promover a análise de todos os elementos que se relacionam na composição da esfera analisada, recriando semanticamente aquilo que converge e se conecta, partindo da forma para revelar a significação de seu conteúdo.

Há os níveis de pertinência, os níveis que sistematizam a prática semiótica em seis estágios, os quais partem do signo em sua concepção inicial como tema e figura, até alcançar as formas de vida, conjunto de fundamentos simbólicos que evidenciam a simbologia por trás de atos, condutas e experiências ao lidar com as coisas do mundo, fator constituído através dos objetos e cenas práticas, cuja perspectiva é revelar o fazer semiótica e a significação nessa interação. Com isso, esses fatores retratam a atuação das práticas semióticas sob um viés organizado e metodológico, fator importante no tratamento daquilo que nem sempre é material.

O princípio de imanência pode ser compreendido como uma análise modalizadora, lógica, em busca da compreensão de fatores metodológicos. Entretanto, é importante compreender que o princípio de imanência não equivale a uma análise comum, ou seja, é este princípio que permite a existência de uma teoria narrativa, esquematizada, da qual se extrai os elementos predicativos e modais, além das paixões, em condições de serem mensurada pela semiose e não apenas tratada como fatores psicológicos, portanto no princípio de imanência, «perfila-se uma hipótese forte e produtiva, segundo a qual a própria práxis semiótica (a enunciação em ato) desenvolve uma atividade de esquematização, uma metassemiótica interna, pela qual podemos apreender o sentido» (Fontanille 2008, p. 18).

As formas semióticas são resultadas da aplicação do princípio de imanência em cada nível gerativo de significação, consequentemente essa relação é responsável por estabelecer percursos de geração de experiências, sendo estas suscetíveis à evolução da significação, portanto responsáveis pela geração de semiótica-objetos, cada qual sendo avaliado em seu nível, mas podendo interagir com níveis inferiores e superiores (Fontanille 2008).

O percurso gerativo da expressão demonstra alguns fatores importantes, como entender que a significação não é algo pronto ou uma coisa que possa ser entendida como limites na possibilidade de interpretação. Diferentemente, a significação potencializa caminhos de interpretação conforme a condução dos elementos que se efetivam dentro de uma semiótica-objeto mediante a análise de imanência e a evidência desses elementos conforme transita na análise dos níveis de pertinência.

O discurso garante, através da ideia de coerência, a unidade significativa, enquanto é no nível do texto que ocorre a polifonia, também podendo ser denominada de «pluri-isótopos» (Fontanille 2012, não paginado). Porém, em uma análise que leva em consideração os processos textuais somados aos aspectos discursivos, os aspectos discursivos permitem controlar a polissemia, pois é possível «conciliar a pluri-isotopia do texto com a coerência discursiva» (Fontanille 2012, não paginado).

As práticas semióticas demonstram como o texto é direcionado pelos níveis de imanência, bem como o plano da expressão ganha destaque na incumbência de revelar o todo que cada nível de pertinência oferece, ou seja, para cada nível de

pertinência há um conjunto de elementos do sentido decorrente à imanência da expressão. Portanto, prosseguir pelo percurso gerativo da expressão é analisar como as cenas práticas se executam a partir de estratégias, as quais revelam as formas de vida, por conseguinte estas se manifestam através da consolidação de um *ethos*.

O *ethos* discursivo revela marcas simbólicas das formas de vida e, com isso, aponta como as cenas práticas são realizadas, visto que há a incidência de uma conduta inerente aos valores e aos procedimentos presentes nas formas de vida, ou seja, a enunciação marca esses valores na superfície do texto, assim o enunciado, através da isotopia, revela as figuras e os temas que compõem o cenário. Essas figuras e temas, imersos na construção da aspectualização apresentam as estratégias de conduta através do discurso.

Por sua vez, o discurso reverbera a atuação do ser humano na organização das coisas do mundo. As escolhas e as disposições representam uma organização simbólica, assim a aspectualização conduz, na manifestação do discurso, a atuação das formas de vida, com isso indica quais fatores são congruentes a determinados grupos e como os interdiscursos se realizam conforme os cenários científicos e culturais. Nesse aspecto, o simbólico, devido à atuação dos discursos, ganha a dimensão social, pois esses valores precisam ser compartilhados para executar a significação.

3. ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E SEMIÓTICA: CAMINHOS PARA TRATAMENTO DA LINGUAGEM

A linguagem é um recurso humano fundamental para sistematizar as dinâmicas, as demandas, as complexidades das atividades humanas e organizar a realidade, além de proporcionar estratégias para o desenvolvimento humano, seja em níveis intelectuais, seja acerca das percepções, seja sobre as habilidades sociais e as competências de intervenção.

Além disso, é a informação que também estimula o comportamento, acionando estratégias cognitivas de ação perante as situações e, consequentemente, aciona os aspectos lógicos, responsáveis pela compreensão das circunstâncias, que ativam parâmetros de conduta, já previstos, em níveis cognitivos, decorrente das experiências anteriores, assim recupera-se o conhecimento para tomada de decisões em devir.

Nesse sentido, a correlação percepção e cognição possibilita que a informação seja compreendida, assim direcionando reflexões, saberes, análises e críticas. A informação é fundamental para a interação social e no bojo da cavidade simbólica, a informação se perfaz como detentora de motivações para que os aspectos sociais, culturais, históricos, políticos e científicos evidenciem o caráter das trocas simbólicas do grupo, da comunidade e de cada integrante.

A informação age no social e afeta o individual, por isso o processo cognitivo inerente ao processo de significação é tão fundamental para a aprendizagem e, assim,

torna-se condutor das estratégias de organização do conhecimento diante de sistemas voltados para direcionar a sistematização dos diversos saberes, cujo fim é organizar a informação em recursos estratégicos para sua representação, armazenamento e recuperação.

A relação entre informação, linguagem, conhecimento é extremamente intrínseca a todos ao considerar os fatores cognitivos. Destaca-se que os estudos acerca da linguagem se iniciaram na linguística, destacando a forma, as bases estruturais da língua, por conseguinte os avanços sobre seus desdobramentos mentais e psíquicos foram sendo apresentados posteriormente.

A semiótica peirceana contribui para o tratamento da informação, reconhecimento dos tipos de raciocínio, dos aspectos que representam e medeiam a informação, além de apresentar o pragmatismo como recurso para verificação lógica dos preâmbulos que constituem o hábito mental e aferem à conduta, como sua correção e ajuste frente ao devir. Somado a isso, a semiótica peirceana também pode colaborar com os procedimentos que envolvem a configuração dos sistemas de organização do conhecimento, em destaque, a organização e a sistematização dos conceitos, como também direcionar as dinâmicas que envolvem a elaboração de linguagem documentária, oferecendo-lhe caminhos para evidenciar sua natureza como representação e mediação da informação.

Já a semiótica greimasiana volta-se, com efeito, para reflexões acerca dos procedimentos de organização do conhecimento, pois seu objeto central é a análise de discursos, bem como a configuração do enunciado e da enunciação. Nesse aspecto, pode contribuir com as atividades que envolvem a análise e o tratamento documental. Através da aplicação da Semiótica, reconhecem-se as marcas da enunciação que interferem na construção do sentido, principalmente naquilo que tange à adequação da intencionalidade com as necessidades do domínio e como os textos-documentos refletem o posicionamento das comunidades discursivas.

Além disso, a análise do enunciado permite observar a presença de camadas de sentido que perfazem diferentes recortes temáticos. Desse modo, pode ampliar a discussão sobre as políticas que envolvem as práticas de representação, não para manter a crença de que um único roteiro é suficiente para representar a informação manifestada no documento, mas, sim, para ampliar a discussão acerca daquilo que não está sendo representado e como isso pode gerar prejuízos de representatividade, de posicionamentos sociais, políticos ou históricos, enfraquecendo os discursos, ou ainda gerando apagamentos.

Nesse sentido, a semiótica francesa apresenta a concepção de *ethos* discursivo e formas de vida, fatores que podem conectar as práticas, as ações aos discursos, portanto ao simbólico constituído de modo sociocognitivo, pois esclarecem os jogos de linguagem que caracteriza um segmento cultural ou científico, assim aproximando-os

às premissas do domínio e de como sua análise reverbera as necessidades sociais dos grupos manifestantes.

Sob a égide da semiótica peirceana, a mediação da realidade se perfaz por estratégias lógicas que se constituem a partir do signo e sua relação com o objeto, assim como a relação do objeto com o interpretante. A tríade do signo aplicada às fundamentações das categorias fenomenológicas constitui a semiose. A semiose, por sua vez, como efeito cognitivo, é responsável pela constituição do hábito mental, como ainda a sua atualização conforme à evolução das experiências. Nesse contexto, há a constituição da conduta, a qual submetida às *nuances* do pragmatismo pode ser corrigida e ajustada frente ao autocontrole de uma mente frente ao devir.

Por seu turno, a mediação da realidade também pode ser organizada por estratégias discursivas, por isso é interessante a aplicação das práticas semióticas (semiótica francesa) a fim de reconhecer a relação do sensível (forma) e o sujeito, que através das cenas práticas e da interação com os objetos constituem os discursos, os quais são manifestados através de estratégias que se viabilizam pelo *ethos* discursivo, o qual expõe rituais, procedimentos, processos, protocolos, hábitos e repetições do simbólico que afetam o comportamento e direcionam a conduta conforme os valores inseridos na construção das formas de vida, as quais evidenciam maneiras de agir dos integrantes de uma determinada comunidade e são afetados pelo simbólico através de práticas sociocognitivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Semiótica está presente em todas as circunstâncias que envolvem o tratamento da significação, pois a significação, assim como o signo, é objeto central de seu estudo, como ainda os aspectos que afetam uma mente no processo de aprendizagem, ou seja, trata também da percepção, da cognição, da conduta, do modo como uma mente age ou é afeta ou modelada pelo discurso, como ainda atua sobre as tomadas de decisão, somando-se a todos os aspectos que constituem o simbólico. Desse modo, fatores relacionados à constituição do conceito, à formulação das linguagens documentárias, à análise e tratamento documental, às técnicas e estratégias para sistematizar a leitura profissional e a escolha de descritores, como ainda aos direcionamentos e apontamentos que constituem políticas de atuação profissional em relação à linguagem.

Em condições lógicas de atuação, o conceito modela a compreensão da realidade através da força discursiva, pela constituição de seus cenários, contextos, objetos e valores, assim uma mente afetada pelo conceito pode interagir com esses instrumentos de composição da realidade e mediá-la, portanto seu traço lógico permite que o conceito seja identificado, estudado, classificado e definido. Nessa perspectiva, é no processo de discursividade que se descrevem seus atributos através da predicação. No universo humano, o objeto é, contudo, a linguagem que o faz ser.

A semiótica peirceana evidencia as categorias fenomenológicas que conferem a manifestação do sensível, ou seja, a análise e o tratamento da informação se constituem em um estágio de secundidade, pois efetiva-se um confronto com o texto-documento que se apresenta como uma resistência frente ao leitor profissional. Esse conflito se dissipa quando fatores inerentes à atuação dos interpretantes posicionam as informações em terceiridade. A terceiridade também está presente nos processos de extração e seleção de descritores, como também orienta as normalizações e as políticas, visto que é na terceiridade que se apresentam fatores relacionados à conduta.

Já a semiótica francesa demonstra que o discurso é um ponto central para tratar a significação. No entanto, é preciso que haja aprimoramento na aplicação de métodos que fundamentam suas atividades na leitura e na interpretação, assim garantindo a eficácia na extração de suas informações a serem transpostas em linguagem documentária. Dessa forma, apontam-se metodologias, práticas e procedimentos para representar aquilo que está estabilizado e registrado, ou melhor, há normas, políticas e protocolos, ou seja, uma práxis sedimentada no processo laboral.

Não é simples o tratamento da significação, visto que a articulação dos elementos durante a curadoria do documento no momento da análise, ou seja, em termos semióticos, será tratado de níveis de imanência, pode alterar os resultados, a depender das categorias, ou das estratégias durante a leitura, da análise e do tratamento em todo seu percurso, já que o reconhecimento dos elementos que perfazem os níveis de imanência é de natureza cognitiva, decorrente da pragmática, ou seja, depende de como o texto ativa o conhecimento do leitor.

O tratamento documental está atrelado ao texto e ao discurso, às operações cognitivas do seu autor, do profissional da informação e do usuário. A prática recai nas decisões do profissional responsável pela representação, estando este sob a égide das políticas de normalização, dos procedimentos metodológicos da organização do conhecimento, como campo, epistemologia, metodologia e práticas profissionais.

As formas de vida representadas nos documentos apresentam o potencial de esclarecer a conduta dos conceitos em sua aplicabilidade no documento e como se ajustam às necessidades do domínio. Diante de tal prática, importa garantir que a Organização do Conhecimento seja conformativa à representatividade e atenda aos domínios envolvidos. Ao atingir o nível das formas de vida para reconhecer as trocas simbólicas, alcança a esfera social e seus valores.

REFERÊNCIAS

CAFÉ, L. M. A., M. C. A. LACRUZ, e C. M. BARROS, 2012. Organização do conhecimento: análise conceitual. Em: *Actas del X Congreso de ISKO-España*. Ferrol: ISKO, pp. 283-302. ISBN 978-84-9749-535-6.

DINIZ, M. L. V. P., e J. C. PORTELA, 2008. *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: UNESP/FAAC.

FONTANILLE, J., 2012. *Semiótica y literatura: ensayos de método*. Trad. de Desiderio Blanco. Lima: Universidad de Lima, Fondo Editorial.

FONTANILLE, J., 2008. Práticas semióticas: a imanência e pertinência, eficiência e otimização. Em: M. L. V. P. DINIZ, e J. C. PORTELA, org. *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: UNESP/FAAC.

GREIMAS, A. J., 1975. *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Trad. de Ana Cristina Cruz Cezar et al. Petrópolis: Vozes.

HJØRLAND, B., 2016. Knowledge organization (KO). *Knowledge Organization*. **43**(6), 475-484.

HJØRLAND, B., 2008. What is knowledge organization (KO)? *Knowledge Organization*. **35**(2-3), 86-101.

HODGE, G., 2000. *Systems of knowledge organization for digital libraries: beyond traditional authority files*. Washington: Council on Library and Information Resources.

MAI, J-E., 1999. A postmodern theory of knowledge organization. Em: *Proceedings of the 62nd ASIS Annual Meeting* [Em linha]. Medford, NJ: Information Today, pp. 547-556 [consult. 2025-01-04]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/294226582_A_postmodern_theory_of_knowledge_organization.

MARTINES, A. R., 2025. *Caminhos linguístico-semióticos para a organização do conhecimento: significação, cognição e tratamento da linguagem*. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista.

NÖTH, W., e L. SANTAELLA, 2017. *Introdução à semiótica: passo a passo para compreender os signos e a significação*. São Paulo: Paulus.

PEIRCE, C. S., 2017. *Semiótica*. 4.ª ed. Trad. de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva.

PEIRCE, C. S., 2008. *Ilustrações da lógica da ciência*. 2.ª ed. Trad. de Renato Rodrigues Kinouchi. Aparecida: Ideias & Letras.

PEIRCE, C. S., 1994 [1931-1935, 1958]. *The Collected papers of Charles Sanders Peirce*. Ed. C. Hartshorne e P. Weiss (vol. 1-6), e A. Burks (vol. 7-8). Cambridge, MA: Harvard, 8 vols.

SMIRAGLIA, R. P., 2013. Domain coherence within knowledge organization: people, interacting theoretically, across geopolitical and cultural boundaries. Em: *Proceedings of the Annual Conference of CAIS / Actes du congrès annuel de l'ACSI* [Em linha]. Victoria, British Columbia: CAIS/ACSI [consult. 2024-03-27]. DOI: https://doi.org/10.29173/cais601.

SMIRAGLIA, R. P., 2012. Knowledge organization: some trends in an emergent domain. *El Profesional de la Información* [Em linha]. **21**(3), 225-227 [consult. 2024-03-27]. DOI: https://doi.org/10.3145/epi.2012.may.01.

A DIMENSÃO ÉTICA DO PENSAMENTO LÓGICO E CATEGORIAL EM SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: RELATOS DE PESQUISA SOBRE A MICROANÁLISE DA TERMINOLOGIA SOBRE GÊNERO NA *AGENDA 2030*[*]

GUSTAVO SILVA SALDANHA[**]
FERNANDA DO VALLE GALVÃO DEBETTO[***]
GRACIANE SILVA BRUZINGA BORGES[****]
MAYARA OLIVEIRA SILVA GONÇALVES[*****]

Resumo: *À luz da ética intercultural da informação, conceito proposto por Rafael Capurro, este trabalho descritivo, aplicado, de procedimento documental e de abordagem qualitativa, analisa, em uma perspectiva conceitual, categorial e semântica, o discurso da Organização das Nações Unidas sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 5, segmentado no tema Igualdade de Gênero. O estudo é fruto de pesquisa ampla desenvolvida no Brasil com ênfase na Agenda 2030 para identificação, seleção e estruturação de conceitos para formulação de expressões de busca e pré-teste de organização de vocabulário controlado. A partir da análise de assunto, discorre sobre as limitações de teorias do conceito embasadas na univocidade da significação, tendo em vista o caráter político conciliatório da Organização das Nações Unidas, refletido na agenda assumida pelos 193 países membros, dadas a multiculturalidade e as variadas interpretações sobre gênero.*

Palavras-chave: *Classificação; Sistemas de Organização do Conhecimento; Estudos de gênero; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.*

Abstract: *In the light of the intercultural ethics of information, a concept proposed by Rafael Capurro, this descriptive, applied, documentary and qualitative study, analyzes, from a conceptual, categorical and semantic perspective, the discourse of the United Nations on Sustainable Development Goal number 5, segmented into the theme of Gender Equality. The study is the result of extensive research carried out in Brazil with an emphasis on Agenda 2030 to identify, select and structure concepts for formulating search expressions and pre-testing the organization of controlled vocabulary. Based on subject analysis, it discusses the limitations of concept theories based on the univocity of meaning, in view of the conciliatory political character of the United Nations Organization reflected in the agenda assumed by the 193 member countries, given the multiculturalism and varied interpretations of gender.*

Keywords: *Classification; Knowledge Organization systems; Gender studies; Sustainable Development Goals.*

---

* A pesquisa recebeu financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

** Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBIC) – Brasil. Email: gustavosaldanha@ibict.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7679-8552.

*** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – Brasil. Email: fernandavalle@unirio.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4156-027X.

**** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Brasil. Email: gracianebruzinga@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6677-9702.

***** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Brasil. Email: mayara.biblio@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8746-2798.

INTRODUÇÃO

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) encampou a chamada *Agenda 2030*, contendo 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), um compromisso assumido pelos países signatários para redução das desigualdades e proteção ao meio ambiente (ONU 2015). Dez anos à frente, com o objetivo de mapear a comunicação científica orientada à inovação informacional no contexto dos ODS, o projeto de pesquisa *Articulação & Comunicação em Ciência e Tecnologia (C&T): Subprojeto 01 – Pesquisa* analisou a produção discursiva registrada nas metas da *Agenda 2030*, ou seja, a redação (termo, conceito e significado) dos textos dos 17 ODS.

A pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2022 e 2024, no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), autarquia do Ministério da Ciência, Tecnologia e da Inovação (MCTI) do Brasil. Com ênfase nos estudos de filosofia da linguagem aplicados à Ciência da Informação (CI), especificamente à epistemologia e à práxis da Organização do Conhecimento (OC), uma das finalidades específicas do mapeamento era aprimorar o controle terminológico para qualificar Revisões Sistemáticas de Literatura (RSL) no contexto do projeto e em caráter de serviço aos pares. Apoiados na prática bibliotecária de representação temática, realizamos um primeiro tratamento terminológico de identificação, extração, ordenamento hierárquico e relacional, isolamento e tratamento dos termos via processo de indexação, especificamente por meio da etapa de análise de assunto (ou análise conceitual).

Os resultados obtidos em cada etapa de aprofundamento da investigação foram apresentados em eventos científicos, nacionais e internacionais, ao longo do ano de 2024, tais como o *XXIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação* (ENANCIB), onde descrevemos o método de análise e apresentamos os testes iniciais de expressões de busca em 32 (trinta e dois) periódicos de CI, com resultados satisfatórios. Além do *XXIV ENANCIB*, parte dos resultados foram compartilhados no *X Encontro Nacional da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura* (ULEPICC), Brasil, onde discorremos, teoricamente, sobre anti-epistemicídio na OC.

Para este estudo, propõe-se a continuidade do recorte aplicado ao ODS número 5 «Igualdade de gênero», à luz da representação da informação para construção de linguagens documentárias. Após o percurso de identificação e estruturação sistemática dos termos, o objetivo, portanto, da proposta, foi observar se tais termos e suas respectivas relações anteriormente identificadas são coerentes com a representação justa das comunidades pertencentes ao grupo temático gênero, e se apontam para o estabelecimento de relações lógicas e categoriais aderentes aos princípios da democracia documentária, conceito proposto por Saldanha (2020). Trata-se, assim, da dimensão ética e crítica de e sobre um dado pensar lógico e categorial, presente

no núcleo da práxis informacional da Organização do Conhecimento. Deste modo, conduz-se à reflexão teórica acerca dos desafios éticos de informacionais de unificação de uma agenda (política, discursiva e terminológica) abrangendo 193 (cento e noventa e três) Estados-membros, cujo entendimento sobre o conceito e abrangência dos temas em torno do termo «gênero» não é uníssono. O *corpus* de análise tem por base o texto em língua portuguesa da *Agenda 2030*, oficializado pelo Estado Brasileiro (ONU 2015).

1. MÉTODOS

O estudo é caracterizado como descritivo, aplicado, de abordagem qualitativa, procedimento documental, operacionalizado pela abordagem teórico-metodológica da análise de domínio desde sua primeira proposição filosófica e empírica em 1995 (Hjørland e Albrechtsen 1995; Hjørland 2002; Albrechtsen 2015). O percurso metodológico é multidisciplinar, tendo em vista a proposta de reconhecimento da complexidade inerente ao domínio «gênero», que presume a dimensão discursiva na constituição de conhecimento enquanto entidades também socialmente forjadas. Nessa direção, Birger Hjørland, em tradução, revisão e adaptação de Tiago Barros, destaca que «a análise de domínio é contrária ao princípio de 'tamanho único serve para todos' nos sistemas e serviços de informação» e pode desvelar consenso, dissenso e disputas manifestados em símbolos, enunciados, sistemas e documentos, ou seja, um complexo conjunto de significantes e significados mediado pela linguagem sempre em movimento ((Hjørland e Barros 2024, p. 5).

Na forma de uma microanálise aplicada ao tema gênero, com recorte em análise da informação para fins documentários, este estudo se dedica à dimensão ética da lógica categorial fundamentada na noção de conceito que, por herança histórica, parte da univocidade do sentido. Ao deslocar o conceito de pura abstração mental para a direção de uma combinação igualmente linguística, o problema de pesquisa lança luz aos dilemas do contemporâneo desvelados pela *Agenda 2030* (ONU 2015): como conciliar o conjunto de enunciados sobre o domínio gênero, expressos na discursividade do ODS n.º 5, dada a multiculturalidade dos países que encampam a *Agenda 2030*, suas assimetrias e as condições culturais da vivência no universo de gênero de cada singularidade e de cada coletividade? Da perspectiva teórica, mobiliza teorias da classificação como a Teoria do Conceito, de Ingetraut Dahlberg (1978), a desclassificação, de Antonio García Gutiérrez (2011), e os princípios de indexação orientados por F. W. Lancaster (2004), bem como a noção de ética intercultural, de Rafael Capurro (2007).

Na dimensão aplicada, para esta etapa de análise, ainda em curso, privilegiou-se a análise de termos quanto à presença e à ausência em comparação a garantias literárias especializadas em estudos de gênero e fontes gerais de informação. Em outros

termos, pretendeu-se averiguar os sentidos e as lacunas percebidos pela hierarquização e/ou pela associação dos termos extraídos do texto oficial da ONU.

Como recurso operacional de mapeamento da literatura aderente aos ODS, adotou-se o método de revisão sistemática de literatura, a partir da proposta denominada *Revisão Sistemática de Literatura baseada em Pesquisa Bibliográfica Estruturada* (RSL-PBE), de Borges (2020). O protótipo RSL-PBE é estruturado em 4 (quatro) módulos, subdividido em 14 etapas, tal como indicado na Tabela 1.

Tabela 1. Primeira e segunda camadas da modelagem estrutural do método de revisão sistemática adotado na pesquisa

Módulo 1	**Planejamento (exequibilidade da revisão)**	**Módulo 3**	**Pesquisa Bibliográfica (busca e avaliação da evidência)**
Etapa 1	Definição dos objetivos	Etapa 1	Elaboração das estratégias de pesquisa
Etapa 2	Avaliação da necessidade	Etapa 2	Localização dos estudos
Etapa 3	Viabilização dos Instrumentos Operacionais (IO)	Etapa 3	Seleção dos estudos
Etapa 4	Definição da equipe	Etapa 4	Extração de dados
Etapa 5	Elaboração do cronograma	**Módulo 4**	**Discussão e Redação (processamento, documentação e visualização da evidência)**
Módulo 2	**Questão de Revisão (direcionamento da revisão)**	Etapa 1	Interpretação do conhecimento
Etapa 1	Identificação de tópicos preliminares	Etapa 2	Registro e validação do conteúdo do relatório
Etapa 2	Delimitação do assunto	Etapa 3	Preparação textual e divulgação do relatório

Fonte: Borges 2020

Subsequentemente, as etapas são divididas em 63 passos operacionais, minuciosamente moldados a fim de viabilizar a implementação de uma revisão sistemática, sem metanálise, em um tempo médio de quatro a seis meses. Visto a especificidade temática dos textos dos ODS, realizou-se uma complementação do módulo 2 do RSL-PBE, ampliando a execução da etapa 1, «Identificação de tópicos preliminares», e da etapa 2, «Delimitação do assunto», visando, desta forma, o estabelecimento da questão de revisão mais precisamente. A modelagem adaptativa do processo de indexação do ODS Piloto foi composta por três etapas, tal como indicado na Tabela 2.

Tabela 2. Modelagem estrutural da adaptação do módulo 2 do método de revisão sistemática adotado na pesquisa

Primeira Etapa: **Preparação Textual**	
Ação 1	Reprodução do texto original a ser indexado
Segunda Etapa: Análise de Assunto	
Ação 2	Identificação dos termos-base coordenados
Ação 3	Extração dos termos
Ação 4	Hierarquização dos termos
Ação 5	Isolamento dos termos
Ação 6	Tratamento dos termos
Terceira Etapa: Estratégia de Pesquisa	
Ação 7	Elaboração das *strings*
Ação 8	Composição das expressões de busca

Fonte: Gonçalves, Galvão e Borges 2024

A adequação do módulo 2 foi viabilizada por meio da atuação da equipe executiva do Subprojeto 01, composta pelas pesquisadoras Graciane Borges; Fernanda Valle Galvão; Edilma Macedo; Mayara Gonçalves; Lais Tuler e Isabelle Nunes. Para indexação do ODS Piloto número 5, a responsabilidade técnica e a validação temática foram realizadas coletivamente pela equipe executiva. O revisor *expert* atuante foi o coordenador geral do projeto, professor Gustavo S. Saldanha, com apoio da responsável técnica geral Graciane S. B. Borges.

2. ÉTICA, GÊNERO E METARREPRESENTAÇÃO: DESTINOS DA DEMOCRACIA DOCUMENTÁRIA NA SEARA DOS AFETOS E DAS POLÍTICAS DE GÊNERO

No resumo de *Teoria do Conceito*, texto basilar para OC, Dahlberg (1978) afirma que as linguagens naturais possibilitam a formulação de enunciados sobre conceitos individuais e conceitos gerais no horizonte da interpretação e classificação da realidade. Conceito, para a autora, seria a soma dos enunciados verdadeiros sobre um objeto fixada em um signo linguístico e, apesar de demarcar que a linguagem é constructo do ser humano, não ilumina a primeira contradição presente na teoria: enquanto vocábulo e pragmática ordinária, não há linguagem natural, mas linguagem naturalizada. A segunda contradição diz respeito à «soma dos enunciados verdadeiros», posto universalizante. Tendo em vista a premissa ontológica de que a verdade sobre as coisas que existem independe das singularidades, assim como a reconhecida

necessidade prática da Organização do Conhecimento em classificar via mútua exclusão para redução de ambiguidades (afinal, um objeto não pode ocupar dois lugares ao mesmo tempo nas unidades de informação), os princípios teóricos esbarram em limitações e em domínios complexos como «gênero».

Ao considerar a *Agenda 2030* como um acordo político internacional, estruturado no multilateralismo e na perspectiva de diploma de construção coletiva mundial de consensos, constituído de textualidade e discursividade, via documentos de objetivos e metas, é necessário refletir sobre a dimensão ética do gesto de conciliação das diferentes formas de dizer e enunciar sobre o conceito de gênero e as experiências pessoais e coletivas de vivência das relações de gênero, manifestas em esquemas de classificação que talvez não sejam conciliáveis da perspectiva da Teoria do Conceito em contraposição à multiculturalidade. Se a organização das metainformações apontam para metadiscursos, é relevante evocarmos a dialética entre ética, política e epistemologia para revelar o debate, nem sempre público, mas sempre com efeito público, na gestão do comum em meio às contradições de singulares, particulares e universais, conforme destaca Schneider (2013).

As condicionantes éticas da organização do conhecimento pressupõem o impacto das ações de metarrepresentação tecidas pelos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) como fruto e reprodução das relações sociais e suas assimetrias. Assim como mobilizam a compreensão crítica dos potenciais de mudança nas estruturas da realidade através da metalinguagem que descortina, evidencia e provoca o movimento de categorias e classes no horizonte da igualdade.

Da perspectiva de gênero, a produção crítica em Organização do Conhecimento recebe contribuições de diferentes tradições. Podemos enfatizar aqui a denúncia das assimetrias e a problematização dos horizontes de transformação através de obras como de Guimarães, Pinho e Milani (2016), Guimarães e Pinho (2008; 2007), Melissa Adler (2017), Maria Aparecida Moura (2018), Hope Olson (2011; 2018) e Fabio Pinho (2014), bem como o dossiê sobre organização do conhecimento e gênero mobilizado por Rosali Fernandez de Souza e Gustavo Saldanha (2017).

Na perspectiva de uma teoria crítica da Organização do Conhecimento, o olhar sobre o domínio «gênero» nas relações metalinguísticas dos sistemas de organização do conhecimento pressupõe a denúncia das violências provocadas pelos silenciamentos e pelas manifestações de preconceito através da linguagem reproduzida nos sistemas, bem como, na direção oposta, à procura do desenvolvimento de ferramentas de visibilidade e de reconhecimento das pluralidades das relações de gênero. Deste modo, trata-se de uma crítica, assim como o fez Bernd Frohmann (1990), ao mentalismo dos SOC, bem como um exercício contínuo de «desclassificação» das tramas metalinguísticas, no sentido de Antonio García Gutiérrez (2011), das estruturas da linguagem que constituem modelos socialmente predeterminados de hierarquização,

de exploração e de violência. Não se trata, o plano crítico da epistemologia da organização do conhecimento, de recusar um princípio conceitual nas estruturas dos sistemas, como o faz no plano lógico-aristotélico o pensamento de Ingetraut Dahlberg (1978), mas de reconhecer as fragilidades e as camadas ocultadas ou anuladas por lógicas etnocentradas e colonizadoras.

O olhar sobre o discurso dos ODS através das lentes de uma epistemologia da Organização do Conhecimento dedicada aos estudos de gênero pressupõe, dentro da perspectiva crítica, uma posição intercultural, ou seja, a capacidade de perceber as relações e as fronteiras de modos de vivências das manifestações de gênero. A política das metalinguagens encontra aqui, pois, a ética intercultural de Rafael Capurro (2007) sustentada pelo plano da discursividade política. O filósofo procura uma universalidade metacultural para problematizar uma perspectiva não impositiva e eurocentrada das relações sociais na compreensão dos diferentes *ethos* fundados e em movimento nas distintas comunidades espalhadas pelo mundo, com seus modos de existir e de conviver.

Assim como o futuro ODS dedicado à reflexão sobre gênero da ONU supõe um diálogo multilateral para sua problematização, Rafael Capurro (2007), na elaboração de sua discussão sobre a ética intercultural da informação, recorre à *Declaração Universal da UNESCO* sobre Diversidade Cultural, resultado de três conferências mundiais: a *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais*, ocorrida na Cidade do México, em 1982; a *Conferência Mundial da Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento*, realizada em 1995; e a conferência mundial da *Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento*, de Estocolmo, 1998. Tendo em vista esta construção política e a procura por uma filosofia da cultura atenta à diversidade, a ética intercultural busca, segundo Capurro (2007), promover identidades culturais não via seu isolamento ou adição, e, muito menos, o foco nas colisões. Seu foco, estruturado em um pensamento simbólico, está na procura pelas formas de comunicabilidade entre as culturas.

A ética intercultural da informação, da filosofia aos atos discursivos da esfera pública internacional, como aqueles da ONU, permite-nos a compreensão, como visto em Maria Nélida González de Gómez (1996), do fundamento político da organização do conhecimento, ou, ainda, da constante passagem — o movimento permanente nas relações sociais — da organização dos saberes à construção de políticas de informação, estas necessariamente vinculadas às metaestruturas dos sistemas de organização do conhecimento. Almejar e operacionalizar categorias em defesa de uma interculturalidade em tais sistemas significa compreender os gestos metalinguísticos de um dado glossário ou um esquema de classificação como ferramentas de luta e de construção de uma outra *polis*, um outro estado de relações sociais mediado por sistemas de organização do conhecimento criticamente orientados para a convivência dos plurais,

como o reconhecimento das plurais relações de gênero, suas manifestações e transformações — ou, em síntese, uma forma de fazer efetiva a política a partir de princípios democráticos estruturados via os sistemas de organização do conhecimento.

Este exercício pode ser chamado, segundo Saldanha (2020), de democracia documentária, ou seja, o lugar de construção política, formal e objetivo, de princípios e de práticas de metarrepresentação das culturas através dos sistemas de organização do conhecimento na esfera pública. Se a diária luta pela construção das estruturas de representação social simétricas almejadas pelo fundamento democrático atravessa o poder da linguagem de extinção ou de preservação da diversidade das formas de viver e de conviver, a metalinguagem dos sistemas de organização do conhecimento resguarda igualmente tanto o potencial de reprodução da violência, como a capacidade de transformar as pluralidades antes massacradas. Este é o exemplo da compreensão das diferentes formas de metarrepresentação do domínio de gênero para uma condição democrática estruturada pelos sistemas de organização do conhecimento: na esfera de um povo socialmente metarrepresentado, as formas de existência através das pluralidades das relações de gênero dependem da trama metalinguística dos sistemas para sua visibilidade e reconhecimento, bem como para a contínua promoção de políticas públicas para suas condições igualitárias de vivência.

O olhar crítico sobre a ética nas entranhas lógico-categorias do domínio «gênero» a partir da *Agenda 2030* (ONU 2015) permite-nos, sob o olhar intercultural, desenvolver o movimento praxiológico de um marco democrático-documentário, a saber, contribuir para as condições estruturais, formais e explicitadas, via metalinguagem, de existência de um dado conjunto de valores e de relações nas experiências de gênero, através dos sistemas de organização do conhecimento.

3. RESULTADOS

Conforme descrito anteriormente por Gonçalves, Galvão e Borges (2024), na sistematização do ODS 5 foram utilizados os estágios da análise de assunto previstos no *United Nations International Scientific Information System* (United… 1981), a saber: (1) leitura documentária para interpretação e compreensão do conteúdo do documento; (2) identificação dos conceitos e (3) seleção dos conceitos considerados válidos para recuperação do documento com fins aos objetivos da indexação.

Na primeira etapa da operacionalização, o resultado é fruto do acesso e análise do texto original da *Agenda 2030* (ONU 2015) para leitura na íntegra das metas do ODS n.º 5, bem como reprodução textual para identificação e seleção de conceitos. A segunda etapa englobou cinco ações, a saber: a) identificação dos termos-base coordenados; b) extração dos termos; c) hierarquização dos termos; d) isolamento dos termos; e) tratamento dos termos. A terceira etapa se dividiu em duas ações: a)

elaboração das *strings* e b) composição das expressões de busca com a finalidade de utilizar os descritores para RSL.

Por extração, o processo de leitura exploratória identificou 32 termos. Após a primeira etapa de tratamento conceitual, o conjunto foi expandido para um total de 64 termos organizados em três relações, sendo 5 (cinco) Termos Genéricos (TG) sob os quais os demais termos foram classificados e agrupados como Termos Específicos (TE), total de 17, ou Termos Relacionados (TR), total de 42. Tais termos subsidiaram a elaboração de 26 expressões de buscas que foram aplicadas em um conjunto de 32 revistas na área de Ciência da Informação. Registram-se no teste de aderência 772 registros nas revistas. Os resultados foram provenientes da aplicação adaptada do Protocolo de Revisão previsto no método de revisão sistemática adotado: RSL-PBE (versão 2).

Os resultados do desenvolvimento teórico e empírico da pesquisa apontam para um duplo quadro de fonte para a discussão teórico-metodológica da organização do conhecimento no domínio de gênero, a saber:

a) A contribuição para a estrutura de um vocabulário controlado mínimo sobre gênero, a partir da discursividade multilateral da ONU, com foco no reuso para fins de visibilidade, memória e luta democrática através da terminologia de gênero;
b) A possibilidade permanente de uma vigilância epistêmica sobre a dinâmica plural e dialética da construção de um metadiscurso sobre gênero, como forma de legado crítico para a práxis da democracia documentária via as linguagens documentárias sobre gênero com vistas à contínua revisão das formas coerentes e éticas de metarrepresentação das vidas e dos afetos mobilizados na complexidade da condição do gênero da existência de pessoas e suas coletividades.

CONCLUSÕES

A análise aponta para a presença de termos, conceitos e assuntos aderentes ao debate contemporâneo sobre igualdade de gênero, tais como empoderamento, o reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado, garantia a serviços e recursos naturais, econômicos, educacionais, políticos e tecnológicos, violência contra mulheres e meninas na esfera pública e privada, exploração sexual, incluindo casamentos forçados e prematuros e direitos reprodutivos. As relações lógicas e hierárquicas selecionadas a partir da análise de assunto demonstraram maior variedade para políticas de acesso e garantias de direito no contexto da igualdade de gênero e menos variedade nas classes sobre discriminação de gênero e violência de gênero.

Observou-se como dilema ético mais sensível o próprio conceito de gênero, uma vez que no texto mantém-se, exclusivamente, os significantes mulher e menina.

Infere-se como um dos maiores desafios para o contexto informacional da representação e da indexação da produção textual e discursiva da ONU, o tratamento das diferentes acepções sobre o conceito de gênero, acompanhado de suas capilaridades e interseccionalidades, considerando as diferentes premissas, interpretações e dispositivos legais dos países-membros. Com foco no Estado brasileiro e seus dispositivos legais contra o preconceito de gênero (termo ausente do texto da ONU, assim como sexismo e misoginia), da perspectiva da justiça informacional, da democracia documentária e da ética intercultural, o texto, embora necessário, reforça o binarismo e não contempla outras populações vinculadas ao grupo temático gênero, reconhecidas pelo Brasil.

REFERÊNCIAS

ADLER, Melissa, 2017. *Cruising the library: pervertions in organization of knowledge*. New York: Fordham University Press.

ALBRECHTSEN, Hanne, 2015. This is not domain analysis. *Knowledge Organization*. **42**(8), 557-561.

BORGES, Graciane S. Bruzinga, 2020. *Proposta metodológica de revisão sistemática: um estudo a partir de fundamentos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação*. Tese de doutorado em Gestão em Organização do Conhecimento, Escola de Ciência da Informação, Universidade de Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CAPURRO, Rafael, 2007. Intercultural information ethics. Em: Rafael CAPURRO, Johannes FRÜHBAUER, e Thomas HAUSMANNINGER, ed. *Localizing the Internet: ethical aspects in intercultural perspective*. Munich: Fink, pp. 21-38.

DAHLBERG, Ingetraut, 1978. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*. **7**(2), 101-107.

FROHMANN, Bernd, 1990. Rules of indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory. *Journal of Documentation*. **46**(2), 81-101.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio, 2011. Desclassification in Knowledge Organization: a postepistemological essay. *Transinformação*. **23**(1), 5-14.

GONÇALVES, M. O. S., F. V. GALVÃO, e G. S. B. BORGES, 2024. Representação temática e o desenvolvimento sustentável da Agenda 2030: indexação do discurso para igualdade de gênero da ONU. Em: *XXIV ENANCIB: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Anais*. Vitória: ANCIB, 11 pp.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida, 1996. Da organização dos saberes às políticas de informação. *Informare – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. **2**(2), 58-66.

GUIMARÃES, José A. Chaves, e Fabio A. PINHO, 2008. Reflexiones acerca de las teorías sobre ética en la representación del conocimiento. *Biblios*. 32, 1-12.

GUIMARÃES, José A. Chaves, e Fabio A. PINHO, 2007. Desafios na representação do conhecimento: abordagem ética. *Informação & Informação*. **12**(1), 1-21.

GUIMARÃES, José A. Chaves, Fabio A. PINHO, e Suellen O. MILANI, 2016. Theoretical dialogs about ethical issues in knowledge organization: García Gutiérrez, Hudon, Beghtol, and Olson. *Knowledge Organization*. **43**(5), 338-350.

HJØRLAND, Birger, 2002. Domain analysis in information science: eleven approaches-traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*. **58**(4), 422-462.

HJØRLAND, Birger, e Hanne ALBRECHTSEN, 1995. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*. **46**(6), 400-425.

HJØRLAND, Birger, e Thiago Henrique Bragato BARROS, 2024. Análise de domínio. *Em Questão* [Em linha]. 30, e-140568 [consult. 2025-07-01]. DOI: https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.140568.

LANCASTER, Frederick Wilfrid, 2004. *Indexação e resumos: teoria e prática.* Brasília, DF: Briquet de Lemos.

MOURA, Maria Aparecida, 2018. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. *Liinc em Revista*. **14**(2), 118-135.

OLSON, Hope, 2018. Entrevista. *Liinc em Revista*. **14**(2), 491-494.

OLSON, Hope, 2011. A potência do não percebido: Hegel, Dewey e seu lugar na corrente principal do pensamento classificatório. *InCID: Revista de Ciência da Informação e da Documentação*. **2**(1), 3-15.

ONU, 2015. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* [Em linha]. Brasil: Nações Unidas Brasil [consult. 2025-07-01]. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel.

PINHO, Fabio Assis, 2014. Metafiltro para controle terminológico de metáforas no domínio da homossexualidade masculina. *Ciência da Informação*. **43**(1), 120-133.

SALDANHA, G. S., 2020. Democracia documentária e a teoria da não-conceitualidade: filosofia e práxis. *Informação & Sociedade*. 30, 21-41.

SCHNEIDER, Marco, 2013. Ética, política e epistemologia: interfaces da informação. Em: S. ALBAGLI, org. *Fronteiras da Ciência da Informação*. Brasília: Ibict, pp. 57-77.

SOUZA, Rosali Fernandez de, e Gustavo Silva SALDANHA, 2017. Apresentação: dos Colóquios de Organização do Conhecimento ao Dossiê Organização do Conhecimento e Gênero. *Informação & Informação*. **22**(2), 7-10.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL SCIENTIFIC INFORMATION SYSTEM, 1981. Princípios de indexação (Indexing principles). Trad. de Maria Cristina M. F. Pinto. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. **10**(1), 83-94.

DEWEY QUIZ: GAMIFICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA NO ENSINO E PRÁTICA DA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DEWEY

NINA GOMES SOBRAL BARCELLOS D'ALMEIDA*
SOFIA FRAHLICH CAVALLEIRO**
MICHELY JABALA MAMEDE VOGEL***

Resumo: *O ensino-aprendizagem da Classificação Decimal de Dewey frequentemente se apresenta como desafio, devido a sua complexidade e natureza técnica. O objetivo principal deste artigo é, assim, desenvolver e analisar a eficácia de um jogo de tabuleiro como recurso didático para facilitar a compreensão, fixação e aplicação das regras e estruturas da Classificação Decimal de Dewey. A metodologia combinou pesquisa bibliográfica, design de jogos e pesquisa-ação. Conclui que jogos são compatíveis com o ambiente acadêmico e profissional, servindo como ferramentas alternativas/complementares eficazes, especialmente para conteúdos técnicos. Ajustes e validações adicionais são necessários, mas os resultados encorajam a continuidade do desenvolvimento e de aplicabilidade em outros Sistemas de Organização do Conhecimento.*

Palavras-chave: *Gamificação; Classificação Decimal de Dewey; Ensino de Biblioteconomia; Organização do Conhecimento; Jogos Pedagógicos.*

Abstract: *The teaching-learning process of the Dewey Decimal Classification (DDC) often presents a challenge due to its complexity and technical nature. The main objective of this article is, therefore, to develop and analyze the effectiveness of a board game as a didactic resource to facilitate the understanding, retention, and application of the DDC's rules and structures. The methodology combined bibliographic research, game design, and action research. It concludes that games are compatible with academic and professional environments, serving as effective alternative/complementary tools, especially for technical content. Further adjustments and validations are necessary, but the results encourage continued development and applicability in other Knowledge Organization Systems.*

Keywords: *Gamification; Dewey Decimal Classification; Teaching Library Science; Knowledge Organization; Educational Games.*

INTRODUÇÃO

A Organização do Conhecimento (OC) é um dos pilares da Ciência da Informação, e sistemas de classificação como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) são

* Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil. Email: ninabarcellos@id.uff.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4681-0303.
** Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil. Email: sofiafrahlich@id.uff.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1284-6586.
*** Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil. Email: michelyvogel@id.uff.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0311-3161.

ferramentas essenciais na representação e recuperação da informação em bibliotecas. Contudo, o ensino-aprendizagem da CDD, especialmente na graduação em Biblioteconomia, frequentemente se apresenta como desafio. A complexidade das regras, tabelas auxiliares e a natureza técnica dos manuais dificultam a apreensão e aplicação prática por estudantes, que por vezes postergam a disciplina, e até para a formação continuada por parte de profissionais que buscam aprimoramento e atualização contínua (Vogel e Pazos 2024).

Neste contexto, o processo de ensino-aprendizagem das disciplinas que visam habilitar os discentes para o processo de classificação e para o uso da CDD requer não apenas a orientação e supervisão do professor, mas também o desenvolvimento de autonomia, reflexão e curiosidade por parte dos estudantes. O modelo de ensino tradicional, que centraliza o docente como detentor do conhecimento, contrasta com a necessidade de envolver ativamente o aluno como protagonista da sua própria aprendizagem, aspecto fundamental para que ele se emancipe em relação à utilização dos instrumentos de organização do conhecimento como a CDD.

Frente aos desafios de ensino da CDD no âmbito da graduação em Biblioteconomia, este artigo se justifica pela necessidade de busca de métodos pedagógicos auxiliares que possam enriquecer, facilitar e dinamizar a aprendizagem das habilidades necessárias para o uso deste sistema de classificação, que requer além da aplicação prática de princípios e regras, habilidade de interpretação, análise e abstração teórica. Na busca por métodos auxiliares, complementares ou alternativos para o processo de ensino-aprendizagem da CDD, que possam auxiliar tanto a compreensão da estrutura do sistema, sua lógica e aplicação, quanto a fixação do conteúdo apreendido e a criação de cenários hipotéticos que facilitem a compreensão e utilização prática do instrumento, a gamificação se apresenta como uma inovação pedagógica promissora, assim como a elaboração de jogos circunscritos no contexto da CDD. A gamificação é definida como a aplicação de mecanismos próprios de jogos em contextos não lúdicos, com o propósito de resolver problemas e promover motivação e engajamento (Sánchez-Tarragó, Vale e Marques 2022).

Segundo Sánchez-Tarragó, Vale e Marques (2022), a gamificação é entendida como uma das metodologias ativas de aprendizagem (MAA) que estimula processos de ensino-aprendizagem críticos e reflexivos, onde o estudante desempenha um papel ativo. A aplicação de elementos de jogos em ambientes educacionais tem demonstrado, em diferentes áreas do conhecimento, benefícios notáveis para os estudantes, contribuindo para o desenvolvimento da motivação, cooperação e aprendizagem autónoma. «A utilização das novas tecnologias no ensino-aprendizagem permite ao aluno vivenciar experiências, interferir, fomentar e construir o próprio conhecimento» (Prudencio e Rodrigues 2018).

Reconhecendo o potencial pedagógico da gamificação e dos jogos para o processo de ensino-aprendizagem (Silva et al. 2008; Silva e Marques 2020), este trabalho apresenta o desenvolvimento e avaliação inicial de uma ferramenta lúdica, o *Dewey Quiz*, concebido para apoiar o processo de ensino-aprendizagem e a prática de utilização da CDD na disciplina de Laboratório de Representação Notacional da Universidade Federal Fluminense, ministrada pela professora doutora Michely Jabala Mamede Vogel.

O objetivo principal deste artigo é, assim, desenvolver e analisar a eficácia de um jogo de tabuleiro como recurso didático para facilitar a compreensão, fixação e aplicação das regras e estruturas da CDD. Especificamente, busca-se: (1) mitigar dificuldades no aprendizado da CDD por estudantes de Biblioteconomia; (2) oferecer ferramenta de apoio à prática e atualização de bibliotecários classificadores; (3) investigar a aplicabilidade e impacto da gamificação no ensino de sistemas de OC; (4) avaliar receptividade e engajamento dos utilizadores (alunos e profissionais) com a abordagem lúdica.

Para cumprir seu objetivo, este artigo está estruturado da seguinte forma: a próxima seção se dedica a metodologia utilizada; a seção 2 à CDD, seu ensino e os desafios do processo de ensino-aprendizagem; a seção 3 à gamificação como estratégia pedagógica e a elaboração de jogos como metodologia auxiliar; a seção 4 à elaboração, criação e uso do *Dewey Quiz*, jogo elaborado como fruto do processo de investigação e pesquisa; a seção 5, destinada à aplicação do jogo em sala e sua utilização pelos discentes; e a última seção, destinada aos resultados e conclusões obtidos com o uso do jogo elaborado em uma turma da graduação em Biblioteconomia.

1. METODOLOGIA

Adotou-se metodologia combinando pesquisa bibliográfica, *design* de jogos e pesquisa-ação. Realizou-se levantamento sobre os desafios no ensino da CDD e teorias de gamificação aplicadas à educação. A gamificação, entendida como o «uso de elementos de design de jogos em contextos não lúdicos» (Deterding et al. 2011 cit. por Dicheva et al. 2015), visa aumentar motivação e engajamento. Baseando-se em Dicheva et al. (2015) e Sailer et al. (2017), optou-se pelo desenvolvimento de um jogo de tabuleiro físico, *Dewey Quiz*, considerando acessibilidade de recursos e interação. O jogo incorpora mecânicas como tabuleiro com percurso, cartas de perguntas/desafios com níveis progressivos, dados/roletas para movimentação e elementos para construção de notações da CDD, abordando sua estrutura e regras. O protótipo foi aplicado em sessões de revisão com alunos da disciplina de Laboratório de Representação Notacional. A avaliação inicial usou observação participante e análise comparativa informal do desempenho acadêmico (notas, tempo de prova) entre alunos participantes e não participantes da dinâmica.

2. ENSINO DA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DEWEY

A organização do conhecimento (OC), segundo Bräscher e Café (2008), se diferencia da organização da informação (OI). Enquanto a OC se dedica à organização e sistematização de conceitos, a OI tem como objetivo possibilitar o acesso ao conhecimento contido nos documentos, estando relacionada à descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O processo de organização da informação, nesse sentido, dá origem a um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico e o processo de organização do conhecimento, segundo as autoras, envolve a modelagem conceitual e origina diferentes tipos de sistemas de organização do conhecimento (SOC) (Bräscher e Café 2008).

Os diferentes tipos de SOC englobam sistemas de classificação, tesauros, taxonomias, cabeçalhos de assunto, arquivos de autoridades, glossários, etc. (Bräscher e Café 2008). Os sistemas de classificação são considerados instrumentos fundamentais para o processo de classificação, que envolve atividades complexas, como domínio do instrumento utilizado, o entendimento lógico da sua aplicação, capacidade de abstração e a análise técnica dos assuntos de um item informacional. A CDD, elaborada em 1876, é vista como um sistema de classificação por assunto, amplamente utilizado em bibliotecas do mundo inteiro para organizar itens informacionais de acordo com seu conteúdo temático, através da atribuição de notação. Sua estrutura é composta por dez classes principais destinadas, cada uma, a uma grande área de conhecimento, como Filosofia, Ciências Sociais, Literatura, etc. Cada uma das dez classes principais, por meio de subdivisões, vai tratando de assuntos cada vez mais específicos.

A CDD, segundo Braz e Carvalho (2017, p. 2498) é um «instrumento que viabiliza a classificação de recursos informacionais, englobando diversos domínios e facetas de que tratam os assuntos contidos nos documentos, possibilitando a formação e organização de acervos em ordem sistemática». Enquanto sistema de classificação, a CDD pode ser entendida como fruto de um processo de organização do conhecimento, para ser então, utilizada no processo de organização da informação. Em relação ao ensino de Biblioteconomia, os alunos precisam compreender o processo de organização do conhecimento para entender a estrutura e a lógica de aplicação da CDD, habilitando-os para a aplicação de seus princípios no processo de organização da informação, ou seja, no processo de descrição temática da informação para atribuição das notações e assim, para a organização sistemática do acervo.

Para sua aplicação o entendimento das suas regras é fundamental para que a organização de itens informacionais seja possível de forma adequada. A própria CDD, em sua introdução, apresenta os princípios de uso do esquema, como critérios de

construção e seleção da notação que poderá ser atribuída para representar a obra a ser classificada, porém sua utilização na íntegra em sala de aula nem sempre é suficiente para atingir o domínio adequado por parte dos discentes. Durante a graduação em Biblioteconomia, o ensino das técnicas e habilidades para a representação e organização da informação e do conhecimento é um dos aspectos centrais de diferentes disciplinas, como: Representação Descritiva, Representação Temática, Laboratório de Representação Notacional, entre outras.

A natureza das disciplinas impõe um processo de ensino-aprendizagem que requer não apenas a orientação e supervisão do professor, mas também o desenvolvimento de autonomia, reflexão e curiosidade por parte dos discentes para o domínio das técnicas. O modelo de ensino tradicional, que posiciona o educador como o detentor do conhecimento e o aluno como receptor, contrasta com a necessidade de um envolvimento ativo do estudante nas disciplinas de classificação. Transpor esse modelo tradicional se coloca como um desafio à docência, onde os professores precisam de ferramentas adequadas para implementar novas metodologias de ensino-aprendizagem.

Neste artigo é apresentado o processo de elaboração de um jogo de tabuleiro, o *Dewey Quiz*, e sua utilização como estratégia pedagógica para o ensino da CDD, tendo como público-alvo os alunos da graduação matriculados na disciplina de Laboratório de Representação Notacional da Universidade Federal Fluminense, ministrada pela professora doutora Michely Jabala Mamede Vogel. Uma vez colocados os desafios para o ensino da CDD, na próxima seção se apresenta a estratégia utilizada, a gamificação.

3. GAMIFICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

O século XXI é marcado pelos diversos avanços tecnológicos e mudanças sociais, que abriram debates sobre novas metodologias de ensino nas escolas e universidades, com o aluno como protagonista da aprendizagem (Nascimento, Santos e Mata 2024). Essas metodologias são chamadas de metodologias ativas de aprendizagem (MAA), «sendo a construção coletiva do conhecimento mais importante do que a transmissão e a memorização de conteúdos» (Souza e Tanus 2021, p. 2).

Dentre os tipos de MAA, a gamificação recorre a elementos e/ou mecânicas de jogos em diversos contextos. Ela estimula a capacidade criativa e a inteligência, bem como desperta um sentimento de conquista e confiança sobre si (Nascimento, Santos e Mata 2024). Assim, através da «ludicidade e do sentimento de competição […], o indivíduo é estimulado a continuar "competindo" até vencer o desafio e para isso ele precisa desempenhar alguns esforços como exercitar a sua capacidade cognitiva» (Souza e Tanus 2021, p. 7).

Ainda, Fardo (2013, p. 2) afirma que a gamificação é «um fenômeno emergente, que deriva diretamente da popularização e popularidade dos games», motivando a ação, resolvendo problemas e potencializando aprendizagens. Além disso, argumenta que a metodologia de games são facilmente aceitas pelas gerações recentes, já que cresceram em meio a essas tecnologias, e acabam se desinteressando pelos métodos tradicionais e mais passivos de ensino.

Fardo (2013) aponta também os principais pontos da abordagem gamificada na educação: a) Assim como nos jogos, a aprendizagem deve oferecer diversas rotas para resolver problemas, respeitando diferentes estilos de aprendizado; b) *Feedback* rápido, estimulando a experimentação e o ajuste de estratégias em tempo real, ao invés de esperar por longos períodos; c) Aumentar a complexidade das tarefas conforme a evolução do aluno cria um senso de crescimento e permite que cada um siga seu ritmo; d) Desmembrar grandes objetivos em metas menores e mais gerenciáveis facilita a compreensão e a superação gradual do desafio; e) Encorajar a reflexão sobre os erros, em vez de penalizá-los, transforma a falha em uma oportunidade de aprendizado; f) Integrar uma história ou um propósito para as atividades de aprendizagem pode motivar os alunos e ajudá-los a conectar o conteúdo com um objetivo maior; g) Promover a competição e colaboração pode intensificar a interação e adicionar mais um nível de engajamento aos projetos; h) Reconhecer que aprender pode (e deve) ser prazeroso, não apenas nas séries iniciais, pode enriquecer a experiência educacional e potencializar a assimilação do conhecimento.

No entanto, é importante ressaltar que não existe uma única forma de aplicar a gamificação. A solução é adaptar os diversos elementos dos games às necessidades específicas do contexto educacional, buscando resultados mais eficazes e motivadores (Fardo 2013).

4. *DEWEY QUIZ*

A pesquisa desenvolvida resultou em um protótipo funcional do *Dewey Quiz*. O jogo possui um tabuleiro dividido em casas amarelas (perguntas elementares), vermelhas (perguntas situacionais) e azuis (perguntas de «tudo ou nada»), cartões de instrução (com as cores correspondentes às casas) e um dado. O tabuleiro está exemplificado na Figura 1, a seguir.

São quinze (15) cartas amarelas, quinze (15) cartas vermelhas e quinze (15) cartas azuis, totalizando 45 cartas. As cartas correspondem às cores das casas e o avanço dos grupos a cada rodada se dá por meio da roleta/dados ou pelas instruções oferecidas por cada carta. A parte amarela corresponde a primeira etapa do jogo, ao alcançarem a área vermelha do tabuleiro, a segunda etapa do jogo, os participantes devem obrigatoriamente sortear três (3) cartas do baralho, que representarão a disciplina que será o cerne da nova fase do jogo. A etapa final do jogo, correspondente

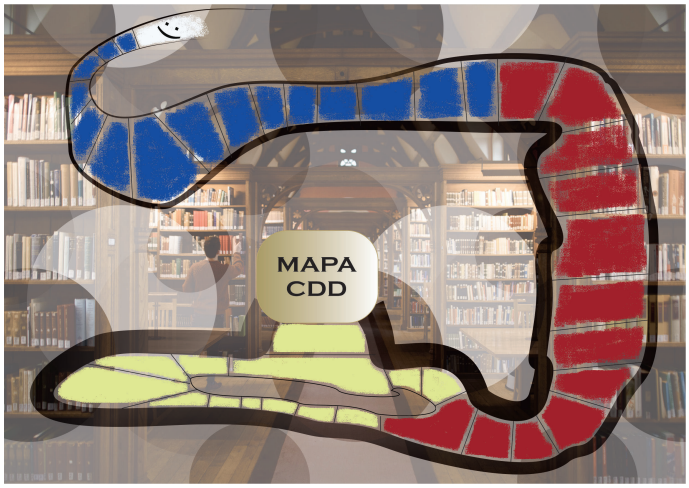


Fig. 1
Tabuleiro *Dewey Quiz*
Fonte: Elaborado pelas autoras

a cor azul, corresponde às perguntas cronometradas e perguntas bônus (vence quem acertar e volta para o início quem errar). As perguntas das cartas estão exemplificadas na Figura 2 a seguir.

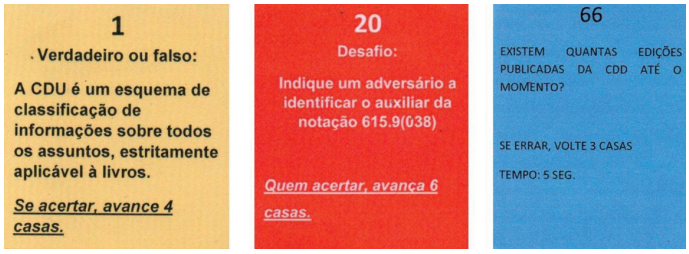


Fig. 2
Exemplos de perguntas do jogo
Fonte: Elaborado pelas autoras

Assim, o jogo todo é baseado nas características e regras da CDD e foi utilizado em sala de aula como recurso optativo de revisão. A aplicação do projeto piloto do jogo demonstrou excelente receptividade dos alunos, que será abordado na próxima seção. Observou-se alto nível de engajamento, interação e colaboração entre as equipes. Embora a utilização e a análise sobre o uso do jogo seja inferencial e demande maiores explorações, como, por exemplo, a aplicação em diferentes turmas e cenários, os resultados preliminares indicaram desempenho ligeiramente superior (notas e tempo de avaliação) nos alunos que utilizaram o jogo, comparativamente aos não participantes.

Sugere-se que a abordagem lúdica pode tornar o aprendizado de conteúdo árido mais agradável e potencialmente mais eficaz na fixação do conhecimento. O *feedback* inicial dos estudantes foi positivo, reforçando o valor percebido da ferramenta como complemento às metodologias tradicionais.

5. O JOGO EM AÇÃO

A proposta de introduzir um jogo como estratégia de ensino-aprendizagem no contexto da disciplina de Laboratório de Representação Notacional da graduação em Biblioteconomia e Documentação da UFF revelou-se uma alternativa promissora para abordar conteúdos tradicionalmente percebidos como áridos. A CDD, núcleo central da proposta pedagógica em questão, é reconhecida por seu rigor técnico e complexidade, exigindo dos alunos a compreensão de uma vasta gama de regras, notações e exceções. A experiência relatada neste estudo, centrada no uso de um jogo de tabuleiro com elementos de gamificação, permitiu explorar uma abordagem didática inovadora, pautada na ludicidade, na colaboração entre pares e na aprendizagem ativa.

A aplicação do jogo ocorreu como atividade optativa de revisão para a prova da disciplina, com o objetivo de estimular a fixação dos conteúdos de forma mais leve, instigante e participativa. A estrutura do jogo foi cuidadosamente pensada para refletir a lógica da CDD, utilizando-se de cartas com questões de múltipla escolha e desafios interpretativos, roletas, dados e cartas de baralho que simulavam a construção de notações. Cada elemento lúdico foi concebido não apenas para entreter, mas para estimular o raciocínio analítico, a memória e a aplicação das regras da CDD em situações práticas.

Os estudantes foram divididos em equipes, o que favoreceu a colaboração, o debate sobre as respostas e o incentivo mútuo. Observou-se, ao longo da dinâmica, uma mudança significativa no comportamento dos alunos: o que inicialmente poderia parecer uma atividade simples e descontraída revelou-se um exercício intenso de raciocínio e cooperação. O engajamento dos participantes foi notável, tanto pelo entusiasmo com que se lançaram ao jogo quanto pela concentração demonstrada nas etapas mais complexas, como a construção correta de notações compostas a partir das cartas de baralho.

Do ponto de vista dos resultados concretos, os dados obtidos, ainda que preliminares, apontam para um desempenho superior dos alunos que participaram da dinâmica lúdica em comparação àqueles que optaram por não participar. Verificou-se, por exemplo, uma média de notas mais elevada entre os jogadores, além de uma redução no tempo médio de resolução da prova. Embora não se trate de uma pesquisa com controle estatístico rigoroso ou metodologia quantitativa formal, tais observações sugerem uma correlação positiva entre a participação no jogo e o desempenho acadêmico.

Outro aspecto relevante observado foi a relação afetiva dos alunos com o conteúdo após a aplicação do jogo. Muitos relataram, em falas espontâneas, que se sentiram mais confiantes para realizar a prova e menos ansiosos diante da complexidade da CDD. Relataram também que a dinâmica contribuiu para que certos conceitos,

antes difusos, ganhassem concretude, especialmente por meio da repetição prática embutida nas perguntas do jogo e nas interações entre os colegas.

O caráter competitivo do jogo, mediado pelas equipes, contribuiu para manter o nível de atenção e motivação ao longo da atividade. No entanto, a competitividade não se sobrepôs ao espírito colaborativo, o que pode ser atribuído ao fato de que os desafios exigiam discussão e construção conjunta das respostas. Dessa forma, o jogo se configurou como espaço de aprendizado coletivo e de desenvolvimento de habilidades sociais, como negociação, argumentação e escuta.

A experiência também suscitou reflexões importantes sobre o papel do professor nesse novo arranjo pedagógico. Ao invés de figura central na exposição do conteúdo, o docente atuou como mediador, observador e facilitador do processo, intervindo pontualmente para esclarecer dúvidas ou ajustar regras do jogo. Essa mudança de postura reforça a ideia de que o ensino pode — e deve — ser repensado em chave dialógica e interativa, especialmente em contextos em que o conteúdo exige mais do que memorização: exige compreensão e aplicação contextualizada.

Durante a aplicação do jogo, alguns desafios logísticos foram identificados, como o tempo necessário para a organização dos materiais e a condução da atividade dentro do horário regular de aula. Houve também a necessidade de ajustes nas cartas de perguntas, a fim de garantir um equilíbrio adequado entre níveis de dificuldade e a progressão lógica dos temas. Em sua primeira versão, o jogo também demandou adaptações nos critérios de pontuação e tempo de resposta, para evitar longas discussões ou avanços desproporcionais entre as equipes. Tais questões, no entanto, são esperadas em qualquer proposta piloto e serão objeto de revisão para futuras aplicações.

Importa destacar ainda que o processo de construção do jogo envolveu pesquisa e reflexão sobre o conceito de gamificação e sua aplicação no ensino superior. A definição de gamificação adotada neste trabalho — uso de elementos de modelos de jogos fora de contextos relacionados a jogos — foi fundamental para balizar as decisões sobre quais componentes seriam incluídos, evitando cair na armadilha de criar um jogo apenas decorativo, sem articulação real com os objetivos pedagógicos.

Por fim, a aplicação do jogo também contribuiu para uma mudança no clima da sala de aula. Os alunos demonstraram maior aproximação com o professor e entre si, diminuindo o distanciamento típico de disciplinas mais técnicas. O espaço lúdico funcionou como um campo simbólico onde erros puderam ser enfrentados sem julgamento e onde o aprender deixou de ser uma obrigação solitária para se tornar uma experiência coletiva e prazerosa. Essa mudança de atmosfera pode parecer subjetiva, mas tem efeitos concretos na motivação e na autoconfiança dos estudantes.

CONCLUSÕES

A experiência inicial com o *Dewey Quiz* reforça que a gamificação e a criação de jogos circunscritos no escopo das disciplinas acadêmicas pode se colocar como estratégia pedagógica valiosa no ensino de Sistemas de Organização do Conhecimento, como a Classificação Decimal de Dewey. O jogo demonstrou potencial para transformar a percepção dos alunos sobre tema complexo, promovendo interesse, engajamento e facilitando a apreensão das regras. Conclui-se que jogos são compatíveis com o ambiente acadêmico e profissional, servindo como ferramentas alternativas/complementares eficazes, especialmente para conteúdos técnicos. Ajustes e validações adicionais são necessários, mas os resultados encorajam a continuidade do desenvolvimento, o aprimoramento do jogo com base nos testes e sua futura disponibilização para outras instituições de ensino e bibliotecas, como recurso de apoio ao ensino e prática da classificação bibliográfica.

Como encaminhamentos, pretende-se dar continuidade à aplicação do jogo em outras turmas e aprimorar o material a partir do *feedback* dos alunos. Há também o interesse em adaptar a proposta a outros sistemas de classificação e outras disciplinas da área de Organização da Informação, avaliando sua aplicabilidade em diferentes conteúdos. Pretendemos começar pela Classificação Decimal Universal, que é o segundo sistema mais utilizado no Brasil, e um dos mais usados do mundo (OCLC [2025]).

A ideia de compartilhar o jogo com docentes da UFF e de outras instituições também faz parte dos próximos passos, o que demandará a formalização das regras, criação de versões impressas e digitais das cartas e tabuleiros, além de um guia de aplicação pedagógica.

Em síntese, a experiência relatada neste trabalho corrobora a hipótese de que a ludicidade pode ser uma aliada poderosa na superação das barreiras cognitivas e emocionais que certos conteúdos acadêmicos impõem. Ao transformar o estudo da CDD em uma vivência ativa, desafiadora e divertida, o jogo se mostrou não apenas um recurso auxiliar, mas uma ferramenta legítima de ensino, capaz de promover aprendizagem significativa, engajamento e prazer no ato de aprender.

REFERÊNCIAS

BRÄSCHER, Marisa, e Lígia CAFÉ, 2008. Organização da informação ou organização do conhecimento? Em: *IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação* [Em linha]. São Paulo: USP, pp. 1-14 [consult. 2025-03-31]. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/176535.

BRAZ, Márcia Ivo, e Evanise Souza de CARVALHO, 2017. Práticas em tratamento temático da informação: interfaces de ensino e aprendizagem. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* [Em linha]. **13**(n. esp.), 2496-2509 [consult. 2025-04-16]. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/975.

DICHEVA, Darina, et al., 2015. Gamification in Education: A Systematic Mapping Study. *Educational Technology & Society* [Em linha]. **18**(3), 75-88 [consult. 2025-04-09]. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/jeductechsoci.18.3.75.

FARDO, Marcelo Luis, 2013. A gamificação em ambientes de aprendizagem. *RENOTE* [Em linha]. **11**(1) [consult. 2025-03-31]. ISSN 1679-1916. DOI: https://doi.org/10.22456/1679-1916.41629.

NASCIMENTO, Ariane Callott, Julia Schettino J. dos SANTOS, e Marta Leandro da MATA, 2024. Gamificação: uma estratégia para desenvolver a competência em informação em instituições de ensino. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* [Em linha]. 20, 1-27 [consult. 2025-05-02]. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/354509.

OCLC, [2025]. *Dewey Services* [Em linha] [consult. 2025-06-10]. Disponível em: https://www.oclc.org/en/dewey/resources.html.

PRUDENCIO, Dayanne da Silva, e Mara E. Fonseca RODRIGUES, 2018. Práticas inovadoras no ensino de Biblioteconomia no Brasil: análise das publicações do GT-6 da Ancib e da BRAPCI. *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação* [Em linha]. **5**(2), 25-46 [consult. 2025-06-19]. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/116.

SAILER, Michael, et al., 2017. How gamification motivates: An experimental study of the effects of specific game design elements on psychological need satisfaction. *Computers in Human Behavior* [Em linha]. **69**(abril), 371-380 [consult. 2025-03-31]. ISSN 0747-5632. DOI: https://doi.org/10.1016/j.chb.2016.12.033.

SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy, Mayara S. Pascoal VALE, e Mikelly A. de Lima MARQUES, 2022. Gamificação no ensino da classificação bibliográfica: experiência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação* [Em linha]. **9**(n. esp.), 1-11 [consult. 2025-06-12]. ISSN 2358-3193. DOI: https://doi.org/10.24208/rebecin.v9.328.

SILVA, Isabelle, e Debora MARQUES, 2020. O uso de jogos a favor da conservação bibliográfica: uma proposta de preservação através da educação patrimonial. *Memória e Informação* [Em linha]. **4**(2), 276-287 [consult. 2025-06-10]. Disponível em: https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/143.

SILVA, Thais Dutra, et al., 2008. Jogos virtuais no ensino: usando a dengue como modelo. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia* [Em linha]. **1**(2), 58-71 [consult. 2025-07-07]. ISSN 1982-873X. DOI: https://doi.org/10.3895/s1982-873x2008000200004.

SOUZA, Leandro do N. de, e Gabrielle F. de Souza C. TANUS, 2021. Metodologias ativas de aprendizagem no ensino da biblioteconomia: uma revisão sistemática da literatura. Em: *XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação* [Em linha]. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, pp. 1-9 [consult. 2025-06-04]. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/192932.

VOGEL, Michely J. Mamede, e Juliana de Mesquita PAZOS, 2024. Classificação Decimal de Dewey: aplicação das regras de construção de notação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* [Em linha]. **20**(1), 1-22 [consult. 2025-05-13]. ISSN 1980-6949. DOI: https://doi.org/10.58876/rbbd.2024.2011890.

EMPOWERING LIBRARIES AND TOY LIBRARIES WITH CLAG, A CLASSIFICATION OF PLAYS AND GAMES

CARLO BIANCHINI*

Abstract: *This article presents ClaG, a classification system for games and plays developed at University of Pavia, Department of Musicology and Cultural Heritage (Italy) and the Italian Games and Plays Documentation Centre (AIG) in Udine (Italy). Responding to the need for a structured, functional organization of a large board game collection, ClaG integrates principles of knowledge organization with inclusive design. Implemented via a* Wikibase cloud instance Cla-G *— available at <https://cla-g.wikibase.cloud/wiki/Main_Page> — it provides a scalable, FAIR-compliant framework supporting cataloguing, retrieval, and accessibility. ClaG facilitates user-centred reference services, allowing librarians and educators to match games with diverse players' needs, skills, and preferences. Its faceted structure — addressing space, materials, setting, outcomes, genre, and age — enables nuanced selection and supports cultural and cognitive inclusion. By recognizing games as legitimate cultural and educational resources, ClaG offers a methodological and conceptual shift in library science, advancing equity and representation in collection management. The system bridges the gap between knowledge organization and play, positioning games as tools for learning, social engagement, and community building.*

Keywords: *ClaG; Classification; Play; Game; Inclusion.*

Resumo: *Este artigo apresenta o ClaG, um sistema de classificação de jogos e atividades lúdicas desenvolvido na Universidade de Pavia, Departamento de Musicologia e Património Cultural (Itália), e no Archivio Italiano dei Giochi (AIG) em Udine (Itália). Em resposta à necessidade de uma organização estruturada e funcional de uma grande coleção de jogos de tabuleiro, ClaG integra princípios de organização do conhecimento com design inclusivo. Implementado através de uma instância* Wikibase Cloud Cla-G *— disponível em <https://cla-g.wikibase.cloud/wiki/Main_Page> — oferece uma infraestrutura escalável e compatível com FAIR, facilita a catalogação, a recuperação e a acessibilidade. O ClaG suporta serviços de referência centrados no utilizador, permitindo aos bibliotecários e educadores adequar os jogos às necessidades, competências e preferências de diversos jogadores. A sua estrutura facetada — que considera o espaço, os materiais, o cenário, o resultado, o género e a idade — facilita a inclusão cultural e cognitiva. A ClaG propõe uma revalorização metodológica dos jogos como recursos culturais e educativos, promovendo a equidade e a representatividade na gestão das coleções.*

Palavras-chave: *ClaG; Classificação; Jogo; Atividade lúdica; Inclusão.*

INTRODUCTION

In 2017, the Municipality of Udine (Italy) established the AIG, Archivio Italiano dei Giochi (Italian Games and Plays Documentation Centre), a documentation

* University of Pavia, Department of Musicology and Cultural Heritage – Italy. Email: carlo.bianchini@unipv.it. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6635-6371.

centre on game culture dedicated to the collection, preservation, study, research and valorisation of the cultural and social heritage represented by games. At present, the AIG houses a collection of about 2,800 board games and over 700 publications, almost completely catalogued.

In view of its size, a classification system for plays and games was needed. In fact, the AIG's collection of games makes it necessary to adopt a functional physical organization for the use and study of games. But it is also the main lines of action of the AIG — including the collection, cataloguing and classification of games (mainly board games) and toys, the organisation and management of a specialised library in games and toys, game design, education, animation, pedagogy, play didactics and the publication of works on games and toys — that require an organization of the collections on a scientific basis. Finally, the use of the collection of plays and games to promote inclusion of players with different gender, age, physical, social or intellectual skills and cultural background was to be promoted.

In the past, a tagging system, *i.e.* a list of terms to help label games within the OPAC (*Online Public Access Catalogue*), was created by Dario de Toffoli — board game expert and author, and director (from 2017 to 2020) of the AIG. However, this list was not sufficient to form the basis of a systematic and adequate classification useful for the physical management of the collection for reference service to any kind of users. In fact, it was characterised by being a list of «words or terms identifying concepts […] simply juxtaposed one after the other» (Gnoli 2020, p. 49). It was a list of terms that was certainly broad and relevant, but lacking a detailed definition and guidance for each concept and group of concepts: thus, this list lacked two of the three fundamental dimensions of a proper library classification: the plane of ideas and the plane of notation (Ranganathan 1967, p. 114). Taken together, these terms — which often were not mutually exclusive — constituted an indexing tool that was very difficult to implement by cataloguers and unsuitable for the organisation of a physical collection. For these reasons, the AIG needed to identify and adopt an effective classification system for the management of its games collection and, in the autumn of 2022, a research group on game classification was created with the aim of developing a specially designed classification[1]. The draft of the classification underwent a first application by game cataloguing experts in summer 2023; later, in spring 2024 the new draft was presented for an open review to experts and stakeholders in *Play Modena*, the most important game fair in Italy, and at the University of Pavia (in Cremona). The first edition was published in November 2024, at the Biblioteca Civica «Vincenzo Joppi», the public library of Udine, Italy, and a partial english translation

[1] Members of the working group were: Carlo Bianchini, Claudia Mauro, and Paolo Munini.

was presented at the *European Toy Libraries Association Meeting* in Naples, April, 4th 2025 (Comune di Napoli 2025).

Finally, *Cla-G*, a tool to classify, was implemented to facilitate the classification process, by means of a novel *Wikibase cloud instance*[2].

1. THE PURPOSE AND SCOPE OF CLAG

ClaG is intended to be a practical tool to highlight the characteristics of a game that are useful for the purposes of choice, search, identification and delivery (and relocation) by the staff of a game, or a set of games, to a player or a group of players presenting themselves as users of a game library or library with a collection of games. It is also capable to enable the representation of accessibility features of plays and games of the collection. One of the most important bibliographic classification scholars of our time, when asked what the purpose of a bibliographic classification is, replies:

> *it is to organise books into a helpful sequence, or, rather, to mechanise the arrangement of books in a helpful sequence. It is also to help mechanise the correct replacing of books returned after use. Again, it is to help fix the most helpful place for a newly added book among those that are already in a library* (Ranganathan 1959, p. 7).

If, in this quotation, the term 'book' is replaced by the terms 'play' and 'game', the purpose and limits of ClaG are fully clarified.

Moreover, ClaG also aims to help players, educators and enthusiasts recognise and orient themselves among the different types of games, facilitating the identification of those games that best respond to the different preferences, needs and requirements of any kind of users in a certain moment.

From this point of view, ClaG aims to:

- Provide a robust and scalable system for classifying games across institutions, also by means of *Cla-G*, a *Wikibase cloud instance* to publish classification data compliant with *FAIR Principles* (Go Fair [2025]).
- Address the semantic and functional diversity of play as a multidimensional activity.
- Promote inclusive access and representation through a classification system that respects diverse users, needs, and play practices.
- Reinforce the cultural and educational status of games, acknowledging them as significant forms of expression and learning.

[2] BIANCHINI, Carlo, 2024-2025. *ClaG: classification of games for toy libraries and libraries. Wikibase instance* [online]. [S.l.]: Wikimedia [accessed 2025-01-26]. Available from: https://cla-g.wikibase.cloud/wiki/Main_Page.

2. THE DESIGN PROCESS OF CLAG

The first and foremost problem in designing a classification system is to establish, precisely, what it deals with, *i.e.* what objects it classifies (and, of course, what it does not deal with and which remains excluded). Defining what a game is a rather complex task, to which many scholars have devoted themselves, with varying success.

According to Johan Huizinga, author of *Homo Ludens* — which Stefano Bartezzaghi considers «the book that opened up twentieth-century reflection on play» (Bartezzaghi 2017, para. 3.5) — the «play is a voluntary activity or occupation executed within certain fixed limits of time and place, according to rules freely accepted but absolutely binding, having its aim in itself and accompanied by a feeling of tension, joy and the consciousness that it is "different" from "ordinary life"» (Huizinga 1949, p. 28).

According to the *Treccani Vocabulary*, a game is «any freely chosen activity to which children or adults devote themselves, individually or in groups, without any other immediate purpose than recreation and leisure, developing and exercising at the same time physical, manual and intellectual capacities» (Istituto… 2024b). The definition therefore includes a set of activities that is really very broad, ranging from very unstructured outdoor games, such as *Hide and Seek* or *Capture the flag*, to sports, whether Olympic or not, to board games and video games.

Roger Caillois notes that «play is essentially a separate occupation, carefully isolated from the rest of life, and generally is engaged in with precise limits of time and place» (Caillois 2001, p. 6). For Bernard Suits (1978, p. 41), «playing a game is the voluntary attempt to overcome unnecessary obstacles».

To sum up, ClaG's object is play, *i.e.* an activity that is natural, free and spontaneous, an end in itself, endowed with implicit or explicit rules, circumscribed within limits of space and time, with an uncertain outcome, fictitious.

An important distinction adopted in ClaG is the one that refers to the difference between the English terms 'play' and 'game' (and allows for the introduction of an essential characteristic of play, which does not emerge in the two definitions just proposed). For instance, Adams (2014) distinguishes between:

1) Play, which refers to «non-essential human activities that are, usually but not always, recreational as well» (Adams 2014, p. 514), and he adds that ludic activity is one of the four key elements of a game.
2) Game, which is «a type of *play* conducted in the context of a *pretended* reality in which the participant(s) try to achieve at least one arbitrary and non-trivial *goal* by acting with *rules*» (Adams 2014, p. 510).

Furthermore, Adams notes that a competition is a particular «form of play in which players are trying to achieve mutually exclusive goals» (Adams 2014, p. 504).

Anna Bondioli (2002) also emphasises the need to recall the distinction between play and game offered by Avedon and Sutton-Smith (1971); the former is a «behaviour characterised by interest in actions in and of themselves, in which the achievement of a goal is entirely secondary — the child pretending to fall asleep without being sleepy, who enjoys looking at the world from below — and, therefore, is individual, non-socialisable and non-lasting»; on the other hand, the game envisages «the presence of repeatable patterns and predictable results, for example, a game of alternating turns in which, repeatedly, the child tries to take a finger from mummy and mummy withdraws» (Bondioli 2002, p. 32).

Play and game are thus distinguished because, in the latter, the challenge between the players, or between the players and the game itself (as in cooperative games or solitaires), or the author of the game (as in rebuses, riddles and crosswords), is essential, and, for this reason, in the game, rules that allow the competition to take place fairly and with a clear outcome are also indispensable. The game in the strict sense is therefore a particular type of play.

ClaG is intended to cover the entire domain of plays and games, although for practical purposes, it is currently only developed in depth for games that are most frequently found in the collections of toy libraries and libraries[3].

3. METHODOLOGY. FROM THE DEFINITION TO THE CATEGORIES

A conceptual and analytical framework rooted in library and information science theory was adopted to develop the classification system, particularly drawing from:

- Faceted classification theory, including Ranganathan's Colon Classification system;
- A wide recognition of concepts as defined in specialized literature on plays and games, with special attention to works about game design;
- An analysis of most common lists of terms and popular classifications available in literature;
- A bottom-up analysis of the table top and board games of the collection of the Archivio Italiano dei Giochi and a field experimentation during the development of the classification scheme;
- Testing in real-world settings and refined based on feedback and iterative usage[4].

[3] Data from *Cla-G*, the knowledge base created by recording ClaG class numbers of plays and games, show that 211 (90%) out of 234 classified games are agonistic (June 2025). For the query SPARQL to get continuously updated data about genres use the following link: https://tinyurl.com/24rptvk7 [accessed 2025-06-01]. Agonistic games can be easily identified by the "A" notation.

[4] Currently, ClaG is in use at the Archivio Italiano dei Giochi and at the Ludoteca Comunale di Udine.

Through this multidisciplinary lens, ClaG was designed as a faceted, modular, and extensible system.

A major starting point was Salen and Zimmerman (2004) definition of game, based on a careful, interesting and analytical comparison of game definitions provided by leading game scholars such as David Parlett (1999), Clark C. Abt (1987), Johan Huizinga (1949), Roger Caillois (2001), Bernard Suits (1978), Chris Crawford (2000 [1982, 1997]), Greg Costikyan (2002) and Avedon and Sutton-Smith (1971).

The definition proposed by Salen and Zimmerman (2004) allows us to highlight a number of characteristics that proved useful in the creation of this classification and that will be useful in its use: «A game is a system in which players engage in an artificial conflict, defined by rules, that results in a quantifiable outcome […] it applies to all types of games, from computer and video games to parlor games and sports» (Salen and Zimmerman 2004, p. 80).

In this definition — which evidently applies to game and not play — there are some fundamental concepts that underpin the construction of ClaG.

One fundamental concept is that play is artificial; this means that «games maintain a boundary from so-called 'real life' in both time and space. Although games obviously occur within the real world, artificiality is one of their defining features» (Salen and Zimmerman 2004, p. 80). Thus, a fundamental characteristic of a game is the 'artificial' space within which it takes place and the relative position of the player in relation to that artificial space.

However, the physical objects that allow the conflict to develop are also artificial: many plays require specific materials to be played (a specific ball, cards, pieces, toys, an electronic device, etc.).

Artificiality also implies another fundamental aspect of play, which is its ability to simulate, to mimic reality. In fact, some plays are characterised by a setting that refers, in a more or less close form, to phenomena of reality (such as *Monopoly*, *Subbuteo* or *RisiKo!*, or «playing cowboys»), but others are totally abstracted from reality (such as *Jenga*, *Checkers* or *Draughts*, *Othello*).

Salen and Zimmerman's definition includes the idea of conflict[5], which must result in an outcome that depends on a quantifiable result, as a further intrinsic characteristic of the game. According to the aforementioned authors, in fact, «games have a quantifiable goal or outcome. At the conclusion of a game, a player has either won or lost or received some kind of numerical score. A quantifiable outcome is what usually distinguishes a game from less formal plays» (Salen and Zimmerman 2004, p. 80). Knowing who wins or loses, or if there is no conflict at all, is a fundamental

[5] «Conflict. All games embody a contest of powers. The contest can take many forms, from cooperation to competition, from a solo conflict with a game system to multiplayer social conflict. Conflict is central to the game» (Salen and Zimmerman 2004, p. 80).

point in choosing starting and playing a game, because it is closely linked to the number of players who are available to play at the time of the choice, but also to the overall player experience.

The classifications of games based on genre are innumerable; there are, however, a number of rather shared genres, depending on the mode or skill with which players act. Anyway, Caillois' classification is perhaps the only classification of games that has been universally accepted and has endured to this day. In this regard, Romina Nesti writes: «Caillois' work remains a fundamental text insofar as it succeeds in bringing order within the large number of attempts to catalogue [sic] the game that failed to meet criteria of univocity and clarity. The author gives us four categories determined through the predominant attitude enacted by the player himself during the chosen game» (Nesti 2012, p. 32).

The main genres identified in ClaG echo Caillois' classic classification proposal (Caillois 2001, p. 11-26), which, based on the player's attitude towards the game, includes: *agon* (struggle), *alea* (chance), *mimicry* (imitation) and *ilinx* (vertigo), defined summarily below.[6]

The *agon* genre includes all games characterised by the desire to win the competition that animates each player, due to their physical, mnemonic, linguistic, logical-mathematical ability, etc.: winning a game means proving to be more skilled at something than all the other players.

As most of the games currently classified at AIG are agonistic ones, a further subdivision principle of this class was needed. For this reason, games of the *agon* genre in ClaG were subdivided according to the guiding principle constituted by the skill that a game requires of a player to enable him to achieve the objective defined by the rules of the game. So, subclasses of *agon* genre are created according to the main or prevailing skill required by the player to win, which is then the characteristic on which the challenge underlying the game is based. With this principle, one can distinguish, for example, word and storytelling games, maths games, logic and deduction games, mazes and puzzles, bluffing games, etc. For the identification of the different skill types, ClaG relied on the theory of multiple intelligences proposed by Howard Gardner's *Formae mentis. An Essay on the Plurality of Intelligence*. According to Gardner, in fact, «an intelligence is the ability to solve problems, or to create products, that are valued within one or more cultural contexts» (Gardner 1987, p. 10). This definition of intelligence has the advantage of applying equally well to real situations and to fictitious situations created by the magic circle of a game. The relationship between multiple intelligences and game preferences on the part of regular players has been highlighted by a number of studies: in particular, Sajjadi, Vlieghe and De Troyer (2016) point

[6] For a deeper presentation, see chapter 5 of Bianchini and Munini (2024).

out that there is empirical evidence «that there is a correlation between intelligence dimensions and game preferences. This means that performance in certain domains of intelligence coincides with preferring or enjoying certain particular games more or less» (Sajjadi, Vlieghe and De Troyer 2016, p. 572). This preference surely applies also to players with diversity gaps, that can be overcame by the accurate choice of a game requiring a particular not-impaired skill.

A game can certainly be seen as a problem to be solved: the challenge posed in the game is certainly a problem (this is particularly evident in puzzles or brain-teasers) and must be overcome through recourse to one or more intelligences, in Gardner's sense, or skills, where skill means «the ability to perform a form of activity; [ability] differs from aptitude because the latter is original, innate, spontaneous, whereas skill, although it may develop as a result of natural disposition, is the result of will, exercise, and experience» (Istituto… 2024a).

The skills currently envisaged by ClaG are the following: intrapersonal skill, physical skill, social skill, language skill, logical-mathematical skill, mnemonic skill, musical skill, naturalistic skill and spatial skill. They make it possible to create as many classes, which can be further subdivided. The tree graph of subclasses according to genre in *Cla-G* is depicted in Figure 1.

It's worth to underline that while players engage a contest based on one of their main skills, the rules have the task to create a framework in which all the players have the same opportunities and chances to win. In this way, plays and games can be a very strong tool for inclusion and overcome of diversity among people.

The *alea* genre encompasses all games «that are based on a decision independent of the player, an outcome over which he has no control, and in which winning is the result of fate rather than triumphing over an adversary» (Caillois 2001, p. 17) and includes, of course, games of chance.

An example of a game of *alea* is *The Goose Game*, which relies only on the roll of dice. Every player has equal chances to win or to lose, independently from his/her skills. For this reason, this genre of game is a mighty tool of inclusion.

As Caillois (2001) notes, games of chance (*e.g.* gambling dens, casinos, races, lotteries, betting), unlike the rest of games, are not divorced from material interests. Gambling is in fact a recreational activity in which the aim is profit and in which winning or losing is predominantly at random, skill being of negligible importance.

The *mimicry* genre includes those ludic activities in which play «can consist not only of deploying actions or submitting to one's fate in an imaginary milieu, but of becoming an illusory character oneself, and of so behaving. […] Mimicry and travesty are therefore complementary acts in this kind of play» (Caillois 2001, pp. 19, 21).

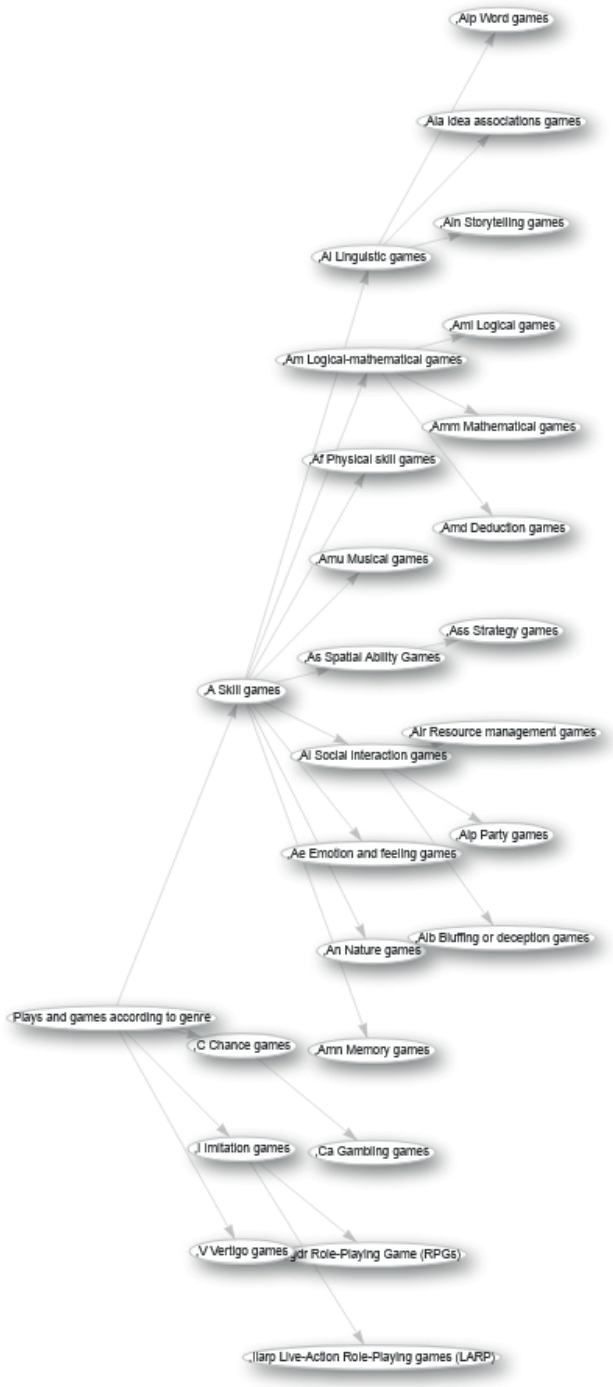


Fig. 1. Tree graph of subclasses of genre
Source: Author's creation. Available from: https://tinyurl.com/258qslym [accessed 2025-06-01]

According to Francesca Antonacci (2012), Caillois understands imitation games as

> *those games where one pretends, masks oneself, disguises oneself or simply plays a role or a character. They are all games in which we transform ourselves into something or someone that is different from us. Mimicry is the game of imitation, playing with dolls, games of interpretation (teacher, doctor), disguises and any more or less structured form of dramatization* (Antonacci 2012, p. 36).

The imitation game is the basis of an increasingly successful category of games, which is that of role-playing games (or RPGs): these are «narrative games in which players invent a collective story by identifying themselves as the protagonists under the guidance of a narrator. […] The game is entirely oral» (Angiolino and Sidoti 2010, p. 458).

The *ilinx* genre includes ludic activities

> *which are based on the pursuit of vertigo and which consist of an attempt to momentarily destroy the stability of perception and inflict a kind of voluptuous panic upon an otherwise lucid mind. In all cases, it is a question of surrendering to a kind of spasm, seizure, or shock which destroys reality with sovereign brusqueness* (Caillois 2001, p. 23).

The physical practices that provoke the feeling of vertigo, that provoke the perception of having taken our physique to the limit, are indeed widespread: acrobatics, the sensation of falling, throwing ourselves into the air (as parents do with young children), giddy spinning, sliding, speeding up a straight movement or combining it with a rotating movement.

Vertigo can also be found in forms of disorder and destruction (such as the bursting of firecrackers or bangs with carbide).

Examples of vertigo-inducing games are fairground rides, extreme sports or slides, swings and zip lines in playgrounds.

Beside space, materials, setting, outcome, and genre, which were spotted since the start of the design of ClaG, a very important suggestion came from the open presentation of ClaG draft to the public of experts and stakeholders in Spring 2024. Age was suggested as a relevant information in the choice of a play or a game during the reference service to the patrons of a library or a toy library. Age is highly relevant also in videogames, as a basic requirement for each product, and it is systematically included in instructions for use by publishers. Age is a very relevant tool for the assessment of the potential attitude of players towards a game and, for this reason, is a means of inclusion too.

4. BRIEF OVERVIEW OF THE CLASSIFICATION SYSTEM. THE SIX FACETS OF CLAG

Based on Salen and Zimmerman's definition discussed above, ClaG structures the description of plays and games around six core facets — space, materials, setting, outcome, genre, and age — each designed to reflect essential characteristics of how a game is played, understood, and experienced. These facets allow for detailed and flexible indexing that can support diverse search and discovery strategies, and enable the choice of a play or game based on specific educational or social goals.

1) Space. In ClaG, the first differentiation between the different types of plays is based on the analysis of the play space: «the game's domain is therefore a restricted, closed, protected universe: a pure space» (Caillois 2001, p. 7). Space is essential: «There is place for play: as needs dictate, 'the space for hopscotch, the board for checkers or chess, the stadium, the racetrack, the list, the ring, the stage, the arena, etc. Nothing that happens outside this ideal boundary is to be taken into account. Leaving the established area by mistake, by chance or by necessity, sending the ball beyond the field, sometimes disqualifies the player, sometimes results in a penalty» (Caillois 2001, p. 6). The playing space is, together with the playing time, one of the two fundamental components of the «magic circle», the parallel and artificial world in which it is the game that is real and from which reality, on the other hand, is excluded. Stefano Bartezzaghi also shares the idea that play space is a suitable criterion for classifying games; in fact, he states that: «a parameter for classifying games could be the physical place where players meet» (Bartezzaghi 2024, p. 20). In ClaG, space is referred to the spatial position of the player with respect to the magic circle (the time-space world in which the play or game happens); the player can be inside the playground, outside the playground, or the magic circle can be fully inside the mind of the player. Examples of different spaces are: free-field games (*e.g. Hide and seek*), games with a regulated field on terrain (*e.g.*: *Badminton*, *Football*), table top games without other support (*e.g.*: *Dominoes*, *Mahjong*, *Uno*), board games (*e.g.*: *Chess*, *Othello*, *Monopoly*), games with imaginary arenas (*e.g.*: gamebooks or videogames). This facet strongly supports inclusiveness, because it accounts for spatial accessibility and play setting.
2) Materials. The term 'materials' is used to refer to «the set of all object necessary to play a game. In a given game, materials may or may not be present, and can be anything» (Angiolino and Sidoti 2010, p. 604). For the purposes of game classification, in the case of several materials, the main, or most important, or prevalent (in quantitative terms) material is to be taken into

account. This class captures the physical or digital elements required: cards (traditional or special ones), dice (traditional or special ones), tiles, boards, paper-and pencil games, toys, balls, marbles, pieces and tactile elements, or screens. Of course, not all games require materials: games without materials are, for example, *Hide and Seek*. This facet facilitates inclusive classification for different sensory or motor abilities, aiding the discovery of games appropriate for visually or otherwise impaired users, non-digital settings, or hands-on learning.

3) Setting. The setting is the «subject of the game, evoked by the materials and rules» (Angiolino and Sidoti 2010, p. 36). With respect to setting, ClaG stipulates that games can fall into one of these three classes: non-set games (*e.g. Othello*), set games (*e.g. Monopoly*) and simulation games (*e.g.* flight simulators). The settings are innumerable; by way of example, games already exist with the following settings: North America, Ancient China, Ancient Rome, Ancient Egypt, Asia, Celtic Civilisation, Horse Racing, Culinary, Health Emergencies, 14th Century Europe, 17th Century Europe, Science Fiction, Fantasy, Finance, Japan, Middle Ages, Mystery, Nature, Prehistory, Renaissance, Venice, Travel, etc. Potentially, any subject or theme can become the setting or context of a game. Therefore, in the future it could be useful to provide an additional specific classification to define each possible setting (*e.g.* by means of the addition of DDC notation)[7]. As Claudio Gnoli points out, «this is a beautiful example of what Douglas Foskett wrote (concerning general and special classifications, International Classification 18: 1991, no. 2, p. 87-91): even special classifications always need to refer to concepts outside their domain» (Gnoli 2024). Subjects of games are very relevant for the selection of a game, especially for teachers and educators who desire to utilize plays and games as educational tools for a specific topic. Moreover, this is crucial for selecting games based on social-emotional learning goals, therapy needs, or user preferences.

4) Outcome. The term 'outcome' indicates what conclusion is expected at the end of the game. Who wins? Who loses? What is the overall purpose of the game experience? However, the scope of ClaG also extends to plays, *i.e.* non-competitive activities with no winner or loser. So, from this point of view, plays and games can be classified as solitaire (*e.g. Rush Hour*), with one winner (*e.g. Risiko!*), with one winning team (*e.g.*: *Lupus in tabula* and *Taboo*), co-operative (*e.g.*: *Pandemia*, *Zombicide*), semi-cooperative (*e.g.*

[7] At present, a deeper classification by subject does not seem to be needed, as the largest class created includes just four games; moreover, they are non-set games. Query available at: https://tinyurl.com/27fvyju8 [accessed 2025-06-01].

Arkham Horror), with one loser (*e.g.*: *Blind man's bluff, Hide and Seek*), and without winner or loser (*e.g. Rory's Story Cubes*). As easily understandable, outcome is a highly relevant characteristic for inclusion and diversity, because it focuses on competition vs cooperation, and enable the choice of activities such as open-ended storytelling or team building games, to reach experiential or therapeutic goals. This facet broadens the idea of play to include creative, process-oriented, and developmental play forms.

5) Genre. As largely discussed above, there are four main classes of genre defined by Caillois, based on the player's attitude towards the game (skill, chance, imitation, and vertigo games), and the most part of subclasses belongs to skill games, which are the most common ones. As to win or play a game is usually required a main, most important or prevailing skill, the choice of a specific genre of game can remark or hide diversity in players, and can be an easy but effective way to promote inclusion.
6) Age. It represents the suggested minimum age for the player(s). The assessment of the correct age to play a game is highly subjective — it can even be different in two publishers' edition of the same game — but age can be an extremely discriminating factor during the reference transaction between the person in charge of a game collection and the player(s) asking for help in identifying and choosing a game(s) to use. For these reasons, age was included in ClaG, but it must be determined solely on the basis of a few external sources, which are free and authoritative internationally or nationally, starting from *BoardGameGeek* (Board… [2010-2025]). The presence of age in the classification system allows for lifespan inclusivity, supports correct management of games for early childhood, intergenerational play, or elderly users and aligns with developmental or pedagogical goals.

These six facets, used in combination, allow for a multidimensional, user-sensitive classification system that enhances both classification precision, reference service, and user navigation.

5. INCLUSION AND DIVERSITY CONSIDERATIONS

ClaG offers a useful tool for the player who wants to choose a game for themselves, and at the same time provides the toy librarian and the librarian with a step-by-step path to follow when the player requires assistance in choosing a game. ClaG imagines a scenario involving one or more players who want to play, meeting outdoors, or in an enclosed space, or in a playroom or toy library. The choice of game will depend on several competing factors: the climate (*e.g.*: is it too cold or too hot to play

outdoors?), the available space (*e.g.*: is it big enough and articulated enough to play *Hide and Seek*?), the available resources (*e.g.*: do you have a ball or a pack of cards, or nothing?), the number of participants (*e.g.*: are you alone, two, or enough to form teams?), but especially the skills — physical, psychological, intellectual, cultural, etc. — and the age of the players.

During the reference transaction[8] between the toy librarian or librarian and the player or group of players, the interaction takes place in which the former initiates an interview in order to clarify, thanks to the players' answers, what characteristics of the play activity they are looking for. ClaG's facets — space, materials, setting, outcome, genre, and age — will be precisely the starting point of the guiding questions for the reference interview.

As seen above, any facet can effectively help in avoiding diversity gaps in the player(s) and in promoting inclusion of players with different gender, age, physical, social or intellectual skills and cultural background.

One of ClaG's most notable contributions is its explicit integration of inclusive design principles into classification logic. The system:

- Makes room for non-traditional and therapeutic forms of play, which are often overlooked in standard cataloguing;
- Supports cultural inclusion by enabling classification based on genre and narrative representation, increasing visibility of non-Western, indigenous, or underrepresented themes in play;
- Avoids stigmatizing or reductive labelling, especially for games used in therapy or special education, focusing instead on the game's contexts, contents, outcomes, affordances, and objectives.

Features enabling tagging based on accessibility features, such as sensory input types based on materials facet or cognitive load based on genre facet, thereby assisting in selecting games suitable for users with disabilities or special educational needs are also available.

Through this framework, ClaG helps institutions design play collections that reflect user diversity and accommodate a broad spectrum of abilities, cultures, and learning styles.

CONCLUSIONS

The ClaG system represents a significant advancement in management of games and play collections in toy libraries and libraries. Moreover, it challenges the marginal

[8] On the reference transaction, the literature is vast. By way of example, and for an initial in-depth study, please refer to: Katz (2002); American… (2008-2021).

status games have often held in library collections and reframes them as legitimate, information-rich cultural objects.

In conclusion, the authors affirm that:

- ClaG empowers libraries and toy libraries to provide structured, meaningful access to games for all users.
- It establishes a precedent for recognizing the complex, multifaceted nature of games within library context.
- The system promotes equity and representation, aligning information science practice with inclusive education and cultural diversity.

ClaG is thus both a technical tool and a cultural proposal — a call to recognize and support the richness of play as a vehicle for learning, inclusion, and social engagement.

REFERENCES

ABT, Clark C., 1987. *Serious games*. Lanham, MD: University Press of America.

ADAMS, Ernest, 2014. *Fundamentals of game design*. 3rd ed. Berkeley, CA: New Riders.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Reference and User Services Association, 2008-2021. *Definitions of Reference* [online]. Chicago: ALA [accessed 2025-06-01]. Available from: http://www.ala.org/rusa/guidelines/definitionsreference.

ANGIOLINO, Andrea, and Beniamino SIDOTI, 2010. *Dizionario dei giochi: da tavolo, di movimento, di carte, di parole, di ruolo, popolari, fanciulleschi, intelligenti, idioti e altri ancora, più qualche giocattolo*. Bologna: Zanichelli.

ANTONACCI, Francesca, 2012. *Puer ludens: antimanuale per poeti, funamboli e guerrieri*. Milano: Angeli.

AVEDON, Elliott M., and Brian SUTTON-SMITH, 1971. *The study of games*. New York: J. Wiley.

BARTEZZAGHI, Stefano, 2024. *Chi vince non sa cosa si perde. Agonismo, gioco, guerra*. Milano: Bompiani.

BARTEZZAGHI, Stefano, 2017. *Parole in gioco: per una semiotica del gioco linguistico*. Milano: Bompiani. Bompiani Overlook.

BIANCHINI, Carlo, 2024-2025. *ClaG: classification of games for toy libraries and libraries. Wikibase instance* [online]. [S.l.]: WikiMedia [accessed 2025-01-26]. Available from: https://cla-g.wikibase.cloud/wiki/Main_Page.

BIANCHINI, Carlo, and Paolo MUNINI, 2024. *ClaG. Classificazione dei Giochi per ludoteche e biblioteche*. Udine: Comune di Udine.

BOARD GAME GEEK, [2010-2025]. *BoardGameGeek* [online]. [S.l.]: BGG [Accessed 2025-06-01]. Available from: https://boardgamegeek.com/.

BONDIOLI, Anna, 2002. *Gioco e educazione*. 5th ed. Milano: Franco Angeli.

CAILLOIS, Roger, 2001. *Man, Play and Games*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.

COMUNE DI NAPOLI, 2025. *European Toy Libraries per la prima volta a Napoli* [online]. Napoli: Comune Di Napoli [accessed 2024-03-01]. Available from: https://www.comune.napoli.it/european-toy-libraries.

COSTIKYAN, Greg, 2002. I Have No Words and I Must Design. Toward a Critical Vocabulary for Games. In: Frans MÄYRÄ, ed. *Proceedings of Computer Games and Digital Cultures Conference* [online]. Tampere: Tampere University Press [accessed 2024-03-01]. Available from: http://www.costik.com/nowords2002.pdf.

CRAWFORD, Chris, 2000 [1982, 1997]. *The Art of Computer Game Design* [online]. Washington: Sue Peabody, Washington State University [accessed 2025-01-26]. Available from: https://www.digitpress.com/library/books/book_art_of_computer_game_design.pdf.

GARDNER, Howard, 1987. *Formae mentis. Saggio sulla pluralità dell'intelligenza*. Milano: Feltrinelli.

GNOLI, Claudio, 2024. *SiCLuGi.* Personal communication via email to [Carlo Bianchini], [University of Pavia]. 2024-05-30.

GNOLI, Claudio, 2020. *Introduction to knowledge organization*. London: Facet Publishing.

GO FAIR, [2025]. *FAIR Principles* [online]. Hamburg, Leiden, Paris: GO FAIR International Support and Coordination Office (GFISCO) [accessed 2025-01-26]. Available from: https://www.go-fair.org/fair-principles/.

HUIZINGA, Johan, 1949. *Homo ludens. A study of the play-element in culture*. London: Routledge & Kegan Paul.

ISTITUTO DELLA ENCICLOPEDIA TRECCANI, 2024a. Abilità. *Treccani* [online]. Roma: Istituto della Enciclopedia Treccani [accessed 2024-01-27]. Available from: https://www.treccani.it/vocabolario/abilita/.

ISTITUTO DELLA ENCICLOPEDIA TRECCANI, 2024b. Gioco. *Treccani* [online] Roma: Istituto della Enciclopedia Treccani [accessed 2024-01-26]. Available from: https://www.treccani.it/vocabolario/gioco/.

KATZ, William A., 2002. *Introduction to reference work*. 8th ed. Boston: McGraw-Hill.

NESTI, Romina, 2012. *Frontiere attuali del gioco: per una lettura pedagogica*. Milano: UNICOPLI.

PARLETT, David Sidney, 1999. *The Oxford history of board games*. Oxford, New York: Oxford University Press.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita, 1967. *Prolegomena to Library Classification*. 3rd ed. Bombay: Asia Publishing House.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita, 1959. *Elements of library classification. Based on lectures delivered to the University of Bombay in December 1944 and in the Schools of Librarianship in Great Britain in December 1956*. London: Association of Assistant Librarians, vol. 2.

SAJJADI, Pejman, Joachim VLIEGHE, and Olga DE TROYER, 2016. Relation Between Multiple Intelligences and Game Preferences: An Evidence-Based Approach. In: T. CONNOLLY, and L. BOYLE, ed. *Proceedings of the 10th European Conference on Games Based Learning*. Paisley, Scotland: Academic Conferences and Publishing International Limited, pp. 565-574.

SALEN, Katie, and Eric ZIMMERMAN, 2004. *Rules of play: game design fundamentals*. Cambridge, Mass: MIT Press.

SUITS, Bernard, 1978. *The Grasshopper. Games, Life and Utopia*. Toronto: University of Toronto.

POSTERS

A REPRESENTAÇÃO DA LITERATURA INFANTO-JUVENIL AFROCENTRADA NA BIBLIOTECA FLOR DE PAPEL

TATIANA DE ALMEIDA*
CAMILA DE FÁTIMA LEAL RODRIGUES**

Resumo: *A literatura infanto-juvenil afrocentrada é essencial na formação identitária de crianças negras, promovendo autoestima, valorização da cultura afro-brasileira e combate ao racismo. Este estudo tem como objeto a presença dessa literatura nos acervos escolares, com ênfase nas ações da pessoa bibliotecária como agente de transformação social. Por meio de revisão bibliográfica, buscou-se identificar e analisar as obras afrocentradas disponíveis na Biblioteca Flor de Papel. Os resultados indicam que a representação adequada dessas narrativas é crucial para sua visibilidade, localização nos acervos e promoção da diversidade, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.*

Palavras-chave: *Representação da informação; Biblioteca escolar; Literatura infanto-juvenil afrocentrada.*

Abstract: *Afro-centered children's literature plays a key role in the identity formation of black children by fostering self-esteem, valuing Afro-Brazilian culture, and combating racism. This study focuses on the presence of such literature in school library collections, highlighting the librarian's role as a social transformation agent. Through a literature review, the research aimed to identify and analyze Afro-centered works available at the* Biblioteca Flor de Papel. *The findings reveal that proper representation of these narratives is essential for their visibility, accessibility within collections, and for promoting diversity, contributing to a more inclusive and equitable society.*

Keywords: *Information representation; School library; Afro-centered children's and young adult literature.*

INTRODUÇÃO

A literatura infanto-juvenil desempenha um papel fundamental na formação das crianças, não apenas como uma ferramenta de aprendizagem, mas também como um meio de construção de identidade cultural e valorização da diversidade. O acesso à literatura com narrativas afrocentradas, permite a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, pois contribui para a visibilidade da cultura e história africana e afro-brasileira, frequentemente marginalizadas nos currículos escolares tradicionais. Nesse contexto, as bibliotecas escolares assumem uma função central, sendo responsáveis por fornecer aos estudantes acesso a uma variedade de materiais

* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – Brasil. Email: tatiana.almeida@unirio.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1703-0148.
** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – Brasil. Email: camilafatima@edu.unirio.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0006-9813-725X.

literários que abordam essas temáticas. Contudo, observa-se que a presença de obras afrocentradas nos acervos de bibliotecas escolares pode ser insuficiente ou até mesmo inexistente em algumas regiões.

Por esse motivo, o objeto de pesquisa é a literatura infanto-juvenil afrocentrada dialogando como as ações da pessoa bibliotecária podem auxiliar a criança preta a se reconhecer como sujeito tendo uma perspectiva positiva sobre sua cor, história, autoestima e seu pertencimento à sociedade brasileira. Para isso iremos utilizar como metodologia revisão bibliográfica de livros, artigos e documentos governamentais.

O objetivo geral foi identificar os assuntos dessa literatura afrocentrada, presentes no acervo da Biblioteca Flor de Papel, sendo os objetivos específicos: identificar no acervo as obras que possuem narrativas afrocentradas e analisar a representação destas obras. Evidenciamos que a representação eficiente da literatura infanto-juvenil afrocentrada se faz fundamental, não apenas para facilitar sua localização nos acervos, mas também como um instrumento essencial para garantir a representatividade adequada de um povo que, historicamente, foi invisibilizado.

1. REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A representação da informação é uma das atividades mais relevantes no âmbito da Biblioteconomia, uma vez que está diretamente vinculada à recuperação da informação e ao acesso ao conhecimento por parte dos usuários. Desse modo, uma representação mais precisa facilita a recuperação da informação, tornando a busca por termos e assuntos mais eficiente. No caso de temas que ainda enfrentam resistências, como os conteúdos afrocentrados, essa prática ganha uma dimensão ainda mais crucial. Uma indexação bem elaborada e sensível às especificidades culturais é fundamental para assegurar que esses temas estejam devidamente representados nos acervos, promovendo, assim, a diversidade e a equidade no acesso à informação. Dessa forma, a representação da literatura infanto-juvenil afrocentrada não se limita a uma mera atividade técnica, mas assume um caráter político e social, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. É uma atividade na qual o profissional a partir de uma análise contextual, pode representar o conteúdo através de elementos descritivos.

2. BIBLIOTECA ESCOLAR

De acordo com Eliane Fioravante (2021), as Bibliotecas Escolares (BE) são importantes já que permitem que alunos e professores tenham acesso aos serviços, acervo, atividades e profissionais que estimulem a leitura, escrita, debates e conversas acercas das relações étnico-raciais e, como tal, permitem que ocorra diálogo e aprendizagem.

> *No que toca à biblioteca escolar (BE), esta possui uma função educativa, mas sua ação não se reduz ao apoio à aprendizagem e às atividades curriculares, ela se estende à formação para cidadania. A valorização da diversidade étnico-racial deve refletir no seu saber-fazer, na prática do bibliotecário, no acervo e nas atividades culturais e educativas que promove* (Santos e Souza 2023, p. 4).

Além disso, Sandra Regina Fontes (2019) destaca que a pessoa bibliotecária deveria ter conhecimento sobre a educação das relações étnico-raciais e integrar ao acervo da instituição títulos com esse conteúdo. Se tratando desse material, Teresa Cristina Antunes Reis (2011) reforça o papel da leitura e da BE na busca por promover o respeito às diferenças, o conhecimento acerca das várias culturas, tolerância e solidariedade.

A biblioteca escolar oferece para as crianças o contato com um acervo que vai além do didático, dessa forma conseguem estimular o gosto pela leitura e pela literatura de forma lúdica e prazerosa. Esse ambiente, segundo Bernadete Campello (2003) possui um viés educacional por permitir o aprendizado e desenvolvimento das habilidades para busca e recuperação e utilização da informação encontrada. A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) determina em suas diretrizes para bibliotecas escolares, a recomendação 3 onde descreve:

> *Deve ser posto em prática um plano para o desenvolvimento das três características necessárias para o sucesso de uma biblioteca escolar: um bibliotecário escolar qualificado; uma coleção que apoia o currículo da escola; e um plano explícito para o crescimento e desenvolvimento da biblioteca escolar* (International… 2000, p. 12).

Esse trecho enfatiza a importância da presença da biblioteca escolar e a necessidade de profissionais capacitados para tal função e preocupados com o desenvolvimento de um acervo que atenda às necessidades informacionais da comunidade usuária, especificamente às crianças. Esse ambiente precisa estar alinhado ao planejamento pedagógico, dessa forma as crianças têm a oportunidade de correlacionarem o que veem na sala de aula com as histórias encontradas na biblioteca, sendo uma parceria que só gera consequências positivas para os pequenos alunos-leitores.

3. LITERATURA INFANTIL

A inserção da literatura infantil nos primeiros anos das crianças é um diferencial no seu crescimento, já que esse acesso irá permitir que a mesma desenvolva habilidades e competências que irão lhe acompanhar durante todo o seu crescimento.

> *A literatura infantil se caracteriza pela forma de endereçamento dos textos ao leitor. A idade deles, em suas diferentes faixas etárias, é levada em conta. Os elementos que compõem uma obra do gênero devem estar de acordo com a competência de leitura que o leitor previsto já alcançou. Assim, o autor escolhe uma forma de comunicação que prevê a faixa etária do possível leitor, atendendo seus interesses e respeitando suas potencialidades. A estrutura e o estilo das linguagens verbais e visuais procuram adequar-se às experiências da criança* (Cademartori 2007, p. 11).

Na maioria das histórias infantis, infelizmente, o preto era sempre apresentado de forma depreciativa, muitas vezes caricato e animalizado. Dessa forma, a literatura infantil por anos representou uma sociedade que apagava parte da sua população, a preta, para que a branca mantivesse seu privilégio.

> *É possível perceber isso ao folhear os livros de literatura infantil presentes nas salas de aulas e bibliotecas escolares. Livros esses que trazem textos e ilustrações que colocam negras(os) com a marca da branquitude. Isso nos leva a considerar que todas as crianças ao serem privadas de uma pluralidade de vozes e narrativas, são vitimadas pela estrutura racista que opera na sociedade* (Luiz 2022, p. 88).

Os Movimentos Negros e as Políticas Públicas voltadas para as questões étnico-raciais como a lei 10.639/2003 (Brasil 2003) referente a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira foram essenciais para a mudança no mundo literário infanto-juvenil. Através deles foi possível o surgimento de uma literatura com uma representatividade mais real e adequada das pessoas pretas e de suas vidas, que é a afrocentrada.

4. AFROCENTRAMENTO E MEDIAÇÃO BIBLIOTECÁRIA

A falta de representação adequada na literatura e nos meios de comunicação reforçou uma invisibilidade que impacta a construção identitária das crianças pretas, destacando a importância de obras que valorizem e celebrem a diversidade étnico-racial. Estamos falando da literatura infanto-juvenil afrocentrada.

> *A descoberta de ser negra é mais que a constatação do óbvio. (Aliás, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal, depois do trabalho de ser descortinado muito véus). Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades* (Souza 1990, pp. 17-18).

Para a construção da identidade é importante reconhecer a negritude, já que os traços e a cor da pele não são os únicos 'requisitos' para ser preto. É preciso entender a sua história, ancestralidade e se reconectar para de fato se reconhecer como preto.

> *Uma literatura com proposta de representação do negro, que rompa com esses lugares de saber, possa trazer imagens enriquecedoras, pois a beleza das imagens e negro como protagonista são exemplos favoráveis á construção de uma identidade e uma autoestima. Isto pode desenvolver um orgulho, nos negros, de serem quem são, de sua história, de sua cultura* (Silva 2010, p. 35).

É uma literatura que, por intermédio de histórias com protagonismo preto, busca valorizar e compartilhar a experiência, cultura e história dos povos africanos e afrodescendentes.

> *uma literatura com proposta de representação do negro, que rompa cm esses lugares de saber, possa trazer imagens enriquecedoras, pois a beleza das imagens e o negro como protagonista são exemplos favoráveis à construção de uma identidade e uma autoestima. Isto pode desenvolver um orgulho, nos negros, de serem quem são, de sua história, de sua cultura.* […] *Investir na construção de uma identidade significa abrir caminho para a revolução no jeito de pensar da sociedade contemporânea, pois os educandos de hoje serão a sociedade de amanhã. A literatura, nesse ínterim, pode ser um espaço de problematização do movimento ocorrido em nossa sociedade* (Silva 2010, p. 35).

Por este motivo, defendemos o uso de uma literatura representativa e plural que permite a desconstrução do imaginário de superioridade de um povo sobre o outro. Alinhada a essas narrativas, a pessoa bibliotecária tem um papel importante durante o processo da promoção da literatura em questão e sua finalidade de construção de uma identidade e autoestima positiva nas crianças pretas; e na desconstrução do saber branco em relação ao que é diferente.

5. METODOLOGIA

A etapa empírica da pesquisa envolveu visita a Biblioteca foco do estudo, complementada por consultas ao catálogo e redes sociais dessa instituição. O objetivo foi identificar e analisar o acervo com foco em títulos de literatura infantil classificados como afrocentrados. Nesta etapa foram observados aspectos como os assuntos do catálogo e a prática de indexação adotada pelos responsáveis. Após o levantamento inicial, cada título identificado foi analisado quanto aos assuntos atribuídos, permitindo, em um segundo momento, a proposição de uma categorização temática

alternativa que melhor representasse os exemplares estudados. Por fim, os resultados foram submetidos a uma análise crítica comparativa entre as abordagens de classificação encontradas nas bibliotecas e as categorias propostas pela pesquisa, contribuindo para reflexões sobre as práticas de organização e representação de acervos com perspectiva afrocentrada.

6. A REPRESENTAÇÃO DA LITERATURA INFANTO-JUVENIL AFROCENTRADA NA BIBLIOTECA FLOR DE PAPEL

A Biblioteca Flor de Papel integra a rede de 29 bibliotecas da Universidade Federal Fluminense (UFF), estando localizada na unidade de educação infantil do Colégio Universitário Geraldo Reis. O surgimento da Biblioteca Flor de Papel foi motivado pela demanda das crianças por acesso à literatura, práticas de leitura e mediação. Tendo como objetivo principal oferecer um espaço dedicado à leitura, à interação e ao estímulo de laços interpessoais, criatividade, vocabulário, independência e identidade das crianças. Atualmente, a Biblioteca Flor de Papel possui um acervo de aproximadamente três mil exemplares, dos quais 111 são livros com protagonismo negro e/ou temática afrocentrada, escritos por autores negros ou não.

Um dos pontos mais relevantes abordados durante a análise foi o questionamento sobre o momento em que a instituição percebeu a necessidade de incluir títulos afrocentrados e com protagonismo negro em seu acervo. A demanda surgiu após uma professora preta relatar um caso de *bullying* e racismo em sala de aula, solicitando apoio da biblioteca para mediar a situação.

Outro aspecto observado foi a dificuldade na indexação de assuntos étnico-raciais nos títulos recebidos pela biblioteca. A profissional ressaltou a importância de uma representação temática precisa e coerente com o conteúdo dos livros. No entanto, na prática, muitas vezes a indexação é realizada de forma generalizada, sem as especificações necessárias, o que pode comprometer a eficácia da busca e recuperação dos exemplares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos títulos infanto-juvenis afrocentrados da Biblioteca Flor de Papel revela um conjunto temático voltado à valorização da identidade negra, à construção do amor-próprio e ao combate às violências simbólicas cotidianas, como o racismo estrutural e a desvalorização estética. Obras como *Meu crespo é de rainha*, *O mundo black power de Tayó* e *Com qual penteado eu vou?* demonstram a importância do cabelo crespo como símbolo de pertencimento, orgulho e herança ancestral, ressignificando aquilo que historicamente foi alvo de estigmatização. Ao mesmo tempo, livros como *Da cor que eu sou* e *Palmas e vaias* evidenciam as tensões vividas por crianças negras em contextos escolares e sociais que reforçam padrões brancos de beleza e comportamento.

Além disso, destaca-se uma abordagem pedagógica sensível que articula representatividade, empoderamento e reconhecimento da diversidade étnico-racial como valores fundamentais. Títulos como *Ei, você* e *Princesas negras* reafirmam o lugar das crianças negras como protagonistas de suas próprias histórias, fortalecendo vínculos positivos com sua imagem, origem e coletividade. Os temas da ancestralidade, da resistência cotidiana e da construção de novas narrativas são recorrentes, promovendo não apenas o reconhecimento da diferença, mas a celebração ativa da negritude como potência estética, política e afetiva no universo infantil.

Dessa forma, destacamos o quanto a literatura é importante para a construção de uma sociedade igualitária e justa, onde os vários tons de pele não podem e não devem ser utilizados como justificativa para a exclusão, dor, desigualdade e preconceito. A literatura infanto-juvenil afrocentrada é um espaço de encontro com os conceitos que se fazem presentes na construção de uma identidade e autoestima preta.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mariana de Souza, 2020. Literatura, literalidade e literatura infantil: reflexões necessárias à biblioteconomia. *Informação@Profissões* [Em linha]. **9**(1) [consult. 2025-03-04]. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/140538.

BRASIL. Leis, decretos, etc., 2003. *Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003* [Em linha]. Brasília: Senado Federal [consult. 2025-05-05]. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf.

CADEMARTORI, Lígia, 2007. *O que é literatura infantil.* São Paulo: Brasiliense.

CAMPELLO, Bernadete, 2003. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. *Ciência da Informação*. **32**(3), 28-37.

CARDOSO, Francilene do Carmo, 2015. *O negro na biblioteca: mediação da informação para construção da identidade negra.* Curitiba: CRV.

CAVALLEIRO, Eliane, 2014. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.* São Paulo: Contexto.

FIORAVANTE, Eliane, 2021. Racismo, biblioteca escolar, educação das relações étnico-raciais e o campo da Biblioteconomia: uma conversa necessária e possível. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* [Em linha]. 17, 1-19 [consult. 2025-10-10]. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1509.

FONTES, Sandra Regina, 2019. *Educação das relações étnico-raciais nas bibliotecas escolares da rede de ensino de Florianópolis: olhares e percursos* [Em linha]. Dissertação de mestrado profissional em Gestão de Unidades de Informação), Centro de Ciências Humanas da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis [consult. 2025-02-23]. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1438/Sandra_Regina_Fontes_15840202631373_1438.pdf.

GIL, Antonio Carlos, 2017. *Como elaborar projetos de pesquisa.* 6.ª ed. São Paulo: Atlas.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2000. *Manifesto IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares* [Em linha]. Trad. de Neusa Dias de Macedo. São Paulo: IFLA.

LUIZ, Maria Fernanda, 2022. *Entre prosas e livros: a literatura infantil-negro brasileira interroga, tensiona e expande o campo da literatura infantil brasileira.* Tese de doutorado em Educação, Universidade Federal de São Carlos.

REIS, Teresa Cristina Antunes, 2011. *Biblioteca escolar e a diversidade cultural: a leitura como meio de conhecimento e promoção da diversidade cultural* [Em linha]. Dissertação de mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, Departamento de Educação e Ensino a Distância, UNESP [consult. 2025-02-23]. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/handle/10400.2/2186.

SANTOS, Anna Vitória Macêdo dos, e Elisabete Gonçalves SOUZA, 2023. A presença da literatura antirracista nos acervos das bibliotecas escolares: um estudo de caso. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina* [Em linha]. **28**(3), 1-20, [consult. 2025-03-09]. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/2075/1760.

SILVA, Jerusa Paulino da, 2010. *A construção da identidade da criança negra: a literatura afro como possibilidade reflexiva.* Trabalho de conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia, Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.

SOUZA, Neusa Santos, 1990. *Tornar-se Negro ou As Viscessitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascenção Social*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.

LA COLABORACIÓN ENTRE PORTUGAL Y ESPAÑA EN LA INVESTIGACIÓN SOBRE ADICCIONES*

YIMING LIU**
ANTONIO VIDAL-INFER***
RAMÓN V. CIRILO-GIMENO****
RAFAEL ALEIXANDRE-BENAVENT*****
RUT LUCAS-DOMÍNGUEZ******

Resumen: *Portugal y España firmaron en Figueira da Foz en 2003 un* Tratado de Cooperación *en materia de prevención del consumo de drogas que contemplaba la cooperación científica en la elaboración de proyectos y estudios. Sin embargo, se desconoce si esta cooperación ha dado sus frutos en forma de publicaciones conjuntas. Por ello, nuestro objetivo es analizar la evolución anual, temáticas, financiación e impacto de los artículos sobre adicciones en los que colaboran ambos países. Se basó en el análisis de una base de datos exhaustiva sobre trabajos en adicciones publicados en la década 2014-2023 recuperados de* Web of Science*. Las publicaciones firmadas conjuntamente fueron 354. En definitiva, se aprecia una evolución creciente en el número de trabajos realizados en colaboración entre ambos países, sobre todo en temáticas relacionadas con alcohol y tabaco, pero llama la atención el alto porcentaje de artículos publicados en revistas de los cuartiles inferiores.*

Palabras clave: *Colaboración científica; Portugal y España; Adicciones; Palabras clave; Sustancias adictivas.*

Abstract: *Portugal and Spain signed a* Cooperation Treaty *on drug prevention in Figueira da Foz in 2003, which provided for scientific cooperation in the development of projects and studies. However, it is unknown whether this cooperation has borne fruit in the form of joint publications. Therefore, our aim*

* Agradecimientos: Betlem Ortiz Campos. Beneficiaria de la convocatoria de Ayudas para Personal Técnico de Apoyo. Ministerio de Ciencia e Innovación. Agencia estatal de Investigación. Cofinanciado por la Unión Europea (PTA2021-019882-I).

** Universitat de València, Departamento de Historia de la Ciencia y Documentación / Grupo de Investigación Uisys, Unidad de Información Social y Sanitaria – España. Email: Yiming.Liu@uv.es. ORCID: https://orcid.org/0009-0006-3592-0175. Financiación: Programa de Formación Predoctoral de la Generalitat Valenciana (CIACIF/2023/316). Plan Municipal sobre Drogodependencias. Ayuntamiento de Valencia. Plan Nacional sobre Drogas (ref. PND2024I037).

*** Universitat de València, Departamento de Historia de la Ciencia y Documentación / Grupo de Investigación Uisys, Unidad de Información Social y Sanitaria; Red de Investigación de Adicciones en Atención Primaria (RIAPAD) – España. Email: Antonio.Vidal-Infer@uv.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7860-8652.

**** Universitat de València / Instituto de Robótica y TIC (IRTIC) – España. Email: Ramon.V.Cirilo@uv.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7762-0561.

***** Universitat de València / Grupo de Investigación Uisys, Unidad de Información Social y Sanitaria; Universitat Politècnica de València / INGENIO (CSIC) – España. Email: Rafael.Aleixandre@uv.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6678-8844.

****** Universitat de València, Departamento de Historia de la Ciencia y Documentación / Grupo de Investigación Uisys, Unidad de Información Social y Sanitaria; CIBERONC – España. Email: Rut.Lucas@uv.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4697-7832.

is to analyse the annual evolution, topics, funding and impact of the articles on addictions on which both countries collaborate. It was based on the analysis of a comprehensive database of articles on addictions published in the decade 2014-2023 indexed in Web of Science. *There were 354 co-signed publications. In short, there is a growing trend in the number of collaborative works between the two countries, especially on topics related to alcohol and tobacco, but the high percentage of articles published in journals in the lower quartiles is striking.*

Keywords: *Scientific collaboration; Portugal and Spain; Addictions; Keywords; Addictive substances.*

INTRODUCCIÓN

La colaboración entre España y Portugal en la investigación sobre las adicciones es un asunto clave, dado que son dos países fronterizos donde los desafíos pueden ser similares. Portugal y España firmaron en Figueira da Foz en 2003 un *Tratado de Cooperación* en materia de prevención del consumo de drogas que contemplaba la cooperación científica en la elaboración de proyectos y estudios (España [1997-2022]). La literatura científica publicada aporta algunos aspectos de los trabajos conjuntos de ambos países. Un ejemplo es el trabajo de Marsden et al. (2000), que evaluó el *Maudsley Addiction Profile* (MAP) y el *Treatment Perceptions Questionnaire* (TPQ) en 206 participantes de Italia, Portugal y España, se concluyó que los dos instrumentos demostraron una fiabilidad satisfactoria en el entorno europeo. March, Oviedo-Joekes y Romero (2006) intentaron averiguar las características sociales observadas en 1.879 consumidores de drogas (heroína y/o cocaína y ciertos derivados) de nueve países europeos, entre ellos Portugal y España, para identificar los indicadores de exclusión social como vivienda, empleo y educación, entre otros. Observaron que las condiciones personales, sociales y económicas están vinculadas a un proceso de exclusión social que agrava el problema del consumo de drogas. A pesar de estos antecedentes, se desconoce si esta cooperación ha dado sus frutos en forma de publicaciones conjuntas. Por ello, nuestro objetivo es analizar la evolución anual, temáticas, financiación e impacto de los artículos sobre adicciones en los que colaboran ambos países.

1. METODOLOGÍA

Este estudio se basó en el análisis de una base de datos exhaustiva que incluye 215.059 artículos originales y de revisión en adicciones publicados en la década 2014-2023 que fueron recuperados de *Web of Science* (WoS). Concretamente: a) se buscó en la categoría *Substance Abuse* de *WoS*; b) se incluyeron cuatro revistas más que no estaban indexadas en esta categoría: *Cannabis and Cannabinoid Research*; *Journal of Cannabis Research*; *Tobacco Regulatory Science*; *Tobacco Use Insights*; c) se consultaron las palabras clave sobre adicciones seleccionadas por los autores

en el título y *author keywords* (palabras clave); d) se acotó que en el campo de búsqueda *Funding Agency* constara alguno de las siguientes términos: *Drug abuse*; *alcohol*; *Substance Abuse*; *NIDA*; *NIAAA*; e) se añadieron los trabajos que en cuya afiliación institucional constara el término *Alcohol Research*; f) se excluyeron los trabajos que incluían palabras clave no relacionadas con las adicciones (como, por ejemplo, *drinking water*). Como resultado, se obtuvieron 354 publicaciones firmadas conjuntamente, posteriormente, se clasificaron las palabras clave cuando mencionaron las sustancias adictivas, como alcohol, cannabis, marihuana, tabaco, entre otras. A continuación, se analizaron los trabajos si recibieron una financiación o no y se categorizaron los cinco tipos de entidades financiadoras, como: 1) entidades gubernamentales; 2) ONG y fundaciones; 3) empresas privadas; 4) entidades académicas y 5) hospitales y centros de investigación. Por último, se asignaron los cuartiles de cada revista en las que publicaron estos trabajos colaborados (ver Fig. 1).

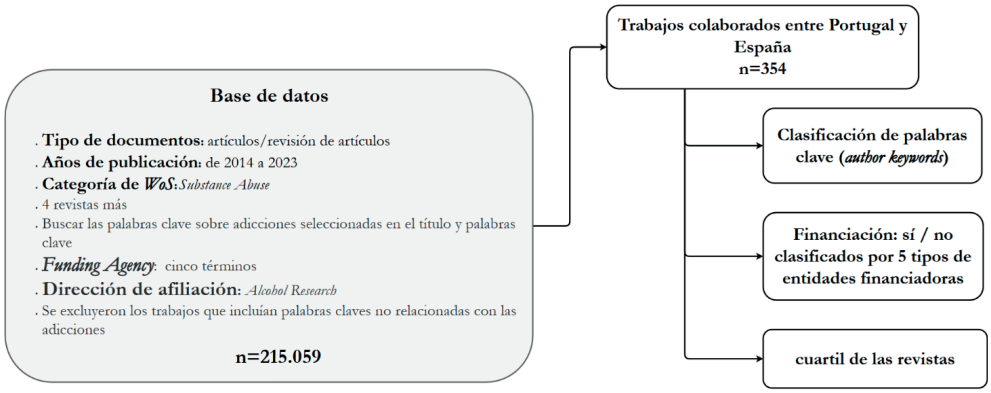


Fig. 1. Flujograma del proceso de análisis
Fuente: Elaboración propia

2. RESULTADOS

La evolución anual de estos trabajos muestra que el mayor porcentaje fue del 15,82% en 2022 y el menor del 6,21% en los años 2014 y 2015 del total de 354 trabajos realizados en colaboración (ver Tabla 1).

Tabla 1. Evaluación anual de trabajos realizados en colaboración

Año	N.º colaborados	%
2014	22	6,21%
2015	22	6,21%
2016	27	7,63%
2017	45	12,71%
2018	37	10,45%
2019	30	8,47%
2020	36	10,17%
2021	44	12,43%
2022	56	15,82%
2023	35	8,19%
Total	**354**	

Fuente: Elaboración propria

Las sustancias adictivas con un mayor número de publicaciones, identificadas a través de las palabras clave asignadas a los trabajos, fueron *alcohol* (n=27), *smoking* (n=17) y *cannabis* (n=14) (ver Fig. 2 A). Posteriormente se procedió a una clasificación de las sustancias en las principales categorías de drogas *alcohol* (n=88), tabaco / nicotina (n=72) y cannabis / marihuana (n=24) (ver Fig. 2 B). Otras palabras que destacan son de carácter general, como *substance use disorders*, *illicit drugs*, *cessation* y *binge drinking*.



Fig. 2. A) palabras clave relacionadas con sustancias; B) palabras clave clasificadas
Fuente: Elaboración propia

En relación con la financiación, 279 de los 354 trabajos recibieron financiación (78,81%). Los años con un mayor número de trabajos conjuntos financiados fueron 2017 (n=41; 11,58%) y 2022 (n=37; 10,45%). Obtuvieron financiación de entidades gubernamentales 114 trabajos (32,2%), 6 de ONG y fundaciones, y dos de empresas privadas y de entidades académicas, respectivamente. No hubo ningún trabajo que solo recibiera financiación de hospitales y centros de investigación. El número de trabajos que tuvieron financiaciones de dos o más entidades distintas fue 155.

El impacto de estos trabajos, representado a partir del cuartil en *Journal Citation Reports* de las revistas de publicación del año 2023, muestra que el mayor porcentaje corresponde a revistas del cuarto cuartil (93,77%) y un pequeño porcentaje a revistas del primero (4,82%). El diagrama de *Sankey* de la Figura 3. permite observar la relación entre los trabajos realizados en colaboración entre ambos países, el año de publicación y el cuartil de las revistas.

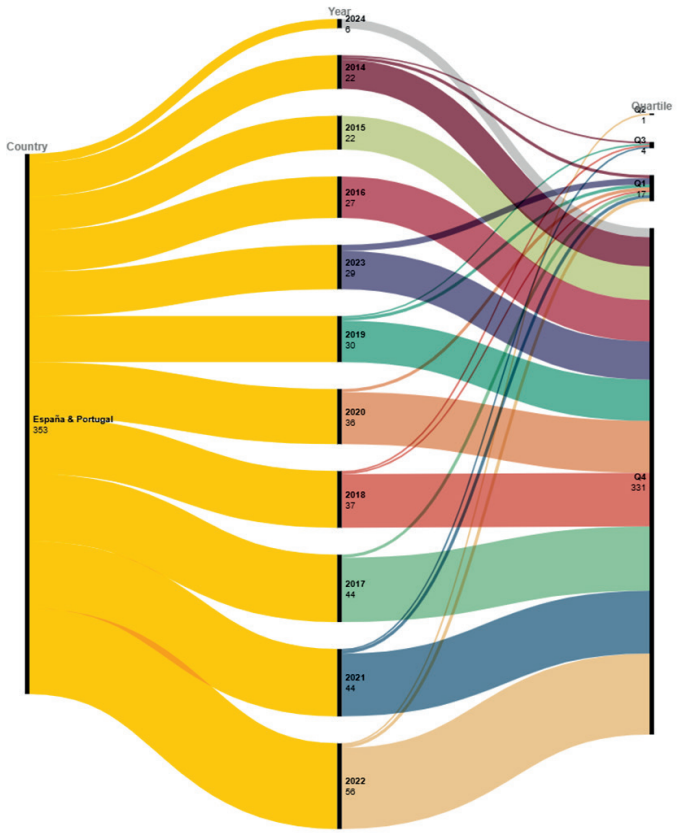


Fig. 3. Diagrama de *Sankey* que muestra las relaciones de colaboración entre España y Portugal a partir de los trabajos recuperados, el año de publicación y cuartil de las revistas
Fuente: Elaboración propia

CONCLUSIÓN

En definitiva, se aprecia una evolución creciente en el número de trabajos realizados en colaboración entre ambos países, sobre todo en temáticas relacionadas con alcohol y tabaco, pero llama la atención el alto porcentaje de artículos publicados en revistas de los cuartiles inferiores. Futuras líneas de investigación podrían analizar la colaboración de los investigadores portugueses y españoles con los afiliados a terceros países, identificar los grupos y redes de colaboración existentes, así como la evolución del impacto de los trabajos y los diversos factores asociados con estas tendencias.

REFERENCIAS

ESPAÑA. Ministerio de Sanidad, [1997-2022]. *Acuerdos Bilaterales de cooperación en la lucha contra las drogas* [En línea]. España, Delegación del Gobierno para el Plan Nacional sobre Drogas [consult. 2025-04-03]. Disponible en: https://pnsd.sanidad.gob.es/delegacionGobiernoPNSD/relacionesInternacionales/cooperacionBilateral/acuerdos/home.htm.

MARCH, Joan, Eugeniam OVIEDO-JOEKES, y Manuel ROMERO, 2006. Drugs and social exclusion in ten European cities. *European Addiction Research* [En línea]. **12**(1), 33-41 [consult. 2025-04-03]. DOI: https://doi.org/10.1159/000088581.

MARSDEN, John, et al., 2000. New european instruments for treatment outcome research: reliability of the Maudsley addiction profile and treatment perceptions questionnaire in Italy, Spain and Portugal. *European Addiction Research* [En línea]. **6**(3), 115-122 [consult. 2025-04-03]. DOI: https://doi.org/10.1159/000019023.

ANÁLISIS COMPARATIVO DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA EN ADICCIONES EN PORTUGAL Y ESPAÑA (2014-2023): EVALUACIÓN DE IMPACTO, FINANCIACIÓN Y ACCESO ABIERTO*

YIMING LIU**
RUT LUCAS-DOMÍNGUEZ***
RAMÓN V. CIRILO-GIMENO****
RAFAEL ALEIXANDRE-BENAVENT*****
ANTONIO VIDAL-INFER******

Resumen: *Las adicciones representan un reto prioritario de salud pública en España y Portugal. Este trabajo analiza la evolución de la producción científica sobre adicciones de 2014 a 2023 en Portugal y España, evaluando el impacto de las publicaciones científicas según la distribución por cuartiles de las revistas y correlaciona la producción científica de ambos países con la financiación y las vías de acceso abierto. Se diseñó y ejecutó una estrategia de búsqueda sobre adicciones en* Web of Science*, que permitió la recuperación de artículos y revisiones de estos diez años de Portugal y España. El número total de trabajos fue 7.824. En conclusión, existe una tendencia similar en la producción científica en adicciones en España y Portugal, con publicaciones mayoritarias en revistas Q4, financiación en más de la mitad de los trabajos publicados y con aproximadamente siete de cada diez publicados en acceso abierto.*

Palabras clave: *Adicciones; Impacto; Financiación; Acceso abierto.*

Abstract: *Addictions represent a priority public health challenge in Spain and Portugal. This study analyses the evolution of scientific production on addictions from 2014 to 2023 in Portugal and Spain, assessing the impact of scientific publications according to the quartile distribution of journals and*

* Agradecimientos: Betlem Ortiz Campos. Beneficiaria de la convocatoria de Ayudas para Personal Técnico de Apoyo. Ministerio de Ciencia e Innovación. Agencia estatal de Investigación. Cofinanciado por la Unión Europea (PTA2021-019882-I).
** Universitat de València, Departamento de Historia de la Ciencia y Documentación / Grupo de Investigación Uisys, Unidad de Información Social y Sanitaria – España. Email: Yiming.Liu@uv.es. ORCID: https://orcid.org/0009-0006-3592-0175. Financiación: Programa de Formación Predoctoral de la Generalitat Valenciana (CIACIF/2023/316). Plan Municipal sobre Drogodependencias. Ayuntamiento de Valencia. Plan Nacional sobre Drogas (ref. PND2024I037).
*** Universitat de València, Departamento de Historia de la Ciencia y Documentación / Grupo de Investigación Uisys, Unidad de Información Social y Sanitaria; CIBERONC – España. Email: Rut.Lucas@uv.es. ORCID: https://orcid.org/0009-0006-3592-0175.
**** Universitat de València / Instituto de Robótica y TIC (IRTIC) – España. Email: Ramon.V.Cirilo@uv.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7762-0561.
***** Universitat de València / Grupo de Investigación Uisys, Unidad de Información Social y Sanitaria; Universitat Politècnica de València / INGENIO (CSIC) – España. Email: Rafael.Aleixandre@uv.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6678-8844.
****** Universitat de València, Departamento de Historia de la Ciencia y Documentación / Grupo de Investigación Uisys, Unidad de Información Social y Sanitaria; Red de Investigación de Adicciones en Atención Primaria (RIAPAD) – España. Email: Antonio.Vidal-Infer@uv.es. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7860-8652.

correlating scientific production in both countries with funding and open access channels. A search strategy on addictions was designed and executed in Web of Science*, which allowed the retrieval of articles and reviews of these ten years from Portugal and Spain. The total number of papers was 7,824. In conclusion, there is a similar trend in the scientific production in addictions in Spain and Portugal, with majority publications in Q4 journals, funding in more than half of the published papers and with approximately seven out of ten published in open access.*

Keywords: *Addictions; Impact; Funding; Open access.*

INTRODUCCIÓN

El último análisis de la EUDA – European Union Drugs Agency (European… 2024) sobre el fenómeno de las drogas en Europa reveló un mercado de drogas resiliente e influenciado por los avances a nivel mundial. En esta línea, EUDA apoya a los Estados miembros de la Unión Europa para mejorar y ampliar la vigilancia del consumo de drogas y los problemas vinculados con adicciones. Asimismo, EUDA colabora con la red *Reitox* de puntos focales nacionales en materia de drogas (European… 2024). Las adicciones representan un reto prioritario de salud pública tanto en España como en Portugal y prueba de ello es que ambos países han publicado numerosos trabajos científicos en el área de adicciones. En este sentido, Sánchez-Carbonell et al. (2005) analizaron los trabajos científicos sobre abuso de alcohol y drogas publicados de 1976 a 2000. Entre los resultados obtenidos destaca Reino Unido, que publicó un 38,6%, seguido de Suecia, Alemania y España con un 30%. Además, abordaron el consumo de drogas y alcohol (12,8%), el abuso de sustancias (53,5%) y la rehabilitación relacionada con las adicciones (34,5%). Posteriormente, Khalili et al. (2018) investigaron las publicaciones internacionales que incluían cuatro drogas ilícitas (cannabis, opioides, cocaína y otros estimulantes o alucinógenos) desde 1995 hasta 2014. Se observó que el mayor número de publicaciones trataban sobre opioides (60,1%), pero los trabajos sobre cannabis aumentaron en los últimos cinco años. Además, EE.UU., Reino Unido, Alemania, Canadá, Australia, Francia, España, Italia, China y Japón ocuparon los diez primeros puestos y aportaron un 81,4% de los artículos científicos sobre drogodependencias. Castelló-i-Cogollos, Bueno-Cañigral y Valderrama-Zurián (2019) analizaron las redes sociales de las tesis españolas sobre drogodependencias en la base de datos TESEO encontrando que la Universitat de València fue la institución académica en la que se presentaron un mayor número de tesis doctorales. March, Oviedo-Joekes y Romero (2007) estudiaron la prevalencia del Virus de la hepatitis C (VHC) y del Virus de inmunodeficiencia humana (VIH) en una muestra de usuarios de drogas inyectables en situación de exclusión social de nueve países, entre ellos Portugal y España. Los resultados mostraron que el 52,6% de los participantes que eran positivos en el VHC o el 12,6% en el VIH, se caracterizaban por ser generalmente adultos medios (45-59

años), que se habían inyectado en prisión, con un nivel de educación básico, divorciados y sin empleo estable. En consecuencia, los autores de dicha investigación sugerían la necesidad de integrar programas coordinados de prevención que abordaran de forma global las principales cuestiones implicadas. Un estudio más reciente, analizó el consumo de *Image and Performance-Enhancing Drugs* (IPEDs), compuestos utilizados para mejorar la apariencia física, las funciones cognitivas y musculares, durante el confinamiento por la Covid-19 en una muestra internacional de adultos jóvenes de ocho países, entre ellos Portugal y España. El 55,6% de los encuestados compró IPEDs en farmacias, mientras que el 41,3% lo compró en línea. Además, el 66,3% de participantes utilizaron una o más *IPEDs* clasificadas como «potencialmente peligrosas» (De Luca et al. 2024).

Los objetivos de este trabajo son: a) analizar la evolución de la producción científica sobre adicciones de 2014 a 2023 en Portugal y España; b) evaluar el impacto de las publicaciones científicas según la distribución por cuartiles de las revistas; c) correlacionar la producción científica de ambos países con la financiación y las vías de acceso abierto.

1. METODOLOGÍA

Para el presente trabajo se diseñó una estrategia de búsqueda sobre adicciones que se ejecutó en la base de datos *Web of Science Core Collection* (WoS CC), y permitió la recuperación de 215.059 artículos y revisiones de 2014 a 2023. Mediante la utilización de la herramienta de código abierto *DBeaver* se descargaron los registros y se usó SQL para seleccionar las publicaciones de los autores con afiliaciones portuguesas o españolas obteniendo un total de 7.824 trabajos. La base de datos generada incluyó las siguientes variables: id. de registro; país; título de la revista; cuartil de la revista según el ranking del *Journal Citation Reports* (JCR) 2023; año de publicación; financiación; acceso abierto (ver Fig. 1).

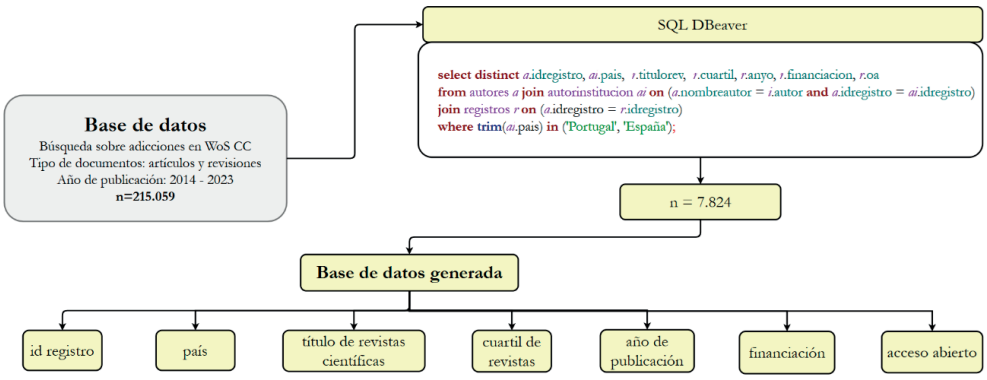


Fig. 1. Flujograma del proceso de análisis
Fuente: Elaboración propia

2. RESULTADOS

El análisis de los 7.824 trabajos recuperados mostró que los artículos firmados por al menos una institución española mostraban una tendencia creciente de producción científica del 74,7%, pasando de 502 trabajos en 2014 a 877 trabajos en 2023. Paralelamente, el mismo comportamiento creciente caracterizaba la producción de Portugal, con un incremento del 72,9%, pasando de 70 a 121 artículos en la década estudiada.

La evaluación del impacto de los trabajos según la distribución por cuartiles (Q) de las revistas en las que se publicaron reveló que destacaban las del Q4 tanto en España (91,84%) como en Portugal (93,43%) de manera homogénea en cualquiera de los años analizados. En cambio, menos del 4% de los artículos de adicciones publicados por ambos países pertenecían a revistas entre el Q1 y el Q3 (Portugal$_{Q1}$=2,46%; España$_{Q1}$=2,92%; Portugal$_{Q2}$=0,92%; España$_{Q2}$=1,64%; Portugal$_{Q3}$=3,18%; España$_{Q3}$=3,61%) (ver Fig. 2).

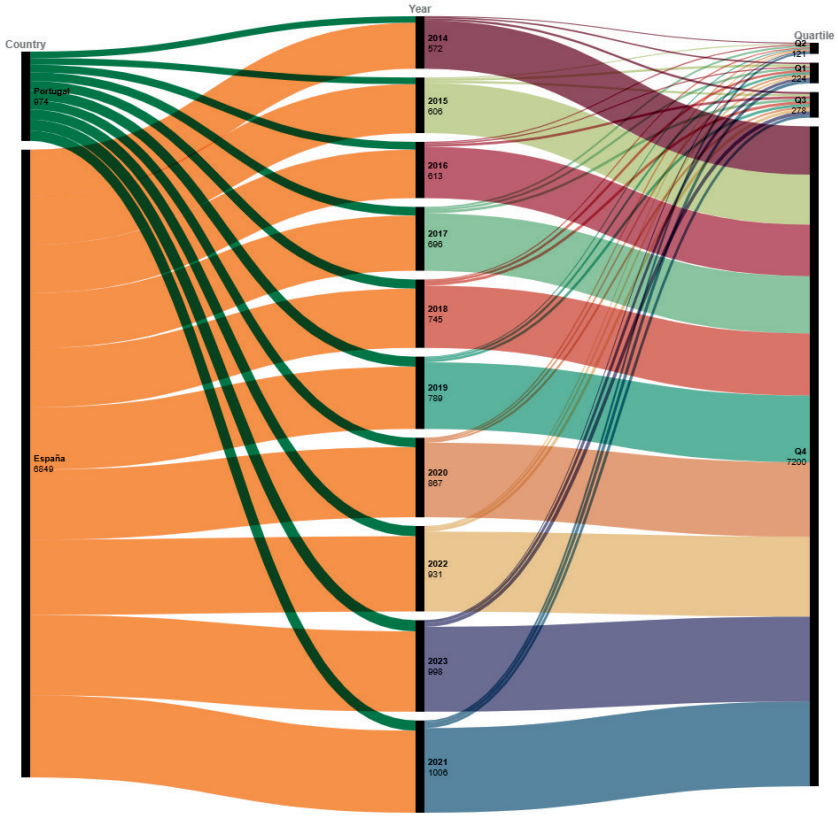


Fig. 2. Diagrama de *Sankey* de los flujos de publicaciones de España o Portugal según año y cuartil de las revistas
Fuente: Elaboración propia

El estudio de financiación de los 7.824 trabajos mostró que el 66,5% recibió financiación (n=5.203), con un número ligeramente superior para los trabajos españoles, que además seguía una tendencia de incremento a lo largo de la década. En este sentido, España publicó un 67,65% de trabajos financiados (n=4.634), mientras que Portugal registró un 58,42% (n=569). En cuanto al patrón de publicación en acceso abierto sobre los trabajos financiados, destacó un comportamiento muy similar, con un 69,55% de trabajos en España y un 66,96% en Portugal (ver Fig. 3).

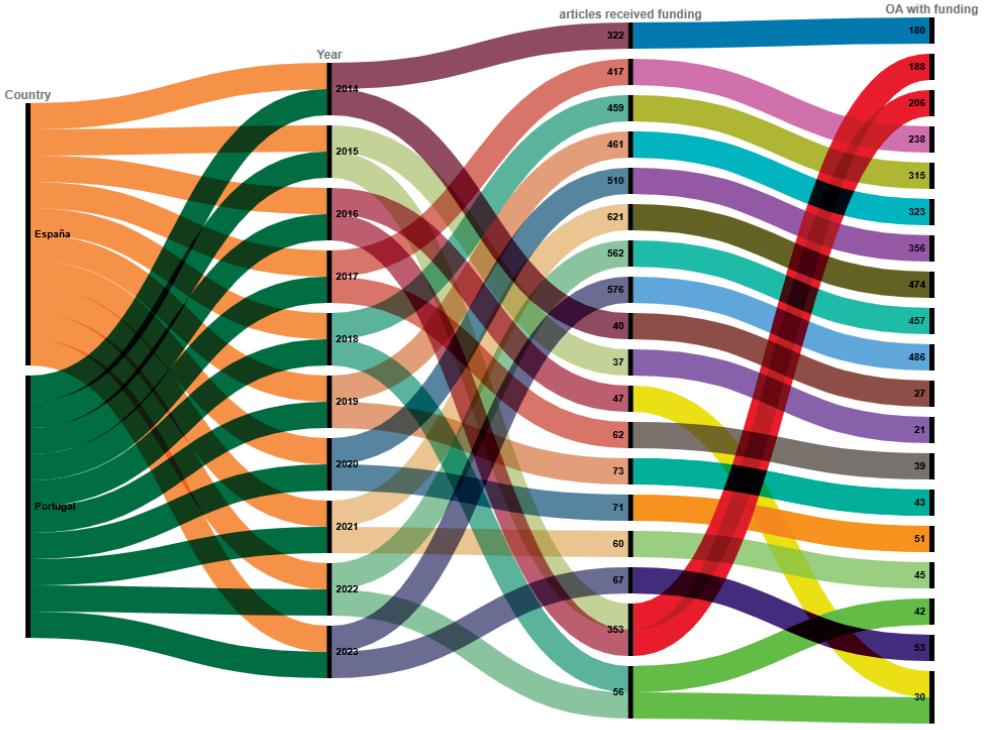


Fig. 3. Diagrama de *Sankey* del flujo de publicaciones financiadas, según el año de publicación y vía de acceso abierto para España o Portugal
Fuente: Elaboración propia

CONCLUSIÓN

En conclusión, existe una tendencia similar en la producción científica en adicciones en España y Portugal, con publicaciones mayoritarias en revistas Q4, financiación en más de la mitad de los trabajos publicados y con aproximadamente siete de cada diez trabajos publicados en acceso abierto.

REFERENCIAS

CASTELLÓ-I-COGOLLOS, Lourdes, Francisco Jesús BUENO-CAÑIGRAL, y Juan Carlos VALDERRAMA-ZURIÁN, 2019. Bibliometric and academic network analysis of Spanish theses on drug dependence in the TESEO database. *Adicciones* [En línea]. **31**(4), 309-323 [consult. 2025-04-02]. DOI: https://doi.org/10.20882/adicciones.1150.

DE LUCA, Ilaria, et al., 2024. Profiling and assessing the risks of image - and performance - enhancing drugs use during the COVID-19 lockdown. *Frontiers in Public Health* [En línea]. 12, 1386721 [consult. 2025-04-02]. DOI: https://doi.org/10.3389/fpubh.2024.1386721.

EUROPEAN UNION DRUGS AGENCY, 2024. *European Drug Report 2024: trends and developments* [En línea]. EUDA [consult. 2025-04-02]. Disponible en: https://www.euda.europa.eu/publications/european-drug-report/2024_en.

KHALILI, Malahat, et al., 2018. Global Scientific Production on illicit drug addiction: a two-decade analysis. *European Addiction Research* [En línea]. **24**(2), 60-70 [consult. 2025-04-02]. DOI: https://doi.org/10.1159/000487590.

MARCH, Joan Carles, Eugenia OVIEDO-JOEKES, y Manuel ROMERO, 2007. Factors associated with reported hepatitis C and HIV among injecting drug users in ten European cities. *Enfermedades Infecciosas y Microbiología Clínica* [En línea]. **25**(2), 91-97 [consult. 2025-04-02]. DOI: https://doi.org/10.1157/13098569.

SÁNCHEZ-CARBONELL, Xavier, et al., 2005. European Union scientific production on alcohol and drug misuse (1976-2000). *Addiction* [En línea]. **100**(8), 1166-1174 [consult. 2025-04-02]. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1360-0443.2005.01135.x.



DESAFIOS ÉTICOS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

VOLUME II

COORDENAÇÃO
FERNANDA RIBEIRO

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO